

LUIZ DO NASCIMENTO

História da Imprensa de Pernambuco

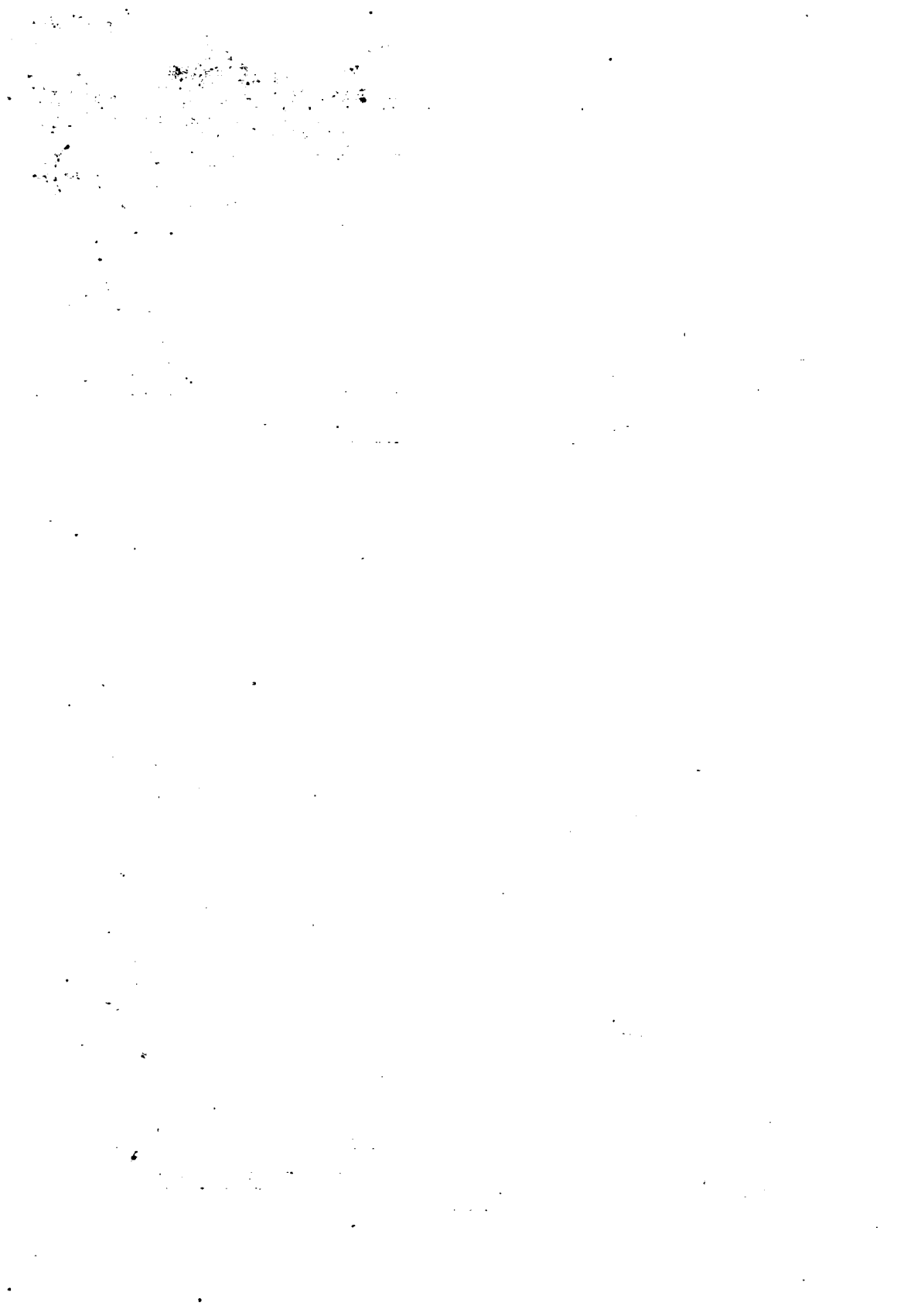
(1821 - 1954)

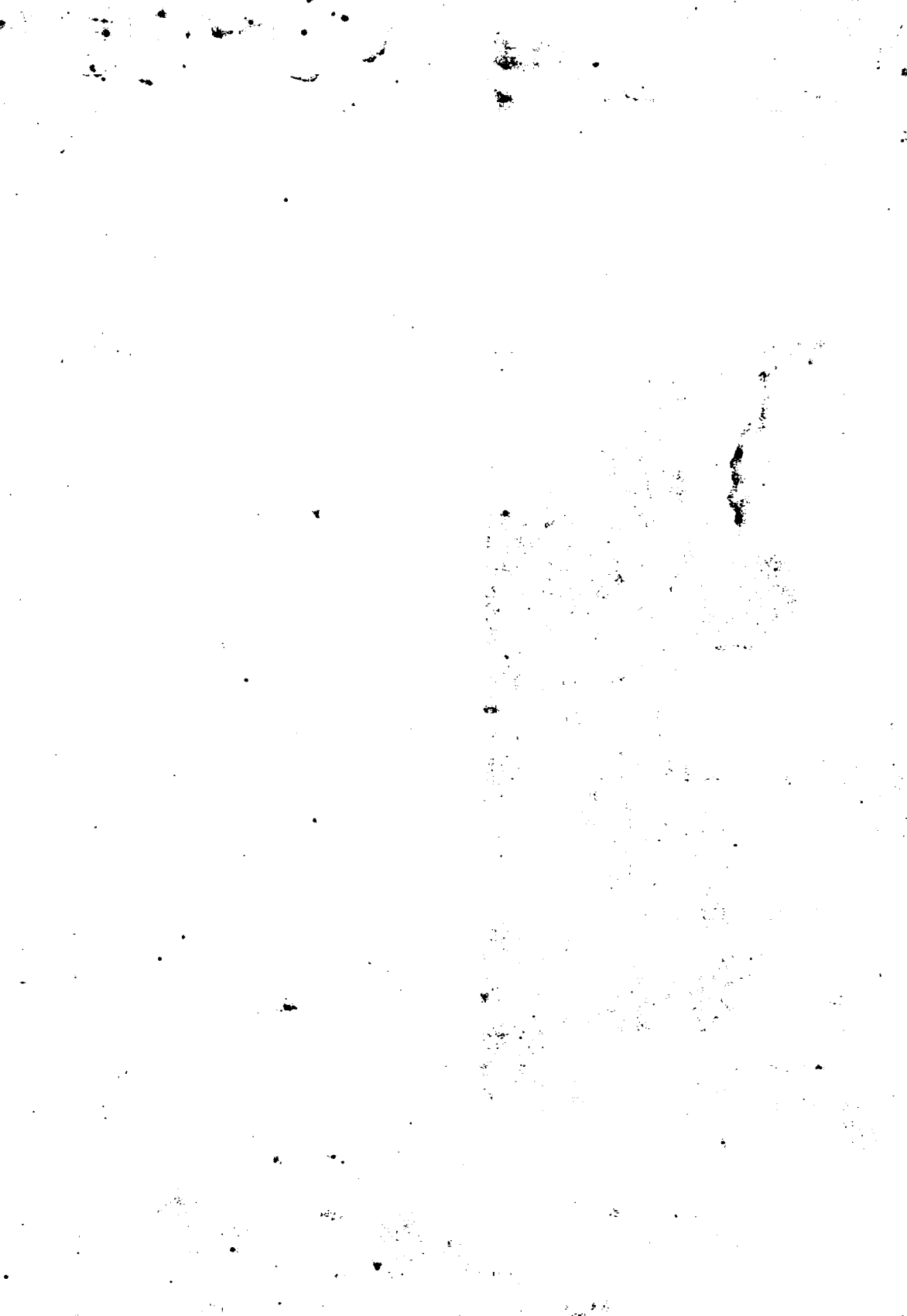
VOL. II

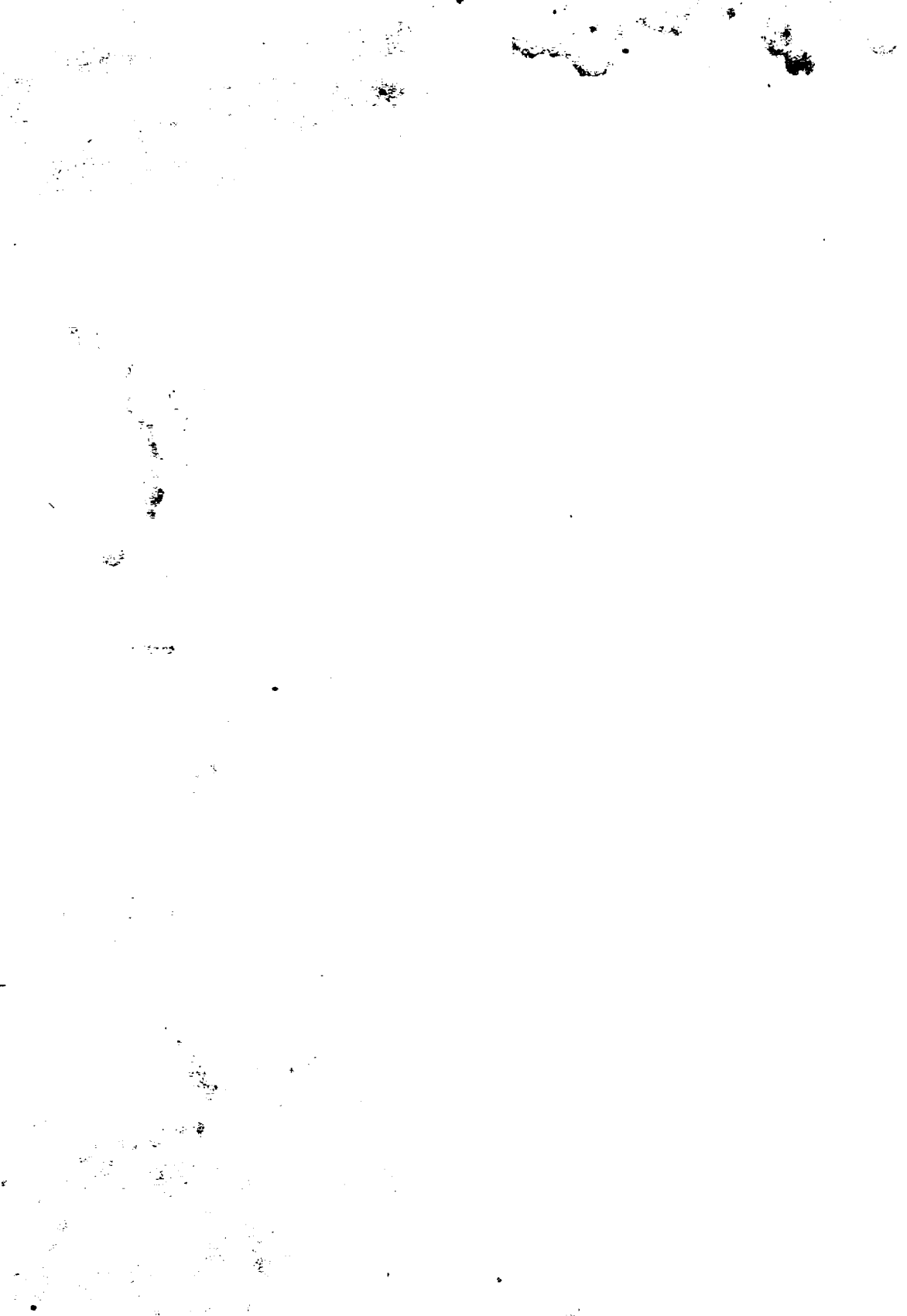
DIARIOS DO RECIFE - 1829/1900

Imprensa Universitária
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

1966







História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

LUIZ DO NASCIMENTO

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

VOL. II

DIARIOS DO RECIFE - 1829/1900

Imprensa Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

1966

BB000039614

Fundação Joaquim Nabuco

BIBLIOTECA CENTRAL

4531151 4183

jun. 90

A Luiz Delgado

...tôda a minha gratidão.

L. do N.

HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO
(1821-1954)

Publicados:

Vol. I — “Diario de Pernambuco”.

Vol. II — “Diários do Recife — 1829/1900”.

A publicar:

Vol. III — “Diários do Recife — 1901/1954”.

Vol. IV — “Periódicos do Recife — 1821/1850”.

Vol. V — “Periódicos do Recife — 1851/1875”.

Vol. VI — “Periódicos do Recife — 1876/1900”.

Vol. VII — “Periódicos do Recife — 1901/1915”.

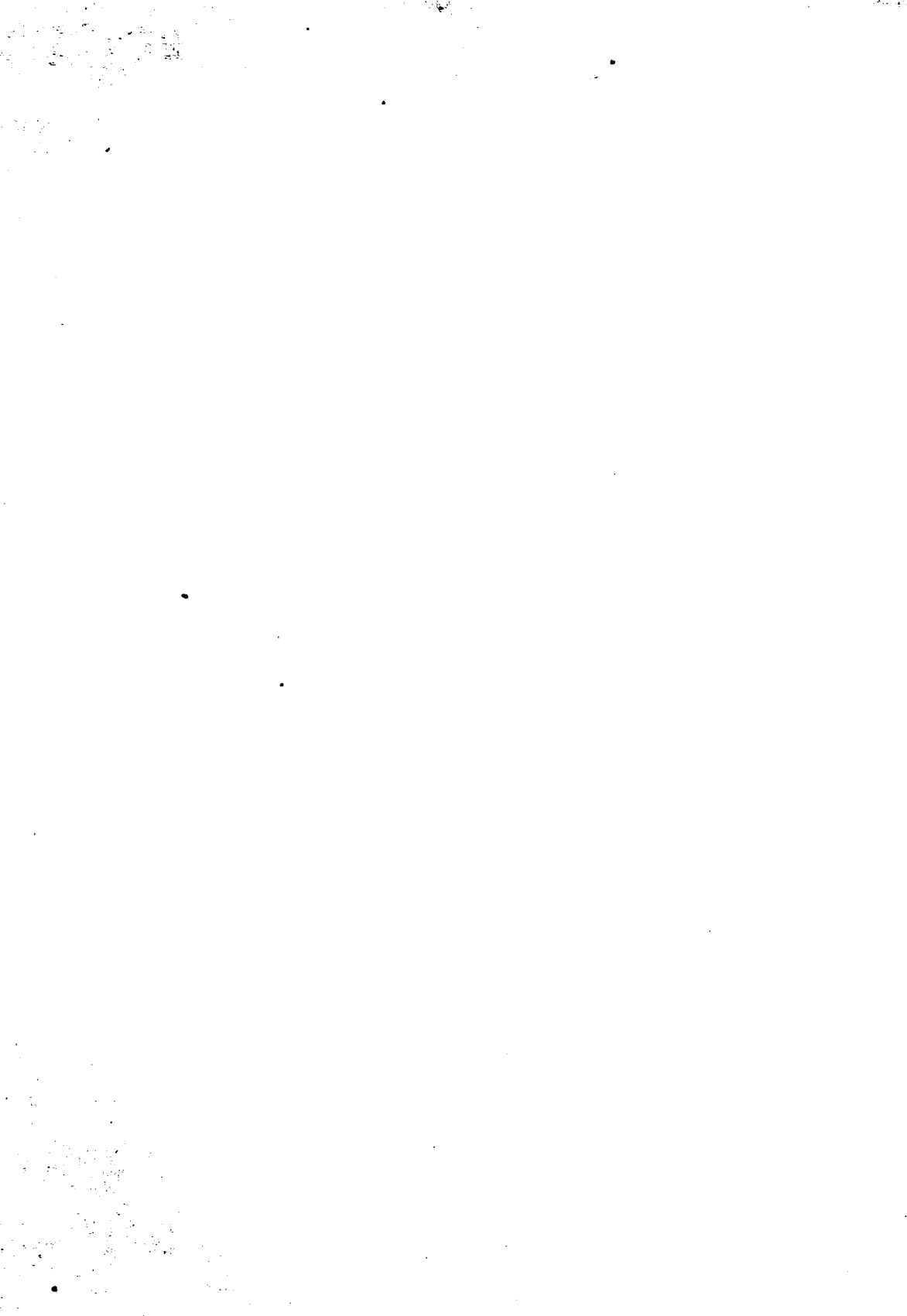
Vol. VIII — “Periódicos do Recife — 1916/1930”.

Vol. IX — “Periódicos do Recife — 1931/1940”.

Vol. X — “Periódicos do Recife — 1941/1954”.

Vols. seguintes — “Imprensa do interior”.

ALGUMAS PALAVRAS



Durante o período de 1829 — quatro anos depois da fundação do **Diario de Pernambuco** — até 1900, surgiram no Recife os 66 jornais constantes dêste volume.

Todos diários, assim nascidos na sua quase totalidade. Alguns, todavia, iniciaram-se como periódicos de publicação semanal, a exemplo do **Jornal do Recife**, ou bissemanal, conforme **A Provincia**. Semelhantemente, outros de menor porte, que circularam por certo tempo diariamente, fazem jus à illustre companhia. Houve, até, um interiorano, além de periódico — **O Nazareno**, que terminou seus dias na capital, feito diário, aliás, o pioneiro dos vespertinos.

Todos os 66 diários do Século XIX — além do **Diario de Pernambuco**, historiado no Vol. I — foram antes registados por Alfredo de Carvalho, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”. A grande maioria, no entanto, não lhe mereceu mais do que algumas linhas; muito menos, ainda, de Sebastião Vasconcelos Galvão, autor do “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”. De minha parte dei-lhes a devida importância, estudando-lhes a existência, inúmeras vêzes de duração restrita. De dois, explicitamente declarados “publicação diária”, só foi possível encontrar comprovantes do primeiro número, restando a dúvida de haverem prosseguido ou não, a concluir pela segunda hipótese. Dois outros não deram, na realidade, mais do que três edições. Vários tiveram a vivência de uma campanha eleitoral ou de simples experiência malograda. Um dêles, porém, atingiu 79 anos de circulação quase ininterrupta — o **Jornal do Recife**, de admiráveis tradições.

Dos 71 anos em referência, os mais férteis foram 1889 e 1892, o primeiro com sete estréias e o segundo com seis, verdadeiro recorde de nascimento de diários.

No cômputo geral, fervilharam os órgãos político-partidários, alguns dos quais desembastados em campanhas ardorosas de extermínio do partido adverso, de impropérios e ridículo contra o contendor, travando discussões tremendas. A polêmica alcançou, então, o seu ponto mais alto. O

linguajar político era dos mais agressivos, não havendo mãos a medir no descomedimento de tantas penas, muitas vezes brilhantes, que se esmeravam na diatribe, no doesto, no insulto, no ultraje e na descompostura, lição que não deixou de ser transmitida ao nosso Século, cheio de surtos de civilização.

A própria vida geral de Pernambuco e sua história, sob vários aspectos, encontra-se nas fôlhas liberais ou conservadoras, monarquistas ou republicanas, através de suas lutas políticas, seus problemas sociais, administrativos e econômicos.

Nestas páginas perpassam nomes que conheceram a glória das letras indígenas, luminares do artigo de fundo e da crônica, do artigo científico e do comentário ligeiro, do conto e da poesia; heróis da reportagem, da notícia e da revisão, além da turma administrativa.

O passado assinalou considerável quantidade de jornalistas de escol, panfletários, polemistas ou doutrinários, a começar pelo inolvidável Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, seguindo-lhe o caminho outras batinas, a ressaltar Francisco Ferreira Barreto, Miguel do Sacramento Lopes Gama, José Marinho Falcão Padilha, João Barbosa Cordeiro, Joaquim Pinto de Campos e João Capistrano de Mendonça; o médico baiano Jerônimo Vilela Tavares, seus filhos pernambucanos Jerônimo e Joaquim Vilela de Castro Tavares e seu neto Joaquim Maria Carneiro Vilela; os bravos irmãos Ribeiro Roma; José de Vasconcelos, Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, João Batista de Sá, Joaquim Nunes Machado, Filipe Lopes Neto, Urbano Sabino Pessoa de Melo, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Floriano Correia de Brito, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, Antônio Joaquim de Melo, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Franklin Távora, Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, José Soriano de Sousa, Francisco de Paula Batista, Antônio Pedro de Figueiredo, Maximiano Lopes Machado, Braz Florentino Henriques de Sousa, José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior, Antônio Borges da Fonseca, José Nicolau Regueira Costa, Aníbal Falcão, Filipe Néri Colaço, Inácio Bento de Loiola, Romualdo Alves de Oliveira, Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, José Maria de Albuquerque Melo, José Mariano Carneiro da Cunha, José Izidoro Martins Júnior, Ulisses Viana, Sigismundo Gonçalves, Faelante da Câmara, Gonçalves Maia, Manuel Caitano de Albuquerque Melo, Artur Orlando da Silva, Baltazar Pe-

reira, Turiano Campelo, Landelino Câmara e numerosos outros que, igualmente a muitos dos mencionados, transpuseram o Século, ricos de talento e cultura.

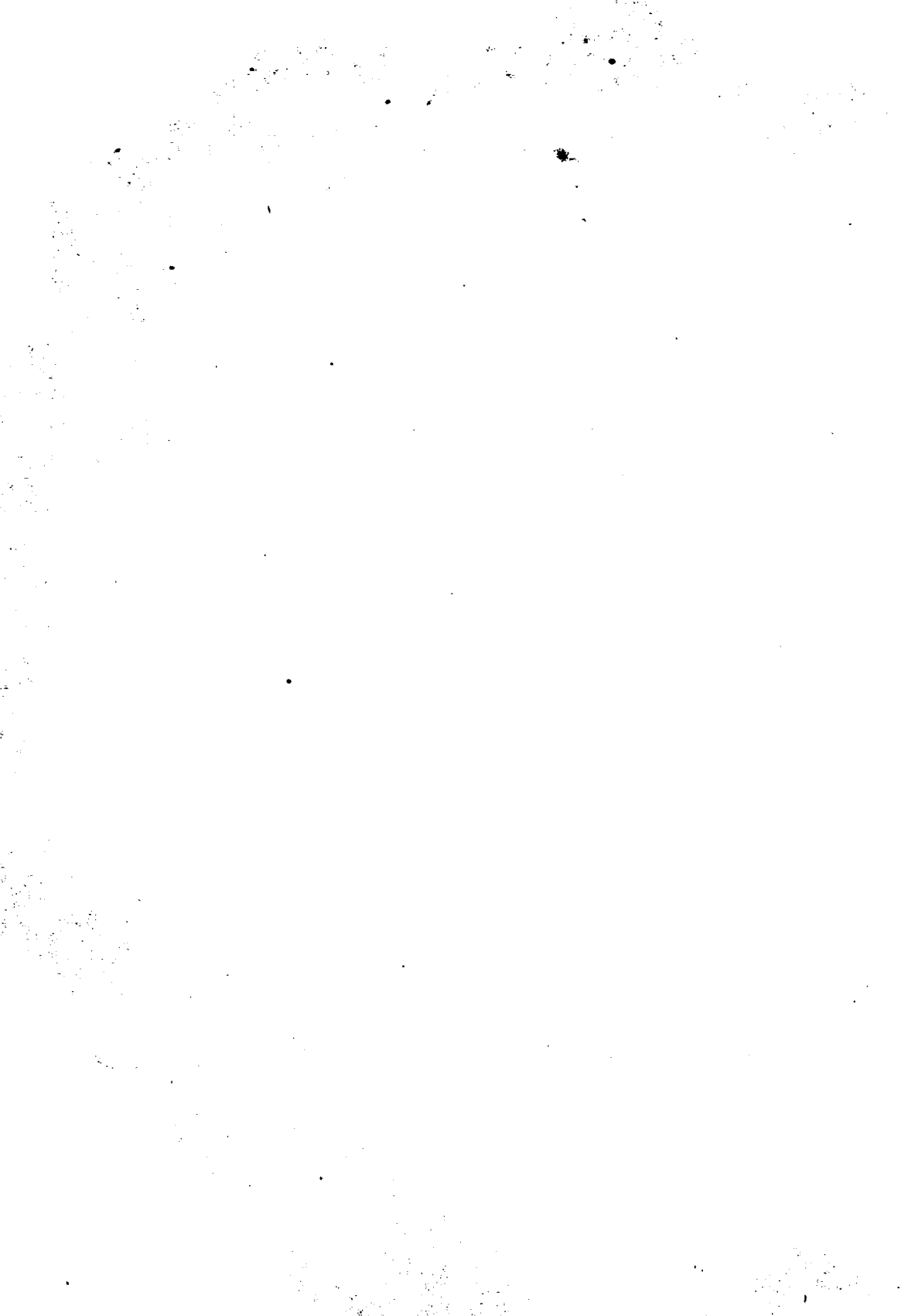
Fiz o possível para colhêr o máximo da história de cada um desses 66 diários, nas diversas bibliotecas visitadas, com predominância da prestimosa Biblioteca Pública do Estado, repleta de coleções de jornais, revistas, albuns, almanaques, manuscritos e uma infinidade de diferentes papéis, desde as raridades bibliográficas até os dias atuais.

Nem sempre, contudo, são completas as coleções manuseadas. Nem sempre constam do cabeçalho ou do expediente os nomes dos bravos homens da pena. Tais falhas, no entanto, não são de molde a deter a marcha da história da Imprensa pernambucana; são bastante reduzidas em face do acervo extraordinário de publicações fundadas e, mais cedo ou mais tarde, por sua vez, afundadas. . .

Jornais de todos os feitios, de diferentes orientações e características várias, adapteio-os, na transcrição de tópicos, à ortografia atual, menos os títulos.

Bem ou mal, pois, lanço ao mundo do publicismo o segundo volume da "História da Imprensa de Pernambuco", compensado, do imenso trabalho empreendido, pela receptividade que obteve o primeiro: a história única do **Diário de Pernambuco**, o mais antigo em circulação na América Latina.

L. do N.



DIÁRIOS DO RECIFE - 1829/1900



O CRUZEIRO — Jornal Político, Literário e Noticioso
 — Começou a circular no dia 4 de maio de 1829, em formato de 30x20, com duas colunas de composição a 18 cê-
 ceros e quatro páginas, impresso em tipografia própria, si-
 tuada à rua da Cadeia (atual avenida Marquês de Olinda),
 D 3. Assinatura mensal — 640 réis. Lia-se abaixo do título:

“... o juízo quero
 de quem com juízo e sem paixão me leia”.

Ferreira.

Segundo o artigo de abertura, **O Cruzeiro** se basearia na circunspeção, afastando de suas páginas tudo o que pudesse concorrer para a destruição e anarquia, assim concluindo:

“Quando houvermos de censurar os atos arbitrários dos agentes do poder, nós o faremos sem aquêlê azedume e indecência que degradam um espírito público. Não devendo constituir-nos o veículo da sátira e da imoralidade, rejeitaremos tôdas aquelas correspondências que, sem oferecer nada de útil, se dirigirem contra a vida particular de qualquer indivíduo. O que acharmos em Literatura e Política conveniente aos princípios que temos adotado, será transcrito no presente jornal, que também se tornará interessante ao Comércio. Daremos uma fôlha em todos os dias úteis, e firmes em servir unicamente o nosso país, seremos dóceis ao juízo e às admoestações imparciais das pessoas sensatas”.

Redigido, principalmente, pelo Padre Francisco Ferreira Barreto (1), **O Cruzeiro** defendia os princípios da sociedade secreta Coluna do Trono e do Altar.

(1) O corpo redacional não constava do cabeçalho. Os jornais da época omitiam-no sempre. Os artigos em geral não tinham assinatura, ou eram firmados com pseudônimos, quando não por **O Redator**.

Logo na edição seguinte, foram postas de lado as normas de ponderação prometidas (2), assim começando um editorial: "Desde que a mania de escrever, sem medida e sem regra, se apoderou de certas cabeças vulcânicas, não apareceram ainda dois papéis tão perniciosamente monstruosos como o **Diario e A Abelha Pernambucana**".

Aludia, quanto ao primeiro, às "polêmicas odiosas"; às "chufas e motejos insulsos em frase descosida"; ao "rancor figadal contra as autoridades", frisando: "Chamar-se-á mesmo a isto liberdade de imprensa?". No tocante ao outro, que era publicado bissemanalmente, dizia constituir uma "injúria atroz", para a província, possuir **A Abelha**, um "papelucho tão imundo" (3).

Continuaram os ataques aos dois jornais, degenerando em polémica, especialmente com o segundo, que atacava a **Monarquia** desabridamente, quando **O Cruzeiro** a defendia, "possuido (artigo de 18-5) da maior submissão para com o defensor perpétuo do povo brasileiro".

Em artigos assinados (prática muito rara), o padre Francisco Ferreira Barreto (4) defendeu-se de acusações no tocante à sua atuação anônima no **Diario de Pernambuco**, quando do afastamento do redator Jerônimo Vilela Tavares, a quem chamava "o capadócio".

O virulento órgão veio a combater, também, o bissemanário **O Constitucional** e seu principal redator, Padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que usava o pseudônimo **O Sonâmbulo**, em rijos ataques aos "colunas" (5).

(2) Numa correspondência para o **Diario de Pernambuco**, viria a escrever, a 29-5-1829, o médico e jornalista Jerônimo Vilela Tavares, aludindo a **O Cruzeiro**: "Periódico que, tendo-nos prometido grandes coisas, e que, pertencendo à Sociedade dos Cristãos Velhos, e gente da fé do carvoeiro, se tem traduzido em pouco tempo em uma fonte inexaurível de descomposturas, ameaças e vitupérios; e que, afinal, ficará reduzido a gazeta das tabernas.

(3) **A Abelha Pernambucana** era redigida pelo famoso jornalista Antônio Borges da Fonseca (Ver "Periódicos do Recife", vol. IV).

(4) Além de escritor, o vigário Barreto foi orador sacro dos mais notáveis e poeta de rara sensibilidade. Tendo falecido a 25 de fevereiro de 1851, sete anos depois o Padre Peixoto Duarte apresentou à Assembléa Provincial um projeto que autorizava o govêrno a publicar "todos os seus escritos". A lei, entretanto, só foi assinada a 20 de março de 1866, vindo a publicação a efetivar-se oito anos depois, no govêrno de Henrique Pereira de Lucena, sob o título "Obras Religiosas e Profanas do Vigário Francisco Ferreira Barreto".

(5) Em seu poema herói-cômico. "A coluneida", publicado após, o padre Lopes Gama iniciou uma estrofe com as seguintes apóstrofes:

"**O Cruzeiro**, Quixote dos jornais,
Só tem revoluções no pensamento,
E cuida que destrói os liberais".

Saindo com quatro páginas, raramente com seis (numeração seguida, como em livro), trazia **O Cruzeiro**, às vezes, um Suplemento, que tanto podia ter uma só página impressa, quanto duas, quatro ou mais, conforme as "Correspondências" pagas, sem responsabilidade da redação.

Os editoriais eram, não todos, firmados por **O Redator**, ao passo que as Correspondências apresentavam assinaturas assim: **O Amigo da Verdade**, **O Camponês**, **Um Dos Que Moram Aqui Mesmo**, **Um Imperialista Constitucional**, **O Sincero**, **O Amigo de Todos**, **O Patriota**, **O Caboclo**, **O Vizinho**, **O Filho do Cabo de Esquadra**, **O Amigo das Realidades**, **O Escova-Botas**, **O Amigo das Coisas Antigas** e outras, às vezes estapafúrdias, além de **O Intrépido**, que não era outro senão o Capitão-Mor Tomaz Xavier Garcia de Almeida, Presidente da Província e um dos adeptos da Coluna do Trono.

Afora a matéria mencionada, a fôlha divulgava "Notícias Estrangeiras", quando da chegada de navios com jornais da Europa; atos oficiais e pequenos anúncios, ocupando-se, aos sábados, dos "preços correntes dos gêneros de importação em grosso" e do movimento do pôrto, com o que enchia, a princípio, três páginas e, depois, tôda a edição.

A 12 de outubro, ainda de 1829, um artigo de J. B. S., dos mais prolixos, ocupando quase todo o jornal, fêz o elogio do Imperador Pedro I, a quem chamava "o Invicto", "o Compassivo", "o Justo", o "primeiro nas virtudes" e mais uma estirada de adjetivos.

Comentando, a 11 de novembro, a Ordem do Dia do Governador das Armas, que dava por extinta a famosa sociedade "Coluna do Trono", defendeu-se, em artigo assinado, o Vigário Barreto, de aleivosas acusações. Disse, por exemplo, que nela foi admitido no dia 21 de março do ano em curso. Assistira a cinco sessões preparatórias. Mas a Coluna não chegara a instalar-se, porque não tinha conseguido a aprovação de S. M. Imperial, "por ora", a súplica feita, nêsse sentido, por 14 "cidadãos de preponderância", êle à frente. Repeliu a acusação de ser um "conventículo sedicioso e demagógico" (6), achando que a proclamação do Governador das Armas, General Antero José Ferreira de Brito, era "um grito de rebate, uma declaração de guerra". Nada temiam, todavia, os amigos fiéis de S. M. Imperial. Concluiu erguendo vivas ao Imperador.

(6) Por sua vez, escrevia **O Sonâmbulo**, no **Diário de Pernambuco**: "Colunista é sinônimo de jesuíta, gente hipócrita e superlativamente velhaca, gente abominável e de um egoísmo fora de tôdas as marcas".

Em prosseguimento às críticas formuladas contra o Padre Frei Lopes Gama, escreveu **O Escova-Botas** o seguinte Aviso, na edição de 15 de dezembro, em caracteres espalhafatosos: “O Reverendíssimo sr. D. Abade de São Bento mande agarrar quanto antes o apóstata **Frei Sonâmbulo**, que está escondido na rua do Cabugá, preparando-se para ir de muda para o engenho Matapiruma, montado no livro das Contas”.

Depois, uma Correspondência de 18 de janeiro de 1830, assinada por **Todos**, frisava que “**Frei Violão Sonâmbulo** perguntara a si mesmo quando acabariam suas polêmicas. E respondiam **Todos**: “Quando? Quando êle trabalhar para comer. Quando não estiver mais de pernas para o ar, **sonambulando** e, ao mesmo tempo, mentindo a S. M. I. que se acha enfêrmo e quer mais um ano, além de três que já teve para curar os nervos frouxos”.

A propósito da nomeação de Lopes Gama para a cadeira de Retórica do Seminário, sem concurso, martelou a mesma Correspondência: “**Frei Sonâmbulo** nunca fêz exame de Retórica, nem se sabe com que mestre aprendeu esta arte, e obteve a cadeira por alto e contravenção da lei”.

Seguiu a fôlha diária o seu programa polêmico sem alteração, enfrentando, no segundo ano, mais um contendor: **O Popular**, redigido, também, pelo Padre Lopes Gama. Transferiu-se a tipografia para a rua dos Quartéis, do Bairro de Santo Antônio, Décima 11, e, por fim, para a rua da Aurora, D. 16, sem interromper a circulação, até que, a 30 de dezembro, verificado o afastamento do Padre Francisco Ferreira Barreto, provavelmente desgostoso com a queda da Coluna do Trono e do Altar, divulgou o seguinte Aviso:

Este periódico principia a ser redigido por um nôvo redator, o qual, pelos conhecimentos, e pela coragem, com que se propõe a debelar o partido inimigo do Imperador e da Constituição, se faz credor de que os srs. assinantes continuem a coadjuvar um jornal que tem sido o terror dos niveladores. Haverá, como até agora, muita prontidão em se publicarem os anúncios, para prova de quanto o redator é grato aos srs. assinantes. **O Amigo do Povo** (7) deixa por agora de sair, e com antecipação se publicará quando houver de aparecer a nova redação”.

No editorial da primeira edição de 1831, datada de 3 de

(7) Semanário político, igualmente defensor da Coluna do Trono, destinado a secundar as campanhas d'**O Cruzeiro** (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. IV).

janeiro, lia-se: "... a nossa divisa será sempre Imperador e Constituição".

Continuou, porém, atacando o **Diario de Pernambuco** e os escritos de Lopes Gama e mais **O Republico**, de Borges da Fonseca, publicado no Rio de Janeiro, continuador da campanha da **Abelha Pernambucana** contra o Absolutismo. Apareceu até um colaborador com a assinatura **Sonâmbulo**, mas esta palavra de cabeça para baixo, que criticava acerbamente o famoso professor de Retórica.

Estendeu-se a existência d'**O Cruzeiro** até 6 de maio de 1831, quando saiu o n.º 98, que foi o último (8). Nos dois anos anteriores tinham circulado 465 edições (**Bib. Pub. Est. e Bib. Nac.**) (9).

1832

DIARIO DOS POBRES — Jornal de pequena estatura (20x14), uma só coluna de composição, surgiu no dia 16 de janeiro de 1832, "impresso por João Nepomuceno de Melo, na Tipografia Fidedigna", instalada à rua das Flôres, D. 17. Lia-se sob o título, o que permaneceu até o último número, com a assinatura de Marco Aurélio: "Não são os raciocínios, não são as riquezas, a glória nem os prazeres que tornam o homem feliz, são suas ações. Para que elas sejam boas é preciso conhecer o bem e o mal: é preciso saber para que o homem nasceu, e quais são seus deveres".

O artigo de apresentação ocupou tôdas as quatro páginas do jornal, não comportando mais nenhuma matéria. Explicava, inicialmente, a razão do título **Diario dos Pobres**, frisando, a certa altura:

"... poderá um pobre, que mal pode ganhar com que se alimentar, comprar, diâriamente, uma ou outra fôlha por quatro vintens? não, de certo: e se êste tiver uma fôlha aonde lendo encontre a sua instrução por um vintém, deixará de comprar? parece-nos que não: logo, temos que as primeiras serão dos ricos e as segundas dos pobres".

(8) Alfredo de Carvalho ("Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908") registara o n.º 97, de 5 de maio de 1831, como tendo sido o último publicado. Pior fez Sebastião Galvão ("Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco"), que mencionou como último o de 30 de abril de 1830.

(9) A coleção da Biblioteca Nacional é incompleta, pois só atinge 9 de abril de 1831.

Manifestou-se, noutra tópic, contra a aleivosia, a intriga, a adulação e as "fastidiosas polêmicas". Mais adiante: "Não escreveremos para partidos; a imparcialidade e os ditames da opinião pública guiarão as doutrinas que emitirmos a bem dos nossos concidadãos. Importa anunciar o fim da nossa fôlha; nossos limitados conhecimentos não podem atingir a tôdas as matérias. Ensinaresmos os deveres a que somos adstritos e obrigados na Sociedade Civil, aquêles mesmos que a natureza impôs ao homem para com seus semelhantes, as relações que êle deve entreter para com seu criador.

"Não seremos indiferentes ao bem estar do belo sexo, ao luxo que tem aumentado fúteis necessidades: e sôbre êste objeto lançaremos mão do ridículo (1), à imitação do **Simplicio** no Rio de Janeiro, e do **Pereira** na Bahia. À marcha do govêrno, seus atos merecerão nossas atenções. A curiosidade fará com que os nossos concidadãos desejem ver na nossa fôlha insertas algumas leis, decretos, etc.; satisfaremos seus desejos, guardaremos um lugar para êstes objetos. Admitiremos correspondências na forma da lei, e que se não apartem das condições que temos estipulado. Invocamos o auxílio dos nossos concidadãos para uma empresa tão dificultosa".

Concluiu, após considerações sôbre a "invenção dos tipos": "Com efeito, é à imprensa, hoje livre, que devem os Estados o seu crescimento, os homens o conhecimento dos seus direitos, e os sábios a memória dos seus escritos transmitidos sempre de umas gerações para outras".

(1) No seu segundo número, o **Diario dos Pobres** comentava:

"Muito admiramos o gôsto das nossas patricias para as tais modinhas; quanta tetéia há, quanto ropãozinho, penteadinhos trazem os **Monsieurs de la France**, de tudo dão fé; quer haja ou não dinheiro o marido ou pai ha de trazer para casa o que se pode; se Loló gostou de uma guarnição que Teté comprou, seu gostinho há de ser satisfeito, e assim mal chega o que se ganha para tanto trapinho, para tantas francesias, até que o taful de bom gôsto destina seus duzentos ou trezentos mil réis para mandar fazer uma máquina de cunhar dinheiro verdadeiro, e desde êsse tempo podem as senhorinhas desejar o que fôr mais esquisito. Porém quando elas põem o pêzinho fora da porta, ó que gôsto! Se em casa têm a barriguinha grande, o duro espartilho na rua anuncia o contrário; se são descadeiradas, o artifício francês supre esta falta da escassa natureza, elas nem se importam, nem dão fé disso; o altivo penteado oculta aos olhos dos curiosos petimetres algumas faltas; uns sapatinhos de estalo, e apertadinhos, machucam os seus pés se é que êles são grandes; a macilenta palidez do rosto é substituída pela purpúrea composição francesa, e então o que poderão dizer as más linguas de um corpo esbelto e comprimido, de um semblante sempre risonho e encantador? Digam o que quiserem, porque tornamos a repetir, elas não dão fé disso, aliás seriam ainda mais tolas".

As edições seguintes prosseguiram a numeração das páginas, como se fôsem fascículos de livro, para encadernar.

Circulando “diariamente, té meio dia”, inseria, ora um, ora dois artigos, sem título e quase sempre sôbre temas filosóficos, terminando com uma “Variedade”, em poucas linhas.

Publicaram-se, apenas, 22 números, o último dos quais datado de 10 de fevereiro (Bib. Pub. Est.) (2).

1833

DIARIO DO GOVERNO (1) — Órgão da administração provincial, trazia de permeio ao título as armas imperiais e, abaixo, a frase de Condillac: “Si el gouvernement est fait par tous, et pour tous, ses precedés ne doivent point être cachés a la Nation”.

Circularam, apenas, 14 números, de 15 a 30 de abril de 1833 (“Anais”, de Alfredo de Carvalho) (2).

DIARIO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE PERNAMBUCO — Começou a circular a 1.º de maio de 1833, em substituição ao precedente, obedecendo ao mesmo formato de 30x20, a duas boas colunas, impresso por João Nepomuceno de Melo, na Tipografia Fidedigna, à rua das Flôres, D. 17. Preço da assinatura mensal — 800 réis. No cabeçalho, o mencionado pensamento de Condillac, em francês e português: “Se o govêrno é feito para todos, e por todos, o seu procedimento não deve ser oculto da Nação”.

Recebia “anúncios e Correspondências, vindo aquêles assinados e estas, além disso, reconhecidas”. Saía a lume todos os dias, menos aos domingos e santificados, tendo quatro páginas, às vêzes seis e até oito, ou um Suplemento. Numeração de páginas seguida de uma edição para outra. Afora os atos oficiais, não só da província, mas igualmente fe-

(2) Coleção desfalcada.

(1) Subordinado ao mesmo título, circulara, em 1824, um jornal que nada tinha de diário. Em idênticas condições encontravam-se: o **Diário da Junta do Governo**, o **Diário da Junta do Governo de Pernambuco** e o **Diário do Governo de Pernambuco**, publicados entre 1823 e 1824. Finalmente, o **Diário do Conselho Geral da Provincia de Pernambuco**, de 1829, também não se publicava diariamente (Ver “Periódicos do Recife” Vol. IV).

(2) Não existem comprovantes dos 14 números do **Diário do Governo**.

derais e das províncias vizinhas, divulgava pequenas notícias e informações ligeiras.

As Correspondências, inseridas no corpo das edições comuns ou nos Suplementos, traziam assinaturas como estas: **O Amigo dos Ladrões, O Desejoso do Extermínio dos Cabanos, Inimigo dos Malandrinos e de Quem se Denega ao Serviço da Pátria, O chimango da Paraíba** e tantos outros, a salientar **O Redator do Carapuceiro** ou **O Sonâmbulo** (pseudônimos do Padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama), que combateu, com veemência, a anistia concedida aos Cabanos, grupo de fanáticos internado no interior de Pernambuco e das Alagoas, que vivia a saquear, roubar e guerrear, enfrentando até forças do Exército, "em nome" da Religião (havia padres que os insuflavam) e a prol da restauração de Pedro I no Trono.

Opinava **O Carapuceiro** que alguns Cabanos, dos mais influentes, deviam ir à forca, para servir de exemplo aos demais, em vez de ser premiados com a anistia, que eles desrespeitavam.

Outra campanha movida pelo **Diario** foi a da defesa da moeda de cobre, que os comerciantes se negavam a receber, sob o pretêxto de serem falsas, o que levou o govêrno de Francisco de Carvalho Pais de Andrade a tomar medidas enérgicas contra os que assim procediam.

Ao terminar o ano, 200 números já publicados, lia-se, na edição de 30 de dezembro: "Se no primeiro tomo, cujo último número é o de hoje, fizemos quanto pudemos para satisfazer a expectativa de nossos assinantes; se os trabalhos da Administração exatamente têm sido publicados; se temos arredado quanto é possível do corpo de nosso diário polémicas injuriosas; se sempre a vida privada de quem quer que seja tem sido por nós religiosamente respeitada; êste mesmo plano continuará a servir de regra invariável na redação do 2.º tomo, continuando desta sorte a publicação dêste periódico que tanto tem agradado ao público. **O Sonâmbulo** continua a enriquecer as páginas do nosso diário".

Na mesma data a fôlha divulgava o seguinte aviso: "Todos os anúncios dos srs. assinantes que não excederem de oito linhas impressas, e que, vindo assinados, forem entregues na tipografia até uma hora da tarde, serão infalivelmente publicados grátis no diário seguinte: os que, porém, forem entregues depois dessa hora, serão publicados nesse diário se fôr possível. As correspondências que não forem de interêsse público nunca serão admitidas no corpo do diário,

mas sim em suplemento, pagando os srs. assinantes, unicamente, as despesas de tipografia e papel; e os que não forem assinantes mais um têrço do total destas despesas”.

Ao iniciar o segundo tomo, a 2 de janeiro de 1834, lançou o **Diario da Administração Publica de Pernambuco** bem elaborado editorial, assim iniciado: “Entramos no ano em que o Brasil tem de ver consolidar a sua liberdade, em que o Código fundamental do Império garantirá às províncias aquela quantidade de poderes compatíveis com as suas circunstâncias, em que enfim teremos que ver estatuido em nossa pátria o sistema de federação que nos convém”.

Após algumas considerações sôbre a necessidade da reforma da Constituição, terminou o articulista com o seguinte conselho aos liberais: “Arrependei-vos enquanto é tempo; poupai-nos o desgosto de vos punir! Deixai de ser inimigos até de vós mesmos! Tremei, tremei de um dia de desespero”.

Manifestou-se **O Sonâmbulo**, na edição de 25 de julho, contra as idéias republicanas do redator da **Sentinella da Liberdade**, assim concluindo longo artigo: “Finalmente, eu tremo quando ouço falar em Repúblicas no Brasil. Vá o illustre **Sentinella** por êsse centro, observe as idéias, os prejuizos, os hábitos, a estupidez dêsses povos; e diga ao depois, com sinceridade, se nós temos gente capaz de ser regida por êsse sistema. Os que, no Brasil, se lembram de República, ou são utopistas inconsiderados ou ambiciosos famintos que anelam mudanças para arranjar os seus interesses”.

As edições de 7 a 16 de setembro deram cobertura às comemorações da independência do Brasil, quando foram divulgados versos patrióticos de José Joaquim de Oliveira Maciel e Justiniano Antônio da Fonseca, êste com dois poemas, um dêles dedicado “aos mártires da liberdade brasileira, no seu solene aniversário”.

Continuou a publicação regular do **Diario da Administração**, redigido, ora por José Bernardo Fernandes da Gama ora por José Xavier Faustino Ramos, impresso, desde o quarto mês de fundação, na Tipografia de Pinheiro & Faria, situada à rua das Cruzes (atual do **Diario de Pernambuco**) n.º 5.

Tendo encerrado o ano com 286 números, iniciou o tomo III a 2 de janeiro de 1835.

Na edição de 4 de abril lia-se a nota a seguir: “Temos a anunciar aos nossos leitores que estamos encarregados da publicação de todos os trabalhos da nossa Assembléia Pro-

vincial, no que não só seremos pronto, mas escrupulosamente cuidaremos em que tudo se publique com a maior exação”.

Logo mais, todavia, cessava a atividade do **Diário da Administração Pública de Pernambuco**, com o n.º 93, de 30 de abril (1), para fundir-se com o **Diario de Pernambuco**.

Em nota publicada na edição anterior, declarara a redação que, em vista de não ser possível publicar tudo o que lhe mandavam os assinantes, devido ao pequeno espaço da fôlha, desgosto que também afetava ao **Diario de Pernambuco**, “e ainda mais para o cômodo dos leitores, os quais, para saber de tôdas as notícias, se vêem obrigados a assinar ambas, que às vêzes no mesmo dia publicam a mesma coisa; contratamos refundí-las em uma só, do tamanho do **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro, tomando nós parte na redação”.

Concluiu dizendo: “Os artigos ou peças que se publicarem no nôvo jornal, e pelos quais formos responsáveis, terão no fim o seguinte sinal — Gm” (2) (**Bib. Pub. Est.**) (3).

A QUOTIDIANA FIDEDIGNA — Em pequeno formato de 30x20, com quatro páginas a duas colunas de composição, começou a publicar-se em outubro (1) de 1833, impresso na Tipografia Fidedigna, de João Nepomuceno de Melo, instalada à rua das Flores n.º 17.

(1) Já existiam, nos primeiros decênios do século passado, os maus pagadores. Três meses após o desaparecimento do jornal em referência, precisamente a 3 de agosto de 1835, publicava o **Diario de Pernambuco**, na seção “Avisos Particulares”, o contudente lembrete que vai aqui abaixo: “O cobrador do extinto **Diario da Administração**, para ajustar as suas contas e salvar o seu crédito para com o redator, se verá forçado a publicar o nome daqueles srs. que não lhe têm querido pagar as assinaturas que devem, se por esta última vez não pagarem a quem lhes levar o recibo dos meses que não têm pago. A tipografia paga-se, o papel compra-se, os distribuidores pagam-se e o cobrador também é pago, e isto não se faz com palavras, é com dinheiro. Quem não pode assinar periódicos não os assina, e quem assina paga. Há quem deva até de fevereiro, não obstante o cobrador todos os meses fazer-lhes bastantes visitas!!! Não está mais para cansar as pernas de balde — **Joaquim José Moreira**”.

(2) Assinatura que correspondia ao nome de José Bernardo Fernandes da Gama.

(3) Não é completa a coleção manuseada. Na biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, encontra-se, por acaso, um volume com os comprovantes únicos de 1833.

(1) Não foi possível constatar mais do que isto: **A Quotidiana Fidedigna** estreou no mês de outubro, antes do dia 22. Alfredo de Carvalho registou, nos “Anais”: “... em fins de 1833”, ao passo que Sebastião Galvão, que só fazia copiar aquêle autor, entendeu de determinar, erradamente, o mês de novembro...

Órgão “político, moral, literário e noticioso”, “sairá todos os dias úteis ao amanhecer. Ele conterà as leis e decretos mais interessantes da Assembléia Geral, Correspondências que não toquem na vida privada, seja de quem fôr, devendo estas ser assinadas e reconhecidas; anúncios, Avisos particulares, entradas e saídas de embarcações, e artigos, quer políticos, que se não deslisem do atual sistema do Brasil, quer de Literatura e Moral. O preço da assinatura mensal será de 600 réis, pagos adiantados, como é de costume. Os srs. assinantes terão a regalia de publicar grátis os seus anúncios e correspondências até 50 linhas impressas, e os que o não forem pagarão 20 réis por cada uma” (2).

Verificada a inexistência de comprovantes anteriores, publicou-se o n.º 106 a 1.º de março de 1834. Sob o título trazia o seguinte conceito de Montesquieu: “Tôda a administração misteriosa sempre foi e será ignorante, desastrosa, corruta”.

Órgão ligado aos **Caramurus** (Conservadores), contou com a colaboração de João José Ferreira de Aguiar, Manuel Tomaz dos Santos, Joaquim Jerônimo Serpa, Manuel Barbosa da Silva e Manuel Filipe da Fonseca Candi. Afora êsses nomes, de aparição rara, divulgava Correspondências e Comunicados, subscritos com pseudônimos curiosos e estrambóticos, a saber, entre outros: **O Espanhol Que Quer se Naturalizar**, **O Lampeão**, **O Que Não Morre de Caretas**, **O Estudante Foveiro**, **O Apaixonadíssimo dos Bons Empregos Públicos**, **O Amigo da Lei e Compadecido do Esqueletado Tesouro**.

Inseria, ainda, “Artigos de Ofício”, “Variedades”, “Máximas e Pensamentos”, “Avisos Particulares”, registo do Pôrto, anúncios de escravos fugidos, vendas, compras e leilões, em poucas linhas. Quando aportavam navios do Sul ou da Europa, a fôlha enchia-se de transcrições dos jornais recebidos. Chegou a fazer, segundo Leduar de Assis Rocha (3), “ruinosa concorrência ao **Diario de Pernambuco**”.

Destacava-se a colaboração d’**O Sonâmbulo** (pseudônimo do Padre Frei (4) Miguel do Sacramento Lopes Gama),

(2) Notas colhidas no “Anúncio” publicado no periódico **O Carapuceiro**, de 28 de setembro de 1833, que informava o próximo aparecimento d’**A Quotidiana Fidedigna**.

(3) “Figueiroa do **Diario**”.

(4) Em agosto de 1834 secularizou-se o famoso frade beneditino, o qual segundo declarou, em “anúncio” inserto no **Diario da Administração Pública**, do dia 20, passava a assinar-se Miguel do Sacramento Lopes Gama.

que alimentou, sobretudo, campanha contra o movimento sedicioso dos Cabanos, que agiam, no interior da Província, desde fins de 1832. Era mesmo essa campanha o objetivo principal d'**A Quotidiana Fidedigna**, que estampava amplas informações procedentes do acampamento legal.

A edição de 20 de março divulgou uma proclamação do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, na qual se conclamavam os guardas nacionais de Una e Serinhaém, assim concluindo: "Eia! Marchai conosco, aniquilemos os cabanos e gritemos triunfantes: Viva a Santa Religião de N. S. Jesus Cristo; viva a Assembléia Geral e viva o Sr. D. Pedro II".

Noutra proclamação, a 28 de abril, do Acampamento de Limeira, Pais de Andrade oferecia, em nome da província, uma gratificação de 800\$000 a quem lhe apresentasse, vivo ou morto, a cabeça dos rebeldes Vicente Ferreira de Paula (depois morto em combate), e outras, de 400\$000 a 100\$000, pela prisão de amotinados de menor porte.

O n.º 187, de 19 de junho, divulgou u'a mensagem da Câmara Municipal do Recife, de saudação ao presidente Pais de Andrade, a quem cabia a glória de haver acabado com "essa desoladora guerra".

Enquanto isto, liam-se correspondências d'**O Atônito, O Olindense, O Anacoreta, O inimigo da calúnia, O Anti-Anarquista** e outros. Quando mais crescida a matéria geral, **A Quotidiana** fazia-se acompanhar de um Suplemento, variando o número de páginas.

O terrível **Sonâmbulo**, em artigo de 25 de agosto, declarou haver sabido que o duque de Bragança (D. Pedro I) se achava "muito mal de uma tísica, moléstia de que raríssimos escapam". Sua religião o proibia de desejar a morte a alguém; entretanto, pensava que "se êle com efeito mudarse agora desta para melhor vida, muito reconhecidos devemos ser todos os brasileiros à Providência Divina, que por prever os projetos dêsse príncipe a respeito do Brasil, porventura lhe abrevia a carreira turbulenta, salvando dest'arte tantas vidas à custa de uma só. Morra, pois, D. Pedro, se assim apraz à justíssima vontade do Onipotente".

As edições de 6, 9 e 10 de setembro foram dedicadas à louvação, em prosa e verso, da Independência do Brasil, ao ensejo do transcurso do 12.º aniversário de sua proclamação.

Terminado o ano com o n.º 342, de 30 de dezembro, o n.º 1 de 1835 saiu a 2 de janeiro, desejando um ano "mui prós-

pero”, principalmente aos leitores e assinantes. Recapitulando o programa inicial, dizia, nesse primeiro artigo:

“... transcreveremos as leis, decretos, artigos de ofício do Ministério e das diversas repartições da província, tôda vez que os julgarmos interessantes. Daremos as notícias estrangeiras que pudermos adquirir, os rendimentos mensais das repartições da Fazenda, os preços correntes dos principais gêneros de exportação uma vez por semana, a parte dos navios entrados e saídos, todos os anúncios de interesse público e particular, inda mesmo de escravos fugidos”.

Os assinantes tinham anúncios grátis, pagando, porém, 20 réis por linha as Correspondências ou outros artigos. Os não-assinantes, no caso, pagariam 40 réis ou 20 réis por linha de anúncios.

Proseguiu a vida regular da fôlha, cujo último número do ano foi o 278, de 29 de dezembro. Iniciou numeração nova em 1836, e o derradeiro número manuseado foi o 33, de 11 de fevereiro (Bib. Pub. Est. e Bib. Nac.) (5).

Não ficou aí, todavia, a publicação, o que foi possível verificar através do periódico **O Aristarco** (redigido por Nabuco de Araújo), o qual, na sua edição de 5 de março de 1836, num remate de polêmica em tôrno da interpretação da palavra Regresso, na acepção de forma de governo, escreveu: “... êsse escrevinhador... faz bem em não escrever mais”, concluindo: “Que pobre entêrro teve **A Quotidiana!** Que esfarrapado artigo!”

Depois da morte dêsse diário, divulgou o **Diario de Pernambuco**, de 21 de março de 1836, na sua seção “Avisos Particulares”, o seguinte: “O Pimentel, cobrador da subscrição da **Quotidiana Fidedigna**, pede àqueles srs. que ainda estão a dever alguns meses da mesma **Quotidiana**, que por muito obséquio deixem ordem em suas casas, no caso de desencontro, para a satisfação das mesmas ou um final desengano de que não querem pagar; a fim de poder ajustar contas com os ex-redatores da mesma e seu fiador poder se desonerar da responsabilidade”.

(5) A coleção da Biblioteca Pública do Estado compreende: ns. 106 a 342, de 1834; 1 a 24 e comprovantes esparsos de 1835. Na Biblioteca Nacional existem: n.º 172, de 1834; 1 a 278, com lacunas, de 1835, e 24 a 33, de 1836.

1836

GAZETA UNIVERSAL — Surgiu no cenário da imprensa com a edição de 4 de fevereiro de 1836. Sob o título via-se uma faixa dividida em três colunas, tipo miúdo, com o calendário da semana, “condições” de assinatura e a divisa: “**Non ego mordaci distinxí car min quemquam** (Ovid. Trist. C. 11. 563) “Não pretendemos ofender a pessoa alguma com a nossa **Gazeta**” (tradução livre).

Impressa na tipografia de Manuel Marques Viana & Cia., à rua Direita, D. 20, constava do expediente: “Subscreve-se para esta fôlha a 640 réis por mês, pagos adiantados, na Praça da Independência, loja do Encadernador de Livros D. 26; na rua do Cabugá, loja do Senhor Bandeira Júnior; em Olinda, rua do Bomfim, casa do distribuidor do **Diario de Pernambuco**; e nesta tipografia. Nestes lugares se recebem Anúncios, Correspondências e outros quaisquer Artigos vindo assinados, e as Correspondências reconhecidas”.

Apresentando-se em formato de 30x20, de duas colunas a 18 cîceros de composição, com quatro páginas, era, segundo Alfredo de Carvalho (1), principalmente redigido, na parte política, afeiçãoada aos **caramurus**, pelo Padre Francisco Ferreira Barreto.

Precedeu o aparecimento longo “Prospecto”, publicado no **Diario de Pernambuco** de 26 de novembro de 1835 (2), no qual o redator da **Gazeta** se propunha a divulgar, todos os dias úteis: “1.º — reflexões políticas sôbre os verdadeiros interêsses do povo, censurando em termos decentes os atos inconstitucionais e arbitrários do govêrno e opondo uma firme barreira aos perigosos desvários em que podem resvalar os governados; 2.º — notícias políticas, literárias e comerciais desta província e de todo o Império, assim como também dos Estados mais conhecidos do nôvo e antigo mundo; 3.º — peças oficiais da Secretaria do Govêrno Provincial e das outras repartições civis, militares e ainda mesmo eclesiásticas, quando estas se acharem em relação com os negócios públicos; 4.º — correspondências, que, sendo bem escritas, apresentem matéria interessante à causa nacional e não desabem sôbre a vida privada de alguêm; 5.º — anúncios de

(1) “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”.

(2) O “Prospecto”, divulgado com tanta antecedência, tinha anunciado a estréia da **Gazeta** para 1-1-1836.

compras, vendas, aluguéis, etc., que facilitem o giro mercantil desta praça, estendendo-se a sua utilidade às pessoas que residem fora dela e geralmente à classe menos abastada dos habitantes da província, que subsiste à sua indústria e grangeria; 6.º — parte das entradas e saídas das embarcações, assim como também das cargas que, por diversas estradas, entrarem nesta capital, com individuação dos gêneros, suas qualidades, preços, etc.”.

Além disso, ocupar-se-ia “da moral pública, tratando de corrigir os perniciosos defeitos da educação da mocidade, e de bosquejar um sistema de polícia que seja praticável, tanto na capital e seus subúrbios, como principalmente no interior da província, onde todos confessam que as luzes são ainda mais escassas”.

Na realidade, a matéria da *Gazeta Universal* constituiu-se do seguinte: raros artigos de redação, em que defendia o regresso de D. Pedro I; atos da Administração Provincial, quase sempre abrindo a primeira página (3); transcrição de notas do Sul do país e do Exterior (quando chegavam navios); notícias teatrais e marítimas; Correspondências e Comunicados; variedade; “Avisos Particulares” e pequenos anúncios de Furtos, Compras, Vendas e Escravos Fugidos.

As Correspondências (4) eram firmadas com pseudônimos, a saber, entre outros: **O Espada de Aço, Doutor, O Liberal Cosmopolita, Um qualificado duas vezes e Um que não é Acadêmico**; êste último, na edição de 16 de maio, criticou, acerbamente, o diretor e o vice-diretor da Academia de Olinda, respectivamente, Padre Coelho e o deputado provincial Miguel do Sacramento Lopes Gama, chamando-o “ho-

(3) Declarou Gm, em nota assinada no *Diário de Pernambuco*, de 15-2-1836, haver encaminhado representação ao Presidente provincial contra “a concessão do expediente da Secretaria do Governo à *Gazeta Universal*”, publicação que viera do *Diário da Administração Publica*, continuando naquele outro *Diário*.

A representação seguiu-se um apêlo do jornal prejudicado, que abriu sua edição de 5 março com a declaração de que voltavam a aparecer na *Gazeta* os atos da Administração provincial, acentuando: “O sr. Presidente, a quem dirigimos as nossas alegações, dignou-se atendê-las e praticando um ato de justiça (a que S. Ex.^a não sabe faltar), facultou-nos o seu expediente”.

Terminou tecendo encômios ao Presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

(4) Nas Correspondências ou Avisos Particulares, ocorriam, certas vezes, interpelações à redação do jornal, por parte de pessoas interessadas em diferentes assuntos, uma praxe da época. A resposta vinha logo abaixo da matéria, com a assinatura — **Os R. R.**

mem frouxo, versátil e incapaz de deliberar por si qualquer coisa”.

A publicação do ensôso diário prolongou-se até o n.º 113, de 30 de junho do mesmo ano. (Bib. Pub. Est. e Bib. Nac.) (5).

1842

DIARIO NOVO — Começou a circular no dia 1 de agosto (1) de 1842, em substituição ao semanário **O Echo da Religião e do Imperio**. Fundado por Luís Inácio Ribeiro Roma e João Batista de Sá, apresentou-se com vasto programa, no artigo “Prospecto”, assinado **Os Editores**, em que se lia:

“A alma do jornalista deve ser um santuário de coragem e de lealdade, onde as paixões tenham de chegar-se e onde não possa achar eco ataque algum pessoal. O publicista deve ocupar-se das coisas e não dos homens: a sua missão não é perturbar os lares domésticos; é somente assinalar os melhoramentos que o país exige. Neste sentido serão sempre francas as páginas do **Diario Novo** e, no que disser respeito a particular interêsse, com especialidade aos nossos assinantes, fazendo cessar dest’arte o mais odioso de todos os monopólios, o monopólio da imprensa. Uma parte do **Diario Novo** será também consagrada a variados artigos de Literatura, Poesia e História, escolhidos das melhores publicações, que servirão de refrigério à séria gravidade de outros assuntos”.

(5) Além das edições sôltas de 19 de fevereiro e 21 de junho, a coleção encadernada da Biblioteca Pública do Estado só contém 23 exemplares, salteados, da **Gazeta Universal**, entre os ns. 29 e 102. Dêste último, datado de 15 de junho, existe, também, na parte de avulsos, um **fac-simile** da primeira página. Entretanto, a Biblioteca Nacional possui alentado volume contendo desde o n.º 10 ao 113.º. Alfredo de Carvalho registara, nos “Anais”, o n.º 107, de 21 de junho, como tendo sido o último publicado. Enganou-se, igualmente, o referido Autor, quando assinalou ter sido a **Gazeta Universal** “o primeiro jornal que em Pernambuco acompanhou ao **Diario de Pernambuco** no aumento de formato”, pois enquanto êste último media, desde maio de 1835, 41 x 28, aquêle não passou jamais de 30 x 20. Sebastião Galvão encampou, no “Dicionário”, o êrro de data dos Anais”.

(1) Não no dia 7, como está registado nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”, de Alfredo de Carvalho, e no “Dicionário” de Sebastião Galvão. Nem no dia 2, mencionado por Leduar de Assis Rocha, no seu livro biográfico “Figueiroa do **Diario**”, e por Fernando Segismundo, na “História da Revolução Praieira”.

Sob o cabeçalho, em tôda a largura (formato de 28 x 21), seguido de informações úteis, como Correios e Telégrafos — Câmbio — Descontos — Dias da Semana, vinha a seguinte “Advertência”: “O **Diario Novo** publica-se todos os dias que não forem de guarda e para êle subscreve-se na Tip. Imparcial, da Rua da Praia, D-11, e na loja de livros da Rua do Colégio, D-7. Publicam-se grátis todos os anúncios e as correspondências dos anunciantes”.

Segundo Leduar de Assis Rocha (2), “o **Diario Novo** trazia a preconcebida finalidade de investir, sem tréguas, sôbre o **Diario de Pernambuco** e, notadamente, sôbre o seu diretor-proprietário”. Realmente, não escondeu êsse objetivo, declarando, com franqueza, no “artigo comunicado” intitulado “A Imprensa” e subscrito por N, logo no segundo número:

“O **Diario de Pernambuco** exerce o mais pesado monopólio; só em campo, sem concorrente que o contrarie, êle zomba da paciência humana, vendendo gatos por lebres; idéias errôneas e inexatas, princípios falsos ou do tempo do Cordial Retez (3), exortações fraternas do tempo do capitão Onça!...”

“Um campeão — acentuou — vem de apanhar a luva, e aí aparece em campo, oferecendo batalha ao monopolista!... A concorrência periódica é de maior utilidade, além de, nas circunstâncias atuais, emancipar o público do **Diario de Pernambuco**. Quem há por aí que tenha podido tragar um **Diario** todo, grande como um mamão de Caiena?...”

Atacar o “mais antigo” constituiu, pois, a princípio moderadamente, depois com tôda virulência, o objetivo essencial do nôvo órgão, que fêz oposição sistemática ao Presidente da Província, Barão da Boa Vista, de nome Francisco do Rêgo Barros, e ao gabinete ministerial que o sustentava.

Sua matéria principal, afora o editorial e sueltos, estava assim distribuída: Exterior — Comunicados — Correspondências — Reuniões parlamentares — Teatro — Poesias (raramente) — Variedades — Avisos Diversos e anúncios em poucas linhas, inclusive um pedaço de coluna dedicado a escravos fugidos. Saía com quatro páginas e, esporadicamente, com seis. Desde setembro do mesmo ano, passaram a pagar 80 réis por linha as pessoas não assinantes.

(2) Obra citada.

(3) Nem Cordial, nem Retez. Trata-se (foi erro de revisão) do **Cardal** dr. Retez, escritor e político francês do século XVII.

Dois meses após, João Batista de Sá deixava a redação, e o **Diario Novo** tornou-se órgão do Partido Liberal.

A 27 de janeiro de 1843, lia-se o seguinte: "Tendo chegado o papel que se mandou buscar, o **Diario Novo** passará impreterivelmente a formato maior no primeiro de fevereiro próximo, e esta considerável melhora, que vai sofrer, unida à do tipo nôvo, em que tem de ser impresso, que é de um corpo menor, e que abrangerá o duplo da composição atual, agradará muito aos leitores. Havendo, portanto, mais espaço, os correspondentes serão mais prontamente satisfeitos na impressão dos seus artigos; assim como serão infalivelmente publicados no dia seguinte os anúncios que forem entregues nos lugares já sabidos até 3 horas da tarde. As notícias mais importantes dos países estrangeiros serão com prontidão e regularmente publicadas, o que não tem sido possível em consequência da pequenez da fôlha".

"Os editores — acrescentou — aproveitam a ocasião para agradecer ao público o bom acolhimento e proteção dada ao **Diario Novo**, e empregarão todos os seus esforços para não decaírem do conceito que têm merecido; o **Diario Novo** continuará na mesma linguagem e promete não limitar somente a Pernambuco suas justas, decentes e enérgicas censuras. Em consequência, porém, da considerável despesa que se tem de fazer, o **Diario Novo** será, do 1.º de fevereiro em diante a 1\$000 por mês, 5\$600 por semestre ou 10\$500 por ano; mas aquêles dos srs. assinantes que tiverem pago já adiantado continuarão a receber a fôlha sem mais excesso de despesa, até que finde sua assinatura; e os que não quiserem continuar terão a bondade de o comunicar com antecedência na rua do Colégio (parte sul da atual rua do Imperador), loja de livros, n.º 13, ou na rua da Praia n.º 55". O formato cresceu para 36 x 26, a três boas colunas de composição (4).

A 28 de março desse ano, o juiz Francisco Rodrigues Sete proferiu sentença contra o diretor do jornal, Luís Inácio Ribeiro Roma, condenando-o a "quatro meses de cadeia e multa correspondente, pelo abuso de liberdade de imprensa", devido a ataques desferidos contra o Padre Antônio Maria Chaves e Melo, por êste ser estrangeiro e dirigir o Colé-

(4) Aludindo ao aumento do formato do **Diario Novo**, Leduar de Assis Rocha (obra citada, pg. 136) afirmou que êsse órgão era "mirrado e pequenino, ainda menor do que o **Diario de Pernambuco** quando apareceu em 1825". Foi um lapso do historiador. O chamado **Diario Velho** começou com o formato de 24 1/2 x 19, e o **Novo** já nasceu maiorzinho: media 28 x 21.

gio Santa Cruz. Tendo recorrido da sentença, o réu foi absolvido, a 11 de maio, pelo juiz José Nicoláu Regueira Costa.

Um correspondente, que escrevia com a assinatura **Abissínio**, também foi processado por crime de injúrias impressas. Fizera acusações muito graves ao delegado de polícia Francisco Carlos Brandão. Mas o Conselho do Júri, em reunião do dia 24, ainda de maio, o absolveu, uma vez que as acusações eram fundadas na verdade. Não foi possível identificar a personagem do **Abissínio**, pseudônimo que o **Diário Novo** segredou zelosamente, dizendo, apenas, que o acusado trajava sobrecasaca côr de azeitona, por ocasião do Júri, e calça de brim branco listrada de azul, e que a assistência, numerosa, mesmo diante de forte guarda policial, dera vivas à liberdade de imprensa.

Era costume dos colaboradores (costume vindo do **Diário de Pernambuco**), quer nas Correspondências, quer nos Comunicados, subscrevê-los com pseudônimos ou simples iniciais, a saber: **O., Z., R., L.;** **O Intrépido, O Cronista, Um Olindense, O Observador, Um que tem boa memória, O G. N. Ofendido, Um Oposicionista, O Benedito, O Corcuda de Tôda Época, O Itambista, O Sertanejo, O Inimigo do Crime, Um que ainda vive, &c &c &c, O Topinambá, O Amigo da Igreja,** etc.

Durante o ano de 1843 (até setembro), o órgão teve um nôvo contendor: **O Artilheiro**, periódico fundado justamente por João Batista de Sá, que se dedicara à defesa da administração provincial, formando ao lado do **Diário de Pernambuco**, polêmica que se desenvolveu em termos violentos, com recíprocas recriminações de caráter pessoal.

No mês de novembro estava, novamente, o **Diário Novo** às voltas com a Justiça, em consequência de dois artigos desabusados. Mas João Inácio Ribeiro Roma, irmão do diretor, assumiu públicamente, a autoria dos "Comunicados", que divulgara nos ns. 224 e 226, o primeiro assinado **X**, e o segundo sem assinatura. Foi absolvido na sessão do Tribunal do Júri, de 2 de maio de 1844, presidida pelo juiz Nunes Machado. Seu advogado, Filipe Lopes Neto, conseguiu comprovar o fundamento das acusações do articulista à Câmara dos Deputados, que descera "ao último gráu de aviltamento".

Apesar de haver assumido o poder, desde 2 de fevereiro, um Gabinete liberal, só a 13 de abril do ano mencionado deixou o govêrno da provincia o Barão da Boa Vista, substituído, interinamente, pelo primeiro vice-presidente Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o qual, por

sua vez, a 2 de maio, transmitiu a gestão ao terceiro vice-presidente, Major Isidro Francisco de Paula Mesquita e Silva, émulo fiéis da família conservadora. Continuava, pois, o **Diário Novo**, sua catilinária. Escrevera, por exemplo, ainda a 17 de abril: "Pôsto que o sr. Barão entregasse a administração da Província ao exm^o vice-presidente, não deixa, por isso, de continuar a exercer sua pernicioso influência na Assembléa: os deputados, com pequenas exceções, como havemos dito, são criaturas suas; não têm vontade própria; e, por consequência, continuarão a cumprir as ordens do sr. Francisco do Rêgo".

Mais grave foi o caso veiculado no dia 22: uma carta do jornalista praieiro Jerônimo Vilela de Castro Tavares denunciou haver recebido aviso de achar-se projetado, "pela oligarquia dominante", o seu assassinio, pelo que responsabilizava o "sr. Barão da Boa Vista e sua gente". Corroborando a denúncia, um editorial, na mesma edição, declarava: "Os assassinos inundam a capital"; "... vieram dum dos engenhos do centro alguns sicários, adestrados no manejo do punhal e bacamarte, para assassinarem certos membros da opposição que têm tido o arrôjo de denunciar os crimes monstruosos do sr. Barão da Boa Vista e dos infames aduladores que o rodeiam".

Era dêsse tipo a linguagem do **Diário Novo**, na sua ferrenha opposição, desde que começou a circular, à política conservadora, ridiculamente denominada Guabiru. No dia 5 de maio, o comentarista deu alviçaras aos pernambucanos, por ter viajado rumo ao Rio de Janeiro, na véspera, o Barão, para, "nos bancos da Assembléa, fazer opposição ao governo".

Quatro dias após, apreciando a nomeação do Desembargador Joaquim Marcelino de Brito, ressaltou a redação: "O Ministério de 2 de fevereiro vai encarando, como deve, a Província de Pernambuco; reconhece que ela não é o morgado do sr. Rêgo, que se julgava com direito de dirigir seus destinos como se fôra o seu engenho".

A 3 de setembro de 1844, assumiu a direção do **Diário Novo** o General José Inácio de Abreu e Lima (irmão dos Ribeiro Roma), formando o corpo redacional Urbano Sabino Pessoa de Melo, Felix Peixoto de Brito e Melo, Joaquim Nunes Machado e Filipe Lopes Neto. Não sofreu solução de continuidade a campanha contra os conservadores, então transformados em oposicionistas, por terem os praieiros assumido o poder local. Logo mais, a 9 de outubro, ocupava a Presidência o liberal Tomaz Xavier Garcia de Almeida.

O preço da assinatura anual foi elevado para 12\$000, com o semestre a 6\$000 e o trimestre a 3\$000. Para o interior ou outras províncias: ano — 16\$000. Não era lisonjeira a situação financeira do jornal, que inseriu, a 31 de dezembro, a nota a seguir:

“**Aos senhores assinantes** — Estando geralmente hoje todos os gêneros por um preço quase duplo, e custando alguns mais ainda; sendo a nossa moeda inteiramente fraca; tendo-se aumentado os valores de quase tôdas as mercadorias, em consequência do aumento da pauta da Alfândega; havendo em suma notável diferença no ágio da moeda do Brasil para a Europa, donde vêm todos os utensílios e preparos que são necessários em uma tipografia, é óbvio que desta forma não é possível conservarem sempre os objetos um preço inalterável e sim custarem em proporção do maior ou menor dispêndio que se fizer com a sua produção, ou aquisição; por isso, pois, e por não ser a subscrição dêste jornal suficiente para ocorrer às despesas que êle demanda com sua impressão, maximé havendo o nôvo tributo sôbre as tipografias, o seu proprietário, desejando conservar a publicação diária do jornal, e animado pelo exemplo da Europa, onde, não havendo êstes embaraços, exige-se contudo uma paga de qualquer linha do periódico; por tudo isto previne que, para o ano próximo futuro, exigirá quanto aos anúncios, no **Diario Novo**, o seguinte:

“Os anúncios dos srs. subscritores pagarão por linha 20 réis; se o anúncio fôr em tipo maior do que o do **Diario**, pagará o duplo. As repetições serão contadas pela metade para os srs. subscritores sômente. Os anúncios de pessoas que não forem subscritores pagarão (como dantes) 80 réis por cada linha. Os anúncios que não forem dos próprios assinantes, ainda que por êles assinados, serão rejeitados. O anúncio que fôr entregue depois das 5 horas da tarde só será publicado no dia seguinte, mediante uma gratificação de 320 réis por cada dez linhas, e sendo entregue depois das Ave Marias, a gratificação será dupla. As correspondências e outros quaisquer artigos continuarão, como até hoje; isto é, quer a sua publicação, quer o seu preço serão inteiramente arbitrários; e neste caso ficam compreendidos os avisos que possam por qualquer modo ser ofensivos da honra, conceito ou bom nome de terceiros”.

No mês seguinte, ou seja, a 21 de janeiro de 1845, o preço do número avulso, que era \$120, subiu para \$160. Mais alguns meses e, tendo Manuel de Sousa Teixeira assumido, a 5 de junho, a Presidência da Província, melhorou

a situação da fôlha, que se tornou órgão oficial. Escreveu, no dia 12, o editorialista: “No período da mais cruel tirania que caracterizou a administração do sr. Xico do Rêgo, apareceu o primeiro número do **Diario Novo** na arena política, com o nobre escopo de defender a liberdade, a justiça e o mérito, afrontando as iras do Baxá que flagelava a província e os punhais dos janízaros que o cercavam. Já lá vão três anos depois dessa publicação, sem que as sugestões, as promessas, as ameaças e as perseguições pudessem fazer-nos arrepiar a carreira que honrosamente encetamos. Fiéis a nossos princípios, temos sempre combatido como causa primária dos nossos males a influência perniciosa dessa família, que, com poucas e honrosas exceções, é uma horda de selvagens encravada no meio da briosa população pernambucana”.

“Velando sempre pelo trono do nosso adorado imperador, pela liberdade, que até a nomeação do atual ministério não era mais do que uma quimera, pela integridade do império que os **guabirus** querem destruir, e pelo melhoramento político e material da província que nos viu nascer, continuamos a nossa tarefa, avisando aos nossos assinantes que o mais breve que nos fôr possível aumentaremos o formato do nosso jornal, não só para dar maior cabida às matérias de política geral e local, correspondências, notícias estrangeiras, etc., como também por estarmos encarregados da publicação do expediente do governo, o qual já hoje apresentamos no lugar competente. Agradecendo aos srs. assinantes o favorável acolhimento que têm prestado ao nosso jornal, esperamos que êle lhes ofereça por esta maneira maior interêsse, e que por isso se torne ainda mais digno do partido que êle representa, isto é, de quase tôda a população da heróica província de Pernambuco”.

Pouco tempo depois, a 11 de julho, Antônio Pinto Chichorro da Gama assumia o governo da província, permanecendo o regime de órgão oficial. O formato aumentou alguns centímetros; e em janeiro do ano seguinte — 1846 — cresceu mais um pouco, passando a ter quatro colunas, ao invés das três anteriores, sem mais alterações em 1847, só exacerbada a campanha contra a oposição conservadora e a do republicano Borges da Fonseca, através d'**O Nazareno** e d'**O Tribuno**.

A situação voltou a modificar-se em 1848, com a ascensão, a 29 de setembro, do Partido Conservador, quando assumiu a chefia do Gabinete Ministerial o pernambucano

Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda. Começou uma fase das mais agitadas para o jornal, que perdeu a publicação dos atos oficiais (embora não os deixasse de divulgar), passando novamente para o campo da oposição. Intensificou-se a polêmica, só raramente interrompida, com o **Diário de Pernambuco**, o qual reassumiu sua velha posição de órgão oficial; com **A União**, trissemanário conservador, e, já no fim do ano, com **O Brado da Razão**, “um amontoado de mentiras e sandices”. Enquanto isto, apareciam, de vez em quando, as “Variedades”, d’**O Carapuceiro** (pseudônimo do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama).

Iniciada, a 7 de novembro, a Revolução Praieira, o **Diário Novo** tornou-se imediatamente órgão oficial das forças rebeldes, divulgando proclamações e manifestos, noticiando a marcha da luta e comentando as informações dadas pelos jornais governistas, taxando-as de mentirosas e desferindo ataques contra Herculano Ferreira Pena, que assumira a Presidência da Província no mês anterior.

No sueto “Horrores sôbre horrores”, de 15 de novembro, dizia o comentarista: “Ainda que o **Diário Velho** (5) e **A União**, na fôrça de seu delírio, tenham proclamado contra a Praia, descarregando sôbre ela os ódios, alcunhando-a de anarquista e de tudo quanto há de mau, a verdade é tal e tão transparente, que não pode ficar encoberta, quaisquer que sejam os esforços dos miguelistas”.

Após enumerar uma série de atos de vandalismo cometidos sob o nôvo govêrno local, concluiu: “Eis aqui os feitos do partido guabiru, eis a moderação, a tolerância e justiça proclamada pela **União**, parto de inferno, obra do demônio! Meu Deus, salvai Pernambuco... Salvai-o da voragem da guerra provocada por êsses malvados sedentos de ouro e de vingança!”

Enquanto a revolta prosseguia, no interior do Estado, com vantagens iniciais para os insurgentes, a polícia praticava perseguições e ameaças na capital, o que levou o visado órgão a divulgar, a partir de 12 de dezembro, esta “Mofina”: “Declaramos ao mundo inteiro que fazemos responsáveis pela segurança da vida de qualquer um de nossos amigos, votados ao punhal e ao bacamarte dos infames guabirus, aos srs. Presidente Pena, chefe de polícia Firmino, Sebastião do Rêgo, Pedro Cavalcanti, Nabuco, Figueira, José Bento de

(5) Cognome dado ao **Diário de Pernambuco**, também chamado o **Manteiga**, **Diário da Polícia**, etc.

Aguiar, todos por um e um por todos, para o que temos tomado tôdas as providências”.

Apontado como tendo sido ferido em combate, Luís Inácio Ribeiro Roma, mesmo enfêrmo, teve a sua casa de residência invadida por policiais, a 19 de dezembro. “Deu-se a busca no corpo do sr. Roma, que padece de uma inflamação agudíssima nos intestinos, e não se encontrou o objeto da busca, apesar de ter o perspicaz delegado corrido as partes mais recônditas do corpo do nosso amigo; se nada foi achado, a denúncia foi falsa”.

Pela madrugada faleceu o fundador do **Diario Novo**. E êste apareceu no dia seguinte, com a primeira página circulada de vinhetas fúnebres, lendo-se no centro, unicamente, em tipos vistosos: “Morreu o nosso concidadão Luís Inácio Ribeiro Roma, proprietário desta tipografia!!!” As três outras páginas ficaram em branco.

Teve a fôlha sua circulação interrompida por um dia, escrevendo-se, a 22, que Luís Inácio (6) “veio a sucumbir por se lhe ter agravado o seu mal com um ato de atroz canibalismo praticado pelos vândalos da governança. É mais um assassinato que pesa sôbre a cabeça do sr. Herculano Ferreira Pena, que não pode deixar de responder mesmo na terra por essa e outras atrocidades”.

“A viúva, D. Umbelina, mulher de rara têmpera — escreveu Leduar de Assis Rocha — sustentou o jornal do marido e, o que é mais, no mesmo diapasão desabusado do espôso morto”.

A 30 de dezembro, iniciava-se uma série de três editoriais, em que se consubstanciaram, no mais alto grau, os ideais revolucionários daqueles que enfrentavam o govêrno nas matas de Pernambuco, sob o título “A bandeira do movimento liberal”, atribuída a redação ao deputado Filipe Lopes Neto.

“Estamos resolvidos — dizia o primeiro — a não largar as armas sem que se chegue ao acôrdo da convocação de uma Assembléia Constituinte, que trate de decretar aquelas reformas que a experiência de tantos sofrimentos houver de aconselhar”. Exigia que as províncias não continuassem a ser “tristes feudatárias do Rio de Janeiro”. E concluiu, depois de longas considerações: “Pernambucanos! A nossa

(6) Luís Inácio Ribeiro Roma era filho legitimado do Revm^o José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o primeiro mártir da Revolução de 1817, conhecido geralmente como Padre Roma, por ter estudado na capital italiana.

causa é tôda justa, tôda santa e legítima; os mandões da Côrte, que lucram com o nosso atrasamento, nos querem esmagar; às armas! às armas! Ou vencermos para ter uma Assembléia Constituinte ou morrer como nossos antepassados no campo da honra!"

No segundo dêsses inflamados artigos, lia-se: "A pátria e só a pátria temos em vista, o povo e só o povo nos comove em suas misérias; a felicidade de ambos é a nossa única ambição. Viva a liberdade! Viva a nossa Assembléia Nacional Constituinte! Viva o Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil! Vivam todos os brasileiros dignos dêste nome, que aderiram a esta resolução inabalável!"

Mais incisivo, ainda, foi o terceiro da série, assim prossequindo o **Diario Novo**, através de proclamações e mais artigos, além da correspondência das diversas frentes de combate, com a fria narrativa das cenas de sangue e da bravura dos caudilhos das hostes liberais, entre os quais se havia incorporado o líder republicano Antônio Borges da Fonseca.

No último dia do ano, os redatores deputados Nunes Machado, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Peixoto de Brito dirigiram-se ao interior do Estado, a fim de colaborar com os demais chefes da Revolução, ficando à frente da redação Filipe Lopes Neto, ao passo que Urbano Sabino se encontrava no Rio de Janeiro.

Enquanto isto, intensificava-se, já sob o govêrno de Manuel Vieira Tosta, a perseguição ao jornal. No dia 9 de janeiro de 1849 a polícia invadiu a tipografia, prendendo dois tipógrafos e ameaçando os restantes. Eram claras as ameaças de empastelamento, a respeito das quais fez a redação a seguinte advertência:

"... temos francos fiadores nas tipografias do **Diario de Pernambuco e d'A União**, ainda que estas não valham metade do **Diario Novo**, uma das mais ricas em tipos do Brasil. Provocam represálias!!! pois terão de arrepender-se!"

Lia-se no dia 11: "**Ao público** — Ontem à noite, ao saírem os distribuidores com o **Diario Novo** de 10 do corrente, para entregá-lo, foram assaltados por um bando de polícia, presos, e tomados 250 exemplares do mesmo **Diario Novo**, pertencentes a vários assinantes de Santo Antônio, Boa Vista e São José. Esta falta involuntária não podia ser prevista, porque ninguém se lembrava de que agentes de polícia cometeriam um roubo semelhante. E como por nenhum preço há quem queira distribuir o **Diario Novo**, porque a polícia ameaça a todos com a cadeia e com o recrutamento, a pro-

prietária (7) do **Diario Novo** pede encarecidamente aos srs. assinantes dos três bairros tenham a bondade de mandar buscar os seus diários a esta tipografia, no andar de sua residência, onde ela mesma os entregará, até que Deus se compadeça de Pernambuco e nos dê remédio em nossas angústias e sofrimentos”.

No dia 13: “... não poderá o **Diario Novo** sair com regularidade, porque atualmente é composto por alguns amigos curiosos e tirado por pessoas que nunca foram impressores, visto como a policia faz prender a todos quantos se prestam a ganhar o seu pão na Tipografia Imparcial”. Sai-ria “ao menos de dois em dois dias”, sendo posteriormente “indenizados os números que deixassem de sair em tempo”.

Quando, na véspera, foi o General Abreu e Lima comunicar tais fatos ao Presidente da Província, retrucou-lhe S. Ex.^a que nada sabia, assumindo, entretanto, a responsabilidade de tudo o que houvera e do que mais viesse a acontecer “para fazer calar o **Diario Novo**” e até, se fôsse preciso, “mandar fechar a tipografia”.

No dia 15, o artigo intitulado “Ao Brasil”, assinado **Os Redatores** e repetido até o dia 20, fêz um relato dos acontecimentos e da atitude do govêrno Tosta, diante do que se via a fôlha na contingência de suspender a circulação ou calar, optando pela segunda alternativa. Tomara a deliberação de não dizer uma só palavra, apelando para o tempo e para a justiça da causa liberal, acrescentando: “Não por nós, que resistiríamos ao poder com o denodo de verdadeirs pernambucanos, mas por objetos que nos são tão sagrados, como a viúva e os filhos do nosso finado amigo. Temos que ceder e calar-nos por ora, protestando, como solenemente protestamos, contra a mais flagrante violação da primeira garantia constitucional — a liberdade de imprensa”.

Mas, aduziu: “O silêncio do **Diario Novo** será mais nocivo que todos os seus artigos, por mais violentos que fôsem; a êste calar concentrado corresponderá um grande grito de indignação — nós vo-lo juramos”.

A seguir, o noticiário em tôrno da marcha da rebelião só trazia o título, vindo o espaço destinado à matéria todo pontilhado, inclusive, no dia 17, o do artigo “Estado atual da Província de Pernambuco”.

(7) À página 175 do seu livro, Leduar de Assis Rocha atribuir, por engano, a Antônio Manuel dos Santos Caminha a qualidade de “dono da tipografia”. Ele era, simplesmente, desde 1846, o “impressor”, uma espécie de “testa de ferro”.

Logo mais, a 25, o chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo lançava uma portaria, em que declarou: "... façam sequestrar e conduzam para êste juízo (a suprema autoridade policial era, também, juiz dos Feitos da Fazenda) o periódico **Diario Novo** já impresso, e os que se houverem de imprimir, nos quais esteja Antônio dos Santos Caminha como impressor, visto ser falso ser o dito Caminha impressor, por isso que se acha ausente da capital e em lugar não sabido". Ao que respondeu Caminha, no dia seguinte, protestando e declarando não recuar diante da responsabilidade que contrairá quando se deliberou a imprimir o jornal. O que fêz até a suspensão, dias após.

Ainda circulava o **Diario Novo**, cujos exemplares eram apreendidos, mesmo estando já no Correio, destinados aos assinantes dos subúrbios e do interior. Finalmente, ficou suspenso, uma vez publicada a edição de 1 de fevereiro de 1849.

Extinta a Revolução Praieira, com a vitória dos legalistas, tendo perdido a vida Nunes Machado, encontravam-se presos os demais redatores do **Diario Novo**: deputado Jerônimo Vilela, General Abreu e Lima e deputado Filipe Lopes Neto, enquanto Felix Peixoto de Brito e Melo conseguiu fugir para Portugal. Presos, também, o impressor Santos Caminha e o tipógrafo Carlos Eduardo Muhlert, de nacionalidade alemã.

Ressurgiu o jornal a 24 de abril do mesmo ano, vendo-se a primeira página circulada de vinhetas fúnebres e, ao centro, em tipos gordos, o seguinte: "Uma lágrima de dor e de saudade sôbre o túmulo do exímio patriota, do benemérito Desembargador e Deputado Joaquim Nunes Machado...!!!" Abaixo, algumas linhas sôbre a vivência do patriota, que "não morre", mas continua a existir "além da eternidade". A segunda e a quarta páginas apresentavam-se em branco. A metade superior da terceira, porém, continha vibrante editorial, no qual se dizia voltar o **Diario Novo** ao seu pôsto, para "prosseguir na defesa das liberdades pátrias e levar a sua pedra a essa obra da civilização para a qual o mundo caminha com passo de gigante, mau grado daqueles que supõem que o pensamento pode retrogradar".

O artigo, que foi redigido por Antônio Vicente do Nascimento Feitosa (8), aludiu à lei do aperfeiçoamento, à

(8) Mais de três anos depois, em artigo de 14 de outubro de 1852, esclareceu **O Liberal Pernambucano**: "O sr. dr. Feitosa, que se havia até

marcha do gênero humano, à causa da liberdade, da emancipação e do progresso, à linguagem da moral e do evangelho, ao doloroso quadro que a província de Pernambuco oferecia, cheio de espectros, gemidos de dor, lamentos de mães que perderam filhos, esposas que perderam maridos, para dizer, depois, que havia um Deus justo, exclamando: “tremei no dia de sua vingança!” Terminou abraçando “a imagem augusta do nosso caro Monarca”, dirigindo-lhe súplicas e a confiança de que seu coração não se fecharia “aos gemidos da aflição”.

Não circulou, porém, a fôlha no dia seguinte, porque a polícia a fêz calar, ficando suspensa (9). Só voltou a 9 de julho, tendo como redator principal Afonso de Albuquerque Melo, após haver a viúva Luís Inácio Ribeiro Roma comparecido à Câmara Municipal do Recife, onde assinou a declaração de ser a proprietária da Tipografia Imparcial. Escreveu o articulista:

“Depois de seis meses de silêncio, o silêncio impôsto pela política mais desumana e bárbara de que há notícia nos anais da história antiga e moderna, o **Diário Novo** aparece, porque, graças ao céu, êle defende uma causa justa e santa, a causa da liberdade, e a liberdade não morre!”

O editorial focalizou as perseguições suportadas pelo jornal quando do govêrno transato e a situação de Pernambuco e do país inteiro, desde 1817, frisando a certa altura:

“No sistema representativo, os partidos têm direitos, todos êles, tanto o do govêrno como o da opposição; a tribuna, a imprensa são os recursos da opposição; mas entre nós o que succede? só o partido do govêrno tem direitos; o outro é condenado a gemer sem ao menos seus gemidos terem um eco!”

“Eis a atualidade... Eis a política que hoje domina! Conspira quando de baixo; despotiza quando de cima. Quer tolerância quando caída; promove o extermínio e a morte quando empoleirada”. Por fim, dizia: “O que, porém, nos

então conservado longe da política”, apareceu “nas fileiras dos proscritos” e fêz “uma tentativa para o reaparecimento da liberdade de imprensa, escrevendo êsse **Diário Novo** que foi apreendido e cujos distribuidores foram espionardeados pela polícia”.

(9) Na sessão de 5 de maio, da Assembléia Legislativa Provincial, o deputado oposicionista José Antônio de Figueiredo verberou a violenta apreensão, efetuada pela polícia, de quase tôda a edição do **Diário Novo**, de 24 de abril, e conseqüente prisão dos distribuidores, um dêles alvejado a tiro, condenando, enfaticamente, o cerceamento, a que se dedicava o govêrno, da liberdade de imprensa.

poderá salvar? todo o império responde: — Uma Constituinte”.

Outro longo artigo teceu considerações sobre a missão do novo Presidente da Província — Honório Hermeto Carneiro Leão, do partido dos guabirus, declarando manter-se em expectativa no tocante às normas de sua administração...

A 12 de julho — 1849, — repetido dias seguidos, publicava-se o Aviso: “As pessoas que quiserem mandar anúncios para o **Diario Novo** pode-lo-ão fazer, guardadas as regras da civilidade e da decência, levando-os ao pátio do Colégio, loja de livros n.º 2, ou entregando-os nesta tipografia”. E mais: “Recebe correspondências de interesse público e particular, sendo elas escritas com decência e vindo a respectiva responsabilidade; também franqueia suas páginas para quem quiser escrever artigos políticos, mas com a condição de serem revistos e corrigidos, se fôr mister, pela redação, e estes artigos serão recebidos como — Comunicados”.

Era de 160 réis o preço do exemplar. Só no dia 14 aparecia, ao pé da última página: “Impresso por J. F. dos Santos”, em setembro substituído por T. F. Pereira.

Verificado o julgamento dos “cabeças” da revolução praieira, a 17 de agosto, condenados à prisão perpétua (10), entre eles Filipe Lopes Neto, General Abreu e Lima e Jerônimo Vilela de Castro Tavares, depois deportados para Fernando de Noronha, e Felix Peixoto, ausente, o **Diario Novo** abriu campanha, das mais violentas, contra o chefe de polícia Jerônimo Figueira de Melo, que fez o processo, na primeira alçada; contra o promotor Francisco Xavier Pais Barreto, que denunciou; contra o juiz José Tomaz Nabuco de Araújo, que proferiu a condenação, e contra o Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, que processou a deportação, inclusive do jornalista e advogado Antônio Borges da Fonseca (11).

O antigo redator d'O Nazareno, decorridos os primeiros meses de incomunicabilidade, passou a enviar corres-

(10) A perpetuidade não chegou a durar dois anos, sendo beneficiados os líderes revoltosos por anistia.

(11) O **Diario Novo** “ficava abandonado pela deportação de Neto, de Vilela e de Borges da Fonseca para Fernando de Noronha” — escreveria o periódico **A Revolução de Novembro**, de Afonso de Albuquerque Melo, a 19 de agosto de 1850, acrescentando: “Nós, os republicanos, sustentamos o **Diario Novo**”.

pondência de bordo da corveta “Euterpe” para o **Diario Novo**, a salientar, a partir de 9 de julho, a série de cartas endereçadas ao Deputado Antônio Peregrino Maciel Monteiro (depois Barão de Itamaracá), refutando-lhe o discurso de 26 de abril, na Assembléia Provincial, a respeito da Revolução Praieira; outras, denunciando maus tratos na cadeia, para onde fôra transferido; outras, revidando ataques d’A União e outras, ainda, sôbre a política paraibana. A última procedeu de Fernando Noronha, dando notícia da viagem e da boa recepção dos ilhotas...

Não teve limite, nas colunas do perseguido órgão, a cutilinária contra o govêrno provincial, sobretudo denunciando atrocidades da polícia contra os prisioneiros, miseravelmente deportados para “lugares inóspitos”, doentes e maltratados.

Começava, paralelamente, terrível perseguição aos que faziam o **Diario Novo**. A 27 de outubro foi prêso, “pelo crime de abuso de liberdade de imprensa”, após um processo sumarissimo, o impressor Tomaz Francisco Pereira, sendo substituído por J. F. de Sousa. Lia-se, a propósito, na edição de 29: “Srs. do poder, o **Diario Novo** não recua diante de perseguições! Tornai a chamar à responsabilidade, mandai prender e arrebentar os prelos, que nos achareis sempre na estacada; havemos de queimar o último cartucho”.

Dois dias depois, o mesmo promotor Pais Barreto denunciava do impressor já prêso “ou de quem quer” que fôsse o responsável pelo artigo publicado no n.º 112, de 20 de outubro, sob o título “Pernambuco e a regeneração do Brasil”, onde se fazia a apologia dos mártires de 1817 e 1824.

Pela quarta vez foi denunciado o **Diario Novo**, por causa de um artigo do n.º 119, de 29 de outubro, da polémica com o periódico **A União**. Em poucos momentos, na própria residência do juiz Neves, fêz-se a “formação de culpa do impressor João Fernandes de Sousa, sem ter sido notificado”. Tomados os depoimentos em segrêdo, foi o réu pronunciado e prêso.

A 12 de novembro, Figueira de Melo, acompanhado dum escrivão, do comandante do corpo de polícia e de 20 praças, estas encarregadas do cerco do prédio, efetuou minuciosa busca, não só na tipografia, mas também na residência da viúva Roma, à cata de autógrafos dos últimos artigos. Ao sair, ordenou que o **Diario** nada publicasse em tôrno do movimento de Água Prêta, chefiado por Pedro Ivo Veloso da Silveira, um dos comandantes da Revolução Praieira, que se ocultara nas matas e continuava lutando.

Finalmente, não suportando mais os ataques de que era alvo, de incontida audácia, o “sicário”, o “sanguinolento” Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão mandou fechar o afoito jornal, cujo último número circulou a 15 de novembro de 1849, sendo presos, na ocasião, os redatores José Antônio de Faria Abreu e Lima, Padre Francisco Rochael Pereira de Brito Medeiros e Afonso de Albuquerque Melo, um tipógrafo e dois impressores (12). Por ter conseguido escapulir-se em tempo, deixou de ser igualmente detido Antônio Maria O’Connel Jérsey, que fôra chamado a auxiliar a redação durante o período crítico (13).

Mais de dois anos transcorreram e outra tentativa empreendeu o **Diario Novo**, reaparecendo a 2 de fevereiro de 1852, data do terceiro aniversário da morte de Nunes Machado. Repetiu-se a homenagem, com vinhetas fúnebres na primeira página e “uma lágrima de dor e de saudade pelo herói finado”, incluindo os “outros patriotas exímios” que pereceram na Revolução. A segunda página apareceu em branco, mas a terceira trouxe dois editoriais substanciosos, o segundo dos quais, sôbre o desaparecimento objetivo do líder praieiro, terminando na quarta, seguido de versos patrióticos, alusivos, sem assinatura. A meia página restante ficou em branco.

Lia-se no primeiro dos editoriais: “Quando, em novembro de 1849, os srs. Honório e Figueira de Melo, depois de praticarem as mais escandalosas violências contra a empresa do **Diario Novo**, ousaram, com imprudência inaudita, ordenar à proprietária da oficina que a fechasse, nós protestamos com uma indignação concentrada por êsse torpe atentado contra o direito de exprimir o pensamento; e o **Diario Novo** retirou-se, resolvido, firmemente, a voltar ao seu pôsto de honra logo que nos fôsse restituída a liberdade de imprensa. Suspendida a compressão da província, causas diversas impediram então e até agora a continuação

(12) Informação colhida, quanto às prisões efetuadas, nos periódicos liberais **O Maccabêo**, de Nascimento Feitosa, e **O Fiscal**, de Inácio Bento de Loiola. O segundo, em sua edição de 20 de novembro de 1849, acrescentou que, cercada a tipografia, pela polícia, duas carroças foram colocadas “à porta, para conduzir a oficina”. Entretanto, “a sr.^a viúva Roma, proprietária dêsse estabelecimento, a muitas instâncias, pôde demorar a execução enquanto foi ter com S. Ex.^a O sr. Honório, compadecido das lágrimas da desolada viúva, que reclamava o único arrimo de seus filhos, mandou levantar o cêrco”; “... porém o **Diario Novo** não saiu mais...”

(13) **D’O Paladim**, bissemanário liberal de A. M. O’Connel Jérsey, edição de 8 de abril de 1852.

do **Diario Novo**, que hoje finalmente saúda o país, sempre girando para o seu poente, e mais apaixonado pela grande idéia de que há sido martir”.

O editorialista fez um retrospecto da vida acidentada da fôlha, dos serviços por ela prestados à província e do impulso dado à revolução de novembro de 1848, quando o Partido Liberal viu que estava tudo perdido, só cabendo o recurso das armas. Ao concluir, emitiu o seu programa:

“O **Diario Novo** quer a revisão da Constituição, e que se amplie, devidamente, o elemento democrático do governo, porque reconhece que o princípio uno tem uma esfera de ação tão extensa que desnatura a monarquia representativa; quer que se reforme o Parlamento, organizando convenientemente o Senado, que está superior a todos os poderes do Estado e pode tyrannizar a nação; quer que se estenda, convenientemente, a esfera jurídica das províncias, conservando-se a forma unitária; quer que se mude o nosso sistema eleitoral, por não ser o mais próprio para realizar praticamente o governo representativo do Brasil, etc.; — em suma: quer o progresso político.

“Quer também o desenvolvimento, a animação e o progresso da ciência, da arte, da agricultura, da indústria, da educação e da moral; a nacionalização do comércio a retalho; a substituição da escravatura por braços livres, em nossa indústria; a reforma no nosso sistema de propriedade territorial; o melhoramento e desenvolvimento de nossas vias de comunicações, etc.; em suma: quer o progresso social e individual da nação.

“Animado por este espírito, o **Diario Novo**, saindo novamente, à luz, dirige hoje um grande convite a todos os liberais do Império, a fim de que se unam, todos por um só pensamento e uma só vontade, para debelarmos essa hydra feroz que, sob o nome de governo, tem o seu pouso no Rio de Janeiro; e pugnaremos por uma Constituinte; porque, no atual estado político do país, é o único meio de reformar a nossa organização política que não ofenda a soberania do povo, e sem essa reforma todo o projeto de melhoramento nacional é uma loucura”.

Voltou o **Diario Novo** a divulgar atos officiaes, sem compromisso, e, no segundo número, inseriu os estatutos da Sociedade Constituinte, de que se tornou órgão. Pela primeira vez, deu à publicidade um folhetim: o romance “*Maria Espanhola ou A vítima de um frade*”, da autoria de M. Venceslau Ayguais de Isco.

Entretanto, continuava no poder o Partido Conservador,

sendo presidente da provincia Victor de Oliveira e chefe de policia Figueira de Melo, de "tão trágicas recordações". Fêz-lhe opposição o destemido órgão, assim como ao Presidente Francisco Antonio Ribeiro, que substituiu ao precedente a 9 de março. Continuaram as censuras ao governo, do mesmo modo não havendo trégua na polémica com os jornais *gua-birus*.

Finalmente, a viúva Roma pôs à venda a tipografia, resolvendo os redatores do jornal suspendê-lo, o que ocorreu com a edição de 30 de abril de 1852 (**Bib. Pub. Est. e do Inst. Arq.**).

1843

O NAZARENO — Órgão político, surgiu no dia 24 de maio de 1843, em formato de 30x20, com quatro páginas de duas colunas, confeccionado na Tipografia Social Nazarena, do Padre Luis Inácio de Andrade Lima & Cia., situada no pátio da Matriz, em Nazaré da Mata (1). Editor e impressor — o próprio Luis Inácio; redator — Antônio Borges da Fonseca. Trazia, sob o cabeçalho, a seguinte sentença de Raynal: "Quando a prepotência cresce e a murmuração cessa, ai dos tiranos!". Tabela de assinaturas: ano 7\$000; seis meses — 3\$840; três meses — 2\$000, sendo as duas primeiras parcelas pouco depois alteradas para 6\$000 e 3\$500, respectivamente, "pagando-se no ato de subcrever".

Lia-se no artigo de apresentação: "Isolado numa posição arredada de todos os partidos e resolvendo a perigosa marcha em que se vai precipitando o nosso desgraçado Império, não pode **O Nazareno** sufocar por mais tempo as suas melancólicas e angustiadas considerações". Esperava contribuir para alertar o Governo em face da "insuportável torrente dos males públicos".

Ao fim da última página, explicava uma nota: "**O Nazareno** sairá por ora uma só vez por semana e em dias indeterminados; distribui-se nesta Vila em casa do sr. Manuel Duarte Ribeiro e na mesma vende-se avulso a 80 réis cada um, e na cidade do Recife, nos lugares que pelas fôlhas fo-

(1) Embora tivesse começado a existir em Nazaré da Mata, **O Nazareno** transferiu-se para o Recife quinze meses depois. E tornou-se diário no penúltimo ano. Daí, e dada a importância do jornal, a sua inclusão neste volume.

rem anunciados". Outra nota: "**O Nazareno**, uma vez por tôdas, declara que francamente publicará a defesa de qualquer pessoa ou autoridade ou corporação cuja conduta fôr censurada em suas páginas".

Seguiu-se a publicação, inserindo extensos artigos, sem assinatura ou assinados **O Editor**, todos de natureza política, sempre chamando a atenção do Governo Imperial para os males que afligiam a nação, e Correspondências, sem nenhum anúncio.

A edição de 8 de julho saiu, excepcionalmente, com seis páginas, assim advertidos os leitores: "Este número, por ser de fôlha e meia, vende-se a 100 réis". No mês seguinte, passou a circular bissemanalmente, anunciando que as inserções custariam 100 réis por linha para os não assinantes, e 20 réis para os assinantes. A partir de 9 de agosto, a sentença do cabeçalho foi substituída pela seguinte: "Para que uma nação ame a liberdade, basta conhecê-la; para que seja livre, basta querê-lo". Além disso, abrindo a primeira página, alinharam-se mais dez sentenças célebres, uma das quais é esta: "Quando o govêrno oprime o povo, a insurreição do povo inteiro, e de cada porção do povo, é o mais santo dos deveres".

Após a edição de 11 de outubro, **O Nazareno** viu-se obrigado a suspender a circulação, acusado que foi, pelo govêrno provincial, como incurso em delito de imprensa, devido à divulgação, no n.º 29, do artigo "Atenção, realistas!", sem assinatura, mas de responsabilidade atribuída a Vicente Ferreira Marinho (2). A denúncia do promotor aludia a "expressões injuriosas" contra o Imperador Pedro II e outras "provocações" d'**O Nazareno** para derrubar a Monarquia. Nada obstante, voltou a circular a 8 de novembro. No dia 5 do mês seguinte, em concorrida sessão do Júri, sendo defensores do jornal o Padre Luís Inácio de Andrade Lima e Borges da Fonseca, ocorreu unânime absolvição, que a fôlha anunciou na edição de 9 de dezembro e foi celebrada com manifestações públicas de regozijo, vivas à liberdade de imprensa, a **O Nazareno** e à Justiça (3).

(2) O "testa de ferro" era "pardo, solteiro, caixeiro e estilador no Engenho Sagui".

(3) **O Diário Novo**, do Recife, edição de 16-12-1843, deu completa cobertura ao acontecimento, regozijando-se com a vitória da oposição em Nazaré da Mata.

Um ano depois (novembro de 1844), em consequência de apelação do juiz de direito, o processo voltou a julgamento, verificando-se nova absolvição, por unanimidade.

Tendo encerrado as atividades do ano com a edição de 16 de dezembro, o periódico reapareceu a 9 de janeiro de 1844. Para facilitar a leitura dos números atrasados, dizia uma nota que eles seriam vendidos, na tipografia, a “três vinténs”. Nova interrupção verificou-se entre 26 de janeiro e 27 de fevereiro, motivada pela ausência do redator Borges da Fonseca, que fôra ao interior do Estado a serviço da advocacia, que vinha exercendo como autodidata.

Mantendo-se em oposição ao “Ministério monárquico” e defendendo a implantação da República, **O Nazareno** enfrentou a odiosidade do situacionismo, sob o governo de Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista), sofrendo perseguições, até que, dada a edição de 18 de junho, deixou de circular em Nazaré da Mata.

Dois meses após, precisamente no dia 20 de agosto, resurgiu no Recife, para onde veio transportada a Tipografia Social Nazarena, então propriedade única de Antônio Borges da Fonseca, que se instalou no Largo do Paraíso n.º 4. No artigo de representação, sob o título “**O Nazareno resuscitado**”, lia-se:

“Depois de longo intervalo, vencidas enfim as dificuldades que nos opuseram os inimigos das liberdades pátrias, os algozes das garantias sociais, os assassinos dos direitos do homem, os vândalos caluniadores da democracia, eis-nos na arena, e nesta praça do Recife de Pernambuco, aqui onde ergueram suas vozes os democratas Barata e Caneca, em prol do povo, em prol da soberania nacional.

“Foi inútil o esforço dos nossos adversários para roubar-nos a tipografia que, estabelecida em Nazaré, sob a firma social do nosso distinto e venerando padre L. I. de Andrade Lima & Cia., se houvera prestado somente a publicações no interesse da nacionalidade; perderam suas ciladas, e nem os sicários que emboscaram para assassinar-nos e a três amigos que conduziam a tipografia para esta praça lhes foi de proveito! Deus, cujo dedo potente vemos continuamente na direção das coisas da pátria, cuidou de nós” (4).

Seguiram-se longas considerações em torno dos erros do Ministério e do governo imperial, dizendo o articulista, a certa altura: “Queremos uma Constituinte para dar o Brasil aos brasileiros e arrancá-lo do poder dos estrangeiros”. Em conclusão: “... temos uma devoção quase fanática pela

(4) Já antes, amigos de Borges da Fonseca tinham evitado que ele caísse noutra emboscada, destinada a assassiná-lo.

ordem, pela paz, pela liberdade”; “a única revolução que desejamos ver consumada é a moral. Resignação, constância, assiduidade, e a vitória será nossa; não está longe o dia da redenção”.

Independente de partidatismo, o periódico combatia “a súcia da Praia” e atacava “o **Regenerador** do sr. Batista” (João Batista de Sá), anunciando que Borges da Fonseca iria fazer circular **O Verdadeiro Regenerador** (5). Já se afastara da Presidência da Província, desde abril do referido 1844, o Barão da Boa Vista, uma vez decaído o Gabinete Conservador; sucederam-no, interinamente, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Major Isidro Francisco de Paula Mesquita e, para uma temporada maior, de quatro meses, o desembargador Joaquim Marcelino de Brito, até que, a 11 de outubro, inseriu **O Nazareno** concisa mensagem do nôvo Presidente, Tomaz Xavier Garcia de Almeida, dirigida “Aos Pernambucanos” ao assumir tais funções, dois dias antes. Logo abaixo, porém, uma nota redacional argumentava que as promessas governamentais eram sempre vãs, acrescentando: “Nós levantaremos também nossas vozes em favor da reforma social, para que combinemos no seu justo valor a democracia e a realeza, estabelecendo o sistema federal, e faremos todos os esforços por mantermos a paz, a ordem e a liberdade, necessidade que tem o **único soberano** do Brasil — o povo”.

Na mesma data ficou suspensa a fôlha, por motivo de nova viagem do redator, que avisou aos leitores: “Quando voltarmos, entraremos em conta com os inimigos da democracia, quaisquer que êles sejam”.

Ressurgiu a 16 de dezembro, abrindo a edição prolixo editorial, em que dizia, a certa altura, verberando a atuação do gabinete ministerial: “... e não é ultrajar-nos mandar-nos governar pelo sr. Tomaz Xavier, o chefe da comissão militar de 1824, o chefe da Coluna em 1829, que daqui saiu proscrito? não é ultrajar-nos restaurar no comando das armas o sr. Seara (Brigadeiro Antônio Correia Seara), que já uma vez foi sacudido daqui, quando obteve igual despacho? o sr. Seara, que se ofereceu para comandar a escolta destacada para assassinar o nunca assás chorado Caneca?”.

Noutro tópico, explicava o articulista: “Srs.: estávamos

(5) O nôvo órgão, de publicação hebdomadária, surgiu em setembro de 1844, para secundar a campanha contra a Monarquia constitucional e o governo provincial, especializando-se, todavia, no combate ao predomínio de estrangeiros no comércio a retalho (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. IV).

quase resolvido a não escrever mais, porque como que havíamos desesperado da salvação pública; mas agora, enquanto governarem em Pernambuco os seus algozes, só deixaremos a pena se não formos ajudado de uma maneira decidida e franca pelos liberais, por aquêles que foram, em 1824 e 29, vítimas dos assassinos da liberdade. Estávamos, sim, sem ânimo de continuarmos, uma vez que, nessa miserável luta em que nos achamos, alguns homens, que supúnhamos de juízo, não entenderam nosso pensamento, e nos fizeram injustiças; mas a pátria não é culpada para a abandonarmos ao furor de seus mais cruentos algozes, e ainda vamos fazer mais um esforço para ajudá-la. Quando o Ministério tudo assola; quando não respeita nem mesmo a decência pública, poupá-lo é um crime de lesa nação, e o não praticaremos seguramente”.

Mais adiante, bradou: “Pernambucanos! Nem tanta prostração: não vos deixeis levar por essas alicantinas monárquicas, que só servem para enervar-vos e expor-vos a tôda a casta de vilipêndios. Vêde que nossa decadência data de quando se amorteceu o fogo democrático por entre vós, para dar lugar às devassidões monárquicas, isto é, a êsses bailes, a essas súcias dansarinas, a essas quadrilhas insignificantes, a êsses contínuos deboches, a essas bacanais, e quando nos faltam e se nos negam todos os meios de educação popular”.

Na edição seguinte, em nota esclarecedora, frisou **O Nazareno** que jamais louvara a Praia, de que era adversário o seu diretor.

Findou o ano com a edição de 23 de dezembro, voltando a 3 de janeiro de 1845, para continuar circulando bissemanalmente.

No mês de maio dêsse ano, uma vez prêso Antônio Borges da Fonseca (por denunciado delito de imprensa cometido através d'**O Verdadeiro Regenerador**), a impressão d'**O Nazareno** passou à responsabilidade de Manuel Zeferino Pimentel, “antigo impressor da tipografia”. Absolvido no dia 21 de junho e libertado, escapou o jornalista, no dia 26, de ser assassinado, às 9 horas da noite, em frente à sua casa, no pátio do Paraíso, por um elemento da polícia, a mandado, segundo divulgou, do Presidente da Província, Manuel de Sousa Teixeira, que substituíra a Tomaz Xavier no dia 5 do mês em referência. O nôvo titular, porém, transmitiu o govêrno, a 11 de julho, a Antônio Pinto Chichorro da Gama.

Depois de haver tido como alvo de críticas acerbas a administração de Tomaz Xavier, o jornal de Borges da Fon-

seca não deu trégua à de Chichorro, enfrentando, o ano inteiro, a imprensa situacionista: **Diario Novo**, **O Guarda Nacional**, **O Azorrague** e **O Foguete**, além de rebater aleives dos conservadores: **Diario de Pernambuco**, **A Carranca**, **O Clamor Publico**, etc., embora as insinuações, daquele outro lado, de haver êle aderido à política dêstes últimos, então oposicionistas, também apelidados “guabirus”.

Nesse ano, circulou a última edição a 28 de novembro, para reaparecer no dia 5 de fevereiro (6) de 1846, transferida a Tipografia Nazarena para a rua das Florentinas, D-8. Estabelecido em 2\$000 o custo da assinatura de uma série de 25 números, vendia-se o exemplar a \$100.

Voltava, pois, decorridos mais de dois meses de paralisação, motivada por grave enfermidade de que fôra acometido o redator, o qual pretendia, na oportunidade, retirar-se da política. Entre as razões do reaparecimento, ressaltavam: a luta na Europa; a “perversidade do Ministério”; a “razão social”; a indicação do Visconde de Goiana à Senatória e a necessidade da revogação da lei de novembro. Acentuou o articulista:

“Temos, finalmente, que entrar em discussão com tudo que nos parecer contrário aos interesses primários e secundários da América, e dêste Brasil que também é América, e mostraremos como o Norte está aniquilado pela miséria, sem que o Ministério **glorioso** cumpra o seu dever mandando os socorros que a Constituição diz garantir ao povo brasileiro”.

No dia 12, comentando, sob o título “Morro de fome”, a tremenda sêca que assolava o Nordeste, escreveu, entre outras considerações: “Brasileiros! enquanto estamos onerados de gravosos impostos, enquanto a extraordinária renda que se tira das provincias do Norte é consumida em bailes, em devassidões na côrte do Rio de Janeiro, nós, os que habitamos as provincias do Norte, morremos de fome, e nem êsse govêrno reparte conosco nosso próprio suor. Em vão são nossos clamores, escarnecidas são nossas lágrimas; o que se quer é mesmo reduzir o Norte ao último apuro, porque se teme o Norte, porque seguramente não permaneceremos por muito tempo como colonos do Rio de Janeiro”.

(6) Não a 3 de fevereiro, como está registado nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

Continuou, meses afora, a combater o partido liberal ou praieiro e a administração provincial, declarando, na edição de 6 de junho, que o Ministério devia compreender “a necessidade de mandar para esta província um presidente que creia nos princípios da sociedade brasileira, que os procure realizar e que não venha mais comprometer a causa social e a Monarquia, como tem feito o sr. Chichorro, de abominável recordação (?). Que S. M. e seu govêrno compreendam a nulidade do partido praieiro, e salvem Pernambuco do opróbrio, e o Brasil inteiro da ruina, que lhe está iminente”.

A 17 de dezembro vinha à baila o contrato que o Imperador assinara, com certa firma do Rio de Janeiro, para a limpeza das “matérias fecais, comentando o desabusado redator:

“Mas não temos nós um Presidente tão zeloso pelo bem dêste Pernambuco? Pois então, êle que se não esqueça da trampa, para se mostrar bom delegado: neste govêrno de trampa, também S. Ex.^a o sr. Chichorro deve mostrar sua aptidão; o mais é ficar somenos o Govêrno Imperial, cujo delegado é, govêrno que tem mostrado seu espirito reformador, começando pela trampa”.

Os ns. 70 e 71, últimos de 1846, saíram ambos com a mesma data de 24 de dezembro, o primeiro, excepcionalmente, com oito páginas, sete das quais ocupadas pela “Lei regulamentar das eleições do Império do Brasil”. Fechando a oitava, lia-se:

“Temos completado o trabalho dêste ano; tomamos férias. Agradecemos aos nossos assinantes a pronta cooperação que nos prestaram. Talvez seja **O Nazareno** a única fôlha, nesta cidade, e em todo o Império, que finde o ano sem ter um só subscritor de quem se queixe. Boas festas desejamos a todos os nossos leitores. Nossos trabalhos continuarão em janeiro próximo”.

No n.º 71, fêz-se um balanço do ano findo, chamando-o o articulista de maldito, porque começou com um Ministério que erigi em “princípio governativo a rapina, o punhal, o bacamarte”, terminando com outro de impotentes.

Já então, a oficina tipográfica se encontrava na rua da União, tendo passado algum tempo antes na rua Augusta. A função de “impressor”, desde 15 de outubro, estava a cargo de Pedro Alexandrino Alves.

Voltando no dia 22 de janeiro, aludiu **O Nazareno**, no artigo “O nôvo ano de 1847”, aos 24 anos e quatro

meses do regime monárquico constitucional, “de decepções e enganos”, passados “na prostituição e na infâmia”, período em que a civilização pouco ou nada tinha adiantado. Enumerou, a seguir, a contar de 1822, ano por ano, as realizações negativas do governo monárquico, terminando por falar dos gastos da família imperial e da enorme dívida nacional, achando-se o país quase na bancarrota, ao passo que “todos os dias” corria sangue, não havendo “administração nem polícia”.

O editorial, que ocupou página e meia, aconselhava: “Nesta situação, o que nos cumpre? Pensar na atualidade, congregar-nos, para salvarmos o país dêste Estado deplorável em que se acha, para arrancá-lo do abismo em que está metido”. E, após longa estirada: “Oxalá tenha o Deus da América abençoado êste ano; que seja êle próspero, que nêle o povo compreenda sua missão. e a América realize sua confederação geral, ou ao menos se dê princípio ao seu estabelecimento. Tais são os nossos votos, e por nossa parte tudo empreenderemos para os vermos realizado”.

O **Nazareno** iniciou 1847 com maior formato (35x25), de três colunas a 16 cêceros, divulgando cada vez mais extensos editoriais políticos, além da transcrição de matéria dos jornais de províncias vizinhas. Só então passou a admitir ligeiros anúncios. Publicação às segundas, quartas e sextas-feiras, à tarde; semestre — 5\$000. Batia-se, sempre, com o **Diario Novo**, repelia o que chamava “as mentiras” do periódico **O Arara** e não perdia oportunidade de criticar a presença de portugueses e ingleses em Pernambuco.

Logo a 25 de fevereiro, o periódico iniciou a inserção de folhetins em rodapé, com a novela “Um homem do povo”, por A. B., prosseguindo, após, com outras. A **Tipografia Nazarena**, até aí, de Borges da Fonseca, transferiu-se, no dia 3 de abril, à propriedade de Beroaldo Soares dos Reis, sem alteração, porém, na parte intelectual.

Uma nota do dia 9 dêsse mês atribuiu ao juiz Manuel Mendes da Cunha Azevedo a qualidade de “impressor” d’**O Nazareno**, para o fim — dizia — de acobertar a fôlha da feroz perseguição que vinha sofrendo, e assim sustar os ataques de que êle próprio, o juiz, era vítima. Todavia, noutro tópico da mesma edição, aludia-se ao estado deplorável em que se achava a província, onde se via “por juiz um doido, um miserável prevaricador, como Manuel Mendes da Cunha Azevedo”.

Em consequência, foi Antônio Borges da Fonseca prêso no dia seguinte, como autor da falsa notícia que dava o

juiz como impressor, do que se defendeu o jornalista, inútilmente, assegurando (edição de 14 de abril) não ser mais proprietário da tipografia, fugindo-lhe, portanto, a responsabilidade da imputação. Nada obstante, foi condenado ao pagamento de uma multa de 400\$000 e sequestro dos exemplares do dia 9 porventura encontrados. O juiz que determinou a penalidade foi Vicente Ferreira Gomes.

Outro processo, ao mesmo tempo, envolveu o bravo “escritor público”, sob a acusação de crime de injúria contra o Imperador e de incitamento à separação entre o Norte e o Sul, o que fez com que êle permanecesse na prisão. Baseava-se o acusador no artigo “A Presidência de Pernambuco”, inserto no n.º 64, de 27 de novembro de 1846, d’O Nazareno, em que se falava do “cadáver do Império coberto de sangue”, assim concluindo: “... antes morrer do que ser escravo de meia dúzia de tratantes. Vença o povo, vença a democracia e para isto brademos uníssonos: — Viva a Confederação do Equador! Viva a independência do Norte!” Mas o objetivo de tão rubro artigo, expresso nos tópicos centrais, era dirigir um apêlo ao govêrno imperial, no sentido de livrar o povo de Pernambuco da presença do Presidente Chichorro e indicar, para substituí-lo, o nome do Visconde de Goiana. Depois vieram as conclusões..., que não foram bem interpretadas, delas resultando consequências tão desagradáveis.

O caso já tinha sido resolvido com o processo a que fôra submetido o impressor Pedro Alexandrino Alves, pronunciado e prêso. Ocorreu que o valente periódico vinha atacando atos, não muito decentes, do juiz Mendes da Cunha. E êste tomou a deliberação de perseguir Borges da Fonseca, seu inimigo pessoal, a que fez pronunciar, despronunciando aquêle.

Da prisão, o jornalista requereu **habeas-corpus** ao Tribunal da Relação de Pernambuco, que o denegou pelo voto de desempate.

Outro processo foi instaurado, por delicto de imprensa, devido à inserção, em março de 1847, de quatro artigos, incriminados de injuriar D. Pedro II, provocar a destruição da Constituição e ultrajar a princesa D. Maria. O proprietário das oficinas gráficas era Beroaldo, e o impressor Francisco Antônio Xavier, que substituíra a Pedro Alexandrino; mas a “justiça” só visava a Borges da Fonseca, que se viu outra vez pronunciado, já então pelo juiz municipal Joaquim Luís de Melo Carioca, ao que escreveu O Nazareno, a 16 de

junho: “Tal é a miséria da fação praieira, que um homem assim analfabeto é juiz municipal nesta importante cidade do Recife”.

No caso anterior, chegou o réu a ser despronunciado pelo juiz José Raimundo da Costa Menezes. Houve, porém, recurso, e voltou a pronunciá-lo o juiz Ferreira Gomes.

De nada valeram requerimentos de Borges da Fonseca aos juizes Mendes e Ferreira Gomes, no sentido de que, na qualidade de seus inimigos, averbassem suspeição. Ainda foi processado o jornalista, por ter “caluniado atrozmente” o juiz Vicente, chamando-o “prevaricador”. Ao que acrescentou **O Nazareno** não ter êle “um ceitel de vergonha”.

Enquanto isto, não cessava a catilinária contra a política liberal e sua imprensa, atribuídas ao Presidente Chichorro da Gama as instruções dadas a certos membros da justiça para a desenfreada perseguição ao líder republicano. Eram especialmente, visados, pelo trissemário: Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa de Melo, deputados e redatores do **Diario Novo**. Terminavam os artigos, quase sempre, com as expressões: “Deus e Liberdade/Viva a Democracia!” Em compensação às estiradas políticas, divulgavam-se, de quando em quando, velhas odes do famoso poeta José da Natividade Saldanha.

Na edição de maio de 1847, escreveu **O Nazareno** que “o quadrilheiro Chichorro, de execranda lembrança” (?), pretendia mandar Borges da Fonseca para a ilha de Fernando Noronha. Que o fizesse. E frisou: “Nós não emudeceremos jamais, e estamos prontos a colhêr, uma a uma, tôdas as palmas do martírio”. Mais adiante: “**O Nazareno** sentirá muito a falta do seu dedicado diretor; mas não morrerá, e durante sua ausência será dirigido como Deus o ajudar, sempre, porém, no caminho da liberdade, da democracia, da república, sim, da república, único ponto para onde se dirige, porque quer que o povo se governe e porque desconhece, no sistema social, **especialidades** absurdas, que desnaturam o homem e desvirtuam todos os elementos sociais”.

No dia 16 de junho, Francisco Antônio Xavier, que figurava como impressor desde 12 de abril, transferiu essa função a Francisco José da Costa Medeiros.

A 1 de julho alterava-se o título para **O Nazareno, Diario da Tarde** (tudo numa linha), lendo-se abaixo: “Circula todos os dias que não forem de guarda, às 5 horas da tarde”

(7). Nova tabela de assinaturas: ano — 12\$000; semestre — 6\$000, vendendo-se o número avulso a 80 réis. Sofreu ligeira alteração o custo dos pequenos anúncios, adiantando o Expediente: “Qualquer correspondência que denunciar abuso das autoridades públicas, vindo documentada, se publicará grátis e sob responsabilidade da casa. Do mesmo modo as notícias de fatos de subversão social, que acontecerem nesta província e nas províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”. Colocou-se, sôbre o cabeçalho, uma alegoria de cinco centímetros quadrados, com as seguintes características: Sol, duas mãos entrelaçadas, um barrete frígio (símbolo da República), bandeiras, uma haste de cana e um ramo de algodão (8).

Melhorou, então, a parte informativa, com seções de Comércio, Movimento do Pôrto, Alfândega, Consulados, etc., sem se alterar a parte política, constituída de ataques à “fação Calabar” e ao Presidente Chichorro, em constante polémica com a imprensa situacionista. No fim do mês, voltou Xavier à função de impressor, transferindo-se a tipografia para a sua de Santo Amaro n.º 12.

Decorrido, entretanto, pouco mais de um mês, foi “roubada (9) a tipografia, pela polícia”, e o vespertino suspendeu sua circulação, após o n.º 80, de 5 de agosto de 1847 (10).

Reuniu-se, no dia 9, o Tribunal do Júri, para julgar Borges da Fonseca pelo “delito de imprensa” do n.º 64 d’O Nazareno. Foi condenado a oito anos de prisão e multa. Anu-

(7) Sanelva de Vasconcelos, no seu livro “Prelos & Jornais”, baseada numa contradição de Alfredo de Carvalho, registou o **Diário da Tarde**, de 1875, como tendo sido o “primeiro vespertino” do Recife.

(8) Alfredo de Carvalho (obra citada) batizara o desenho como “o brasão de armas da Confederação do Equador”, — brasão que jamais existiu — no que foi seguido por Hélio Viana, à página 563 do livro “Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812-1869”.

(9) A expressão “roubada”, que o jornalista veio a empregar após o reaparecimento do jornal, constitui um exagero. O que houve foi o seguinte, de acôrdo com a carta que o próprio Borges da Fonseca, ainda prêso, dirigiu, dias depois da suspensão, ao **Diário de Pernambuco**:

“Está o público informado do modo por que conseguiu a gente dominante suspender a publicação do **Nazareno**; sabe como o proprietário da tipografia, Beroaldo Soares dos Reis, vendeu-a à polícia, e com isto nada tenho, estava êle no seu direito. Esta gente, porém, tem espalhado que isto se fêz de acôrdo comigo, e é por esta razão que me apresento ante o público para protestar contra semelhante aleive e declarar que entre mim e tal gente há um duelo de morte política, e que nunca, qualquer que seja a situação da política do Brasil, estarei de acôrdo com homens que praticam tantas indignidades”.

(10) Oito dias após, **O Nazareno** era substituído pelo periódico **O Tribuno**, redigido, da prisão, por Borges da Fonseca (Ver pág.).

lada a sentença, pelo Tribunal da Relação de Pernambuco, voltou o réu, no dia 8 de fevereiro de 1848, a comparecer perante o Júri, que, menos rigoroso, lhe aplicou quatro anos e oito meses de prisão, mais a multa correspondente (11).

Precisamente sete meses decorridos do golpe infligido à sua integridade, reapareceu **O Nazareno, Diário da Tarde** a 6 de março de 1848 (12), impresso por Manuel Rodrigues Pinheiro, (13), tendo excluído do cabeçalho o desenho que provocara críticas da turma da Praia. Continuou Borges da Fonseca a redigí-lo, mandando os artigos da cadeia (14), ajudado, na tarefa de atacar a administração pública e a Monarquia, por “penas adestradas”, que não eram outras senão os jornalistas-advogados republicanos Afonso de Albuquerque Melo e João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão.

A edição inicial da nova fase abriu com editorial sôbre a revolução de 6 de março de 1817, tecendo louvores à data e aos heróis daquele glorioso movimento. Só na segunda página veio o artigo relativo ao reaparecimento, declarando o comentarista que **O Nazareno** não desmentia sua vida inteira para mudar de princípios: continuava “a advogar a causa da república federativa”.

“No que respeita à administração — aduziu — fará oposição à parcialidade que corrompe o país desde 2 de fevereiro de 1844”. Poderia defender um Ministério que se apresentasse capaz de promover “os interesses materiais e morais da pátria”. Mas não seria, jamais, “jornal de govêrno”, que recebesse dêle inspirações, adotando o rifão: “Amigos, amigos; negócios à parte”.

Por fim, lia-se, na última página, um “Aviso à Polícia

(11) Anulada de nôvo a sentença, Borges da Fonseca foi a julgamento, pela terceira vez, no dia 8 de agosto de 1848, sendo absolvido. A Relação confirmou e o mártir da imprensa viu-se libertado a 19 de setembro, e não depois, pelo Presidente Pena, como registou Olívio Montenegro, na sua conferência “Um revolucionário da Praieira”, publicada em 1949.

(12) Anunciando, no dia seguinte, o ressurgimento d'**O Nazareno**, o **Diário de Pernambuco**, nos “Avisos diversos”, indicou os pontos de sua vendagem, terminando: “Não se diz nada dêle; quem quiser ver compre a 100 réis cada um”.

(13) Na sessão extraordinária de 1 de março de 1848, da Câmara Municipal do Recife, “o secretário leu uma participação de Manuel Rodrigues Pinheiro, na qual declarava que, como gerente duma Sociedade, tinha, em nome dela, estabelecido uma tipografia, denominada Tipografia Nazarena, em o bairro da Boa Vista, na rua da Glória n. 7, da qual oficina era êle mesmo o impressor”.

(14) A cadeia situava-se na rua do Imperador, no local onde existe, atualmente, a Biblioteca Pública do Estado.

que rouba tipografia”, no qual Manuel Rodrigues Pinheiro anunciava a formação da sociedade em comandita Tipografia Nazarena, acrescentando: “O impressor da oficina e sua gerência é somente administrativa, sem que jamais possa eu alienar de qualquer modo não só esta como qualquer propriedade pertencente à Sociedade Nazarena”.

Em artigo de 10 de março, escrevendo sobre “O ano de 1847”, frisou o redator que, lançado **O Nazareno** “da arena política desde agosto desse ano fatal, por ter sido roubada a imprensa em que publicávamos nosso jornal”, não podia “acompanhar todos os sucessos desse ano maldito”.

Aludiu o editorialista à subida e descida desastrosa do Ministério Paula e Sousa; à miséria administrativa; à nulidade das Câmaras; ao sangue derramado em diversos pontos do país; aos desatinos da “fação Calabar” e aos grandes padecimentos da Província de Pernambuco, acentuando: “Foi um ano de trapanças, de ilusões, de enganos”. Aconselhou, a seguir, a que os pernambucanos aproveitassem “a experiência desse ano de misérias”, para que não tornassem “a ser vítimas da tentação do demônio”, concluindo: “... não aceitemos nunca mais, como aceitamos, a imposição da Corte”.

No dia 11 começou uma série de artigos, sob o título “Ao mundo”, historiando as perseguições de que vinha sendo vítima Borges da Fonseca. Disse, a certa altura: “A Praia tomou a peito o aniquilamento d’**O Nazareno** desde o seu nascimento; previa ela que **O Nazareno** devia matá-la, e entendeu que escapava à morte de que estava ameaçada, sufocando-o. Não calculou, porém, com o poder da opinião; não se recordou da história mesma do país, que lhe mostrava uma sucessão de fações todas aniquiladas pelo poder da imprensa, sempre que elas a quiseram suprimir”.

A marcação, segundo o comentário, vinha do início do governo de Chichorro da Gama, quando, recusando apoiá-lo, o jornalista lhe opôs guerra franca. Foram baldados os esforços da Praia para atraí-lo ao seu partido. Daí, o ódio de morte ao jornal, levado ao máximo através das medidas de cerceamento postas em prática.

Prosseguindo a catilinária, a par da infundável polêmica com o **Diário Novo**, desferia a fôlha republicana tremendos baldões contra o chefe do governo provincial, que era chamado de “sátrapa”, “cobarde”, “vil canalha”, “monstro” (edição de 28 de março), além de outros epítetos candentes. Lia-se (31 de março), a propósito do estado em que se encontrava a Província: “Completa é a dissolução; cada um

faz o que quer; basta dizer: — Sou do govêrno, pertenço à Praia Velha — e logo se está habilitado para matar e roubar”.

Intensificando-se a campanha d'O Nazareno pela implantação da República, assim terminou um sonêto, sem assinatura, na edição de 12 de abril:

“República erige o Novo Mundo;
República fará nossa ventura;
República não quer Pedro Segundo”.

Chichorro da Gama deixou o govêrno no dia 19 de abril, data em que a polícia resolveu transferir Borges da Fonseca da rua do Imperador para o Brum, sendo metido num subterrâneo da velha fortaleza, “debaixo de oito chaves, engaiolado como se fôra um tigre”. Durante quinze dias lá permaneceu, escrevendo para O Nazareno um diário (15) dêsse nôvo capítulo de sua odisséia. Quando voltou para a primitiva cadeia, achava-se na Presidência da Província o Padre Vicente Pires da Mota, cuja gestão não lhe adoçou a pena panfletária.

A 22 de maio, escrevia êle, no artigo “Aos realistas”: “O mundo marcha ao complemento da grande revolução social, que tem de extinguir todos os tronos, que tem de acabar com todos os reis”, acentuando: “Nada de Praia Velha. Nada de Praia Nova. Nada de Saquarema”. Em conclusão: “O povo quer um govêrno regular, que mantenha a liberdade, a igualdade”.

Terminado o folhetim anterior, iniciou o vespertino, a 29 de maio, o romance histórico “D. Pedro e D. João de Carvalho”, por J. Mendes da Silva Leal Júnior, publicado em forma de livro, para recortar, utilizando metade da primeira página e o reverso correspondente. Não passou, todavia, de seis inserções.

Seguia sua meta o bravo jornal, desancando a Monarquia e tecendo louvores ao princípio republicano, quando, nos primeiros dias de junho, enfrentou o recém-aparecido periódico liberal **A Barca de São Pedro**, de tendências socialistas, redigido por José Inácio de Abreu e Lima, o famoso “general das massas”. Escreveu, a respeito, no dia 9: “Miserável Barca, desgraçada gente que sustenta tanta inépcia!”

(15) O diário da Fortaleza do Brum tinha curso, igualmente, em artigos diferentes, n' O Tribuno.

Estava por um fio a existência d'**O Nazareno**. Decorreram alguns dias e, sem qualquer explicação, parou com o n.º 81, de 23 de junho de 1848 (16), para não mais emergir (Bib. Pub. Est.).

1846

O ANNUNCIANTE — Publicação diária, surgiu a 28 de agosto de 1846, com quatro páginas, em formato de 28x19, para ser vendido o exemplar a 80 réis. Não divulgou editorial de apresentação, abrindo o texto a nota de expediente a seguir:

“Os assinantes pagarão por quartel 5\$000 adiantados; os seus anúncios serão publicados grátis até segunda vez e por cada uma de mais repetição pagarão vinte réis por linha. Os anúncios avulsos serão pagos a 40 réis por linha, e por cada uma repetição dos mesmos pagarão 20 réis por linha. Por qualquer gravura, ou ornato pagarão os donos de anúncios 160 réis, e por cada uma repetição dos mesmos 80 réis. Os anúncios serão escritos em meia fôlha de papel dobrada, ficando a dobra horizontal, assinados pelos autores (declarando se são assinantes) e entregues na tipografia até ao meio dia, na rua do Livramento n.º 28”.

Impresso na tipografia de Januário Alexandrino da Silva Rabelo Caneca, **O Annunciante**, ao contrário do enunciado no título, o que menos publicava eram anúncios, às vezes não chegando a encher uma página. Logo no primeiro número, iniciou a divulgação do “Catálogo dos bispos de Pernambuco e dos governadores que existiram no mesmo tempo”, de autoria de Frei Joaquim do Amor Divino R. Caneca; depois, veio o “Itinerário” da marcha para o Ceará dos revolucionários da Confederação do Equador. Seguiram-se outras transcrições de obras de Frei Caneca, a saber: “O espelho das formosas” e a “História da Fran-Maçonaria”, ambas em tradução, e por fim, a matéria completa de cinco edições d'**O Typhis Pernambucano**, periódico redigido pelo famoso mártir, que circulara em 1824.

Com semelhante matéria, em homenagem ao imolado

(16) Na data do último número d'**O Nazareno**, Borges da Fonseca ainda se encontrava na cadeia da rua do Imperador, para onde tinha voltado, sendo removido, quatro dias depois, para a fragata “Euterpe”, por haver discursado ao povo, da porta da prisão, á passagem de exaltados grupos de mata-mata marinheiros.

irmão do responsável pelo **O anunciante**, enchiam-se quase tôdas as suas páginas. Já para o fim, divulgou atos do governo estadual, extraídos do **Diario Novo**; algumas máximas e, a 26 de outubro, um quadro das “vitimas que a inquisição sacrificou, na Espanha, de 1481 a 1820, sob o ministério de 45 inquisidores gerais”. Completavam cada edição anúncios de poucas linhas, noticias de Navegação, Comércio e Prisões.

Findou o curioso diário com o n.º 73, de 28 de novembro, embora duas das transcrições de Frei Caneca trouxessem abaixo a palavra “continuar-se-á” (**Bib. Pub. Est.**).

1850

DIARIO DO POVO — Jornal Comercial, Noticioso, Moral e “per accidens” Político — Surgiu no dia 2 de janeiro de 1850, em formato de 30x20, com quatro páginas de duas colunas largas. Impresso nas oficinas do respectivo redator, Inácio Bento de Loiola, situada na rua da Praia n.º 45, tinha o escritório “na mesma tipografia”. E informava: “anúncios a 20 réis por linha ordinária”, com a seguinte concessão: “As pessoas que forem reconhecidamente pobres os seus anúncios se publicarão grátis”. Nos “Avisos diversos”: “Os srs. que subscreviam para **O Fiscal** (1) nos farão especial favor se concorrerem com suas assinaturas para o **Diario do Povo**; que, suposto seja diversa a redação, não é de menos interesse a sua publicação”.

Constava do artigo-programa: “A necessidade em que se acha a população desta cidade, por falta de um jornal diário que, em concorrência, facilite as publicações das correspondências e anúncios de público e particular interesse, especialmente sobre o comércio, indústria e artes, que são as principais fontes de riquezas do país, nos induz a publicar este jornal — **Diario do Povo**”. Não admitiria artigos que envolvessem a política nacional. Divulgaria atos oficiais, editais, leilões, correspondências e anúncios que não ferissem “a moral pública e vida privada”.

Não teve, todavia, muita expressão a matéria divulgada através das páginas, em papel assetinado, do novo órgão, de orientação veladamente liberal. Eram tópicos ligeiros, noti-

(1) Bissemanário que circulou em fins de 1849, também redigido por Inácio Bento de Loiola (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. IV).

cias lacônicas e informações gerais. Veio a advertir em conciso editorial:

“Qualquer que seja a redação do **Diario do Povo**; qualquer que seja a nossa posição; qualquer que seja a nossa sorte, nunca seremos **saquarema** ou **corcunda**, nunca, nunca; porque estamos intimamente convencidos que dessa política de regresso nos tem vindo a fome, a guerra, a peste, o villipêndio, a miséria, a morte e, finalmente, a desgraça de todo o Brasil”.

Parou, inexplicavelmente, a publicação do jornal, que não passou do n.º 3, datado de 4 de janeiro (2) (**Bib. Pub. Est.**).

O COMMERCIAL — Jornal dos Interesses Comerciais, Agrícolas e Industriais, e de Literatura — Apareceu, para circular diáriamente, no dia 15 de janeiro de 1850, em formato de 45x28, com quatro páginas de quatro colunas a 14 cíceros. Impresso na tipografia da firma Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55, instalou escritório e redação na Livraria da rua do Colégio (parte sul da atual rua do Imperador) n.º 9, e tinha como diretor o médico Sabino Olegário Ludgero Pinho. Assinaturas: ano — 12\$000; seis meses — 6\$000. Número avulso — \$160 réis. Tabela de anúncios: para assinantes, cada linha impressa — 20 réis; repetição — 10 réis; não assinantes — 80 réis. Correspondências: 80 réis por linha, mas, em tipo maior, seria o dôbro do preço. Sob o título, numa faixa, afora o Expediente, trazia informações gerais de caráter permanente.

Apresentou-se a fôlha com bem elaborado editorial, assim iniciado: “Vamos emprender a agradável tarefa de escrever um jornal que satisfaça as necessidades morais e materiais do Comércio, da Agricultura e da Indústria do Brasil, com especialidade da Província de Pernambuco. Há muito que o Comércio se ressentia desta lacuna, imperdoável

(2) Algum tempo depois, em artigo de 18-6-1850, no periódico **O Conciliador**, não assinado, mas de evidente autoria sua, Inácio Bento de Loida, justificando a falta de liberdade de imprensa, esclareceu porque fôra tão curta a existência do **Diario**:

“No dia 3 de janeiro do corrente ano publicamos o segundo número do **Diario do Povo** e nesse mesmo dia fomos arguidos por alguns dos nossos correligionários de que já estávamos **vendidos** ao govêrno, segundo a linguagem do nosso jornal; porém no dia seguinte fomos agarrados em **corpo e alma** para bordo da corveta “Januária” e daí para a ilha de Fernando de Noronha, com tanta pressa que não nos foi possível levar uma bolacha para comer nesse deserto e inóspito rochedo”. E acrescentou: “... quatro meses ali estivemos”.

numa cidade tão rica e tão importante como a nossa; e é semelhante necessidade que necessitamos hoje preencher, ajudados por grande número de homens respeitáveis, que nos oferecem o seu valioso auxílio. O nosso jornal, pois, será uma espécie de livro da praça, onde, a par do movimento marítimo e transações do dia, se vejam discutidas as mais úteis questões comerciais e agrícolas, e patentes as medidas que a nossa indústria nascente requer”.

Mais adiante, frisou: “Os nossos artigos de política serão todos doutrinários; e além das notícias que dermos do estado das províncias, nem uma só palavra soltaremos que possa ofender a suscetibilidade dos partidos em que ora se acha dividida ou para o diante possa dividir-se a família brasileira”.

A edição de estréia inseriu folhetim literário, resenha da Assembléia Legislativa, sinopse de acontecimentos históricos, parte comercial, movimento marítimo e pequenos anúncios, que viriam a ultrapassar uma página.

Seguiu-se regularmente a publicação, contendo reduzida matéria redacional; transcrições; “Notícias diversas” e “Literatura”, com a colaboração, em caráter esporádico, dos poetas F. A. Ferreira Lima, A. Marques Rodrigues e Luís Augusto X. de Palmeirim.

No seu n.º 7, **O Commercial** defendeu-se, em longo editorial, da acusação de ser “uma transubstanciação do **Diario Novo**”, dando “de beber, sutilmente, ao povo, as mesmas idéias”, que iriam pouco a pouco “ganhando terreno”.

Divulgava, também, expedientes do govêrno provincial e, às vêzes, do Imperial. Tratou, em raros editoriais, do problema da educação e pugnou pela abolição da escravatura. As “Variedades” eram recortadas de jornais cariocas. Estampava listas de “Preços correntes na praça”. Ocorriam “Notícias do Estrangeiro”.

Para variar a secura das transcrições, lançou, em versos de sete sílabas, dosados de boa verve, uma “Carta de Manuel de Camaragibe ao seu compadre José Barreto do Recife”, dois rodapés, a que outras se seguiram, igualmente em prosa, além das respostas “do compadre”. Depois de uma série de folhetins ligeiros, começou, na edição de 1.º de março, o extenso “As minhas prisões” (memórias de Sílvio Pélico).

Batendo-se pela construção de um hospital e dum cemitério, congratulou-se **O Commercial**, a 27 de março, com o Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão e com o Bispo da Diocese, pelo benzimento do terreno — antigo sítio de Santo Amarinho — destinado ao enterramento dos mortos.

Como não podia deixar de acontecer, o diário de Sabino

Pinho foi sobretudo propagandista e defensor da medicina homeopática, vindo a rebater, já em maio, pontos de vista contrários do Padre Lopes Gama, expendidos através do **Diário de Pernambuco**, fazendo-o com a assinatura do diretor, principalmente nos artigos intitulados "**Simila Similibus**". E inseria interessantes "Correspondências" de **Klapa, Y.**, **O Matuto Z** e **O Filantropo**, êste último do Rio de Janeiro.

Não se prolongou bastante a existência d'**O Commercial**, que deu a lume o n.º 108 (e último) no dia 1.º de junho do mesmo ano (**Bib. do Inst. Arq. e Bib. Nac.**).

A IMPRENSA — Jornal Político e Social — Apareceu, para publicar-se cotidianamente, no dia 7 de setembro de 1850, em bom formato de 48x30, com quatro páginas a quatro colunas de 14 cíceros. Confeção da Tipografia Nacional, situada à rua Direita n.º 5, 2.º e 3.º andares, depois transferida para o Passeio Público n.º 18. Impressor — Manuel Pereira Camelo Pessoa. Tabela de assinaturas: ano — 12\$000; semestre — 6\$000; trimestre — 3\$000. Sob o cabeçalho trazia uma faixa, em tipo miúdo, com as principais informações do momento: Câmbio, Correios, Audiências dos Tribunais, Fases da lua e Dias da semana.

O artigo de apresentação, sob o título "Prospecto", ocupou tôda a primeira página e mais uma coluna da segunda, prometendo, em resumo, defender os seguintes pontos de vista: Governo unitário, com franquezas provinciais e municipais — Monarquia eminentemente liberal — Manutenção do Senado — Simplificação e melhoramento do processo eleitoral — Independência do Poder Judiciário — Organização da Guarda Nacional — Sustentação da instituição do juri — Reformas no recrutamento — Nacionalização do comércio a retalho — Extinção completa do tráfico de africanos — Proteção e animação de tôdas as espécies de indústrias — Progresso intelectual e moral da população — Realidade das garantias dos direitos individuais consignadas na Constituição do Estado — Rigorosa execução e aplicação das leis — Extinção do privilégio e predominância da família.

Seguiu-se a publicação, constante de artigos redacionais, de acôrdo com o programa traçado; parte oficial; correspondência do Interior e do Exterior; o folhetim "Os mistérios do povo", por Eugene Sue, alternando com crônicas de Teatro; Comunicados; Variedades; Avisos, Editais e pequenos anúncios.

De princípio, o diário estabeleceu polémica com o bissemanário conservador **A União**, em termos enérgicos e vee-

mentes. No dia 25, ainda de setembro, foi **A Imprensa** chamada à responsabilidade judicial, pelo Monsenhor Joaquim Pinto de Campos (1), a propósito de dois artigos, insertos a 17 e a 18 (e um do semanário **O Argos Pernambucano**), em que o famoso político de batina era chamado "o assassino", "o sacrílego", que tinha "sempre vivido entre a crápula, corrupção e assassinatos". A êle, então delegado de polícia do Brejo da Madre de Deus, atribuía-se haver mandado matar o tenente-coronel Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho. O processo responsabilizava, não o autor dos artigos, mas o impressor, êste, porém, assistido por Nascimento Feitosa, José dos Anjos, José Antônio de Figueiredo e mais cinco advogados, ao passo que, do outro lado, funcionou, apenas, o jurista Francisco de Paula Batista. Após as primeiras audiências, foi a ação despresada por falta de provas.

Não se interrompeu, jamais, a série de ataques ao Monsenhor, focalizando, em sucessivas edições, o assassinio do oficial da Guarda Nacional, igualmente criticando a ação do governo provincial e respectivas autoridades policiais, estas sob a chefia de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo.

Ao mesmo tempo, longos comentários, sem assinatura, mas de autoria do médico Joaquim de Aquino Fonseca (2), criticavam as representações do recém-inaugurado Teatro Santa Isabel e a atuação do seu administrador.

"Ao Partido Liberal" foi o título da seguinte nota de abertura da primeira página da edição de 2 de novembro: "Houve uma reunião dos redatores d' **A Imprensa, A Revolução de Novembro, O Echo Pernambucano e Argos Pernambucano**, e concordou-se no meio de dirigir a marcha do Partido Liberal na Província de Pernambuco, de maneira a produzir os efeitos salutareos que dela se devem esperar".

A par dos editoriais políticos da redação e consecutivas transcrições da imprensa congênere de outros pontos do país, a fôlha divulgava Comunicados de **O alagoano, O justo, XX** e raros outros; algum poema de Filadelfo A. Ferreira Lima, etc. Atingiu, normalmente, o fim do ano, com o n.º 88,

(1) Mais de 50 anos depois, comentaria o **Correio do Recife** (edição de 5-4-1906): "... Pinto de Campos, o eloquente sacerdote, para chamar atenção sobre o seu nome, escrevia artigos agressivos e insultuosos à sua própria pessoa e publicava, em seguida, a sua esmagadora resposta".

Não o fizera, entretanto, pelo visto, n' **A Imprensa**...

(2) Informação, quanto ao nome de J. de Aquino Fonseca, colhida no periódico **O Recreativo**, publicado quase exclusivamente para atacá-lo (V. "Periódicos do Recife", Vol. IV).

de 30 de dezembro, para encetar numeração nova a 2 de janeiro de 1851. Pouco depois, na edição do dia 9, anunciava-se o afastamento do redator-chefe, atuante desde o princípio: Estêvão (3) de Albuquerque Melo Montenegro (que depois passaria a assinar-se Estêvão Benedito França), escrevendo, a propósito, a redação: “Uma indisposição particular entre o sr. dr. Montenegro e o redator d’ **O Argos** (4), também nosso amigo, tem de alguma sorte comprometido a empresa política d’ **A Imprensa** e o Partido Liberal; e para obstar o progresso dessa indisposição, aliás tão fatal, atenta a capacidade de ambos os redatores, seus talentos e importantes serviços, assentou-se, prudentemente, fazer cessar êsses artigos, com que ambos os nossos amigos se recriminam mutuamente”.

Noutro tópico, salientou: “Está, pois, **A Imprensa** com nova redação, e esta redação, louvando os serviços da antiga, protesta não entrar em discussão de qualidade alguma com qualquer fôlha que pertencer ao lado da política liberal. Os saquaremas sós por si dão suficiente matéria para larga discussão; ocupemo-nos pois com êles, mostremos os males do país, indiquemos-lhes o remédio — a Constituinte — e não demos o vergonhoso espetáculo de brigarmos uns com os outros do mesmo lado...”

“A nova redação continuará a condenar o bárbaro tráfico da carne humana, e, sem a menor consideração, denunciará ao país os contrabandistas, sem lhe importar a posição, o credo e a influência. Clamará alto e bom som pela nacionalização do comércio, pelo comércio a retalho, proporcionando assim aos nossos patrícios um meio honesto de vida, do qual estão hoje privados pela influência portuguesa; influência que se faz sentir em todos os interesses da sociedade, e que tem sido a causa primordial de todos os nossos males. Fará todos os esforços possíveis por noticiar os fatos arbitrários e escandalosos praticados pela política e por êsses mandões do mato, que, certos da impunidade, praticam tudo quanto lhes vem à cabeça, e procurará convencer aos pernambucanos — aos brasileiros, que o Partido Liberal desta provincia não tem a pretensão de satisfazer ódios e vinganças, mas sim e tão somente de realizar suas idéias, concorrendo para que se convoque uma Assembléia Constituinte,

(3) Não Ernesto, como registara Alfredo de Carvalho.

(4) Era Antônio Vicente do Nascimento Feitosa o redator-chefe d’ **O Argos Pernambucano**.

que trate de organizar o país, salvando-o da voragem do despotismo e da anarquia”.

Assumiu a chefia da redação o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

A edição de 2 de fevereiro apresentou-se, apenas, com duas páginas, a segunda em branco, trazendo, na primeira, sob o cabeçalho, tarja em tôda a largura e emblema fúnebre, seguido de longo comentário, alusivo ao segundo aniversário da morte de Nunes Machado na revolução praieira.

Em editorial de 8 do mês em referência, a propósito das dificuldades com que vinha lutando a direção, para fazer o jornal escoimado de erros e faltas, pelo que tocava ao seu material de composição, lia-se:

“Hoje mais do que nunca, temos vital necessidade de sustentar a tipografia liberal: é ela o único recurso que temos para queixarmo-nos de nossos males e sofrimentos, e para denunciar ao país o barbaro tratamento que os míseros pernambucanos têm recebido dêsse govêrno de 29 de setembro, obra do demônio, que anela pisar-nos e reduzir-nos à mais completa miséria. **A Imprensa** não é fôlha para desabafos, porque seu fim é meramente político; mas ela oferece suas páginas ao comércio, a tôdas as emprêsas do país, aos teatros, e não duvida aceitar correspondências que defendam ou acusem alguém, contanto que se respeite nelas a vida privada do indivíduo, seja qual fôr o seu credo político”.

Achando-se suspensa **A União**, e o **Diario de Pernambuco** quase só dedicado às publicações oficiais, de que era órgão autorizado, apareceu um nôvo jornal conservador — **O Nacional** — redigido por Figueira de Melo, destinado exclusivamente a atacar a política liberal e destruir o esforço dos revoltosos de 1848. **A Imprensa** rebateu-lhe o número de estreia com cinco longos editoriais, nas edições de 12, 14, 15, 17 e 20 de março, refutando tôdas as acusações, dissecando, enérgica e rispídamente, todos os pontos feridos pelo contendor, para afirmar, a certa altura: “**O Nacional** é obra dos cálculos políticos do sr. Figueira de Melo e não legítimo órgão do partido”.

Os quinze números que unicamente saíram, em dois meses, do bissemanário situacionista sofreram a mesma marcação terrível dos redatores d'**A Imprensa**, em que se incluíam Jerônimo Vilela de Castro Tavares e, depois, Filipe Lopes Neto.

Mas **A União** reapareceu, e o diário liberal dedicou o editorial de 9 de maio “à defunta ressuscitada”, que “tinha morrido de marasmo e de gafeira”, concluindo: “Senhores

guabirus: procurem outra gente para escrever a sua União; que êsses rapazes desta segunda fornada deitam-lhes a perder a causa; são muito manivelas; benza-os Deus”.

Proseguiu a publicação, inserindo uma série de extensas poesias de Vilela Tavares; divulgando discursos pronunciados no Senado; transcrevendo as “Pacotilhas”, d’O Carijó; atacando o Ministério; defendendo a instalação da Constituição e batendo-se pela extinção do tráfico de africanos e pela nacionalização do comércio a retalho, que eram os seus temas principais.

Já no fim do ano de 1851, abriu a edição de 17 de dezembro a notícia da instalação, ocorrida a 9 de novembro, da Sociedade Liberal Pernambucana. Propunha-se “a trabalhar no sentido duma Assembléia Constituinte, que faça as tão precisas reformas e reorganize o Brasil, que, do modo por que está, caminha para um abismo insondável de desgraças, para uma completa dissolução”, mas “pelos pacíficos meios da discussão, procurando o acolhimento e apoio da pública opinião”. Permaneceriam, “como base, o trono e a integridade do Império”.

Lopes Neto, embora ainda feito prisioneiro do govêrno, recolhido na fortaleza do Brum, foi eleito presidente da instituição, que tomava o lugar do desmoronado Partido Liberal ou Praieiro.

Até o penúltimo dia do ano circularam 282 edições. Continuou, em 1852, pugnando por uma Constituinte que reformasse e reorganizasse “a nossa pátria”, igualmente pela eleição direta e por círculos. Só assim teríamos “uma Monarquia democrática, como deve ser a do Brasil”.

Defendia-se, então, **A Imprensa**, de acusações das hostes guabirus, através da respectiva imprensa, a propósito de motins que vinham ocorrendo no interior do Estado. Nêles não tinham participação os opositoristas liberais, que só aconselhavam “submissão à lei”, por pior que ela fôsse... O caso veio explicado no editorial de 7 de janeiro. Começaram os desentendimentos em Alagoas e no Ceará; “... agora, aqui, os camponeses, gente menos ilustrada, tem concebido um horror extraordinário ao decreto relativo às certidões dos juizes de paz para os enterramentos e batizados, obstando de mão armada que se afixem os editais nesse sentido, intimidando aos párocos para que os não leiam na ocasião da missa, etc. Essa repugnância tem se apoderado dos espíritos dessa gente rústica sem diferença de côr política, e as mulheres são as que se mostram mais indignadas”.

A partir de 30 de janeiro de 1852, aparecia, esporadicamente, interessante correspondência, com a assinatura H., de "Um pernambucano residente no Recife respondendo à carta de seu irmão", que escrevia no **Diário do Rio de Janeiro**. Eram comentários sobre temas gerais, sobretudo a política local, ressaltando a posição do Partido Liberal e satirizando os conservadores ou guabirus.

A edição de 2 fevereiro, igualmente à do ano anterior, foi dedicada à memória de Nunes Machado.

Enquanto elogiava a administração do Presidente J. Infonso de Sousa Ramos, pela sua conduta moderada, chegando a defendê-lo de acusações dos próprios deputados guabirus, dêle correligionários, **A Imprensa** intensificava os ataques ao chefe de polícia Figueira de Melo.

A 21 de fevereiro divulgou um mandado de notificação no sentido de o administrador das oficinas e editor do diário apresentar os originais de certa matéria publicada em torno de crimes cometidos no interior da província. João de Freitas Barbosa, o notificado, enviou uma pública forma, e Figueira de Melo, não satisfeito, mandou prendê-lo por dois dias; mas não encontrou meios de processá-lo.

Continuou a catilinária contra os "ferrabrazes" d'A União, entre os quais dizia estar acastelado, principalmente, o deputado Floriano Correia de Brito. Segundo editorial de 15 de abril, achavam os escritores do periódico conservador que a convocação de uma Constituinte equivalia à mudança "da forma de governo e à destruição da Constituição que nos rege". Focalizou o ódio dos contendores à Sociedade Liberal Pernambucana. Defendia Lopes Neto e o Padre Lopes Gama de acusações pessoais. Passou, já em abril, a criticar a atuação do novo chefe de polícia José Nicolau Rgueira Costa.

Designados pelo Conselho da Sociedade Liberal, tinham assumido a direção d'A Imprensa os jornalistas Maximiano Lopes Machado e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa. Este, além da responsabilidade de extensos editoriais, escrevia artigos assinados, defendendo a nacionalização do comércio a retalho, em acerba polêmica com o **Diário de Pernambuco**. O outro, a partir de 29 de maio, divulgou o trabalho histórico "Pernambuco em 1710 e 1849" e iniciou, concomitantemente, a 12 de julho, a seção "Correio da Província", de comentários políticos, logo mais transferida para **O Liberal Pernambucano**.

A edição de 25 de junho teve o mesmo aspecto da de 2

de fevereiro, apresentando, como matéria única, a seguinte nota, em tipo corpo 10 negrito: “Noticia o **Jornal do Commercio** o falecimento do nosso amigo o sr. Pedro Ivo Veloso da Silveira, em viagem para a Europa!... Um horroroso mistério envolve esta tão triste noticia!... Nós iremos levantando o denso véu que a envolve!... — Uma lágrima de saudade aos manes da ilustre vítima da criminosa tirania que flagela o Império de Santa Cruz!...”

Entre os meses de junho e julho, o diário liberal travou polêmica com o periódico republicano da Bahia, **O Guaicuru**, em torno do nome do jornalista revolucionário Borges da Fonseca. Escreveu a 5 de julho: “Por muitas véses temos lastimado os duros tratamentos por que passou o sr. Borges da Fonseca; e que mais podíamos fazer? Pretenderia **O Guaicuru** que nos encarregássemos de sustentar os princípios democráticos que êsse sr. emitiu no seu **Nazareno**? Quererá que adotemos os seus sonhos republicanos?”

Em prosseguimento, o órgão oficial da Sociedade Liberal veio a atacar a administração do Presidente Francisco Antônio Ribeiro, que sucedeu ao moderado Vitor de Oliveira, dedicando à situação de Pernambuco extensos comentários, nos quais focalizava “a triste atualidade”, o “miserô” estado da Província, “a anarquia”, etc. E enfrentou a crítica constante do **Ganso do Capitólio**, experimentado comentarista dos Comunicados do **Diário de Pernambuco**.

No entanto, era preciso mudar alguma coisa. **A Imprensa** não estava dando certo e terminou por ser suspensa após publicar-se o n.º 195, de 6 de setembro de 1852, para ser substituída, no dia seguinte, por outro diário — **O Liberal Pernambucano**.

Em sua última edição, **A Imprensa** divulgou longa Correspondência (recusada pelo **Diário de Pernambuco**), de Antônio Pedro de Figueiredo, em defesa do socialismo, que o jurista Pedro Autran da Mata e Albuquerque acusara, em artigos n’**A União**, de cifrar-se “na comunhão dos bens e das mulheres” (**Bib. Pub. Est. e do Inst. Arq.**).

1852

A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO — Prinsípios e não

omens (1) — Órgão diário, começou a publicar-se a 1 de setembro de 1852, em formato de 30x20, com quatro páginas a duas colunas de 14 cíceros. Direção de Antônio Borges da Fonseca, tendo como impressor Manuel Rodrigues Pinheiro. Confecção da Tipografia Imparcial, da Viúva Umbelina Roma, situada à rua da Praia n.º 55. Assinatura mensal — 1\$000; preço do exemplar — 60 réis. Sob o título, os versos abaixo, como divisa:

“Maldito o que sabe
Pedir Liberdade
Ao tempo que sofre
A atualidade.

Maldito o que deixa
A pátria sofrer
E prá defendê-la
Não sabe morrer” (2).

Abrindo a primeira página e ocupando quase metade da segunda, veio o editorial de apresentação, assinado, sob o título “Aos pernambucanos realmente livres, a todos os pernambucanos que têm a razão tranquila e clara, a todos os brasileiros”. Dizia Borges da Fonseca (3) que, após a perseguição que sofrera, desde abril de 1847 até 21 de agosto de 1852, resolvera afastar-se, até o fim do ano, das lides políticas. Mas em tal estado encontrou “a direção da política inaugurada pela revolução de 1848”, tais foram os clamores do povo, subjugado pelos seus inimigos, que resolveu imediatamente assumir a responsabilidade da reconstrução do partido Constituinte.

Declarando esperar que lhe não seria retirado o apoio

(1) Linguagem fonética, como a usava Borges da Fonseca em todos os seus jornais. O autor desta bibliografia não a seguirá, entretanto, na transcrição de tópicos, como o não fez, igualmente, no tocante aos anteriores. Segundo Hélio Viana, em sua “Contribuição à História da Imprensa Brasileira”, página 541, “pode Borges da Fonseca ser considerado um dos mais arrojados precursores das ortografias confusionistas às vezes propostas entre nós”.

(2) As duas quadras foram copiadas do periódico carioca **O Grito Nacional**. Borges da Fonseca veio a transcrevê-las, outra vez, em 1861, no semanário **O Constituinte**, do Recife.

(3) Desde o primeiro número, publicou-se o seguinte Aviso: “Antônio Borges da Fonseca mora na rua Direita n.º 56, 1.º andar: aí os srs. redatores das gazetas da capital mandarão as que forem saindo dora em diante; todos os que tiverem com êle negócio o acharão no mesmo lugar, todos os dias úteis: advoga como antigamente, e os pobres o acharão sempre pronto a defendê-los grátis”.

anterior, acentuou: “No povo não distinguimos nem “praias” nem “guabirus”; só resta para o povo o grande meio social de sua redenção — a Constituinte, que lhe deve trazer uma ordem social na qual todos os direitos sejam garantidos e todos os deveres cumpridos; na qual o comércio a retalho só pertença aos que nasceram no Brasil; na qual não haja um artigo que chame brasileiro ao português; na qual o recrutamento não seja uma arma nas mãos do Executivo para tiranizá-lo, um meio de governo; na qual a eleição seja direta, e por círculos, sem que o povo possa nela intervir; na qual o exercício da indústria não seja só permitido ao estrangeiro”.

“Para realizar êste pensamento — frisou — que hei adotado desde 1824, e pelo qual me hei sacrificado desde 1840, ao depois da maioridade, contra a qual e seus partidários imediatamente me declarei, tenho resolvido a continuação da publicação da **Revolução de Novembro**, periódico criado pelo meu amigo o sr. dr. Afonso de Albuquerque Melo” (4).

Depois de outras considerações, lia-se: “Assim que, dora em diante aparecerá êste periódico sob minha direção, sendo a Comissão de Redação confiada a moços inteligentes e briosos, cujos nomes oportunamente farei declarar” (5).

Concluiu Borges da Fonseca: “Quanto à minha pessoa, dou a tôdas as fações monárquicas — chamem-se saquarema, guabiru ou praia — chamem-se como quiserem, as mesmas garantias de outrora. Protesto à face do mundo nunca chamar à responsabilidade a qualquer que se queira ocupar da minha pessoa. Nada de reticências. Aí está a minha vida pública e privada à mercê dos meus adversários; digam tudo quanto de mau acharem nela, e asseguro-lhes que quando me não possa defender de um modo satisfatório à consciência pública, me retirarei da cena”.

Logo a seguir, a fôlha censurou, em artigo ainda mais longo, a determinação do Conselho da Sociedade Liberal Pernambucana de não envolver-se nas eleições marcadas para novembro. Ao contrário, o editorialista aconselhou seus leitores a votarem, divulgando, então, e nas demais edições, chapas de candidatos de diversos municípios.

(4) **A Revolução de Novembro** mencionada — que circulava em dias incertos — viveu entre o período de 19 de agosto e 21 de dezembro de 1850 (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. IV).

(5) Não foi absolutamente divulgada a lista dos componentes da Comissão de Redação, que se resumiu mesmo a Borges da Fonseca, tendo como auxiliar Afonso de Albuquerque Melo.

Em artigo intitulado "Ao País", declarou Borges da Fonseca que, havendo os co-réus do movimento armado de 1848 sido agraciados pelo governo Imperial, resolveu socilitar a mesma graça, justificando-se com o fato de achar-se no mesmo caso dêles. Comunicava, pois, haver sido restituído à liberdade, habilitando-se, assim, a ser útil à pátria e à família. Concluiu agradecendo às autoridades que concorreram para a sua anistia e aos funcionários da ilha de Fernando de Noronha e demais prisões que frequentara.

Logo na edição seguinte começou a atacar o programa da nova Sociedade Liberal Pernambucana, defendido pelo diário **A Imprensa**, depois **O Liberal Pernambucano**, que acusou de haver enrolado a bandeira da Constituinte, pela qual se bateram os revoltosos poucos anos antes. Daí adveio séria polêmica com o segundo jornal mencionado. A partir do n.º 4, inseriu uma série de artigos, tecendo considerações em tórno do livro "Quadro da revolta praieira na Província de Pernambuco", de Maximiano Lopes Machado, nos quais o redator contestou certas afirmações daquele prócer liberal.

Num artigo assinado, no dia 13, Borges da Fonseca chegou a defender a "unidade do Partido Liberal, não só em Pernambuco, como em todo o Brasil". Entretanto — adiantou — "com a façção conservadora Pernambuco repele tóda e qualquer inteligência e tóda e qualquer aliança. Ou Constituinte soberana ou a morte. Não há meio térmo".

Ainda nas primeiras edições, em diferentes notas assinadas, chamou a atenção da polícia para um projeto, do qual tinha conhecimento, de seu assassinio. Citou, inclusive, nomes das pessoas encarregadas do serviço. A denúncia afastou os prováveis assassinos.

A 20 de setembro apresentou-se o Republico candidato à deputação geral nas eleições de 7 de novembro, advertindo: "Tóda e qualquer votação por Pernambuco muito me honrará, mas qualquer que possa ter na Paraíba, a terra em que vi pela primeira vez a luz do dia, me será de muito prazer. Sem suma ingratidão os paraibanos não me poderão excluir". No entanto... excluiram, igualmente aos eleitores pernambucanos.

Seguiram-se veementes artigos contra praieiros e liberais, ou seja, os que lutaram em 1848 e os que ficaram em casa e ousavam depois derrubar o programa da Constituinte, tudo empenhando (edição do dia 22) "para chegar a uma transação com o governo do Rio de Janeiro".

Enquanto isto, apareciam artigos, igualmente combati-

vos, assinados por Afonso de Albuquerque Melo; outros, ainda, do republicano Romualdo Alves de Oliveira, e sucediam-se transcrições de periódicos de diferentes pontos do país, defensores da Constituinte e da República, tais como **O Grito Nacional**, do Rio de Janeiro; **O Guaicuru** e **O Seculo**, da Bahia; **O Cearense**, **O Argos Maranhense** e os da Paraíba, cuja política era especialmente focalizada.

Sob o título "São 3 horas da tarde de 14", divulgou Borges uma nota de quinze linhas, a 15 de outubro, na qual disse que, cedendo a instâncias de amigos, resolvera pôr termo "à questão, puramente pessoal", que mantivera com **O Liberal Pernambucano**, devido aos extremos a que chegara. Nada, porém, o impedia de responder aos artigos do colega sobre a "história da gloriosa revolução de 1848". E concluiu: "Fiquem-se com a sua monarquia, que eu irei meu caminho".

Não deu trégua nenhuma à campanha contra os adversários liberais, principalmente Filipe Lopes Neto, Maximiano Lopes Machado e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa.

Replicou, vivamente, a partir do dia 20, ao autor dos artigos d'**O Liberal Pernambucano**, intitulados "Os monarquistas liberais e a Constituinte — As reformas como fim e a Constituinte como meio"; escrevendo, por sua vez, sob o título "A Constituinte como meio, a República como fim". Fêz, então, longa exposição do movimento revolucionário e de sua participação nêle, citando pormenores das conversações que, antes da luta, mantivera com os líderes da Praia, primeiro aconselhando-os a evitarem precipitações e depois urgindo para que fôsse desfraldada a bandeira da Constituinte, o que declarou haver feito antes de que outros o fizessem.

No dia 27, precedido de alguns comentários, divulgou uma carta que a **O Guaicuru**, da Bahia, dirigira o famoso revolucionário de 1817, padre Francisco Muniz Tavares, acompanhada de um poema dedicado a Borges da Fonseca. Eram amigos havia 22 anos, juntos fizeram jornalismo no Rio de Janeiro e arrostaram "os perigos da crise política de 1831". A intemperança, porém, da linguagem do líder republicano, contra a administração de Chichorro da Gama, fizera com que o amigo sacerdote dêle se afastasse. Sucedeu que Borges reconheceu haver sido injusto com o Conselheiro, parente do Padre Muniz Tavares, diante do que, êste restabeleceu, através da carta, a antiga amizade, mencionando a "nobreza de sentimentos" que sempre conheceu no "companheiro de imprensa na Côte", e cada vez mais se convencia de que Borges

era “um dos poucos homens de hoje a quem a Natureza prendeu de têmpera velha, de coração espartano”.

Manteve o programa d' **A Revolução de Novembro**, de luta contra a política liberal, contra a Monarquia, contra os conservadores e de defesa da Constituinte e da República. Variava, às vèzes, os artigos e as transcrições com algumas poesias, ora de Francisco Antônio Cezário de Azevedo, ora de Manuel Rodrigues do Passo, ora de João Luís Soares Martins e até de **Valério Publicano** (provável pseudônimo).

Transposto o mês de novembro, aproximava-se do fim a existência do valente diário, cujas condições financeiras eram precárias. Ao atingir o n.º 80, a 11 de dezembro, parou, não mais emergindo (**Bib. Pub. Est.**).

O LIBERAL PERNAMBUCANO — Jornal Político e Social — Publicação diária, surgiu no dia 7 de setembro de 1852, em formato de 48x30, com quatro páginas a quatro colunas de 14 cíceros. Do expediente constava que as assinaturas podiam ser subscritas na Tipografia Nacional, onde se imprimia, no Passeio Público n.º 18, a 3\$000 por trimestre, pagos adiantadamente. Aos assinantes: 20 réis por linha de anúncio. “Correspondência e outra qualquer publicação: pagar-se-á o que se convencionar”. Sob o título, vinha uma faixa, composta em tipo miúdo, com informações úteis.

Abriu a edição a mofina “Brasileiros, olhai para o Senado!”, repetida até o n.º 13, de apóstrofes contra a oligarquia do Senado, onde se dizia que Pernambuco estava “vergonhosamente submetido à família Rêgo Barros — Cavalcanti”, concluindo que só a instalação de uma Constituinte poderia “pôr têrmo a um estado tão ignominioso”.

Seguiram-se trechos dos Estatutos da S. L. P. (fundada em novembro do ano anterior) e extenso artigo, assim iniciado: “O Conselho da Sociedade Liberal Pernambucana resolveu que, do dia 7 de setembro em diante, **A Imprensa** fôsse substituída por outro jornal com a denominação de **O Liberal Pernambucano**, cujo fim e objetivo fôsse dar desenvolvimento fiel às idéias consignadas no título primeiro de seus Estatutos. O mesmo Conselho, persuadido como está de que a monarquia constitucional representativa é a forma de govêrno mais adaptada às circunstâncias do país, vê e conhece que esta forma de govêrno não se acha devidamente combinada na nossa Constituição política, onde a introdução de elementos oligárquicos destruiu a harmonia que deveria reinar entre o elemento monárquico e o elemento democrá-

tico; pelo que, cumpre rever sèriamente essa Constituição e depurá-la dos vícios, defeitos e imperfeições que a inçam; de modo que tenhamos em sua pureza uma monarquia democrática, como é possível, e só admissível, em terras americanas". Julgava, em resumo, "ser uma necessidade indeclinável a convocação de uma Constituinte".

Logo a partir do n.º 2, iniciou polêmica com o diário republicano, de curta duração e fundado à mesma época por Antônio Borges da Fonseca, frisando: "Apenas aqui chegou, o redator d'**A Revolução de Novembro** não cessa de manejar bem mesquinhas intrigas, levantando falsos testemunhos, erigindo-se em censor e guia do Partido Liberal da provincia, denominando a todos de traidores e fazendo-se ridículo à fôrça de dar-se a espetáculo". Aconteceu que o jornalista acusara os liberais de haverem enrolado a bandeira da Constituinte "livre e soberana..."

Jornal voltado à polêmica, na defesa do seu programa entrou, também, em debate com os conservadores **Diário de Pernambuco** e **A União**; inseria transcrições da imprensa congênere de fora da provincia, Comunicados e Correspondências, além de Avisos, Editais e pequenos anúncios, que enchiam a última página.

Em artigo de 30 de outubro, ocupando duas páginas batidas, o redator-chefe Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, "príncipe dos jornalistas políticos do Norte do Império", segundo Aprígio Guimarães (1), contestou a acusação, veiculada através d'**A Revolução de Novembro**, de que traíra o Partido Liberal. Mais alguns dias, uma nota redacional de 13 de novembro advertiu que **O Liberal Pernambucano** não discutiria com o mencionado órgão, o qual, ao contrário do contido na sua epígrafe, só visava "a homens e não princípios".

A edição do dia 16 noticiou que, em reunião do Conselho

(1) Discurso pronunciado a 27-1-1869, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

A respeito de Nascimento Feitosa, escreveria, algumas dezenas de anos após, Rodolfo Garcia: "São memoráveis as suas polémicas sobre a "Liberdade de Deus", controversia filosófica que entreteve com o dr. Néri Colaço; sobre o comércio a retalho, com o dr. Braz Florentino, e as suas inúmeras e diuturnas discussões políticas, nas quais teve por adversários Jerônimo Vilela, Urbano Sabino e outros contendores" (**A Cultura Acadêmica** — março-abril de 1906). Por sua vez, o historiador Amaro Quintas, já no meado do nosso século, aludiu a Nascimento Feitosa como "um pernambucano digno, precursor dos estudos sociológicos no Brasil e que, como poucos, soube batalhar, impetuosa e românticamente, em favor dos pobres e dos humildes" ("Um intérprete da Revolução Praieira", 1948).

da Sociedade Liberal Pernambucana, fôra eliminado de suas fileiras o jornalista Inácio Bento de Loiola, redator d' **O Echo Pernambucano**, bissemanário igualmente defensor da causa liberal, por desobediência às instruções de não participação nas eleições parlamentares em perspectiva, o que degenerou em polêmica entre os dois jornais, em termos vigorosos.

A 12 de outubro começava a série de artigos "Os monarquistas liberais e a Constituinte — As reformas como fim e a Constituinte como meio", nos quais foi rijamente atacada a atuação de Borges da Fonseca na revolução praieira. Fricou o comentarista que êle introduzira "um cismo no exército liberal; quis mudar o pensamento da revolução e levar às fileiras a desarmonia"; que não teve significação o seu Manifesto de 1 de janeiro de 1849 e que "foi o partido praieiro quem arvorou a bandeira das reformas e da Constituinte como meio de as levar a efeito". Afirmou, em conclusão, que **O Liberal Pernambucano** combatia, sim, a Constituinte "absoluta e ilimitada", como a queriam os republicanos, e que o partido praieiro subsistia pujante, em tôda a província.

Seguiram-se artigos e mais artigos contra o República, também contestado, em prolixa correspondência de 12 de novembro, por Filipe Lopes Neto, o qual disse que uma má estrêla transtornava todos os negócios em que Borges da Fonseca se envolvia.

Viu-se divulgado, na edição de 24 de dezembro, o "Padre Nosso dos Liberais", em versos, "para ser fervorosamente cantado durante as eleições".

Não se interrompeu a publicação na passagem para 1853. Substancioso editorial no n.º 114, de 2 de fevereiro, foi dedicado à memória dos heróis de 1848, daquele "dia de recordações dolorosas para todo o Pernambuco livre". Com o aparecimento, no referido mês, do periódico conservador **A Justiça**, de Floriano Correia de Brito, especializado em defender o govêrno provincial, com êle também entrou a polemizar o diário de Nascimento Feitosa.

Ao noticiar, na edição de 26 de abril, a posse do Presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, escreveu o editorialista que "a administração do sr. Francisco Antônio Ribeiro, na Província de Pernambuco, foi a mais impolítica, a mais desmoralizadora, a mais fatal ao país que temos tido e além da qual não se pode outra conceber". Esperava que o novo dirigente — conservador como o substituído — tomasse outro caminho.

Dois meses decorridos, verificou o jornal que o caminho

seguido foi o mesmo, de desmandos e desacertos, começando então a fazer restrições ao nôvo govêrno, atacando-o virulentamente, o que ocorreu até o fim da respectiva gestão, a par de incessante bate-boca com as fôlhas situacionistas e de doestos contra a oligarquia Rêgo Barros — Cavalcanti. Já a 4 de outubro escrevia, em prosseguimento: "O partido guabiru tem querido engabelar o povo de Pernambuco".

Ao iniciar, com o n.º 368, de 2 de janeiro, o ano de 1854, **O Liberal Pernambucano** manifestou a esperança "de um melhor futuro para a nação brasileira e, por conseguinte, para o Partido Liberal, que, sem renegar uma só de suas crenças, pode entrar numa vida mais de acôrdo com a sua dignidade e que êle conquistou a poder de inauditos sacrifícios".

"Ano de 1854! — concluiu, após rigorosa análise da política nacional — nós te saudamos, visto como entras pejado de esperanças. O céu te cubra de bênçãos, para que as derrames sôbre um povo livre, que sabe ser magnânimo como sabe exaurir o amargo cálix do sofrimento!"

Na edição seguinte, analisando a situação local, assim terminou extenso editorial: "O sr. José Bento não nasceu para administrar províncias, e Pernambuco não deve por mais tempo ser tão horrivelmente aviltado".

Intensificava-se a campanha anti-governamental, sobretudo através da série de longos artigos "A feira da ladra", de intensa mordacidade, sem assinatura, mas de autoria de Filipe Lopes Neto. E, após longa pausa, reativava-se o atrito com **O Echo Pernambucano**, do qual dizia (edição de 16/1) haver-se tornado "fôlha do govêrno, desfazendo-se em elogios ao sr. José Bento".

O contrato das carnes verdes proporcionou uma série de quinze artigos do diário, de condenação à atitude do govêrno, que só tinha em vista "o benefício dos contratadores e em nada o bem da população". A entrega da administração do Teatro Santa Isabel a Manuel Gonçalves Agra foi outra fonte de ataques. Ainda de caráter político, divulgava correspondências e comunicados, assinados por **O Véritas**, **O Português** e outros. De quando em quando surgia uma página de Literatura, por meio de transcrição, inclusive poesias. Os anúncios já ultrapassavam o limite de uma página.

Em reunião de 12 de março, da entidade editora, elegia-se a seguinte Comissão de Redação: José Francisco de

Arruda Câmara, Joaquim Francisco de Faria, Vicente Ferreira Gomes, Maximiano Lopes Machado, Joaquim Elviro de Moraes Carvalho, Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho, Sebastião Antônio de Acióli Lins, Francisco Brederode de Andrade e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, continuando este último como redator-chefe.

Após sucessivos artigos a respeito do gabinete de conciliação, que nada conciliou, do Marquês do Paraná (Henrique Hermeto Carneiro Leão), divulgava-se, em agosto, a série "Uma vista retrospectiva e o governo saquarema", à qual sucedeu, longamente, outra, intitulada "O fidalgo e o parvenu — Desmoralização do Ministério — Triunfo das idéias democráticas", tudo sem prejuízo da eterna polêmica em torno da administração provincial.

Noutra reunião partidária, a 7 de setembro, confirmava-se a Comissão de Redação sob a chefia de Nascimento Feitosa, com novos auxiliares e a exclusão de alguns, ficando assim constituída: Joaquim Elviro, Inocêncio Seráfico, Manuel Inácio do Rêgo Barros, Cândido Autran da Mata e Albuquerque e Sebastião A. de Acióli Lins.

Em 1855, o jornal criticava "a camarilha Eusébio, sua polícia secreta, suas intrigas". Pedia reformas. Atacava o tráfico de africanos. E martelava, na edição de 5 de setembro: "Quando se considera, refletidamente, o que tem sido a presidência do sr. José Bento, achar-se-á que, sob a relação moral foi um flagelo; sob a relação intelectual, uma desgraça; sob a relação material, uma vaidade custosa, esbanjadora, um verdadeiro atraso". A 3 de dezembro iniciava uma série de editoriais a cerca dos portugueses no Brasil e sua influência com relação à política partidária. O primeiro, de mais de uma página, frisou que os lusitanos se achavam politicamente enfraquecidos, sendo difícil "a sustentação do poderio" deles no Brasil, concluindo:

"O povo ou o princípio popular deve abster-se de idéias exageradas demagógicas, de desordens e de sedições. Os melhoramentos morais, intelectuais e materiais devem constituir o seu programa. E, se nada fôr feito, a eleição direta será então a sua bandeira. Isto de república e de guerra de cacete contra portugueses é recurso sedição, velho e desacreditado, de que lançam mão os inimigos do Brasil, para seus cálculos de tirania e de despotismo".

O n.º 967, de 31 de dezembro, que se fez acompanhar de um suplemento de quatro páginas batidas, inseriu o imenso artigo "Ao público", assinado por Chico Coringa, rebatendo

acusações do periódico **O Brado do Povo**, que era redigido pelo jornalista Romualdo Alves de Oliveira, aos líderes liberais de Goiana.

Iniciando 1856, apresentou-se o valente diário com tipagem nova, inclusive de corpo 7, para conter mais matéria. A seção "A segunda-feira do cronista", criada um mês antes, com a assinatura **Do Mágico**, acrescentou-se "A terça-feira do cronista", **Do Químico**. Variando bastante a parte redacional, vieram, também, as "Cartas de um habitante da Terra escritas do Recife a um habitante do planeta Mercúrio", sempre com base na crítica política. Depois surgiram os "Contos noturnos". A 8 de fevereiro iniciava-se uma Parte Religiosa, com as "Homélias sôbre as mulheres do Evangelho", do Padre Ventura de Raulica, pregadas em Paris e traduzidas, segundo constou, pelo Padre Pinto de Campos (sem assinatura), precedidas de uma nota introdutória, que assim concluiu: "... precisamos de uma regeneração moral e religiosa e muito confiamos nas palavras inspiradas do Padre Ventura".

Substituída **A União** pelo diário **O Paiz**, transferiu-se para êste a defesa do govêrno provincial e a consequente polémica com **O Liberal Pernambucano**, cujo redator-chefe, sempre Nascimento Feitosa, era especialmente visado. Um abaixo-assinado na edição de 18 de março, por elementos de projeção nas hostes liberais, abrindo a primeira página, rogava ao jornalista atacado votasse "o desprezo às calúnias e injúrias com que o há coberto a fôlha denominada **O Paiz**".

Por sua vez, **Um membro do Conselho da Liberal Pernambucana** repelia ataques do General Abreu e Lima, desferidos pelas colunas do **Diário de Pernambuco**, contra Nascimento Feitosa, o que levou êste a chamar o antigo correccionário a contas, perante a justiça, mas sem êxito, porque o contendor fugiu à responsabilidade do que escreveu.

A época, fêz o diário liberal regular cobertura da epidemia do cólera, que grassava no Recife, publicando boletins diários do diretor de saúde Joaquim de Aquino Fonseca, o qual divulgou, depois, longa correspondência em tórno de sua destituição da Presidência da Comissão de Saúde Pública.

No mês de março, a redação combatia a candidatura de José Tomaz Nabuco de Araujo à senatória, assim intitulado um editorial do dia 27: "A candidatura do sr. Nabuco é uma vergonha para Pernambuco". A 6 de maio, congratulava-se com a escolha de Sérgio Teixeira de Macedo para a

Presidência da Província, o que punha t ermo   "fatal ssima administração do sr. José Bento". Durou alguns meses o período de expectativa em face da nova gestão, que começou a ser criticada no fim do ano, sofrendo, daí por diante,   mais ferrenha campanha do  rgo liberal.

Entrando no sexto ano de existência, com a edi o de 2 de janeiro de 1857, a fôlha renovou as promessas que fizera "ao começar o ano de 1856", escrevendo: "**O Liberal Pernambucano**, conservando-se fiel   sua missão de ordem e moralidade, em que tem trabalhado desde o seu nascimento até hoje, não sairá nunca dos justos limites da modera o, e toma por timbre advogar os interesses legítimos da província em rela o com os povos cultos e, especialmente com o resto da província". E concluiu: "Monarquia representativa e constitucional   e será nossa constante divisa".

Na mesma edi o, em art go com sua assinatura (2), na se o "Comunicados", Nascimento Feitosa declarava o seu desgosto em face das acusa es contra si assacadas, através do **Diario de Pernambuco**, pelo seu correligionário Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que se apresentava "como deputado de um círculo onde triunfaram as idéias liberais", acusa es segundo as quais  le, redator-chefe, tinha "afastado os principais chefes da praia". Aguardava a permissão do ilustre contendor para, explicando-se perante o público e o partido, divulgar, em sua defesa, documentos do próprio punho de Vilela. No dia 7, publicava uma carta dirigida ao presidente da Sociedade Liberal Pernambucana, convocando reunião para prestar conta dos seus atos e entregar a dire o d'**O Liberal Pernambucano**, a fim de ser julgado. Foi-lhe conferido apoio unânime, inclusive da própria dire o geral do Partido Liberal.

A pol mica com o " rgo mais antigo", que sofrera altos e baixos no decorrer do ano transato, intensificou-se, acerbamente, em 1857, quando a fôlha liberal, em defesa de acusa es   sua atua o política, iniciou, a 5 de janeiro, a série de editoriais intitulados "**Diario de Pernambuco**", principiando com minuciosa análise da vida dos respectivos diretor e redatores, como a seguir: "... o sr. Manuel Figueiroa de Faria   um pobre homem que mal sabe assinar o seu nome; em tudo o mais, pode ser chamado analfabeto". No dia 7: "**O Diario de Pernambuco**   um verdadeiro monstro hora-

(2) O redator-chefe, em artigos assinados, jamais deixava de fazê-lo assim: Dr. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa.

ciano, à disposição de qualquer presidente que queira bem pagar-lhe a publicação do expediente". Mas uma nota do dia 10 dizia haver sido retirado da paginação o quinto artigo, devido à linguagem baixa demais dos redatores do **Diário**, achando melhor votar-lhes o desprezo.

Ainda durante o mês de janenro — 1857 — Nascimento Feitosa alimentara polêmica, de caráter científico, com o jurista Pedro Autran da Mata e Albuquerque, em tôrno das acepções teológica e filosófica da expressão "**liberdade com relação a Deus**". Sob o título geral "Variedades", a par da matéria em prosa, inseriam-se versos assinados por +...+ ou M. Z. ou, mais raros, por Luís Carlos de Araújo Pereira. Voltou a redação a escrever, insistentemente, sôbre o tráfico de africanos, ao passo que não parava de criticar, virulentamente, a administração provincial.

No dia 26 de fevereiro, lia-se, na seção "Variedades", sob o título "Atenção": "No escritório d'**A Regeneração** está aberto um concurso de **moralização** da imprensa e de linguagem da **moderação**, que é hoje o salvatério da pátria, atenta à inconveniência que há para se entrar na **mamata** do emprêgo de linguagem do **Mundo da Lua, Bezerra de Pêra, João Pobre, Guarda Nacional, Cometa, Vapor da California**, etc. Os pretendentes compareçam quanto antes para se inscreverem, visto como é já tão grande o número dos concorrentes que poucos lugares existem vagos no vasto salão do escritório".

Na edição seguinte começaram artigos em resposta a ataques do ex-líder praieiro Jerônimo Vilela — a quem era atribuída a redação dos periódicos acima referidos — feitos através do nôvo órgão **A Regeneração**, repelindo-o, sobretudo, como chefe liberal.

A partir do n.º 1339, de 27 de abril, a fôlha transcrevia artigos publicados no Rio de Janeiro, sob o título "Crítica literária" e o sub-título "O Padre Ventura e o Cônego Pinto de Campos". Nêles, Aprígio Guimarães, com o pseudônimo de **Agripa**, criticou as "paráfrases" extraídas pelo sacerdote pernambucano das conferências pronunciadas por aquêlê sábio em Paris, sôbre a Paixão. Não se tratava — dizia o escritor — de paráfrases, mas de simples "tradução e tradução imperfeitíssima". Veio a polêmica, como era de costume, tendo **Agripa** prosseguido sua crítica já no Recife, com a divulgação dos textos em francês e da tradução feita pelo cônego, seguidos de observações. Por fim, anunciou que ia

divulgar o livro "O céu e a terra, o saber e a ignorância — ou O padre Ventura e o padre Campos".

Ainda no mês de abril, ao noticiar a posse do novo presidente da província, Joaquim Pires Machado Portela, esperava a redação que êle não se dobrasse, "fácilmente, às exigências de seus amigos e correligionários".

Editoriais de 31 de julho e 1 de agosto ocuparam-se dum processo intentado por Florêncio José Carneiro Monteiro contra **O Liberal Pernambucano**. Chamado à responsabilidade, o tenente-coronel Bernardo José da Câmara defendeu-se, alegando nada ter com a queixa, pois era apenas proprietário da tipografia; noutra audiência compareceu o editor, João de Freitas Barbosa, que também se pôs ao largo, porque a queixa não fôra diretamente dirigida contra êle. E não houve mais notícia do processo.

Na última edição de cada ano e na primeira do ano seguinte, **O Liberal Pernambucano**, cuja circulação foi ininterrupta, menos aos domingos e dias santificados, fazia um retrospecto dos acontecimentos políticos precedentes. No longo artigo, a respeito, da edição de 2 de janeiro de 1858, lia-se:

"Reduzindo, pois, os males com que lutam o govêrno, a monarquia, a Constituição, a democracia e a lei, na província de Pernambuco, a seus pontos mais salientes, temos o seguinte:

1.º — Monopólio e especulação do crédito, com manifesta compressão do comércio.

2.º — Monopólio e especulação nos gêneros de primeira necessidade, com o que se gera a compressão das classes pobres.

3.º — Abusos, prevaricações e indignidades cometidos na Guarda Nacional, com o fim de pôr em desespêro a população dos artistas.

4.º — Abusos, prevaricações e infâmias cometidos na polícia, com o fim de atropelar o povo, sustentar a influência de certos mandões em suas respectivas localidades e salvar os criminosos de certa classe".

Em data de 5 de julho do referido ano, **O Liberal Pernambucano** duplicou o formato, tomando a estatura dos maiores jornais. Abaixo do cabeçalho, ao centro das notas do expediente, lia-se: "A redação é encarregada à comissão respectiva da Sociedade Liberal Pernambucana. O jornal está abaixo da defesa e guarda da Sociedade Auxiliadora da Tipografia Nacional".

Longo editorial de apresentação da nova fase foi assim iniciado: "**O Liberal Pernambucano**, passando a ser enumerado entre os jornais de grande formato, não faz senão realizar uma das suas aspirações já muito anteriormente manifestadas, e que só agora pôde levar a efeito, porque só agora se acha convenientemente montado o prelo mecânico que era preciso para êsse melhoramento material".

Após uma série de considerações, escreveu o articulista: "Do resumo rápido dos acontecimentos fica evidente que **O Liberal Pernambucano** não tem nunca perdido de vista a estrêla polar que o deverá guiar ao pôrto procurado e indicado pela Providência. Lançado como um navio ao mar, quando êste se achava nimiamente encapelado e tempestuoso, **O Liberal Pernambucano** navegou por entre escolhos e sirtes. Felizmente, avistou êle a terra, e espera em Deus que aportará a ela a salvamento".

Concluiu concitando a concórdia política e social, "pela harmonia dos dois elementos — monárquico e democrático", e "pelo tríplice amplexo da agricultura, comércio e artes ou indústria".

Com a transformação havida, o "escritório da tipografia" foi instalado à rua do Colégio (atual Rua do Imperador) n.º 14. Nova tabela de assinaturas: ano — 14\$000; semestre — 7\$500; trimestre — 4\$000; para as províncias e exterior: 18\$000, 9\$500 e 5\$000, respectivamente. Os snrs. assinantes pagam 20 réis por linha de seus anúncios, e os não assinantes 100 réis; as outras publicações terão preço convencional".

Em meio a vultosa matéria batida, formada por grandes artigos políticos ou de natureza econômica, notícias do Exterior, Fatos Diversos, etc., **O Liberal Pernambucano** passou a divulgar, em folhetim, o "Manual de moral e de economia política", dedicando algum espaço também aos Atos Oficiais. Variava a aridez dos assuntos políticos a inserção de poemas, assinados, às vêzes, por J. M. Alves Cavalcanti. Em prosa, vinham as "Peregrinações literárias", por **Caheté**, em rodapé das segundas-feiras. "Publicações a pedido" reuniam artigos ou notas ligeiras, quase sempre firmadas com pseudônimos.

Sob a chefia de Nascimento Feitosa, a Comissão de Redação estava assim constituída: Leonardo Augusto Ferreira Lima, Inocência Seráfico, João Francisco Teixeira, Manuel Inácio do Rêgo Medeiros e Manuel Pereira de Moraes Pinheiro, sendo gerente Luís Cesário do Rêgo e encarre-

gado de receber assinaturas Miguel Cândido de Medeiros Pinto.

Escrevia o articulista, na edição de 7 de julho: "O pessoal que tem em suas mãos o exercício da autoridade na província precisa de ser, em sua máxima parte, mudado; porque é um pessoal já gasto, já desacreditado, que pertenceu a uma época de ostracismo e proscricção e que foi constantemente o instrumento das vinganças e reações de um poder que caminhava a bandeira despregadas para o absolutismo ou, antes, para o regresso do velho regime. Querer numa época de **concórdia** que permaneçam no exercício da autoridade essas mesmas molas roídas da ferrugem é querer manter na província o mesmo sistema de reação, violência e corrupção, com todo o cortejo de suas perigosas consequências".

Os editoriais focalizavam, amiúde, a política de concórdia do gabinete Sousa Franco, que mereceu apoio do jornal. A 17 de agosto tinha início uma série de artigos intitulados "O sr. deputado Vilela Tavares", repelindo declarações dêle, veiculadas num jornal do Rio de Janeiro, quanto à sua posição em face d'**O Liberal Pernambucano**, que a redação considerou inverídicas, comentando-as e esclarecendo os leitores exaustivamente.

Na seção de Literatura, a que não faltavam transcrições, iniciou Calazans (Pedro de Calazans), a 18 de novembro, a série "Literatos a lápis".

Encerrando 1858, com a edição de 31 de dezembro, o editorial aludiu aos "grandes, imensos serviços" prestados pelo gabinete de 4 de maio de 1857, então substituído pelo de 12 de dezembro, do qual esperava continuar o bom caminho do antecessor. Já a fôlha vinha ocupando duas páginas com anúncios.

1859 foi iniciado com acerba polêmica, através de artigos de redação — ou assinados por Nascimento Feitosa e por **O Conciliador de Boa Fé** — com o Monsenhor Pinto de Campos, êste nas páginas do **Diario de Pernambuco**, o qual era acusado de assassinios cometidos na comarca do Brejo da Madre de Deus, anos antes, na sua gestão como delegado de polícia. Em fevereiro, outra série de artigos visava ao mesmo padre, que se dizia haver sido "pronunciado em crime de roubo", secundada a redação por **Comunicados com os pseudônimos de Thecel, Mane e Phares**.

Insistia no programa de concórdia apregoado, assim terminando o editorial de 26 de janeiro de 1859: "Espera-

mos que o governo do Brasil tenha no ânimo realizar a verdadeira conciliação". Dois dias após: "O Ministério de 6 de setembro de 1853 apregou a política de conciliação; o Ministério de 4 de maio de 1857 elevou-a ao gabinete de concórdia; mas nem um nem outro Ministério realizaram êsse pensamento, cumpriram essa promessa, com especialidade a respeito de Pernambuco". E verberou, a 7 de fevereiro: "... que títulos têm os srs. Cavalcanti e Regos Barros e seus protegidos, a serem exclusivamente apregoados como os **varões conspícuos** da Província de Pernambuco?"

O tema era eterno. Escreveu a fôlha a 10 de junho: "A nossa insistência em combater uma oligarquia de caráter pessoal, nesta província, não é filha do ódio que votemos aos membros dessa oligarquia, mas sim do desejo que temos de ver restabelecido entre nós o regime constitucional representativo". E no dia 25: "Liberte-se a agricultura do predomínio oligárquico que a esmaga; liberte-se o comércio do despotismo oligárquico que o aniquila; estabeleça-se a livre aliança do solo e do capital com o trabalho, e temos a convicção íntima de que, dentro em pouco, as coisas do país tomarão uma fase muito favorável".

No mês em referência, a 21, noticiando deliberação da Sociedade Liberal, confirmava-se no seu pôsto a Comissão de Redação, apenas substituído o nome de Manuel Inácio do Rêgo Medeiros por Antônio José da Costa Ribeiro. A 18 de julho, iniciava **Gabriel Chiabrera** a crônica de assuntos locais "Linhas ao Sol", em rodapé das segundas-feiras. O jornal vinha atacando o governo do Barão de Camaragibe (Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque), envolvendo, paralelamente, em acerbas críticas, o **Diário de Pernambuco** e o jornalista republicano Borges da Fonseca.

Em setembro, pregava a "união pernambucana". No mês seguinte, regozijava-se com a província, por ver-se livre "da melancólica, senão funesta", administração do titular de Camaragibe. Seguiu-se, em novembro, a cobertura da chegada e permanência, no Recife, do casal de Imperadores do Brasil, com a inserção, inclusive, de poesias de saudação, assinadas, entre outros, por Joaquim Guenes da Silva e Melo, A. J. Zacarias de Carvalho e João Gualberto dos Passos.

Terminado o ano de 1859 com o n.º 2166, de 29 de dezembro, abriu numeração nova no dia 16 de janeiro de 1860. E historiou, no primeiro editorial, a sua existência, durante a qual conseguiu vencer grandes dificuldades, desde que apareceu no mundo da publicidade, sob o governo

provincial de Francisco Antonio Ribeiro, quando “encontrou ainda a província de Pernambuco lutando contra as pretensões do personalismo que fundara a sua dominação sôbre os destroços da revolução de 1848”.

Após uma série de considerações, em mais de duas colunas, frisou o articulista: “Dora em diante, outra marcha seguirá **O Liberal Pernambucano**, sempre unido à causa popular e nacional”. E concluiu: “... progresso comercial, progresso industrial, progresso moral, progresso científico: — eis o alvo a que se encaminha **O Liberal Pernambucano**, que já não vê embaraços pessoais capazes de opor-se à marcha de ascensão que deve ser trilhada por uma das principais províncias do Império”. E, “nesse sagrado empenho”, esperava ser auxiliado pelas referidas forças, “pelos homens da ciência e pelos cultores das letras”.

Na edição de 11 de maio, aludia “à tática dos mocinhos do **Diario de Pernambuco** querendo resumir tôda a redação d’**O Liberal Pernambucano** na pessoa do sr. dr. Feitosa, a quem responsabilizam por quanto ali se escreve”. Tempos depois, em artigo de 22 de novembro, sob o título “Uma urdidura infernal”, repelia o “comunicante” do **Diario**, que o acusara de idéias anárquicas e revolucionárias, dizendo:

“Mentira! Calúnia! Infâmia! A redação d’**O Liberal Pernambucano** prega a monarquia representativa; prega o respeito aos dogmas constitucionais”; “repele, estigmatiza e condena a luta armada: não a quer, não a deseja, e prefere-lhe o martírio”; “quer, mais do que tudo, a união da família pernambucana, união a que se opõe caprichosamente uma oligarquia que quer, a todo transe, suplantar a população da província, privando-a de seus direitos políticos”.

Em data de 1 de outubro, ainda de 1860, dizia um comentário que o impressor do jornal, tenente-coronel Bernardo José da Câmara, fôra chamado à responsabilidade pelo conselheiro Autran, diretor da Faculdade de Direito do Recife, que se sentira ofendido com um “a pedido” da edição de 26 de maio, assinado por **Piolho Viajante**, do qual a redação não tomara conhecimento, terminando por pedir-lhe excusas.

Publicaram-se, durante o ano, 288 edições, recomeçando a numeração a 2 de janeiro de 1861, em cujo primeiro editorial se dizia que “as oligarquias pessoais que se denominam Partido Conservador são verdadeiras usurpações”. Combatia, então, o governo provincial de Ambrósio Leitão da Cunha,

durante o qual sofrera prisão e vexames o seu redator João Francisco Teixeira (3).

Sempre impresso na Tipografia Nacional, veio o importante órgão a encerrar sua atuação com o n. 69, de 23 de maio do ano mencionado, para ser substituído por outro diário — **O Constitucional**, em virtude de deliberação expressa da Sociedade Liberal. Assim arrematou a nota a respeito:

“Pondo termo à publicação d’**O Liberal Pernambucano**, não deixamos a **O Constitucional** outro legado que não seja aquêlê que resulta dos esforços feitos em prol de uma causa boa e santa” (Bib. Pub. Est.).

1856

O PAIZ — Diário de orientação conservadora, saiu a lume no dia 1 de fevereiro de 1856, em formato de 34x26, com quatro páginas a três colunas de 15 cíceros, sendo impresso na Tipografia União, à rua da Aurora n.º 40. Assinava-se a 12\$000 por ano, “devendo ser convencionado na hora da encomenda o preço dos anúncios e outras publicações de interesse particular”.

Segundo o editorial de apresentação, adotava a “política ordeira e conciliadora, de conservação e de progresso moral e material”, que parecia ser a nova política do Brasil, destinada a “substituir os desregramentos da opinião, as agitações e revoltas estéreis e as polêmicas pessoais, tão ociosas e aviltantes”.

Entendendo que “a política não deve constituir a única preocupação da humanidade”, nem “o assunto exclusivo da imprensa diária”, escreveu o editorialista que o **O Paiz** se ocuparia “de objetos de interesse da lavoura, da indústria, do comércio e da literatura”, abrindo “as suas colunas a quaisquer avisos e publicações de utilidade pública ou particular”. Informaria, também, ao público, os acontecimentos das províncias e do exterior, concluindo:

“Começando uma existência diária, duvidamos poder conseguir plenamente o fim a que nos propomos com um for-

(3) Aludindo a outras violências do governo da época, relatou **O Liberal Pernambucano** que, às 17 1/2 horas de 1 de dezembro de 1860, em pleno Pátio do Carmo, foi espancado, pela polícia, o jornalista Modesto Francisco das Chagas Canabarro, redator do periódico satírico **O Vapor dos Traficantes** (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. V).

mato tão acanhado. Provavelmente, pois, teremos de aumentá-lo para melhor servir os princípios que defendemos, para acompanhar mais de perto a discussão das necessidades públicas e para satisfazer a utilidade de nossos leitores”.

Foi a seguinte a restante matéria da primeira edição: editorial sôbre a incidência da epidemia do cólera; “Notícias estrangeiras”; “Correspondência de Lisboa”; folhetim, ocupando o rodapé de três páginas; “Notícias do Sul”; “Notícias do Norte”; “Agricultura”; noticiário local, só de natureza econômica, e meia coluna de pequenos anúncios.

A partir do segundo número, o bem elaborado jornal passou a inserir, de vez em quando, artigos assinados pelo Monsenhor Joaquim Pinto de Campos e, igualmente, pelo professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque, e poemas de A. J. de M., F. A. Cezario de Azevedo e Franco de Sá. Deu boa cobertura do andamento da epidemia do cólera morbus, incluindo amplo noticiário miúdo. Outro assunto em evidência foi a carestia de vida, assim como a Estrada de Ferro de Pernambuco. Não faltou logo acerba polêmica com **O Liberal Pernambucano**, pelo fato de **O Paiz** tecer encômios à administração provincial. A seção “Variedade” era iniciada com o “Kaleidoscópio noticioso”, depois substituído por “O que se sabe e o que se não sabe” (1). No “Correio da Província” sobressaíam as correspondências de Goiana, assinadas por **O Nigromonte**.

Numa definição de atitudes, assim manifestou-se a redação, no comentário intitulado “O sr. Nabuco de Araújo”, na edição de 26 de março: “**O Paiz** é o representante de um partido antigo, e cuja bandeira foi sempre bem conhecida e bem aceita entre a gente ordeira e sensata, quer nesta província e quer no Império. Ele é o sucessor d’**A União**, assim como esta o foi d’**O Lidador**, todos campeões da mesma causa, todos companheiros na mesma sorte; apenas modificando suas idéias segundo a necessidade das circunstâncias e das épocas”. Prosseguiu explicando porque apoiava o ministro Nabuco de Araújo e pondo suas colunas à disposição dos líderes conservadores.

Efetivada uma conciliação na política e na imprensa, veio a cessar, em abril, a polêmica com **O Liberal Pernambucano**, paralisando a catilinária contra Nascimento Feitosa,

(1) Os ataques a **O Liberal Pernambucano** e seu principal redator Nascimento Feitosa atingiram o auge na seção “O que se sabe e o que se não sabe”, na qual (edição de 15-3) lhe foram desferidos tremendos improperios, tais como “traste velho e safado” e quejandos.

em que houve até alusões desprimorosas à sua vida privada; haja vista a série de artigos "O urubu-rei", que não chegou ao fim.

E a fôlha dedicou-se mais à Literatura, Variedades, Notícias do Exterior e do Interior, incluindo biografias de grandes escritores franceses, aumentando, por outro lado, a parte de anúncios, já com mais de uma página. A redação estava, então, a cargo de S. de O., iniciais com que eram assinados longos artigos de responsabilidade interna, sobretudo a série "A concessão dos terrenos da Marinha". Figurara, antes, como redator principal, o médico Antônio Alves de Sousa Carvalho.

Decorreram mais ou menos inexpressivos os dois últimos meses de vida d'O Paiz, que veio a dar sua última edição, somando 103 números publicados, a 5 de junho. Escreveu, então, o articulista: "... a ausência de tôda luta de partidos e a suspensão expressa das hostilidades ao govêrno por parte do jornalismo oposicionista interromperam a necessidade que tem tido o partido a que pertencemos de sustentar a sua bandeira, contra a qual hoje ninguém se pronuncia, e aconselham-nos por algum tempo a suspensão dêste jornal". E concluiu: "... desaparece, temporariamente, a única fôlha política que nesta província defendia o nosso partido e o govêrno atual" (Bib. Pub. Est.).

1857

O DESPERTADOR COMMERCIAL DO NORTE — Iniciou êsse diário sua publicação a 5 de junho de 1857, em formato médio (45x32), com quatro colunas de 15 cîceros e quatro páginas, sendo impresso na Tipografia Republicana Federativa Universal, propriedade do seu diretor, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão. Trazia, abaixo do título, uma faixa de composição, dividida em quatro colunas, com informações de emergência, tais como: Partida dos Correios — Audiências dos Tribunais — Efemérides — Preamar — Dias da Semana.

O segundo número divulgou longos versos de elogio a

João Caitano, de autoria do redator e dirigente do jornal (1), cujas produções eram sempre prolixas. Mais um artigo, em continuação ao número anterior, para ainda continuar no seguinte, completou a matéria, sendo duas páginas de anúncios e publicações a pedido.

Duas únicas edições foram encontradas: os ns. 2 e 41, êste de 25 de julho (2), contendo três artigos, respectivamente, sôbre comércio, agricultura e literatura, tudo a continuar, e mais um folhetim no rodapé da primeira página.

Não foi possível averiguar até quando se prolongou a vida do jornal (**Bib. Pub. Est.**).

1859

JORNAL DO RECIFE (1) — Revista semanal. Ciências, Letras e Artes — Publicou-se o primeiro número a 1 de janeiro de 1859 (2), em formato de 28x21, com oito páginas, impresso na Tipografia Acadêmica, à rua do Colégio (último quarteirão, ao sul, da atual rua do Imperador) n.º 21. Constatava do expediente: "A redação aceita com reconhecimento qualquer trabalho que lhe ofereçam". Assinatura mensal — \$500; para fora da cidade — \$600, mediante pagamento adiantado.

Sob a direção e propriedade de José de Vasconcelos (3),

(1) O excêntrico poeta e prosador, filósofo e político João de Barros F. de A. Maranhão (apelidado **João Vulcão**) era "bacharel formado em ciências jurídicas e sociais, sócio correspondente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico da França e **eumenio eladiense** na Academia dos Arcades de Roma".

(2) Alfredo de Carvalho ("Anais") registrara o n.º 19, de 30 de junho, como tendo sido o último.

(1) Escreveu o **Diário de Pernambuco**, de 3 de janeiro de 1859, na sua "Página avulsa": "**Mais um jornal** — Tendo-se acabado o **Jornal do Domingo**, foi no dia 1.º do corrente publicado outro em substituição àquele, com o título de **Jornal do Recife**. É um jornal de instrução e recreio, escrito por hábeis penas e muito interessante".

(2) A primeira edição foi reeditada posteriormente, em data que não foi possível identificar.

(3) "Individualidade singular, em que coexistem, equipotentes, o senso prático dum administrador zeloso e a sensibilidade de um verdadeiro poeta" — Alfredo de Carvalho, nos "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908".

o magazine apareceu com o seguinte programa: “Instruir e deleitar, moralizando, tal é o fim a que se dirige o **Jornal do Recife**. Instruir sem pedantismo, deleitar sem mau gosto e moralizar sem aborrecimento. Os meios que para isto empregaremos serão aquêles que estiverem ao alcance de qualquer inteligência; porque escrevemos para tôdas as classes da sociedade.

“Uma minuciosa e variada escolha de matérias será o pasto e o condimento que oferecemos tôdas as semanas aos nossos subscritores. O romance verdadeiramente moral, o conto honesto, a poesia bem escrita, o dito espirituoso, a charada aguda e uma série variada de curiosidades literárias, artísticas ou comerciais ocuparão com preferência as colunas dêste periódico.

“Vulgarizar por meio de esboços biográficos os feitos notáveis e as virtudes eminentes dos nossos compatriotas ilustres, quer os da época passada, quer os contemporâneos, é o encargo de uma das mais hábeis penas que escreverão para êste jornal. Trazer os nossos leitores a par de todo o movimento social, quer no mundo da política, quer no da ciência, quer no da industria, será sempre o nosso primeiro cuidado. Enfim, oferecer, todos os sabados, à nossa população um recreio, honesto e útil, por meio de uma leitura agradável e instrutiva, despertando-lhe assim o amor das letras e levando a civilização ao último recanto do país, é o nosso mais ardente voto”.

Seguiu-se a publicação regularmente, servida das seguintes seções fixas: “Almanak”, “Astronomia”, “Bazar”, assinada por **Mercúrio** e **Crinis**; “Charadas”, “Estatísticas”, “Economia Doméstica”, “Enigma Pitoresco”, “Jurisprudência”, “Maravilhas do gênio do homem”, “Medicina Doméstica”, “Mosáicos”, “Necrológios célebres”, “Máximas e Pensamentos”, “O que se passa em casa”, por José de Vasconcelos; “Observações meteorológicas da semana”, “Religião”, “Poesias”, “Contos e Novelas”, em geral de autores franceses, traduzidos pelos colaboradores, e “Variedade”.

No segundo número, começou, também, a seção “Coluna elétrica”, assinada por **Agripa** (pseudônimo de Aprigio Guimarães); seriam as suas “divagações poéticas da semana”. Justificando o título, escreveu, inicialmente, que a electricidade estava na moda; por outro lado, pretendia “atravesar mares, transpor montanhas, entrar em cidades com barreiras fechadas, em suma, fazer tais zigue-zagues e percorrer tamanhas distâncias, que todos verão que só com a ele-

tricidade tal se pode conseguir, que estas colunas são verdadeiramente elétricas”.

A partir de 11 de junho, liam-se, esporadicamente, as “Cartas de Figaro”, dirigidas ao **Tio Basílio**. Outra seção interessante, de crônica ligeira, foi “Cinco minutos”, escrita, alternadamente, por E. Belmonte (Eugênio do Couto Belmonte) e Calazans (o poeta Pedro de Calazans). Artigos de abertura traziam a assinatura de Braz Florentino Henriques de Sousa, José Soares de Azevedo ou José de Vasconcelos. E havia também a “Galeria do **Jornal do Recife**”, assinada por diferentes nomes, tais como: **Agripa**, B. da Silva, **Stênio**, M. Basto, Ferreira Vilela e Almeida Braga (Gentil Homem de). Longa série, sob a epígrafe “Preleções de Economia política”, escreveu o professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque, enquanto Antônio Rangel de Tórres Bandeira divulgava as “Locubrações da meia noite”.

Modificou-se, a 2 de julho, a tabela de assinaturas, que ficou assim organizada: semestre, para o Recife — 4\$000; para fora da cidade — 4\$500. Número avulso — 200 réis. Desde 6 de agosto a revista passou a imprimir-se na Tipografia União, à rua do Hospício n.º 13.

Principiou a 22 de outubro a inserção do drama-comédia “Uma união desigual”, em um longo ato, de José de Vasconcelos, e a 5 de novembro a colaboração de Antônio Vitruvius Pinto Bandeira e Acióli de Vasconcelos, sob o título geral “Flores colhidas no jardim da literatura”. Salientava-se, ainda, a colaboração de N. Álvares e Manuel Pereira de Moraes Pinheiro. Na última edição do ano despediu-se E. Belmonte das leitoras dos “Cinco minutos”, o que já antes fizera o seu coadjutor Calazans.

Ao iniciar-se 1860, aparecia A. Castro, autor do “Album”, destinado a recrear os leitores, não esquecendo “nunca o respeito que deve às leis da moral, à religião do Calvário, às instituições do país”. Teve, igualmente, a assinatura de Francisco Dias Carneiro Júnior e J. Júlio de Barros. A 14 de abril, vinha a “Palestra”, de **Stênio**, “uma espécie de magasin de nouveautés jornalístico”.

A tabela de assinaturas sofrera nova alteração a partir de 21 de janeiro, com o acréscimo de 1\$000 em ambas as parcelas, ao passo que o número avulso subia para 240 réis.

Nesse ano, precisamente a 29 de setembro, o periódico passou a ser impresso em oficinas próprias, instaladas à rua da Aurora n.º 54. Só a 5 de janeiro de 1861 veio a estampar-

se, no cabeçalho: "Publicado sob a direção de José de Vasconcelos, seu proprietário e principal redator".

Mantendo o mesmo padrão, com ligeiras modificações quanto à matéria, a revista admitiu nova seção de comentários, a partir de 16 de fevereiro, sob o título "Coluna ligeira", assinada por **Pittigoaré**. Nesse terceiro ano deixou de figurar a apreciada colaboração de **Agripa**, havendo outras ausências. Foram novos colaboradores: Sousa Ribeiro, Cunha Sales, **Sílvio**, que redigia "Prosa"; Joaquim Maria Balmaseda, dr. Castro Santos e Morais Pinheiro.

No setor Poesias, a revista foi particularmente frequentada, nela se salientando, desde o primeiro número, Vitoriano Palhares, José Soares de Azevedo, José de Vasconcelos, **Alcion**, A. R. de Tôrres Bandeira, Pedro de Calazans, R. da Cunha, João Coimbra, Graciliano Pimentel, Dias Carneiro, Casimiro de Abreu, José Pereira de Araújo Pinheiro, Franklin Dória, J. A. Teixeira de Melo, Epifânio Bitencourt, Cezário de Azevedo, F. A. Filgueiras Sobrinho, J. R. Moura, Juvenal Galeno, Henrique Autran Júnior, F. de Araújo Barros, Antonio Joaquim de Melo, Antônio Emilio Zaluvar, Severiano de Azevedo, Fagundes Varela, Silvio Pinto Magalhães, Moreira de Azevedo e Almeida Freitas.

O periódico circulou sem interrupção até 21 de dezembro, sem alterar a quantidade de páginas nem a feição gráfica e jamais colocou um anúncio. Existem três volumes encadernados, um de cada ano, com página de rosto e índice da matéria publicada, somando, em numeração seguida, 420, 412 e 410 páginas respectivamente.

Transformou-se a revista, a 1 de janeiro de 1862, em "diário comercial, agrícola, industrial, literário e noticioso", de publicação matutina, sem alterar a direção e propriedade, adquirindo duplo formato: 52x36. Reapresentou-se com o seguinte editorial:

"Uma nova existência começa hoje para o **Jornal do Recife**. Quando, em 1859, demos princípio à sua publicação, era já nosso pensamento fazer dêle uma gazeta diária, consagrada a todos os assuntos. Desconhecidos, porém, do público, sem precedente algum que nos recomendasse, teria sido uma loucura imperdoável se nos houvéssemos então lançado numa empresa tão difícil quanto dispendiosa e do bom resultado da qual não apresentávamos garantia alguma. Assim, era conveniente esperar que o ensejo se tornasse favorável, e foi isso justamente o que havemos praticado.

"Três anos são já passados desde o dia em que pela pri-

meira vez nos apresentamos em público, dirigindo a nossa pequenina barca por cima do oceano encapelado do mundo. Que de vendavais e de furacões não bateram durante êste período o inofensivo lenho? Felizmente, porém, graças a Deus e à Virgem Santa, conseguimos sempre passar incólumes por onde tantos outros naufragaram, sem que nem ao menos houvésemos rôtas as nossas brancas e humildes velas. E assim chegamos ao ponto em que hoje nos achamos e donde vamos partir de nôvo.

“Mas agora o mister se torna muito mais difícil. Até aqui a barca era pequenina, a carga leve, e navegávamos sempre à vista da terra. De hoje em diante o rumo é diferente, o navio maior, a carga pesadíssima e a viagem de longo curso. Antes de partir, consultamos a nossa coragem. Esta, todos o sabem, nunca falta ao homem que tem fé em Deus e a quem o trabalho não mete medo. Cumpria também ver se os armadores tinham confiança no piloto. Aquêles a quem consultamos nos responderam, unânimes: — Parta, e já, que a necessidade se faz sentir.

“Acorçoados por tão lisonjeira animação, não vacilamos mais um instante, e partimos, convencidíssimos de que êles não abandonarão a sua própria obra, e que o público em geral animará uma empresa necessária. E, eis-nos mar em afora, hoje, 1 de janeiro de 1862. Que a estrêla do mar nos guie, que Deus nos proteja e os nossos amigos digam, cheios de esperança: — Boa viagem!”

Ao terminar o artigo, lia-se a nota abaixo, sob o título “Programa”: “O **Jornal do Recife** sairá de hoje em diante todos os dias, sem exceção dos santificados. Consagra-se aos interêsses agrícolas, comerciais e industriais do país em geral, e com especialidade aos desta província, cujo melhoramento material e notável engrandecimento promoverá com tôdas as forças que o estudo, o zêlo e a boa vontade lhe hão de permitir”.

Constava do Expediente: “Assina-se na rua Estreita do Rosário n.º 12, para onde deve ser dirigida tôda a correspondência. Preço da assinatura: para esta cidade — 5\$000 por semestre; para fora — 6\$000. Os assinantes pagarão as suas inserções a 40 réis a linha, e os que não forem assinantes a 80 réis, no tipo da gazeta. Os assuntos de interêsse geral e público são publicados gratuitamente. A redação aceita com reconhecimento qualquer trabalho que lhe ofereçam”.

Nos primeiros quatro meses, o matutino saía, apenas, com duas páginas, delas constando as seções: “Efemérides”,

“Kaleigrafia”, “Folhetim”, “Política”, “Viagens”. A partir do terceiro número, as duas primeiras colunas da primeira página inseriam informações marítimas e portuárias, de leilões e pequenos avisos, seguindo-se, desde 6 de janeiro, os Atos Oficiais. A 14, a “Kaleigrafia” era substituída por “Notícias diversas”, seção dividida em “O que vai pelo Mundo” e “O que se passa em casa”, vinda da fase anterior. A 26, iniciava-se o rodapé intitulado “Do risco para baixo”, assinado por **Life**, que não tinha programa; era uma crônica leve, destinada a suprir a revista semanal; saía aos domingos, alternando com esta outra: “Do risco para cima”.

Veio a divulgar, também aos domingos, outros artigos de literatura, especialmente de Sousa Ribeiro e Moraes Pinheiro, e raras poesias. A parte comercial às vezes enchia toda a primeira página. Ocorriam, ainda, “Notícias dos Estados” e publicações solicitadas.

Melhorou a premência de espaço a 1 de maio, quando a fôlha passou a circular com quatro páginas, embora aumentasse bastante a aquisição de matéria paga. As assinaturas semestrais subiram para 6\$000 e 7\$000, dentro e fora da cidade, respectivamente; mas a 6 de julho foram substituídas pelas trimestrais, a 5\$000 e 5\$500.

Em substituição à crônica de **Life**, apareceu, a 15 de junho, o rodapé semanal “Abaixo do risco”, assinado por **Frei Gerúndio**, que assim se apresentou: “Contarei o que me disserem as beatas, o que ouvir no bilhar do Policarpo, o que se conversar na ponte, no adro do Corpo Santo, no café do Pucche, na casa do Buessard, no teatro e no saguão da Faculdade de Direito”. E mais: “Contarei histórias, ajuntarei as anedotas do dia, recolherei os **cancans** da vizinhança, e de tudo farei um ramo domingueiro, para trazê-lo aos leitores desta simpática gazeta. Se as flôres me faltarem no jardim do convento, que não é dos mais abundantes, darei um pulo a Londres ou a S. Petersburgo, entrarei no serralho do sultão, treparei pelas montanhas da Suíça, irei às margens do Reno, atravessarei os abrasadores areais d’África, percorrerei os **boulevards** de Paris, subirei nas pirâmides do Egito e penetrarei até no Vaticano, contanto que arranje o meu **bouquet** do domingo”. Tão interessante comentário, impregnado de fino humorismo, não foi além da inserção de 28 de setembro.

No referido ano — 1862 — coube ao **Jornal do Recife**

divulgar, pela segunda vez em Pernambuco (4), uma poesia de Castro Alves, antes de sua vinda para o Recife. Fê-lo na edição de 23 de junho, sob o título "Destruição de Jerusalém". Precedeu-a elogiosíssimo artigo de José Roberto da Cunha Sales, o qual, ouvindo-a declamada por um amigo, "entendeu do seu dever fazê-la correr os domínios da imprensa". E enalteceu, longa e brilhantemente, os 15 anos "geniais" do poeta baiano.

A edição de 9 de setembro divulgou a seguinte nota: "Na metade da segunda fôlha do nosso **Jornal** começamos hoje a publicar o romance "O primo cego", de Francisco Mag-nard, compaginado de maneira a poder ser cortado e dobrado para fazer livro, sistema que seguiremos de hoje em diante em semelhantes publicações e que oferece aos nossos assinantes a vantagem de poderem ter, no fim de cada ano, nunca menos de seis volumes de 200 páginas cada um, contendo escolhidos romances, poesias, dramas e comédias, o que tudo publicamos simultaneamente, à profusão que nos fôr sendo possível. No fim de alguns anos os nossos assinantes terão uma pequena biblioteca sem dispêndio algum, além do da assinatura do jornal, que, por êste modo, se torna ainda mais barato".

O nôvo tipo de folhetim ocupava metade da terceira página e igual espaço da quarta.

Começado 1863, o **Jornal do Recife**, que dera 360 edições no ano anterior, deixou de circular nos domingos e dias santificados, ao mesmo tempo que elevou, novamente, o preço das assinaturas, por trimestre, na seguinte base: na cidade — 5\$000 adiantado e 6\$000 vencido; fora da cidade — 6\$000 adiantado e 7\$000 vencido. Cresceu alguns centímetros o formato.

A primeira edição do ano saiu com as datas conjuntas de 1 e 2 de janeiro, lendo-se, no editorial intitulado "A todos", que o jornal continuaria dedicado "aos interêsses morais e materiais do país, consagrando-se, tanto quanto estiver em sua acanhada esfera, ao engrandecimento e prosperidade da nossa pátria, ajudando assim, com suas diminutas fôrças, os grandes operários da civilização e do progresso". Concluiu o articulista: "Estranho às lutas políticas, não pertencemos a nenhum dos lados em que se divide o país; dese-

(4) A primeira ocorreu nas "Publicações a Pedido" do **Diário de Pernambuco** de 6 de agosto de 1861, datada a poesia da Bahia, sob o título "A partida do meu mestre do coração, o Exm^o. Sr. D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará".

jando, porém, o bem estar do maior número, sem exclusão de ninguém, apoiaremos e defenderemos sempre, quando porventura necessário seja, as idéias e os princípios que tendem a dar ao merecimento real a posição a que tem direito”.

Um segundo editorial salientou que 1862 tinha sido o ano mais calamitoso, pois “a guerra, a fome e a peste cobriram de luto e sofrimento a maior parte do globo”.

Aduziu longa série de graves acontecimentos, na América e na Europa, não sendo mais feliz o Brasil, onde imperou no Nordeste a epidemia do cólera, e o comércio em geral sofreu sua maior crise, em consequência do “abuso da liberdade do crédito”.

Apesar do acréscimo de duas páginas, o jornal continuava a dispor de pouco espaço para a matéria redacional, não inserindo nenhum trabalho literário. A “Gazetilha”, que substituíra as “Notícias Diversas”, permaneceu no primeiro plano. Já publicando, como acontecia, os “Atos Oficiais”, tornou-se, a 1 de julho, “órgão oficial do governo”, o que foi mencionado, em caracteres fortes, no cabeçalho, achando-se na presidência da província João Silveira de Sousa. A 8 de outubro, mudava-se a tipografia para a rua das Laranjeiras (hoje extinta) n.º 28, e a 9 de dezembro, para a rua do Imperador n.º 77.

No primeiro número de 1864, escreveu o editorialista, após agradecer a coadjuvação do público leitor: “Órgão oficial do governo da província, temos por um contrato pôsto á sua disposição as colunas do nosso jornal, quer para a publicação dos atos oficiais, quer para a sua defesa, isto, porém, independente de partilharmos as suas idéias. Também contraímos a obrigação de não inserir em nossas páginas censuras a êle feitas ou a seus agentes (5). Isto é natural. O advogado que se encarrega da defesa não pode encarregar-se da acusação. Disto não resulta prejuizo a ninguém, pois que existem muitos outros jornais na província isentos de compromisso idêntico. Dedicado especialmente às coisas do comércio, forcejaremos no presente ano por variarmos quanto nos seja possível as diferentes seções da nossa fôlha, por

(5) Comentando o contrato que o presidente João Silveira de Sousa efetuou com o **Jornal do Recife**, para a publicação dos atos oficiais, escreveu o periódico oposicionista **Dona Liga**, edição de 11-11-1863, que a cláusula 13.ª estatua o seguinte: “O arrematante não poderá, durante o prazo de seu contrato, publicar em sua fôlha nenhum artigo, comunicado, correspondência ou anúncio que contenha injúrias ou censuras ao governo e seus empregados, sob pena de uma multa de 100\$000 a 400\$000 e da rescisão do contrato”. (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. V).

modo que, a par dos assuntos úteis, se depare com a leitura amena e agradável e se tenha conhecimento dos acontecimentos do país e do estrangeiro”.

“Entregue a direção financeira da fôlha a seu irmão Antônio Joaquim, — escreveu Alfredo de Carvalho — José de Vasconcelos, trabalhador indefesso, cuja atividade quase dispensa auxiliares, era realmente o redator de tôdas as seções do jornal, ajudado apenas de alguns revisores; nesta função estrearam a seu lado, na vida jornalística, muitos moços aos quais estava reservado brilhante futuro nas letras e na política, como José Antônio de Almeida Cunha, José Higino Duarte Pereira e Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda”.

A par de nôvo acréscimo de alguns centímetros na altura, saíram da primeira página os anúncios e a parte comercial, que eram colocados nas duas primeiras colunas, melhorando, por outro lado, a tipagem, a impressão e, bem assim, a parte redacional, mediante a apresentação de editoriais, antes raros, sôbre temas diversos.

A efervescência política da época provocara cisões nos Partidos Conservador e Liberal, formando-se uma liga entre os respectivos dissidentes, daí resultando a criação do Partido Progressista, do qual, a 1 de abril de 1864, veio o **Jornal** a tornar-se porta-voz autorizado. No dia seguinte deixou de ser órgão oficial do govêrno, então exercido pelo 1.º vice-presidente Domingos de Sousa Leão, embora continuasse a divulgar-lhe os atos, bem como os do Comando de Armas e do Govêrno Episcopal e as resenhas da Assembléia Provincial. Bastante espaço era dedicado a correspondências de outros Estados e do Exterior, afora as “Publicações Solicitadas”.

Ocorrendo a guerra entre o Brasil e o Paraguay, deu-lhe o diário de José Vasconcelos, em 1865, boa cobertura. A edição de 29 de abril, com seis páginas, foi dedicada à partida de voluntários pernambucanos para o sul do continente, enchendo-se de poemas de saudação e despedida, que continuaram nas três edições subsequentes, assinados por J. S. Nunes d'Oliveira, José Paulino Câmara (6), J. F. V., Tenente A. F. Duarte, J. D., Licurgo José Xavier de Paiva,

(6) Bacharel recém-formado, Paulino Câmara foi um dos entusiastas da guerra contra o Paraguay, para onde embarcou como voluntário, lá morrendo, no ano de 1866, em consequência de ferimentos no campo de batalha.

Inácio Firmo Xavier, Vitoriano Palhares, Viriato Tavares de Melo Barreto, C. A. Machado, João de Freitas, F. P. R., Uma Pernambucana e Belmiro Salgado; mais uma alocução do padre-mestre pregador imperial Lino do Monte Carmelo Luna. Edição semelhante ocorreu a 23 de junho, quando noticiado nôvo embarque de tropas.

No fim do referido ano, começou a publicação de folhetins normais, sendo primeiro o romance "Luta de gigantes", de Camilo Castelo Branco. A partir de janeiro de 1866, aboliu o recebimento de assinaturas vencidas; o interessado tinha que pagar adiantado: na cidade — 5\$000; fora da cidade — 6\$000. Cada primeira edição do ano fazia acompanhar-se de uma folhinha de porta. A 19 de janeiro começava a publicação de longa série de artigos nas "Publicações solicitadas", sob a epígrafe "As bíblias falsificadas", com a assinatura de **O Cristão Velho** (pseudônimo do general José Inácio de Abreu e Lima) (7) e de **L. Pugi**, que revidavam a "jactância" e a "intolerância" do Monsenhor Pinto de Campos, êste escrevendo no **Diario de Pernambuco**. Depois, em agôsto, aparecia, firmada por asteriscos, a série "O bispo de Pernambuco e a sua ausência", em que o autor defendia o ponto de vista de que os bispos eram funcionários públicos, porque recebiam vencimentos do govêrno, sob a denominação de cônica.

A 1 de abril de 1867 foi substituído o clichê do título do **Jornal** por outro em letras góticas, que permaneceu c tempo todo. Lia-se, abaixo: Redator e proprietário — José de Vasconcelos. Mas êste nome foi inexplicavelmente retirado no fim do ano, para voltar em 1870.

Inovação verificada em janeiro de 1868: abria a primeira página o sumário da matéria de cada edição. Criou-se, em 1869, a seção "História", contendo "Datas célebres e fatos notáveis da história do Brasil, desde a sua descoberta até 1868", a cargo de José de Vasconcelos. Só de raro em raro lia-se algum trabalho literário de T. de A. Araripe Júnior. O advogado Afonso de Albuquerque Melo ocupava as "Solicitadas" com artigos polêmicos. A 18 de dezembro teve início a divulgação do folhetim "Rocamble", do Visconde Ponson du Terrail, em rodapé da primeira página, às vêzes continuando na segunda.

(7) Em 1867 publicava-se um volume de 372 páginas, sob o título "As bíblias falsificadas ou duas respostas ao sr. Cônego Pinto de Campos, pelo **Cristão Velho**".

O seguinte Aviso foi divulgado a 1 de julho de 1870: “De hoje em diante, a publicação dos anúncios custará nesta fôlha, para os srs. assinantes, 60 réis cada linha pela primeira inserção, metade pelas repetições até 6 vêzes e 20 réis as seguintes. Para as pessoas que não são assinantes custará 80, 40 e 30 réis por linha nas mesmas condições. As publicações solicitadas, no tipo da fôlha, custarão 80 réis por linha para os assinantes e 100 réis para os não assinantes. Mais metade sendo em tipo maior”. Já antes, assentara-se em 6\$500 o preço da assinatura para fora da cidade.

Voltaram a ser bastante raros os artigos de fundo, mas, no mês de agôsto dêsse ano, ocorreu uma série dêles, sob o título “Orçamento provincial”, criticando a Assembléia Legislativa. Depois, para amenizar a sisudez do matutino, fizeram-se algumas inserções da “Carta do sineiro da Sé ao amigo dr. Ti-ri-ló-lé”, em longos versos humorísticos de sete sílabas, distribuidos em quintilhas.

Pela primeira vez, estampou, a 2 de janeiro de 1871, longo retrospecto dos acontecimentos, nacionais e internacionais, do ano anterior, prosseguindo na edição seguinte. Em 1872, economizado o espaço do “Sumário”, criou-se a seção “Instrução Popular”, colocada logo abaixo das “Efemérides”, e, começando em março, apareciam artigos políticos assinados por A. de Siqueira. Colaboração, também, de Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos (depois passaria a assinar-se Silvio Romero), sob o título “A rotina literária”, e de Tobias Barreto.

Teve preponderância nas colunas do **Jornal do Recife**, em 1873, a Questão Religiosa, através de editoriais, transcrições e “Solicitadas” em defesa da Maçonaria, a que votara guerra de morte o bispo D. Frei Vital, aliado aos padres jesuitas. Logo em janeiro, apareciam longos artigos assinados com uma cruz, sob a epígrafe “Cartas sôbre a Companhia de Jesus, dirigidas aos revms. padres jesuitas do Colégio de S. Francisco Xavier da cidade do Recife”. Outra série de comentários — “A excomunhão” — era assinada por T, enquanto A. de Siqueira, em diversas edições, focalizava a “Separação da Igreja do Estado”. A 17 de fevereiro, dizia um editorial: “... decididamente, o sr. Frei Vital não tem idade para o estado episcopal”. E a 24: “... sem critério, nem ponderação”, D. Vital “arvorou, ousadamente, a bandeira de uma guerra inesperada; provocou os sentimentos patrióticos do povo, mutilando a Constituição do Império; despertou os impulsos de uma reação de nenhum modo prepa-

rada; açulou tôdas as indignações, com o fim de se tornar célebre". Travou-se polêmica com o bissemanário **A União**, órgão dos jesuitas, que defendia o prelado (8).

O **Jornal** noticiou amplamente e comentou, reprovando-os, os acontecimentos de 14 de maio, quando manifestantes exaltados invadiram o Colégio dos Jesuitas, empastelando-lhe a tipografia, em sinal de protesto contra a suspensão de ordens do Deão Joaquim Francisco de Faria; e os do dia 16, quando a polícia dissolveu uma concentração, no momento em que discursava o líder José Mariano, cujos componentes iam pedir ao Governador Barão de Lucena a expulsão dos jesuitas de Pernambuco.

A 17 de maio, começou a transcrever longa série de artigos do **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, sob o título "A Igreja e o Estado", de autoria de **Ganganelli** (pseudônimo do Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho), combatente de primeira linha contra o jesuitismo e contra o que chamava "os desregramentos" da Igreja Católica. O Deão Joaquim Francisco de Faria divulgou, dias depois, longo manifesto "Ao público". Noticiando e comentando a interdição de mais uma irmandade, acusada de maçonismo por D. Vital, acentuou o **Jornal**: "Não há que duvidar; o ilustre barbadinho quer acabar com tais sociedades secretas, para maior glória da religião. A 5 de agosto iniciou Franklin Távora uma série de artigos em favor da separação da Igreja do Estado.

A seção "Jurisprudência" tinha novo colaborador: a Professor Oliveira Fonseca; e Buarque de Macedo, em julho, rebatia "ofensas" do **Diario de Pernambuco**, em artigos nas "Publicações a pedido".

Desde 27 de junho, ainda 1873, transportara o matutino os anúncios para a primeira página, começando a matéria redacional ora na segunda, ora na terceira, isto até 2 de setembro, daí por diante alternando com a antiga forma correta até dezembro do ano seguinte, para restabelecê-la, definitivamente, a 1 de janeiro de 1875.

Iniciado 1874, lia-se, abrindo a primeira página, o Avi-

(8) Também **A Província** manteve campanha contra D. Vital e os jesuitas. Escreveu o **Jornal do Recife** de 25 de fevereiro: "Dizem cartas do Rio de Janeiro que tem ali causado animadversão geral o procedimento do nosso diocesano. Tôdas as fôlhas o censuram e não aparece uma só voz em sua defesa". O **Diario de Pernambuco**, em menor escala, participou, igualmente, da Questão Religiosa, que foi, na realidade, a maior campanha já levada a efeito pela imprensa pernambucana.

so: "Os assinantes desta fôlha que pagarem as suas assinaturas até o dia 31 do corrente terão o direito de escolher as seguintes obras, que lhes serão distribuídas grátis: 1.º — "Datas célebres e fatos notáveis da História do Brasil, desde a sua descoberta até 1870", por José de Vasconcelos; 2.º — "Parasitas", coleção de poesias; "Almanak do **Jornal do Recife**" (9) e "Cartas aos Revdmos. Padres da Companhia de Jesus" (10).

A 20 de junho iniciava, em longa série, a "História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o seu comêço até ao fim do ano de 1863", por Joannes de Laet, diretor da referida emprêsa, em tradução do holandês, sem a assinatura do tradutor, que foi José Higinio. Dez dias após, divulgava o primeiro telegrama do Exterior, por intermédio da Agência Americana, com a qual o **Jornal** assinara contrato, inclusive para o serviço nacional. E, a 21 de julho mudavam-se escritório, redação e tipografia para o número 47 da mesma rua do Imperador.

Prosseguia, enquanto isto, a Questão Religiosa (11). Durante o primeiro semestre do ano divulgava-se a segunda série de artigos "A Igreja e o Estado", iniciada em dezembro transato, e já a 18 de julho vinha a terceira, assinada pelo mesmo famoso **Ganganelli**, que os publicava em primeira mão na imprensa do Rio. Sob o pseudônimo de **Phebo**, viu-se publicada, a partir de 10 de setembro, outra importante sequência de artigos, sob o título "Os padres romanos e o Evangelho Romano". Uma semana depois, voltava Franklin Távora, após um ano de silêncio, a defender a Maçonaria, "protestando contra as injustas asseverações do ordinário de Olinda". Em junho de 1875 aparecia a quarta série de "A Igreja e o Estado". A 13 de agosto, um artigo

(9) Ocupando uma página do **Jornal**, a composição do Almanak era imediatamente aproveitada numa plaquete de 24x15, acrescentando-se-lhe a transcrição das últimas leis do país e da província, perfazendo um volume de 20 a 30 páginas. Existem comprovantes, na Biblioteca do Instituto Arqueológico, correspondentes aos anos de 1871, 72, 74, 75 e 80.

(10) Essas "Cartas", apresentando como assinatura, apenas, uma cruz (+), foram enfeixadas em livro, pela Empresa do **Jornal do Recife**, com prefácio de **Fábio Rústico** (pseudônimo de Aprigio Guimarães).

(11) A partir de 13 de maio de 1874, lia-se nas "Publicações solicitadas": "Acha-se à venda a **Caderneta do Direito**, em que foi publicado todo o processo do Bispo de Olinda, sem omissão de documento ou peça alguma a êle referente, inclusive a consulta do Conselho de Estado". Continha 200 páginas e custava 2\$000.

de Pinheiro Chagas, intitulado "Cartas de Ganganelli", enaltecia a personalidade do escritor pernambucano radicado no Rio, a propósito da publicação dos dois primeiros volumes com seus artigos sobre a questão religiosa. Alguns meses depois, fazia-se ampla cobertura do noticiário da pronúncia e prisão de D. Frei Vital.

No dia 1 de julho de 1875 aumentou o formato do **Jornal do Recife**, passando ao **infolio** máximo (72 x 53), páginas de sete boas colunas de composição. Vinha-se publicando, então, em folhetim-rodapé, o romance "D. Branca de Lanuza", de E. Feijó de Mendonza, traduzido por Almeida Cunha e depois divulgado em livro, constando de cinco volumes. Inácio de Barros Barreto, com as iniciais I. de B., escrevia sobre Agricultura. A 9 de setembro iniciava-se, na seção "História", a série "Diário de Matheus van den Brook (contendo o que êle viu e realmente aconteceu no começo da revolta dos portugueses no Brasil, bem como as rendições das nossas fortalezas)", tradução de José Higino (também sem assinatura), que o enfeixou, após, em volume, como o fizera, igualmente, com o trabalho anterior. Divulgavam-se também transcrições sobre a Questão Religiosa no Pará, que tinha as mesmas características da surgida em Pernambuco. A 1 de outubro aparecia o estudo de Francisco Augusto Pereira da Costa: "Estabelecimento da tipografia em Pernambuco". Depois, o "Folhetim da **Reforma**".

Divulgador especializado de temas históricos, o **Jornal** veio a inserir, desde 21 de janeiro de 1876, ocupando sucessivas edições, o trabalho "A Confederação do Equador" ou "Notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824", e já publicava a "Enciclopédiana", compreendendo ligeiras notas sobre acontecimentos de antanho, inclusive do folclore universal, sem assinatura, mas coligidas pelo mencionado Pereira da Costa, também autor do estudo "Cultura do café em Pernambuco", divulgado a 21 de março. No mês anterior, ou seja, a 4 de fevereiro, iniciava-se nova série de aventuras de "Rocamble", cuja primeira parte terminara a 23 de outubro de 1874. Sucediavam-se as transcrições, inclusive na seção "Variedades". Ainda nos meses de fevereiro e março, divulgou Manuel Pereira de Moraes Pinheiro, nas "Publicações Solicitadas", vários artigos sobre "Elementos de Geografia", em polêmica com **A Província**.

No segundo semestre de 1876, a par de artigos políticos de Edmundo Stone; outros, sobre Economia, de Henrique A. Millet, e sobre Agricultura, de Felix Fernandes Portela, rea-

tivou-se a Questão Religiosa, tendo Saldanha Marinho escrito, especialmente, para o **Jornal**, a série de artigos "A Igreja e o Estado", refutando a encíclica de 29 de abril, do Papa Pio IX, ao passo que Francisco Augusto de Almeida, usando o pseudônimo **Guatimozim**, publicava a série "Roma e a Maçonaria", depois transformada em livro.

Na edição de 26 de outubro, ocupou-se um editorial da Questão Religiosa em face das eleições de 1 de novembro, para deputados gerais, emitindo conceitos assim: "Estamos com a ciência contra o Syllabus, com Saldanha Marinho contra Frei Vital e seus co-réus, com a Constituição do Estado contra aquêles que querem sofismá-la e destruí-la". Aludiu às "anacrônicas pretensões dos emissários da Curia Romana", dizendo que o nosso comprovinciano Joaquim Saldanha Marinho defendeu, "sòzinho, a larga brecha aberta nas nossas livres instituições pela invasão clerical". Defendendo-lhe a candidatura a deputado geral, acentuou o articulista que o interêsse nacional exigia sua presença no Parlamento brasileiro, para fazer frente "aos caudilhos do Vaticano".

Outro colaborador da Questão Religiosa, Manuel Duarte de Faria, em artigo procedente da Escada, dois dias depois, ocupou-se da "suspensão do Monsenhor Pinto de Campos", "vítima dos golpes da cimitarra do sr. D. Vital", frisando que "o bispo de Pernambuco, qual outro Saturno, já devora os seus filhos" e que "uma dissolução completa ameaça os laços civis e religiosos que prendem a alma brasileira", para concluir, após longos conceitos: "Quanta protérvia, quantos absurdos em uma religião que se diz ser emanada do Deus alto e misericordioso!".

Sucederam-se editoriais sôbre o magno assunto. Por outro lado, assinada por **Timon**, começou, em novembro, uma série sob a epígrafe "Os chefes liberais", aconselhando (artigo de 2 de dezembro) a que êles se reabilitassem, "perante o povo, de seus erros e de suas faltas passadas". Também em novembro, elevou-se, de 6\$500 para 6\$800, a assinatura trimestral para fora da cidade.

Em data de 5 de janeiro de 1877, divulgava o **Jornal do Recife**: "**Ao público** — Os tipógrafos desta província declaram que não foram consultados nem prestam apoio à manifestação que, em nome da classe artística, se acha anunciada para domingo, a favor do sr. D. Frei Vital. Tendo S. Ex^a. se manifestado protetor decidido dos jesuitas, dessas aves negras que em todos os países têm deixado os rastros da des-

truição, da corrupção e da ignorância, não serão certamente os tipógrafos os que lhe prestarão o menor apoio”.

Só a 9 de janeiro dêsse ano findou a 4a. série de artigos de Saldanha Marinho, logo depois começando a quinta e última d’“A Igreja e o Estado”, com a assinatura **Ganganelli** (12), por transcrição da imprensa carioca.

Novamente à frente do Bispado, após haver sofrido quase 21 meses de prisão (reduzida de quatro anos, mediante anistia), seguida de demorada viagem pela Europa, continuou D. Vital sendo alvo de censuras do **Jornal**, que, a começar do mês de abril, elevou ao ápice a Questão Religiosa, em linguagem virulenta. E, a 20 de setembro, a propósito da posição das religiões no mundo, depois da Reforma, que “ameaçou aniquilar o papado”, frisou, em prolixo editorial: “É preciso cerrar os olhos para não ver o estado lastimoso do espirito religioso no Brasil, e que é o mesmo em todos os povos da crença católica romana”. Em artigos de novembro, fêz campanha contra o ensino religioso nas escolas.

Como vinha fazendo cada fim de trimestre, continuando a fazê-lo pelo tempo afora, publicou o **Jornal do Recife**, a 25 de dezembro e dias seguintes, o Aviso: “A 31 dêste mês será suspensa a entrega e remessa desta fôlha aos srs. assinantes que estão a dever suas assinaturas e não se puserem quites até essa data”.

Segundo editorial de 2 de janeiro de 1878, havia decorrido mais um ano “em pura perda para o Império do Brasil”, pois continuavam as mesmas causas da depravação social e a “diferença da riqueza, dos capitais e das indústrias”, não podendo o nôvo ano “trazer para o Brasil esperança alguma de melhora”. Concluiu: “Será forçoso que se complete a dissolução social, para começar a reorganização. Mas, ainda está longe o fim dos tempos...”

Entrementes, prosseguia a fôlha em sua rotina, divulgando “Efemérides”, “Instrução Popular”, atos oficiais dos ministérios, do govêrno provincial e do Comando das Armas; noticiário dos Estados e do Exterior, inclusive correspondência especial de Portugal, “Gazetilha”, ligeiro serviço telegráfico, discursos parlamentares, “Variedades”, “Comércio”, e raras poesias, na seção “Literatura”, tendo por sub-

(12) Tamanha era a importância dos artigos de **Ganganelli** que a primeira série d’“A Igreja e o Estado” foi transcrita, concomitantemente, pela **Provincia**; e a quinta, ao mesmo tempo, pela **Provincia** e o **Diario de Pernambuco**.

título “Flôres Nacionais” e “Flôres estrangeiras”, se se tratava, respectivamente, de produções próprias ou traduções, assinadas as primeiras por A. Fontoura Xavier, J. F. de Azevedo e Silva, Fagundes Varela e outros. Bastante frequentes eram as Publicações Solicitadas, em que apareciam artigos de polêmica e notas de toda espécie. A 22 de fevereiro do mencionado ano, iniciava-se a divulgação, aos sábados, da crônica-folhetim “Contos e pontos”, por **Gentil de Teives**. Ocorreram, mais algum tempo, correspondências especiais de Paris, assinadas por **Argus**, ao passo que continuava, embora esporadicamente, a colaboração de Henrique Milet, o velho.

Verificado o fechamento, em maio, do diário **A Liberdade**, do Partido Liberal, este contratou, a partir de 1 de junho de 1880, uma coluna do **Jornal do Recife**, destinada à “defesa dos seus amigos e do governo”, ocupando o espaço que para isso se tornasse preciso.

Na coluna alugada, correndo por conta da Partido toda a responsabilidade do que nela escrevessem os seus redatores, continuou acesa a polêmica, de caráter político, que o extinto jornal travara com **O Tempo**, diário conservador, e com **A Democracia**, da dissidência liberal.

A edição de 26 de janeiro de 1881 trouxe um Suplemento de duas páginas, mas o reverso em branco, apresentando a “Revista Comercial do **Jornal do Recife** (Retrospecto do ano de 1880)”, assinada pelo corretor Bernardino de Vasconcelos. Ocorriam trabalhos de colaboração, em versos, esporadicamente, de Melo Moraes Filho, D. Duarte Filho e Tibúrcio Varela, e, em prosa, de Tobias Barreto de Meneses, que assinava os artigos, a princípio, com as iniciais e divulgou, sobretudo, em agosto, dois longos trabalhos de crítica de costumes — “Tobias Barreto ao público” — sobre o cerco a que esteve submetida a sua residência, na cidade da Escada, em consequência de uma querela a respeito de herança.

Não houve nenhuma trégua na polêmica entre liberais e conservadores, escrevendo a coluna do Partido Liberal, a 21 de junho: “Queixa-se o órgão conservador de que somos violentos na nossa linguagem, e queixamo-nos nós do **Tempo** pelo mesmo fato, que aliás não reconhecemos se dê da nossa parte. Só empregamos linguagem mais enérgica para conter os excessos do nosso adversário”. Findava o comentarista sugerindo a cada jornalista, de ambos os lados, apor sua assinatura nos artigos que redigisse. E passaram a assinar seus comentários, na coluna especializada do **Jornal do Recife**.

Ermírio Coutinho, Francisco Magarinos de Sousa Leão, Sigismundo Gonçalves, dr. João Augusto, Inocêncio Seráfico, Joaquim Guenes da Silva Melo e Ulisses Viana, os dois últimos igualmente membros do corpo redacional.

Dois dias após, escrevia Seráfico que a atitude dos dois jornais revelava “uma tendência para a moderação e comedimento de linguagem”, tendo sido recíproca a proposta para serem assinados os artigos políticos, a fim de que, ao lado da responsabilidade coletiva da redação, andasse a responsabilidade individual dos seus redatores; entretanto, conforme acentuou, o órgão conservador não correspondera senão em parte ao compromisso, uma vez que colocara, nas suas “Notícias Diversas”, um comentário político sem assinatura.

Nas edições de 30 de agosto e seguintes, tanto na sua parte editorial quanto na Coluna Liberal, o matutino deu ampla cobertura ao falecimento do ministro pernambucano Manuel Buarque de Macedo e sua repercussão.

Voltou a Coluna a reclamar, a 21 de setembro, contra a falta de assinatura nos artigos d’**O Tempo** em ataques a Sigismundo Gonçalves, e este travou, a seguir, azedíssima polémica pessoal com o jornalista conservador Demócrito Calvalcanti, sobretudo em face das eleições de novembro, para deputados gerais. Terminada essa campanha, findou sua atividade, no mês seguinte, a coluna do Partido Liberal.

Iniciado 1882, substituiu a fôlha as letras do seu título, por outras mais vivas, sem alterar o modelo gótico. Apresentou, enquanto isto, mais nítida impressão, devido à tipagem nova adquirida, e transferiu para o domingo as edições da segunda-feira. Divulgavam-se, à época, dois folhetins, cada um ocupando quatro colunas do rodapé da primeira página, num dos quais veio a divulgar-se, a partir de 1 de janeiro, a “Crônica Pernambucana”, tendo como sub-título “O Matuto”, de Franklin Távora. Contra **O Tempo** apareciam notas e artigos, nas “Publicações a pedido”, principalmente sob o pseudônimo de **Marco Aurélio**, que defendia o governo provincial, em poder dos liberais, sendo presidente do ano Antônio Epaminondas de Barros Correia e o Conselheiro José Liberato Barroso.

Tornara-se o **Jornal do Recife** mais variado, divulgando estudos de Medicina do dr. Sá Pereira; “Fatos da História de Pernambuco”, por Luís do Rêgo Barreto; artigos de Pacífico do Amaral, que se estenderam até maio de 1884; ainda a “Enciclopédiana”; outras “Variedades”, com predomínio das transcrições; poesias de J. G. Monteiro, Gentil Homem

de Almeida Braga, J. Dias da Rocha, Francisco Palha, B. Lopes, Macedo Papança, Celso Magalhães, Augusto de Lima, etc. Nas "Publicações a pedido" alimentava-se a velha questão da Companhia do Beberibe.

A 2 de dezembro de 1882 alterou-se a tabela de assinaturas (para fora da cidade), passando a figurar a parcela de seis meses por 13\$600. Embora não constasse do expediente o preço da anualidade, um Aviso da Gerência, divulgado a 1 de janeiro de 1883, e dias seguintes, dizia: "As pessoas que pagarem adiantadamente a importância da assinatura desta folha por espaço de um ano receberão de prêmio os dois seguintes romances: 1.º — "Oliva Varcoe"; 2.º — "A filha de Jesabel". As que pagarem apenas seis meses receberão somente o segundo".

De abril a junho dêsse ano estêve em evidência a campanha da abolição da escravatura, através das "Publicações a pedido", com artigos de Afonso de Albuquerque Melo, que atacava os pontos de vista do Clube da Lavoura (defendeu-os, antes, nas colunas do **Diario de Pernambuco**), travando polêmica com o Barão de Itapissuma. Por outro lado, J. J. Seabra batia-se contra J. J. de Oliveira Fonseca, sôbre questões jurídicas. Era José Joaquim contra José Joaquim.

Agências do **Jornal** foram criadas, a 14 de outubro, nos quatro bairros da cidade e no subúrbio do Monteiro, para a venda avulsa, a 100 réis o exemplar.

Retornou, a 2 de fevereiro de 1884, a coluna do Partido Liberal, "um corpo autonômico afirmando-se por opiniões próprias", cuja apresentação assim concluía: "Nas relações com os nossos adversários da imprensa, procuraremos sempre a cortesia, o que não excluirá a decisão enérgica na sustentação dos nossos princípios e na defesa dos nossos amigos injustamente agredidos. Será esta a nossa atitude na imprensa". A coluna, defendendo o govêrno provincial de José Manuel de Freitas, travou constante polêmica com **O Tempo**, que lhe fazia opposição, mas demorou pouco, sendo suspensa a 17 de maio.

Ao principiar o referido ano, escrevia Luís Ferreira Maciel Pinheiro sôbre "Questões sociais". Com edições dominicais de seis páginas, divulgavam elas alguma literatura, sobretudo poesias de J. Ramos Coelho, José de Vasconcelos, F. Otaviano, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Luís Guimarães Júnior, Carlos Coelho, Damasceno Vieira, continuando, em 1885, com Carlos Ferreira, G. Martins, Ciridião Durval, Bittencourt Sampaio e, no ano seguinte,

Martins Júnior, Antônio Pitanga, Afonso Olindense e outros, enquanto Faelante da Câmara e Gervásio Lobato assinavam raros trabalhos em prosa, publicando Oliveira Lima as "Notas de viagem" e França Júnior artigos diversos, transcritos d'O Paiz, do Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 1884 a segunda página do **Jornal** era quase tóda constituída de "Publicações solicitadas". Ai se travavam polêmicas políticas ou domésticas; revelavam-se casos financeiros ou jurídicos. Nelas foi levado ao pelcurinho da crítica e da sátira, em versos, o juiz de Direito de Taquaretinga e, nas edições de 16 a 20 de setembro, defendia-se o comerciante Ramiro Costa de acusações contra a sua honestidade, feitas através do escandaloso **O Rebate**.

Os meses de outubro e novembro assinalaram a campanha política que precedeu as eleições de 1 de dezembro para deputados à Câmara Temporária, quando foram Joaquim Nabuco e José Mariano indicados, respectivamente, representantes do 1.º e do 2.º distritos, pelo Partido Liberal. A propáganda tinha como base a abolição da escravatura, tema desenvolvido por Joaquim Nabuco no Teatro Santa Isabel e nos comícios públicos. Bateram-se em defesa dos dois candidatos, em longos artigos, que constituíam, ao mesmo tempo, doutrinação abolicionista, Martins Júnior, Fernando de Castro, utilizando o pseudônimo Gladstone; Faelante da Câmara, também aparecido feito Lincoln, e outros, que se ocultavam sob disfarces de W., Fabricius, Salma, etc., rebatendo, concomitantemente, o **Diário de Pernambuco**, polêmica que prosseguiu, depois do pleito, igualmente, com o órgão conservador **O Tempo**, tendo como tema os sangrentos acontecimentos da mesa eleitoral do bairro de São José, ao passo que outros combatentes surgiam, a salientar **Justus** e **Kosciusko**.

Assim entrou o ano de 1885, até a realização, a 9 de janeiro, do segundo escrutínio do pleito do primeiro distrito, uma vez que não houvera maioria absoluta entre os candidatos rivais, conseguida, afinal, por Nabuco.

Outra promoção de artigos, ainda nas "Solicitadas", teve início na segunda quinzena de maio, na qual, ao lado de Gladstone, se inscreveram Francisco Tôrres, B. R., Pedro Ivo, Um Liberal e outros pseudônimos, todos conclamando o eleitorado do quinto distrito (Bom Jardim e Nazaré da Mata) a votar no líder abolicionista, que tinha sido depurado, pela Câmara Geral, em favor de Manuel do Nascimento

Machado Portela. Incluiu-se um Manifesto de Joaquim Nabuco, publicado em várias edições, a partir do dia 25 do mês em referência.

Uma vez eleito, sucederam-se as saudações ao famoso tribuno, inclusive através de poesias assinadas por Ulisses Ponce de Leon, J. M. Cardoso de Oliveira, Franklin de Vasconcelos Lima, Olímpio Bonald, Claudino dos Santos, Rangel Sobrinho, Henrique Borges e outros vates. De tôda a campanha dava cobertura a seção noticiosa "Gazetilha", principalmente a volta de Nabuco ao Recife e suas incursões ao interior do Estado, para agradecer ao eleitorado.

A anterior eleição do quinto distrito deu ensejo a, pela primeira vez, aparecer na imprensa diária, como escritor político, o estudante Manuel Caitano de Albuquerque Melo, o que fêz numa série de concisos artigos, nas "Publicações Solicitadas", do **Jornal do Recife**, a partir de 4 de junho de 1885, em defesa do seu irmão José Maria de Albuquerque Melo, atacado por um anônimo, nos "A pedidos" do **Diário de Pernambuco**. Secundado por outro articulista com assinatura de asteriscos — ***, ambos focalizaram os serviços prestados por aquêlê político ao Partido Liberal. Manuel Caitano repelia "o covarde caluniador, o **fidalgote de cuecas**", identificando-o, depois, como Lourenço de Sá. A pugna concluiu com artigos do próprio José Maria, nas edições de 12 e 15, em que declarou subscrever tudo o que dissera o irmão, em sua ausência, enquanto desferia novos ataques ao contendor.

No segundo semestre, a par de outros assuntos, apolíticos, focalizavam-se, nas "Solicitadas", o Impôsto do Giro e a Questão das Carnes Verdes, continuando as seções de Literatura, quase sempre com transcrições, incluindo as "Flôres estrangeiras" e as "Flôres nacionais", de versos recortados ou originais, e as "Variedades", sempre a "Enciclopedia", seguindo o mesmo caminho em 1886, ainda se oferecendo o prêmio de um livro a quem pagasse assinatura à bôca do cofre.

Iniciado o ano de 1887, a parcela de assinaturas correspondente a seis meses foi retirada, voltando a figurar a de três meses (6\$800) para fora da cidade, ao passo que permanecia o preço de 6\$000 para a cidade.

Em editorial de 1.º de janeiro, declarou o articulista que o ano se iniciava sob maus hospícios (13) e o que findara

(13) Provável erro de revisão. Não seria — auspícios?

constituiu nôvo “marco no caminho da decadência” da província de Pernambuco, com a ocorrência, no seu decorrer, de conflitos sangrentos, grandes roubos, assassinatos e espancamentos bárbaros, arbitrariedades policiais, insubordinações da tropa, baixa nos preços do açúcar, falta do meio circulante e falências. Após outras considerações, acentuou que tudo isso se devia “a êsse jôgo infrene de interêsses pessoais, em sua maioria inconfessáveis, a que chamam política liberal ou conservadora, que tudo sacrifica, dignidade, honra e, até, a própria pátria, contanto que consiga vencer o adversário a fim de governar. Só a ela, sômente a essa corrutora influência de ambos os partidos, que ateia o ódio e arma o braço do irmão contra o irmão, é que devemos o nosso estado decadente e as desgraças que presenciamos”.

Radical alteração administrativa veio a sofrer o **Jornal do Recife** a partir de 1.º de abril do mencionado ano, quando abriu a primeira coluna da primeira página o seguinte aviso, em tipo negro, corpo 32: “Esta emprêsa não deve a pessoa alguma”, vindo inserta, noutro local, a seguinte “Despedida”:

“Tendo cedido esta emprêsa aos srs. Sigismundo Gonçalves e Ulisses Viana, representantes de uma Sociedade Anônima, faço hoje entrega da mesma, que até ontem correu sob minha administração. Nada deve a pessoa alguma. Os novos proprietários, em virtude da cláusula quinta da escritura de venda, se obrigaram a dar a fôlha a todos os assinantes que já tiverem pago as suas assinaturas até o fim delas, bem como se obrigaram na mesma conformidade a fazer a publicação dos anúncios contratados. Deixando o meu pôsto na imprensa diária da província, agradeço do íntimo dalma o apoio público que me foi dispensado no longo espaço de trinta anos — José de Vasconcelos” (14).

Na edição seguinte passaram os novos diretores a figurar no cabeçalho, tendo aberto a primeira página uma carta circular, por êles assinada, anunciando o negócio efetuado e solicitando assinaturas. Dizia, a certa altura: “A Associação se propõe a dar ao **Jornal do Recife** o maior desenvolvimento, quer discutindo as questões sociais, políticas e econômicas, independentemente de espírito partidário,

(14) Em sua edição de 7 de julho de 1878, escreveu o órgão satírico **O Diabo a Quatro**, na seção “História da Semana”: “O snr. José Vasconcelos, proprietário do **Jornal do Recife**, fôlha anti-jesuítica, foi agraciado, pelo governo português, com a comenda de N. S. da Conceição de Vila Viçosa. Haverá nisto epigrama? Em todo o caso, não é o primeiro judeu comendador de Cristo”.

quer organizando, por meio de telegramas e correspondências do exterior e interior do país, um serviço de notícias o mais completo que lhe seja possível. O **Jornal do Recife** terá a maior imparcialidade nos juízos que tiver de emitir. Como órgão de publicidade, discutirá os assuntos sob o ponto de vista elevado do interesse público, geral ou provincial”.

No artigo “O nosso programa”, lia-se, inicialmente: “Entrando hoje este jornal em uma nova fase, precisamos dizer o que queremos no jornalismo desta provincia, e o que ele vai representar”.

Depois das primeiras considerações, frisou o editoralista: “Inspirado pelo interesse público, que procurará servir, discutirá as questões e emitirá juízos sobre homens, corporações e acontecimentos com a maior imparcialidade e desprevenção partidária. No modo, porém, de encarar as questões e as suas soluções práticas, nos inspiraremos na escola liberal em política ou em economia, uma vez que as soluções de todos os problemas sociais ou econômicos não podem deixar de ser dominadas por princípios cardiais, verdadeiros centros em torno dos quais se movem problemas, homens e acontecimentos”.

“Os atos do poder público, qualquer que seja a sua manifestação, contrários à lei e ao interesse geral, não encontrarão em nós apoio; as exigências desordenadas do povo não terão por sua vez em nós cortezanices. Propugnaremos pela liberdade e pela lei, que é o direito em sua forma concretizada. Na censura como no elogio, mostraremos uma linguagem moderada. A nota justa vale mais que a nota forte; as harmonias de um instrumento de corda impressionam mais profundamente do que os sons estridentes de uma trompa de caça.

“A situação econômica do nosso país e principalmente desta provincia será assunto de estudos refletidos. País agrícola e mal ainda ensaiando as indústrias fabris, atravessa uma fase inevitável de transformação de trabalho, para a qual a iniciativa individual é tão necessária como a ação benéfica do governo. Temos empenho em dar impulso a esta transformação, calma e legal em honra do nosso país, em preparar o leito à corrente, a fim de que não transborde e danifique, em vez de fertilizar as margens extensas”.

“O Comércio definha e sente-se atrofiado. Sob o regime do papel moeda com curso forçado, as alterações do câmbio importam em alteração de todos os valores. Sem

instituições bancárias na medida das necessidades, o numerário é muitas vezes deficiente e essa deficiência perturba as relações comerciais. Retraído o crédito, desconfiados os capitais, atravessamos há longos anos uma crise permanente, muito mais prejudicial do que as crises agudas, que devastam, mas, passam rapidamente, e após as quais, levantado o balanço dos prejuízos, trata-se com ânimo esperançoso do futuro e do próximo engrandecimento. Ao pêso de impostos irrefletidos e de alcavalas, os lucros comerciais, minguados e incertos, são afinal absorvidos pelo fisco no fecho da liquidação. Essa situação agrícola e comercial, que é a imagem dos nossos orçamentos geral e provincial, nós a discutiremos com o maior desenvolvimento possível”.

Depois de aludir a outros pontos, concluiu: “Além das discussões sôbre assuntos de alto interêsse público, procuraremos ilustrar o **Jornal** com escritos literários, preferindo os nacionais. É êste o nosso programa, cujo comentário vivo será a continuação da nossa existência jornalística”.

Passou a constar do cabeçalho: Fundado por José de Vasconcelos — Propriedade de uma Associação.

Pela terceira vez, contratou o Partido Liberal, a partir de 1 de junho de 1887, uma coluna destinada a defender seus pontos de vista, escrevendo, a propósito, o respectivo redator: “Adversários da situação dominante, a combateremos com a energia precisa e do modo que nos aconselharem as circunstâncias e o merecerem os erros e excessos dos dominadores”. “Fora do poder, o Partido Liberal não tem agora meios de influir nos negócios do Estado senão pela crítica dos atos governamentais, pela reprovação e censura dos erros praticados, pela elucidação das questões ocorrentes e pelo reclamo de providências de ordem legislativa ou administrativa que promovam a prosperidade da nossa pátria”.

Abaixo do artigo inicial, vinha uma circular, pedindo aos correligionários sua ajuda para as despesas do partido.

Afora a matéria de rotina, criou-se a seção “Revista dos jornais”; José Joaquim de Oliveira Fonseca assinava a seção diária “Jurisprudência”; Tobias Barreto divulgou a série “Ligeiros traços de literatura comparada”; Oliveira Lima fornecia artigos sôbre “Etnogenia brasileira” e, depois, passou a enviar amplas correspondências de Portugal, ora assinadas com o próprio nome, ora com as respectivas iniciais, e novos colaboradores compareciam às “Artes e Letras”, tais

como Gonçalves Crespo, Eduardo de Carvalho, Gomes de Amorim, Alberto Pimentel e Ruy Blás.

Tornaram-se constantes os editoriais, inclusive a respeito da crise açucareira e da abolição da escravatura, terçando armas, no segundo caso, com **A Província** e, no primeiro, com êsse órgão e com o **Diário de Pernambuco**. Mais uma seção introduzida foi a de "Notícias políticas" e eram mais assíduos os "Ditos e facécias". No ano de 1838, precisamente a 25 de março, iniciava-se a seção de comentários "Aos domingos", ocupando quatro colunas em rodapé da segunda página, com a assinatura de Ely ou Artur Orlando. Não passou do mês de outubro.

O **Jornal** deu boa cobertura à abolição da escravatura, com noticiário do Rio de Janeiro e local, dizendo, a 17 de maio, ter sido a lei da abolição "um dos feitos mais brilhantes que a história da humanidade registra". Como sucedera aos outros diários, o matutino deixara de circular nos dias 15 e 16, para que seus tipógrafos participassem das comemorações alusivas.

Em maio e junho, Sigismundo Gonçalves e Ulisses Viana, em artigos assinados, travaram polêmica com **A Província**, em torno da atuação de Joaquim Nabuco diante do Ministério João Alfredo. Terminara, então, a atividade da Coluna do Partido Liberal. As "Publicações Solicitadas" continuavam regorgitantes de matéria no estilo polêmico.

Nos meses de setembro a dezembro, aparecia Tobias Barreto escrevendo sobre o tema "**O selfgovernment**", apoiado no juriconsulto alemão Rodolfo Gneist, batendo-se com José Higino e outros, que o refutavam através d'**A Província** (15). A época, Martins Júnior e Henrique Milet polemizavam, nas mesmas colunas do **Jornal do Recife**, acusando-se, reciprocamente, de plagiários, tendo o primeiro, sob o título "O dr. Milet plagiário sem luvas e... sem mais na-

(15) Os artigos da polêmica sobre o "selfgovernment", tanto os de Tobias Barreto quanto os de José Higino, foram, no ano seguinte, enfeixados em livro, sob o título "Faculdade de Direito", edição da Tipografia Econômica, e constam das "Obras Completas" de Tobias, Vol. II — "Polêmicas", edição do Estado de Sergipe, 1926, em cujo prefácio — aludindo à veemência da polêmica, da qual participou, ao lado de José Higino, o dr. Antônio Siqueira Carneiro da Cunha (Beslier) — escreveu Silvio Romero:

"O professor sergipano era já presa completa da terrível complicação cardíaca e renal que o veio matar seis meses depois, aos 26 de junho de 1839. Além do valor intrínseco do debate, têm êsses artigos o interesse de ser os últimos produzidos pelo crítico alemânico. Já não foram mais por êle escritos do próprio punho e sim ditados a seu filho João Barreto de Meneses, herdeiro de seu nome e de seu talento".

da”, efetuando a transcrição, em várias edições, até 16 de outubro, dos plágios que atribuíra ao seu antagonista na “Dissertação impressa” das provas do concurso a que se submetera na Faculdade de Direito.

Continuou a fôlha sua ascensão em 1889, admitindo novos colaboradores, tais como: Joaquim do **Prado Sampaio** Leite, sergipano, depois membro do corpo redacional; Luís Murat, Ramalho Ortigão, Venceslau de Queiroz, Raul Pompéia, Augusto de Sá, Medeiros e Albuquerque, Spencer Neto, Emídio Montenegro, êste escrevendo sôbre Medicina, e outros mais, surgindo seções de comentários, a saber: “Dia a Dia”, “Favos e Travos” e “Quotidianas”, nenhuma, porém, de inserção diária.

A 1.º de novembro, a direção ficou a cargo, unicamente, de Ulisses Viana, uma vez que Sigismundo Gonçalves assumira as funções de Juiz Comercial, para logo mais, no dia 15, ocupar a Presidência da Província (16), por nomeação do Governo Imperial, posição que, todavia, transmitiu, no dia seguinte, ao General Cerqueira de Aguiar, comandante das Armas, em virtude dos acontecimentos do Rio de Janeiro, que resultaram na proclamação da República. A empresa divulgou um Boletim, em formato grande, repleto de noticiário a respeito da nova situação. No dia 21, o articulista aconselhava a coletividade a aceitar a República como fato consumado, a aderir a ela e servir à Pátria.

Em nota “Ao público”, na edição de 1 de janeiro de 1890, lia-se que, sob a atual forma republicana, à qual aderira “franca e lealmente”, o **Jornal do Recife** procuraria concorrer para a estabilidade do regime e a consolidação da liberdade, através de “reformas políticas, sociais e econômicas”. Findou acentuando que a empresa procurava alargar o serviço de informações, renovando o material, ainda insuficiente “para corresponder ao favor público”.

No dia 8, divulgava-se, procedente de Santa Cruz de Tenerife, o manifesto intitulado “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, no qual o último primeiro ministro da Monarquia expôs tudo o que presenciou e a parte que teve

(16) Enganou-se o mestre Mário Melo, na crônica “Como se proclamou a República no Recife”, inserta no seu livro “Aspectos da História”, editado em 1935, ao escrever que Sigismundo Gonçalves assumira o governo da província no dia 14 de novembro. Não. Isto aconteceu às 13 horas do dia 15, durando sua gestão 32 horas, findas às 21 horas do dia 16, o que está confirmado numa carta do próprio Sigismundo ao **Diário de Pernambuco**, datada de 18.

nos acontecimentos de 15 de novembro, ocupando quase duas páginas.

Iniciando a publicação dos atos do governo do Estado, como órgão oficial, escreveu o **Jornal**, na sua edição de 30 de março: "Podendo o contrato que havia sido feito com a empresa do **Diario de Pernambuco** ser rescindido por cada uma das partes, mediante aviso prévio de seis meses, o Conselheiro Alves de Araújo, então presidente de Pernambuco, denunciou, a 19 de setembro de 1889, êsse contrato e celebrou, em 7 de novembro, um contrato com esta empresa, para publicação dos atos do governo, devendo começar a 20 de março. Como é sabido, o sr. Marechal Simeão de Oliveira, ilustre governador dêste Estado, respeitando os direitos adquiridos, manteve o contrato celebrado entre esta empresa e o Conselheiro Manuel Alves de Araújo. O fato de publicarmos o expediente oficial não altera a nossa situação perante o governo, nem tolhe a nossa liberdade. Sere-mos hoje e amanhã o que fomos ontem: jornalistas independentes, mas justos".

Pouco depois, a 2 de abril, estranhava o editorialista a sujeição a que acabava de ser submetida a imprensa ao decreto de 23 de dezembro do ano transato, que criou comissões militares para o julgamento do crime de sedição contra o nôvo regime político. Considerava-o "deslocado, não podendo produzir os efeitos que o governo tem em vista", pois o "período de terror dissipou-se"; "a imprensa, mesmo desordenada, não pode abalar a República"; "os quartéis estão pacíficos, a população está quieta". E concluiu: "O decreto contra a imprensa não foi um ato de força; foi, infelizmente, um ato inspirado pelo receio, que nada produziu ainda de grande no mundo".

Foram novos colaboradores: Alberto de Oliveira, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Pedro Lemos, que escreveu, durante algum tempo, sobre "Pedagogia"; **Othelo**, com a seção "Teatros e Salões", que, em geral, saía sem assinatura, e Maria Amália Vaz de Carvalho, autora de diferentes artigos literários.

Noticiou o **Jornal**, a 9 de julho, haver-se realizado uma reunião política, dois dias antes, na sua redação, com a presença de antigos liberais, conservadores e republicanos, visando à formação dum grande partido. Dela foram excluídos, entretanto, o líder José Mariano, cujos amigos, na calçada do prédio, decidiram vaiar os que desciam, havendo

tumulto e agressões. Da repercussão dos fatos, resultou o recrudescimento da pendenga política com **A Província**.

No mês seguinte, dia 5, comentando a posse do Barão de Lucena no governo, eleito pela Constituinte estadual, escreveu o editorialista que o matutino a recebia “sob a mais desagradável impressão”, porque, “intransigente e apaixonado, não oferecia as condições de imparcialidade e de isenção d’ânimo necessárias para a fundação de um nôvo regime”. Quatro dias após, publicava-se uma carta da empresa ao governador, dizendo que, não podendo continuar a ser órgão oficial, oferecia a rescisão do contrato. Em desacordo com a orientação que S. Ex^a. ia imprimir no Estado, preferia perder 8:000\$000, em que implicava a rescisão do contrato.

Artigos foram assinados por Albino Meira, a propósito de sua demissão do cargo de governador; por Martins Júnior, sobre a sua atuação em face dos acontecimentos, e pelo ex-vice-governador Ambrósio Machado, ao passo que eram duramente atacadas **A Província** e a aliança de José Mariano com o Barão de Lucena, inclusive através de artigos assinados por Ulisses Viana; e Sigismundo Gonçalves refutava a defesa do governo, feita por Sousa Pinto nas páginas do **Diário de Pernambuco**.

Em artigo de 6 de setembro, intitulado “Fechando o incidente...”, escreveu o editorialista, em conclusão: “O sr. Barão de Lucena, fique certo, pode-nos esmagar pela força, de que foi revestido pela Ditadura; pode-nos fazer calar pela violência em nome da lei, mas encontrará em nós homens dignos, que arrostarão de pé os seus atos de força e de violência. Por Deus! sabe-o bem, nunca seremos comparados a êsses homens que, inimigos ontem, ajoelhados hoje ante si, na frase do apóstolo, não vêem as trevas de sua consciência e ostentam orgulho de sua ignorância”.

Pouco demorou o Barão no governo, sendo substituído, a 24 de outubro, pelo vice-governador, José Antônio Correia da Silva.

A exemplo do que fizera anos antes, sem êxito, o **Jornal do Recife**, que era editado por Adolfo Luís de Sousa (17), voltou à prática de encher de anúncios a primeira página, continuando-os na quarta, para ficar a matéria redacional circunscrita às duas do centro.

Em fevereiro de 1891, começou a atacar o governo do

(17) Segundo **A Província** de 19-12-1890.

Desembargador Correia da Silva, a propósito de sua intervenção nas eleições marcadas para o mês seguinte.

Declarou, a 2 de abril, que a redação assumia a “responsabilidade moral e legal de tôdas as afirmações contidas em seus editoriais”, mas também estava disposta “a aceitar discussão sôbre qualquer assunto”; entretanto, “só discutirá com gente que escreva em jornal sério e que ao menos na linguagem empregada aparente uma certa seriedade”. “Enquanto, porém, a defesa do sr. Correia consistir na exposição pública de todo o lixo que os seus amigos tenham na língua, e enquanto essa exposição fôr feita em vielas da imprensa, nos becos do jornalismo indecente e desacreditado, fiquem certos os adversários do **Jornal** de que êste não se afastará do caminho que tem trilhado até agora e, sem se incomodar com insultos, continuará, calma e serenamente, a dizer a verdade ao povo”.

Os ataques à administração estadual tinham como alvo principal a concessão de créditos para a criação de usinas de açúcar.

Novas seções foram criadas, inclusive a de sátiras políticas “A tire d’aile”, por Gil; “Notas financeiras” e “Política do exterior”, constituída de notícias ligeiras, de diferentes países, em vez das longas estiradas, que consumiam tanto espaço, vindo êste a abrigar mais intenso noticiário local. A 14 de junho, inseria-se, pela primeira vez, e única, um anúncio em tinta encarnada, ao alto da quarta página, em tôda a largura. A 13 de agosto, iniciavam-se as “Cartas pernambucanas”, em que **O Solitário da Serra** fazia crítica histórico-política. Uma semana depois vinham as “Notas do dia”, assinadas por T. G. (Tomé Gibson) ou H. (Hersílio de Sousa), prosseguindo sem assinatura. Enquanto isto, ocorriam, no primeiro semestre do ano, artigos de João Alfredo Correia de Oliveira, e, no segundo, de Martins Júnior, que também aparecia subscrevendo poesias, alternando com outros poetas, tais como João de Deus, Moreira de Vasconcelos, Sílvio Freire, Caldas Júnior, Augusto Cavalcanti, Felício Buarque, Alexandre Fernandes, Leónidas e Sá, Carlos Luz, Eliseu César, Ribeiro da Silva, Odilon Nestor, Carlos Mariz, Demóstenes de Olinda, Dias Barroso, José Simas, Gonçalves da Rocha, Generino dos Santos, Raimundo Correia, Tomé Gibson e Silva Brito, ao passo que artigos em prosa eram assinados por Zeferino Brasil, Bianor de Medeiros e outros, além das transcrições, sobretudo de Guerra Junqueiro.

Desde 1 de abril de 1891, a chefia da redação, dado o afas-

tamento de Ulisses Viana (18), fôra confiada a José Izidoro Martins Júnior. A 23 de maio deixava a empresa de ser "propriedade de uma Associação", tornando-se seu proprietário único Sigismundo Gonçalves, o qual logo a arrendou a Luís Pereira de Oliveira Faria, que havia alguns anos ocupava a gerência. E este deu ao **Jornal** "orientação desprendida de interesse partidário" (19).

Iniciou Albino Meira, a 31 de julho, a série de artigos "Política de Pernambuco", criticando um discurso de José Mariano, pronunciado na Câmara federal. Meses depois, agitava-se a política estadual, uma vez implantada a ditadura de Floriano Peixoto, havendo em novembro — 1891 — expectativa de revolta local. No dia 27 assumiu o governo do Estado, na ausência do presidente, o vice-presidente da Assembléia Legislativa, José Maria de Albuquerque Melo, diretor d'**A Provincia**, em consequência da renúncia do Desembargador Correia da Silva. E, a 29, escrevia o **Jornal do Recife**:

"Apesar de inteiramente composta e paginada, deixou ontem de ser publicada a nossa fôlha por motivo que é característico dos calamitosos tempos que correm. O pessoal de nossa oficina de impressão, alarmado com o lúgubre e belicoso espetáculo que a noite de ante-ontem ofereceu a tôda a cidade do Recife, espetáculo promovido e realizado por quem na tarde daquele mesmo dia assumiu o governo do Estado, recusou-se todo a trabalhar, alegando falta absoluta de garantias".

Impossibilitado de continuar no poder, abandonou-o José Maria no dia 30, em situação vexatória, aparecendo, então, o presidente da Assembléia, Antônio Epaminondas de Barros Correia (Barão de Contendas), que o assumiu. Mas também logo o transferiu à Junta Governativa, nomeada pelo ditador.

Em editorial intitulado "O velho e o nôvo ano", historiou a redação, a 1.º de janeiro de 1892, os acontecimentos dos doze meses transatos, os quais culminaram com a ditadura, que viera "estender, de nôvo, as suas garras aduncas por todos os pontos do território do país, provocar uma rea-

(18) Vinte anos após, escrevendo sôbre o falecimento de Ulisses Viana, diria Oliveira Lima (**Jornal do Recife**, 4-11-1911): "Sob sua direção, foi o **Jornal do Recife**, de 1886 a 1891, uma das fôlhas melhor redigidas do Brasil inteiro. Os editoriais eram muitas vêzes obras primas de clareza e ironia".

(19) Carta de Luís Faria ao Conselheiro Sigismundo Gonçalves, inserta na edição de 9 de julho de 1893.

ção enorme de tôdas as suas fôrças vivas, que se ergueram pujantes contra o ato violento da dissolução do Congresso.

“Em Pernambuco — adiantou o articulista — esgotada a paciência pública de suportar o jugo férreo de uma política estreita, mesquinha, imoral, que desacreditava a nação no estrangeiro, fazendo descer o câmbio, fato que nunca havia ocorrido, fato que constituiu uma horrorosa calamidade pública, que levou o comércio desta praça — que, seja dito de passagem, é o que menos prejuizos tem dado às praças importadoras, é um dos mais honrados do mundo — a um verdadeiro estado de desespero, não podia deixar de aparecer também a reação.

“Aqui ainda, por maldade, para satisfação dos instintos sanguinários da gente que nos governa, a transição do regime da capangagem para o da moralidade e da justiça custou a vida a muitos cidadãos, alguns dos quais eram nossos amigos dedicados, que sucumbiram aos punhais dos sicários do sr. José Maria. Ano de agitação e de perturbações foi êsse!”

Verificado o movimento de dezembro, o **Jornal do Recife** emprestou todo apoio à Junta Governativa e, nos primeiros dias de 1892, escalpelou o Manifesto de José Maria de Albuquerque Melo, prosseguindo em ataques, na linguagem mais violenta possível, aos “aventureiros políticos”, a **A Provincia** e ao **Estado de Pernambuco**, em que Gaspar de Drumond fazia tremenda opposição à nova administração estadual.

A par da matéria política, inclusive o comentário “Bon Jour”, de Z., liam-se poesias de Gonçalves Crespo, João Barreto de Meneses, Luís Guimarães, Joaquim dos Santos Lessa Júnior, Fernando de Castro, José Maria do Amaral, Firmino de Figueiredo, José Lima, Taumaturgo Vaz, Gervásio Fioravanti, Artur Lemos (cearense), Teotônio Freire, etc. Mais a “História Pátria”, por José Domingos Codeceira, e crônicas literárias de Miguel Barros.

Noticiou a redação, a 21 de abril, a posse do Governador Alexandre José Barbosa Lima. Expectativa. A partir de 19 de junho, divulgou Martins Júnior uma série de artigos sob o título “O rompimento”, resumindo o “histórico detalhado da posição do sr. dr. Barbosa Lima vis-a-vis do Partido Republicano, em todo o correr da questão referente ao adiamento das eleições federais” e dizendo das “fortes razões” que levaram o P. R. a retirar seu apoio ao nôvo governador do Estado. Manifestaram-se, igualmente, a respeito do

assunto, em artigos, Sigismundo Gonçalves e Ambrósio Machado.

No referido mês, dia 27, o govêrno de Barbosa Lima rescindiu o contrato que, apenas seis meses antes, fôra estabelecido entre a Junta e o **Jornal do Recife**, para a publicação dos atos oficiais, sob o pretexto de oposição ostensiva e sistemática ao govêrno (20).

Continuou a campanha contra a administração estadual e, a 2 de outubro, foi iniciada uma troca de cartas entre o jurista José Vicente Meira de Vasconcelos e o Governador Barbosa Lima, a propósito da prisão do padre Douette "para averiguações policiais, por suspeito de ser um dos promotores do movimento armado dos municípios de Flores e Triunfo" contra a dissolução dos conselhos municipais. Já antes (julho) Sigismundo Gonçalves escrevera uma série de artigos intitulados "Dissolução da magistratura", comentando os "desatinos do govêrno".

Começaram, a 9 de outubro, as "Notas abreviadas", por **Eça**, em folhetim de quatro colunas, ao pé da segunda página. No dia 20 saía do cabeçalho o nome de Martins Júnior, que deixou a chefia da redação. Três dias depois, longo editorial narrava a prisão, por um esquadrão de cavalaria, do mesmo Martins Júnior, por motivo da rebelião de Triunfo, na qual se pretendeu que êle, então deputado estadual, estaria envolvido, tendo sido também preso, por haver protestado contra o ato, o jornalista Tiago da Fonseca. Essas prisões duraram poucos momentos.

Outro artigo de fundo, a 25, intitulado "Suspensão de garantias", afirmou haver aquela prisão fornecido "ensejo ao dr. Martins Júnior para receber de tôdas as camadas da sociedade pernambucana as mais expansivas, as mais entusiásticas demonstrações do grande aprêço em que o têm". Na mesma edição, na "Coluna Republicana", que o **Jornal** passara a abrigar, J. Tiago da Fonseca escreveu que, "em Pernambuco, a vontade do snr. Barbosa Lima é a **suprema lex** e que nenhum cidadão pode julgar-se garantido".

Em resposta ao órgão oficial, Martins Júnior focalizou,

(20) Na sua coluna diária "Em Revista", no **Estado de Pernambuco** (30-6-1892), Gonçalves Maia, comentando o fato, sugeriu a criação de um diário oficial, para afastar "de nós, e dos olhos de uma sociedade que quer ter foros de civilizada, os tristes espetáculos do aluguel das colunas jornalísticas ao govêrno, venalizando a imprensa, e dos abusos do govêrno, suspendendo contratos dessa imprensa, unicamente porque ela o ataca".

no dia 30, a atitude que mantivera perante o governador, ao ser detido, assim terminando: "O sr. Barbosa Lima que continue a rasgar a Constituição do Estado, enquanto o **Diario de Pernambuco** vai rasgando, de momento a momento, a dignidade da imprensa".

A 27 de dezembro anunciava-se que iria melhorar o serviço telegráfico do matutino, assim como sua seção de editoriais e o corpo de correspondentes nos Estados e no exterior. A redação estava assim constituída: Alcedo Marrocos, Caricio Crumêncio do Rêgo Barros, J. Tiago da Fonseca e Tomé Gibson, sob a chefia do primeiro. Leônidas e Sá pertenceu, também, ao corpo redacional, embora não constasse da relação divulgada. Vieram a surgir novos colaboradores, tais como Manuel Cavalcanti, Faria Neves Sobrinho, Armando Silvestre, Joaquim Nabuco, Fernando Barroca, Francisco Barreto de Meneses, França Pereira, Araripe Júnior, Avelino José Fernandes da Silva, Pedro Atur Guimarães, Ribeiro da Silva, Albino Meira, Zalina Rolim, etc.

Editorial de 31 de janeiro de 1893, protestou contra a agressão, de caráter político, de que foram vítimas Eurico Vitrúvio, redator da **Gazeta da Tarde**, e um empregado do diretor do **Commercio de Pernambuco**, jornais que faziam oposição ao governo e, igualmente ao **Jornal do Recife**, viviam sob ameaças, inclusive de empastelamento.

Findou a 5 de fevereiro o prazo para pagamento de assinaturas com direito a prêmio de livros e sorteio de bilhetes lotéricos. Haviam sido pagas 411 assinaturas anuais e 186 semestrais. Mais dois meses e a fôlha deu cobertura noticiosa ao conflito entre o Governador do Estado e o Congresso pernambucano, que em vão suspendera o chefe do Executivo das suas funções.

A elevação do preço dos artigos em geral e do custo do serviço telegráfico (mediante acôrdo com os outros diários) levou o **Jornal** a adotar a seguinte tabela de publicações pagas, por linha de composição: Solicitadas — \$180; Declarações — \$120; Anúncios para assinantes — \$150; Editais — \$150; Memoriais e Avisos — \$250; Leilões — \$120, tabela que entrou em vigor a 22 de setembro, ao passo que, a 1.º de outubro, começavam as assinaturas a ser cobradas assim: ano — 30\$000; semestre — 15\$000; trimestre — 8\$000; para fora da cidade, respectivamente: 33\$000, 16\$000 e 8\$000.

No mês de novembro, o matutino emprestou solidariedade a **A Provincia** — quando esta foi suspensa, tendo sido

presos dois dos seus redatores, por motivo de alegada cumplicidade na revolta da esquadra brasileira — fazendo apelos em prol da volta à circulação daquele órgão. O próprio **Jornal do Recife** foi intimado pela polícia a não fazer apreciações em tôrno dos fatos ocorridos.

Em nota "Ao público", na edição de 3 de janeiro de 1894, informou-se que a empresa fêz grande aquisição de "novos tipos, emblemas, vinhetas e outros petrechos da arte, tendo também comprado uma excelente maquina Marinoni, de grande celeridade na impressão, para atender ao aumento crescente de sua tiragem". Como vinha fazendo cada principio de ano, concluiu a nota ofertando livros aos novos assinantes, prática que ainda continuou por muito tempo.

Voltou José de Vasconcelos a divulgar nova série das "Dattas celebres e fatos notáveis da História do Brasil" (a partir de 1557). Anos antes, êle publicara a parte correspondente a 1500-1556, que foi enfeixada em livro.

Sobreveio intensa campanha redacional contra a alta dos preços de gêneros alimentícios (21). Estabeleceu correspondentes especiais em Londres, Berlim, Madrid e Lisboa. Publicou, em transcrição, os "Ecos de Paris", de Eça de Queiroz, em longa série. Em maio, reaparecia Maria Amália Vaz de Carvalho, assinando apreciadas crônicas sob a epígrafe "Figuras contemporâneas". Surgiram outros colaboradores, tais como: B. Lopes, Costa Ribeiro Filho, Sílvio Romero, Olavo Bilac, Epaminondas de Albuquerque, ainda J. A. de Almeida Cunha, **Gregório Júnior** (João Gregório Gonçalves) e Manuel Buarque, estando a parte literária subordinada ao título geral "Artes e Letras". Era administrador das oficinas Demétrio de Albuquerque.

Em editoriais de 1 e 2 de maio de 1895, o matutino manifestou-se contra a inconstitucionalidade do projeto, do Senado, que restringia a liberdade de imprensa, estabelecendo a censura. De acôrdo com a lei em aprêço, passaram a figurar obrigatòriamente, no cabeçalho, a partir de 12 de julho, os nomes dos redatores principais, já mencionados, acrescidos de Hersílio Lupércio de Sousa. Ocorreram, em novembro,

(21) Na sua edição de 13 de janeiro de 1894, o **Jornal do Recife** apoiou a solução dada pelo prefeito Manuel Pinto Dámaso ao caso da successiva majoração de preços mediante o seguinte decreto: "Neste município, e enquanto durar a crise do Sul, ninguém poderá vender o quilo de bacalhau por mais de \$800 e de carne de charque por mais de 1\$000, sendo imediatamente fechado o estabelecimento de qualquer retalhador que transgredir a presente ordem".

artigos do ministro protestante W. E. Entzminger, em polémica com o Padre João Medeiros de Melo, êste escrevendo na Era Nova.

No ano seguinte, exatamente no mês de fevereiro, Alcedo Marrocos e Tomé Gibson iniciaram, sem muita constância, a publicação de crônicas em rodapé da primeira página, aos domingos e terças-feiras, sob os títulos, respectivamente, "Doses de crítica" e "Aqui, ali, acolá". A 10 de março, subiu de \$100 para \$200 o preço do número avulso.

Em artigo de saudação ao nôvo ano, na primeira edição de 1897, o editorialista aludiu às tarefas do ano findo, dizendo: "Não houve dia, durante êsse periodo de tempo, no qual o sol fêz o seu movimento completo de revolução, em que nós não clamássemos pela verdade do sistema democrático que nos prometeram os homens de 1889; e não houve questão, em que se ofendesse ou tentasse ofender direitos adquiridos, os simples interesses legítimos das classes laboriosas, que não nos tivesse ao seu lado e ao seu serviço com dedicação e lealdade". Apontou "a questão dos auxílios à lavoura, às indústrias e ao comércio, compreendendo a diminuição dos impostos, a redução de tarifas, a prorrogação da lei de cabotagem, a concessão de prêmios e outros favores; a questão do pôrto do Recife; a da conservação dos arsenais de Marinha e Guerra aqui no Estado; a da epidemia da varíola; a da limpeza da cidade e higiene da alimentação".

Aconteceram, no ano em referência, modificações no corpo redacional, para o qual entrou Gaspar Meneses a 24 de janeiro, e dêle saiu, a 17 de março, Alcedo da Silva Marrocos, de quem assim se ocupou uma nota da primeira página: "O primeiro de nós, pela inteligência e pelo saber, e sem quem o possa exceder em qualidades morais, a perda da cooperação do nosso prezadíssimo amigo era a maior que poderíamos sofrer". Foi substituído, a 1.º de maio, por José da Silva Costa Neto. Nova alteração verificou-se no ano seguinte, por morte de Carisio de Barros (22), substituindo-o, a 11 de março, Paulo de Arruda.

Por haver censurado atos de certa autoridade, o redator Tomé Gibson foi violentamente agredido, a 27 de janeiro de 1897, no Teatro Santa Isabel, por soldados de polícia, não sendo prêso devido à intervenção de terceiros. Outra violên-

(22) O *Jornal do Recife* e o semanário maçônico *O Oriente* abriram subscrições para doar um patrimônio à família de Carisio Crumêncio do Rêgo Barros, deixada em situação precária.

cia veio a sofrer, a 31 de julho, o revisor Helvidio Martins, que apanhou e foi prêso.

Precisamente a 16 de fevereiro, iniciava Júlio César Leal a publicação da "Biografia de Antônio Conselheiro". Em março voltava a colaboração do historiador F. A. Pereira da Costa, com a série "Pernambuco nas lutas emancipacionistas da Bahia em 1822-23", aparecendo outros colaboradores, a saber: Alberto Pimentel, Temístocles Machado, João Batista Regueira Costa, Machado Dias, Alfredo Falcão, Manuel Cavalcanti de Melo Filho, etc.

Começou a 7 de setembro a seção "Maçonaria", sem assinatura, mas a cargo de Carneiro Vilela, constituída de artigos diários de crítica ao catolicismo e ao jesuitismo, num dos quais se lia, a 14 de dezembro: "Continuemos a restabelecer a verdade, desmascarando mais uma vez essa infernal Companhia de Jesus, essa inimiga dos povos e do Cristianismo, essa verdadeira entravadora da civilização e do progresso".

No artigo "Ano Bom", em "Maçonaria", inserto na edição de 1.º de janeiro de 1898, escreveu-se que 1897 fôra, para o elemento maçônico, um ano "de provações, porque de lutas", principalmente no segundo semestre. Prosseguiu a seção, sendo travada polêmica, já em 1900, com a "fôlha clerical" Era Nova.

Para "facilitar a aquisição" do matutino pelos leitores, foi restabelecido, a 29 de abril do ano referido, o preço de 100 réis por exemplar. Logo mais, a 4 de maio, era a primeira página restituída ao seu antigo padrão, dela se excluindo os anúncios, que passaram para a terceira, continuando na quarta. Vieram a ocupar o folhetim-rodapé, firmando interessantes crônicas semanais, ora Paulo de Arruda, ora Teotônio Freire, ora Alfredo Falcão, enquanto Rodolfo Galvão escrevia sobre Medicina e França Pereira sobre Jurisprudência, além de assinar poemas, como o vinham fazendo, entre outros, Celso Vieira, Miguel Barros, Xavier Coelho, Aristeu de Andrade, Fiuza de Pontes, José Henrique, Antônio de Castro, Carvalho Júnior, Belarmino Dourado e Pedro Botelho (Pedro Joaquim Velez Botelho). Outros colaboradores, em prosa, foram Soriano de Albuquerque, Dionísio Maia, Conde de Afonso Celso e João B. Pompeu, êste focalizando temas de Agricultura.

Decorridos sete anos de prestante atuação, Tomé Gibson deixou o corpo redacional a 12 de fevereiro de 1899, com o objetivo de aplicar-se mais aos afazeres de advogado e profes-

sor da Escola de Engenharia. Logo mais, a 2 de março, todos os demais redatores deixavam o cargo, por desinteligência com a direção do **Jornal**, tendo apenas Paulo de Ardua aquiescido em permanecer, até que fôsem feitas as substituições. Na mesma data entrou a figurar no cabeçalho o nome de Osvaldo Machado, ao qual se juntaram, a 30 de março, Domingos Gonçalves e Alfredo Vauthier. Outros colaboradores surgiram: Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa Filho, Henrique Soido, Antônio Sales, Lafaiete Sá, etc. Novas seções: "Fatos e idéias" e "Vergastadas", esta em versos satíricos e ambas sem assinatura, prosseguindo, enquanto isto, a coluna do Partido Republicano.

A fôlha passou, naturalmente, a apoiar o govêrno de Sigmundo Gonçalves, que se empossara a 4 de abril e continuava proprietário do **Jornal do Recife**. Logo depois, iniciou campanha ferrenha contra Delmiro Gouveia, de quem dizia, a 21 de junho, que ameaçava subverter a ordem pública, pois a polícia apreendera diversas armas no Mercado do Derby, de sua propriedade.

Editorial de 26 de julho comentou que Delmiro Gouveia requerera, em Juízo, uma intimação aos redatores do **Jornal**, para exibirem os autógrafos de diversos artigos publicados na coluna do Partido Republicano, nos quais se discutia, com aspereza, a personalidade daquele comerciante. Apresentaram-se como responsáveis pela Coluna os deputados estaduais Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo, Estácio de Albuquerque Coimbra e Joaquim Pereira da Silva Guimarães, os quais se dispuseram a renunciar suas imunidades, mas nem assim o requerente aceitou a responsabilidade. Recaiu, pois, a ação sôbre a pessoa do arrendatário Luis Pereira de Oliveira Faria, que, por sua vez, alegou não ser editor e sim gerente do jornal (23).

Não teve trégua a campanha contra Delmiro Gouveia, chamado de "aventureiro" e "contrabandista", seguida de polémica com os jornais que o defendiam: **Gazeta da Tarde**, **A Provincia**, **Commercio de Pernambuco** e **A Concentração**.

A 31 de agôsto iniciava F. A. Pereira da Costa outra serie de artigos, sob a epígrafe "Reabilitação histórica do conde João Maurício de Nassau como governador de Pernambuco". Em outubro começava o rodapé, na primeira página, "Semana pitoresca", de Eustáquio Pereira (Faneca).

(23) A 10 de dezembro de 1899, o **Jornal do Recife** divulgava a sentença que anulou a queixa de Delmiro Gouveia.

A época, escrevia Otávio de Freitas sobre Medicina, e nasceu a seção de comentários "Notas telegráficas", por Morse.

Amplamente destacou mereceu, a partir de janeiro de 1900, a questão social, através de substanciosos editoriais. Lia-se na edição do dia 28: "É uma questão universal, que se impõe aos filósofos, políticos, estadistas, se esforçando todos pela solução mais pronta e eficaz". "Bem poucos sabem colocá-la nos seus verdadeiros termos", urgindo "reformular a educação social no sentido de torná-la substancial e não puramente formal". Travou-se, a propósito, violenta polêmica com Alcedo Marrocos, então redator do **Commercio de Pernambuco**, acusado de defender a plutocracia e o "reinado do ouro", quando, antes, em tese para professor da Faculdade de Direito, defendera o Socialismo. Ainda em março continuava a série "O Socialismo no Brasil".

A par de versos de Manuel Arão, Oscar D'Alva, Osvaldo Machado, Ernesto de Paula Santos, Damasceno Vieira, Alves de Faria, Cardoso Júnior e outros, liam-se crônicas, em rodapé, de Olimpio Galvão e, depois, de Bianor de Medeiros; artigos históricos de José Domingos Codeceira; a crônica ligeira "A fumar", por Zig; a novela de Alfredo de Albuquerque Gama, "Alzira", em 13 rodapés; artigos sobre Jurisprudência, de Artur Orlando, poesia e prosa de Mendes Martins, versos de Artur Bahia, etc.

Em editorial na edição de 1.º de janeiro de 1901, sob o título "O século XX", escreveu o **Jornal do Recife**, entre outros tópicos: "Lançando a vista para o passado, descortina-se no campo da história um progresso imenso. O século XIX, justamente denominado das revoluções, iniciou-se por uma grande crise, da qual resultou a queda do feudalismo, o aniquilamento da monarquia absoluta e esmagamento da teocracia, e já termina sem os horrores da demagogia, o que é um grande progresso.

"Verdade é que estamos sob uma atmosfera carregada de núvens, fazendo perceber o estalar da borrasca, da qual resultará alguma coisa de útil para a humanidade, o que de resto é natural, porque todo progresso é um resultado da luta. Por isso dissemos ser grandiosa porém árdua a missão do século XX.

"Hoje, apesar de tôdas as conquistas da evolução, mau grado as vitórias da ciência, ainda a utilidade vence o direito, o egoísmo a igualdade, a violência a liberdade, sendo o escopo do século ora iniciado achar solução para todos os óbices que entravam o caminhar da humanidade em busca da nova

terra da promessa: a **perfectibilidade**, supremo ideal de todos os que pensam e sentem, de todos os que, por meio da palavra e da pena, derramam sôbre as massas o pólen adamantino da verdade, pairando numa atmosfera elevada acima de pequeninos e inconfessáveis interesses”.

Prosseguiu, já sob o govêrno de Gonçalves Ferreira, a coluna do Partido Republicano, na qual se defendeu o prefeito M. Santos Moreira de ataques d'A **Provincia**. A 23 de abril entrou para o cabeçalho, como nôvo redator, o nome de Eurico Chaves, e, a partir do mês de maio, sem alterar-lhe o tamanho, a página do jornal passou a ter nove colunas, em vez das oito anteriores. No segundo semestre surgiram as “Cartas paraibanas” de Armando César; a seção de charadas intitulada “Entretenimento”, a cargo de **Policarpo**; a crônica “As vêzes”, de **Paganel**; versos de Carlos Lira Filho, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Regueira Costa, Fontoura Xavier e outros; a 21 de julho começaram as crônicas dominicais “A Semana”, em rodapé, por F. P. (França Pereira), continuadas, desde 29 de setembro, por O. M. (Osvaldo Machado), que as manteve longo tempo, versando sôbre os mais diferentes assuntos, do econômico ao social.

No primeiro semestre de 1902, ocupava-se a imprensa do problema da peste em Pernambuco, dêle se ocupando, particularmente, Pedro d'Able (24), através das colunas do **Jornal do Recife**, sobretudo refutando o higienista Otávio de Freitas. A 22 de junho deixava Eurico Chaves o corpo redacional, do qual, entre outros, fazia parte Francisco Guerra, na qualidade de repórter. No mês de setembro, reaparecia o historiador F. A. Pereira da Costa, publicando “Hinódia pernambucana”; depois vinham os artigos filosóficos de Manuel Arão e a crônica “Aos domingos”, por **Fly** (pseudônimo de Osvaldo Machado).

Iniciado 1903, em lugar da oferta de livros, a empresa passou a oferecer, aos assinantes que pagassem adiantadamente, a redução de 2\$000 ou 1\$000, por ano ou semestre, respectivamente. As notas ligeiras e versos humorísticos que vinham saindo sob o título “De leve”, por **Til** (Osvaldo de Almeida), foram substituídas pelas “Setas”, de **Jatyr** (pseudônimo de Artur Bahia), que duraram indefinidamente, ao

(24) Pedro d'Able, que, no mesmo ano, divulgou o livro “A peste bubônica desmascarada em Pernambuco”, constituído dos seus artigos dessa primeira campanha, foi erroneamente mencionado por Tancredo de Barros Paiva (“Acheegas a um dicionário de pseudônimos”), como sendo pseudônimo do médico Otávio de Freitas.

passo que continuavam a publicar-se os “Ditos e Facécias”, sempre sem assinatura. Foram outras seções: “Cartas semanais”, por **Quincas Bilontra**; “Uma por dia”, quadra de **P**; “Filigranas”, crônicas de Mário Rodrigues; “Notas e impressões”, por **Fox** (outro pseudônimo de Osvaldo Machado); “Notas à margem”, de Manuel Arão; “Solfejos”, por **Til**, sendo outros colaboradores Rodolfo Garcia, José de Barros Lima e Eugênio de Sá Pereira.

No mês de outubro aparecia **Moliere** (pseudônimo de Pedro d’Able), contestando, em artigos diários, de palpitante ironia, os sanitaristas locais mais em evidência, ridicularizando-os a propósito da peste bubônica no Recife, então grassando realmente, mas que êle dizia só existir através de decreto lançado pela Sociedade de Medicina. O famoso médico Raul Azêdo, acormente censurado, inclusive com a menção do seu anterior pseudônimo de **Joca Bangó (n’A Província)**, refutava diretamente ao **Jornal do Recife**, sem dar atenção ao signatário dos artigos, porque não lhe aprazia debater com leigos.

Largando o pseudônimo, Pedro d’Able começou, precisamente a 1 de novembro, outra série de artigos, intitulados “O dr. Raul Azêdo e a peste bubônica” desafiando-o: “Pois bem! Se tem coragem, eu o desafio a discutir publicamente comigo sôbre o ponto que quiser, em Medicina, Filosofia, Religião ou Ciência. Apresente a tese e emita a opinião para eu refutar”. Logo, porém, no terceiro dia, Pedro d’Able, simples guarda-livros, mas homem de “sete instrumentos”, escrevia que, não tendo o médico tido a coragem de apanhar a luva, êle fazia uma ponto final, “mesmo porque a peste bubônica de mentira é uma questão morta e já bem morta”.

Moliere voltou no dia 8, com saborosa crônica humorística, narrando como matou a peste, em forma de mulher oriental, levando-lhe os despojos para a Índia; e a 15 de novembro Pedro d’Able iniciava a série “Estado sanitário do Recife”.

A tabela de assinaturas foi modificada em janeiro de 1904, quando se criou a parcela “Exterior”, a 45\$000 e 25\$000 por ano e semestre, respectivamente, ao passo que diminuía o preço para “fora da cidade”, ficando equiparado ao das assinaturas locais, ou seja: ano — 30\$000; semestre — 15\$000; trimestre — 8\$000. Nos primeiros números de janeiro findou O. M. a inserção do rodapé “A Semana”, continuando as crônicas dominicais de Augusto de Oliveira e de Fly, êste batendo-se com Manuel Arão (ambos no mesmo

mo jornal), o primeiro a defendêr o Materialismo Científico e o segundo a exaltar o Espiritualismo Ortodoxo. Ascânio Peixoto escrevia sôbre Medicina, e F. A. Pereira da Costa começava, em abril, a divulgar o "Folclore pernambucano". A 8 de junho deixou Domingos Gonçalves o corpo redacional, uma vez nomeado oficial de gabinete do Governador do Estado.

Intensificou-se, no segundo semestre do ano, a controvérsia mantida, havia muito, com **A Província**, que censurava o govêrno estadual e a polícia de Rosa e Silva. O **Jornal do Recife** defendia o situacionismo com entusiasmo, servindo-se no ataque ao contendor, inclusive, das seções satíricas "Cócegas", "Urtigas" e "Setas", esta última permanente. Alfredo de Carvalho, que vinha escrevendo sôbre "Livros novos", mudou, em julho, o título dessa seção para "Polybiblion". No mês de agosto, Augusto de Oliveira era substituído, na crônica de abertura da primeira página, por Correia Lima, e êste, em outubro, por Mário Rodrigues.

Reacesa foi, em janeiro de 1905, a campanha "contra a invasão de jesuitas no solo pernambucano", a começar por **Fly**, na sua crônica dominical, secundado por João Barreto de Meneses, que, além da série de artigos "Jesuitas no Brasil", combateu-os, também, em versos (25). Já no mês de março, o famoso panfletário iniciava outra série, sob a epigrafe "Os três da tramoia", representados por Frei Celestino e "duas escritoras" (que seriam o mesmo Frei Celestino), os quais o refutavam através d'**A Província**. Outros artigos seguiram-se, terminando a campanha mediante a intervenção de terceiros.

Atravessava o matutino uma fase de preponderância intelectual, inserindo boa e variada matéria, inclusive "Carta da Italia", por Césari Lombroso; excelentes correspondências de Paris e de Lisboa; crônicas de D. R.; o comentário "Aos domingos", por José Veloso, que também assinava poemas; artigos do professor Candido Acauã Ribeiro, Anselmo Ribas e Artur Muniz; versos de Generino dos Santos, Teófilo de Albuquerque, Carlos Pôrto Carreiro, José do Amaral, F. Freire, Manuel Duarte, Tomaz Lopes e Gervásio Fioravanti, aos quais

(25) Assim concluiu o poema "Em todos os tons", de João Barreto de Meneses, na edição 16 de fevereiro de 1905:

"Deixai-nos de uma vez, oh! guardas de Loiola!
 Porque o mundo onde estais não vende liberdades.
 Se o lucro é vosso lema e o crime vossa escola,
 Pior é a geração que ainda acredita em frades!"

se juntaram, no ano seguinte, Araújo Filho, Nilo Guerra, Manuel Lobato, que se assinaria, depois, Silva Lobato; Oscar Brandão, também revisor do **Jornal**; Lafaiete Lemos, Moreira Cardoso, Odilon Nestor, Ademar Tavares, Malaquias da Rocha, Alexandre Fernandes, etc.

A partir de maio de 1905, liam-se as "Frases e palavras" de **Robur**, pseudônimo de Alfredo de Carvalho, que assinava outros artigos com o próprio nome ou **Terêncio Gomes**; a **Crônica de Fabius** ou **Marx**, êste também com a seção "Altos e baixos"; outras crônicas: de T. F. e M. R.; as "Horas de folga", pelo **Sargento da 4a.**; ligeiras peças teatrais de Leopoldo Maia; artigos de Faelante da Câmara, **Felício Terra** (pseudônimo do Conselheiro Nuno de Andrade) e Estácio Coimbra; contos de Artur Azevedo, etc. A 16 de janeiro de 1906, começavam as "Silhuetas de poetas pernambucanos", a cargo de **João Cláudio** (pseudônimo de João Rodrigues Carneiro Campelo). No último mês do ano apareciam os "Anais Pernambucanos", a princípio sem assinatura, continuando com a do autor, o historiador F.A. Pereira da Costa. Mas, em inserções espaçadas, até a edição de 17 de setembro do ano seguinte, a publicação só atingiu o período histórico de 1493 a 1550 (26). O acadêmico Luís Mendes fornecia reportagens.

Prossegiu, em 1907, a polêmica com **A Província** e, ao

(26) Essa importante obra, que é, segundo escrevera Agamenon Magalhães ("Prefácio"), o "retrato em corpo inteiro de Pernambuco histórico", divulgada em partes, permaneceu em manuscrito durante longos anos. Um decreto-lei de abril de 1922, na gestão do Governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, autorizou a publicação dos "Anais Pernambucanos" em livro, por conta do Estado. Verificado, no ano seguinte, o falecimento do grande historiador, nada foi feito.

Numa tentativa de boa vontade, para não ficar no esquecimento, o trabalho formidável de seu pai, o professor Carlos Augusto Pereira da Costa, também historiador, iniciou, em março de 1924, a divulgação, em fascículos de 8 a 16 páginas, da **Revista de História de Pernambuco**, semanal, depois mensal, distribuída através de assinaturas. Não passou, porém, do n.º 21, em virtude de dificuldades financeiras. Outra tentativa da **Revista** aconteceu a partir de agosto de 1927, estimulada por auxílio financeiro do Estado, no governo de Estácio Coimbra. Começara tudo de novo, em volumes de 100 páginas. Atingido o n.º 8, de março do ano seguinte, ficou suspensa.

Decorridos 23 anos, sob o governo de Agamenon Magalhães, sendo Jordão Emerenciano diretor do Arquivo Público Estadual, foi a imensa obra do emérito pesquisador retirada dos armários, mediante a lei n.º 108, de 19 de julho de 1951, iniciando-se no mesmo ano a publicação. Divulgados os cinco primeiros volumes, cada um com aproximadamente 600 páginas, outra lei, em dezembro de 1954 (governo de Etelvino Lins), autorizou o prosseguimento do trabalho, uma vez que se extinguiu o crédito anterior. No mesmo ano saiu o sexto volume. Novamente suspenso,, a **Imprensa Oficial** do Estado só veio a entregar o sétimo em 1958, com 580 páginas; o oitavo em 1962 e o nono em 1965, com 506 e 544 páginas, respectivamente. Faltam poucos volumes.

mesmo tempo, com o órgão lucenista **Correio do Recife**, numa linguagem violenta e insultuosa. Aos redatores deste último chamava o **Jornal do Recife** gatunos, ladrões, trastes, cretinos, imbecis, caloteiros, etc. Paralelamente, polemizava com a **Gazeta do Norte** (27), a propósito do caso das usinas de açúcar. No mês de fevereiro, criava-se a seção "Os outros", constituída de recortes comentados dos jornais da véspera.

O editorial "Em nome da verdade", a 12 de março, respondendo a insinuações do matutino dos descendentes de José Maria, desmentiu que houvesse o **Jornal do Recife** recuado diante dos frades, entrando em acôrdo com Frei Celestino, "êsse porta-voz da intolerância, como se fôsse possível um acôrdo entre os legionários da luz e os jazinaros das trevas". Salientava, noutro tópicó: "Já se passaram os tempos em que a liberdade de pensar, em matéria religiosa, era um crime punido pelas leis seculares; em que o cárcere, o auto de fé, as torturas, o cutelo, o baração eram as armas da propaganda religiosa". Em conclusão: "Estamos definidos claramente, mas agora nos seja lícito também afirmar, de modo categórico e leal, que não nos subordinamos a alheias sugestões, não precisando de conselhos, nem temendo investidas de quem quer que seja, em nossa peregrinação através da imprensa. Temos vida própria, conhecemos as nossas responsabilidades e tanto basta para repelir mentores de qualquer espécie".

Em fins de 1907, o corpo redacional, além de Osvaldo Machado e Vauthier, que permaneciam no cabeçalho, estava assim constituído: José Filemon de Albuquerque (28), Laiete Lemos, Francisco Augusto Pereira da Costa Filho e Artur Bahia, redatores; Samuel Lins Ferreira, Cândido Ferreira e Odilon Silva, auxiliares; José Apolinário de Oliveira

(27) Num "Índice" da equipe do **Correio do Recife**, o **Jornal** (edição de 21-4-1907) fustigou, desapiedadamente, Turiano Campelo, Paulo Pereira Simões, Antônio e Júlio C. de Albuquerque Maranhão e Carneiro Vilela. Quanto a José de Godoi Vasconcelos, diretor da **Gazeta do Norte**, aduziu o venenoso articulista que "já pensou e conseguiu, fâcilmente, até com especial preciosidade, andar de quatro pés, mas não pensou ainda em pagar à viúva e órfãos do dr. José Martins Fiuza os cinco contos de réis, nem ao dr. Sigismundo Gonçalves o aluguer da casa, nem ao coronel Luís de Faria as suas contas..."

(28) Ao tempo de acadêmico, ou seja, desde 1902, já vinha Filemon de Albuquerque trabalhando no **Jornal do Recife**, feito repórter. Ao receber o grau de bacharel, em 1906, conforme notícia de 1 de dezembro, passou à categoria de redator.

(29), repórter; Miguel Domingues dos Santos Júnior e Rodrigo de Oliveira, revisores. Era, ainda, arrendatário da empresa, além de sócio e gerente, o "coronel" Luís Pereira de Oliveira Faria (30). No escritório, trabalhavam João Monteiro, José Oliveira, José Antônio de Siqueira e Francisco Correia, achando-se a administração das oficinas confiadas a José Néri de Sousa. Média da tiragem: 5.000 exemplares. Correspondentes no Rio de Janeiro: Domingos Gonçalves e Miguel Almeida; em Paris: Justino de Montalvão. Colaboradores principais: Teotônio Freire, F. A. Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Artur Muniz.

Ao iniciar-se 1908, o **Jornal do Recife**, cuja estatura enorme, aumentada desde 1875, atingia 72 centímetros, páginas a nove colunas de composição, publicava: "Almanack"; serviço telegráfico; artigo de fundo; sueltos; transcrições; "Ditos e facécias"; "De tudo"; "Gazetilha", comportando o noticiário geral; informações oficiais; "Setas", por Jatyr; parte comercial; Solicitadas e anúncios.

No mês de março, grande espaço foi dedicado, dias seguidos, à tragédia do Terreiro do Paço, em Lisboa, quando do trucidamento do rei Carlos e do príncipe Luís Filipe.

Retirou-se do cabeçalho, a 8 de abril, o nome de Alfredo Vauthier, entrando a figurar os novos redatores Francisco Cabral e Mário Rodrigues, "que, nesse tempo, já escrevendo bem crônicas brilhantes", segundo Gilberto Amado (31), "longe estava de parecer que iria tornar-se o foliculário castrófico do fim da República Velha".

No segundo semestre de 1908 abriu-se a seção "Matutinas", constante de comentários redacionais ou "Cartas" de **Policarpo d'Alva** (pseudônimo de Osvaldo Machado) (32),

(29) O estudante José Apolinário começava, então, a aparecer como poeta, usando o pseudônimo **Oliveira Brasil**.

(30) Quando das homenagens prestadas ao "coronel", a 15 de abril de 1906, por motivo do seu natalício, foi distribuída uma "edição especial da primeira página do **Jornal do Recife**, sendo consagradas tôdas as seções, com as epígrafes do uso diário, ao acontecimento que festejava". Teve formato tablóide, a nove colunas de seis ciceros, toda a composição em tipo corpo 10 e cabeçalho em clichê reduzido. Ao centro da página única figurou a efígie do aniversariante, a quem se referiu a matéria total, em linguagem amena e afetuosa. Só o Arquivo Público possui comprovante dessa poliantéia.

(31) "Minha formação do Recife", págs. 292 e 293.

(32) As "Cartas" de **Policarpo d'Alva** foram enfileiradas em livro, no ano seguinte, sob o título "Breves e Longas".

variando com os "Solilóquios", de Carlos Amogar, que era o mesmo Osvaldo.

Além de artigos outros, que vinha divulgando, Alfredo de Carvalho escreveu, em 1909, a série "Notas etmológicas" e, a começar de 25 de abril, "As Carneiradas", episódios da guerra dos Cabanos.

Na edição de aniversário de 1910, o **Jornal** estampou a nota a seguir: "No propósito de mais merecermos e correspondermos à simpatia honrosa dos nossos amigos, deliberamos iniciar os nossos compromissos dêste ano, acrescentando-os com a publicação diária de um artigo editorial assinado pelos escritores mais celebrados no meio. Abrimos essa nova série de escritos, que vem marcar uma fase de progresso e de liberdade nos hábitos da imprensa indígena, com o belo artigo firmado por nosso colega Mário Rodrigues, o exímio estilista de "Vida de Imprensa" (33). Na coluna em apreço vieram a aparecer Joaquim Pimenta, Clodoaldo Lopes Filho, Osvaldo Machado, Padre Leonardo Mascelo, Carlos Dias Fernandes, Elói Moura, Teotônio Freire, etc. No mês de maio subiu para o cabeçalho mais um redator: Martinho Garcês. E, desde o dia 9, entrou o matutino a circular também às segundas-feiras, quando antes havia trégua de trabalho aos domingos.

Ainda em 1910, mês de junho, o **Jornal do Recife** travou polémica com o **Diario de Pernambuco**, a propósito da dualidade de diretorias do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

Passados alguns meses, precisamente a 13 de novembro, o nôvo redator Carlos Dias Fernandes foi agredido, em sua residência, na Varzea, alta noite, por três indivíduos, os quais, todavia, foram postos em fuga, uma vez que o jornalista, aberta a porta e verificado o primeiro assalto, sacou de uma espada, que tinha pendurada à parede da sala, enfrentando-os, com o auxílio de vizinhos, que logo acorreram. Nada transpirou pelas colunas do **Jornal**, acêrca dos motivos da agressão. Oito dias após, o jôvem assaltado, que também era correspondente da **Provincia do Pará**, despedia-se dos con-

(33) Publicado em 1910, "Vida de Imprensa", volume de 262 páginas, reuniu crônicas dominicais de Mário Rodrigues veiculadas pelo **Jornal do Recife**. Vários outros livros editou o bravo jornalista pernambucano, constituídos de artigos de jornal.

frades locais, em carta muito afetuosa, por ter de regressar a Belém (34).

A edição de 1 de janeiro de 1911 reproduziu as oito páginas do primeiro número do **Jornal do Recife**-revista. No editorial comemorativo do 52.º aniversário lia-se: "Esta fôlha atravessava períodos fragorosos. Batia, com o seu desassombro de sempre, as administrações do Barão de Lucena e do dr. Correia da Silva", mas "nunca se acovardou, mesmo sob o consulado de déspotas, e aí se deflagra a sua campanha contra o negregado govêrno de Barbosa Lima. Quiseram empastelá-lo naquela época, mas êle atravessou aquela fase e tôdas as outras. Não capitulou.

Mais adiante: "Somos meia dúzia de homens que não recuam porque se ameaça a nossa tranquilidade pessoal, uma ridicularia em face dos interêsses da comunhão. Simpáticos à situação dominante, somos, entretanto, órgão das classes trabalhadoras e amigo dos operários. O nosso querido mestre dá-nos o seu exemplo. Na sua administração do Estado (35), o govêrno reconcilia-se com o comércio e com a agricultura e não se dedigna de medir-se, ombro a ombro, com a pequenez dos humildes, para lhes ouvir os queixumes. Na imprensa, S. Ex.^a rompe a campanha socialista e pretende conciliar os interêsses do operariado com as possibilidades da indústria e do capital. Insistimos nessa campanha; quando as tarifas protecionistas esmagam o povo e asfixiam o comércio, estamos ao lado dos oprimidos; batemos as aventuras cambiais tão desastrosas para nossa economia; condenamos com tôda a indignação de nossa alma a horrível avalanche de impostos, que vem suplantando tudo; atacamos os congressos, que conspurcam o seu papel, pela inutilidade; propugnamos pela liberdade, pela justiça, pela ga-

(34) O **Pernambuco**, órgão da oposição, esclareceu tudo: Carlos Dias Fernandes divulgara, na **Provincia do Pará**, o conto "O rapto de Helena", que repercutiu intensamente no Recife, tendo como protagonista dissimulado um elemento de projeção do govêrno pernambucano; daí, a agressão. Frisou, depois, o vespertino (23-11-1910) que o jornalista seguira para Belém, "fugindo às mesquinhas iras dos desabusados e pequeninos politiquieiros situacionistas", "ameaçado pelo pequeno Jupiter Tonante", "com seus raios fulminantes", desde o dia da transcrição d' "O rapto de Helena", feita pelo **Pernambuco** logo após a agressão. Entretanto, o oficioso **Diário de Pernambuco**, escrevera no dia 15 de novembro, que a gênese da agressão podia ser procurada "nas alusões comprometedoras feitas pela suposto agredido, em versos publicados no **Jornal do Recife**, a senhoras da sociedade pernambucana".

(35) Alusão ao Comendador Sigismundo Gonçalves, diretor-proprietário da empresa, cujo último período da governança do Estado terminou em abril de 1908.

rantia de direitos, em suma, pela República na República, e aí está o que é o **Jornal do Recife** após 52 anos de luta a mais incruenta. Fustigamos ainda muitas torpezas e enalteçemos os trabalhadores, os bons e os dignos”.

O corpo redacional mantinha-se quase inalterado. Carlos Gonçalves era nôvo repórter; Samuel Lins Ferreira passara para a parte comercial e os revisores foram substituídos por João Praxedes Ribeiro e Toscano Barreto, sendo correspondente no Rio de Janeiro Luís Mendes. Entre os novos colaboradores contavam-se Mateus de Albuquerque, Esmeraldo de Freitas, Aníbal Lima, Joaquim Pimenta e Clínio Mayrink. A 17 de outubro veio a retirar-se do cabeçalho o nome de Mário Rodrigues, dantista extremado, que deixou a redação definitivamente, em desacôrdo com a orientação do jornal.

No mês seguinte, a cidade do Recife agitava-se com os acontecimentos pos-eleitorais da campanha dantista, quando houve tiroteio pelas ruas, dias consecutivos, tendo o matutino deixado de circular a 28 e 29, por falta de pessoal técnico, que preferiu ficar em casa a enfrentar o perigo de ser baleado. O **Jornal**, pròpriamente, manteve atitude superior ante as ocorrências, colocando-se equidistante dos contendores, embora houvesse apoiado a candidatura governamental de Rosa e Silva, noticiando os fatos com imparcialidade e ressaltando, após, as qualidades do General Dantas Barreto, o “vencedor” da peleja.

Carlos Dias Fernandes escreveu, na edição de aniversário, com oito páginas, de 1 de janeiro de 1912, longo artigo, a destacar o tópico seguinte: “O **Jornal do Recife**, na grande federação da imprensa mundial, constituiu-se uma gazeta **sui-generis**, por não ter acompanhado em tudo certos costumes jornalísticos que a evolução tem fixado como elemento de conservação para a vida dos jornais. A sua atividade industrial cifra-se às elementares operações de comércio, concernentes ao anúncio e a contratos de natureza tipográfica, o que tem bastado em boa hora para o custeio estrito de suas graves despesas”.

Teotônio Freire e Alfredo de Carvalho escreveram artigos especiais, igualmente, sôbre a data comemorativa, declarando o segundo: “Nestas colunas iniciei o meu tirocínio jornalístico e venho colaborando, há vinte anos, com maior ou menor assiduidade”.

Na edição de 8 de fevereiro principiava a crônica diária intitulada “Rascunhos”, cujo autor, Gelásio, escreveu mo-

destamente: "Um pouco de prosa desataviada é o programa desta seção". Sete dias após, Armando Oliveira estreava a crônica teatral "Uma vez por outra". Em março apareciam "Prismas", por Nestor Diógenes, e "Reparos", pelo Professor Oscar Farias.

Oliveira Lima, José de Barros Lima, Lins e Silva, **João do Norte** (pseudônimo de Gustavo Barroso), Laiete Lemos, J. B. Regueira Costa, Mendes Martins, Barbosa Correia, Manuel Arão, Fernando de Sá, Raul Monteiro, Eusébio de Sousa, **Carlos de Almogavar** (outro travesti de Osvaldo Machado), que substituiria **L. de Marialva** no rodapé "Revista da Semana"; Romualdo Alcino, José Estelita, Severino Alves Barbosa e Artur Alves Barbosa, ambos assinando "Contos em versos"; Brito Alves, Oliveira e Silva, Luís Correia de Brito, Pôrto da Silveira (Alberto), Araújo Filho, Severo de Barros, o dos "Pedacinhos", e Frederico Codeceira foram também colaboradores durante o ano em referência. **Jônio** manteve a seção "Farpas", depois substituída pelas "Pimentinhas", de **Sem**, como se ocultava Armando Oliveira.

Notícia telegráfica de 21 de março provocou sensação entre os leitores do matutino: foi eliminado do quadro de sócios efetivos da Associação Brasileira de Imprensa o General Dantas Barreto, Governador de Pernambuco, dado como responsável pelo recente empastelamento das oficinas do **Diário de Pernambuco**. Outros despachos telegráficos deram conta da repercussão do caso na imprensa carioca, através de debates pró e contra. Movimentou-se, igualmente, a imprensa local, assegurando o **Jornal do Recife**, em editorial: "S. Ex.^a não é nem pode ser empastelador de jornais". Segundo comentário de Eusébio de Sousa, na edição de 22, "nada de positivo se apurou e muito menos a culpabilidade do chefe supremo do Estado". Adiantara Luís Mendes, numa nota de protesto, lá no Rio (aqui transcrita), que a medida significava "a introdução da política nos destinos da Associação ou, para bem dizer, o início do esfacelamento dessa corporação, que tão grandes serviços tem prestado ao jornalismo pátrio". Telegrafou-lhe, a propósito, Dantas Barreto, segundo o noticiário do **Jornal**: "Eu seria incapaz de praticar ou consentir estragos brutais de uma oficina de imprensa, fôssem quais fôssem os ataques porventura vibrados contra mim. Não sei cometer atos dessa ordem".

A 2 de abril de 1912, Sigismundo Gonçalves, "o jornalista preclaro, o político lealdoso e probo, resolveu descansar à sombra dos louros colhidos e do seu magno e indiscu-

tível prestígio”, passando a propriedade e direção da empresa a Luís Pereira de Oliveira Faria, antigo arrendatário. Adiantou o editorialista: “O Coronel Luís Faria, pelo seu trabalho honrado, pelo seu tipo, pela sua lealdade, tendo sido cobrador desta fôlha, é hoje seu proprietário”. Concluindo: “O Desembargador Sigismundo Gonçalves é agora, como será sempre, o nosso evangelho. Os homens de bem, os homens de valor têm direito à adoração dos seus contemporâneos”.

Prosseguiu a fôlha, na sua rota, tendo-se tornado, durante o ano de 1912, contratante das publicações oficiais do Governo e do Congresso Estadual, passando, assim, a apoiar a administração do General Dantas Barreto.

A edição de aniversário de 1913 reuniu 16 páginas, o que, segundo nota publicada, se verificava pela primeira vez na imprensa pernambucana. Doze delas, entretanto, só continham reclames comerciais. Constavam do corpo redacional os nomes de Monte Sobrinho, Artur Gantois, Franklin Seve, Osvaldo de Almeida e Mavíael do Prado. Mais colaboradores: Eduardo de Moraes, Ivo Luna, **João Garça** (pseudônimo de Armando Gaioso), Sílvio Fernandes, Alfredo Campos, Silvino Lopes (muito raro), Oscar Bandeira, Enéas Alves, Mateus e Silva, Fernando Griz, J. Times Pereira, Bráulio Fraga e Leovigildo Júnior, enquanto Brito Alves continuava a aparecer na primeira coluna da primeira página, polemizando, inclusive, com outro grande colaborador da mesma localização, o Padre Leonardo Mascelo. Ocorriam interessantes charges políticas de J. Pinheiro e outros desenhistas.

A edição de 27 de julho do mencionado ano dedicou quase toda a primeira página ao aniversário natalício do seu redator principal, senador Osvaldo Machado, estampando clichê, panegírico redacional, artigos especiais de Teotônio Freire, Leovigildo Júnior, José Estelita, Oscar Farias, Moisés Florivaldo Chaves e Airola Barra Cândido, o impressor do jornal; versos de Sem e M. M. (Outros aniversários do famoso jornalista, sobretudo no ano seguinte, tiveram projeção semelhante). No mês de agosto o matutino iniciou forte polêmica, de natureza política, com o **Pernambuco**, que rompera com o Governador Dantas Barreto.

Importante melhoramento instalou a empresa, a 29 de janeiro de 1914: uma oficina de gravuras, “para confecção de clichês em placas de zinco ou cobre”.

Logo mais, a 1.º de abril, verificava-se a segunda edição

de 16 páginas, mas o formato diminuído (páginas de sete colunas), estampando fotografuras dos diretores — fundador, continuador e atual — José de Vasconcelos, Sigismundo Gonçalves e Luís Faria, e uma reprodução da primeira página do número de estréia de 1.º de janeiro de 1859. Noutras páginas viam-se clichês do pessoal da redação, revisão, administração, oficinas, expedição e distribuição. Estava assim constituído o corpo redacional: Osvaldo Machado, Aprígio Faria, Filemon de Albuquerque, Brito Alves (só até o mês de julho), Amaral Filho, Armando Oliveira, Nestor Diógenes, Leovigildo Júnior e, depois, Nelson Firmo. Repórteres — Adalberto Camargo, José Irineu de Sousa, José Neri de Sousa Filho, Antônio de Barros e Alfredo Pôrto da Silveira; encarregado da reportagem comercial — Arnaldo Pinto; da reportagem forense — José Francisco da Fonseca Galvão; revisores — Leal de Barros, Fernando Malheiros e Umberto Tavares. A nova rotativa “Albert”, que passou a ser utilizada (a primeira dêsse tipo chegada ao Norte do Brasil), foi então exposta à visitação pública.

Lia-se no editorial da festiva edição: “Hoje nós podemos dizer, como em tempos idos: Enfim, o **Jornal do Recife** chega a êste momento com uma linda calma de consciência e com a certeza de que não mentiu à sua missão”.

“Somos — acrescentou — um jornal moderno, sem, porém, a gafa do mercenarismo, porque na imprensa pernambucana um jornal de tal ordem teria a duração das rosas de Malherbe”.

A fôlha modernizou-se, realmente, ostentando grandes ilustrações na primeira página, não só de modas e acontecimentos sociais, mas também artísticos e, depois, flagrantes da guerra européia, que se desencadeou no meado do ano. Dava edições comuns de 8 a 16 páginas, inserindo matéria abundante e variada, inclusive colaboração, em prosa, de Antônio Pimentel, Oscar Farias, fértil em temas pedagógicos; Nestor Diógenes, cronista inveterado; José Euclides, Albino Buarque de Macedo, João Lourenço, Luís JARBAS, Nobre Diniz, Serafim França, o das “Azenhas”; **Eça de Aragão**, do rodapé “As sextas”; **Xico Laranja**, com uma sequência de contos humorísticos intitulados “O relapso”, etc.; poesias de Fernando Mendonça, Oscar Lisboa e outros. Saíam perfis de alunas da Escola Normal Pinto Júnior (atual Ginásio), assinados por **Misi**, afora as seções rotineiras. Aos domingos divulgava-se a “Crônica Elegante”.

Defendendo o govêrno de Dantas Barreto, o **Jornal sus-**

tentou polêmica, ainda em 1914, com **O Estado de Pernambuco**, ao qual chamava, entre outros epítetos, “órgão desorganizado e moribundo” (edição de 29 de junho), criticando ao mesmo tempo a “audácia de um frangote endemoninhado e ridículo” (referia-se a Assis Chateaubriand, redator-secretário daquele), “pôsto a ponta-pés” do **Jornal do Recife**, onde trabalhara antes. Tudo veio a propósito de um “Eco” da fôlha oposicionista, contendo referências, consideradas ofensivas, ao Desembargador Sigismundo Gonçalves, ex-diretor e grande amigo da empresa.

A polêmica prosseguiu, sob outros pretextos, mas de vez em quando interrompida, tendo como objetivo primordial a administração pernambucana, criticada pelo jornal de Estácio Coimbra.

A 1 de janeiro de 1915, a edição de aniversário saiu com 32 páginas, repletas de trabalhos assinados, sendo a primeira delas ocupadas por um clichê do Coronel Faria e a segunda com o relato das realizações do General Dantas Barreto. Na terceira, clichês de Osvaldo Machado, redator-chefe; Filemon de Albuquerque, redator-secretário, e Aprígio Faria, redator e tesoureiro.

No dia seguinte, mediante concorrência, o **Jornal** tornava-se, outra vez, órgão oficial do governo de Pernambuco e da Prefeitura do Recife. Novas seções apareceram, em seguida, tais como “O Santo do dia” e “Efemérides”. Páginas inteiras foram dedicadas, a 26 e 27, ao falecimento de Sigismundo Gonçalves.

A fôlha vinha criticando, a propósito de tudo, o **Diário de Pernambuco**, com êle travando mais acerba polêmica no mês de agosto. Dizia que a neutralidade política do “mais antigo” era baseada na conveniência, visando, diretamente, ao diretor do congênere, Carlos Lira Filho (Carlito), através de artigos redacionais e de versos satíricos que transbordavam para a ridicularia, assinados por **Sem, Ling-Fong** e outros pseudônimos. Ao mesmo tempo, o **Jornal** criou a questão do “Chapéu do Chile”, atacando a honorabilidade do jornalista Mário Melo, caso que remontava ao princípio da campanha dantista.

No mês em referência aparecia a seção “Recreio da Petizada”, saindo às quintas-feiras, sob a responsabilidade de **Caturra**. Em outubro vieram as páginas de “Modas e Elegância” e “Aos domingos”, esta de Literatura, na qual entraram a figurar trabalhos de Silva Lobato, Mário Linhares, José Penante, Olegário Mariano, Gaspar Regueira Costa, Oli-

veira e Silva, J. Guerra, Taurino Batista, Fernandes da Costa, Milton Correia de Araújo, Carmencita Ramos, Tenório de Cerqueira, etc. Eram colaboradores da primeira página, entre outros, Rafael Correia de Oliveira, Felisberto Pereira, Osório Borba, Osvaldo Lima, Faustino e K. Margo.

Edição recorde foi a de 1 de janeiro de 1916, que atingiu quarenta páginas, algumas coloridas, figurando, na inicial, grande ilustração, tendo como legenda o soneto "Allegoria à Paz", de Arnaldo Pedroso. Nas restantes, matéria assinada pelos melhores colaboradores e a parte de anúncios, bem nutrida, em que se notavam apreciáveis motivos de arte gráfica. Do editorial publicado constava o tópico: "De José de Vasconcelos até agora — dizemo-lo sem temer contestações — esta fôlha não tem tido preocupações subalternas, colocando acima de tudo o bem público, sem receio das imposições loucas da multidão, nem tão pouco das investidas epiléticas do poder".

O preço das assinaturas, que desde muitos anos se mantinha na base de 24\$000 e 12\$000, respectivamente, por ano e por semestre, foi alterado para 28\$000 e 14\$000, continuando o número avulso a ser vendido a 100 réis e o atrasado a 200 réis, com lisonjeira aceitação por parte do público leitor.

A 1.º de abril — 1916 — começou o **Jornal do Recife** a divulgar uma edição vespertina (ver Vol. III), tornando-se assim a única empresa jornalística, no norte do Brasil, a dar duas edições diárias, uma vez que fracassara, um ano antes, a tentativa do **Diário de Pernambuco**. No dia 5 de maio, **Mário d'Aguillar**, ou seja, Osvaldo Machado, iniciava as "Cartas sem Sêlo", a respeito das quais, em novembro, quando a primeira série foi publicada em volume, escrevia **A Província**: "São farpas bem manejadas e que acertam o alvo, produzindo o desejado efeito", acentuando que o autor tinha, "para tudo, uma ponta aguçada de ironia".

Nesse ano, o **Jornal** atravessou grande crise de papel, em consequência das dificuldades oriundas da guerra européia, chegando a dar edições de apenas quatro páginas, com a natural suspensão de várias seções, sobre tudo a de **Literatura**. Foram retirados do cabeçalho, a 13 de julho, os nomes dos principais redatores, no lugar dos quais ficou apenas o do diretor-proprietário. No mês de setembro, dia 12, quando em serviço, o repórter Adalberto Camargo foi agredido, em plena sessão do Conselho Municipal, pelo conselheiro Manuel Gonçalves da Luz, só não tendo sido ofendido fi-

sicamente devido à intervenção de terceiros. Também sofreu agressão, em novembro, o redator Taurino Batista, defronte do Cinema Pathé.

A edição de aniversário de 1 de janeiro de 1917 constou apenas de dezesseis páginas, ainda devido à crise do papel. Foi nesse mês que se verificou o rompimento entre o general Dantas Barreto e Manuel Borba, que o substituíra como governador do Estado. Contra o segundo voltou-se o **Jornal do Recife**, que teve, logo mais, de abrir nova polêmica com **A Província**.

Publicou-se, em março, um boletim avulso, no qual estavam escritas infâmias contra o chefe do governo. Pretenderam os amigos da situação que o prospecto houvesse sido impresso nas oficinas do **Jornal do Recife**, do que resultaram ameaças de empastelamento, não concretizadas porque evidenciada ficou a falsidade da acusação.

No ano seguinte, já nos últimos meses, o **Jornal** iniciou larga campanha contra o trust do querosene, mantido pelas empresas Standard e Texas, cuja atitude verberou com veemência, motivo por que foi alvo de ameaças por parte do superintendente da segunda, tendo a polícia que intervir.

Após dezenove anos de "batente", retirou-se da redação, em novembro de 1918, Osvaldo Machado, fazendo-o "por motivos personalíssimos".

Entre fins do ano precedente e princípios de 1919, acenou-se a crise de papel. Só a 1 de maio foi restabelecida a normalidade, com a volta das seções suspensas e ampliação de outras, inclusive do serviço telegráfico. "Artes e Letras", a página das sextas-feiras, organizada por **Paula Judeu** (pseudônimo de Osvaldo de Almeida), passou a apresentar trabalhos de Arnaldo Lelis, Hermôgenes Viana, Raul Monteiro, Flanklin Seve, João Fioravanti e outros, afora a transcrição de escritores célebres, não lhe faltando, igualmente, algumas ilustrações. Maviael do Prado vinha publicando contos humorísticos em versos. Wald encarregava-se de charges e caricaturas. Outros colaboradores: Barbosa Lima Sobrinho, José Paulo Barbosa Lima, João Barreto de Meneses, Costa Monteiro, etc. Aos domingos, ocorria a seção "Modas e Elegâncias", a cargo de Gaby & Desly, ao passo que, nas terças-feiras, se divulgava "De tudo para todos", com a assinatura de **Agricultor**. De maio a dezembro, reaparecia o "Recreio da Petizada" às quintas-feiras, seção assinada por **Caturra**, de literatura para crianças, servida de retratinhos e quadros humorísticos, Curiosidades, Máximas e Pensamentos, Frases Cé-

lebres, Medicina em Pílulas, contos escolhidos e a colaboração mirim de Veiga Júnior, Ildefonso Lopes, Eudes Barros, Maria José Vanderlei, E. Castelo Branco, Antônio Galdino A. da Silva, Vidal da Fonseca e outros. A partir de 3 de outubro, às quartas-feiras, via-se, na primeira página, a seção "Entre Netuno e Venus", sob a responsabilidade de **Tritão**, pseudônimo de Austriclinio Ferreira Quirino, já "batizado" Austro Costa, também assinando-se **Tibaldo d'Alcazão**. Nela apareciam poesias dos nomes em evidência no Recife, além das crônicas mundanas, em prosa e verso, sobre o movimento das praias de Olinda, do próprio **Tritão**, notas diferentes e a enquete "Com que idade devem os homens e as mulheres se casar?" Não ultrapassou o terceiro mês.

Na edição de 18 de dezembro de 1919, quando da substituição do Governador do Estado, ocupou toda a primeira página uma "homenagem às vítimas do borbismo", representada por um desenho de mulher junto a um túmulo e, abaixo, uma caveira; ao redor, entre vinhetas, quadrinhos com a nomenclatura dos locais onde haviam ocorrido violências policiais, figurando, em tipo maior, a Encruzilhada, que foi teatro da chacina do mês de agosto. Além disso, destacava-se, na terceira página, um artigo de três colunas, intitulado "Inventário Negro".

Como matéria de grande interesse para os leitores, pelo condimento de humorismo que trazia, o matutino vinha publicando, transcritas d'O Imparcial, do Rio de Janeiro, as célebres crônicas do **Conselheiro XX** (Umberto de Campos). Criou-se, igualmente, a seção "Rindo e castigando", em versos de **João Gaibu** (pseudônimo de Franklin Seve); e Artur Alves Barbosa publicava crônicas "D'Além Mar", vendo-se, ainda, trabalhos assinados por Jaime d'Altavila, correspondente em Maceió, e Eustáquio Pereira (Faneca), folhetins, etc.

Nada obstante haverem terminado as dificuldades criadas pela conflagração européia, o **Jornal** perdeu um pouco, em 1920, a sua marca de folha moderna, ilustrada, de aspecto atraente. As seções se restringiam pouco a pouco. Retirou-se, a 14 de janeiro, o redator Artur Gantois. Em 1921, como aliás no ano anterior, a edição de aniversário constou de 24 páginas, a maioria delas em duas côres, ostentando regular colaboração.

Era, então, a seguinte a equipe dos "operários da pena" do matutino: José Filemon de Albuquerque, redator-secretário; Aprígio Faria, Taurino Batista, Maviasel do Prado; Barbosa Lima Sobrinho e Bentes de Miranda, redatores; Luís

Mendes, correspondente no Rio de Janeiro; Luís Gomes do Rêgo Lima, Manuel Ribeiro, Landulfo Medeiros, que, em junho de 1918, substituíra Tondela Júnior, por morte dêste; Moisés Florivaldo, Nicomedes Hartman e Leônidas do Amaral, auxiliares da redação ou revisores. A gerência continuava a cargo de Francisco Pereira de Sousa, sendo auxiliares do escritório João Ferreira da C. Monteiro, Tomaz de Aquino, Abelardo Ferreira, Pedro Faria, João Emídio, Pedro Rêgo Barros e José Felix de Oliveira.

Na edição de 3 de abril de 1921, Barbosa Lima Sobrinho escrevia a "Última Crônica", na qual declarou sentir-se incompatibilizado com os que dominavam sua terra, acentuando: "Em Pernambuco fui e sou apenas **suassunista**". E concluiu: "Não posso viver aqui com essas idéias; devo, preciso partir. E eis porque, neste momento de despedida só encontro para a minha partida um motivo, uma razão — é que sou realmente pernambucano".

O **Jornal** não podia deixar de ter uma seção de versos humorísticos. Assim é que, retirado **João de Gaibu** da circulação, entrou **Zé de Casa** (Eustórgio Vanderlei), a 22 de maio, com os "Pinguinhos".

Em consequência de acôrdo com as demais emprêsas jornalísticas, o preço do número avulso passou, a 1 de julho, para 200 réis. A assinatura anual, que já estava a 35\$000, subiu para 48\$000, ficando o semestre por 25\$000 e o trimestre por 13\$000. Quanto à assinatura anual para o exterior, passou de 60\$000 para 80\$000. No mesmo mês, precisamente no dia 31, voltava o matutino, como os demais da capital pernambucana, a obedecer à trégua dominical, deixando de circular às segundas-feiras, para isso forçados por lei municipal (36).

Ainda em 1921 entravam para o corpo redacional, onde atuaram por pouco tempo, José Lins do Rêgo e Cussy de Almeida Júnior. Novos colaboradores: Everino Berna, Lucilo Varejão, Bianor de Medeiros, Joaquim Inojosa, Chagas Ribeiro, Ribeiro do Couto, etc. Em setembro criou-se a seção de elegâncias "O verão em Olinda". Nesse ano o gerente era substituído, interinamente, por Aprígio Faria.

A edição de aniversário do ano seguinte, apesar de con-

(36) A 7 de maio de 1920 reunira-se, pela primeira vez, na redação d'O **Intransigente**, uma turma de jornalistas, a fim de estudar a reivindicação do descanso dominical para a classe, à frente dos quais se encontravam Filemon de Albuquerque, Adalberto Camargo, Esdras Farias, Leônidas do Amaral, Manuel Ribeiro, Moisés Florivaldo e Artur Gantois.

ter apenas 16 páginas, apresentou-se repleta de produções de prosadores e poetas, tais como Carlos Dias Fernandes, Augusto Rodrigues, Austro Costa, Joaquim Inojosa, Sady Garibaldi, que também pertenceu ao corpo de redatores, etc. Apareceu, depois, a crônica "Rendas", de inserção esporádica, com a assinatura de **Claudia de Lara** (pseudônimo de Fredovinda de Sá Pereira).

1922 foi um período de grande luta política, desde quando os partidos escolheram seus candidatos à sucessão governamental: do lado borbista, José Henrique Carneiro da Cunha, e, do lado pessoista, Eduardo de Lima Castro. O **Jornal do Recife** adotou a primeira das candidaturas, entrando, firmo, na campanha contra a segunda, em consequência do que teve de travar veemente polêmica com o **Jornal do Commercio** e, em particular, seu diretor, João Pessoa de Queiroz, trocando doestos e descomposturas, e com **A Provincia** e seu redator-chefe, Gonçalves Maia. O segundo dos candidatos tinha o apoio do presidente Eptácio Pessoa e contava com a força federal aquartelada no Recife.

Essa propaganda política ocupou grande espaço do matutino, culminando com as sangrentas ocorrências pos-eleitorais, uma vez verificada a vitória do candidato borbista. Sucediãem-se tiroteios e o **Jornal** foi ameaçado de empastelamento, sendo por vèzes alvejado o seu edifício; deixou, por isso, de circular nos dias 30 e 31 de maio, uma vez que o pessoal de serviço recusava sair de casa rumo à redação e oficinas. "Nunca Pernambuco pensou ter dias tão rubros, tão negros para a sua história" (edição de 1-6-1922). O Estado estêve a pique de sofrer os vexames duma intervenção federal e os acontecimentos não se agravaram ainda mais porque sobreveio um acôrdo político, com a escolha do juiz Sérgio Loreto para ocupar o govêrno, independente de eleição.

Mal tivera início a mencionada campanha política, retirou-se do **Jornal**, a 26 de maio, o redator Taurino Batista. Outros redatores eram admitidos, como Oscar Farias, Valdemar de Amorim, Machado Dias, cronista desportivo e Moraes de Oliveira, cronista elegante, saindo Manuel Ribeiro. Colaboração de Esdras Farias, Raul Machado, Costa Rêgo Júnior, **Visconde de Sapucaia** (pseudônimo de Severino Correia de Araújo), Antônio Fasanaro, que mandava "Crônicas da Itália"; Eustáquio Gomes, Pedro Lopes Júnior, Angeline Ladevêse e Cleto Campelo Filho, que iniciou, precisamente a 29 de outubro, uma série de crônicas de viagem, intituladas "Do Recife a Goiaz".

A 26 de setembro foi agredido, fisicamente, em Floresta dos Leões (atual Carpina), onde estava em descanso, o Coronel Luís Faria, vindita atribuída aos irmãos Bandeira, como mandantes, devido à campanha feita pelo matutino em favor da independência daquela localidade.

Na edição de aniversário de 1 de janeiro de 1924, com 24 páginas e boa matéria de colaboração, modificou-se o cabeçalho, ficando o clichê do título, sempre em letra gótica, bem maior, de modo que os dizeres do Expediente, que lhe ficavam ao lado, foram transportados para um canto da segunda página, lendo-se nêle: "Órgão de informações, noticioso e independente. Impresso em máquina rotativa, a qual tira até 16 páginas e imprime 32.000 exemplares em uma hora. Composto em máquinas linotipo".

Lia-se, no artigo "de beira": "Governos cruéis, conciliábulos satânicos, projetos maquiavélicos, conspirações vis, planos infernais, maquinações indignas, tudo tem sido urdido para nos reduzir à fragilidade, ao silêncio. Tudo inútil. Sessenta e dois anos de ininterruptas vitórias têm respondido aos ataques dos inimigos matreiros".

Na mesma data realizou-se festiva aposição dos retratos do Coronel Faria e dos redatores principais Filemon de Albuquerque e Aprígio Faria, na sala da redação.

Durante os anos de 1923 e 1924 manteve-se a colaboração de Barbosa Lima Sobrinho, procedente do Rio, aparecendo, ainda, Olímpio de Magalhães, José Fasanaro ("De Nápoles"), Monteiro Tôrres, José Mindelo, Gil Granville, Joaquim de Arruda Falcão, L. C. Cardoso Aires, Ildelfonso Falcão, ("Bilhetes da Alemanha"), Adauto Xavier, Leduar de Assis Rocha, Djalma Tavares, Murilo Costa (37), Esdras Farias, Leovigildo Junior e Eustórgio Vanderlei, os três últimos já redatores, em substituição a outros mais antigos, inclusive Leônidas do Amaral, que faleceu a 7 de julho de 1924.

Ainda em 1923, a seção "Pinguinhos" foi substituída por "Vira-Voltas", de Joel, e, no ano seguinte, substituiu-se a última por "A Cidade", de Garoto, com caricatura de Esdras Farias junto à epígrafe e à assinatura; mas foi substituído em 1925, entrando Zé Prosa (Eustórgio Vanderlei) com as "Conversas em versos", que duraram até 1928, quando lhe tomou o lugar o humorista Sá-Poti (Pedro Lopes Cardoso Júnior), também já redator, com os "Sal...Picos".

(37) O poeta Murilo Costa adotou, em 1925, o pseudônimo **De Marcos**, escrevendo contos, e em 1927 aparecia feito **Miosotis** na crônica "Retalhos da Vida".

Foi criada, em agosto de 1924, a seção "A nossa página mundana", envolvendo Artes, Letras, Modas, Cinemas e Curiosidades, nela colaborando, entre outros plumitivos, Amaro Vanderlei, usando o pseudônimo **Conde d'Além-Mar**, e Maria Isabel Dourado, que se assinava **Dalila das Flores**. As seções substituíam-se, sem firmeza de continuidade; mas tiveram boa duração as "Cartas Enigmáticas", de **Venceslau Semifusa** (Eustórgio Vanderlei). Anúncios, havia-os em profusão (38). Nesse ano era admitido na empresa Eugênio Coimbra Júnior, feito repórter, cargo também ocupado, algum tempo, por Severino Alves Barbosa.

Iniciado 1926, ainda estava no auge a campanha contra o governo de Sérgio Loreto, inclusive através das "Histórias de Trancoso" e das "Histórias da Carochinha", assinadas por **Malazartes** (outro pseudônimo de Eustórgio Vanderlei), o que lhe valeu uma agressão, a 22 de junho, por capangas de chefes políticos exaltados (39). O Coronel Faria sofreu vexames, igualmente, tendo sua residência sitiada por "paus-mandados" e sua vida ameaçada, isto nos últimos dias do mandato do juiz-governador, em meados de outubro. Desde 31 de julho que Francisco Faria assumira a gerência.

No ano seguinte, começou, a 6 de janeiro, a publicação, em folhetim, do livro assinado pelo senador Manuel Borba: "Sérgio Loreto e o seu governo em Pernambuco". Logo depois, reencetava-se a campanha, dessa vez contra a candidatura situacionista do ex-governador Sérgio Loreto a uma cadeira na Câmara federal, pelo segundo distrito, campanha que foi secundada por José de Sá, nas "Solicitadas", em apoio

(38) Curiosa propaganda publicou o **Jornal do Recife**, edição de 17 de fevereiro de 1924, num quadro de duas colunas. Dizia: "Lenine, antes de exalar o último suspiro, pediu a todos para fazer uma visita à Alfaia-taria Tic-Tac. E escreveu as seguintes quadras": (enorme versalhada de... Lenine, fazendo a propaganda do referido estabelecimento).

(39) De volta ao expediente da redação, Eustórgio dirigia-se à sua residência, quando, ao passar pela rua do Aragão, bem próximo à Delegacia do 2.º Distrito Policial, foi abordado por três indivíduos. Um deles perguntou:

- O sr. é o professor Eustórgio Vanderlei?
- Sim. Sou eu mesmo — respondeu o jornalista — Que desejam?
- Eu trago esta encomenda para o sr. — disse o interlocutor, ao mesmo tempo que puxava de dentro do paletó um cacete embrulhado em papel de jornal e o brandia contra Eustórgio.

Os dois outros indivíduos fecharam o cerco, e o agredido só saiu com vida porque um cavalheiro, não identificado, que assistia à cena, da farmácia próxima, sacou do revólver e pôs os capangas em correria.

à candidatura extra-partidária de Carlos de Lima Cavalcanti às eleições de 24 de fevereiro.

Estava à frente do governo estadual Estácio Coimbra. O matutino a princípio auscultando o terreno, chegou à conclusão de que as promessas de S. Ex^a. de bem administrar, haviam falhado e, a 18 de outubro de 1927, data do primeiro aniversário de tal gestão, terminou longo artigo de crítica com a seguinte frase: "Somos dignos de um governo melhor".

A edição de aniversário subiu, em 1923, para 48 páginas, dizendo o articulista, no editorial comemorativo: "O **Jornal do Recife** só conta virtudes na história do seu passado, virtudes que nós até hoje temos mantido na sua pureza, alimentando, com fervor e crença, o fogo sagrado das idéias defendidas por aquêles que as souberam guardar".

Noutro tópico: "Na sua fase atual, o **Jornal do Recife** mantém inteira independência de idéias, alheio por completo às injunções da política do país. O seu alvo supremo é o interesse do povo, o bem coletivo. Não tem caprichos nem ambições".

Oswaldo Machado, que voltara como colaborador, assinando artigos diversos, reencetou, a 30 de janeiro, as "Cartas sem Sêlo" (Mário d'Aguilar), em terceira série. Mas não foram além da XV.

No decorrer do ano, o **Jornal** manteve atitude mais ou menos discreta. Já no fim, porém, a 23 de outubro, estampou o editorial "A opinião do governo mudou", voltando-se contra a administração que deixara de cumprir suas promessas (40). Ao mesmo tempo, batia-se, em polêmica, com **A Província**, a que dava o epíteto de "Pega-Mosca". Entre os pontos fracos atacados sobressaia o caso do rebocador "Estácio Coimbra", que deu lugar à instrução de um processo, por delito de imprensa, contra o Coronel Faria, baseado no suelto sob o título "Está aparecendo", na edição de 15 de dezembro. Dizia a denuncia haver o jornal afirmado que o governador, "com a compra do mencionado rebocador, distraiu, esbanjou os dinheiros públicos ou — o que é o mesmo — consentiu que outrem subtraísse ou distraísse êsses dinheiros, pertencentes à Fazenda estadual, dêles desviando uma parcela de 50 contos, que alguém pagou, o que confi-

(40) Outro comentário, na mesma data, aludiu a perseguições à imprensa, por motivo das eleições municipais em expectativa, adiantando que, em Bom Jardim, o jornalista Oswaldo Lima fora ameaçado de prisão e espancamento, e, em Correntes, o delegado de polícia prendera um jornalista que lhe criticara as violências.

gura o crime previsto no artigo 221 do Código Penal, comb.”.

Em consequência, foi o diretor-proprietário condenado, pelo juiz Agripino Tirso de Nogueira Lima, em data de 3 de outubro de 1929, a seis meses de prisão, multa de 2.500\$000 e custas, sendo arbitrada a fiança de 1.000\$000 para o caso de apelação e designado o Quartel do Derby para local do cumprimento da sentença. O condenado apelou, permanecendo em liberdade, e do processo não houve mais notícia.

Ainda em 1929 o matutino esposou a campanha da Aliança Liberal, defendendo as candidaturas Getúlio Vargas — João Pessoa à Presidência e Vice-Presidência da República, apoiadas pelo Partido Democrata de Pernambuco.

Durante os últimos anos, o **Jornal** acolhera produções variadas: de Jarbas Peixoto, inclusive as suas “Dominicais”; Santos Leite, Monteiro de Melo, Hermes Fontes, Ildefonso Bezerra, **Maurício Maia** (outro travesti de Eustórgio Vanderlei), Abaeté de Medeiros; Seve-Leite, ou seja, o juiz Severino Alves Leite; Heloisa Chagas, Lauro Borba, Bertoldo de Aruda, Sílvia Moncorvo, que assinou, anos a fio, a série “A margem da vida”; Hersílio de Sousa, Eduardo de Moraes, João Eustáquio Pereira (Faneca), Joaquim Pimenta, Stênio de Sá, Romualdo Pimentel, Valdemar Valente (poesia), Pedro Brandão, J. Ribeiro, Iveta Ribeiro, Elpídio Sacramento, Paulo Guedes, Teresinha Caldas, F. J. Fernandes Pires, Rodovalho Neves, Cleto Campelo, Antônio Dias, com artigos locais e, depois, “Da Lusa Terra”; Mário Coelho Pinto, Pedro Lopes Cardoso Júnior, com a seção “Vez por outra”, seguida da série “Uma por dia” (em substituição às crônicas do Conselheiro XX), além da “Salada Dominical” e dos “Sal... Picos” (versos), nas quais utilizava, quase sempre o pseudônimo **Sa-Poti**; Afonso Costa, Adalberto de Matos, Fernando Baltazar de Mendonça, Pereira de Assunção, Reis Lisboa, Mariano Lemos, Racine Guimarães, Berguedof Elliot, Frei Ângelo de Campora, Altamiro Cunha, Sílvia Patrícia, Apio de Sousa, Borges da Silva, Armando Alencar, Raimundo Fontenele, Nestor Diógenes e outros.

A 24 de dezembro de 1929 iniciava-se a colaboração de **Paulo Derby** (pseudônimo de Ventura Correia), especialista em assuntos econômicos, focalizando, sobretudo, o tema “Taxa Cambial”.

Sempre atento aos problemas pernambucanos, o **Jornal** desenvolveu campanhas de grande repercussão. As questões da banha, do açúcar, da Great Western (hoje Rêde Ferro-

viária do Nordeste) e outras foram abordadas pelos redatores especializados.

Começou 1930 e o **Jornal** apareceu, a 1 de janeiro, em edição de aniversário de 36 páginas, repleta de boa matéria e abundante de anúncios. O artigo principal, comemorativo, concluiu assim: "O ano que hoje se inicia tem, para o **Jornal do Recife**, dupla significação. Traz-lhe a vitória de mais uma etapa percorrida, a satisfação de contemplar tôda uma trajetória plena de luminosidades, sem que lhe faça esmorecer o cansaço da longínqua jornada. É que êste ano nôvo promete a todos os brasileiros a esperança auspiciosa de melhores dias para a pátria. Nos horizontes da nacionalidade raiam já os primeiros clarões da madrugada do dia da libertação e quando, dentro do ciclo de mais um ano, festejar esta fôlha mais outro aniversário, esperamos que todos estarão felizes e satisfeitos por verem o Brasil integralizado nos seus verdadeiros destinos".

Foi, realmente, o Ano da Revolução e o matutino serviu de arauto dessa causa, enchendo suas colunas de comentários políticos e telegramas copiosos sôbre a situação geral do país, inclusive a revolta do município de Princesa, na Paraíba, e os acontecimentos do Estado de Minas.

Quando ocorreu a revolução, iniciada na madrugada de 4 de outubro, foi prêso, pelos legalistas, o jornalista Pedro Lopes Júnior, que, estando de plantão na redação, saíra à cata de informações sôbre a luta, só conseguindo libertar-se com a vitória dos revolucionários, 56 horas depois. E teria sido fuzilado — dizia-se — se a revolução fracassasse. Enquanto isto, morria, como combatente, o jovem Amaro de Albuquerque Melo, do corpo de linotipistas do jornal. Êste deixou de circular no dia 5, devido aos acontecimentos, prosseguindo depois normalmente.

Durante o ano seguinte, o **Jornal do Recife** constituiu-se metuculoso observador dos fatos, comentando-os e apontando deslises. A 28 de outubro de 1931, saiu o artigo "Honrando a farda", de grande repercussão, focalizando "os medallhões da revolução e os autênticos revolucionários". No dia seguinte rebentou o movimento do 21.º B. C. e a Interventoria mandou suspender a circulação da fôlha, sendo presos, no dia 31, vários redatores, inclusive Filemon, Aprígio e outros, acusados como implicados na intentona. O diretor-proprietário ficou prêso na própria residência, enquanto os demais foram parar na Casa de Detenção. O **Jornal** só voltou a lume no dia 4 de novembro, sob censura.

Esse regime continuou (41), dando lugar a que se intensificassem os ataques ao governo e aos órgãos que o defendiam: **Diário da Manhã** e **Diário da Tarde**, o que resultou em azedíssima polêmica.

Aprígio Faria, que reassumira a gerência em caráter definitivo, viu-se prêso, novamente, já em janeiro de 1932, durante cinco dias.

O governo revolucionário perdera as simpatias públicas. Sobreveio larga campanha do matutino pela volta do país ao regime constitucional, paralelamente aos artigos assinados pelo General Vilela Júnior, sob o título geral "Pela Constituinte — Avante!"

No dia 9 dêsse mês divulgava-se a seguinte nota: "Deixou, há meses, de fazer parte desta fôlha o sr. Alfredo do Carmo Carvalho". Outro redator, Eustórgio Vanderlei, já havia transferido sua residência para o Rio de Janeiro.

Como sucedera no ano anterior, a edição de aniversário de 1933 exibiu alegoria de página inteira. a primeira, o que continuou a se verificar em datas idênticas de 1934 e 1935.

O **Jornal das Crianças**, órgão independente, de publicação quinzenal, dirigido por Carlos Leite Maia (**O Mano Mais Velho**), foi transformado, a 26 de março de 1933, em seção do **Jornal do Recife**, sendo divulgado aos domingos, ocupando página inteira. Outras seções foram criadas, inclusive "Agricultura e Pecuária", mas tiveram predominância a "Vida Feminina" e "Cinematografia". A 2 de julho voltou Osvaldo Machado ao corpo redacional, reencetando a publicação das "Cartas sem Sêlo", de Mário d'Aguiar. No mês seguinte, modificava-se o cabeçalho, diminuindo a largura do clichê do título para quatro, depois cinco colunas, enquanto a última página se modernizava, passando também a adotar cabeçalho, em quatro colunas, inserindo matéria redacional, inclusive telegramas. O **Jornal** tomou nova feição, estampando extensos artigos de fundo, movimentando tôdas as seções.

A edição de aniversário de 1934, antecipada para 31 de dezembro, com 48 páginas, foi, pela primeira vez, dividida em três cadernos. Em abril, deixava a redação Cleofas de Oliveira, que fôra a princípio revisor e, depois, repórter.

O ano em referência proporcionou dois rudes golpes à redação, com o falecimento, a 24 de julho e 17 de agosto,

(41) Só a 17 de junho de 1934 resolveu a Interventoria suspender a censura, atendendo a insistente apêlo da Associação da Imprensa de Pernambuco.

respectivamente, de Pedro Lopes Cardoso Júnior e Aimbiré Kanimura de Lima Leal (42), companheiros dignos e talentosos, o primeiro dos quais um dos jornalistas mais completos da época, que redigia não só o artigo de fundo, sisudo e doutrinador, mas também o comentário leve e o mais delicioso humorismo, tanto em prosa quanto em verso (43). Ainda nesse ano (1934), o industrial João Cleofas iniciava, em setembro, uma série de artigos, intitulados "Em revista", nos quais respondia, em linguagem enérgica, a ataques do **Diário da Manhã**, polêmica que durou cêrca de um mês. A 17 de outubro, Aprígio Faria passou a figurar, no expediente, como diretor, no lugar do Coronel Faria, seu pai.

1935 começou com uma edição de 40 páginas, em três cadernos, a primeira das quais ocupada por expressiva alegoria, tendo como legenda "Pela Pátria — Pela Justiça — Pelo Povo". A 3 de janeiro, **Célio Meira**, que já publicava as "Dominicais", em rodapé, passou a escrever, também, crônicas diárias, de sabor humorístico; a 17 de abril, o lugar das "Cartas sem Sêlo" foi ocupado por artigos intitulados "Bom-Dia", assinados por S. M., e no dia 12, o **Mano Mais Velho** retirava-se, com sua seção "Jornal das Crianças", que foi substituída pelo "Jardim da Infância", a cargo do **Jardineiro Zuzu**.

A 14 de abril, a edição ostentou clichê de página inteira, a primeira, envolta em tarja, do velho Luís Faria, falecido na véspera, e a legenda: "Dor e Saudade". A terceira página foi ocupada com necrológio e noticiário sôbre o extinto, um autêntico batalhador da imprensa, desde a sua mocidade (44).

(42) A A. I. P. homenageou a memória dos dois confrades com sessão magna, que se realizou a 24 de agosto, no Gabinete Português de Leitura, quando Silvino Lopes fez o necrológio de Pedro Lopes e Luiz do Nascimento o de Aimbiré Kanimura.

(43) O jornalista Pedro Lopes Cardoso Júnior deixou publicado, sob o pseudônimo de **Sa-Poti**, o livro "Bahu de Turco", todo de versos de fina verve. Foi editado pelo próprio autor, em 1932, sendo impresso nas oficinas do **Jornal do Recife**. Bem recebido pela crítica.

Quando, em 1921, Pedro Lopes Júnior ainda trabalhava na imprensa de Natal, norterio-grandense que era, escrevera o grande Luís da Câmara Cascudo, a seu respeito, no livro "Alma Patrícia": "Comentador irresistível dos fatos diários, irônico sintetizador de pilhérias e chistes, seu verso é uma modalidade rimada do lápis de Gavarni".

(44) O Coronel Faria, mesmo no último período de vida, enquanto pôde manter-se de pé, dedicou integral atenção ao seu jornal, sobretudo no tocante ao setor comercial, dando-se até ao luxo de recusar a divulgação de anúncios cujo teor lhe desagradasse. Por outro lado, lia e anotava todos os diários, de manhã e à tarde, a fim de descobrir prováveis "furos" e admoestar os repórteres relapsos.

Verificada a edição do dia seguinte — 15 de abril de 1935 — ainda dedicada à memória do diretor, foi o **Jornal** suspenso, em caráter “temporário”, por inexplicável deliberação dos membros da família. Era, praticamente, o fim da existência ininterrupta de um grande diário com 76 anos bem vividos. }

Nos últimos anos, além de Filemon de Albuquerque, “profissional competente, maneiroso e sagaz” (45), que mourejava no matutino desde 1902, e dos nomes já citados, figuraram nos diferentes setores da redação: Batista de Oliveira, Pedro Brandão, Abdénago de Araújo, Reis Lisboa, Pedro Pope Girão, Berguedof Elliot, José Carlos Dias, Hamilton Ribeiro, Luiz do Nascimento (revisor e depois tradutor de telegramas (46), de janeiro de 1931 a setembro de 1934), Renato Gouveia, Ascendino Neves Neto, Noely Correia, José Maria das Neves Sobrinho e Mauro Monteiro. Pela revisão passaram, em diversas fases: Otávio Domingues, Vicente Noblat, Pereira de Assunção, Augusto Fernandes Viana, Paulo Tarso de França Pereira, Antônio Cipriano de Moraes Navarro Neto, Agrício Salgado Calheiros, Gumercindo de Amorim, Sanelva de Vasconcelos, José Bernardo de Oliveira e Jaime de Albuquerque.

Numerosos foram os colaboradores, regulares uns, bissextos outros, a saber: Leonardo Mota, Valdemar de Oliveira, Ida Souto Uchoa, S. Medeiros, Olavo Lopes, A. Soriano, Paulo André, Bartolomeu Anacleto, Pessoa Guedes, Jaime de Santiago, Teófilo de Barros Filho (assinava-se **Téo-Filho**), M. Ribeiro, José Mariz de Moraes, Miguel Calander, Venturéli Martins, Luís Sucupira, C. A. Moreira Guimarães, Paulo Eleutério, Aristides Carneiro, Leopoldo Luís dos Santos, Clóvis Bevilaqua, Amélia de Freitas Bevilaqua, Eloi de Sousa, Carmencita Ramos Cavalcanti, Durval César, José Pinto Júnior, Ávio Brasil, Alvaro de Oliveira, Paulo Gustavo, Antônio Sales, Mauro Monteiro, Antônio da Fonte (sobre a pesca), Cônego Xavier Pedrosa, naturalista João Jalma de Andrade Lima, Manuel Tenório, Milcíades Barbosa, Nóbrega

(45) **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição de 2 de janeiro de 1935.

(46) Era função do tradutor de telegramas, quando se tratava de assunto de mais importância, apor-lhe uma “Nota da Redação”, constante de ligeiro comentário.

ga de Siqueira, A. Ciríaco, Stanislau de Sousa (47), Marques Júnior, Nilo Tavares, Leopoldo Lins, Eduardo Vitorino e outros.

Pouco mais de dois anos decorridos, precisamente no dia 25 de julho de 1937, voltou a circular o **Jornal do Recife**, sob a direção de Antônio Faria, tendo como gerente Arlindo Maia. Surgiu numa edição de dezesseis páginas, lendo-se no seu artigo-programa:

“Conhecemos como são hispídeos os caminhos da jornada, sabemos o valor da cólera dos poderosos, mas nem assim recuaremos no caminho que resolvemos seguir, fazendo da nossa pena um látigo contra tôdas as brutalidades e tiranias, sendo de veludo para aquêles que saibam cumprir o seu dever, respeitando o direito, as leis da moral e, sobretudo, as imposições da honestidade, dando-lhes os nossos mais francos e leais elogios”.

E concluiu: “Aqui, nestas colunas, sempre usaremos, nas lutas que travamos, linguagem de acôrdo com a ética profissional, afirmando, porém, que revidaremos com energia quando formos agredidos pelos foliculários de profissão ou pelos mastins a sôldo dos poderosos”.

O corpo redacional, chefiado por Osvaldo Machado, tendo como secretário Cleofas de Oliveira, estava assim constituído: Gentil Mendonça, Mauro Monteiro, Sanelva de Vasconcelos, Renato Gouveia, Pessoa Guedes, Esdras Farias, Miguel Mateus e Teopompo Moreira. Revisores: Joaquim Sena, João Vinhais e Cromwell Leal. Continuou a ser vendido o exemplar a 200 réis, adotando a seguinte tabela de assinaturas: — ano 50\$000 (depois 55\$000); semestre — 30\$000.

Foi uma fase de sensação, pois o velho órgão ostentava grandes manchetes na primeira página, títulos vistosos, reportagens de vulto, disposição também revolucionária na terceira página, editorial ao centro, várias notas, sueltos, crônicas, etc. A mesma transformação operara-se na última página, aí localizado o serviço telegráfico e, novamente, as “Cartas sem Sêlo”. Várias seções noticiosas ocupavam o corpo do matutino, a par, naturalmente, de publicações solicitadas e anúncios. Liam-se artigos de colaboração e poemas

(47) Simples tipógrafo. Stanislau de Sousa foi um estudioso dos problemas sociais de Pernambuco, dedicando-se, igualmente, à literatura, na qualidade de contista. Colaborou em diversos periódicos. Outros operários intelectuais passaram pelas oficinas do **Jornal do Recife**, como João Ezequiel, que chegou a ser deputado estadual; Chagas Ribeiro, autor do romance “Mocambo”; Odilon Vidal de Araújo, professor de Esperanto, etc.

de J. G. de Araújo Jorge, F. J. Fernandes Pires, tenente Rubens do Amaral, Nelson Alcântara, Mário Sete, Ribeiro do Couto, Ascenso Ferreira, M. Ribeiro, Luís Periquito e outros.

A 8 de dezembro despediram-se Osvaldo Machado e Arlindo Maia, passando a ocupar a gerência Miguel Mateus.

Um mês depois, no dia 8 de janeiro de 1938, fatores desfavoráveis, como a crise econômica do país, "o comércio exausto e a diminuição do valor aquisitivo da moeda" levaram a direção do matutino ao recurso extremo da suspensão temporária. Além desses motivos, havia o problema da remoção das oficinas gráficas para outro local, uma vez que o prédio fôra desapropriado (48), de acôrdo com o plano de remodelação da cidade. Removidos os obstáculos, o **Jornal** voltaria a circular. Infelizmente, não voltou (49) (**Bib. Pub. Est.**) (50).

1860

DIARIO DO RECIFE — Entrou em circulação no dia 27 de fevereiro de 1860, com quatro páginas de formato grande, a seis boas colunas de composição, vendo-se sôbre o cabeçalho o emblema da Monarquia. Proprietário — Filipe Néri Colaço. Tabela de assinaturas: por três meses adiantados — 4\$000; por três meses, com estampas — 5\$000; por três meses vencidos — 6\$000. Anúncios a 40 réis por linha para os assinantes e a 80 réis para as pessoas estranhas, ficando as repetições por metade do preço. Advertência: "As assinaturas e os anúncios recebem-se na Tipografia Brasileira, Cais 22 de Novembro n.º 19; para os comunicados e correspondências trata-se na rua do Imperador, outrora da

(48) A redação e oficinas do **Jornal do Recife** funcionavam à rua do Imperador, nos prédios ns. 331 e 345, contíguos ao da Biblioteca Pública do Estado, os quais foram demolidos para, no local, ser construído o edifício do Rádio Tamandaré, cujas obras nunca foram iniciadas, sendo o terreno transferido para outra firma, que também nada construiu.

(49) Tempos depois, o título do **Jornal do Recife** foi adquirido pela Associação dos Representantes Comerciais de Pernambuco, que tentou, em 1957, uma edição em modelo tablóide, mensal, mas sem êxito.

(50) Existem coleções parciais do **Jornal do Recife**: no Arquivo Público do Estado, no Instituto Arqueológico, no Gabinete Português de Leitura, na Associação Comercial de Pernambuco, na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, nesta última a partir de 1876, e na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro.

Cadeia, n.º 22, 1.º andar". Sob o cabeçalho via-se um quadro, em tôda a largura da página, no qual se divulgavam informações úteis, o que manteve até o fim do ano.

Começou assim o artigo-programa: "Um nôvo campeador apresenta-se em campo para tomar parte nos combates civilizadores e pacíficos do jornalismo".

Não podendo logo realizar todo o seu "programa grandioso", circularia, inicialmente, às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana, esperando tornar-se diário assim que certas dificuldades fôsem removidas.

Sem compromisso com as "parcialidades políticas" em que se dividiam a Província e o Império, todos os assuntos de interêsse público seriam tratados, sobretudo "a Religião, a Moral, as Ciências, a Literatura, as Artes, a Agricultura e o Comércio".

Em cumprimento ao seu programa, a fôlha inseria matéria variada, a salientar: artigos de fundo, correspondências do país e do Exterior, que tomavam grande espaço; noticiário local, folhetim, avisos e anúncios.

A partir de 21 de março, o **Diario do Recife** passou a circular diàriamente, menos aos domingos, o que ocorreu até 10 de setembro. Voltou a ser trissemanário, às vêzes bissemanário.

No segundo ano de publicação — 1861 — reduzido a cinco colunas por página, exibindo largas margens de papel, tornou-se "órgão conservador"; bateu-se contra a política liberal e, assim, alimentou polêmica com o **Jornal do Recife**. Defendeu a monarquia constitucional contra a monarquia democrática. Sucediam-se os "Comunicados", corroborando a política do jornal, assinados por **Justus, Alpha e O Vêritas**.

A 2 de janeiro de 1862, primeira edição do ano, voltou a circular diàriamente, quando também modificou o feitio, adotando de nôvo páginas de seis colunas, sem alterar a estatura nem o formato do papel. Abaixo do cabeçalho, lia-se: "Editores e proprietários — dr. F. N. Colaço e C.". E anunciou: "... sairá todos os dias que não forem santificados, contendo as principais peças do expediente da Presidência, do Comando das Armas e do Govêrno do Bispado, as notícias da província, tanto da capital como as do interior, assim comercial como as outras; as notícias do sul e do norte do Império com os decretos e avisos dos diferentes ministérios; as notícias estrangeiras tão circunstanciadamente quanto fôr possível, sendo distribuido, logo à chegada dos vapores, um suplemento impresso em Lisboa, para satisfazer a

curiosidade pública". Ainda mais: publicações particulares, artigos literários e científicos e modas.

"O **Diario** tem por principal fim promover o progresso e melhoramento assim da indústria como do comércio e agricultura do país".

Nova tabela de assinaturas: três meses — 5\$000; seis meses — 10\$000; um ano — 19\$000, mediante pagamento adiantado. As reclamações sobre assuntos comerciais seriam feitas à Livraria Universal, à rua do Imperador n.º 54.

Melhorou, realmente, o ritmo intelectual do **Diario do Recife**, com a inserção de uma Parte Recreativa; as novelas "Carlos de Sá", por J. E. Soares, e "A cegueira de amor", por José de Moraes e Silva; artigos de Antônio Borges da Fonseca e F. X. de Novais; versos de Casimiro de Abreu e outros, em transcrição, além da matéria de rotina. Na edição de 1 de julho foi suprimido o emblema do alto do cabeçalho.

Prosseguiu a rota diária normal, até 10 de setembro de 1862. O número seguinte — 217.º — saiu no dia 13, quando um editorial falava da impossibilidade de impressores que correspondessem ao serviço. Daí a edição apresentar-se com apenas duas páginas, assim devendo continuar até que viesse um técnico do Império ou da Europa para imprimir o jornal "com asseio e prontidão". Entretanto, não voltou a circular.

A partir de 27 de dezembro do ano anterior, o **Diario** distribuiu, em datas variáveis, segundo a entrada de navios no porto, o **Boletim Extraordinário de Notícias do Exterior**, impresso com apuro, na Tipografia do Futuro, em Lisboa, à rua da Cruz de Pau n.º 35. Tinha apenas duas páginas do mesmo tamanho do jornal, com quatro largas colunas de matéria batida, assim dividida: Boletim Político — Boletim da Côrte — Boletim Econômico — Boletim Literário — Boletim Estrangeiro. A 14.ª edição foi distribuída a 28 de maio de 1862 (Bib. Pub. Est.).

1861

O CONSTITUCIONAL — Órgão Político, Religioso, Científico e Literário — Surgiu no cenário da imprensa a 25 de março de 1861, em substituição a **O Liberal Pernambucano** e no mesmo formato. Do Expediente constava: "Publica-se diariamente e subscreve-se no escritório da tipografia (a Nacional), à rua do Imperador, n.º 48, para onde deve

dirigir-se tôda a correspondência. As informações que nos dirigirem devem trazer a assinatura do informante, para conhecimento sômente da redação". Tabela de assinaturas: — 14\$000; semestre — 7\$500; trimestre — 4\$000; para as províncias e exterior — 18\$000, 9\$500 e 5\$000, respectivamente.

No artigo-programa lia-se: "Os princípios políticos do **Constitucional** resumem-se no seu nome e estão à sua frente: Religião, Monarquia, Democracia. Pugna pela verdade da Constituição, que é a garantia suprema da liberdade — eis o que quer e a que vem **O Constitucional**. Quanto aos meios, iremos sujeitando-os à atenção do país". Esforçar-se-ia "por abranger, o mais possível, no círculo de suas publicações, além da política, as ciências e as letras", como também alargaria "a sua parte noticiosa com relação aos interêsses políticos".

Seguiu-se outro longo editorial, sob o título "Os nossos princípios", focalizando, ainda, aquêle trinômio, para perguntar aos que não professavam "o culto infame da egolaria": o país vinha sendo governado "de conformidade com as suas crenças religiosas e democráticas?" Ao que respondia: "Não, incontestavelmente não", frisando: "Uma aristocracia bastarda, uma oligarquia arrogante e pretensiosa, convertendo a política em arte de satisfazer, a todo custo, e o melhor possível, os interêsses individuais dos seus, tudo tem sacrificado nas aras do mais escandaloso nepotismo".

Findou, após longas considerações, conclamando a promover-se, no Brasil, "o aparecimento de um govêrno que salve o país, compreendendo e realizando por êsse modo a alta missão de governar".

Seguiu o programa do antecessor, atacando o Gabinete Ministerial e a administração da Província, exercida por Ambrósio Leitão da Cunha, continuando, inclusive, na seção "Variedade", a divulgar a novela "Ao correr da pena"; mais as seções "Exterior", "Correspondência", "Comunicados", "Fatos Diversos", "Parte científica", a cargo do médico Carneiro Monteiro; tôdas se revezando, de acôrdo com a extensão dos editoriais, uma vez que o espaço maior — quase três páginas — era ocupado por anúncios.

Publicado regularmente, menos aos domingos, **O Constitucional** manteve a divisa: Religião, Monarquia, Democracia, fazendo-o num plano de linguagem superior, sem deixar de dedicar-se a assuntos gerais. A partir do n.º 105, de 31 de julho, veio a inserir um folhetim, ocupando o rodapé das

duas primeiras páginas, sob o título "Palestra sôbre Teatro", da autoria de Ferreira Vilela, mas só às quartas-feiras.

Francisco de Paula Batista defendia-se, em extensos artigos, de acusações do **Diario do Recife** à sua atuação política. Tornara-se constante, ainda, a divulgação de longos discursos de elementos liberais, pronunciados na Câmara dos Deputados, a par de uma série constante de comentários redacionais sob o título "Ecos do Parlamento", cujo 33.º artigo saiu na última edição do jornal, que foi suspenso, inesperadamente, a 30 de setembro, com o n.º 155.

Foi redator principal, ao lado de Francisco de Paula Batista, o famoso jornalista Antônio Vicente do Nascimento Feitosa (Bib. Pub. Est.).

1863

PROGRESSISTA — Jornal Político e Noticioso — Estreou no dia 6 de abril de 1863, obedecendo ao formato de 53x34, com quatro páginas de quatro colunas. Redação e oficinas à rua das Laranjeiras (demolida para dar lugar à atual Avenida Dantas Barreto) n.º 30. Tabela de assinaturas: ano — 16\$000; semestre — 8\$000; trimestre — 4\$000; para o "centro e provincias" — 20\$000, 10\$000 e 5\$000, respectivamente.

Seu corpo redacional (prêviamente anunciado pelo bissemanário **O Liberal**) estava assim constituído: Encarregados da política — Antonio Vicente do Nascimento Feitosa, Aprígio Guimarães, José Liberato Barroso, José Joaquim de Moraes Sarmento, Antonio J. da Costa Ribeiro, Luís Filipe de Sousa Leão e José Leandro Godoi de Vasconcelos; Notícias Estrangeiras — Francisco de Paula Sales e Moraes Sarmento; Trabalhos Internos — Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho e Costa Ribeiro; Literatura — Manuel Pereira de Moraes Pinheiro e Antônio Rangel de Tôrres Bandeira.

Criado para defender os princípios do Partido Progressista, constituído "pela quase totalidade dos homens independentes e moderados dos antigos partidos", apresentou artigo-programa de quatro alentadas colunas, assim concluindo:

"Pernambuco não pode deixar de figurar na vanguarda dêste movimento regenerador; Pernambuco não pode continuar a constituir uma exceção no Império, a ser duplamente explorado e tiranizado. Seus filhos, côscios dos de-

veres que lhes impõe o amor da pátria, fazem no altar desta o sacrifício de suas antigas rivalidades.

“Essa fusão de idéias e dedicações se acha devidamente operada; e o **Progressista** é o órgão dessas opiniões harmonizadas no intuito de conseguirem a realização do desiderato comum. Ante a magnitude da causa que defendemos, desaparecem todos os elementos de política pessoal que eram outros tantos embaraços àquela realização.

“Temos fé que fazemos ao país um serviço real, que será sinceramente aplaudido pelos homens que sabem esquecer-se de si quando se trata do bem público, da prosperidade nacional”.

Publicado diàriamente, menos aos domingos e dias santificados, inseria longos artigos políticos; correspondências do país e do exterior; “Comunicados” de Manuel de Carvalho Pais de Andrade e outros; folhetim; discursos parlamentares; de vez em quando um poema ou artigo de literatura, a salientar, na edição de 6 de maio, interessante estudo de Luís Lambert sôbre Antônio Pedro de Figueiredo; “Fatos diversos”; transcrições; a série de artigos “O catolicismo no Brasil”, de J. Guenes da Silva e Melo; “Variedades”; “Declarações”; “Parte oficial” e anúncios, que começaram enchendo uma página e já no segundo mês ocupavam duas.

Na defesa dos seus princípios, alimentou árdua polêmica com o bissemanário **Constitucional Pernambucano** e com **O Liberal**, que antes apoiara o programa do Partido Progressista.

Tendo encerrado o ano com o n.º 220, de 26 de dezembro, começou nova numeração a 2 de janeiro de 1864, quando o editorialista, ocupando quase uma página, fez rigoroso retrospecto dos acontecimentos da política brasileira e internacional.

Sem alteração no programa, continuou até a edição — n.º 72 — de 31 de março do ano referido, sendo então suspenso por deliberação da comissão encarregada dos negócios do Partido Progressista, do qual o **Jornal do Recife** passou a ser porta-voz.

Reapareceu, alterado o título para **O Progressista**, quatro anos depois, no dia 30 (1) de maio de 1868. Iniciava uma “segunda série”, dizendo-se unicamente “político”, feito semanário dos sábados. Reduzira o formato a páginas de qua-

(1) Não no dia 16, como se acha registado nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

tro colunas. Assinatura trimestral — 3\$000. Impressão da Tipografia Freitas Irmãos.

“Parece-nos tempo — escreveu a redação — de ir reasumindo a lide jornalística de nossos predecessores, tanto mais quanto precisamos repelir com decente energia os embustes, as intrigas, as imputações insultuosas que a nossos chefes são constantemente barateadas pelos pouco escrupulosos agentes dos nossos antigos dominadores.

“A idéia-mãe do Partido Progressista é, e foi sempre, em Pernambuco, coartar os meios de ação dos partidos extremos, congregando em núcleo poderoso os que anuissem a debelar, a reduzir à impotência as aspirações de egoístico exclusivismo, no intuito de fazer convergir os esforços de todos os homens de boa vontade para os interesses reais do país, desde muito tempo sacrificados a ineptas e interesselaras oligarquias”.

Atacou a política dos conservadores, que ansiavam a tomada do poder; defendeu a administração provincial do Barão de Vila Bela; criticou o periódico liberal *A Opinião Nacional* e inseriu noticiário político local, da Côrte e das províncias, dedicando boa parte a informes do exterior.

Sempre dotado de substanciosos artigos políticos, transcrevia discursos parlamentares e atacava as fôlhas conservadoras, inclusive através da seção “Revista dos Jornais”. A partir da sexta edição, inseria folhetins, às vêzes literários, às vêzes políticos, assinando-os ora *S. Tamerlão*, ora *Triboulet*, em turras, quase sempre, com *Califourchon*, do periódico *O Conservador*, e *Mefistófeles*, do *Diário de Pernambuco*.

Não vingou a segunda série d’*O Progressista*. É que, subindo ao poder, novamente, o Partido Conservador, foi extinto o Partido Progressista, que se fundiu com o Liberal. Fındou, portanto, a existência do periódico ao sair o n.º 12, de 5 de agôsto (2), sendo substituído pelo diário *O Liberal*. Teria sido redigido por Abílio José Tavares da Silva, com a colaboração de João Diniz Ribeiro da Cunha, Maximiano Lopes Machado, Francisco Amintas de Carvalho Moura, Franklin Távora e Cônego Francisco Rochaél Pereira de Brito Medeiros (*Bib. Pub. Est. e do Inst. Arq.*) (3).

(2) Segundo os “Anais”, *O Progressista* atingira o n.º 13, datado de 8 de agôsto.

(3) A coleção da biblioteca do Instituto Arqueológico, limita-se à primeira fase: 1863-1864.

1868

CORREIO PERNAMBUCANO — Diário político, propriedade atribuída a Mamede Lins de Almeida, entrou em circulação a 15 de julho de 1868 (1).

O n.º 37, ano II, de 15 de abril de 1869, foi o único, até essa data, encontrado. Edição vespertina, tinha o formato de 38x27, com quatro páginas a três colunas de 14 cíceros, assinando-se a 5\$000 por trimestre, acrescidos de 1\$000 para o interior e províncias. Preço do exemplar — 200 réis. Trazia artigos redacionais, poesia de José Vitorino da Silva Azevedo, a crônica “Variedades”, por **Petit**, e uma página, a quarta e última, dedicada à “Parte comercial” e anúncios.

Com a referida edição, conforme nota publicada, ficava o jornal suspenso por alguns dias, enquanto se processava a montagem de nova máquina impressora, após o que voltaria ao formato primitivo, passando a sair, regularmente, às 17 horas.

Nenhum outro comprovante de 1869 foi encontrado (2). Existe, porém, coleção completa de 1870, cujo n.º 1 (ano III) saiu no dia 4 de janeiro. Formato acima de médio, páginas de cinco colunas. Lia-se no editorial:

“No campo da política continuaremos a pugnar pelas sãs e liberais idéias que servem de base ao Partido Conservador e pelo princípio monárquico constitucional. Quanto à religião, prosseguiremos na sustentação dos princípios civilizadores do cristianismo ensaiados pela igreja católica”.

Depois de assegurar que o comércio, a lavoura, a indústria e as artes encontrariam em suas colunas abrigo para a defesa dos seus direitos, fez o articulista “uma ligeira apreciação” da vida do Partido Conservador após ter assumido a direção do país.

No cabeçalho, abaixo do título, numa faixa em toda a largura da página, vinha o Expediente: “Publica-se às tardes

(1) O **Jornal do Recife**, na sua edição de 17 de julho de 1868, registrou, ligeiramente, a aparição do novo órgão. No dia seguinte, publicava a “Revista diária” do **Diário de Pernambuco**:

“Surgiu um novo atleta periódico para as lides jornalísticas da província, o qual se propõe seguir caminho direito, as idéias inscritas na bandeira do Partido Conservador, sem que todavia a política o iniba de ser noticioso, literário, comercial e dedicado às artes e ofícios. Seu título é **Correio Pernambucano**. Saudamos o colega e desejamos-lhe próspera viagem pelos mares tempestuosos em que se propõe navegar”.

(2) Em 1869, o **Correio Pernambucano** contou com a colaboração de Tobias Barreto de Meneses, segundo Silvio Romero.

dos dias úteis. Assina-se nesta tipografia, para a capital, à razão de 5\$000 por trimestre e 18\$000 por ano; interior e províncias — 6\$000 por trimestre e 22\$000 por ano. As assinaturas poderão começar em qualquer dia, porém finalizam sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Os anúncios pagarão 100 réis por linha e metade para os assinantes. Fôlha avulsa — 200 réis”.

Jornal importante, bem redigido, além da parte política, da qual foi Rufino Augusto de Almeida um dos redatores, manteve seção literária, a princípio sob a direção de Luís Guimarães Júnior e, depois, a cargo do “inteligente acadêmico” Ulisses Viana, divulgando trabalhos, em prosa ou verso, dêles e de Plínio de Lima, Antônio de Sousa Pinto, Batista Guimarães, João Batista Regueira Costa, João Cândido, Aníbal F. Cunha, Ernesto Freire, Domingos Guimarães, Vitoriano Palhares, M. Quintiliano, Antônio Pitanga, Francisca Izidora e Gomes Leal.

A par de longos editoriais, em defesa dos princípios conservadores, o vespertino inseria folhetins, notas parlamentares, correspondências do Exterior e notícias das províncias, extraídas de jornais trazidos pelos navios mercantes.

Embora a sua condição de diário conservador, bateu-se pela extinção da escravatura, “mas (edição de 14 de março) sem precipitação e com as cautelas precisas a evitar-se um grande abalo em nossa sociedade”. Na mesma data divulgou os Estatutos da Sociedade Emancipadora do Recife.

Já antes, a 30 de abril, veiculara o importante trabalho de Peixoto de Brito: “Considerações gerais sobre a emancipação dos escravos no Império do Brasil e indicação dos meios próprios para realizá-la”, que ocupou quase três páginas.

Como sucedia aos congêneres da época, não desprezou a polêmica, escrevendo o editorialista, na edição de 9 de maio: “É malhar em ferro frio o querer obrigar **O Liberal** a discutir com delicadeza uma questão séria e grave”.

Doutrinando e polemizando, continuou o bem feito órgão no cumprimento do programa monárquico-conservador-constitucional que se traçara, até o n.º 286, de 30 dezembro de 1870 (Bib. Pub. Est.).

Nada obstante a ausência, no Recife, de comprovantes posteriores à data acima, não ficou aí a existência do **Correio Pernambucano**, pois encontram-se na Biblioteca Nacional exemplares de 15, 16, 18, 20, 22, 23, 27, 28 e 29 de

dezembro de 1871 (3), conforme consta do fichário competente, mas tão bem guardados que não foi possível manuseá-los.

Um dos colaboradores do jornal em aprêço, nesse último ano, foi Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos (que depois adotaria o nome literário de Sílvio Romero). Pelo menos, dois artigos, em datas indeterminadas, foram por êle mencionados (4): "Sistema das Contradições Poéticas" e "A Poesia e os nossos Poetas".

O LIBERAL (1) — **Jornal Político** — Surgiu no dia 15 de agosto de 1868, para publicar-se ora uma, ora "duas vezes por semana, às quartas e sábados". Impressão da Tipografia Liberal, situada à rua do Imperador n.º 48. Assinaturas "à razão de 3\$000 por trimestre. pago adiantaco". Formato médio, com quatro páginas de quatro colunas.

Abriu a edição a seguinte nota: "Consumou-se a junção das parcialidades liberais, que se achavam em dissidência antes do raio de 16 de julho, e que na Côrte do Império se abraçaram solenemente desde que os horizontes políticos começaram a anuviar-se. Honra e glória ao Partido Liberal de Pernambuco!"

Seguiram-se o Manifesto conjunto dos diretórios Histórico e Progressista e longo comentário a respeito da subida do Partido Conservador ao poder.

Matéria batida, sem anúncios, as edições constituíam-se de editoriais em defesa dos princípios liberais, alguma colaboração assinada, discursos parlamentares, transcrições, correspondências e publicações "a pedido".

Circulou normalmente, de acôrdo com o enunciado, até o n.º 95, que saiu no dia 11 de setembro de 1869. Parou, só aparecendo a edição seguinte a 13 de outubro, terminada aí a Série Primeira.

A Segunda Série, n.º 1, começou a 4 de novembro do mesmo ano, tornando-se "Diário Político, Noticioso e Co-

(3) No registo dos "Anais", Alfredo de Carvalho mencionou o **Correio Pernambucano** como tendo circulado, "regularmente, até meados 1871". O "Dicionário", de Sebastião Galvão, deu como derradeira edição a de 30 de dezembro de 1870.

(4) "História da Literatura Brasileira" — Tomo IV, IV edição, de 1949.

(1) Outros órgãos, igualmente políticos, circularam, no Recife, com o título **O Liberal**, a saber: em 1824, em 1847, em 1861-66 e em 1872-74, todos de publicação periódica.

mercial” e “Órgão do Partido Liberal de Pernambuco”, criado pelo respectivo diretório, “em sustentação das suas idéias e princípios, em oposição à atual ditadura governamental que flagela o país, e em defesa dos oprimidos e dos que sofrem”. Os trabalhos de impressão foram contratados com a mesma tipografia, pertencente a José de Freitas Barbosa, situando-se o “escritório da redação” na rua do Queimado (atual Duque de Caxias), n.º 8, 1.º andar. Nôvo preço da assinatura trimestral — 4\$000, acrescido de 1\$000 para fora da cidade.

A Comissão de Redação (2) ficou constituída de 17 membros, entre os quais José Joaquim de Moraes Sarmiento, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Antonio Rangel de Sousa Bandeira, José Joaquim Tavares Belfort, A. Herculano de Sousa Bandeira, Luís Filipe de Sousa Leão, Floriano Correia de Brito, deão Joaquim Francisco de Faria, Antônio Vasconcelos Meneses de Drumond e Antônio Epaminondas de Melo, sob a presidência do conselheiro João Silveira de Sousa.

Em longo artigo de apresentação, dizia **O Liberal**: “Estaremos, pois, de ora em diante, cotidianamente, na estacada, no pôsto de honra que nos impôs o patriotismo estremecido em presença da mais lastimável das situações a que se pode ver reduzida uma nação cheia de vida e de elementos de prosperidade e de grandeza, dando o espetáculo de decrepitude no vigor da mocidade”.

Noutro tópico: “No descalabro geral de nossas mais preciosas garantias de cidadão, ainda nos resta a liberdade de imprensa”.

Continuando com quatro páginas, passou a dedicar uma a anúncios. Inseriu numerosos artigos (transcrição) em torno do falecimento de Teófilo Otoni, famoso líder liberal mineiro, cuja longa biografia, em série, estampou a partir de 13 de janeiro de 1870, com a assinatura de Cristiano Otoni. Também a guerra do Paraguay e os feitos das armas brasileiras constituiram tema de destaque. A edição de 16 de março foi inteiramente dedicada ao desembarque, no Recife, dos voluntários pernambucanos, de volta da peleja, nela divulgando-se saudações em prosa e verso, neste último gênero incluindo poemas de Tobias Barreto, Tôrres Bandeira, Malaquias Gonçalves da Rocha, Franklin Távora e Eduardo de Carvalho.

(2) Os redatores reuniam-se, para deliberar, às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana, “das 6 horas da tarde em diante”.

A 22 de julho, o diário apresentou-se tarjado entre colunas, isto nas primeira e segunda páginas, repletas de artigos, vindo a terceira e a quarta em branco, apenas circuladas de faixas negras, tendo ao centro pequeno emblema, tudo em homenagem à memória de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, falecido catorze dias antes.

O **Liberal** atacava, então, o Gabinete Itaboraí e o governo provincial de Pernambuco, exercido por Francisco de Assis Pereira da Rocha.

A partir de 2 de setembro, adotou formato grande, de seis boas colunas, em virtude da "necessidade de mais espaço", embora ocorresse mais ônus para o editor. Abriam-se colunas a "tôdas as queixas razoáveis, em têrmos decentes e honestos". O preço da assinatura trimestral subiu para 5\$000, mais 1\$000 para fora da cidade. Não circulava aos domingos.

Em a nova fase, teve início a divulgação, em rodapé, de folhetins, sendo o primeiro o romance "Malgré tout", de Georges Sand.

Fazendo um balanço dos acontecimentos de 1870, na edição de 31 de dezembro, O **Liberal** ressaltou a criação do Clube Republicano e do seu porta-voz **A Republica** (3), acentuando:

"O Clube Republicano é um fato que mostra que no Brasil existe, arraigada em muitos homens, a convicção de que não há mais salvação para a liberdade com a Monarquia; que é preciso acabá-la e substituí-la pela República. Só assim o país prosperará e os brasileiros assumirão a posição que lhes assinalam os seus grandes destinos".

No ano seguinte, prosseguiu, sem alteração, o programa de defesa da política liberal, com ataques ao Gabinete do Visconde de São Vicente e ao Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti, depois substituído por Manuel do Nascimento Machado Portela.

Com algumas lacunas, circulou O **Liberal** até 26 de dezembro de 1871 (n.º 273). Anunciando a suspensão, assim concluiu uma nota redacional: "Para o ano futuro resolveremos a sua continuação, do melhor modo que nos fôr possível". Não voltou mais (**Bib. Púb. Est.**).

1870

JORNAL DE ANNUNCIOS — Edição do **Correio Pernam-**

(3) Editado no Rio de Janeiro, a partir de 3 de dezembro de 1870.

bucano — Formato idêntico, mas apenas duas páginas, com tiragem declarada de três mil exemplares. Nenhuma matéria redacional. Publicaram-se doze números, datados de 3 a 17 de março de 1870 (**Bib. Pub. Est.**).

1872

O SEIS DE MARÇO — **Diário Republicano** — Surgiu na data que lhe deu o nome, em 1872 (1), obedecendo ao formato de 45x32, quatro colunas de composição, mas apenas duas páginas, regime que manteve inalteravelmente. **Redatores** — José Maria de Albuquerque Melo e Afonso de Albuquerque Melo. Constava do expediente, disposto aos lados do título: “Publica-se todos os dias, com exceção dos imediatos aos santificados” — “Anúncios e publicações solicitadas a 60 réis a linha” — “Não se admite testa de ferro nem artigos injuriosos”. Estabeleceu-se em 4\$000 o preço da assinatura trimestral, com acréscimo de 800 réis para fora da cidade. Escritório da redação: rua da Palma n.º 40. Imprensa da Tipografia do Comércio, à rua Camboa do Carmo n.º 28, pertencente a Eduardo de Barros Falcão de Lacerda e Cícero Odon Peregrino da Silva.

O primeiro número do curioso jornal apresentou bem elaborado editorial a respeito dos desígnios do Partido Republicano e da necessidade da defesa dos seus postulados pela imprensa, assim concluindo:

“Aspirando ao favor do público, **O Seis de Março** abre espaço em suas colunas aos escritos sôbre assuntos de interesse geral com que nos queiram honrar os homens de talento, sem distinção de côres políticas. A redação é sômente responsável pela doutrina dos artigos editoriais: os de colaboração e Comunicados poderão ser dissonantes em alguns ou muitos pontos, sem que por isto se nos julgue contraditórios. Venham tôdas as idéias à publicidade, estabeleça-se a discussão no terreno dos princípios. Com isto só tem a ganhar a causa republicana, que é a causa da verdade. Pelo que respeita à nossa linguagem, poderá ser algumas vêzes áspera e rude; mas nunca deixará de ser leal e verdadeira.

(1) As datas d'**O Seis de Março**, do primeiro ao último número, jamais mencionaram o ano. Entretanto, foi possível averiguar que circulou em 1872.

A mentira, essa irmã gêmea da realeza, nunca encontrará guarida em nossas colunas”.

Apesar do pouco espaço de que dispunha, iniciou, no segundo número, um folhetim — “O pastor do deserto”, de M. Eugênio Pelletan, não chegando a concluir-lhe a divulgação. Transcreveu, em várias edições, “O balanço da dinastia”, alinhando dados e cifras referentes aos gastos dos reis e imperadores, comparando-os com os dos governos republicanos, destacando, especialmente, os esbanjamentos do Brasil “com o seu monarca e a família do seu monarca e as dependências do seu monarca”.

Não faltava o editorial de cada dia. O noticiário local, do país e exterior, em matéria batida, tinha a epígrafe “Crônica geral” ou, simplesmente, “Crônica”. Em dias alternados saía o artigo em série “A revolução de 1817”. Também ocorria esporádica literatura, mas só em versos, êstes assinados por F. Otaviano, C. R. J., João Marinho Falcão, Lopo Ortiz, J. M. Júnior, Frei Eutrópio, Pedreira Braga e outros. Anúncios raros e de poucas linhas.

A edição de 19 de março apresentou-se com ambas as páginas circuladas de tarja, figurando ao alto da primeira uma cruz e a legenda, entre grandes espaços, em tôda a largura: “Dezenove de março de 1825 — Mais um aniversário glorioso aos amigos da liberdade completa-se no dia de hoje — Dezenove de março de 1872”. Ao pé, vibrante artigo redacional, terminado na página seguinte (sem mais nenhuma matéria, embora sobrasse espaço), em que se profligou a atitude do imperador do Brasil, por ter mandado enforcar Agostinho Bezerra Cavalcanti e Sousa, naquela data, condenado em consequência dos acontecimentos de 1824, quando se proclamou a República do Equador.

A passagem, no dia 25 de março, do Imperador Pedro II pelo Recife, procedente da Europa, forneceu assunto para diversos editoriais d’O Seis de Março, inclusive criticando o **Diario de Pernambuco**, que beijara “as augustas plantas, envolvendo-o de fumo do mais podre e interesseiro incenso” (2).

No mês seguinte ocorria, no dia 12, outra edição de luto, com tarja separando as colunas, em homenagem à memória de Antônio Monte, Nicolau Martins Pereira e James Heide Rodgers, “assassinados a 12 de abril de 1825, por Pedro

(2) Tendo o **Diario de Pernambuco** noticiado que S. M. “pôde descer à terra”, **O Seis de Março** desancou-o: “Oh! servilismo humano!”, acentuando: “Ignoram os imbecis que a frase **descer à terra** só se aplica a Deus!”

I, por se terem ingerido nos movimentos revolucionários de 1824". Homenageou, igualmente, a memória do martir João Guilherme Ractclif, completando a segunda (e última) página notícia e artigo sobre o falecimento, três dias antes, do jornalista Antônio Borges da Fonseca.

Entre 16 e 27 de abril a fôlha estêve suspensa, em consequência da mudança do serviço gráfico para outras oficinas: a Tipografia Republicana Federativa Universal, situada à rua do Imperador n.º 35. Depois, a 7 de maio, dizia uma nota sôlta: "Precisa-se de pessoas para vender êste diário pelas ruas".

O Seis de Março alimentou polêmicas com o semanário **O Liberal**, segundo o qual a Monarquia, como estava, não convinha, nem a República, preferindo um meio têrmo; com a revista política **O Monarchista** e com **O Diario Liberal**, que entendia ser ainda cedo para a implantação do regime republicano.

A partir de 19 de maio, já não circulava diariamente, mas duas ou três vêzes por semana, e a 12 de junho saía o n.º 59 e último, com cruz e tarja, inteiramente dedicado aos mártires de 1817, executados na Bahia: Domingos José Martins, José Luís de Mendonça e Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (Frei Miguelinho) e respectivas biografias (**Bib. Pub. Est.**).

O DIARIO LIBERAL — Órgão Democrático — Entrou em circulação no dia 8 de maio de 1872, obedecendo ao formato de 36x26, a quatro colunas de composição, com quatro páginas, sendo metade de anúncios. Nem direção nem corpo redacional mencionados. Expediente: "Publicações — deverão ser dirigidas à tipografia, rua da Imperatriz n.º 24, competentemente responsabilizadas, como manda a lei". Tabela de assinaturas: na capital, trimestre — 4\$000; mês — 1\$500; províncias e interior, semestre — 9\$000; pagamento adiantado. Preço do exemplar — 80 réis.

Seguiria, conforme o editorial de apresentação, "a política do Partido Liberal, que foi apeado do poder no memorável dia 16 de janeiro de 1868".

A matéria distribuia-se assim: editorial, "a pedidos", transcrições e noticiário raro, só de interêsse político ou de algum falecimento (1). Não faltava, porém, o folhetim, em

(1) Período inicial de um necrológio, na edição de 30 de julho: "No dia 26, às 3 horas da tarde, deixou de pertencer à sociedade dos vivos o nosso ilustre e dedicado amigo José Joaquim do Rêgo Barros. Seu corpo foi enterrado no cemitério público e sua alma subiu à bemaventurança eterna".

que apareciam contos, mas não originais. Os comentários da redação não variavam de tema: defesa dos princípios liberais e ataques à Coroa. Refutou conceitos políticos do periódico **O Monarchista** e discordou dos pontos de vista **d'O Seis de Março**, que defendia a tese da imediata implantação da República. Artigos havia que, enchendo as duas páginas dedicadas à matéria redacional, continuavam no dia seguinte.

Apesar de diário, o órgão circulava, certas vészes, bissemanalmente. O último número saiu a 30 de julho, publicandose, ao todo, 56 edições (**Bib. Pub. Est.**).

A PROVINCIA — Órgão do Partido Liberal — Começou a publicar-se no dia 6 de setembro de 1872, em formato de 45x29, com quatro páginas de quatro colunas. Diretor — José Mariano Carneiro da Cunha; redatores — Antônio José da Costa Ribeiro, Francisco Amintas de Carvalho Moura, Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Ulisses Machado Pereira Viana, Jacinto Pereira do Rêgo, Antônio Epaminondas de Melo, Antônio de Siqueira Cavalcanti e Maximiano Lopes Machado; gerente — Minervino Augusto de Sousa Leão. Trazia, junto ao cabeçalho, a divisa: “Vejo por tôda parte um sintoma, que me assusta pela liberdade das nações e da Igreja: a centralização. Um dia os povos despertarão clamando: — Onde estão as nossas liberdades?” — P. Felix (discurso no Congresso de Malines, 1864). Impresso na Tipografia do Comércio, à rua do Queimado (atual Duque de Caxias) n.º 50, tinha escritório e redação na rua Larga do Rosário. Preço do número avulso: nas mãos do distribuidor — 160 réis; na tipografia — 120 réis. Aceitava colaboração e agradecia-a.

Constava do artigo-programa: “Trataremos os interesses provinciais no sentido da descentralização, como inculca o nosso título, como diz a nossa epígrafe; da descentralização, que será a vida das províncias e a mais segura garantia da integridade do Império; da descentralização, que, na frase do sr. Pinard, é a verdadeira escola primária da liberdade.

“No que é pròpriamente local, no que entende com êsse jôgo, que por aí vai, dos dominadores do dia, procuraremos dar os nomes às coisas, sem entrar no campo das personalidades irritantes e escusadas, que só servem de amesquinhar idéias e homens, que só hão de servir para obliterar-nos as tradições e apagar-nos os brios. Sem que nos falte a energia na defesa das nossas, saberemos respeitar tôdas as convicções sinceras, dignamente pleiteadas. Esta fôlha será, quanto possível, doutrinária”.

Noutro tópico: "Teremos pela Constituição o respeito que nós lhe devemos como liberais monarquistas; mas afastaremos de nós a funesta idolatria pelos seus pontos e vírgulas". Em conclusão. Ajudem-nos os nossos amigos e **A Província** achará um lugar na história do Partido Liberal em Pernambuco. Que se ergam os liberais pernambucanos para a luta do Direito; e a vitória será nossa, será da liberdade, que é a lei de Deus".

Sem anúncio de espécie alguma, seguiu-se a publicação, trazendo suas quatro páginas repletas de artigos e notas políticas, alguma literatura, noticiário local, de outros Estados e do Exterior, colaboração alternada de Demétrio de Albuquerque, Buarque de Macedo, João Pereira Lago Júnior, Clemência das Dores, Pantaleão Teixeira, **Justos, Fenelon**, Pedro Palácio e outros, e o folhetim, constante de crônicas, políticas ou não, em rodapé, assinadas com asteriscos ou sem assinatura. "Vespas" foi uma seção de **Aristófanes**, que escreveu, ao fim da primeira: "As vespas não mordem, voejam".

A Província empreendeu, inicialmente, cerrado ataque ao Ministério conservador e ao govêrno provincial de Francisco Farias Lemos e, depois, de Henrique Pereira de Lucena, que o substituiu a 25 de novembro.

Em seu último número do ano, que saiu a 24 de dezembro, com seis páginas, lia-se que **A Província** tinha uma tiragem de 1200 exemplares, contando mais de 1100 assinantes, o que achava "singular na história do jornalismo de Pernambuco", esperando ainda ampliá-la.

Na edição inicial de 1873, a 3 de janeiro, o artigo de abertura, fazendo o que chamou "sucinto retrospecto" do ano transato, estendeu-se até mais da metade, da segunda página, dizendo, já no fim: "O empenho descentralizador continuará a ser, como até hoje, o nosso alvo principal, salvo o princípio da integridade do Império". E concluiu: "Todos a postos! Fé no futuro da liberdade!"

A par da campanha liberal, começou a ter curso a Questão Religiosa, com ataques ao Jesuitismo, que se voltara contra a Maçonaria, num movimento de extermínio.

Em editorial de 28 de janeiro, lamentou o articulista que o Bispo Frei Vital "viesses tão gravemente perturbar a paz do seu rebanho, adotando uma norma de conduta que a prudência e o interesse religioso desaconselhavam e para cuja adoção por certo não inspirou-se na verdade dos fatos".

O prelado vinha censurando, do próprio púlpito, a política oposicionista, ferindo nominalmente a conduta dos jor-

nalistas liberais, do que fazia eco o bissemanário de orientação católica **A União**, com o qual se bateu a **Provincia** em polêmica ininterrupta, e, em menor escala, com o **Diario de Pernambuco**, órgão oficial do govêrno.

Iniciando uma série de artigos sob o título "O relatório do sr. dr. Lucena", escreveu o órgão liberal, a 25 de março, arrematando longas considerações: "Desenganem-se os defensores do sr. dr. Henrique de Lucena — até hoje a sua administração se resume em palavras e atos levianos, contraditórios, inconsequentes".

Noutro artigo: "Não bastava o tumulto de tôdas as idéias políticas e sociais: chegou-nos também o tumulto das idéias religiosas. Vivíamos em paz desde muito tempo; e eis que, de súbito, uns bispos que viajaram a Roma ostentam um furor de dominação teocrática que mal se compreende, que traz atônitos os homens mais refletidos e pensadores. O nosso Pernambuco foi o terreno escolhido para as primeiras batalhas campais do jesuitismo".

Frisou, mais adiante, que o povo dêste Estado se ergueu "e levantou, galhardamente, a luva do jesuitismo", acentuando: "O difficil da tarefa contra o jesuitismo não é o que está feito, é o que resta fazer".

Depois de condenar a aliança do jesuitismo com o poder e os benefícios alcançados por D. Vital Maria de Oliveira, concluiu a fôlha por manifestar-se disposta a ajudar a campanha pró-expulsão dos discípulos de Loiola.

A partir de 25 de abril, transcreveu **A Provincia** uma sequência de artigos do **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, intitulados "A Igreja e o Estado", nos quais o seu autor, **Ganganelli** (pseudônimo de Joaquim Saldanha Maranhão), condenava a política jesuítica e "a supremacia do supremo pontífice sôbre todos os governos das nações católicas" (1).

Prosseguindo nos ataques desferidos contra os poderes federal e estadual, lia-se na edição de 6 de maio: "A política dominante afunda-se em um abismo de execração pública". Nada podia o país — acentuou o articulista — esperar

(1) Aludindo ao início dos artigos de **Ganganelli**, de análise à "estravagante circular" de fevereiro, do bispo diocesano, escreveu **A Provincia**: "Esforçado e destemido operário do progresso, o exímio escritor apressou-se em tomar parte na luta travada ultimamente nas plagas desta terra americana, entre o ultramontismo e o cristianismo de lei; entre a liberdade e a pretensa escravidão da consciência; entre o obscurantismo dos tempos idos e a civilização moderna; entre a teocracia e o govêrno do povo pelo povo, único que se coaduna com o espírito do século atual".

da situação atual; “um só pensamento de interesse público não foi traduzido em lei”; a última sessão parlamentar tudo o que fêz “foi aumentar 150% no subsídio dos representantes da nação”.

Intensificava-se a onda contra o jesuitismo e contra os “atos inconsistentes” do Bispo Frei Vital, com extravasamento para o âmbito popular. Assim é que o matutino noticiou, no dia 6, sob o título “Brilhante ovação”, que os habitantes do Recife resolveram “manifestar reprovação à insensatez e à iniquidade” com que, “transgredindo as leis do justo e do honesto”, o bispo diocesano “suspendeu de ordens e benefício” o Deão da catedral de Olinda, Joaquim Francisco de Faria. Formara-se uma passeata de aproximadamente três mil pessoas, à frente o Barão de Vila Bela e todo o diretório liberal, sendo ouvidos vários oradores.

Entretanto, sem que fôsse possível “deter os passos dos desvairados” — conforme a nota intitulada “Lamentáveis sucessos” — numeroso grupo invadiu o Colégio dos Jesuítas, estragando móveis e a respectiva capela, ocorrendo também a “inutilização da tipografia onde se imprimia o órgão jesuítico por antítese denominado União”; houve, em seguida, atitude hostil dos manifestantes defronte do palácio diocesano da Soledade, já guardado por forças de linha.

A propósito, comentou **A Província**, em artigo de fundo: “Sectários sinceros dos princípios liberais, não queremos senão o respeito de todas as opiniões e de todas as crenças. Não estão em nosso intuito as reações materiais e violentas”.

A edição do dia 20 (ainda de maio) divulgou um memorial assinado pelo diretório do Partido Liberal; outro, subscrito por João Batista Pinheiro Côrte Real e José Mariano; artigos e notas, numa cobertura completa dos novos acontecimentos de quatro dias antes, com pesados ataques ao Governador Henrique Pereira de Lucena. Tinha ocorrido o seguinte: organizara-se uma concentração liberal, a fim de ir ao palácio da administração pública pedir ao chefe do governo a expulsão dos jesuítas, causa do descontentamento do povo. José Mariano discursava da sacada do Teatro-Ginásio (2), quando a cavalaria, às ordens do comandante das armas, entrou em ação, espaldeirando o povo apinhado, enquanto alguns soldados, subindo a escadaria do teatro, foram

(2) Esse teatro ficava localizado nas imediações da ponte Buarque de Macedo, lado do bairro de Santo Antônio.

dispersar, violentamente, os oradores, entre os quais o mencionado Córte Real. A cidade ficara em pé de guerra, decretando-se o estado de sítio.

Diante da atitude assumida pelo **Diario de Pernambuco**, no caso, **A Província** chamou-o “eunuco do poder”. E declarou haver Pereira de Lucena proclamado o despotismo em Pernambuco.

A 3 de junho lia-se que D. Vital divulgara, dias antes, uma “pastoral eivada de rancor, de ódio concentrado”, e, “por amor aos jesuitas”, chamou aos pernambucanos “povo de assassinos”. Na edição do dia 6, dizia um artigo: “Atendei, porém, sr. Bispo, que êsse horrível crescendo da ação determina igual incremento da reação. A Igreja invade os terrenos da política. . . De si se queixe. A reação irá crescendo, temos fé nos brios do povo brasileiro. Um Brasil jesuítico, um Brasil paraguaio é coisa impossível. Iremos até onde nos levarem os destinos da política da Companhia de Jesus”.

No dia 10, comentando o officio em que o chefe do governo provincial relatava os acontecimentos ao Presidente do Conselho de Ministros (divulgado pelo **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro), escreveu **A Província** um dos mais violentos editoriais, dizendo, entre outras apóstrofes: “A vilania, a mentira, a falsidade, a injúria e a calúnia ressaltam em tôdas as frases; em tôdas as palavras da memorável e indigna parte presidencial”.

Prosseguindo a dupla campanha do impulsivo jornal, a 1.º de agôsto, como já fizera antes, o editorialista ocupou-se dos discursos proferidos, no Senado Federal, pelo conselheiro Nabuco de Araújo, ao passo que, noutro artigo, escrevia: “É e será, ainda por muito tempo, a Questão Religiosa, para o nosso país, a nuvem negra prenhe de tempestade”.

Nêsse mês, Afonso de Albuquerque Melo escreveu uma série de artigos, sob o título “O grão Lucena e o Partido Liberal”. Editoriais vinham focalizando a necessidade de eleições diretas. E surgia, de raro em raro, uma edição de seis ou oito páginas.

A 5 de setembro, **A Província** dedicou substancioso editorial ao primeiro aniversário de sua fundação, declarando a certa altura: “O brado da imprensa livre, vigorosa e mortificadora, cedo ou tarde se faz ouvir; déspotas e cônsules, czares e governadores, todos teem um juiz severo na consciência e esta fará ver o espectro medonho do crime. Abafe embora o hino dos palácios o queixume das vítimas, a imprensa será

sempre o terror dos algozes. Batida pelo poder, será a estátua das águas que, sonora, repercute o gemido das vagas.

“**A Província** não teve outra aspiração: fazer-se representante dessa imprensa que é o abrigo das liberdades e das consciências; que embarga o passo do despotismo; defende a causa do progresso, calmo e refletido; dá guarida aos vencidos pela força e pela violência; e brada, brada sem cessar, contra o crime e o abuso. Como órgão político de um partido, tinha diante de si um programa a defender e a propagar. Dêste não se afastou”.

Depois de aludir às campanhas empreendidas, frisou que “a fase mais difícil e mais penosa foi a da questão político-religiosa”, adiantando: “A atitude d'**A Província** foi franca e decisiva. Batendo a guarda avançada do ultramontismo, feriu quanto pôde, e fa-lo-ia de morte, se tanto pudesse, o jesuitismo. Abraçado êste com o poder, travou-se a luta entre o povo e os aliados satânicos”.

Ainda alguns tópicos e concluiu: “Uma só vez, na liça dos combatentes, não empunhou **A Província** o látigo do tropeiro; jamais transpôs a balisa sagrada do lar da família. Foi um ano de fadigas e de heróica resistência; mas glorioso para todos: soldados ou generais, combatentes ou sentinelas, cada um dirá amanhã: — **Fiz o meu dever**”.

Até o fim de setembro, publicava-se a fôlha apenas duas vezes por semana, vindo a proclamar na edição de 1.º de outubro de 1873: “Mudando as suas condições de vida, tomando lugar na imprensa diária, **A Província** continua na mesma profissão de fé, subordinada ao mesmo programa de até ontem”. Entendera, assim, o Partido Liberal de “preencher mais cabalmente os seus árduos deveres na propaganda pela imprensa”, esperando o auxílio indispensável.

Receberia todos os escritos que redundassem em proveito da sua propaganda: “Indagações e estudos de história, principalmente a de Pernambuco; traços literários, em prosa ou em verso; confrontações e paralelos entre a nossa e a situação de outros países civilizados; alvites e conselhos de ação pacífica por bem da organização de propaganda liberal; esboços biográficos dos vultos gloriosos do nosso passado; em suma, tôdas as manifestações da idéia liberal serão por nós recebidas como valiosos presentes. Não há no órgão liberal de Pernambuco, da parte de sua redação, a vaidade de supor-se ela por si bastante para a grande emprêsa; nem haverá o pecado de sacrificar o bem da idéia por um exclusivismo que nada explicaria ou justificaria”.

Ante a alteração verificada, passou **A Província** a admitir uma página e às vèzes um pouco mais de anúncios, adotando tabela de assinaturas: na cidade, ano — 16\$000; trimestre — 4\$000; interior e províncias, ano — 18\$000; trimestre — 4\$500. A tipografia mudara-se para a rua Paulino Camara (atual Camboa do Carmo) n.º 28.

Com menos artigos e mais notícias, entrou a publicar, além do folhetim, alguma outra peça literária, inclusive poesias de Albino Meira, não dando trégua, por outro lado, às campanhas política e religiosa. Escreveu, no dia 7, ainda de outubro, que o Ministério continuava “a sua marcha, deixando após si a mais caracterizada esterilidade”.

Dois dias mais, aludiu a um aviso do Ministério Rio Branco, que mandava “o procurador da Coroa e Soberania Nacional proceder, na forma da lei, contra o Bispo da Diocese de Olinda”.

No dia 17, um artigo sôbre a nova fase da questão religiosa, “prenhe de dificuldades e perigos”, acentuava: “O bispo D. Vital, animado pela expectativa simpática do govêrno, redobrou de energia; atentou contra a constituição da família, contra o culto público, contra o direito da sepultura em campo sagrado e, por último, feriu, ousada e atrevidamente, a Constituição do Império e a própria autoridade do poder social. Era demais! e o Senhor Rio Branco sentiu-se ferido pelo olhar da nação. E o que fez, porém, S. Ex.^ª? O que fez, quando de Pernambuco subiam representações dirigidas ao govêrno e à Câmara, por inúmeros cidadãos de tôdas as classes? Nada”. Concluiu o articulista: “... nada há a esperar dêste Ministério, que tudo sacrifica ao seu apêgo ao poder; isto, desprezando absolutamente a hipótese de convivência do govêrno nos planos do episcopado”.

Sob o título “A imprensa brasileira”, **A Província**, de 28 de novembro, teceu comentários em tôrno da suserania do **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro; lembrou a necessidade de “animar” a indústria das matérias primas da imprensa, criá-la mesmo, para que não continuássemos “mais atrasados do que os nossos vizinhos do Rio da Prata”.

“Enquanto, porém, — continuou — a indústria nacional não puder naturalmente dispensar a estrangeira, convém dar entrada, livre de direitos, a todo o material tipográfico, inclusive o papel de impressão”. Mais adiante: “Como consecatório, devem transitar sem impôsto, pelos nossos correios, todos os jornais e brochuras. Ainda como consecatório em um país que tanto precisa de instrução, deve desaparecer

todo e qualquer impôsto sôbre livros, jornais, brochuras, mapas, etc.; sôbre estabelecimentos de tipografia, livraria, encadernação, fábricas de tipos, papel, em suma, sôbre tudo quanto respeite ao movimento da palavra impressa. Feito isto, teríamos dado um grande passo para a ilustração do país. Seriam poucas centenas de contos de menos, nos cofres gerais e provinciais; mas seria um enormíssimo aumento no capital intelectual e moral da nação". E concluiu:

"Disseram, do alto do trono, que os nossos costumes políticos estão pervertidos; e o jornal, o livro do povo, vive entre nós nas mais precárias condições. É assunto vital, que oferecemos às meditações dos nossos colegas da imprensa. E aos de Pernambuco em especial, lembramos um congresso de imprensa, em que discutíssimos os meios de libertar o curso do pensamento, a primeira condição de tôdas as liberdades. Esperamos a palavra dos colegas".

Completando a primeira página, aberta com o editorial "Vida retrospectiva", a edição de 1 de janeiro de 1874 apresentou um rodapé em versos de sete sílabas, intitulado "Bons Anos", cuja oitava final dizia:

"Passem bem, meus bons leitores,
Já vai longe esta história;
Deus vos dê muito bons anos,
Muito **cobre**, e muita glória.
Rogai aos céus que o Paranhos
Lá com o papa a se arranjar,
Nos livre dêsse **bispinho**
E do Lucena sem par".

Na edição seguinte, ocupou-se o matutino da prisão de Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, pronunciado que fôra pelo Supremo Tribunal de Justiça (3). Divulgou, também, amplo noticiário a respeito da inauguração do cabo submarino no Recife.

Comentou, a 4 de janeiro, que a detenção do prelado tivera como motivo o fato de S. Revm.^a haver-se negado a cumprir a ordem do Governo Imperial que deu provimento ao recurso interposto à Coroa pela interdita Confraria do S. S. Sacramento, da Matriz de Santo Antônio.

Enquanto isto, a fôlha divulgava crônicas, no idioma

(3) O Bispo de Olinda foi condenado a quatro anos de prisão com trabalho forçado, mas obteve anistia, decretada pelo Governo Imperial a 17 de setembro de 1875.

francês, assinadas por **Tibúrcio Zimbório**, permanecendo, sem descontinuidade, a campanha contra o Presidente Henrique Pereira de Lucena e contra a "coluna alugada" do **Diário de Pernambuco**.

Ainda em maio, a questão religiosa absorvia "tôdas as atenções". E a 31, lia-se: "A situação conservadora está nos seus paroxismos"; "a queda do snr. Visconde do Rio Branco está escrita".

A partir de junho de 1874 ficou assim constituído o corpo redacional d'A **Provincia**: Epaminondas de Melo, Ulisses Viana, Soares Brandão, Almeida Nobre, José Antônio de Figueiredo, Aprígio Guimarães (4), Arminio Tavares, José Austregésilo, Lopes Machado, José Mariano, Estêvão de Oliveira, Paula Sales, Cícero Peregrino, Miguel de Amorim, Eliseu Martins e Amintas de Carvalho. Publicava versos de Luís Carlos de Araújo, P. Palma, Francisca Izidora, Pelino Guedes, Eduardo de Carvalho, etc., em caráter esporádico.

De 4 de julho a 7 de agosto divulgou o matutino uma "Mofina", que dizia: "Povo de Pernambuco, atende! A Assembléia Provincial de nossa terra lançou novos impostos sôbre gêneros de primeira necessidade: bacalhau, carne sêca, farinha de trigo e outros. Malditos os vermelhos". Isto em tipo corpo 12, interlinhado, na primeira página, com mais outros períodos ligeiros, inclusive êste: "Tu, povo de Pernambuco, que suavas todo o teu suor para comer uma vez ao dia, o que será agora de ti?"

Outra "Mofina", depois, trazia os nomes dos deputados que votaram pró e contra a chamada "Lei Bacalhau". Uma terceira, a partir de setembro, exultava: "Vai desaparecer da cena o presidente que mais tem aviltado esta nobre terra". Chamou-o de "flagelo do povo; carrasco das famílias em pranto; devorador das economias dos pobres; estelionatário contra pobres órfãos; foliculário repugnante; homem sem critério de qualidade alguma, concluindo: "É um pernambucano parricida, que esbofeteou o heróico Pernambuco! Maldição!"

(4) Participante ativo da Questão Religiosa, Aprígio Guimarães, oculto sob o pseudônimo de **Fábio Rústico**, deu a público, em fins de 1873, os livros "Jesuitismo e Catolicismo" e "Jesuitismo em Pernambuco".

Na Biblioteca Mário Melo, em poder do seu filho Clóvis Melo, existe um volume de recortes de artigos redacionais d'A **Provincia**, do período do segundo semestre de 1874 e primeiro de 1875, artigos que foram os da polémica política com o **Diário de Pernambuco**, todos autenticados com a assinatura, a tinta, de Aprígio Guimarães.

Entretanto, a "Mofina" demorou poucos dias e Pereira de Lucena permaneceu no poder ainda bastante tempo.

A contar de 17 de julho, prolongada por dois meses, publicou-se, nos "A pedido", com a assinatura **Um do povo**, a série de artigos "O dr. Aprígio Guimarães", em sua defesa, coberto de baldões que vinha sendo pela "coluna alugada" do **Diario de Pernambuco**, por causa dos editoriais, "cheios de energia", que **A Provincia** publicava "sobre o nôvo impôsto lançado aos gêneros de primeira necessidade".

Teve apenas duas páginas a edição de 9 de setembro, do matutino, cuja circulação ficou suspensa devido à instalação de oficinas próprias, levada a efeito na rua do Imperador n.º 77, para onde foram igualmente transferidos o escritório e a redação. Reapareceu quatro dias depois. E orgulhava-se de sua tiragem diária, cujo total, já de 1.600 exemplares, era ostentado em tipo graúdo, abrindo a primeira coluna da primeira página.

Na edição de 31 de dezembro, veio a escrever o articulista: "Começou e acabou o ano de 1874 sendo presidente Henrique Pereira de Lucena. Infeliz e deshonrado Pernambuco!" Qualificou-o de "lacaio, ignorante e covarde", fazendo um resumo das suas ações. Ao **Diario de Pernambuco** chamou de fôlha prostituta, que vive para aí a beber na taça da tesouraria, sem incomodar, à noite, a vizinhança", acrescentando: "Há de entrar na história do jornalismo pernambucano a infâmia do **Diario de Pernambuco** em 1874".

Noutra nota, a respeito do presidente Lucena e do **Diario**, frisou: "Deus os fêz e João Alfredo juntou-os". A propósito da campanha do quebra-quilos, dizia: "O sr. Lucena mente sempre que fala".

No dia seguinte, abrindo a primeira edição de 1875, lamentava o articulista, novamente, o fato de ainda permanecer Pereira de Lucena no govêrno de Pernambuco, frisando: "Sofre a desgraça e a deshonra, altivo pernambucano! Há de chegar o dia da justa vingança! Bebe, até às fezes, o calix da vergonha, nobre povo de Pernambuco!"

Seguiram-se novos ataques ao govêrno, motivados pela violenta repressão ao movimento do quebra-quilos, no interior do Estado, que o presidente da provincia dizia ser fomentado pelos jesuitas e... pelos liberais.

Desde 22 de janeiro, divulgou longa série de cartas do seu redator Aprígio Guimarães ao Visconde de Camaragibe, a propósito de uma carta que êste dizia possuir dêle, datada de 1854, vindo então à baila fatos particulares referentes à

reprovação do primeiro num concurso para catedrático de Direito. A 54.^a e última missiva saiu a 4 de abril.

A maior edição — 12 páginas — foi dada a 16 de junho, nove das quais dedicadas ao banquete oferecido ao Barão de Vila Bela, por motivo de sua volta da Europa para ser restituído ao seio do Partido Liberal. No fim do mês, rejubilava-se a redação com a queda do Gabinete Rio Branco, substituído pelo Duque de Caxias, que teve, inicialmente, boa guarida nas colunas do matutino. Deixara o govêrno provincial, por outro lado, Henrique Pereira de Lucena, assumindo-o João Pedro de Carvalho Moraes, o qual, dois meses depois, já suportava o azedume da crítica do jornal oposicionista.

No ano de 1876, a partir de 23 de fevereiro, **A Província** passou a circular como vespertino, “sendo apregoada nos lugares públicos”. Em continuada campanha contra a administração local, exercida, ao chegar o mês de maio, por Manuel Clementino Carneiro da Cunha, travava polêmica com o órgão conservador **O Tempo**. Em março apparecera um nôvo colaborador, dos mais categorizados: Tobias Barreto; depois, era Sílvio Romero. Ao atingir dezembro, deixavam o escritório da emprêsa os funcionários Pedro Alexandrino e Almeida Sobrinho.

Ao iniciar-se 1877, escrevia **A Província**, a 8 de janeiro, que o nôvo ano não trazia nenhuma esperança de melhora-mento: “Na ordem moral, a decadência dos costumes públicos é espantosa: ou nos negócios relativos ao conflito entre a Igreja e o Estado, ou na ordem política, havemos chegado à mais triste das situações. Um bispo resume em si tôda a religião, e faz quanto planeja. Um Ministério resume em si tôda a política e, considerando êste Brasil um bom camelo de carga, leva-o pelos desertos de sua ambição e ganância, de sua venalidade e corrupção, sem encontrar o mais ligeiro obstáculo. O Império marcha; para onde, não se sabe”. Mais adiante: “O ano último deu o escandaloso e audaz exemplo de não reunir-se o Parlamento”. Depois de aludir à “frieza da imprensa” e à cobardia dos brasileiros, encerrou: “Tudo atesta que a visita do ano de 1877 chegamos com fisionomia carrancuda, sem o característico risonho que revela esperanças”.

Vinha a fôlha perdendo sua anterior vivacidade, com menos editoriais, poucas notas e sueltos, rareando os folhetins, ao passo que aumentavam as publicações solicitadas. A tiragem subira, contudo, para “2.500 exemplares”, bai-

xando o preço da vendagem avulsa para 0\$40. No mês de março publicou-se outra série de artigos de **Ganganelli** (5), sob o título "A Igreja e o Estado"; e em julho iniciava-se campanha contra o aumento de impostos pelo governo federal. A 13 de setembro, a primeira página veio circulada de tarja, com emblema fúnebre e o registro, no centro, em letras grandes, do falecimento do senador cearense Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, cujo necrológio ocupou as primeiras colunas da segunda.

De 30 de outubro a 30 de novembro, fez o jornal completa cobertura da vinda ao Recife do Marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, divulgando vasta reportagem das homenagens que lhe foram prestadas, públicas e particulares, inúmeros discursos e a maior série de poemas panegíricos já dedicados a alguém, assinados, entre outros, por Ciridião Durval, Belisário Pernambuco, Mariano Augusto, Antônio Inácio de Tôres Bandeira, Silveira de Carvalho, Inácio de Barros Acióli de Vasconcelos, João de Brito, Amaro Pessoa, J. F. Pais Barreto, João de Sena Barbosa e **Francino Cismontano** (pseudônimo de Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acióli Vasconcelos). Após a de despedidas, de oito páginas, a 21 de novembro, seguiram-se diversas edições com expressivo noticiário das honrarias tributadas pelo povo pernambucano ao herói brasileiro.

A 3 de janeiro de 1878 tôda a primeira página, com vinheta fúnebre e tarja, foi dedicada ao necrológio do Ministro Zacarias de Gois e Vasconcelos. Ocorreu, então, esperada crise ministerial, sendo o Gabinete Conservador substituído pelo Liberal, à frente o Conselheiro Cansação de Sinimbu, o que deu lugar a comentários otimistas, de acôrdo com a orientação do jornal.

Escreveu **A Província**, no dia 9, que "o trabalho da opinião, manifestado pela imprensa, nos comícios populares e na tribuna parlamentar, soterrou a situação conservadora", que só deixara "ruínas nas relações morais e econômicas por todos os ângulos do Império", acentuando:

"Não chegou a ocasião de fazermos o inventário da situação que findou. Nós não tripudiamos, porém, com a vitória. O poder vai ser, para nós, não a Capua do repouso, mas a oficina do trabalho. Conhecemos o encargo que tomamos sôbre os ombros, pesado e cheio de responsabilida-

(5) Circulou, em 1876, no Rio de Janeiro, uma revista ilustrada com o título **O Ganganelli**.

des”, mas “as dificuldades acumuladas serão incentivos para esforço duplicado”. Acrescentou que “a história do Partido Liberal é segura garantia da futura prosperidade pública, da economia e produtivo emprêgo das rendas, da vigilância sôbre o Tesouro, da moralidade no funcionalismo, do cumprimento severo das leis e da satisfação das necessidades políticas, morais e econômicas do Império”.

Seguiu-se o elogio de cada um dos titulares do gabinete de 5 de janeiro, terminando o editorialista por felicitar o país pela nova era que se abria à atividade política, congratulando-se com Pernambuco, por ter sido chamado o Barão de Vila Bela aos conselhos da Coroa, para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Logo mais, um editorial ocupava-se dos últimos atos do presidente da província, Francisco de Assis Oliveira Maciel, que vinham escandalizando a opinião pública, dizendo, a 18 de janeiro, que êle devia lembrar-se já haver passado “o govêrno do filhotismo e do contrabando oficial, do qual S. Ex.^a era delegado”. Concluiu aconselhando o chefe do Executivo a recolher-se aos bastidores.

O Desembargador Oliveira Maciel só exerceu o govêrno durante três meses, até 15 de fevereiro, quando o entregou ao 1.º vice-presidente Adelino Antônio de Luna Freire, o qual, por sua vez, o transmitiu, a 20 de maio, ao Presidente Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

A polêmica com **O Tempo**, jamais interrompida, prosseguiu, transformando-se o diário conservador em oposicionista.

Meses depois, a 1 de outubro, **A Província** dedicava suas quatro páginas, com palavras de saudade, ao falecimento, dois dias antes, do “venerando patriota” Bernardo José da Câmara, Barão dos Palmares, herói das revoluções de 1824 e 1848, consoante o necrológio dado na seguinte edição, homem que “nunca curvou o joelho, nunca abateu a fronte altiva”.

A 27 de novembro, seguindo a praxe de proporcionar “férias aos trabalhos jornalísticos” e em vista de outros motivos preponderantes, tais como a necessidade de transformar o material para aumento de formato, suspendeu o matutino sua circulação.

Ainda saiu a 6 de dezembro uma edição extraordinária, para noticiar o almôço político que os liberais ofereceram a Antônio Epaminondas de Melo, eleito deputado, com o qual foram ocupadas três páginas, repletas de discursos e brindes.

A suspensão prolongou-se por alguns anos, tendo ficado

1878

1878

prejudicada a publicação do folhetim "O Nababo", já no seu 31.º rodapé. Circularam 1492 edições, cuja numeração se fez seguidamente.

Reapareceu, feito órgão ostensivo do Partido Liberal, a 1 de dezembro de 1885, com redação e oficinas instaladas à rua do Imperador n.º 51, tendo aumentado o formato para 53x35. Começou nova numeração, para ser reiniciada cada primeiro dia do ano, e foram estabelecidos os preços de 12\$000, 6\$000 e 3\$000, respectivamente, para as assinaturas anual, semestral e trimestral.

1885

O editorial de apresentação da nova fase dizia inicialmente: "O reaparecimento dêste jornal, na atual situação política do país, indica, pelo seu próprio nome e pelas tradições que a êle se ligam, os seus intuítos: a continuidade de esforços perseverantes pela realização completa e definitiva do governo livre, assentado e consolidado em instituições que garantam ao indivíduo o pleno exercício de sua liberdade; ao município e à província uma órbita de ação tão vasta e independente quanto permitir a harmonia dos interesses nacionais, e ao Estado o funcionamento do regime parlamentar pelo jôgo desembaraçado dos aparelhos constitucionais".

Aludindo à primeira fase, acentuou: "Se, no passado, contribuiu, pela propaganda e pela crítica, para a modificação do antigo regime ditatorial, no presente e no futuro não é menos elevada e patriótica a missão d'**A Província**".

Depois de reportar-se à ação lenta dos partidos políticos, à subida dos conservadores ao poder e ao exemplo de Pitt, adotado pelo Barão de Cotegipe, frisou o articulista: "**A Província** tendo, pois, em sua primeira época, propugnado sempre pela preponderância da Câmara dos Deputados nas organizações ministeriais, condição de existência dos governos de gabinete, continuará nessa missão patriótica até que, de uma vez, se firme no Império o sistema parlamentar, e pode dizer ao país o que o célebre orador disse na Assembléia Francesa de 1789: "Nós somos chamados a recomeçar a história". Eis, em suas capitalidades, o programa político dêste jornal, que iremos desenvolvendo e ampliando segundo as circunstâncias do momento".

Na semana seguinte, cresceu mais o formato da fôlha, tornando-se infólio, páginas de seis colunas, escrevendo, a propósito, o articulista, a 8 de dezembro: "Tendo nós de atender à polêmica política, à crítica dos atos da administração geral e provincial, que cada vez mais desafia a nossa

oposição, e à propagação de nossos princípios, o formato primitivo d'**A Província** tornou-se insuficiente para as expansões da luta política e as exigências de uma extensa publicidade comercial e industrial”.

Após aludir à receptividade do público leitor, concluiu: “Fundada e publicada às pressas, ainda não podemos de um modo definitivo regular as suas condições de vida política, literária, financeira e comercial. Uma série de melhoramentos pretendemos realizar, e acreditamos que, além de sua parte política, será ela uma fôlha abundante de informações seguras. Continue o favor público, com o apoio do Partido Liberal, a sustentar-nos, como esperamos, e **A Província** será digna de sua missão patriótica”.

Sob a direção de José Maria de Albuquerque Melo (6), anunciou o seguinte corpo redacional: José Mariano, Faelante da Câmara, Júlio de Luna Freire, Ulisses Viana, Sigismundo Gonçalves, Maximiano Lopes Machado, Fernando de Castro, Demétrio Simões e Timoleão de Albuquerque Maranhão, que eram, segundo Manuel Caitano (7), “todo um brilhante estado maior de escritores políticos”. O próprio Manuel Caitano iniciara, nessa oportunidade, sua atuação regular no campo jornalístico, ao lado do irmão José Maria.

Bem impresso, ostentando tipagem nova, o matutino, em seu formato grande tornou-se bastante atraente, inserindo vasto noticiário, a seção “Comércio e Finanças”, atos oficiais e folhetim, além dos editoriais e sueltos, outra vez combatendo o Partido Conservador, que voltara ao poder com o Gabinete Cotegeipe, sendo presidente da província o Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior.

Tendo divulgado 23 edições no mês de dezembro, **A Província** iniciou 1886 com a de 6 de janeiro, prometendo prêmios aos leitores que tomassem assinaturas, através de uma tómbola da Loteria em favor da “educação dos ingênuos da

1886

(6) Em artigo nas “Publicações Solicitadas” do **Jornal do Recife**, edição de 6 de junho de 1885, revelou Manuel Caitano que, na primeira fase d'**A Província**, quando o dr. Eliseu Martins abandonou o cargo de revisor — porque o Partido Liberal lhe retirara a verba de 100\$000 mensais — o primeiranista de direito José Maria ofereceu-se para substituí-lo gratuitamente; “... entrara como revisor, constituiu-se em pouco tempo colaborador e sucessivamente redator daquele órgão de publicidade”; “... não raras vêzes, em ocasiões de necessidade, com o desprendimento que lhe era peculiar, ocupava lugar entre os artistas, travava do compoedor e compunha êle próprio o artigo que acabava de escrever”.

(7) ‘Um século de jornalismo em Pernambuco’, in “Livro do Nordeste” (edição do **Diário de Pernambuco**), 1925.

Colônia Isabel". No mês de março surgiu interessante colaborador de versos satírico-humorísticos, usando o pseudônimo **Banga la Fumenga**.

Ao chegar o mês de julho, o matutino condenou, em sucessivos editoriais, a depuração, pela Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados, de José Mariano — proclamado deputado federal pelo 2.º Distrito, eleito que fôra, em segundo escrutínio, no mês de fevereiro — classificando-a como a maior vergonha, a maior miséria, a maior infâmia, o maior escândalo de todos os tempos. Transcreveu artigos da imprensa carioca, que igualmente verberou o fato, divulgando vasto noticiário das manifestações públicas de simpatia, inclusive por ocasião do desembarque, a 29 de julho, do espoliado, de volta do Rio de Janeiro, alvo de uma infinidade de discursos, em comícios e recepções. Durou a cobertura do assunto até fins de agosto (8).

A 27 de outubro, apresentou-se a primeira página circulada de tarja, com vinheta fúnebre e os dizeres, no centro, em grandes caracteres: "O Partido Liberal de Pernambuco curva-se ante o túmulo do grande cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva". Na segunda página, o necrológio.

Não deixou **A Província** de criticar a administração provincial, exercida, a partir de 30 de março, por Inácio Joaquim de Sousa Leão, e, desde 10 de novembro, por Pedro Vicente de Azevedo, mantendo sempre polêmica com o **Diário de Pernambuco**, cujo diretor, Filipe de Figueiroa Faria, era alvo de veementes ataques.

Exibindo, na edição de 5 de janeiro de 1887, novos melhoramentos, sobretudo o aumento de mais alguns centímetros na estatura, tendo as páginas sete colunas de composição, escrevia a redação: "... ufanamo-nos de dizer que não há localidade em que ela deixe de penetrar, como se espalha por todo o Império e até no estrangeiro".

Tornou-se "Diário Político, Comercial, Noticioso e Lite-

1887

(8) A propósito dessas eleições, foi lançado um "Suplemento d'A **Província**", em forma de livro, com 154 páginas, sob o título "Eleição do 2.º Distrito em Pernambuco", contendo a "Contestação do Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva" (o candidato oponente) e a "Refutação apresentada por José Mariano Carneiro da Cunha", esta última ocupando dois terços do volume (**Col. Arquivo Público Estadual**).

Ainda sobre o esbulho ocorreu a divulgação dos seguintes opúsculos: "José Mariano ou A Vítima Glorificada", apoteose em 5 quadros, por Joaquim Cândido da Silveira Carvalho; "Manifesto Acadêmico — Ao País", com 121 assinaturas, e "Versos a José Mariano", por N. Duperron

rário”, estabelecendo a seguinte tabela de assinaturas: ano — 16\$000; trimestre 4\$000; interior: ano — 20\$000; semestre — 10\$000. Melhorou o serviço telegráfico, que era deficiente; e introduziu as seções “Ciência”, “Variedades”, “Religião” e “Publicações diversas”, além da parte propriamente literária, passando a inserir trabalhos em prosa, esporadicamente, de Alcindo Guanabara, Luís Guimarães Júnior e outros, e versos de Samuel Martins, Paulo Pereira, Luís Delfino, J. Gonçalves Júnior, etc.

Passaram-se poucos meses e, a 2 de maio, **A Província** entrou em nova fase, colocando apenas o seguinte, abaixo do cabeçalho: “Publicação diária”. Lia-se no artigo de fundo: “Esta fôlha passa por uma modificação em sua existência. Tendo cessado o prazo do contrato que a fazia órgão de um de nossos partidos políticos, procurará, de hoje em diante, representar, na medida das forças que a dirigem, tôdas as grandes e nobres aspirações que se cogitam no seio do país, sem prejuizo da defesa constante dos interesses pernambucanos. Duas fontes de males teem viciado e corrompido o organismo do Império: — a escravidão, deshonorando o trabalho livre e depravando a família e os costumes gerais, e a centralização administrativa, matando a iniciativa local e criando embaraços ao progresso normal”.

Dizia, a seguir, da necessidade de “congregar todos os elementos de vitalidade e de força, e tentar êste combate pacífico da imprensa livre pela abolição imediata da escravidão e pela federação das províncias”, adiantando: “A reforma abolicionista compreende a reorganização do trabalho agrícola, tendo por base a instrução profissional. A própria classe dos proprietários agrícolas verá que pugnamos pelo seu bem estar. Combatemos a escravidão e teremos de profligar muito naturalmente os abusos e os crimes que alguns pseudos-senhores queiram cobrir com falsa imunidade”.

Passara, assim, “por motivo de finanças” — pois vinha atravessando sérios “embaraços pecuniários”, segundo Manuel Caitano — à propriedade de Antônio Carlos Ferreira da Silva, Manuel Gomes de Matos e Luís Ferreira Maciel Piniheiro, tendo como editor Adolfo Lins de Sousa. Logo mais, a 1.º de julho, reduziu-se a 18\$000 a anualidade para o interior e se estabeleceu em 0\$60 o preço da vendagem avulsa.

Nesse ano de 1887 intensificou a campanha abolicionista, não só através de artigos redacionais, como de autoria de Joaquim Nabuco, que defendeu, igualmente, sua própria candidatura à Câmara Federal, pelo 1.º Distrito, indicado

pelo Partido Liberal. Em tal campanha empenharam-se a redação e, concomitantemente, Cassiano Lopes, **Pedro Ivo** e outros, em seguidos artigos, ao mesmo tempo que o matutino atacava o conselheiro Machado Portela, ministro conservador, que se candidatara como oponente, dizendo um editorial (13/9) que a eleição dêste último só ocorreria mediante novos atentados à inviolabilidade pessoal da vida da população ou "pela compra ostensiva e escandalosa de votos, aberta, ultimamente, no comércio". Todavia, Nabuco venceu o pleito, realizado no dia seguinte.

A propósito da atitude adotada pela imprensa liberal, durante a eleição de 14 de setembro, manteve José Mariano, no mês seguinte, viva polêmica com a "Coluna Liberal" do **Jornal do Recife**, depois, portanto, da cisão partidária. A 17 de novembro, **A Província** ocupava-se dessas divergências, indicando José Mariano, da ala ortodoxa, para entender-se com o senador Luís Filipe de Sousa Leão, em prol da reunificação.

Verificou-se, em 1888, um período de calma política, sobretudo após a queda, em março, do Gabinete Cotegeipe, estando voltadas tôdas as atenções da redação para o movimento abolicionista, que culminou com a lei de 13 de maio.

No mês de junho retornou a fôlha à direção de José Maria (9), tendo como redatores José Mariano, Antônio Gomes Pereira Júnior, Estevão de Sá, Artur e Francisco de Albuquerque, Filomeno Peixoto e Manuel Caitano, voltando a ser órgão do Partido Liberal.

Dentre a matéria inserida, variada, reduzidos os pruridos da campanha partidária, notavam-se artigos assinados por Faelante da Câmara, inclusive com o pseudônimo de **Lincoln**; Lourenço Bezerra Carneiro da Cunha, etc., e versos de Mendes Martins, Raimundo Correia e, sobretudo, de **Gregório Júnior** (João Gregório Gonçalves, que antes aparecia como J. Gonçalves Júnior), com seus "Tiros ao alvo", seção humorística que vinha do princípio do ano e foi substituída, em julho, pelos "Gracejos", constantes de sonetos de sete sílabas (10).

(9) Em artigo de 20-12-1890, escreveria José Maria que, ao reassumir a direção e propriedade de **A Província**, seu primeiro ato foi despedir Adolfo L. de Sousa, que figurava como editor.

(10) Consoante nota divulgada a 3-8-1889, **A Província**, manifestando, publicamente, sua gratidão a **Gregório Júnior**, resolveu dar uma edição dos apreciados "Gracejos", "justa homenagem prestada àquele que tanto fêz e continuará a fazer ainda em proveito dos seus leitores". Concluiu abrindo assinatura para o livro, com capa ilustrada, a 2\$000 por exemplar.

1888

Na parte do segundo semestre, José Higino Duarte Pereira assinou uma série de artigos, nas "Publicações Solicitadas", sob o título "Selfgovernment" (tese de concurso), contestando a opinião de Tobias Barreto (êste através do **Jornal do Recife**), ambos baseados na teoria expendida nos livros do jurisconsulto Rodolfo Gneist. Ao lado daquele, associaram-se no ataque, tornado de caráter pessoal, outros combatentes, mas sob pseudônimos, inclusive **Beslier** (como se ocultava o médico Antônio de Siqueira Carneiro da Cunha), o qual, em artigo de 17 de outubro, intitulado "O dr. Tobias Barreto como chefe de escola", acentuou que as qualidades que nêle mais se salientavam, como polemista, eram "a insolência, a petulância, a fatuidade, a inconveniência, a má-criação". Nas "solicitadas" d'**A Provincia** apareceu um **Tobias Napoleão** defendendo os pontos de vista do outro Tobias (11).

Um desentendimento havido em tórno do serviço gráfico levou a emprêsa a dispensar, de uma só vez, a 7 de setembro, 21 tipógrafos, lutando com dificuldades para substituí-los sem prejudicar a saída do jornal.

1889

Abrindo a primeira coluna da primeira página, lia-se, a partir de 3 de janeiro de 1889: "**A Provincia** é a fôlha de maior circulação no norte do Brasil".

Tendo entrado para o corpo redacional, Carneiro Vilela começou a divulgar, a 13 do mês em referência, as "Cartas sem arte", em rodapé, aos domingos; logo mais, redigia, diariamente, sem assinatura, a crônica "Traços e Troças", sendo a primeira datada de 5 de fevereiro. Criou-se a seção humorística, em versos, "Parte Policial", pelo **Dr. Polícia**, e **Gregório Júnior** passou, em maio, a assinar a "Receita da manhã" (quadra em decassílabos), pouco depois substituída pelos seus "Ávulsos", sendo outros colaboradores João de Deus do Rêgo, Oliveira e Silva, Guilherme Braga, Alberto de Oliveira, França Júnior, J. M. Silva Coutinho, que iniciou, em outubro, uma série de artigos sob o título "Silvicultura", e **Juvenal**, autor das "Sátiras", em versos.

(11) Em nota ao pé da página 326 do livro "Polêmicas", vol. II das "Obras Completas" de Tobias Barreto (edição do Estado de Sergipe, 1926), escreveu Silvio Romero: "Acompanhei com todo o cuidado esta discussão: de um lado, Tobias só, e de outro lado, o dr. José Higino, acolitado por grande quantidade de pseudônimos, que ocultavam, ao que se diz, os nomes dos srs. drs. José Mariano, José Maria, Antônio de Siqueira Carneiro da Cunha, Maciel Pinheiro e outros. As descomposturas passadas em Tobias foram das mais violentas que têm sido publicadas em letra de fôrma contra ente humano. Superiores àquelas só as de que eu próprio tenho sido alvo ultimamente em livros inteiros e em repetidos artigos de jornais".

No fim do ano, o matutino veio a travar polêmica com **O Norte**, em que pontificavam Martins Júnior e Maciel Pinheiro, e novamente com o **Diario de Pernambuco**, os quais combatiam a administração provincial exercida por Manuel Alves de Araújo, assim concluindo um editorial, a 16 de novembro: "Infeliz **Diario de Pernambuco**, até quando rebaixarás a missão da imprensa?"

Ufanava-se, em fins de dezembro, numa nota cuja inserção se estendeu até os primeiros dias do ano seguinte, de publicar o melhor serviço telegráfico da imprensa do Recife, para o que mantinha correspondentes "habilitadíssimos e notáveis" no estrangeiro e na capital federal, além de artigos de fundo, "contos e pequenos romances, poesias, anedotas e muitos outros escritos que amenizam o espírito e são outras tantas fontes de instrução para o povo". Divulgava atos oficiais. Impressão em máquina Marinoni.

Na edição de 1 de janeiro de 1890, após o primeiro editorial sôbre "O dia de Ano Bom", no qual o articulista concluiu desejando a todos os assinantes e leitores o "céu na terra" e o "gôzo perene das venturas eternas", o segundo ocupou-se do "glorioso legado" que fôra a implantação da República, para dizer que ao nôvo ano estava assinalada "uma notabilíssima tarefa", frisando: "A República está proclamada. Não há receio de que a Constituição deixe de confirmar o ato revolucionário do Exército e da Armada".

Mais adiante, acentuava: "O nôvo ano tem de assistir, certamente, à fundação da República e ao desenvolvimento de tôdas as fôrças vivas da nação, até ontem atrofiadas por mais de meio século de escravidão, de parasitismo e de privilégios, que o espírito das instituições democráticas não pode tolerar. Tem de assistir ao ressurgimento das antigas províncias, sugadas pelo enorme polvo da centralização, e as quais, hoje transformadas em Estados autônomos, formarão o todo harmônico que se chamará Estados Unidos do Brasil".

No mencionado ano empreendeu o matutino a divulgação da Correspondência "De Paris", assinada por Castro Rêgo. Os "Traços e Troças" foram substituídos pelos "Monólogos", depois "Diálogos", e seu autor, Carneiro Vilela, subcrevia mais as "Cartas na mesa". Apareciam produções de João Barreto de Meneses, Augusto Aristeu, Clóvis Bevilaqua e outros. J. J. Seabra iniciou, a 29 de março, uma série de artigos, nêles denunciando o diretor da Faculdade de Direito, em consequência dos insultos de que fôra alvo, em reu-

1890

nião da Congregação. Na edição de 9 de abril via-se inserida a nova lei de imprensa do govêrno provisório (12).

A **Provincia** vinha alimentando polêmica com o **Jornal do Recife**, principalmente com seus redatores Ulisses Viana e Martins Júnior, que eram atacados, inclusive, em artigos de José Mariano. A 22 de julho, dizia um editorial haver terminado a crise verificada na política pernambucana, uma vez afastado do govêrno provincial Albino Meira, que o exercera durante três meses, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente Ambrósio Machado. Logo mais, a 5 de agosto, fazia o matutino completa cobertura da chegada ao Recife do novo presidente da Provincia, o conservador Henrique Pereira de Lucena (já Barão de Lucena), a quem aderiu, pois recusava "tomar parte no odioso pacto oligárquico a que se pretendia enfeudar esta terra".

Dois dias após publicava-se u'a moção em que antigos membros do Partido Liberal, aderindo à República, repudiavam a resolução da outra ala, por haver preponderado nela o elemento oligárquico, moção que teve a assinatura de José Mariano, José Higino, Lourenço de Sá, José Maria, Faelante da Câmara, Bruno da Silva Maia e outros, seguida de telegrama ao Marechal Deodoro da Fonseca e de uma visita de solidariedade ao Barão de Lucena, quando êste assumiu o govêrno. Enquanto isto, prosseguiram os ataques ao **Jornal do Recife**, que defendia a fação liberal chefiada por Luís Filipe de Sousa Leão (Barão de Vila Bela).

No mês de outubro, porém, o "govêrno benemérito" da provincia foi transferido ao Desembargador José Antônio Correia da Silva, também apoiado pela **A Provincia**, que escreveu, a 27 de novembro: "Quem poderá cruzar os braços vendo êsse prurido infernal dos ódios do **Jornal do Recife**

(12) Foi Manuel Antônio Pereira Borba o primeiro a sofrer o rigor da nova lei, pois, escrevendo, na edição d'**A Provincia**, de 19-4-1890, violento artigo, na seção "Publicações diversas", contra o juiz de Direito de Timbaúba, Lourenço Bezerra Vieira de Melo, foi por êste denunciado por crime de "injúrias e calúnias", sendo pronunciado pelo juiz do 2.º Distrito Criminal da capital, Joaquim Correia de Oliveira Andrade, e confirmada a pronúncia pelo Tribunal da Relação (art. 231 combinado com os arts. 230 e 237 § 2.º do Código Criminal). Mandado lançar o nome do acusado no rol dos culpados e lavrado contra o mesmo o respectivo mandado de prisão, fixou-se em 2.000\$000 a fiança provisória. Em consequência, os diários de 9-8-1890 publicavam o seguinte ato oficial:

"Por portaria do govêrno do Estado, de 8 do corrente, foi exonerado do cargo de 1.º promotor público da comarca desta capital o bacharel Manuel Antônio Pereira Borba, por se achar pronunciado em crime de injúrias impressas".

contra o honrado magistrado que, merecidamente, dirige o Estado de Pernambuco?"

Em artigo assinado, a 19 de dezembro, José Maria estampou uma petição dirigida ao Juízo do 2.º Distrito, chamando à responsabilidade Vicente Cisneiros Cavalcanti, o qual, em violento artigo, o injuriara através do **Jornal do Recife**, e pedindo a intimação do editor para exhibir a "obrigação de responsabilidade" do autor, o que foi deferido. Entretanto, o editor não apareceu, "não teve a necessária coragem para encarar a luz". Mas, ou Vicente Cisneiros iria a Juízo ou o "testa de ferro terá de responder pelas injúrias atiradas a mim por um cobarde" — escrevera, depois, José Maria. Nada obstante, ficou tudo mesmo como estava.

Ao iniciar-se 1891, atendendo a um apêlo dos seus tipógrafos, cujo salário, desde vinte anos atrás, não sofria alteração, **A Província** aumentou o pagamento da composição do milheiro de letras, de \$350 para \$400. Eram novos colaboradores: Alvares de Azevedo Sobrinho, Gervásio Lobato, Gonçalves Crespo, Alfredo Campos, Cunha Vale, Gervásio Pires, José Pedro Júnior, etc.

Alimentando ininterrupta polêmica, o artigo de fundo de 30 de março aludiu ao "bando quixotesco de que é chefe o sr. Ulisses Viana e sub-chefe o sr. Martins Júnior, hoje empoleirado no **Jornal do Recife**". Com o romance "Os mistérios da rua da Aurora", iniciou Carneiro Vilela, a 7 de abril, a publicação de folhetins de sua autoria; logo mais vinha a colaboração, em versos, de Manuel Arão, em caráter esporádico.

A 5 de agosto, exibindo tipagem nova e mais nítida impressão, o matutino substituiu o foguete do alto da primeira coluna da primeira página pelo seguinte: "**A Província**, fôlha de maior tiragem do Norte do Brasil, é impressa em máquina Marinoni, única dessa espécie nesta parte da República". Festejou, na mesma data, o aniversário natalício do Marechal Deodoro, que mereceu longo editorial laudatório e efusivo poema de João Barreto de Meneses. Criou-se, à época, a seção de comentários políticos "Rabecadas", na qual, a par de artigos e notas diversas, eram atacados, com virulência, os elementos da oposição.

Grave situação veio a enfrentar o jornal, quando, a 18 de dezembro, teve que suspender sua circulação, por força das circunstâncias, voltando à tona no dia 23. Faltavam garantias, conforme explicou, para relatar os acontecimentos verificados desde o dia 18, data em que o ditador Flo-

1891

#

riano Peixoto mandara substituir o presidente transitório do Estado, que era Antônio Epaminondas de Barros Correia, (Barão de Contendas) (13), por uma Junta, assim constituída: José Vicente Meira de Vasconcelos, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e Joaquim Mendes Ouriques Jaques.

No decorrer da suspensão, houve perseguições ao pessoal d'A **Provincia**, cujo diretor, José Maria, estava sendo procurado por tôda parte, com a cabeça "posta a prêmio" (14). No dia seguinte, ou seja, a 24, dizia uma nota continuar a perseguição desenfreada, adiantando: "A nossa oficina foi varejada, há dois dias, à baioneta calada". Noutro tópicó transcreveu o seguinte comunicado oficial, assinado pelo secretário da Junta Governativa:

"Não tendo sido publicadas, desde o dia 19 do corrente, o **Estado de Pernambuco** e **A Provincia**, fôlhas diárias desta capital, e desconhecendo a Junta Governativa do Estado os motivos dêsse procedimento das respectivas redações, manda fazer público que a liberdade de imprensa será garantida, como afirmou em sua proclamação ao povo em a noite de 18 do corrente, e que estão dadas tôdas as providências para que nenhum vexame nem agressão sofram as redações e tipografias das referidas fôlhas diárias" (15).

No dia 25 divulgavam-se um Manifesto do Barão de Contendas, relatando sua passagem pelo govêrno, e um protesto do Senador Feliciano Caliope Monteiro de Melo, contra a dissolução do Congresso estadual. Segundo o noticiário do dia 27, José Maria impetrara **habeas-corpus** preventivo, o qual foi concedido treze dias após, mas não cumprido, continuando o líder político e jornalista afastado da cidade.

Não arrefeceu a polêmica com o **Jornal do Recife**, sendo rijamente atacados Martins Júnior e Ulisses Viana, principalmente através das novas seções de sátiras "Metralhas",

(13) O Barão de Contendas assumira o govêrno, na qualidade de presidente da Câmara estadual, a 30 de novembro, em substituição ao respectivo vice-presidente, José Maria, que o exercera pelo espaço de três dias, dada a renúncia do Desembargador Correia da Silva.

(14) José Maria aliciara homens armados, para defender a autonomia do Estado, que julgava ameaçada. Daí, a caçada a que foi submetido, como chefe da chamada "revolução sêca", depois de ter fugido do palácio do govêrno, pela escada do fundo, escapando num bote, rio Capibaribe a fora.

(15) Um "Comunicado" do **Diario de Pernambuco**, de 24 de dezembro, dizia, a propósito, que **A Provincia** "deixou de ser publicada para armar ao efeito, com o fito de fazer crer lá fora que estavam suspensas as garantias constitucionais".

por **Krupp**, e “Graves e Agudos”, a cargo de **Bemol**, pseudônimo de Baltazar Pereira, que entrara para o corpo redacional.

Iniciando 1892, a empresa adotou nova tabela de assinaturas, a saber: Recife: trimestre — 5\$000; Interior: ano — 24\$000; semestre — 12\$000. Número avulso — \$100.

Manifesto “Ao País” foi publicado a 3 de janeiro, concluindo no dia seguinte. Nêle relatou José Maria os acontecimentos transatos, denunciando tudo quanto ocorreu para determinar a situação criada pelo que chamou a “hecatombe de 18 de dezembro”. Foi ao mesmo tempo transcrito vibrante discurso de José Mariano, pronunciado na Câmara federal. No dia 12 saiu outro manifesto “Ao País”, assinado pelos juizes excluidos do Tribunal de Justiça por haverem votado favoravelmente à concessão do **habeas-corpus** a José Maria. Novos manifestos foram depois divulgados, contra a situação dominante, inclusive do Senador Lourenço de Sá e Albuquerque.

Permanecia o terror policial e o matutino lançou, no dia 13 de janeiro, um Boletim, comunicando aos leitores que, estando sem garantias, sob ameaças de morte e empastelamento, fechava as suas portas, o que fêz, realmente, mas voltou a circular após 48 horas (16).

Alvo de rudes ataques do **Diario de Pernambuco**, do **Jornal do Recife** e da **Gazeta da Tarde**, que defendiam a Junta Governativa, **A Província** manteve polêmica com os dois primeiros, sem dar atenção ao terceiro, a respeito do qual escreveu a 17 de janeiro: “Informam-nos que somos diariamente injuriados em artigos editoriais da **Gazeta da Tarde**. Acreditamo-lo e, uma vez por tôdas, declaramos: Pode a **Gazeta** grasnar à vontade, nos descompor com a maior liberdade e disposição. Não nos incomoda, nem nos incomodará. Não lhe daremos a honra de uma resposta. **A Gazeta** não tem cotação”.

Tendo circulado, no dia 21, com seis páginas, voltou a fôlha a suspender sua circulação, para ressurgir no dia 26, ainda de janeiro, depois dos “graves acontecimentos de que

(16) Fazendo côro, em sentido joco-sério, com a oposição d'**A Província** aos três membros do governo, circulou, no dia 11 de janeiro de 1892, o pequeno jornal **A Junta**, que se vendia por uma “junta de três vinténs”. Constava do seu programa “puchar os cordões dêsses bonecos de engonço que escalaram o poder, para, com os seus gritos e trejeitos, divertirmos o público”. Sua única matéria constituiu-se de sátiras e achincalhe, em prosa e verso, à Junta Governativa do Estado. Pouco depois do início da distribuição do afoito órgão, a polícia confiscou os exemplares em poder dos gazeteiros, sendo êstes presos e seviciados.

foi teatro esta capital na noite de 21 e na manhã de 22". A tipografia "estêve cercada, sob o perigo de bombardeio destruidor"; "parte do seu material de composição foi empastelado", e até os redatores, desde aquela noite, estavam sendo perseguidos e ameaçados por capangas e policiais, que os queriam "desacatar ou assassinar". Tudo isto ocorreu por motivo das eleições daquela data, que coincidiram com a passagem pelo Recife do General José Clarindo de Queiroz, governador do Ceará, recém-deposto e alvo de grandes homenagens dos anti-florianistas pernambucanos, o que resultou em sérios motins. Sofreram vexames, principalmente, os jornalistas Faelante da Câmara, Gonçalves Maia e Artur Orlando.

Só a 28 de abril retornou José Maria do esconderijo, reasumindo suas funções no matutino. No mesmo dia anunciava-se a formação do Partido Republicano Autonomista de Pernambuco, tendo como presidente de honra o Barão de Lucena, quando já se encontrava à frente do Govêrno, eleito constitucionalmente, Alexandre José Barbosa Lima, empossado uma semana antes.

Entrou **A Província** num período de neutralidade quanto à administração estadual, prosseguindo, porém, na eterna polêmica com Martins Júnior (17) e o **Jornal do Recife** e, já então, igualmente, com a **Gazeta da Tarde**. Demétrio Simões, Estêvão de Sá e Aires Belo eram novos redatores, tendo Manuel Caitano voltado ao serviço, após breve temporada feito promotor público no interior do Estado. Veio a colaboração poética de Euniciano Ribeiro, enquanto Artur Orlando assinava substanciosos artigos de feição jurídica. A partir de 13 de maio, adotava-se nova tabela de preços para publicações pagas, na mesma base dos outros diários, conforme convenção assinada.

Nôvo melhoramento anunciou a emprêsa, a 5 de agôsto: foi inaugurada uma seção de estereotipia, destinada à fabricação de interlinhas, lingotes, cotaços e clichês para anúncios. A edição de 25 do mencionado mês foi dedicada ao falecimento de Deodoro da Fonseca, com tôdas as colunas, mesmo nas páginas de anúncios, separadas por linhas de tarja.

Principiado 1893, **A Província** anunciou que ofereceria, a quem pagasse nova assinatura até 15 de janeiro, um volu-

(17) Os mais violentos artigos contra Martins Júnior foram os das edições de 4, 6 e 21 de setembro de 1892, assinados por José Maria, que o chamou de "sujo", "rôto", "negro como as trevas, imundo como a podridão".

me dos "Monólogos" e "Cartas sôbre a mesa", do seu redator Carneiro Vilela, ou o "Nôvo Codigo Penal". Vários intelectuais responderam, a partir de fevereiro, à pergunta: "Ser feliz! Em que consiste a felicidade?", da seção "Cenáculo — Idéias em concurso". E surgiu a seção de crônicas "Ao correr do lapis", sem assinatura, apesar de o redator falar na primeira pessoa do singular.

A 18 de junho, um artigo redacional aplaudia o ato do Governador Barbosa Lima, que designou uma comissão para elaborar o projeto de regulamentação da lei n.º 140, de novembro de 1891, sôbre a liberdade de imprensa, assim concluindo: "O espetáculo a que, de 18 de dezembro para cá, estamos assistindo é um sintoma da decadência moral contra o qual é preciso reagir enèrgicamente, mesmo por meio de fôrça pública, quando o abuso da liberdade de imprensa degenerar em provocação ou via de fato".

Devido a sucessivas interrupções, só na data acima mencionada, após 26 meses do seu início, veio a terminar a divulgação do romance "Os mistérios da rua da Aurora", com 339 inserções. Seguiu-se, a 7 de julho, outro folhetim de Carneiro Vilela: a novela "A menina de luto", depois impressa em livro (edição d'A **Provincia**), substituída, a 27 de agosto, por outra, intitulada "Noivados originaes", com o sub-título "Histórias históricas", do referido autor e redigida em prosa e verso ao mesmo tempo. (Esta última tinha sido divulgada 22 anos antes, pela revista **A America Illustrada** e, em 1873, reunida em livro sob o título "Fantasias" e o sub-título "Contos ao correr da pena — 1864/1873").

Também no mês de agosto, a 22, em artigo assinado, a respeito do govêrno de Barbosa Lima, salientou José Maria: "Amigos hoje, poderemos amanhã, o que não permita Deus, digladiarmo-nos como adversários francos e intransigentes".

Na edição de 27 de setembro era divulgada a nova tabela de preços de anúncios e assinaturas, de "acôrdo com os companheiros da imprensa da manhã e tendo em vista a elevação do preço do trabalho tipográfico", na seguinte base: preço por linha: Solicitadas — \$180; anúncios (assinantes) — \$100; idem (não assinantes) — \$150; Avisos ou reclames — \$250; Leilões e Declarações — \$120; Editais — \$150. Assinaturas para o Recife: trimestre — 6\$000; para o interior: ano — 27\$000 semestre 14\$000. A administração das oficinas estava a cargo de Severiano de Paula Franco.

Iniciada a 6 de setembro de 1893, a revolta da esquadra brasileira, no Rio de Janeiro, **A Provincia** fêz ampla cober-

1891

1893

tura dos acontecimentos, através de telegramas e recortes da imprensa carioca, comentando-os com neutralidade. Contudo, atingida a “fase aguda”, abraçou a causa “com entusiasmo” e, em consequência, passou a atacar, a um tempo, Floriano e o governo de Barbosa Lima (18). Logo mais, a 14 de novembro (19), veio a ser suspensa sua circulação, mediante intimação do delegado do 1.º Distrito, por ordem do governador, o qual, por sua vez, recebera instruções emanadas do governo da União.

Além disso, “foi prêso o redator-chefe José Mariano Carneiro da Cunha (20), sendo varejados os prédios da redação para efetuar-se a prisão do redator dr. José Maria de Albuquerque Melo, não se poupando os aposentos de sua exm.^a família, nem as malas que nêles se achavam” (21). Ele, porém, já se encontrava no “ôco do mundo”, onde permaneceria longo tempo (22).

Ao verificar-se o “ultimatum” de suspensão, os redatores d’A **Provincia** divulgaram um Boletim, declarando que não se submeteriam senão à força, “desde que estivesse declarado o estado de sítio” (23). Êste, contudo, já fôra decretado. Invadidas a redação, escritório e tipografia, ficaram os prédios sob rigoroso cêrco. Num dos pavimentos su-

(18) Consoante anotação de Sebastião Galvão, no seu “Dicionário Co-gráfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco” (Vol. Q e R), o proprietário d’A **Provincia** fôra intimado pela policia, a 17 de outubro, a não publicar nem consentir artigos de crítica ou censura contra o governo de Floriano Peixoto.

(19) Na coleção da Biblioteca Pública do Estado, assim como nas outras coleções, parciais, manuseadas, não existem os exemplares correspondentes ao mês de outubro e aos 14 dias iniciais de novembro de 1893.

(20) Ainda segundo Sebastião Galvão, o líder José Mariano divulgara um manifesto, na edição de 5 de novembro, explicando sua posição perante a revolta de 6 de setembro, de franca solidariedade, para concluir: “É preciso que a nação inteira se levante, fazendo uma última intimação ao Marechal Floriano Peixoto para que deixe o poder, por bem da paz e salvação da República”. Daí, a acusação, que lhe pesou, de haver planejado uma sublevação destinada a depor as autoridades constituídas que não aderissem ao movimento chefiado pelo Almirante Custódio de Melo.

(21) Noticiário do **Commercio de Pernambuco**, de 24-11-1893.

(22) Dois meses decorridos, distribuiu-se, clandestinamente, no Recife, em opúsculo, o manifesto “Aos meus concidadãos”, datado de 23 de janeiro de 1894. Nêle, José Maria narrou, longamente, a preparação do movimento em Pernambuco, de apoio à revolta contra Floriano, e a traição do Governador Barbosa Lima, que se havia comprometido a patrociná-lo, para depois fugir à responsabilidade. (Exemplar único, existente na biblioteca do Instituto Arqueológico).

(23) Da mesma edição do **Commercio de Pernambuco**.

periores residia o próprio José Maria com a família. As escadas, dias seguidos, eram “um caminho de formiga da polícia” (24). Havia ordem de prisão para todo o corpo redacional, que encontrou a salvação na fuga, menos Gonçalves Maia, o qual, detido, foi mandado para o quartel do 14.º Batalhão de Infantaria, na rua do Hospício, de onde, todavia, conseguiu escapular-se a 14 de fevereiro do ano seguinte, para o que “soube descer escadas de corda e pular muros” — conforme escreveu, mais tarde, Venâncio (outro pseudônimo de Baltazar Pereira), na seção “Vida alheia” (25) — permanecendo, pelo espaço de quase um ano, em esconderijos na cidade (26).

Perdurando a paralisação (27), a União Tipográfica, presidida pelo artista gráfico e escritor João Ezequiel de Oliveira Luz, deliberou dividir os tipógrafos sem trabalho entre as diversas oficinas locais, o que foi efetivado com êxito.

Cessado o estado de sítio, voltou **A Província** a circular a 5 de agosto de 1894, reproduzindo, ao abrir a primeira coluna da primeira página, uma carta circular aos leitores, assinada pelo gerente José Cisneiros de Albuquerque Melo, solicitando-lhes novas assinaturas e a utilização de suas colunas ineditoriais. Salientava:

1894

“**A Província**, que continuará a ser o que fôra sempre, desde o seu comêço — verdadeiro órgão da opinião, advogando as boas causas, discutindo as questões mais importantes que se agitarem no país e fora dêle, emitindo sôbre todos os acontecimentos políticos e sociais o seu juízo com retidão e justiça, independência e critério, que constituem seu apanágio — espera continuar a merecer o favor público, único recurso com que sempre contou e a quem exclusivamente deve o grau elevado de prosperidade a que atingiu e em que a en-

(24) **A Província**, edição de 5-8-1894.

(25) *Idem*, edição de 8-8-1894.

(26) A odisséia de Gonçalves Maia está narrada no seu livro “Horas de prisão”, editado em 1923, no qual o autor é apresentado com o nome de **Batista** e José Maria com o de **Avelar**.

(27) Tendo encaminhado ao govêrno federal apelos de jornalistas pernambucanos, no sentido de ser sustada a ordem de suspensão, o General Leitão de Castro, comandante da guarnição do Exército no Recife, recebeu, assinado por Floriano Peixoto, o telegrama a seguir, que o **Jornal do Recife** divulgou a 22 de novembro de 1893: “**A Província** foi suspensa por justo motivo. Deveis manter esta ordem, deixando, assim, de atender aos pedidos de outros jornais. **A Província** não pode continuar agora. A situação não comporta concessão. Recusai terminantemente o pedido daquela imprensa que está fora do seu papel”.

controu o ato do govêrno pelo qual viu-se forçada a desaparecer da arena durante oito meses e meio.

“Entregue a sua redação a amestradas penas, **A Província** será uma fôlha atraente e indispensável a tôdas as classes. Esmerar-se-á, principalmente, na parte comercial, dando notícias, informações e revistas exatas e completas, quanto possível, do movimento da importante praça de Pernambuco”.

No editorial, a seguir, lia-se: “Ressurge, hoje, **A Província**, depois do silêncio que lhe impôsto há oito meses e vinte dias precisos. A intimação que à nossa mesa de trabalho veio trazer-nos um agente da polícia, em 14 de novembro do ano passado, não podia imobilizar eternamente a pena com que, no jornalismo pernambucano, sempre soubemos defender a Liberdade e pugnar pelo progresso da pátria. Fôsse medida de justificado rigor ou de mera perseguição, a sua violência havia de ser transitória, tinha de cessar, e cessou”.

Depois de outras considerações, concluiu o articulista: “Com a linguagem decente e modesta, de que sempre usou, ela saberá prosseguir em sua missão, furtando-se à incandescência da paixão partidária para melhor servir ao bem público. Tributários de seus interesses, a êle nos entregaremos. Foi bastante longo o período de suspensão d'**A Província**; mas isso não a abateu, antes aumentou-lhe o ânimo e retemperou-lhe o patriotismo. Ela o atestará na nova fase que hoje começa”.

Ao retornar à circulação, o matutino ocupava os prédios ns. 49 e 51 da rua 15 de novembro (atual do Imperador, onde, 33 anos depois, seria localizado o **Diario da Manhã**) e os de ns. 42, 44 e 44-A, do Cais da Regeneração (hoje, avenida Martins de Barros), com redação e administração no primeiro déles.

Três dias depois (8 de agôsto) noticiava-se haver sido concedido **habeas-corpus** a Gonçalves Maia, já eleito e proclamado deputado federal desde 6 de maio. Nada obstante, sabendo que o comandante do Distrito Militar, general Pimentel, se dispunha a desrespeitar a medida, êle “teve de acautelar-se. Conseguiu, com tôdas as reservas, passagem para o Rio, num transatlântico inglês, foi para bordo em companhia do consul da Inglaterra, e partiu” (28).

A fôlha empreendeu, então, intensa campanha contra a administração Barbosa Lima, a par de ataques ao **Diario de Pernambuco**, que a defendia. Enquanto isto, inseria matéria

(28) “Horas de prisão”, página 176, última do livro.

variada, incluindo seções como "Vida alheia", de Venâncio; "Coisas íntimas", por M.; "Cenas rústicas", de versos humorísticos, a cargo de Job Lucio; "Sonhos", crônica de J.; "Por alto", com a assinatura Gil & Braz, surgindo mais colaboradores, em prosa e verso, a salientar José de Vasconcelos, Demóstenes de Olinda e Augusto Aristeu, ao passo que voltavam os folhetins de Carneiro Vilela, a saber: "Laurinha" (crônica de Olinda), a partir de 10 de agosto; "A Yara" (crônica fantástica do Pará), que começou a 29 de agosto; "O Amor" (crônica de tôda parte), desde 19 de setembro, pouco depois enfeixadas no volume "Três Crônicas"; "O Esqueleto" (crônica fantástica de Olinda), que teve início a 13 de outubro, e "Inah" a 18 de dezembro, novela cuja publicação se estendeu até fins de abril do ano seguinte (29), a que se seguiu, a 1 de maio, o romance "Noêmia", terminado a 7 de fevereiro de 1896 e transformado em livro.

No mês de setembro de 1894 começaram as crônicas de Gonçalves Maia, procedentes do Rio de Janeiro, substituídas, a 18 de outubro, pela seção local "A Rua". A 19 de setembro, o matutino anunciava a libertação do seu redator-chefe José Mariano, na capital federal (30), dedicando-lhe, desde aí, vários editoriais, até sua chegada ao Recife, a 16 de outubro, coberta por grandes reportagens. Havia regressado, por sua vez, dias antes, o diretor-proprietário José Maria. No mês em referência, Raimundo Pontes de Miranda divulgava uma série de estudos, sob o título "Questões Sociais". Publicaram-se, já no fim do ano, vários discursos pronunciados, na Câmara federal, por Artur Orlando, a respeito da situação de Pernambuco.

Contra a administração estadual, escreveu *A Província*, a 17 de outubro de 1894: "Pernambuco enfrenta-se, há longos meses, com o sr. Barbosa Lima e sofre, e sofre tanto, que dêle não pode ter dó... Se a humanidade proíbe que o malvado seja hoje eliminado, é imperioso ao menos arredá-lo da sociedade que êle está moral e materialmente destruindo. A paciência esgota-se, e o desespero quase sempre sucede-a".

(29) Igualmente a "Noivados originaes", já mencionada, as três crônicas, e as duas novelas a que se alude acima, tinham sido divulgadas, entre 1871 e 1875, pela revista caricata *A America Illustrada*, sem assinatura. "Inah" foi também publicada, em parte, no *Diario do Gram Pará*, de Belém, de cuja tipografia, no ano de 1879, saiu em livro, pela primeira vez, chegando à 4a. edição no Recife, em 1894.

(30) A princípio, José Mariano estêve encerrado num calabouço insalubre da Ilha das Cobras, sendo, após dois meses, transferido para melhor prisão, no Morro do Castelo.

1894

Mais de um mês após, verificado o empastelamento da **Gazeta da Tarde**, suspendeu **A Provincia** a circulação a 29 de novembro, solidária com os confrades daquele outro diário. E, por intermédio do seu proprietário, José Cisneiros de Albuquerque Melo, reeando assalto à tipografia, requereu ao dr. Juiz de Direito do Cível a avaliação de sua propriedade. Os peritos nomeados, Francisco Pedro Bolitreau, Juvêncio Aurélio da Cunha César e José de Vasconcelos, avaliaram-na em 328.340\$000”.

Só voltou à circulação no dia 12 de dezembro, quando historiou e vituperou, em termos bastante enérgicos, aquela ocorrência.

Presente o ano de 1895, ao passo que divulgava sonetos e poemas de Baltazar Pereira, Fernando Griz, Luís Guimarães Júnior, Augusto de Carvalho Aranha e outros, sem faltar, aos domingos, a prosa literária, acirrava-se a campanha contra o governo de Barbosa Lima, haja vista o editorial de 17 de janeiro — “Corrida de obstáculos” — do qual vale ressaltar a frase: “A lei e o direito, a liberdade e a justiça vão sendo, de trecho a trecho, vencidos pelo feroz ditador”.

Essa campanha teve resultado funesto, culminando com o assassinio de José Maria, fato ocorrido no decorrer do pleito municipal de 4 de março, quando fiscalizava a mesa eleitoral da rua 24 de maio. Impossibilitado de circular nos dias subsequentes, por falta de garantias, só reapareceu o matutino no dia 11, com a primeira página em tarjas intercolunais, trazendo no centro clichê de José Maria, dentro do desenho de um mausoléu (três colunas) feito de vinhetas negras e, ao derredor, a matéria, constituída de artigos de saudade e de recriminação aos responsáveis oficiais pelo crime; biografia do extinto e narrativa completa dos fatos, continuando tudo na segunda página. Num dos editoriais, lia-se:

“O magarefe anêmico do Campo da República, o Nero calvo como Domiciano, que respira a saúde na atmosfera dos matadouros, com o cinismo revoltante de um Pilatos assassino, lava as mãos no sangue do nosso querido chefe e incumbem o ilustre dr. Sigismundo Gonçalves (31) de fazer a sindicância do lutuoso acontecimento que cobriu de crepe o país inteiro”.

Dias sucessivos, **A Provincia** ocupou-se do assunto, exaustivamente, enquanto José Mariano escrevia, na imprensa do

(31) Sigismundo Gonçalves era então, juiz de Direito do 3.º Distrito Criminal.

Rio de Janeiro, uma série de artigos, aqui transcritos, sob o título "A tragédia de Pernambuco". No editorial de 12 de maio, dizia a fôlha enlutada: "O sr. Barbosa Lima é a caricatura hedionda de todos os déspotas cruéis, de todos os hipócritas malvados".

Devendo terminar a 17 de junho de 1895, segundo A **Provincia**, a gestão do malsinado governador, êste, no entanto, permaneceu no poder (32). Coincidia a data com o quarto aniversário da Constituição estadual, comemorado com passeata e discursos.

Dois dias após, num dos seus virulentos artigos, dizia que "a defunta Constituição teve um entêrro digno da gentalha do snr. Barbosa Lima", ao mesmo tempo que declarava Faelante da Câmara, em artigo assinado: "No calendário da religião de manipaço, culto **fin de siecle** dos governistas de Pernambuco, o dia de ontem foi de finados, exclusivamente consagrado à memória da Constituição, aos artigos de lei mortos na juventude do sistema que nos rege".

Permanecendo a falta de garantias, a fôlha deixou de circular a 27 e 28 e a 16 do mês seguinte, dias em que se fazia sentir, mais agudamente, a afronta policial. A partir de 7 de julho, foi obrigada, de acôrdo com a lei n.º 140, a estampar, no cabeçalho, o nome de todos os redatores, que eram os seguintes: José Gonçalves Maia, Baltazar de Albuquerque Martins Pereira, Manuel Caitano de Albuquerque Melo, Artur Henrique de Albuquerque Melo, Artur Orlando da Silva, Francisco de Albuquerque Melo, Francisco Faelante da Câmara Lima, Gaspar de Drumond, José Mariano Carneiro da Cunha, José Nicoláu Tolentino de Carvalho e Luís Demétrio Dias Simões, constituindo os três primeiros "uma equipe, consoante Aníbal Fernandes, das melhores que o jornalismo brasileiro jamais apresentou" (33), ao passo que a atuação dos demais, em sua maioria, era anônima ou acidental.

A lei n.º 140, de âmbito estadual, mereceu sucessivos ar-

(32) Em sua edição de 17-6-1895, o órgão situacionista **O Estado** declarou que o governo de Barbosa Lima, iniciado a 7 de abril, devendo, por força do artigo 44 da Constituição, durar quatro anos, se estenderia até 7 de abril de 1896. E, no dia 19, o **Diário de Pernambuco** divulgou a lei estadual que marcava as eleições governamentais para 7 de dezembro e estabelecia a data de 7-4-1896 para o término do mandato do primeiro governador constitucional.

(33) "Jornais e jornalistas do meu tempo" — conferência pronunciada em Campina Grande, publicada no **Diário de Pernambuco**, de 6-12-1953, e depois incluída no livro "Estudos Pernambucanos".

1895

tigos de condenação, inclusive assinados por Faelante da Câmara, que comprovou sua inconstitucionalidade. Na seção "Revista dos jornais", atribuiu-se à mesma "intenções reservadas".

Obedecendo a um dos dispositivos da lei, que aboliu "o anonimato e o pseudônimo", Sérgio deixou de assinar as suas "Coisas Simples", coluna de sátiras políticas, na qual eram visados, sob tremendo ridículo, o governador, seus satélites e o **Diário de Pernambuco**. Excluída a assinatura, a seção, que se prolongou até novembro, tornou-se ainda mais cáustica, sem que deixassem de aparecer no texto das notas, a qualquer pretexto, alusões ao pseudônimo extinto (34). As "Coisas da Arábia" situavam-se no mesmo plano de levar ao ridículo a grei situacionista. Seu autor era Faelante.

Em artigo na edição de 21 de julho, o jornalista Demétrio Simões revelou que estava condenado à morte e, se ainda não caíra "golpeado pela faca de qualquer sicário a serviço do sr. governador, é porque estudam oportunidades, procuram asado momento", acentuando: "São sem número as emboscados e atos preparados contra mim, vindos de longa data e cada vez mais amiudados. Ninguém acredita quanto tem-me custado fugir a todos eles".

Medindo a situação, resolveu o jornalista mudar-se, temporariamente, para o Rio de Janeiro; não escondeu, porém, que ia viajar; preparou a bagagem e quando estava a postos para rumar ao pôrto, teve de abandonar seu intento. Havia ordem para deixá-lo "partir da rampa do Cais do Comércio, mas, ao chegar à barra, seria prêso. Um escaler, antes de atracar o seu, havia conduzido capangas e soldados; e uma fôrça estacionava em Fora de Portas, dominando o canal por onde passam as embarcações". Salvou-o "uma alma bemfazeja".

(34) O questor Néri da Silva, acompanhado de um escrivão e policiais, dirigiu-se ao escritório d'A **Provincia**, a 7-8-1895, ali fazendo a apreensão dos restantes exemplares da edição do dia. Foi lavrado o devido termo, segundo o qual a seção "Coisas simples" incorrera na "sanção penal do artigo 6.º. § 1.º, da Lei 140, porque figurou um diálogo em que alguém perguntava se era em consequência do fato de ter alargado a rua das Nin-fas que se dizia sofrer o sr. prefeito da capital de certa moléstia cujo nome é análogo ao daquela rua".

No dia 22, o juiz João Alvares Pereira de Lira condenou à multa de 200\$000 o jornalista Baltazar Pereira, que o promotor se "arrogou o direito de escolher, entre os onze redatores d'A **Provincia**", como responsável pela publicação incriminada.

O condenado apelou para o Superior Tribunal, porém não se falou mais no assunto. E o promotor denunciante, Manuel Nunes Correia, passou a ser o alvo principal da mais contundente sátira das "Coisas simples".

Demétrio Simões, entretanto, conseguiu, depois, afastar-se do Recife. Segundo **A Província**, a 17 de setembro ele já se encontrava na metrópole, assim como os seus companheiros de redação José Mariano, Artur Orlando, Gonçalves Maia, Gaspar de Drumond e Nicolau Tolentino, alguns deles eleitos deputados.

Depois de haver escrito, por algum tempo, as “Cartas do Sul”, Gonçalves Maia passou a ter seção diária no órgão carioca **Cidade do Rio**, sob o título “Flexas”, que **A Província** transcrevia, precedendo a primeira, a 19 de setembro, do tópico seguinte: “As flexas que o talentoso jornalista desferiu contra os inimigos da pátria e os vendilhões do templo da República são de ouro e levam o curare na ponta adamantina: brilham quando atravessam o espaço; mas deixam o veneno da crítica severa, da censura merecida e justa no ponto em que atingem”.

Em seguimento aos ataques à situação dominante, lia-se na edição de 29 do referido mês: “O sr. Barbosa Lima não é governador legal de Pernambuco; desde 17 de junho ele não é mais do que um simples usurpador; o seu governo não se apoia no Direito e sim na força!”

Ao iniciar-se 1896, **A Província** dava edições dominicais de seis páginas e, ao passo que anunciava, alegremente, aproximar-se o dia da substituição do governador do Estado, apresentou novas seções, como as “Crônicas do tempo”, em grande rodapé, de Gonçalves Maia, e as “Histórias do dia”, por B. P. (Baltazar Pereira), prosseguindo o “Cenáculo”, onde apareciam, em prosa ou verso, Honório Carrilho, Virgílio Várzea, Albino Meira, França Pereira, Eduardo de Albuquerque, **Gregório Júnior**, com a “Musa Domingueira”, e outros.

Iniciando a seção “Literatura aos domingos”, na edição de 26 de janeiro, Faelante da Câmara disse que vestira, “por cima do gibão de político efetivo, a blusa domingueira de literato em disponibilidade”, frisando, após outras considerações: “O hábito de falar relativamente a assuntos políticos, zurrindo os escândalos de um governo macabro, dá porventura ao estilo os tons de um artigo de fundo”.

“Por outro lado — acentuou — tratar de literatura em uma terra sitiada pelo analfabetismo petulante, entregue às moscas da gangrena oficial, será talvez o mesmo que falar da beleza do sol nascente ao sujeito que sai, cambaleante, de uma orgia, soltando ao ar puro da manhã baforadas nauseabundas de aguardente e sarro. Tudo isso, porém, é “nariz de cêra” e, se eu prometi escrever hoje um folhetim literá-

1896

rio, devo mandar ao diabo as cantilenas". Seguiu-se o comentário, até encher duas boas colunas. Continuou aos sábados.

Artur Orlando entrou a redigir um rodapé, às quintas-feiras, e Francisco de Albuquerque Melo afastou-se do corpo redacional.

A edição de 4 de março, comemorativa do primeiro aniversário do assassinio de José Maria, com tôdas as quatro páginas circuladas de grossa tarja, apresentou, na primeira, a par de grande espaço em branco, o clichê e sucinta legenda do extinto; na segunda e na terceira, extenso editorial, colocado, em partes iguais, ao centro de cada uma, e, na quarta, apenas um sonêto de saudade, em tipo corpo 24, também ao centro, o que se repetiria em igual data do ano seguinte, com outras palavras e outro sonêto, assinado por Baltazar Pereira.

Em nota de 21 de maio, relatou o matutino haverem seus redatores abordado Sabino Manuel da Silva, vítima das maiores atrocidades, inclusive simulações de fuzilamento e três meses em Fernando de Noronha, onde trabalhava de dia e passava as noites com o pé no tronco. Nada disso adiantando, os algozes ter-lhe-iam oferecido quatro contos de réis para afirmar que tinham sido redatores d'**A Província** quem mandara colocar veneno numa fritada que o Barão de Nazaré (agricultor Silvino Guilherme de Barros) enviara de presente à família do governador, a qual se sentiu mal após servir-se do prato. Aquêlo popular, criado do titular, fôra o portador da saborosa iguaria (35).

A partir de junho, ainda 1896, José Mariano divulgou numerosos artigos assinados; **Elias Borges** (outro pseudônimo de Baltazar Pereira) vinha escrevendo "Uns e outros", enquanto **Vital Júnior** perpetrava versos satíricos.

Gonçalves Maia, que era, além de redator d'**A Província**, deputado federal, numa de suas permanências no Recife escreveu, em abril de 1896, "Casos diários" e depois vinham êles recortados da **Cidade do Rio**. Mais algum tempo, novamente na sua banca da redação, assinava notas sem título. No ano seguinte, voltou a escrever as "Flexas", então na

(35) Cêrca de quarenta anos depois, a viúva de Alexandre José Barbosa Lima foi chamada, com insistência, por um moribundo residente num subúrbio carioca. Era o ex-cozinheiro do Barão de Nazaré, que lhe pediu perdão por ter colocado veneno na famosa fritada. A viúva revelou tal fato a D. Flora de Oliveira Lima; esta contou-o ao jornalista Mário Melo, o qual, por sua vez, o transmitiu aos leitores a 12 de julho de 1956, na sua "Crônica da Cidade" do **Jornal do Commercio**.

Gazeta da Tarde, do Rio, aqui transcritas, depois continuando-as no Recife. Foram enfeixadas em livro.

1896

Em veemente editorial de 18 de novembro de 1896, a fôlha combateu a designação de "Barbosa Lima" dada à nova estação telegráfica de Sanharó, da Estrada de Ferro Central, frisando: "O nome dêsse magarefe anêmico recorda os mais negros tempos da nossa história e reúne as maldições que cobrem os nomes de Caim e Judas". Dez dias depois, chamava atenção para o seguinte despacho do governador Joaquim Correia de Araújo, numa petição de Eduardo José de Sousa, mestre dos pedreiros das obras dos fornos de incineração: "O govêrno exigiu o comparecimento oficial dos operários para evitar que fôsem pagas fôlhas nas quais figuram nomes de indivíduos que nenhum serviço prestam".

A 2 de julho de 1897, **A Província** retirou do Expediente o nome dos redatores principais. Entre os novos contava-se Amaro Bezerra.

1897

Órgão eminentemente político, não deu trégua, jamais, à campanha contra certos elementos do poder, obedientes, desde a saída de Barbosa Lima do govêrno, à liderança do Conselheiro Rosa e Silva. Se não atacou, desde o princípio, a administração de Correia de Araújo, não deixou de fazê-lo algum tempo mais, acusando-o de transgredir a lei, no tocante aos pleitos eleitorais. Lia-se, a propósito, na edição de 23 de dezembro de 1898: "Se S. Ex.^a cumprisse a lei, a política do sr. Rosa e Silva não seria, hoje, dona de quase todos os conselhos municipais, de quase todos os prefeitos e sub-prefeitos".

1898

Já antes, a 28 de junho, **A Província** noticiava haverem seus redatores sido intimados a responder a processo de injúria, a requerimento do dr. Santos Moreira, pela referência que a êle fôra feita, dois dias antes, como "conhecido figurante da ladroagem das usinas".

A começar de julho do referido ano, o matutino fazia acompanhar suas quatro páginas, aos domingos (depois também às quintas-feiras), de um suplemento, em tabloide de quatro páginas, com alguma literatura na primeira. Vinham divulgando sonetos e poemas: Celso Vieira, Eduardo de Carvalho, sempre João Barreto de Meneses, Ernesto de Paula Santos, também usando o pseudônimo **Fortunato Ventura**; Olímpio Galvão, Mendes Martins, Moreira de Vasconcelos, Luís Estêvão, Regueira de Sousa, **João Barafunda** (travesti

1899
do poeta alagoano João Francisco Coelho Cavalcanti (36); Domicio Rangel, igualmente prosador; Bianor de Oliveira, Carlos Pôrto Carreiro, que veio a divulgar, no ano seguinte, sua tradução do "Cirano de Bergerac", e outros, figurando Higino Belo entre os prosadores. Gonçalves Maia mandava, de Rio de Janeiro, as "Cartas Fluminenses" e, após, já no Recife, escrevia as "Notas ligeiras", assim iniciando 1899, para continuar com artigos de epígrafe variada, que eram transcritos pelo **Jornal do Commercio**, do Rio, de onde voltaria a enviar as "Cartas Fluminenses", terminando o ano, de novo, com as "Notas ligeiras", locais. "Dias grandes" foi uma interessante seção de fins de 1898, assinada por **Cantu Júnior** e constituída do registo de um fato político, seguido de uma quadra em decassílabos.

Esquecidas mágoas anteriores, Martins Júnior e José Mariano faziam política comum, tendo os dois assinado convites, em setembro de 1898, para **meetings**, e manifestos eleitorais dos partidos unidos Autonomista e Republicano Federal.

No segundo semestre de 1899 agitava-se a "Questão Rosa e Silva — Delmiro Gouveia", a respeito da qual escrevia alguém, com o pseudônimo **Frater Taciturno**, enquanto a redação divulgava artigos de louvor à personalidade de Delmiro, com ataques ao govêrno e ao **Diario de Pernambuco**. Além da nova colaboração de Soriano de Albuquerque, Sá d'Albergaria ("Da Europa"), Virgílio Brígido e Fiuza de Pontes, saíam versos humorísticos de **Cirano** (Baltazar Pereira) e **Triboulet**.

Enquanto isto, a fôlha não poupava a política situacionista estadual, qualificando a administração de Sigismundo Gonçalves como "um govêrno de patranhas". Ante a perspectiva de eleições próximas, escreveu o editorialista, a 5 de novembro:

"Sairemos das mãos do sr. Sigismundo Antônio Gonçalves para as do sr. Antônio Gonçalves Ferreira, e entre os dois há pequeninas diferenças: um arruma o Gonçalves à direita e o Antônio no meio, e o outro arruma o Gonçalves ao meio e o Antônio à esquerda... É uma simples troca de posição de Antônio e Gonçalves e nesse arranjo íntimo os nossos prejuizos hão de ser iguais ao nossos lucros".

(36) No seu livro "Pseudônimos Brasileiros", Série I, Vol. II, pág. 36, Antônio Simões dos Reis atribuiu o pseudônimo **João Barafunda**, por suposição, a um Coelho de Sousa **amazonense**, "humorista, poeta e crítico".

Ao findar o ano, precisamente a 12 de dezembro, Manuel Caitano protestava, em artigo, contra uma declaração feita no Clube Popular, de que José Maria, se vivo fôsse, teria aderido à Concentração Republicana, então fundada. Travou-se ligeira polêmica com o nôvo jornal **A Concentração**, através do qual José Mariano, seu redator, afirmou, dois dias após, que o redator-chefe d'**A Província** só esperava um pretexto para romper com êle, e repetiu a declaração em causa. Voltou Manuel Caitano, a 15, com o violento artigo "De guarda a um túmulo", atacando José Mariano e defendendo a memória do seu irmão. Prosseguiu o debate.

A edição inicial do ano de 1900 saiu a 4 de janeiro, não no dia 3 (primeiro dia útil), devido à insegurança pública criada com o aparato militar das eleições de 31 de dezembro e o incêndio ateadado, no dia seguinte, ao mercado do Derby, seguido da prisão de Delmiro Gouveia, a que **A Província** dedicou largo espaço, atacando o govêrno do Estado e seu patrono Rosa e Silva, assim como o órgão officioso **Jornal do Recife**, atribuindo a elementos officiais a responsabilidade do sinistro. Escreveu, a propósito, na edição seguinte: "Os últimos acontecimentos nos levariam ao terror vermelho do govêrno do sr. Barbosa Lima, se não aparecessem, no terror de hoje, os negros repugnantes da imundície".

Celso Vieira, autor da "Crônica" que abria a primeira página do Suplemento, vinha alimentando forte polêmica com os redatores da seção "Album do Domingo", do **Diario de Pernambuco** (37).

A 14 de janeiro iniciou Carneiro Vilela a divulgação de sua comédia "Quando elas querem" e, a 25 de fevereiro, a primeira página dedicou-se ao Carnaval, estampando a alegoria "Zé Pereira", em quatro colunas, e a parte restante constituida de trepações político-carnavalescas, vindo o noticiário dos festejos na primeira página do Suplemento.

A partir de maio, a fôlha alterou, em parte, o seu aspecto gráfico, tendo quase tôda a primeira página composta em tipo corpo 6 1/2 batido, ao passo que as três outras eram dedicadas à Seção Comercial, Solicitadas e Anúncios. Na parte intelectual surgiram novos nomes entre os colaboradores esporádicos, a salientar: França Pereira, Edwiges de Sá Pereira, Alfredo Maia, F. Moreira de Vasconcelos, Misael Seixas, Guimarães Passos, Generino dos Santos; **Aldebaran**, com

(37) Em julho de 1900, Celso Vieira publicava o livro "Questões literárias", constituido do material polêmico.

1900

as "Coisas do outro mundo"; José Henrique de Sá Leitão, Caitano de Almeida Andrade, Carneiro da Cunha ("Questão das águas"), Raul Azêdo, Leônidas de Oliveira, Ventura Correia e, já no fim do ano, G. de A., com a crônica política "Velhos e novos", ao passo que Fradique assinava versos ligeiros.

Efetivada a substituição do governador do Estado, A **Província** mantinha-se discreta quanto à administração do nôvo titular Antônio Gonçalves Ferreira, continuando, porém, em polêmica, por qualquer motivo, com o **Jornal do Recife** e seu redator-diretor, o ex-governador Sigismundo Gonçalves, ao mesmo tempo que envolvia nos ataques a gestão de Antônio Ferreira Júnior (Tonico Ferreira) na Prefeitura de Olinda.

Dois trabalhos em zincografia, um dêles no Suplemento, estampou a fôlha a 4 de novembro do mencionado ano, os primeiros executados em suas próprias oficinas, o que constituiu "um arrôjo de aprendizagem", logo mais normalizando-se essa nova atividade. O primeiro clichê representava uma cruz latina, comemorativa do Dia de Jesus Cristo Redentor (38).

1901
A edição de 1 de janeiro de 1901 exibiu alegoria, na primeira página, em homenagem ao Século XX. No mês seguinte tinham boa cobertura os festejos carnavalescos (39). Surgiram, durante o ano, os "Modos de ver", de Júlio Celso; a crônica "De Paris", por E. B.; "Cartas a Polux", por Castor (pseudônimo de Teotônio Freire); "Formigas de asas" (nota política satírico-humorística, baseada no que escreviam, na vespera, os outros jornais); "Estudos e opiniões", por Dionísio Gonçalves Maia; versos de J. A. de Almeida Cunha e Júlio Belo; mais prosa e verso de Teotônio Freire, etc.

Carneiro Vilela, que divulgara, em fevereiro, as séries

(38) Esse clichê ainda existe, em poder do professor José Maria C. de Albuquerque e Melo, filho de Manuel Caitano e sobrinho de José Maria.

(39) Editado pela turma dos redatores auxiliares, com a "cumplicidade" do chefe das oficinas, circulou (sem data) no domingo de Carnaval de 1901 (17 de fevereiro) o prospecto "**A Província** — Boletim do Carnaval", no formato de 37x25, impresso em papel couchê, utilizando tinta verde. Como única matéria, apresentou uma charge (autoria de Jack), em que figuravam três indivíduos soltando foguetes (eram êles Gonçalves Maia, Baltazar Pereira e Manuel Caitano, os maiores da redação), com legenda em versos alexandrinos, assim iniciada:

"Três homens de encomenda, uma trindade séria,
Metida em tais calções, metida em tais coletes,
Saudando o Carnaval e os dias da pilhéria!"

“Carnaval” e “Uma procissão de cinzas” (recordações da infância), iniciou, em abril, a crônica ligeira “Tocando e rindo”, e Gonçalves Maia (José), que, ao voltar de suas lides parlamentares, suspendera, outra vez, as “Cartas Fluminenses”, abriu nova seção, sob o título “Banalidades”.

Em ataques sucessivos à liderança política do Conselheiro Rosa e Silva, passou o jornal a polemizar, também, com o **Diário de Pernambuco**. Em outubro, Baltazar Pereira trocava doestos com Artur de Albuquerque, que se tornara redator do mencionado órgão situacionista. Vieram as “Cartas de Lisboa”, assinadas por Luís Galhardo, e, em dezembro, as “Notas de ciência”, por Pedro d’Able, enquanto, precisamente no dia 10, se iniciava a divulgação da série de 17 conferências pronunciadas pelo Padre dr. Júlio Maria, na igreja do Espírito Santo.

Começou o ano de 1902 d’A **Província** com a divulgação do romance de H. G. Wells, “O Homem invisível”, não mais em rodapé, mas abrindo a primeira coluna da primeira página. Retornaram as “Cartas fluminenses”.

O Carnaval, a 9 de fevereiro, mereceu uma alegoria de cinco colunas, desenho de Julino Machado, por cópia de E. Fonseca. A “Crônica” semanal do Suplemento, durante bastante tempo a cargo de Celso Vieira, às vezes com o pseudônimo de **Alceste**, passou a ser escrita por T. F. (Teotônio Freire) (40). Surgiram as “Conversas de rua”, por **Sabotudo**. A 12 de fevereiro perdia a fôlha um dos seus mais antigos colaboradores, com a morte do humorista **Gregório Júnior** (João Gregório Gonçalves). No mês de maio escrevia **Raul Azêdo**, nas “Solicitadas”, sob o pseudônimo de **Joca Bangó**, sobre seitas espíritas.

O matutino criticava o governador Gonçalves Ferreira, o prefeito Santos Moreira, o líder Rosa e Silva e os jornais e jornalistas da situação, inclusive Artur Orlando, já no **Diário**, contra eles deblaterando ininterruptamente.

No mês de outubro apareciam, na “Coluna Religiosa”, artigos de Frei Celestino, sob o título “Combate ao protestantismo”, seguidos dos do Padre Hermeto Pinheiro, de Albino Meira e outros, seção que se prolongou, diariamente, com raras lacunas, pelo ano de 1903 a fora, em cujo segundo semestre ocorreu a queima de Bíblias protestantes, por

(40) As “Cartas a Pollux”, de 1901, com a assinatura de **Castor** (foram 30), e as “Crônicas” dominicais, de T. F., de fevereiro de 1902 a maio de 1903, acham-se enfeixadas em livro, sob o título “Cartas e Crônicas”, edição d’A **Província**, Recife, 1903.

católicos exaltados, que tiveram em favor de sua causa os jornalistas Gonçalves Maia e Baltazar Pereira, em polêmica com João Barreto de Meneses e Sinfrônio Magalhães, os quais defendiam, através de artigos, no **Jornal Pequeno** e no **Jornal do Recife**, a liberdade de crenças.

Na edição de 1 de janeiro de 1903, em meio às felicitações de Ano Novo recebidas pela redação, mencionou-se um soneto do poeta Manuel Duarte, cujo segundo quarteto dizia:

“Bons anos ao jornal que os olhos de Argos
tem para ver e prá sondar horrores:
que vai ao paço dos governadores
lhes dar conselho em vez de pedir cargos”.

A 27 de setembro o matutino dedicou a primeira página, ilustrada, a Santos Dumont, fazendo a cobertura de sua passagem pelo Recife, seguida de longo poema de Teotônio Freire, em louvor do grande brasileiro.

Do corpo redacional, sob a direção de Baltazar Pereira, Gonçalves Maia e Manuel Caitano (41), participaram, nos primeiros anos do século, Celso Vieira, Euniciano Ribeiro, Domício Rangel, Leônidas de Oliveira, Ernesto de Paula Santos (42), Antônio Fernandes da Silveira Carvalho, Manuel Duarte, Silva Lobato, Otoniel de Araújo e Antônio Dias Barroso, repórter que faleceu em janeiro de 1903. Até setembro desse ano, era administrador das oficinas Temístocles de Oliveira, igualmente falecido, substituindo-o Alfredo Bezerra de Melo. No escritório trabalhavam Efreim Esdras Eustáquio Embirassu, Hersílio Pereira da Cunha e Joaquim Cisneiros Cavalcanti, sendo proprietários da empresa os descendentes de José Maria. A fora os colaboradores já mencionados, figuravam Olímpio Galvão, Clodomir Cardoso, Mateus de Albuquerque, Xavier Coelho, Ursula Garcia, Odilon Nestor, Isaac Cerquinho, José de Barros Lima e Leal de Barros.

(41) Escrevendo sobre jornalistas, no **Diário de Pernambuco** de 18-6-1905, frisou Faelante da Câmara: "... possuímos noticiaristas da ordem hierática de Manuel Caitano, que sabe dizer bem na língua vernácula, dispõe das nuances nas descrições, dá vida, calor e movimentação aos quadros, mas só enverga as suas insígnias hieráticas nas ocasiões solenes".

(42) "Ernesto de Paula Santos foi, apenas, repórter. Foi tudo o que logrou ser na imprensa de Pernambuco. Suas reportagens eram autênticos folhetins. Para escrever com tanto brilho, metia-se, por mês, na avantajada quantia de sessenta cruzeiros". — Silvino Lopes — "Galeria Literária", no **Jornal Pequeno**, de 24-7-1948.

A Província, durante muito tempo, — afirmaria, depois, o historiador Mário Melo (43) — foi o jornal “mais bem redigido de Pernambuco e o que mais bem orientava a opinião pública, tendo entre seus redatores e colaboradores as mais hábeis penas”.

A 1 de de janeiro de 1904 divulgou o matutino uma alegoria, em três colunas, de saudação ao ano nôvo, redução fotozincográfica de sugestivo desenho, a pena, do artista pernambucano Crispim do Amaral.

Prosseguiu sem alteração o programa de oposição à política dominante, assim como a campanha de Frei Celestino contra o protestantismo, então secundada por A. Campos, enquanto Gonçalves Maia entrava no último ano das “Cartas fluminenses”, continuando com artigos diversos, novamente no Recife; e, a partir de setembro, tendo empreendido viagem à Amazonia, com as “Cartas do Norte”, seguidas das “Do Extremo Norte”.

Outros colaboradores surgiram em 1904, a saber: Domingos de Sampaio Ferraz, Frederico Vilar, Eustórgio Vanderlei, Adalberto Peregrino, Teófilo de Albuquerque, Agripino Nazaré, Miguel Barros, Guedes Teixeira e Eugênio de Sá Pereira, voltando **Venâncio** com suas sátiras políticas, em revide às de **Lulu Sena**, no **Diário de Pernambuco**. Apareceram as “Conversas de rua”, por **Chispe**, e as notas dispersas, assinadas por **Garrulos** ou **G.**, continuando, embora espaçadamente, os versos de **Cirano** ou, simplesmente, **C.**

Falecendo, em agosto, José Izidoro Martins Júnior, afirmou **A Província**, em expressivo necrológio, na edição do dia 23, que êle foi, “nos vários períodos do seu predomínio político em Pernambuco, um dos que mais lhe sofreram os ataques”. Com “a implantação da República — prosseguiu — verificou-se o período mais agudo das nossas divergências (44). Mas hoje, passadas, para todos nós, tantas outras vicissitudes e alternativas da vida política, hoje que reconhecemos e avaliamos a grande perda que sofre a terra pernambucana, há para nós alguma coisa de glorioso nessa

(43) “A Imprensa Pernambucana em 1918” — memória apresentada ao I Congresso de Jornalistas, reunido a 7 de setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

(44) Nas “Matinais”, crônica diária que manteve no **Diário de Pernambuco**, com asteriscos servindo de assinatura, escreveria Aníbal Freire, a 15 de julho de 1905: “Ninguém foi mais atacado em vida do que Martins Júnior, especialmente pela **A Província**”; em compensação, êle “teve, depois de morto, a maior consagração póstuma que Pernambuco já prestou a um filho ilustre”.

luta com tão distinto e nobre adversário, êle que tão bem sabia esquecer”.

Mais adiante, após salientar a atuação de Martins Júnior na solução da pendência com a Bolívia e no Tratado de Petrópolis, acentuou o articulista: “Êsse poeta, êsse homem de ciência, literato e jurisconsulto, político, administrador e jornalista, era, portanto, um homem de valor”. Dedicou-lhe o matutino grande espaço, desde o falecimento até a chegada do corpo do Rio de Janeiro e sua inumação, divulgando poemas de saudade assinados por Teotônio Freire, Carlos Pôrto Carreiro, Manuel Duarte, Generino dos Santos, Samuel Lins, Mateus de Albuquerque, Mendes Martins e Francisca Izidora.

Melhorou, em novembro dêsse ano, a tipagem d’A **Provincia**, tornando-se-lhe mais nítida a impressão. Continuava a ter quase três páginas de anúncios, das quatro com que circulava. Sucedia, algumas vêzes, sair o Suplemento dominical em formato grande, idêntico ao da edição comum.

Ostentando alegoria de **Guapy** (Herculano de Albuquerque), em homenagem ao nôvo ano, abriu o matutino sua edição de 1 de janeiro de 1905, seguida do artigo “1904”, com um retrospecto dos acontecimentos políticos precedentes, do Exterior e do país, assim concluindo:

“Nas condições em que foi recebido o govêrno do Estado, pelo atual administrador, muito não poderia ter feito no período de nove meses; mas ainda é cedo para se lhe fazer justiça, a larga justiça da história, que depende do tempo, e necessita da análise minuciosa de todos os atos da vida pública de qualquer homem; não o é, porém, para concitá-lo a cumprir o seu dever. Restam-lhe três anos de govêrno e sobram-lhe elementos de tôda natureza para completamente remodelar a administração de Pernambuco. Pode e deve fazê-lo em honra própria e do alto cargo em que está investido”.

Nada obstante a violência dos seus ataques à política de Rosa e Silva, em ininterrupta polêmica com o **Diario de Pernambuco**, a cujo redator Faria Neves Sobrinho, principalmente, ridicularizava amiúde (45), **A Provincia** manteve, durante o ano em aprêço, atitude respeitosa em face do nôvo período administrativo de Sigismundo Gonçalves.

(45) Em suelto de 7 de junho (1905), **A Provincia** cognominou Faria Neves Sobrinho de “Lombriga de Pobre”, apelido que lhe pespegara Osvaldo Machado no período colegial.

A exemplo de jornais europeus da época, criou-se, para durar alguns meses, a seção "**A Província de 1875**", divulgando uma coluna inteira de fatos que comentara ou noticiara trinta anos atrás. Foram novos colaboradores: Amaro Bezerra, "ex-companheiro de redação", que mandava "Cartas de Cambuquira"; Luís Franco, Otávio de Freitas, Fontoura Xavier, Brasília Machado, Araújo Filho, Getúlio Amaral e outros, voltando Faelante da Câmara a divulgar artigos assinados, assim como o médico Raul Azêdo e Carneiro Vilela.

Ainda ausente, Gonçalves Maia enviou, a partir de setembro, novas crônicas, intituladas "**Livro de Viagem**" (46), procedentes de vários pontos da Europa. Gil Braz (o redator Manuel Caitano) adotou a seção "Notas de carteira". Continuava, por outro lado, o "Combate ao protestantismo". Em novembro surgiu a nova seção de versos satírico-humorísticos "No brandinho", assinada por **Quincas Chaleira**, época em que Teotônio Freire foi substituído, na "Crônica" da primeira coluna do Suplemento, por Mateus de Albuquerque.

Cessada, praticamente, a campanha política havia anos empreendida, **A Província** passou, em fins de 1905, a tornar mais variada a sua matéria. Nova alegoria apresentou a edição de Natal, da autoria de Til. Cada fim e princípio de ano, vinha a empresa concedendo abatimento de 1\$000 a quem renovasse, até o dia 31 de janeiro, sua assinatura anual, pagando-a adiantadamente.

Reiniciou-se, em 1906, a polêmica com o **Jornal do Recife** (a mantida com o "mais antigo da América Latina" jamais sofreu interrupção), a propósito do caso da nova tributação interestadual criada por Alagoas e Paraíba, motivo para numerosos artigos. O Conselheiro Rosa e Silva, juntamente com os jornalistas que o defendiam, no **Diário**, continuava a ser o prato predileto das censuras do órgão fundado por José Mariano, cujo editorialista escreveu, a 23 de janeiro: "...faz alguns anos que os conspícuos drs. Artur Orlando e Artur de Albuquerque deixaram de hostilizar aqui S. Ex.^a, passando a endeusá-lo, certamente por abnegado patriotismo".

Começava, então, a modificar-se a atitude do matutino com relação ao governo do Estado, que dizia, a 1 de fevereiro, estar "fora da lei". Outras questões passou a abordar **A Província**, como a do sal, a do açúcar, em plena crise, e a das

(46) O "**Livro de Viagem**" foi divulgado em volume, no ano de 1906, impresso pela Empresa Amazonas, de Manaus.

candidaturas presidenciais, sempre envolvendo nelas a imprensa “do outro lado”. Fêz ampla cobertura do naufrágio do “Aquidaban”, abrindo subscrição em favor das famílias dos marinheiros mortos. A 4 de março, voltou a ocupar página inteira (a primeira) com o 21.º aniversário do assassinio de José Maria, incluindo clichê e artigo evocativo.

Três dias após, um editorial acusava Sérgio Loreto, “pobre juiz embaraçado”, que recuara — “um recuo que nos penaliza e amedronta” — jurando suspeição no julgamento das ações propostas contra “os esbulhos do govêrno e as violências da Recebedoria, na cobrança de taxas ilegais”.

Em junho fazia boa cobertura da chegada ao Recife do presidente eleito Afonso Pena, cuja viagem merecera, antes, uma série de artigos de Faelante da Câmara. Eram mais recentes redatores José Emílio Cisneiros Cavalcanti e Uriel de Holanda. Por outro lado, novas seções e novos colaboradores surgiam, contando-se, entre os últimos, Ademar Tavares, A. de A., Carneiro Leão, Dorval Cunha, M. Magalhães, Nemo (“Estudos e opiniões”), Uriel de Holanda, Olímpio Fernandes, John Kopings, Oscar Brandão, Nicolino Milano, Adolfo Simões, Silva Lobato, Moreira Cardoso, Adalberto Marroquim, predominando sempre os sonetos de Manuel Duarte e Mendes Martins, ao passo que Frederico Vilar escrevia sôbre “O problema Naval” e Bruno Latona (pseudônimo de José de Barros Lima) divulgava perfis de bacharelados, em sonetos. Já no fim do ano, continuavam as “Cartas da Europa”, voltando Frei Celestino à “Queima das Bíblias falsas”, em polémica com Artur Cristo Lindoso, êste pelo *Diario de Pernambuco*.

A *Provincia* iniciou 1907 debatendo o caso do “vintém do charque”, nôvo impôsto criado pelo govêrno estadual. Mudara-se, então, a emprêsa para o prédio n.º 19 da mesma rua, tendo os dois primeiros pavimentos ocupados pelo escritório e a tipografia, localizada a redação no terceiro.

Aumentou, a partir de 5 de maio, a estatura do jornal para 74 centímetros, a oito colunas de composição. Entretanto, no periodo de 27 de agôsto a 13 de outubro, teve de adotar o formato anterior, devido à demora na chegada da remessa de papel do tamanho encomendado. Verificada aquela modificação, a tabela de assinaturas, mantida desde 1893, foi acrescida da seguinte parcela: para o estrangeiro, ano — 36\$000; semestre — 18\$000. Também em maio o matutino abriu subscrição para erigir um monumento a Martins Júnior.

Aladino (travesti de Silveira de Carvalho) iniciou, a 1.º

de julho, indo até 10 de dezembro, uma série de perfis, sob o título "Instantâneos", constituídos de duas quadras decassílabas, tudo, no ano seguinte, enfeitado em elegante volume encadernado. A 9 de setembro estreava-se a seção "Reportagem a bordo", constante do apanhado de visitas aos navios em trânsito pelo porto (47). Sob a epígrafe "Estudos e Opiniões", apareciam produções de G. Luca e Padre Jonas Taurino. A 27 de dezembro destacava-se, na primeira página, grande reportagem, com clichê, em torno da passagem de Ruy Barbosa pelo Recife.

Ao começar 1908, além de Faelante da Câmara, figuravam, entre os colaboradores, Da Costa e Silva, João Feio, Rangel Moreira, autor da crônica "Mosaicos", depois "Semicolcheias", etc. A primeira coluna da primeira página era dedicada ao folhetim "Novas proezas de Sherlock Holmes", de Conan Doyle. Seguiam-se o editorial e a matéria de rotina, em colunas batidas, quase três páginas de ineditoriais e anúncios, entremeada, ainda, a primeira, de reclames em quatro linhas. O noticiário geral tinha o título "Memorandum". Em dias indeterminados saíam as "Cartas sem resposta", de caráter político, escritas por E. B. (outro disfarce de Baltazar Pereira), alternadas com brilhantes crônicas "De Paris", durante longo tempo subscritas por D. A seção "Músiciana" constituía-se de crônicas e informações especializadas, a cargo de G. Luca. A edição de 4 de fevereiro dedicou toda a primeira página ao assassinio do rei de Portugal e do Príncipe D. Luís, através de copioso serviço telegráfico. Reproduziu-se, a 23, a bibliografia d'A **Provincia**, extraída dos "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana", de Alfredo de Carvalho, obra então em fase de impressão (48).

(47) **A Provincia** foi, realmente, pioneira no serviço de reportagens em navios no porto.

(48) No seu comentário "Maravalhas", no **Correio do Recife** de 24-2-1903, Carneiro Vilela ocupou-se da parte dos "Anais" relativa a **A Provincia**. Declarou, inicialmente, que Alfredo de Carvalho lhe confessara ter trabalhado durante dez anos "em tão suculenta obra de informação e também de investigação", a qual mais tarde teria "de servir de valioso subsídio não só para a história literária, como também para a história política de Pernambuco, da última das quais são os jornais a mais segura fonte de documentação". Entretanto — frisou — "como fonte de informações tem muito a desejar quanto à exatidão, pois, além das lacunas, que não são poucas, tem falhas de observação, falsidades de conceito, dando lugar a lamentáveis erros, confusões e injustiças que não cabem em historiadores imparciais ou que o queiram parecer". Justificou sua estranheza com "a ausência do nome de Antônio Gomes Pereira Júnior, que, durante certo período, anterior ao movimento assassino de 18 de dezembro" (1891), "foi o principal, senão único redator de fato d'A **Provincia**, porquanto sobre ele recaía então todo o peso redacional".

Com o título “Recordação de uma tragédia”, em quatro colunas, e o respectivo clichê ilustrativo, o matutino ocupou-se, a 5 de março, do aniversário do assassinio de José Maria de Albuquerque Melo. Meses depois, na edição de 16 de junho, longa matéria, intitulada “Afinal”, comentava e descrevia a reunião do Tribunal do Júri, que, após treze anos de “eclipse da Justiça”, condenou a 28 anos de prisão José Otoni Ribeiro Franco, autor material do crime que roubou a Pernambuco um dos seus mais credenciados líderes políticos e à **Provincia** o seu diretor-proprietário.

Nesse ano de 1908, afastou-se Silveira de Carvalho da redação, viajando para o Sul do país, e Manuel Duarte, redator da fôlha e um dos mais fecundos poetas da época, divulgava 32 crônicas, intituladas “De minha terra”, resultado de uma vilegiatura na sua cidade de Goiana; continuou até 1912, ano de sua morte, feito colaborador esporádico. Mendes Martins era o mais assíduo.

Além da seção “Caramelos” e das “Bichas de junho”, assinadas por **Chins**, Moacir escrevia longas “Notas”. Adotando sempre política contrária à do Conselheiro Rosa e Silva, **A Provincia** fêz oposição ao governo de Herculano Bandeira, criticando-lhe a atuação administrativa, sem deter a polémica com o **Diario de Pernambuco**, inclusive através da coluna assinada por Manuel Caitano e das notas irônicas da seção “Num cantinho”. No editorial de 28 de março de 1909, lia-se: “A imprensa em Pernambuco está sujeita à lei n.º 140, arma sempre engatilhada nas mãos do governo e da libérrima política do senhor de todos nós e dêste paraíso ou céu aberto”. Frisou o articulista: “O processo é sumaríssimo; resolve-se tudo numa audiência e só um gênero de defesa é permitido: a defesa de provas documentais” .

Mantinha a fôlha, constantemente, bons colaboradores, destacando-se, então, Severo de Barros, autor de sonetos e crônicas, inclusive a seção “Bosquejos”; Bento Américo, que assinava as “Cartas do Sul”; Edwiges de Sá Pereira; Artur Muniz; Renato Faelante, com as “Farpas”; A. C., responsável pela “Semana em retrospecto”, aos domingos; **Luís Renato** (pseudônimo de Ernesto de Paula Santos), assinando as “Crônicas terríveis”; Mário Melo, com “Estudos e Opiniões” (fatos da língua portuguesa); Gonçalves Maia (“Coisas indiscretas”) e Dinamérico Rangel; além das antigas: “Ziguezagueando”, de G., e “Uma ou outra vez”, crônica de **Cleo**, revezando-se e substituindo-se os colaboradores, a salientar, já em 1910, Eduardo de Moraes, José Campelo, Jona-

tas Serrano, ainda Raul Azêdo, Cleodon de Aquino, Barbosa Correia, Frederico Vilar, com a série "As indústrias de pesca", "Cartas de Braz Coutinho", etc.

O Carnaval proporcionou, em meses precedentes, copioso noticiário, terminando, no chamado "Domingo Gordo", com a publicação duma alegoria de quatro colunas, na primeira página. Obedecia-se, na imprensa, ao descanso na terça-feira, último dia dedicado a Momo, havendo, porém, trabalho na segunda.

O Suplemento do dia 1.º de cada ano incluía a Folhinha de Porta, ocupando tôda uma página, que era vendida também separada, no balcão, a 200 réis o exemplar.

A partir de 9 de maio de 1910, de acôrdo com os demais órgãos da imprensa diária, passou **A Província** a circular também às segundas-feiras. Afastando-se da rotina, deu uma segunda edição a 26 de novembro, à tarde, contendo vasto serviço telegráfico sôbre a revolta da esquadra brasileira, chefiada pelo almirante João Cândido.

A 1.º de janeiro de 1911 divulgou, como matéria principal, longo artigo de Diniz Perilo, inclusa a transcrição das razões do advogado Germano Hasslocher, que o defendia perante a Justiça, pois fôra chamado à responsabilidade por crime de calúnia. É que o articulista dera a qualidade de "assassino" ao ex-governador Alexandre José Barbosa Lima, culpando-o pelo trucidamento, quinze anos atrás, de José Maria de Albuquerque e Melo.

Por "conveniência de saúde", Baltazar Pereira, cujo último pseudônimo usado, em versos satíricos, foi **Topsy**, ou simplesmente, **T.**, deixou, no dia 5 de junho, o serviço ativo d'**A Província**, onde trabalhara cêrca de vinte anos, não voltando a ter mais atuação na imprensa de Pernambuco.

Por êsse tempo (1911), Manuel Caitano, então diretor único do jornal, assinava a "Prosa ligeira", e J. H. de Sá Leitão enviava crônicas "Do Rio". Outros colaboradores: Barbosa Correia, Mário I. Beiral, Clóvis de Holanda, Costa Rêgo Júnior, Rodovalho Neves, Araújo Filho e Tondela Júnior, poetas qualificados da época. No corpo de revisores figuravam Pérsio Moreira e João Palmeira. Segundo escreveu, posteriormente, Manuel Caitano, houve grande dispersão ocasionada pela crise política de 1911.

Em janeiro do ano seguinte, o jornal, que se tornara apolítico, encheu-se, nas "Solicitadas", de mensagens de candidatos ao Congresso federal, em face de eleições próximas. A 18 de março foi anunciado um melhoramento: o edifício

d'A **Província** passava a possuir dois aparelhos telefônicos: um na parte térrea e outro no 1.º andar. As edições de 19 a 21 de junho utilizaram grande espaço com a chegada dos despojos do fundador da empresa, José Mariano, falecido no Rio de Janeiro. Outros colaboradores surgiam, à frente Cristiano Guanabara, assinando "Observações"; Olímpio Galvão, Rangel Moreira, Olímpio Bonald, José Saldanha, Roderick e Mário Galvão.

A 8 de outubro (1912) **A Província** alterou o formato para sete colunas de composição, adotando oito páginas e melhorando a feição material. É que a empresa adquirira novos tipos e máquinas, passando a utilizar uma rotoplana "Duplex Press", a primeira desse tipo chegada a Pernambuco. Lia-se sob o título: "Propriedade dos filhos do dr. José Maria de Albuquerque Melo. Arrendatário e diretor: Manuel Caitano de Albuquerque Melo". E afastavam-se do corpo redacional Durval Mendes e o repórter José de Sá.

A princípio, a impressão a cargo do novo prelo era pouco nítida, só melhorando após algum tempo. Um desarranjo qualquer fez o jornal retornar ao formato enorme, anterior, durante o período de 2 a 26 de novembro. Mas a "Duplex" entrou em plena forma, sem mais interrupção.

Em janeiro de 1913, reiniciou Eduardo de Moraes sua colaboração, subordinada ao título "Coisas diversas", que manteve durante muitos anos. Mário Melo, nos primeiros meses, mandava "Cartas do Pará". As crônicas "Do Rio" vinham assinadas por K. Apareciam mais colaboradores, como M. Carlos de S. Ferreira, autor de "Estudos e Opiniões"; J. B. Regueira Costa, Mário Linhares, Domingos de Albuquerque, **Paulo de Tarso**; Horácio Saldanha, que era o mesmo **Hermes Sandoval**; Monte Sobrinho e Dinamérico S. Rangel, este assinando crônicas de São Paulo. As edições dominicais atingiam 12 a 16 páginas, sendo mais de dois terços de reclames comerciais, o que, aliás, se verificava, também, nas edições comuns, já estabilizadas em oito. A folha deu excepcional cobertura noticiosa ao assassinio do jornalista Trajano Chacon, ocorrido a 13 de agosto de 1913.

Criou-se, aos domingos, no ano seguinte, uma página exclusivamente de literatura, que inseria, variando sempre, trabalhos, em prosa e verso, assinados por Spencer Neto, Mário I. Beiral, Frederico Codeceira, Naasson de Figueiredo, Manuel Parente Viana, às vezes feito **Lys do Val**; Benjamin Fonseca, Abílio Pessoa, Tondela Júnior, Joseph Sterling,

Agripino da Silva, Rodovalho Neves, padre Heliodoro Pires e José Landim, Carmencita Ramos, Emílio Birra e outros. Na primeira página apareciam caricaturas de **Craion** (travesti de Abelardo Maia).

Foi nesse 1914 que, a 2 de dezembro, se rescindiu o contrato de arrendamento entre os proprietários da empresa e Manuel Caitano, contrato que findaria no dia 30 de junho de 1915. O diretor renunciante escreveu longo artigo de despedida, em que dizia:

“Nesta fôlha, na medida do possível e em sujeição às contingências de jornal modesto, sem larguezas de espaço, sem elementos para bem sanar essa falta, jamais deixou de ser atendido um pedido razoável — de gregos ou de troianos; indistintamente, de poderosos e fracos, sendo certo que os últimos mais precisam de pedir e mais pedem; de ricos e de pobres, idem, idem; solicitações onímodas das mais variadas procedências; de agricultores, de industriais, de comerciantes, de cientistas, de literatos, de políticos, de artistas, de operários, dos que fazem queixas e reclamações, dos que sugerem alvitres, dos que denunciam abusos, violências e perseguições; dos que se defendem, dos que descrevem a sua penúria ou a penúria dos outros, dos que gemem a sua dor, e, notadamente nos últimos tempos, de quantos gritam a fome que devora as suas ou as entranhas alheias”.

Outro tópico do artigo de Manuel Caitano: “Eis aí **A Província**. Ela deu para pagar avultado débito deixado por José Maria, ainda neste particular honrando a sua memória, que para esta fôlha tem sido objeto de verdadeiro culto. Ela deu para educar, modesta mais convenientemente, os filhos que êle deixou, em tenra idade. Ela foi-me o honesto ganha-pão de homem até agora independente e que imenso tem suado. Ela auxiliou a vida de numerosos outros, portas a dentro, por êles sendo auxiliada, num trabalho indefesso, em que alguns puseram um brilho e uma autoridade que eu nunca tive, não tenho, jamais terei, e sem os quais seria impossível à **Província** tão dilatada existência, frágil como foi o seu comêço”.

Referindo-se aos novos dirigentes: “Ela tem agora sangue nôvo — José Maria Filho; Diniz Perilo; o sangue é o mesmo, a estuar, porém, quente, rico de composição, em artérias de moços — novas energias; largos horizontes. Ela irá vencendo no futuro”.

O afastamento de Manuel Caitano foi registado com

uma nota redacional das mais simpáticas, a destacar: “Ele foi um dos mais valiosos obreiros da prosperidade e brilho que **A Província** possa ter atingido. Foi neste labor diário da vida de imprensa, nesta faina exaustiva, árdua e sobremodo complexa que é a direção de um jornal, que a sua saúde se foi arruinando, tornando-se de tal sorte precária a ponto de impor-lhe algum repouso, como necessidade premente e inadiável” (49).

No cabeçalho, passou a figurar: “Fundada (na segunda época) por José Maria de Albuquerque Melo. Diretor: Diniz Perilo de Albuquerque Melo”. Aludindo à nova direção, explicava, no dia seguinte, uma nota redacional: “Esta qualidade de diretor, porém, em nada pode diminuir a autoridade nem cercear a liberdade do redator dr. José Maria, pois ela não se refere, propriamente, à questão da orientação, que é a mesma entre os dois; sim aos negócios comerciais da empresa”.

Logo em seguida, José dos Anjos deixou as funções de redator-secretário, que ocupava havia, apenas, um ano, sendo acompanhado por Leônidas de Oliveira, o qual, durante vinte anos, exerceu diversos cargos, inclusive, desde 1910, o de gerente.

Achou o **Diário de Pernambuco**, depois dêses acontecimentos, que a neutralidade d'**A Província** estava comprometida em face da campanha política então em curso, e os dois grandes órgãos entraram a criticar-se, às vészes com azedume.

A 18 de dezembro, **A Província**, desprezando o seu nôvo feito, abriu a primeira página — só iniciada pelo serviço telegráfico — com um clichê, em três colunas, do Governador Dantas Barreto, que findara o mandato, inserindo, abaixo, comentários e noticiário alusivo. No dia seguinte, tôda a primeira página era ocupada com clichê, artigo e exaustivo noticiário referente à posse do Governador Manuel Borba.

Sob a nova direção, criou-se a interessante seção “Conceito”, assinada por **Modestino**; e a 1 de janeiro de 1916, Gonçalves Maia voltava ao “batente”, assumindo as funções de redator-chefe e assinando, com as iniciais, magníficos artigos, a princípio obedientes ao título ‘Várias’. Eleito, nova-

(49) Em vez de repousar, Manuel Caitano aceitou, imediatamente, o cargo de redator-chefe do **Diário de Pernambuco**, onde também foram acolhidos José Rodrigues dos Anjos, na qualidade de redator-secretário, e Leônidas de Oliveira, na de gerente.

mente, deputado federal, o jornalista continuou a escrevê-los, quer em viagem, quer no Rio de Janeiro. Tudo isto — escrevia depois — para meter no bôlso, cada mês, 400\$000, quantia anos após elevada para 600\$000.

Novas seções foram acrescentadas: “De tôda parte”, “Comércio” e “Notas Sociais”, cujo noticiário era, antes, sôlto. O folhetim, que vinha, de longa data, metido entre anúncios (50), passou para a segunda página, então dedicada à matéria de caráter informativo, e depois para a terceira. Por essa época, raro espaço era reservado à literatura. Só esporadicamente lia-se um sonêto de Oliveira e Silva ou uma fantasia de Eustáquio Pereira (Faneca). Em fins de julho, Erasmo de Macedo iniciou longa série de artigos, sob a epígrafe “Imposto territorial”.

A turra com o **Diario de Pernambuco** não teve trégua. A 12 de novembro, Raul Azêdo, respondendo a ataques de Manuel Caitano, iniciou uma série de quatro artigos, intitulados “Em prol da verdade”, no último dos quais aconselhava seu opositor a “precaver-se com as suas disposições à malevolência e à desconfiança”.

Em janeiro de 1917, precisamente na edição do dia 16, a fôlha abriu espaço para um “Consultório Médico e Jurídico”, a fim de atender aos leitores. Na mesma época, tendo fracassado as negociações entre o governador Manuel Borba e o Partido Republicano Democrata, que o elegera, o General Dantas Barreto, líder da agremiação política, resolveu aceitar a luta, e o matutino abriu campanha contra o chefe da administração, chamando-o, inicialmente, de “traidor”.

Ia em curso a guerra européia e as dificuldades advindas da deficiência de transportes fizeram com que **A Província** reduzisse, nalguns dias da semana, o número de páginas, di-

(50) Era costume, então, certas casas comerciais utilizarem-se da poética para tornar mais atraentes seus anúncios. O leiloeiro Fragoso, líder dêsse sistema, apareceu, a 12 de novembro de 1916, com extenso anúncio em versos, assim iniciando-os:

“De rico e grande que é, não se faz mais preciso
Completa descrição. Não se tem mesmo um juizo
Do que há de grandioso e fino e chic e belo
No leilão do Fragoso, ao correr do martelo”.

Por sua vez, o Café Continental, na edição do dia 15, atacava, igualmente em alexandrinos:

“Tudo neste café é de apurado gôsto:
O leite é da melhor qualidade composto.
Chopp sempre gelado, as bebidas são puras.
Não há nelas qualquer indício de misturas”.

minuindo-as para seis e até para quatro. Assim foi durante quase todo o ano.

Em princípio de 1918, intensificou-se a campanha anti-borbista, em face da expectativa de eleições para o Parlamento federal, tendo **A Província** acusado o governo de perseguições policiais, fraude, etc. Ocorreu, depois, uma hecatombe em Garanhuns e, devido ao noticiário então publicado sobre os acontecimentos, foi ali espancado, a 30 de junho, o redator-correspondente Gumercindo de Abreu (51).

Para amenizar a aridez dos temas políticos, o matutino inseria, de quando em quando, um soneto célebre ou de poetas locais.

No ano seguinte, superada a crise de papel, começou a seção “Contos d’**A Província**”, aos domingos, assinando-os G. M. (Gonçalves Maia), no princípio, para continuar após, de autores diferentes, quase sempre transcritos.

Em maio de 1919, o jornal iniciou grande campanha contra o orçamento estadual enviado à Câmara, divulgando sucessivos artigos, segundo os quais o contribuinte ia ser onerado com seis mil contos de réis de novos impostos e o aumento dos já existentes. Para compensar o “Monstro”, que entrou em vigor no dia 1.º de julho, anunciou-se a instalação, na mesma data, da Delegacia do Comissariado de Alimentação Pública, para beneficiar as “classes médias e pobres, esmagadas pela carestia da vida”. Antes (fevereiro), houve polêmica redacional com o **Diário de Pernambuco**, em torno de assuntos de pecuária.

Nesse ano faleceu, a 5 de junho, o redator Miguel Magalhães, que, além de outros encargos, assinara com um **Z** a seção satírico-humorística “Ordem do dia”, em prosa e verso.

Nova campanha política teve curso, no Estado, a começar de julho, sendo Dantas Barreto um dos candidatos a governador, apoiado por **A Província**, que encheu colunas e mais colunas com o noticiário da chacina da Encruzilhada, quando foi ferido o tribuno e jornalista João Barreto de Menezes, orador do comício do dia 12. Verificadas as eleições viu-se eleito o candidato borbista José Rufino Bezerra Cavalcanti. Quando, a 18 de dezembro, Manuel Borba deixou o governo, o jornal dirigido por Diniz Perilo publicou um retros-

(51) Na mesma ocasião, **A Província** relacionou outros atentados contra a imprensa, afirmando que **O Radical**, de Paudalho, teve um dos seus redatores assassinados e que ocorreram violências policiais contra o diário **A Lucta**, do Recife, e a **Gazeta de Pesqueira**, sendo o **Jornal do Recife** ameaçado de empastelamento.

pecto cronológico das violências cometidas durante o quadriênio findo, com êle ocupando mais de um página.

Salvo a crítica a algumas violências policiais cometidas de início, o nôvo govêrno viveu bem com **A Província**.

Em 1920 houve alteração no cabeçalho, passando para o Expediente a data da fundação, emendada, em boa hora, para 1872, figurando também o nome do gerente J. Lucena e Melo, que ocupava tais funções desde o afastamento de Leônidas de Oliveira e nêle permaneceu até 1930. Raul Azêdo ainda era um dos principais colaboradores. Faziam parte do corpo redacional, entre outros, José Candido Leal, secretário; Severino Correia de Araújo, Lindolfo Monteiro, Agrício Brasil, Rodolfo Azevedo, Osório Borba e Oscar Melo, êste último desde 1913, para exercer as atividades de repórter até os últimos dias do matutino. Na revisão: Raimundo Cruz, Antônio Correia de Araújo e outros. Haviã servido à emprêsa, antes, em diferentes funções, Braz de Andrade, Erasmo Rocha, Paulo de Sousa, José F. Pernambucano, Alfredo Lobo, João Tôrres e Eugênio Ramos (52).

No mês de junho (1920) a redação, escritório e oficinas passaram a funcionar na Avenida Marquês de Olinda n.º 273, ao mesmo tempo que ocorreram ligeiras modificações no aspecto material da fôlha, com melhor distribuição das seções e ampliação do serviço telegráfico. Outros colaboradores foram admitidos, no ano seguinte, principalmente Aurélio Domingues, com artigos quase diários, e mais Joaquim de Oliveira, Geraldo de Andrade e Raul Monteiro. De Portugal vinham epístolas assinadas por Antônio Dias. Não faltavam, igualmente, correspondentes nos Estados e no interior de Pernambuco, e a seção "Social" passou a ser precedida de crônica ligeira, a princípio assinada por **Chiffon** e, depois, por **A. Pollo**. Esdrás Farias divulgava poesias e artigos literários, esporadicamente, e mantinha a seção diária de versos humorísticos "Caraminholas", com a assinatura **E.**, substituída, nos últimos meses do ano, por outra do mesmo gênero, intitulada "De bom humor", com as iniciais **E. F.** "Poucas linhas" era uma crônica de meio metro, de autoria de **H. de Olinda**, que passou, após algum tempo, a ter a assinatura de Horácio Saldanha.

Samuel Campelo, que assumiu o cargo de redator-se-

(52) Júlio Pires Ferreira (**Almanach de Pernambuco**) mencionou, também, como auxiliares d'**A Província**, o poeta e caricaturista Severo de Barros e o literato Fernando Ferreira Pinto Malheiro, falecidos, respectivamente, em março de 1916 e fevereiro de 1918.

cretário (53) no princípio de 1921, manteve, às quintas-feiras e domingos, a seção humorística, de notas ligeiras, "Contos, descontos e... redescontos", assinada **Musael**, já no fim do ano mudando para **Musael do Campo**. Publicara, antes, versos chistosos, sob títulos diferentes, assinados com **S**.

A partir de 1 de julho, o preço do exemplar passou de 100 para 200 réis, alterando-se, igualmente, a tabela de assinaturas, que ficou sendo a seguinte: ano — 48\$000 (para o Exterior — 80\$000); semestre — 25\$000; trimestre — 13\$000. Desde a edição de 31 do referido mês, deixou o jornal de circular às segundas-feiras, uma vez posta em vigor a lei do descanso dominical. No ano em referência, perdeu a redação um de seus membros, o repórter **Edgar de Oliveira**, atingido, em serviço, por uma bala, no tiroteio de 24 de novembro, por ocasião de um comício, no Cais Martins de Barros, presidido pelo professor **Joaquim Pimenta**, contra o Orçamento Monstro. Outro repórter da equipe, **Hercílio Celso**, sofreu ferimento leve.

Ocorreu em abril de 1922 o falecimento do governador **José Rufino Bezerra Cavalcanti**, reacendendo-se a luta política por motivo da escolha do seu sucessor. **A Província**, apoiando o candidato **Eduardo de Lima Castro**, promoveu cerrada campanha contra o opositor, **José Henrique Carneiro da Cunha**, apresentado pela facção borbista, oficiosa, que foi o eleito. Inconformados com a derrota, os irmãos **Pessoa de Queiroz**, com apoio indireto do Presidente da República e as simpatias da guarnição do Exército, preparavam o terreno para dar posse a **Lima Castro**, mediante uma intervenção federal. Três meses viveu a cidade em constante desassossêgo, sob aparato militar, ocorrendo choques com a força policial e entre partidários exaltados. Tudo terminou quando os políticos, ante a interferência do Clero, decidiram estabelecer um acôrdo, escolhendo um **tercius**, extra-eleição, que foi o juiz **Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto**, o qual assumiu a governança no dia 18 de outubro.

O matutino adotou moderna alteração no feito, transferindo o serviço telegráfico para a terceira página e o no-

(53) **Agripino de Alcântara**, que exercera, por algum tempo, funções não identificadas, no órgão pernambucano, veio a escrever, a 12 de fevereiro de 1939, no **Diário Carioca**, do Rio de Janeiro: "Não há lembrança, por onde tenha andado, de família mais unida que essa, que foi **A Província** ao meu tempo. Redação, revisão, oficinas — eram três corpos unidos numa só alma, **Samuel** à frente. Secretário do velho matutino de **José Maria**, todos o queríamos como o único chefe e maior amigo. Sua simplicidade nos confundia cada vez mais".

ticiário de mais importância, com telegramas de última hora, para a oitava; mas a experiência, ao que parece, não aprovou, porque, em junho do ano seguinte, foi desfeita a modificação.

Comemorando a Independência do Brasil, verificou-se uma edição de 16 páginas a 7 de setembro de 1922, com alegoria alusiva na primeira, e trabalhos assinados por José Américo de Almeida, Jorge de Lima, Antônio Inácio, Jaime d'Altavila, Araújo Filho, Guedes de Miranda, Salvador Nigro, F. A. Pereira da Costa, Seve-Leite, Hercílio Celso (o redator desportivo), Faria Neves Sobrinho, Mário Sete, Mário Melo, etc. Nos últimos meses do ano divulgavam-se, procedentes da Ilha da Madeira e de Lisboa, as "Cartas de longe", de Aurélio Domingues, que fazia a crítica dos "excessos do luso-brasileirismo".

Mais ou menos nessa época, ingressava Agamenon Magalhães no jornalismo, como redator d'**A Província**, participando "dos debates públicos em torno da política do seu tempo" (54).

Em janeiro de 1923 começou Sebastião Albuquerque a assinar "Lições de Esperanto". Os contos eram, então, publicados diariamente. A 3 de junho, lia-se no cabeçalho: "Órgão Democrata", tendo ao lado direito do título: "Noticioso e político, mas sem ligações nem interesses partidários", e ao lado esquerdo: "Não tem amigos nem conveniências contra a defesa dos direitos do povo e do comércio". Ainda em junho, moveu outra campanha: contra o governo de Sérgio Loreto, iniciada com uma série de artigos intitulados "Polvo orçamentário".

Silvio Rabelo, Carlos Mariz, Brito Macedo ("Linhas ligeiras"), Cerquinho Nunes, A. Alves Barbosa e Metódio Maranhão eram fornecedores de artigos.

O dia 10 de fevereiro de 1924 foi de luto para o grande matutino, pois assinalou o falecimento do seu ex-redator-chefe Gonçalves Maia, cuja pena "fulgurou como mestre do jornalismo". Uma página inteira foi dedicada ao ilustre extinto, com larga tarja e extenso necrológio, hasteando-se o pavilhão brasileiro, em funeral, no alto do edifício da empresa.

Cessada, sem mais delonga, a campanha contra os excessos orçamentários do governo, **A Província** atravessou 1924 plácida, melhorando umas seções e criando ou-

(54) "Notas biográficas" — Folha da Manhã de 24-8-1953.

tras, como “Colunas Portuguesas”, “Cartas enigmáticas”, a cargo do famoso caricaturista **Raul**, e “As Quintas e Domingos”, página de literatura, a sétima, com trabalhos de Fernando Burlamaqui, Costa Monteiro, Agripino da Silva, Oliveira e Silva, Hercílio Celso, Hamilton Ribeiro e alguns pseudônimos. Ao fim desse ano, o engenheiro Eduardo de Moraes deixou de publicar as “Coisas Diversas”, zangado porque seus trabalhos passaram da primeira para a segunda página. Mereceu, por isso, um artigo, assinado pelo diretor Diniz Perilo, que profligou, enèrgicamente, tal atitude.

Em meados de 1925 apareciam produções de Américo Melo e Silvia Moncorvo. Entrou José Eustáquio Duarte para o corpo redacional, em substituição ao tradutor de telegramas Chaves Martins, atuando ao lado de Josué Leite e outros, sob a chefia de Joaquim Oliveira, ao passo que serviam como revisores Raimundo Cruz, na chefia, Osvaldo Botelho Fagundes, Tércio Rosado Maia e Valdemar Paiva. Também atuaram, algures, na revisão, Manuel Dantas, José de Barros e Cleofas de Oliveira, êste com incursões pela reportagem, enquanto Letácio Jansen fazia crônica teatral.

1926 A 27 de junho do ano seguinte, ¹⁹²⁶ o matutino dedicou quatro páginas ao noticiário de um banquete oferecido a Estácio Coimbra, candidato a governador do Estado. Inseriu, na mesma edição, um manifesto em que o Partido Republicano Democrático lançava a candidatura do General Dantas Barreto, que viria a ser derrotado.

Atingido 1927, mostrava-se **A Provincia** bastante variada de matéria, emprestando apoio irrestrito ao govêrno de Estácio Coimbra. Contavam-se, entre seus colaboradores, Otacílio Alecrim, Esdras Farias, Leduar de Assis Rocha, João Barreto de Meneses, Augusto Aristeu, Abílio Pessoa e outros de aparição bissexta.

No mês de dezembro, o órgão noticiou um incidente ocorrido entre o Chefe de Polícia, Eurico de Sousa Leão, e Fernando de Lima Cavalcanti, co-proprietário do **Diario da Manhã**. Êste replicou, no dia seguinte, os têrmos da informação, considerando o texto parcial, mentiroso, o que degenerou em polêmica. Diniz Perilo inseriu, na primeira página do seu jornal, violentos artigos com assinatura, nos quais, além de assumir a responsabilidade da notícia, que tinha sido redigida pelo redator Geraldo de Andrade, devolveu a Carlos de Lima, diretor do matutino contendor, os epítetos de “adulador de governos”, “analfabeto”, “measureiro”, “negocista” e “servil”. Embora Carlos de Lima não escre-

vesse, êle próprio, os artigos de ataque, Diniz acusava-o diretamente, chegando a concluir assim o seu artigo de 8 de dezembro: "Repugnante e salafrário é você, **safadinho**". O último da série saiu no dia 11, durando a querela apenas nove dias.

Sem interromper-se a circulação, nova e importante fase d'**A Província** foi iniciada a 19 de agosto de 1928, assumindo a direção os jornalistas Gilberto Freyre e José Maria Belo, tendo como redator-secretário Olívio Montenegro. Lia-se na definição do pensamento dos novos dirigentes:

"... tanto quanto órgão de informação e crítica, será **A Província** um jornal político, ligado pela mais consciente simpatia ao Partido Republicano de Pernambuco". Após uma série de considerações, assim concluiu o articulista:

"A ausência de uma opinião média, consciente e esclarecida, vem permitindo, no Brasil, o desenvolvimento insólito de uma imprensa que se diz oposicionista, mas que é, em verdade, uma imprensa de ódios, vilanias e destruição. **Falidos da vida, despeitados, aventureiros de tôda espécie, muitas vêzes estrangeiros de origens incertas e analfabetos confessos, fundam ou exploram jornais com a mesma consciência com que venderiam entorpecentes. Não discutem, não criticam: agridem, injuriam e caluniam, envenenando o espírito público e criando uma ambiência de injustas prevenções contra todos os homens de govêrno. É o seu triste negócio... Sabe Deus o mal que semelhante imprensa tem feito ao Brasil. É contra esta onda destruidora que precisam aliar-se os esforços dos que são capazes de refletir ou têm alguma coisa a perder com o prometido naufrágio da ordem pública. Apoiar os governos dignos, prestigiar-lhes a ação, estimular-lhes as iniciativas úteis é, hoje, no Brasil, um ato de coragem cívica. Esta coragem, esperamos, não nos faltará nunca, tantas as vêzes nos diga a consciência que com ela estão a verdade, a justiça e os altos interesses de Pernambuco e do Brasil**".

A edição em aprêço apresentou-se em dois cadernos, oito páginas cada um (assim continuaria aos domingos), inserindo, a par da matéria de rotina, artigos especiais de Jorge de Lima, Rafael Xavier, Ribeiro Couto, Olívio Montenegro, Medeiros e Albuquerque, Aníbal Fernandes, Júlio Belo e Manuel Bandeira, e excelentes ilustrações de Luís Jardim e Manuel Bandeira (o outro), a salientar, dêste último, os retratos, a bico-de-pena, de José Maria de Albuquerque Melo, "que deu a **A Província** um grande relêvo de

ação”; de Joaquim Nabuco, “que agitou, n’A **Provincia**, em artigos memoráveis, a causa da abolição”, e de José Maria-no Carneiro da Cunha, fundador do matutino, “uma curiosa figura de político, tocado de um entusiasmo quase lírico pela causa dos humildes e vendo os problemas do dia através de um doce liberalismo sem restrições”.

Tornou-se o bem feito diário, apoiando o governo de Estácio Coimbra, “um jornal quase governista. Mas um jornal governista de métodos os mais puros e limpos”, na frase de Gilberto Freyre (55). A direção incentivou a parte noticiosa (56) e admitiu um corpo de colaboradores selecionados, a saber, além dos acima referidos: Múcio Leão, Pontes de Miranda, Prudente de Moraes Neto, José Américo de Almeida, Sílvio Rabelo, Antônio Carneiro Leão, Barbosa Lima Sobrinho, José Lins do Rêgo, Salomão Filgueira, Pedro Dantas, Afonso Costa, Helvécio Lopes, Osires Carneiro, Odilon Nestor, Estêvão Pinto, Luís Jardim, dr. Ulisses Pernambucano, Eustáquio Pereira (Faneca), Geraldo de Andrade, Apolônio Sales, Paulo Malta Filho, Ademar Vidal, dr. José de Barros Filho, dr. Artur de Sá, Antônio Freire, Antônio de Barros Carvalho, José Fernandes, Luís Freire, Renato Vieira de Melo, Eudes Barros, Oton Linch Bezerra de Melo, José Estelita, Nehemias Gueiros, Umberto Carneiro, Eustáquio Duarte, etc.

Mantinha rodapés diários, em que se alternavam as seções “Pernambuco Econômico”; “O momento internacional”, a cargo de Aníbal Fernandes; “Do Direito e da Justiça”, por Bartolomeu Anacleto e Cândido Marinho; “Os contos d’A **Provincia**” e “Vida acadêmica”, onde começavam a projetar-se nomes como José Antônio Gonçalves de Melo, neto, Abaeté de Medeiros, Francisco Maciel Pinheiro, Manuel Aroucha, Mário Pessoa de Oliveira, Craveiro Leite, Evaldo Coutinho, Pedro Pope Girão, Mário Lins, Danilo Lobo Torreão, Jarbas Pernambucano e outros. Havia uma “Seção musical”, sob a responsabilidade do maestro Hernani Braga; “A moda feminina”, de Juanita Blank; “Cinema”; “Nos outros jornais”, e

(55) Artigo no **Diário de Pernambuco** de 13 de dezembro de 1953.

(56) A propósito, escreveu José Maria Belo, na própria **A Provincia**, edição de 13 de outubro de 1928: “Gilberto Freyre teve que pregar na parede da sala de trabalho uma espécie de dicionário de sinônimos ao inverso, isto é, do termo difícil para o fácil. **Pai é pai e não progenitor; morrer é morrer e não desaparecer objetivamente; estar doente é estar doente e não acamar.** Incêndio excusa o **pavoroso**, industrial o **empreendedor**, negociante o **honrado** e advogado o **ilustre causídico do nosso fóro, e que tais...**”

teve início uma série de reportagens sensacionais, da qual se encarregou Oscar Melo, a quem o poeta Manuel Bandeira batisara como “o evocador de crimes e assombrações”. Vinham “Cartas do Rio”, assinadas por **All Right**. Entre os colaboradores apareciam, de vez em quando, crônicas assinadas por **Jorge Rialto**, **Raul dos Passos**, **Serafim Jessing** ou **Antônio Ricardo**, pseudônimos com os quais se ocultavam ora Gilberto Freyre, ora Sílvio Rabelo, ora Aníbal Fernandes, ora Olívio Montenegro, ora Umberto Carneiro.

A 7 de abril de 1929 apareceu, no matutino, uma série de crônicas fantasiosas, em que se faziam “revelações sensacionais sôbre um tal Macobeba, bicho horroroso”, que estava “aparecendo nas praias do sul”, ilustradas com desenho caricatural por Manuel Bandeira. Tinham elas a assinatura de **Zé Matias**, como se ocultava o senhor de engenho e escritor Júlio Belo, também autor, até 1930, de artigos firmados com o próprio nome e com outro pseudônimo: **José Pinto Côte Real**.

Como bem acentuou José Eustáquio Duarte, alterara-se, **A Província**, “como uma das afirmações mais destacadas da vida intelectual brasileira” (57). Por isso, escrevera a redação, no seu primeiro número do ano: “Chega **A Província** ao ano de 1929 contente de ter fixado, em linhas gerais, o seu programa de “provincianismo”: de ser um jornal que não se pareça com nenhum nem na fisionomia de suas páginas e dos seus tipos nem no espírito do seu noticiário e dos seus editoriais; que não copia nenhuma fôlha da metrópole; que não vive no parasitismo fácil da transcrição, muito menos da transcrição desonrosa, em que se finge matéria original, ocultando a procedência dos artigos e das fotografias e desenhos surrupiados”.

Por motivo de saúde, afastou-se da Secretaria, nos primeiros meses, o escritor Olívio Montenegro, sendo substituído por José Eustáquio Duarte, e entraram para o corpo redacional Umberto Carneiro e Antônio Freire.

Precisamente a 25 de julho de 1929 foi criada a seção “Vida política”, sob a orientação do Partido Republicano de Pernambuco, tendo como redatores declarados Aníbal Fernandes, Mavíael do Prado e Bartolomeu Anacleto. Aparecia nas duas colunas do centro da segunda página, contendo

(57) Carta ao autor desta bibliografia, datada de 8 de março de 1955 e divulgada pelo **Diário de Pernambuco**. Frisou Eustáquio Duarte: “**A Província** foi meu grande batente, a minha verdadeira escola, a base de minha formação como homem de letras”.

dois a três artigos diários, de crítica acerba à política oposicionista, que tinha como órgão de defesa principal o **Diário da Manhã**.

Segundo, ainda, Eustáquio Duarte (carta citada), "as responsabilidades d'**A Província** eram então grandes como órgão de orientação partidária e de definição de um governo — o de Estácio Coimbra, candidato latente à Presidência da República naquela fase que culminou no histórico movimento da Aliança Liberal".

No ano seguinte, em abril, o jornalista Eudes Barros ocupava as Solicitadas do matutino para uma polêmica com os irmãos Lima Cavalcanti, do **Diário da Manhã**, em linguagem forte, com permuta de injúrias e diatribes.

1930 Nesse 1930 decisivo da campanha da Aliança Liberal, o jornal de Gilberto Freyre e José Maria Belo deu edição excepcional no dia 6 de setembro, comemorativa do aniversário de sua fundação e dedicada ao governo do Estado, com 44 páginas, divididas em seis seções, repletas de trabalhos redacionais ou assinados, sobre as realizações da administração que estava a terminar o mandato, mas não terminou porque sobreveio a revolução.

A Província foi envolvida nos acontecimentos de 4 de outubro, sendo sua redação e as oficinas depredadas e empasteladas, deixando, então, de circular por mais de um ano.

Além dos diretores e redatores políticos, mantiveram-se em suas funções, no derradeiro período, o secretário Eustáquio Duarte, os redatores auxiliares Rafael Xavier, Antônio Freire, Oscar Melo, José Barcelos, Danilo Lobo Torreão, (crônica cinematográfica) e Jaime Santos, e os revisores Raimundo Cruz, João Guerra, Osvaldo Botelho Fagundes e João Mota.

1932 Dezessete meses depois, no dia 4 de março de 1932, sob a direção e propriedade de Diniz Perilo, tendo como redator-secretário Caio Pereira e Gerente Ivo Augusto, reapareceu o matutino. Baixou o preço do exemplar para' 100 réis, reduzindo a tabela de assinaturas para: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000. O primeiro número apresentou toda a primeira página em tarja, ostentando grande retrato e a legenda: "Desperta, José Maria, dêsse profundo sono em que te fizeram mergulhar, há 37 anos, mãos assassinas, irrigando com o teu sangue puro o solo do teu querido Pernambuco! Vem, com o teu espírito forte e doutrinador, espalhar ao lado do teu povo a semente da verdadeira democracia que soubeste praticar em toda plenitude!" A segunda

página também foi dedicada ao famoso extinto, contendo transcrições sobre sua personalidade.

Quanto aos novos rumos, lia-se no artigo de fundo da última página: "Será sua diretriz diametralmente oposta à de seus dois últimos anos de vida, por isso que, não sendo esta fôlha partidária, embora não se alheie da política, e não estando ligada ao governo, só de uma força está dependente: a opinião pública. Nem ainda assim deixaremos, todavia, de orientar essa opinião, pondo em jôgo todo o nosso esforço, no melhor desígnio de informar o público, sempre com o mais elevado critério, sem paixões subalternas".

Exibindo agradável feição material, passou **A Provincia** a adotar copioso serviço telegráfico na primeira página, manchetes, boas reportagens, títulos abundantes, comentários leves e vasto noticiário. A última página ainda inseria matéria redacional, colocando-se a parte de anúncios nas duas páginas anteriores. Circulação regular.

Noticiou a edição de 24 de junho: "Desligou-se, ontem, espontaneamente, do corpo redacional desta fôlha, o dr. Caio Pereira. À frente da Secretaria d'**A Provincia**, desde o início de sua atual fase, prestou-nos o dr. Caio Pereira, durante êsse tempo, o concurso de sua apreciada inteligência e conhecida dedicação". Substituiu-o, no cargo, Joaquim de Oliveira.

Bateu-se pela normalidade constitucional. Mas certas circunstâncias fizeram com que, no quinto mês, suspendesse a publicação, o que ocorreu a 31 de julho, para "reforma nas oficinas", a fim de reaparecer em edição extraordinária de aniversário.

Não reapareceu tão depressa. Só o fez quase um ano transcorrido, 8 de maio de 1933, sob a mesma direção, tendo como redator-secretário Sousa Barros e gerente Otávio Moraes. Dizia o editorialista haver retornado "sem a menor ligação partidária, sem o menor compromisso, simpatia ou aproximação dos partidos políticos aqui organizados com rótulos semelhantes, porém com idéias diametralmente opostas, esposando princípios perfeitamente antagônicos". Absolutamente livre, tinha como diretriz "a defesa de Pernambuco e do Brasil, especialmente no tocante às classes produtoras e conservadoras em geral, sem descurar, entretanto, os interesses da classe operária, que são virtualmente chumbados aos das primeiras".

Mantendo idêntico padrão, o matutino contou com a colaboração de Rafael Xavier, Valdemar de Oliveira, Mário Se-

1933

te, Renato de Alencar e outros, além de proporcionar variado noticiário e demais matéria de rotina. Logo mais, a 1.º de junho, voltou o exemplar ao preço de 200 réis, passando a 48\$000 e 25\$000, respectivamente, as assinaturas anual e semestral. Entre os redatores contava-se Nelson Firmo.

Entretanto, essa última fase não chegou a durar um mês, findando com a edição de 4 de junho, sendo vendidos o material tipográfico e a maquinaria à nova empresa **O Estado** (ver "Diários do Recife", vol. III).

Nas despedidas, então, feitas, em quadro, na primeira página, prometia-se, em vão, que o velho órgão de José Maria e José Mariano reapareceria dentro de alguns meses, devendo, para isto, ser adquirida nova oficina gráfica (**Bib. Pub. Est.**).

1875

JORNAL DA TARDE — Propriedade da firma L. Silva Braga & Carneiro Vilela, disposto em formato de 45x30, com quatro páginas a quatro colunas de 14 cíceros, entrou em circulação no dia 15 de junho de 1875, adotando o seguinte expediente: "Aceita-se e agradece-se tôda e qualquer colaboração. — Correspondências e artigos de interêsse particular, pelo preço que se convencionar. — Anúncios a 10 réis por linha para os assinantes, e a 20 réis para os demais. — Publicações literárias e científicas, gratuitamente. — Assinaturas: por mês — 1\$000. Avulso — 40 réis. — Escritório da redação à rua Estreita do Rosário n.º 12".

Do programa, expresso em artigo da segunda página, constava: "Abrir campo às lutas religiosas, à discussão política, à polêmica literária e aos interêsses do comércio, sem filiar-se a esta ou aquela crença, a êste ou àquele interêsse; dar as notícias dos fatos no mesmo dia em que êles houverem ocorrido, e apenas algumas horas depois; apresentar aos interessados os últimos movimentos da praça, as últimas cotações, apenas forem encerradas; dar as notícias da Europa, do norte e do sul do Império no mesmo dia em que elas chegarem a êste pôrto; desenvolver a instrução pública e filosófica do povo por meio da publicação da história pátria e das melhores obras que tendem a dirigir o espírito humano; deleitar por meio de folhetins escolhidos e de escritos caprichosamente feitos; abrir vasto campo às expansões literárias sem obrigar os literatos a sacrifícios pecuniá-

rios; publicar anúncios de casas de comércio por um modo que não lhes seja oneroso e de maneira que lhes alivie as despesas, que assustam nestes tempos de crise; facilitar a todos, pela barateza do preço, a leitura de um jornal variado, e que procure reunir o útil ao agradável. Tal é o fim a que visa o **Jornal da Tarde**, e tal é o **desideratum** a que êle deseja atingir, se neste empenho lhe ajudar o público.

“O programa é grande, grandes são as promessas. Dir-nos-ão que êste jornal é pequeno para tão grande missão, mas a isto responderemos que começamos neste formato diminuto para tentarmos a realização de um projeto, que é a verdadeira atitude do jornalismo, mas que infelizmente tem sido desprezada entre nós, onde o egoísmo é o primeiro e principal redator de todos os jornais. Se o público corresponder à nossa expectativa é porque exige de nós maiores dimensões e então corresponderemos aos seus justos desejos”.

No primeiro número, apresentou o sumário a seguir: **Almanack** — Instrução Popular: História do Brasil; Historia dos Papas; — Seção noticiosa — Seção Literária: sonetos — Seção comercial: movimento do Pôrto — Anúncios — Folhetins: “A fé do amor (novela de d. Manuel Fernandez y Gonzalez, traduzida por Afonso Olindense) e a seção “A última hora”.

O sumário continuou quase sempre o mesmo. No segundo número, C. V. iniciou uma série de longos editoriais sob o título “Os nossos males”, derramados de pessimismo sobre Pernambuco, a que chamava “o ilota de todos os tempos, o joguete de tôdas as políticas, o mártir de todos os fanatismos, o vasto campo aberto a tôdas as imposições”! Dizia mais: “Pernambuco é a última das províncias na ordem da consideração nacional”; “aquela que menos merece por mais que faça”. E ainda: “Quando o cofre das graças e das recompensas se abre, recolhem os frutos da sua abundância as outras províncias; quando, porém, chega o momento das vinditas e das picardias, então, é Pernambuco que recolhe e armazena tôdas as imposições, todos os vexames”.

No dia seguinte, ressaltava C. V. que o agricultor, o negociante, o banqueiro, o sacerdote, o médico, o artista e o literato morriam todos “à mingua de animação, de proteção; morrem esquecidos e até ludibriados, se não tiverem, para escudá-los, o braço onipotente e cego da política”.

No terceiro artigo, aduzia que a política, em Pernambuco, era “uma coisa sem nome, sem nexo, sem classificação”; resumia-se nisso: “Questiúnculas de aldeia, agudas e envenenadas descomposturas pessoais”.

Até o quinto artigo, não fêz outra coisa, o autor, senão enumerar as fraquezas e a situação de inferioridade da província.

Da matéria do **Jornal da Tarde** constaram, em sua vivência, as “Cartas da Côrte”, assinadas por H. M., e boa parte de Literatura, em que apareciam transcrições e longa série, quase diária, de sonetos em grupo, cujo autor, **Francino Cis-montano** (pseudônimo de Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos) só algum tempo depois veio a dar-lhes assinatura. Na mesma seção, divulgou F. Augusto Pereira da Costa os “Traços biográficos do mestre de campo D. João de Sousa, fundador da Igreja e Hospital do Paraíso”, além de outros trabalhos de natureza histórica. Publicavam-se, pelos meses afora, não assiduamente, poemas de Belisário Pernambuco, J. D. ou J. R. S. Duarte, Fagundes Varela (transcrições), Honório Monteiro, Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, Belarmino Dourado, Ismael Gonçalves, Antônio José Mendes Bastos, Climério Sabóia, Castro Alves (transcrições e o poema inédito póstumo “Saudação aos Palmares”), **Cabrion**, com interessantes versos humorísticos, etc. **Gil de Teives** era um raro colaborador em prosa.

O vespertino, que apresentava duas páginas de anúncios, inseriu a partir de 4 de agosto, uma série de artigos sob o título “A questão religiosa na Europa”; fêz campanha pró-adoção do casamento civil; criou a seção “Revista dos Jornais”, para comentar a opinião dos colegas, e a 1.º de outubro ostentou nova feição: cinco colunas mais estreitas, em vez de quatro e nôvo clichê de cabeçalho. Redação única de Carneiro Vilela.

Continuando impresso na Tipografia Comercial, mudou a redação para a rua Estreita do Rosário n.º 23, 1.º andar. A série “Os crimes dos papas” foi transferida para o rodapé, alternando com o primeiro folhetim, terminado o qual começou a sair, a 29 de novembro, o romance “Mistérios do Recife”, da autoria de Carneiro Vilela. Outra publicação em série — “Os primeiros cinco séculos do Cristianismo”, por Emílio Castelar, — foi estreada a 23 de dezembro.

Tendo circulado até o último dia do ano, reapareceu a 8 de janeiro de 1876, em nova fase, tendo como redatores responsáveis, novamente unidos, Carneiro Vilela e Côrte Real. Escreveu o editorialista, após um balanço dos acontecimentos do ano transato:

“O legado que nos deixou o ano de 1875, pode-se dizer, foi e é senão uma aurora, ao menos uma promessa de dias

esplêndidos, uma esperança de grandes glórias”. E concluiu: “Tenhamos, pois, fé, muita fé, e tudo conseguirá o povo e, portanto, o país. Foi a fé que propalou o Cristianismo: é a fé que o mantém”.

Mudando de tipografia, passou a imprimir-se nas oficinas d'A **Provincia**, ao passo que a redação foi transferida para a rua Duque de Caxias n.º 39, 1.º andar. Logo mais, a 4 de fevereiro, iniciava-se o folhetim “O regresso de Rocambole”.

Como se depreende das alterações havidas, não era lisonjeira a situação econômica da empresa. No dia 10 do referido mês, uma nota redacional apelava para o alto comércio, no sentido de corresponder aos esforços empreendidos no tocante à publicação do jornal. Quatro dias depois, desaparecia Carneiro Vilela do cabeçalho, ficando apenas o seu companheiro. Outra vez substituiu-se o clichê do título e as páginas voltaram a quatro colunas de 14 cíceros.

Já em seu “canto de cisne”, a fôlha entrou em polêmica com o **Correio da Tarde**, a propósito da administração das instituições portuguesas no Recife, que lhe haviam merecido censuras.

Finou-se o **Jornal da Tarde** com o n.º 195, de 19 de fevereiro de 1876, deixando em meio os folhetins “O regresso de Rocambole” e “Mistérios do Recife”, êste já com 32 publicações (**Bib. Pub. Est.**).

1876

CORREIO DA TARDE — **Diário Crítico e Noticioso** — Começou a publicar-se no dia 3 de janeiro de 1876, em formato de 43x30, com quatro páginas de cinco colunas. Propriedade da firma Galhardo, Taylor, Pessoa & Meneses, funcionando a redação e oficinas (Tipografia Comercial) na rua Estreita do Rosário n.º 12. Assinatura mensal — 1\$000; para o interior, cobrava 3\$900 por trimestre, meses depois aumentado para 4\$000. Preço do exemplar — 40 réis.

Assinado por J. G., dizia, inicialmente, o editorial de apresentação: “Tendo-se retirado os proprietários do **Jornal da Tarde** desta oficina, por motivos que nada interessam aos nossos leitores, e não nos é lícito declarar, entenderam alguns operários desta tipografia, com assentimento do respectivo

proprietário, publicar um jornal que preencha a lacuna deixada pelo desaparecimento daquele" (1).

Após medir a gravidade do empreendimento, a que a crença e a esperança deram asas, o articulista frisou: "Defendendo os direitos dos que são oprimidos; reagindo contra esse desânimo que asfixia as nossas instituições e nos leva, impassíveis, ao ponto da desmoralização e do aviltamento; combatendo o abuso que desgraçadamente se estende por tôdas as camadas da nossa sociedade, empenharemos todos os nossos recursos e tôdas as nossas fôrças". Concluiu pedindo "um lugarinho entre os romeiros da civilização".

Além dos editoriais, focalizando diferentes assuntos, inseria folhetim, "Gazetilha", "Variedades", transcrições e alguns trabalhos de colaboração, assinados por Gaspar Regueira Costa, Ezequiel Freire, Júlio César Machado e outros. No quarto mês passou a ser "fôlha comercial e noticiosa" e, no sexto, "diário noticioso, comercial e literário".

Publicou-se até 30 de dezembro, ininterruptamente, quando foi suspenso, reaparecendo a 2 de abril de 1877, como "publicação diária para o povo", tendo como editor Raimundo Paraíso, com quem se deveriam entender os interessados. Liasse no editorial:

"Não, o **Correio da Tarde** não morreu. Como aquêles heróis legendários dos ciclos carlovíngios, que, graças a um balsamo de miraculosa virtude, quando se supunha bem mortos, surgiam mais fortes e belicosos, a espargir a morte e a confusão nas falanges inimigas; assim o **Correio** volta, após um descanso de três meses, refeito de fôrças, provido de esperanças, a retomar seu pôsto junto dos advogados das idéias consentâneas com o progresso da idade".

Após dizer que manteria o mesmo programa, ocupando-se de assuntos políticos quando julgasse "conveniente e necessário", concluiu: "**O Correio da Tarde**, pois, ambiciona a proteção de todos os sexos e idades; por isso buscará agradar a todos, oferecendo leitura apropriada, abrindo em suas colunas espaço para os escritos sôbre ciências e artes, letras e indústria, comércio e economia doméstica, assim o povo o

(1) A "lacuna deixada" não passou de uma semana, pois, na realidade o **Jornal da Tarde** não desapareceu; apenas mudou de tipografia, só encerrando sua existência um mês e meio após o surgimento do **Correio**. Diante do que, não é exato o registro de que o segundo substituiu o primeiro, conforme escreveu Alfredo de Carvalho, nos "Anais". Os dois jornais chegaram a bater-se em polémica.

ampare, o anime, o sustente, pois que o jornal, antes de ser o arquivo do historiador, é o livro do povo”.

Oferecia “dois mimos, todos os meses”, a quem mandasse pagar sua assinatura.

Passara a ser impresso na gráfica do nôvo editor, mas, pouco a pouco, perdeu o brilho da primeira fase, tornando-se apenas noticioso, tendo quase três páginas de anúncios. Veio, finalmente, a dar sua última edição a 31 de julho de 1877, divulgando a nota a seguir:

“Por motivos independentes da nossa vontade, será hoje o último dia que será publicado o **Correio da Tarde**” (2) (**Bib. Pub Est.**).

FAROL DO NORTE — Fôlha diária, surgiu a 1º de março (1) de 1876, em formato de 39x30, com quatro páginas de três colunas largas. Redator — Júlio César Leal, funcionando o “escritório de redação” na rua Camboa do Carmo n.º 28, sede da Tipografia Americana, onde se imprimia. Tabela de assinaturas: trimestre — 4\$000; fora da capital — 5\$000. Número avulso — \$080. Publicações e anúncios — por ajuste.

“Destinado a indicar, na linguagem pura e santa da verdade, todos os pontos mais seguros para os quais devemos dirigir os nossos passos, no vasto oceano moral das alternativas da vida”, prometia — continuando o editorial de abertura — “advogar a santa causa da religião divina”; “louvar a virtude e o talento”; estigmatizar o vício; doutrinar o ignorante; apoiar os atos de justiça do govêrno e criticar-lhe os desmandos; pugnar pela lavoura, indústria e comércio e proporcionar notícias exatas aos leitores.

Concluindo, implorava “a Deus um raio da sua divina luz para dizer sempre a verdade e jamais cair no êrro; e aos homens — fortaleza e amparo, para resistir, inabalável, às tempestades que porventura o ameacem”. O editorial foi repetido nos dias seguintes.

Uma nota sôlta, na ultima página, dizia: “O redator dêste diário é empregado público desde 1859; mas empregado público que, alugando ao Estado os seus serviços, não hipotecou, vendeu ou, de outra qualquer forma, cedeu aos governos suas idéias e opiniões. Cidadão político, compreende, perfeitamente, que ninguém mais do que o empregado público tem obrigação restrita de interessar-se, forte-

(2) A mesma emprêsa gráfica divulgou, a seguir, a **Revista do Norte**, em continuação ao **Correio da Tarde** (Ver “Periódicos do Recife”, vol. VI).

(1) Não no mês de maio, como registara, nos “Anais”, Alfredo de Carvalho, fielmente seguido, no êrro, por Sebastião Galvão, no “Dicionário”.

mente, pelos negócios de seu país e, neste sentido, prestar-lhe, assiduamente, o seu diminuto contingente. Disposto a defender a causa dos seus colegas, recomenda-lhes a leitura dêste diário e pede-lhes a sua sempre valiosa cooperação”.

No segundo número vinha a nota: “Escrevemos para o povo; o nosso principal desejo, portanto, é o de que seja o nosso trabalho lido por todos os que se interessam pelos negócios do país; assim, pois, reduzimos a 40 réis o preço de cada exemplar”. Mais esta: “Aceitamos anúncios e publicações, que imprimiremos mais em conta do que qualquer outro jornal”.

A par de editoriais, de acôrdo com o enunciado, o jornal inseria “Calendário”, “Filologia dos dias da semana” e, em rodapé, o romance “Rosto e coração”, original de J. B. Matos Moreira. Completavam as edições variado noticiário e meia página de anúncios.

A despeito da disposição de trabalho com que se apresentou, o **Farol do Norte** não passou do n.º. 3, datado de 4 de março (**Bib. Pub. Est.**).

O TEMPO — Órgão do Partido Conservador — Entrou em circulação a 25 de março de 1876, no formato 52 X 36, com quatro páginas de cinco colunas. Fundado por um grupo político liderado por Manuel do Nascimento Machado Portela e João Alfredo Correia de Oliveira, tinha como redator principal Joaquim Pedro Barreto de Melo Rêgo. Tipografia própria, instalada na rua Duque de Caxias n.º. 28, e redação e escritório no 1.º andar do prédio vizinho. Tabela de assinaturas: ano — 18\$000; semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; para as outras províncias — 19\$000, 10\$000 e 6\$000, respectivamente. Circulação matutina.

Lia-se no editorial de apresentação: “Quando liberais e conservadores vão entrar em combate franco e leal; quando uns e outros podem retirar da luta vantagens que correspondam às suas fôrças reais; quando finalmente nenhum dos partidos tem ante si o estímulo das lutas extremas, ardentes e irritadas, nem a vitória exclusiva, ou a perda total; julgamos dever concluir êste artigo com as seguintes observações:

“Aos nossos amigos diremos que se lembrem da divisa de um antigo órgão conservador desta província — **Virtus unita crescit**. Evitem queixas e ressentimentos pessoais, e o esforço comum e sincero pela vitória da causa que defendemos continua o indeclinável dever de todo o bom conservador.

“Aos nossos adversários, que devem ser empenhados, como nós, no bem da pátria, declaramos o maior respeito às suas pessoas e direitos, e firme propósito de guardar imperiturbável moderação nas lutas da imprensa, donde partirá o exemplo que devemos seguir no próximo pleito eleitoral.

“Sim, vamos às urnas disputar nossos direitos, garantidos por novas fórmulas e eficazes providências; mas vamos como homens honrados, e cavalheiros que não podem prezar o triunfo senão guardadas as condições de dignidade e lealdade no combate”.

Circulando diariamente, não saía, contudo, aos domingos e segundas-feiras, a não ser em caráter especial. Além de editoriais, sueltos e noticiário geral em composição batida, a fôlha divulgava “Noticias do Norte”, “do Sul” e “da Europa”, de acôrdo com as malas do Correio; além de correspondências do interior da província, variedades, “Publicações solicitadas” e uma página, a última, de anúncios. Logo no segundo número, iniciou folhetim: o romance “Alba”, de Luís Enault, e no terceiro abriu a seção “Literatura” o trabalho descritivo “A Retirada da Laguna”, de Alfredo d’Escragnole Taunay, cuja divulgação total durou alguns meses.

Desde o primeiro número, entrou a criticar a atuação política d’**A Província**, que fazia oposição ao gabinete conservador e ao govêrno provincial, irrompendo ininterrupta polêmica entre os dois jornais.

O **Tempo** doutrinava ou atacava o órgão adversário, em artigos, sueltos e notas diversas, a propósito de tudo; não sobrava tempo aos seus redatores para comentar outros assuntos. Entretanto, manteve linguagem superior.

Referindo-se à tendência d’**A Província** para “atirar-se, continuamente, no campo das injúrias e agressões pessoais aos seus adversários em geral” e, em particular, aos jornalistas da situação, escreveu o editorialista a 26 de junho:

“Deploramos, porém, que o jornal que, nesta província, representa o partido que nos é adverso, e tem à sua frente um cidadão de reconhecida ilustração e inteligência, como o seu redator em chefe, afaste-se, de modo tão injustificável, das fórmulas de moderação de que lhe temos dado constante exemplo, para constituir-se a expressão dos sentimentos apaixonados de moços inexperientes e descomedidos, que, nas demasias de uma linguagem repulsiva, que a ninguém convence e que todos deploram, procuram exhibir suas habilitações e chamar sôbre sí a atenção”.

Depois de outras considerações, concluiu: “O que pretenderá o colega? Até onde nos quer levar? Pretenderá, acaso,

que volvamos à passada época de 1855, época vergonhosa para a imprensa pernambucana, em que **A União** de um lado, e **O Liberal Pernambucano** do outro, davam diàriamente o doloroso senão repugnante espetáculo das injúrias mais sangrentas, lançadas à vida privada, ao íntimo do lar, na pessoa das filhas e espôsas, por homens de inteligência e merecimento superior, aos quais a paixão do momento, o ódio pessoal e as irreflexões da palavra escrita, sob a impressão do ataque, haviam dissecado? Êle deve lembrar-se dessa época... Mas, asseguramo-lo, não há provocação que nos arraste a debates de tal ordem”.

A propósito, vinha divulgando o seguinte aviso: “**O Tempo** recebe publicações de qualquer espécie e de interêsse particular, contanto que não contrariem o seu pensamento político e guardem respeito à vida privada e à reputação alheia”.

De 17 de julho a 25 de agôsto acompanhou-se dum Suplemento, de quatro a seis páginas, exclusivamente dedicado à publicação da lista geral de eleitores do Recife (1), incluindo a ficha completa de cada um, sem faltar, até, a renda mensal. Durante êsse período, o jornal pròpriamente dito ficou reduzido a duas páginas.

Suspenso pelo espaço de cinco dias, **O Tempo** reapareceu a 31 de agôsto, tendo melhor aspecto material. uma vez que a emprêsa adquirira novas fontes de tipo corpo 10 e 12, inclusive negrito, para epígrafes. Parou, novamente, a 23 de dezembro, para descanso da redação e oficinas, voltando a 3 de janeiro de 1877; outra lacuna ocorreu nesse ano, de 25 de março a 2 de abril. E não deixou mais de promover férias coletivas de dez a quinze dias, cada fim de ano.

Tendo ascendido ao poder o Partido Liberal, com o Gabinete Sinimbu, em face da crise ministerial de dezembro, **O Tempo** apresentou, na primeira edição de 1878 (5 de janeiro), dois editoriais a respeito da transformação política operada, reafirmando no segundo dêles: “Dentro do programa que nos traçamos, havemos de defender a nossa bandeira até o último extremo. Perderemos tudo, menos a honra e a dignidade com que sempre nos temos mantido. Da nova situação seremos adversários francos e leais”.

Sob o titulo “Rumores”, lançou, a 17 de janeiro, violento

(1) Tendo essa inserção suportado censuras d'**A Provincia**, defendeu-se **O Tempo**, declarando ter havido concorrência pública para a divulgação da lista de eleitores, a que atenderam três diários. **O Jornal do Recife** foi logo excluído porque pedira 25 réis por linha. **A Provincia** e **O Tempo** pediram 20 réis, mas êste último reduziu o preço para 18 réis e conseguiu o contrato.

editorial contra o Gabinete Sinimbu, aduzindo, entre outras apóstrofes: “O govêrno trai a pátria. Nuvens sombrias escurecem o horizonte. A tempestade se condensa para desferir seus raios fulminantes. Debalde se espera que as águas do oceano se conservem tranquilas, quando se toldam as regiões serenas do éter. No govêrno, a oposição fará antes a revolução do que as reformas”.

Depois, mencionou o articulista três assuntos inadiáveis para os liberais: eleição direta — “a eleição da burguesia caricata, dos ricos e dos poderosos”; a extinção da escravidão, “que será a desorganização do trabalho agrícola e industrial, o naufrágio em que se afundarão tôdas as fortunas e todos os haveres, e “a abolição da religião do Estado”.

O novo govêrno provincial, exercido pelo juiz Adelino Antônio de Luna Freire, a partir de 15 de fevereiro, tendo Sigismundo Gonçalves como chefe de Polícia, passou a merecer acres censuras d’**O Tempo**, o mesmo acontecendo no tocante a Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, que assumiu a presidência a 20 de maio.

Não tinha solução de continuidade, nem um dia sequer, a polêmica travada com **A Província**, cuja política subira, enquanto **O Tempo** ficava na oposição. A última investida ocorreu a 28 de novembro, quando o antagonista suspendeu sua circulação: “A fôlha dos srs. Epaminondas e José Mariano deu ontem o seu último arquejo. Já era tempo e nós esperávamos por isso. Morreu como viveu, sempre farsante”.

No ano seguinte, ou seja, a 14 de março de 1879, dava **O Tempo** sua primeira edição de oito páginas, na qual divulgou extenso discurso, pronunciado por João Maurício Vanderlei (Barão de Cotegipe), contra o Gabinete. A partir de outubro voltou-se contra **A Liberdade**, diário liberal então fundado, com êle mantendo polêmica, de caráter político, sem trégua.

O Presidente da Província, que voltara a ser, desde 18 de setembro de 1879, Luna Freire, foi substituído, a 29 de dezembro, por Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. No fim de março de 1880 assumiu o poder o Gabinete Saraiva, logo retornando ao govêrno de Pernambuco o mesmo Luna Freire, todos êles sendo alvo de veemente crítica d’**O Tempo**.

A edição de 29 de junho dedicou a primeira página e parte da segunda à hecatombe da Vitória de Santo Antão, quando líderes conservadores e liberais dissidentes foram tiroteados num **meeting** político. Meses seguidos, dedicou a fôlha grande espaço aos mencionados acontecimentos, divulgando,

inclusive, 24 editoriais sob o título “Quais são os verdadeiros criminosos de Vitória” e 40 da série “O processo de Santo Antônio”, afora numerosos outros artigos e sueltos e longo manifesto assinado pelo prócer Ambrósio Machado.

Suspensa, desde junho, a publicação d’**A Liberdade**, os respectivos redatores transferiram-se para o **Jornal do Recife**, aí defendendo sua política através da coluna intitulada “Partido Liberal”, cognominada “coluna alugada”. Continuou **O Tempo** a atacá-los e criticá-los rijamente.

Do corpo redacional participaram ou participavam, além do chefe da redação, os jornalistas Barros Guimarães e Lídio Mariano de Albuquerque, por pouco tempo; Leonardo Francisco de Almeida, a partir de 1877; José Moreira Alves da Silva, Demócrito Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Gonçalves Ferreira e Francisco de Assis Rosa e Silva. Um dos revisores era o poeta e teatrólogo Afonso Olindense. Administrador das oficinas — Antônio Ribeiro da Costa e Silva.

Ocorreu ligeira interrupção na saída do matutino entre os dias 4 e 10 de setembro, por motivo de consertos na máquina impressora. A edição de 2 de novembro de 1880 foi consagrada ao falecimento do Visconde do Rio Branco, tendo apenas duas páginas, ambas circuladas de tarja, vindo na primeira só o registo, em grandes caracteres, encimado por emblema fúnebre, ao passo que a segunda aparecia em branco. No seguinte número é que se divulgaram necrológios do grande extinto.

No ano seguinte intensificou-se a polêmica com a “coluna alugada”, cujo redator principal, Sigismundo Gonçalves, se tornara candidato à deputação, tendo como oponente o líder conservador João Alfredo. Iam acesos os ataques e censuras, quando, a 21 de junho, propôs **O Tempo**, para atender a uma “intimação” dos contendores, que êstes assinassem, também, seus artigos de polêmica. Aceita a sugestão, começou o pacto a vigorar no dia seguinte, dêle participando, nas colunas do órgão conservador, J. de Melo Rego, Demócrito Cavalcanti, Gonçalves Ferreira, F. de A. Rosa e Silva, José Moreira Alves, Leonardo de Almeida, J. de Freitas Henrique, Dário Cavalcanti e Alcoforado Júnior. Êste em artigo do dia 23, aplaudiu a imprensa política, que entrava em nova fase, “cessando a tempestade dos improperios, pela discussão serena e calma entre cavalheiros que se devem respeitar mutuamente”.

Prosseguiu, dessa maneira, meses adiante, o debate jornalístico, com a primeira página e parte da segunda repletas de editoriais assinados, sendo o adversário mais visado Sigis-

mundo Gonçalves, o qual, fugindo ao compromisso, escreveu violentíssimo artigo, no **Jornal do Recife**, que mereceu d'**O Tempo** (edição de 20 de setembro) vigorosa nota, assinada "A Redação", assim terminada: "O nosso prestante amigo dr. Demócrito Cavalcanti entrega ao mais soberano desprezo o artigo do sr. Sigismundo, certo de que a lama que lhe foi arremessada tornou à fonte impura donde nunca devera ter saído".

A 13 de novembro (domingo), circulou uma edição extraordinária, com tôdas as quatro páginas circuladas de tarja, lendo-se na primeira, apenas, o seguinte, sob emblema fúnebre e em grandes caracteres: "Joaquim Pedro Barreto de Melo Rêgo — Grande perda para o Partido Conservador — Profunda saudade dos seus amigos". A segunda e a quarta apareciam em branco, figurando, no centro da terceira, em tipo corpo 12, negrito, interlinhado, o testamento (2) do redator-chefe d'**O Tempo**, ditado na véspera do seu falecimento, ocorrido no dia 12. A edição seguinte apresentou-se repleta de necrológio e artigos alusivos, firmados por diversos intelectuais, tendo a redação tomado luto por oito dias.

(2) Tendo exercido cargos públicos, quando o Partido Conservador se achava no poder, o jornalista J. de Melo Rego fôra chamado de "sangressuga do Tesouro" pelos jornais da oposição. O testamento abaixo documenta, todavia, a modéstia de sua vida:

"Compreendendo que é muito grave o meu estado, pedi ao meu amigo Demócrito Cavalcanti que escrevesse as declarações e pedidos que se seguem:

"Estou resignado com Deus. Se fiz mal ao meu próximo, contudo a consciência não me acusa de intenções perversas. Nasci pobre, vivi em constantes privações e morro na miséria, deixando neste estado minha pobre família, composta de mulher e doze filhos, sendo sete solteiros. E é a certeza disto que me acabrunha o espírito.

"Aos meus desafetos peço que me perdoem, como peço aos meus credores que me perdoem as dívidas, pois seria uma crueldade aumentar a aflicção dos meus filhos.

"Em atenção aos serviços que prestei às finanças da província, de que tenho consciência, e o declaro neste momento, vejam os meus amigos se é possível pagar à minha mulher, enquanto tiver filhas solteiras, os meus vencimentos de aposentado. Se não fôr possível isto, então as almas caridosas, os referidos meus amigos, sem distinção de política, olhem para os meus, promovendo alguns meios de subsistência para minhas filhas, a fim de evitar a perdição delas. Olhem igualmente para os meus filhos. Quando não seja possível colocá-los em posição de manter a família, então suplico aos meus amigos que façam recolher minhas filhas a alguma casa de caridade, de modo que fiquem abrigadas da sedução e dos rigores da miséria.

"Finalmente, quero que o meu cadáver seja conduzido em um carro de caridade, pedido ao Agra. Recomendo que a minha família não deite luto, pois não tem meios para fazê-lo.

"Aos meus companheiros d'**O Tempo** peço que me comprem uma catacumba, para nela serem depositados os meus ossos.

"Declaro, ainda, que sempre fui católico, apostólico, romano, e que nunca pertenci a sociedades secretas".

Enquanto isto, continuou, nos dias subsequentes, a campanha contra os gabinetes liberais, substituídos em janeiro e julho de 1882, e contra os presidentes provinciais Antônio Epaminondas de Barros Correia, José Liberato Barroso e Francisco Maria Sodré Pereira, que pouco duravam em tão alta investidura.

O debate de artigos assinados terminara em fevereiro de 1882, justamente quando surgia Aristarco Lopes como novo membro do corpo redacional, prosseguindo, todavia, mediante editoriais sem assinatura.

Em data de 21 de julho, o presidente da Câmara Municipal, Francisco Gonçalves Tôrres, agredia o redator Demócrito Cavalcanti, ferindo-o a cano de ferro na cabeça, quando êle passava, à noite, pelo Pátio do Paraíso, por motivo de ataques do jornal.

Suspendendo a circulação a 20 de dezembro, só reapareceu no dia 8 de fevereiro de 1883, uma vez que “as férias jornalísticas foram mais prolongadas, para o que contribuiu a ausência de alguns colegas”.

Procedendo a um balanço da situação política do país, escreveu o articulista d'**O Tempo**, na mencionada data, que os cinco anos liberais se haviam escoado “em pura perda”. Citou o empréstimo do ano transato, de quatro milhões de libras esterlinas, mais de três dos quais tinham ficado na Europa, para “o serviço da dívida externa e o pagamento de encomendas”, acentuando:

“...a emissão do papel-moeda, as repetidas emissões de apólices, a negociata do café e a venda de bens do Estado deveriam chegar para muito, mas não chegaram para nada, e o país está miserável, contraindo dívidas para desempenhar-se de outras! O esbanjamento criminoso de dinheiro é notório”.

A 30 de março, lia-se, no início de um editorial: “Já não ilude mais o país a política liberal. Pode-se dizer que foram tantos os **calotes** que passou à nação, que, afinal, abriu-se-lhe a falência: não têm mais cotação os seus títulos”.

Alterando, porém, sua fisionomia essencialmente política, só contrabalançada por ligeiro noticiário local e alguma nota curiosa, resolveu a redação, desde dezembro do ano anterior, abrir uma coluna de Literatura, nela divulgando, nem sempre diàriamente, sonetos e poemas de autores como Luís Guimarães Júnior, Augusto Lacerda, Valentim Magalhães, Múcio Texeira, A. de Sousa Pinto, Generino dos Santos, F. de C. Afonso Celso Júnior, Vitoriano Palhares, Luís dos Reis,

Gonçalves Crespo, Alberto de Oliveira, Carlos de Moraes, Belarmino Dourado, Filinto de Almeida, João Cavalcanti, José Carlos Júnior, Carlos Rebelo Júnior, Plínio de Lima, B. Lopes e outros. Criou-se, depois, a “Coluna Elétrica”, de versos humorísticos e charadas.

O ano de 1883 trouxe nova crise de Gabinete, assumindo a chefia do Ministério o Conselheiro Lafaiete, saudado pelo matutino, a 8 de junho, com a seguinte apóstrofe: “O espetáculo que apresenta o país é o mais desolador”.

Outro redator veio a perder o matutino, com o falecimento, a 7 de agosto, de Leonardo F. de Almeida, que mereceu longo necrológio e artigos assinados pelos companheiros do “batente”.

A segunda metade do ano foi dedicada a sucessivas críticas ao presidente José Manuel de Freitas, a respeito do qual afirmara um editorial de 21 de setembro: “O sr. Freitas é decididamente o presidente mais desabusado que tem tido essa infeliz província”.

A época ocorriam numerosas “publicações a pedido”, de caráter político, sobretudo de ataques ao **Diário de Pernambuco**.

A partir de 22 de janeiro de 1884 (primeira edição do ano), voltaram as censuras à “coluna alugada” do **Jornal do Recife**. Os líderes liberais José Mariano Carneiro da Cunha e José Maria de Albuquerque Melo, especialmente, eram alvo de constantes verrinas, inclusive o segundo, através da série de artigos “As palavras do sr. José Maria”, não, porém, na linguagem elevada preconizada nos primeiros anos.

No mês de agosto, a inquieta gazeta conservadora entrou em debate com a **Folha do Norte**, acêrca dos prognósticos sobre a extinção da escravatura, escrevendo no editorial do dia 8: “Não queremos que se perpetue a escravidão. O que não queremos é que se desorganize o trabalho, que se calquem aos pés direitos muito sagrados e que impunemente se apreçoem doutrinas subversivas”.

“Se podemos em breve espaço de tempo conseguir a extinção do estado servil, sem abalos, sem complicações, para que essas pressas, que podem trazer dias de amargura e de luto para a pátria?” (3).

(3) Na realidade, **O Tempo** não via com bons olhos os pruridos abolicionistas, haja vista seus ataques a Joaquim Nabuco e a divulgação de notas como a que vai abaixo transcrita de sua edição de 27-1-1885:

“Poço da Panela — Dessa localidade escrevem-nos: “Isto por aqui está transformado em um valhacouto de escravos fugidos, que fazem da rapi-

Por outro lado, não teve solução de continuidade a campanha contra a administração provincial, em linguagem vigorosa, da qual passou a ser alvo, igualmente, desde o mês de setembro, o nôvo presidente, Sancho de Barros Pimentel, sobre quem recaíam graves acusações, além do mais, no tocante à preparação e realização do pleito parlamentar de 1 de dezembro, dia em que houve conflito na mesa eleitoral da matriz de São José, saindo levemente ferido José Mariano. Disputavam os sufrágios do eleitorado o liberal Joaquim Nabuco e o conservador Nascimento Portela, pelo 1º Distrito. Consoante afirmara **O Tempo**, o tiroteio verificou-se quando os elementos do govêrno chegaram à conclusão de que o prócer abolicionista tinha recebido votação inferior à do candidato dissidente.

A propósito, a edição de 5 de dezembro abriu sua primeira página com a seguinte mofina, em tipo saliente, repetida até o fim do mês: "Major Manuel Joaquim Ferreira Esteves e Antônio Elesbão Esteves, assassinados na eleição do dia 1.º de dezembro de 1884, sendo governador desta província o sr. dr. Sancho de Barros Pimentel".

Seguiu-se, meses afora, forte catilinária contra o presidente da província, contra Joaquim Nabuco e José Mariano, que se defendiam através das colunas do **Jornal do Recife**.

Pela primeira vez, deixou **O Tempo** de proporcionar as costumeiras férias de fim de ano, circulando até o dia 31 de dezembro.

Ausentando-se o governador Sancho Pimentel, rumo à Côrte, a fim de tomar assento no Congresso federal, para o qual pretendia ter sido eleito a 1 de dezembro (não foi reconhecido), escreveu **O Tempo**, a 27 de janeiro de 1885, energico artigo de despedida, nêle declarando: "Foi-se o sr. Sancho, depois de ter desorganizado a província, semeado violências e escandalosas intervenções, preparando crimes covardes, autorizando as mais grosseiras fraudes e falsificações, levando por prêmio de tudo um diploma falso. Que inglória e triste missão! Que nunca mais volva às nossas plagas quem foi tão fatal a esta província!"

nagem profissão habitual. Ninguém se pode julgar seguro nem na sua propriedade nem na sua vida, e não há para onde apelar, porque as autoridades não dão providências, não fazem caso das nossas reclamações. Nas dependências da casa do dr. José Mariano moram diversos dêsses escravos, e isso mostra bem que êles estão garantidos".

"Desgraçados tempos, êsses, em que às portas da capital se dão fatos dessa ordem, com assentimento dos próprios agentes da autoridade! Desgraçados tempos!"

Ainda deu combate a dois presidentes da província: Augusto de Sousa Leão e, a partir de 8 de abril, o conselheiro João Rodrigues Chaves, além das constantes objurgatórias contra o gabinete ministerial.

No dia 12 de maio, quando se divulgou a notícia de que Nascimento Portela havia sido reconhecido deputado e não Joaquim Nabuco, um grupo de elementos situacionistas apedrejou o escritório e as oficinas d'O Tempo, causando estragos e ferindo duas pessoas.

Finalmente veio a cair, em agosto, o Gabinete Liberal, ascendendo à chefia do Ministério o Barão de Cotegipe; e o jornal conservador, cuja existência estava por um fio, tendo deixado de circular entre os dias 21 e 24, reapareceu a 25, abrindo a primeira página o artigo "Salve"!, assim iniciado:

"Raiou, enfim, nos horizontes da pátria, a aurora de uma regeneração de que ela carecia, que era o anelo ardente do grande e patriótico Partido Conservador e, mais do que isto, uma aspiração nacional! Sim, a pátria, coberta do pó de uma tremenda e desastrosa jornada, a que os últimos acontecimentos acabam de pôr ponto final, volta, cheia de confiança e possuída das mais lisonjeiras esperanças, ao seio do partido da ordem, que vai ser-lhe guia no caminho largo do progresso e da glória!

"Depois das duras provações por que acaba de passar, das convulsões que acabaram o seu organismo e puseram em risco as suas instituições, e das provas eloquentes de abnegação, constância e patriotismo do Partido Conservador na defesa dos interesses comuns, ela, a pátria, se reanima e se alvoroça ao ver pousada sôbre a cana do leme da nau do Estado a mão firme de um velho e experimentado timoneiro".

Mais algumas considerações sôbre a desídia do Partido Liberal no poder e adiantou o articulista: "A ordem vai restabelecer o seu reinado, a lei o seu império, o princípio de autoridade o seu prestígio, o organismo social a sua coesão e fôrça, e o país vai enveredar pelo caminho do progresso e da prosperidade, de que o desviaram timoneiros sem patriotismo".

O matutino abriu o título "As nossas festas", para noticiar as solenidades comemorativas da vitória conservadora, no Recife e no interior do Estado, com a realização, dias seguidos, de passeatas e banquetes, acompanhados de uma avalanche de discursos e congratulações. A redação foi o ponto preferido dos manifestantes, tendo a fôlha deixado de circular de 6 a 11 de setembro, explicando, na edição do dia 12,

que a grande concorrência de amigos e correligionários impossibilitara o trabalho.

Após a vitória do Partido Conservador, **O Tempo**, em vez de melhorar de situação, entrou em franca decadência. Afora o noticiário festivo, inseria raros editoriais, os atos de nomeação assinados pelo nôvo presidente da província, Luís Correia de Queiroz Barros, e algumas transcrições, aumentando, cada dia, o contingente de reclames comerciais, até invadirem a primeira página. Não foi além do n.º 163, ano X, de 19 de setembro (4) de 1885, perfazendo o total de 2199 edições (5).

Figuravam como redatores, no ultimo ano, Miguel Pernambuco, Rosa e Silva, Fenelon Júnior, José Moreira Alves, Alfredo Lima, Tarquínio Filho, Juvêncio de Aguiar e José da Silva Loio, trabalhando no escritório Rodolfo de Albuquerque e Antônio de Mendonça (**Bib. Pub. Est.**).

1878

A OPINIÃO — Jornal de orientação republicana, formato médio, a quatro colunas de composição, com quatro páginas, começou a circular a 14 de dezembro de 1878 (1), vendendo-se o número avulso ao preço de 40 réis, com assinatura mensal a 1\$000 na cidade e 1\$200 fora dela.

De semanário que era, passou a publicar-se diàriamente, menos aos domingos, a partir do n.º 25, com tiragem declarada de 800 exemplares. Impressão em tipografia própria, instalada à rua de Santa Rita n.º 5. Além da matéria de rotina, comum a tôdas as gazetas da época, **A Opinião** divulgou, por algum tempo, a nota diária "Datas históricas de Pernambuco" e alguma literatura, incluindo versos de Leovigildo Samuel, Vitoriano de Andrade e Ribeiro da Silva e prosa de Clóvis Bevilacqua. A edição de 26 de outubro de 1879 foi dedicada a Car-

(4) Alfredo de Carvalho, nos "Anais", registara, como último (?), o n.º 132, ano X, de 22 de julho, no que foi seguido pelo "Dicionário" de Sebastião Galvão.

(5) Dias após, precisamente a 24 de setembro, publicava o **Diário de Pernambuco** uma declaração, segundo a qual, "estando em péssimo estado o material" da tipografia d'**O Tempo** e precisando de algum tempo para torná-lo em condições de continuar, ficava suspensa a publicação, acrescentando: "Dentro de pouco tempo voltaremos à arena".

(1) Noticiou a "Gazetilha" do **Jornal do Recife**, edição de 18 de dezembro de 1878: "Apareceu o primeiro número d'**A Opinião**, periódico político e semanal, que se destina a advogar as idéias livres e adiantadas, profligando os abusos de qualquer lado político".

los Gomes, ostentando emblema musical e a epígrafe, em letras garrafais, na primeira página: “Homenagem ao mérito do imortal maestro brasileiro autor d’**O Guarani**”, trazendo na segunda o argumento da ópera, editorial alusivo, apontamentos sôbre a vida do famoso compositor e noticiário do festival em seu benefício, no Teatro Santa Isabel.

Divulgava, em folhetim, romance de Perez Escrich. Só a partir de janeiro de 1880 veio a constar do cabeçalho, como proprietário, o nome de Argemiro Arôxa, que era o principal redator, a cujo mister se juntara, desde o fim do ano anterior, José Izidoro Martins Júnior. A tipografia mudou-se para a rua Duque de Caxias n.º 21, aí também funcionando escritório e redação.

Manteve programa de combate à Monarquia e ao Partido Liberal, doutrinando a prol da republicanização do Brasil. Chegou a dizer, em editorial de 21 de outubro de 1879: “Só uma revolução pode limpar os miasmas da atmosfera política que nos cerca”; “poucos são os cérebros obsecados que não conhecem a completa ruina das instituições presentes”. No dia 28, frisava: “O constitucionalismo monárquico é uma utopia irrealizável”. Ia longe o doutrinador, que não era outro senão Martins Júnior, quase sempre autor dos editoriais e que assim classificou, a 4 de dezembro, os partidos Liberal e Conservador: “Ambos servis e imprestáveis em face das necessidades da pátria”. E ressaltou, no dia 9: “Quem há aí que ignore que está iminente uma revolução? Ninguém. O nosso dever, pois, é apontá-la ao povo e dizer: — Prepara-te!”.

Focalizava, em 1880, temas gerais, sem esquecer “as mazelas” do Partido Liberal e “o movimento revolucionário na Côte”, atacando os políticos conservadores e o governo imperial.

Em artigo de 10 de fevereiro, declarou a redação ficar, de uma vez por tôdas, assentado o credo político d’**A Opinião**, assim resumido: “A propagação das generosas idéias republicanas”; “...o reinado, enfim, da Igualdade e da Justiça”.

Martins Júnior escrevia folhetins, inclusive sôbre Teatro, usando o pseudônimo **Júnio**. Ocorria ligeiro noticiário local e duas páginas eram dedicadas a anúncios. Já no mês de abril, editoriais ressaltavam “Os escândalos da Assembléia Provincial”.

A Opinião foi o primeiro diário do Recife a dar noticiário normal das ocorrências do Fôro, fazendo-o sob o título geral “Revista Judiciária”.

Conservando, invariavelmente, o feitio inicial, a publicação estendeu sua existência até 19 de junho de 1880, com in-

terrupção, apenas, do período de 20 de dezembro de 1879 a 19 de janeiro (Bib. Pub. Est.) (2).

1879

CORREIO DA NOITE (1) — Surgiu a 1º. de março de 1879, em formato médio, com quatro páginas de quatro colunas. Redatores — José Maria de Albuquerque Melo, Manuel do Nascimento Castro e Silva e José Izidoro Martins Júnior. Impresso em oficinas próprias, constava do Expediente: “Não se admite testas de ferro”. Assinatura mensal — 1\$000; para o interior: semestre — 7\$000. Número avulso — 40 réis. Quanto à divulgação de Comunicados e outras publicações particulares, só mediante ajuste “e estando devidamente responsabilizados”.

Conforme o artigo de apresentação, não se imiscuiria na política militante, apenas “historiando a nossa vida contemporânea, livre e imparcialmente e armado de um critério seguro, mais seguro, pelo menos, que a paixão individual”. Entretanto, não se limitaria “ao registo oficial dos acontecimentos, pois que a imprensa moderna não é nem pode ser a **Acta Diurna** dos Romanos; apreciará, estudará, criticará sem entusiasmo, como sem rancor, sem prevenções — honestamente”.

Mais adiante, acentuava: “Efetuando-se à noite a distribuição do nosso jornal, no mesmo dia poderão ser dadas as notícias, não só locais, mas também do norte e do sul do Império e Europa”. Daria “preferência às notícias político-parlamentares, que, algumas horas depois de chegadas”, seriam comunicadas ao público. E mais: “Haverá cotidianamente um artigo editorial a cerca de assuntos do dia, artigos escritos resumida e claramente, de sorte que preencham com exa-

(2) A coleção manuseada consta do mesmo volume do **Correio da Noite** que pertenceu a Martins Júnior. D'A **Opinião**, porém, só existem as edições de 19-7-1879 a 13-4-1880. As datas correspondentes à fundação e ao último número foram colhidas nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

(1) Existem duas coleções do **Correio da Noite**. No primeiro número de uma delas, a incompleta, escreveu Martins Júnior, do próprio punho, ao oferecê-la à Biblioteca Pública do Estado: “**Nota** — Estes jornais (**Correio da Noite** e **Opinião**) mandei-os encadernar para reunir alguns escritos meus ou que se refiram a mim, os quais se achavam espalhados nêles. Da coleção, portanto, só escolhi os números em que havia alguma coisa minha ou referente a mim”.

Na coleção em aprêço, Martins Júnior após sua assinatura, a tinta, em diferentes artigos redacionais, assim sabidos de sua autoria.

tidão o seu fim: a exposição verdadeira dos fatos e a sua crítica razoável e justa. O **Correio da Noite** dará, além disso, todas as semanas, folhetins literários, artísticos, de crítica, etc., na máxima parte originais”.

Seguiu circulação normal, obediente ao eclético programa que se impusera. Bastante noticioso e variado, até os anúncios tinham, muitas vèzes, aspecto de comentário redacional. Entre os colaboradores, salientavam-se Sílvio Romero, Gaspar Regueira, Honório Monteiro, Ribeiro da Silva, Mariano Augusto e Pepes de Vasconcelos. Martins Júnior usava o pseudônimo **Júnio** na “Crônica da Semana”, de temas diversos, aos sábados, em rodapé.

O diário, que só não circulava aos domingos, estabeleceu uma enquete literária, com a pergunta: “O que mais dói na vida?”, oferecendo prêmio às respostas melhores. Gaspar Regueira foi classificado em primeiro lugar, com magnífica oitava em versos decassílabos (em meio a numerosas respostas inexpressivas), e o encarregado da seção escreveu, com humor: “O snr. Gaspar pode, pois, vir buscar o seu prêmio ao nosso escritório, aquêle mesmo escritório em cuja porta, à semelhança do Inferno de Dante, lê-se esta frase: — Se não tem negócio concernente ao **Correio da Noite**, não nos venha cacetear”.

A par de outras matérias, o vespertino divulgou, em folhetim, o romance “O crime do padre Amaro”, de Eça de Queiroz. Manifestando preferência pelo Partido Liberal, estabeleceu polêmica política com **O Tempo**, órgão conservador, e inseria colaboração de Clóvis Bevilaqua, Leovigildo Samuel, Belisário Pernambuco, **Cabrion**, Ovídio Filho, etc. No mês de junho começou a proporcionar assinaturas trimestrais, a 3\$000, por ser muito “penosa a cobrança mensal”. Pela primeira vez, estampou, a 8 de julho, a nota: “O **Correio da Noite** aceita públicamente “solicitadas” e anúncios, por preços mais baratos do que qualquer outro jornal”.

A edição de 6 de outubro teve a primeira página circulada de tarja, com vinheta de tumba, ao alto, ocupando a parte restante, em grandes caracteres, os seguintes dizeres: “Tributo de pesar à memória do herói brasileiro Manuel Luís Osório, Marquês do Herval. A Pátria agradecida”.

Circulou até o nº. 171, de 19 de outubro, a última edição com apenas duas páginas, declarando uma nota redacional que o órgão interrompia sua existência cedendo “à influên-

cia de motivos imperiosos, motivos de fôrça tal que se tornam irresistíveis”.

“É que seus redatores, estudantes, tinham deveres de fim de ano a cumprir, para a conquista da láurea de bacharel em Direito”. Além disso, havia eleições à porta e um deles, José Maria, era candidato à representação provincial. A publicação seria reencetada algum tempo depois, o que não aconteceu (Bib. Pub. Est.).

A LIBERDADE — Jornal Político, Literário, Comercial e Agrícola. Órgão do Partido Liberal — Saiu a lume no dia 1º de outubro de 1879, em formato de 53 X 35, com quatro páginas, para circular diàriamente, pela manhã, menos aos domingos e segundas-feiras. Com redação instalada à rua do Imperador n.º 75, 1.º andar, imprimia-se na Tipografia Central (1), na parte térrea do mesmo prédio e do n.º 73. Tabela de assinaturas: ano — 18\$000; semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; para fora da capital: 19\$000, 10\$000 e 6\$000, respectivamente.

Lia-se no editorial de estréia: “A *Liberdade* não tem um programa nôvo; não exhibe uma profissão de fé individual; exprime a continuidade de esforços para a realização da liberdade política em nosso país, para a consolidação do regime representativo constitucional”.

“... representará, pois, o Partido Liberal e defenderá as suas tradições, os seus princípios, propagados e defendidos nos tempos da oposição”.

“Sustentando o programa liberal, ampliado segundo o trabalho da opinião pública, ou ajustado às circunstâncias da ocasião em sua realização sob a forma sensível da lei, sustentaremos igualmente o Ministério de 5 de janeiro e apoiaremos nesta provincia o seu honrado delegado”.

Finalmente, a par das atividades políticas, dedicar-se-ia aos interesses do comércio, da indústria e da lavoura e, bem assim, à literatura, às artes e à ciência, além de proporcionar “variadas notícias, nacionais e estrangeiras”.

Sob o título “Debates”, veio, em seguida, uma seção dedicada “à polêmica cotidiana, à explicação dos atos políticos,

(1) Tipografia nova — dizia o respectivo anúncio — vinha preencher “uma lacuna sensível”, pois era difícil obter, “nesta provincia”, a impressão de um trabalho que reunisse “as condições artísticas das obras estrangeiras”. Os proprietários da “Central”, para compensar tais deficiências, proclamaram haver contratado “peritos artistas”, mandando vir da Europa “tipos e material completamente novos”. No fim do mês chegaria uma máquina de “sistema aperfeiçoado”.

à defesa dos amigos que injustamente forem censurados". Prometia, porém, "manter relações de estrita cortesia com os adversários e de extrema moderação" na maneira de encarar e discutir os assuntos.

O noticiário, seguido, sem epígrafes, trazia o título geral: "Fatos Diversos". Em baixo da segunda página, instalou-se o folhetim, com o romance "Madalena", de Jules Sandeau. Havia uma seção de "Finanças e Comércio" e a parte de anúncios pouco ultrapassou de uma página. Outras seções: "Atos oficiais", "Teatro", "Parlamento", "Mala da Europa", "Mala do Norte", "Mala do Sul" e "Transcrições".

Desde o primeiro número, abria a página de frente ligeiro manifesto de apresentação da chapa de candidatos à deputação provincial nas eleições de 26 de outubro.

Apresentando bem elaborados artigos redacionais de propaganda dos princípios liberais, logo entrou o jornal em polémica com o diário conservador **O Tempo**, que fazia oposição ao Gabinete Sinimbu.

A edição de 19 de outubro (excepcionalmente num domingo) foi exclusivamente dedicada ao falecimento do Barão de Vila Bela (Luís Filipe de Sousa Leão), chefe do Partido Liberal da província de Pernambuco. Ligeiras palavras de encômio, em caracteres fortes, mais o emblema fúnebre, compunham a primeira página, toda circulada de tarja. A segunda só exibiu, no centro, o termo "Saudades", a terceira, "Lágrimas", e a quarta, "Recordação eterna", todas igualmente circuladas de tarja. No dia seguinte, as colunas separadas por tarja, vinham editoriais, biografia, história, saudações e transcrições, tudo a respeito do extinto, ocupando três páginas, lendo-se na quarta, ao centro, unicamente, as palavras, em tipos grandes: "Saudades — Lágrimas — Recordação eterna".

A 30 de dezembro, **A Liberdade** dedicou editorial à posse do novo presidente da província, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, que recebera o cargo das mãos de Adelino Antônio de Luna Freire, tecendo, quanto a ambos, as mais lisonjeiras referências.

Depois do número 64, de 31 de dezembro, só reapareceu a 8 de janeiro de 1880, prosseguindo o debate com **O Tempo**, a desferir ataques à oposição conservadora e, esporadicamente, ao **Jornal do Recife**.

De quando em quando, em meio à matéria política, divulgava alguma produção poética, ora na seção "Literatura",

ora nas "Publicações a pedido", se se tratava de nomes nacionais ou regionais.

Na ocasião em que o Gabinete Saraiva, de 28 de março, assumiu o poder, emprestou-lhe o jornal todo apoio. Nas eleições parlamentares em perspectiva, deu mão forte às candidaturas de Buarque de Macedo, ministro da Agricultura, e de Ulisses Machado Viana.

A 1 de maio modificava-se o cabeçalho, abaixo do qual se lia, apenas: "Órgão do Partido Liberal". Nada mais de Literatura, comércio e agricultura...

Já perto do fim, sem jamais ter deixado de bater-se com **O Tempo**, entrou **A Liberdade** em polêmica com o órgão da dissidência liberal **A Democracia**. A 28 de maio escrevia:

"Os incessantes sofismas e as esdrúxulas teorias da **Democracia** têm-nos feito como que esquecer um pouco as injustas e mal aplicadas apreciações d'**O Tempo**". Sucediã-se, sem deixar espaço para outros comentários, os artigos, notas e sueltos de crítica aos dois jornais adversos, todos sempre em tom mais ou menos elevado.

Com o n.º 99 (2), ano II, de 29 de maio de 1880, encerrou-se a existência do bem redigido jornal (3), que não chegou a ter feição material lisonjeira, nada obstante o anúncio espetacular da Tipografia Central.

Através do manuseio da coleção d'**A Liberdade**, não foi possível descobrir-lhe o corpo redacional, que, segundo Alfredo de Carvalho, era constituído por Ulisses Machado Pereira Viana e Domingos Magarinos de Sousa Leão (**Bib. Pub. Est.**).

1880

A DEMOCRACIA — Órgão do Clube dêste nome — Diário matutino, apareceu no cenário da imprensa a 27 de abril

(2) Não o n.º 80, como figura nos "Anais", de Alfredo de Carvalho.

(3) Em sua edição de 1-6-1880, divulgou o **Jornal do Recife**: "**Partido Liberal** — Circunstâncias de ocasião nos obrigaram a suspender temporariamente a publicação da **Liberdade**. Isso, porém, não quer de modo algum dizer que o Partido Liberal fique sem a sua representação na imprensa. Estando parte da redação já na Córte do Império e devendo seguir brevemente outros membros dela, com destino também a tomar assento no Parlamento, a direção do Partido tomou êsse alvitre sem comprometer os seus interesses, a defesa dos seus amigos e do governo. Podemos dizer que a suspensão do jornal equivale à suspensão apenas da sua parte noticiosa e transcritiva; a sua parte política continua a ser sustentada diariamente nas colunas do **Jornal do Recife**, ocupando o espaço que para isso se tornar preciso. A redação da imprensa liberal continua a ouvir seus amigos no mesmo escritório que até hoje tem trabalhado".

de 1880, em formato de 45 X 30, com quatro páginas de quatro colunas. Redator principal — Antônio Epaminondas de Melo, auxiliado, entre outros, por Benjamin Gurgel do Amaral (até o mês de agosto), Demétrio Simões e Lopes Machado. Impresso em oficinas próprias. Assinatura anual — 6\$000, acrescidos de 1\$000 para o interior e províncias.

Assim começou o editorial de apresentação: “Tomamos posição no jornalismo diário porque somos liberais e temos o dever e o direito de intervir nos negócios públicos. Vivemos sob o regime constitucional representativo e devemos curvar-nos ao seu dogma da publicidade, dando conta de todos os nossos atos, nossos intuitos, nossas aspirações, o que temos feito e o que pretendemos fazer. Queremos saber o juízo dos contemporâneos e esperamos também instruir a posteridade, com os dados necessários, para que nos faça justiça e possa assinalar-nos a exata responsabilidade que nos toca nos acontecimentos e movimentos políticos da nossa época”.

O articulista historiou a situação do Partido Liberal, ora em dissidência diante do Gabinete Saraiva. A posição d'**A Democracia** era contra esse Ministério, que não dava direito à província de Pernambuco de ser ouvida nos negócios públicos, pois “começou sua existência por atos de hostilidade contra nós”.

Seguindo sua jornada, não circulava aos domingos nem às segundas-feiras. Inseria matéria corrida, com títulos de uma coluna, constituída de editoriais, atas de reuniões políticas, manifestos e listas eleitorais, debates parlamentares, folhetim, a seção “Assuntos diversos”, abrangendo noticiário, transcrições e uma parte de anúncios.

Manteve acesa polémica, desde o primeiro número, com **A Liberdade**, da facção liberal dos “leões”, a qual deixou de circular em fins de maio (1), mas os respectivos diretores continuaram a defender seus princípios através da “Coluna Liberal” do **Jornal do Recife**, para isto contratada, não havendo, dessa forma, interrupção no debate político, com incursões no terreno pessoal dos contendores da desunida família liberal.

(1) Sob o título “Passamento”, divulgou **A Democracia**, de 30 de maio de 1880, em meio ao noticiário:

“Faleceu ontem, repentinamente, nesta cidade, de moléstia desconhecida, **A Liberdade**, rapariga de sete meses e alguns dias, solteira, de cor dupla, branca e preta, que professava a vida jornalística. Deixou uma filha, pobre, que foi recolhida à oficina do **Jornal do Recife**, sob o nome de **Coluna Alugada**, e se alimentará com o pecúlio constituído por sua progenitora. Damos os pêsames a seus parentes e amigos”.

A edição de 30 de junho teve a primeira página circulada de tarja, com emblema fúnebre e uma nota redacional ao centro, intitulada “Pernambuco está de luto”, aludindo à hecatombe de Vitória de Santo Antão, ocorrida três dias antes, quando a polícia dissolveu, à bala, uma passeata política, matando o Barão de Escada, chefe do Partido Conservador daquele município, e ferindo o “eminente liberal” Ambrósio Machado e outros.

A Democracia atribuiu o mando da “horrorosa carnificina” aos leões, dedicando mais duas páginas ao noticiário, a par de caloroso editorial. Acompanhou, depois, detidamente, o desenrolar do inquérito, divulgando todos os depoimentos das testemunhas. E iniciou, a 14 de outubro, a inserção de longo “Manifesto ao Público”, assinado por Ambrósio Machado, apontando as causas e circunstâncias da hecatombe e apreciando as “pretensões oligárquicas da família Sousa Leão”.

Deu o matutino sua única edição de seis páginas a 4 de maio, mas fêz-se acompanhar, a 6 de junho e a 29 de agosto, do “Suplemento da **Democracia**”, com quatro e duas páginas, respectivamente, estampando, na íntegra, discursos do deputado federal José Mariano.

Fêz oposição, desde o princípio, ao presidente da província Adelino de Luna Freire e, em seguida, ao seu substituto Franklin Doria, que desmentira “o renome de que se havia feito preceder” (edição de 24 de dezembro), quebrando “as mais solenes promessas de justiça e imparcialidade”.

Alvo das críticas d’**A Democracia** foi, principalmente, o Gabinete Saraiva, sobretudo os ministros Dantas e Buarque de Macedo.

Dada a edição de 24 de dezembro, o jornal foi suspenso (período de descanso), voltando a 11 de janeiro, para prosseguir, firme, na campanha política, ainda enfrentando a “Coluna Liberal”, o que fêz, religiosamente, a par de algum noticiário e matéria ineditorial, até o último dia de sua existência, que ocorreu a 5 de novembro de 1881, tendo circulado, ao todo, 339 edições (**Bib. Pub. Est.**).

1881

A TRIBUNA — Jornal Político, Literário e Noticioso
— Começou a circular a 8 de outubro de 1881, em formato médio, com quatro páginas de cinco colunas. Redação e escritório na Tipografia Central, à rua do Imperador n.º 73, onde

se imprimia. Tiragem declarada de 2.000 exemplares. Assinatura anual — 5\$000 para a cidade e 6\$000 para o interior e províncias. Preço do exemplar — 40 réis.

“**A Tribuna**” defende as idéias conservadoras compatíveis com o estado atual e progresso da comunhão política em cujo seio vivemos”; “advoga os legítimos interesses do comércio”; “pleiteará, igualmente, a causa da lavoura”, merecendo-lhe atenção, do mesmo modo, “o desenvolvimento das artes e indústrias, das ciências e das letras”, assim como “a classe dos artistas, tão útil ao país e infelizmente tão pouco considerada”.

“Para melhor servir a seus assinantes”, admitira, “nas localidades fora desta capital, pessoas incumbidas de receber e transmitir-lhe com brevidade quaisquer comunicações, notícias e reclamações que, sob o ponto de vista agrícola, comercial ou administrativo, sejam de interesse para as mesmas localidades ou para a província”.

Um segundo artigo redacional da edição de estréia ocupou-se do tema Eleição — “farsa representada com mais ou menos aparato para fazer sair das urnas nomes que elas espontaneamente e sem fraudes não dariam jamais”.

A Tribuna começou como bissemanário, inserindo cerca de duas e meia páginas de matéria redacional e o restante de anúncios. A partir de 15 de janeiro de 1882, mudou de feição, passando a parte de reclames comerciais para a primeira página; mas, de quando em quando, voltava à forma inicial, colocando o folhetim ora na principal, ora na segunda. Manteve seção literária, sob a direção de João Batista Regueira Costa, divulgando trabalhos, em prosa e verso, do próprio e de Afonso Olindense, Tobias Barreto, Antônio Cândido, Gonçalves Crespo, Melo Morais Filho, Luís Guimarães Júnior, Raimundo Correia, Batista de Oliveira, etc.

O número de 28 de setembro desse ano foi inteiramente dedicado ao transcurso do 11.º aniversário da assinatura da lei n.º 2040, do Ventre Livre, estampando as efígies, na primeira página, da Princesa Isabel, do Visconde do Rio Branco e de Teodoro Machado, emblema do Império e a frase, em grandes caracteres: “No Brasil ninguém mais nasce escravo”. As três páginas restantes apresentaram-se repletas de artigos assinados, a respeito do acontecimento, o primeiro deles por Perdiggão Malheiros.

A edição inicial de 1883, que saiu a 10 de janeiro, apresentou melhor aspecto material — página de quatro colunas mais largas (45 x 31), — divulgando a nota a seguir: “**A Tribuna**, desempenhando o compromisso que espontaneamen-

te tomou para com seus assinantes no fim do ano passado, começa agora a publicar-se três vêzes por semana”.

No terceiro número dessa nova fase (20 de janeiro) começou a inserção de dois rodapés: “Noções de Belas Artes”, pelo Professor Aires Gama (1), e o folhetim “Lourenço — Crônica Pernambucana”, de Franklin Távora, que atingiram, o primeiro 14 publicações e o segundo 44, sendo substituídos, respectivamente, pelas “Preleções de História”, de **Um Professor**, e pelo romance “A comédia do amor”, de Henrique Perez Escrich.

Em edições de fevereiro divulgava-se a nota sôlta a seguir: “As pessoas de fora da capital, que pretenderem assinar **A Tribuna**, podem utilizar-se do direito que lhes confere o Regulamento dos Correios do Império, aprovado pelo decreto n.º 3443, remetendo aos srs. agentes apenas o nome, residência e 6\$200, sem mais outra despesa, nem incômodo para o assinante, em vista do art. 114 das Instruções daquele Regulamento:

“Art. 114 — Servirão os agentes de intermediários para a assinatura de periódicos, contanto que lhes seja adiantadamente paga a importância das assinaturas em dinheiro, de que devem passar recibo, e a comissão de 2% em selos que eles devem pôr no ofício em que, com declaração do valor fizerem remessa dêsse dinheiro às respectivas Administrações ou às com que estiverem em relação direta, para que assinem os periódicos ou transmitam a importância das assinaturas a quaisquer outras em cujas cidades eles se publiquem. Os recibos das tipografias serão passados aos agentes. As Administrações tomarão nota do número de assinaturas pertencentes a cada Agência, para fiscalizarem a pontual expedição dos periódicos”.

Circulando normalmente, o bem feito jornal ocupava-se, em editoriais, dos temas mais diversos, sobretudo Abolição, Instrução, Agricultura e Política Geral, acrescentando correspondências do Rio de Janeiro, seção de charadas, alguma literatura (poesias) e uma “Seção Livre”, especializando-se, porém, nas notas ligeiras de fatos e acontecimentos curiosos.

A edição de 28 de setembro de 1883 teve caráter especial, com a primeira página circulada de vinhetas, dela constando, em letras garrafais (ao centro, clichê do símbolo da lei) o seguinte: “Vinte e oito de setembro de 1871 — Lei n.º 2040

(1) Já publicado no periódico **A Verdade**, ns. 18 a 30, de 1872, o importante trabalho de Aires de Albuquerque Gama foi enfeitado em livro em 1883, reunindo 162 páginas, editado pela Tipografia Central.

— Homenagem à gloriosa e imorredoura memória do Visconde do Rio Branco, no 12º. aniversário da mais humanitária das leis brasileiras”. As três páginas restantes só inseriram matéria alusiva, principalmente assinada por escritores de nomeada.

A orientação conservadora d’**A Tribuna** não era sistemática, pois veio a criticar (edição de 6-11) “o mau regime dos partidos e uma errônea concepção dos seus intuitos”. Atacava, ao mesmo tempo, a administração estadual, em face do “ato de prepotência do govêrno sôbre as rendas provinciais (edição de 8-11) e a omissão dos deputados oposicionistas. Depois, censurou a direção do Partido Conservador, no tocante à sua atuação no caso das eleições para deputados provinciais, assim concluindo o editorial de 6 de dezembro: “. . . andou-se às cegas nesta última eleição”; “cumpre organizar uma direção que mais acertadamente cuide dos interêsses do partido e mais consideração preste aos correligionários”.

O n.º 128, de 11 de dezembro, encerrou as atividades do periódico, para as férias do costume, prosseguindo no mesmo ritmo em 1884, intensificada, então, a campanha pró-abolição da escravatura.

A partir de 8 de outubro, entrou **A Tribuna** a circular “todos os dias da semana”, com exceção dos domingos e segundas-feiras e dos feriados que ocorressem.

Nessa terceira fase, quando a primeira página voltou a colhêr matéria redacional, alterou-se a tabela de assinaturas, sendo cobrados 10\$000 pela anuidade e 6\$000 por semestre, na cidade; e 12\$000 e 7\$000, respectivamente, para o interior e províncias.

Na estréia como diário, foi divulgada a seguinte nota: “**A Tribuna**, continuando no programa que adotou, tratará das questões de mais vital interêsse para a província e para o país; especialmente, e de preferência, daquela que, na atualidade, mais preocupa o espírito público — a questão servil, admitindo nesta parte a colaboração de escritores filiados a quaisquer partidos, uma vez que sustentem, francamente, as idéias abolicionistas”.

Sucederam-se artigos da redação e transcrições sucessivas da imprensa carioca, tudo alusivo à campanha. A edição de 24 de outubro estampou um quadro da população escrava existente em Pernambuco até 30 de junho de 1881 (2); e a

(2) Havia, na época, 83.853 escravos na província de Pernambuco, sendo mais bem servidos os municípios a seguir: Recife — 11.162; Escada — 5.546; Nazaré da Mata — 4.833; Jaboatão — 3.972; Cabo — 3.381; Goiana — 3.086, Vitória de Santo Antão — 3.066.

de 6 de novembro divulgou a primeira conferência de Joaquim Nabuco, pronunciada no Teatro Santa Isabel, contra a escravidão, ocupando mais de duas páginas.

Não terminou a vida d'A **Tribuna** com o n.º 139 (aliás, 137), de 29 de novembro de 1884, conforme registaram Alfredo Carvalho e Sebastião Galvão (3). Prosseguiu a publicação em 1885, tendo voltado, em janeiro, a sair bissemanalmente, cheia de anúncios a primeira página. Estampou a nota seguinte, ainda inserta no n.º 6, de 14 de fevereiro: "Os assinantes que tiverem pago como sendo diária **A Tribuna** ficarão com direito a mais um ano de assinatura; ou, caso não queiram, serão reembolsados.

Não existe nas bibliotecas visitadas, inclusive a Nacional, coleção d'A **Tribuna** correspondente ao ano de 1885, mas apenas números esporádicos, pelo que é impossível saber até quando circulou o órgão dito conservador, "principalmente redigido por João Barbalho Uchoa Cavalcanti e José Diniz Barreto". Eram encarregados do recebimento de assinaturas: Antônio Távora (no primeiro ano), Joaquim Francisco de Sousa Reis e, no fim, Augusto Gomes. Entre os raros colaboradores, figurou, na fase diária, Olímpio Bonald. O último comprovante de 1885 encontrado foi o n.º 68, ano V, de 30 de setembro.

Datada de 13 de maio (4) de 1888, apareceu uma edição especial d'A **Tribuna**, dedicada à data e impressa em papel fantasia, na Tipografia Econômica, obedecendo ao primitivo formato. Na primeira página, cercada de vinhetas, com escudo do Império e clichê da Princesa Isabel, lia-se, em caracteres fortes: "**Vincula tandem servitu sunt saeva remissa — Lei n.º 3353 — Não há mais escravos no Brasil —** Homenagem aos que se devotaram à exaltação da pátria, trabalhando pela redenção dos cativos". As três páginas restantes inseriram artigos ou poesias alusivos, da autoria de João Barbalho, Álvaro Barbalho Júnior, José Diniz Barreto, Luís F. Maciel Pinheiro, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, J. A. Almeida Cunha, Antônio Nogueira, Samuel Martins, Claudino dos Santos e outros (**Bib. Pub. Est.**).

(3) "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana" e "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco".

(4) Decerto que, embora assim datada, a edição especial não circulou senão depois de 13 de maio.

1882

GAZETA DE NOTÍCIAS — Diário vespertino, com redação e tipografia instaladas à rua do Imperador n.º 39, teve seu primeiro número divulgado a 1 de junho de 1882, obedecendo ao formato de 46 X 30, com quatro páginas. Tabela de assinaturas: trimestre — 3\$000; com porte — 4\$000; mês — 1\$000. Número avulso — 40 réis. Anúncios — 60 réis por linha. Publicações, sob ajuste. Tiragem: 1.500 exemplares. Do corpo redacional e de proprietários participavam Honório Silva, Joaquim Batista da Silva Vaz e Júlio Falcão, o último dos quais não demorando mais do que um mês.

“Sem largos preâmbulos”, a **Gazeta de Notícias** apresentou-se “modesta e despretensiosamente ao público leitor, prometendo não abusar do grande invento de Guttenberg”.

Frisou o articulista que a imprensa pernambucana era “uma das mais moralizadas do nosso país, graças à índole e às tradições do nosso povo”, acrescentando: “A nossa missão é satisfazer uma falta que, há muito, se fazia sentir na sociedade em que vivemos: — a publicação de um jornal essencialmente noticioso. Não temos política. As colunas do nosso jornal estarão sempre abertas a tôdas as reclamações, a tôdas as defesas, aos cidadãos de todos os partidos, com as responsabilidades individuais respectivas”.

Finalmente, discutiria, com isenção, “tôdas as questões sociais”; defenderia “os interesses da Agricultura, do Comércio e das Artes”, assim como “a causa popular, a causa da justiça”, mantendo-se na posição de “imprensa livre, independente e noticiosa”.

De feição modesta, trazia, logo depois do editorial de cada dia, a epígrafe “Registro”, sob a qual se enfileirava o noticiário ocorrido, entremeado de notas curiosas. Em rodapé, da segunda página, era colocado o folhetim. Havia, também, uma seção de Literatura, com transcrições e trabalhos originais de prosadores e poetas regionais. As “Solicitadas” incluíam a seção “Mofina”, com diferentes assinaturas. Anúncios: em parte da terceira e na quarta página.

Ao completar “60 dias de existência jornalística”, escreveu a **Gazeta de Notícias**, na edição de 31 de julho: “...entendemos abstrairmo-nos da política, uma vez que ela, entre nós, nada exprime de utilidade e é tão somente um balcão onde se compra e vende: — brio, dignidade, caráter, valor, amor pátrio, tudo. Se fôssemos obrigados a optar por uma bandeira onde devêssemos escrever o nosso programa político, o

fariamos, lançando na alvura imaculada do nosso pavilhão as seguintes palavras: Amor ao povo, amor à pátria”.

A 31 de agosto, a primeira página, tôda em vinhetas, homenageou a “cantora genial” Gemma Cuniberti, que foi cumulada de saudações encomiásticas, subscriptas por diferentes escritores.

Somadas 172 edições até 27 de dezembro, começou 1883 com numeração nova, a 3 de janeiro.

Entre os colaboradores em prosa contavam-se Aníbal Falcão, que divulgou a peça “Plastica” (intermezo da tragédia de Jacobus), Carlos Falcão, Martins Júnior e José Gonçalves Maia, então plumitivo em literatura, que também assinava Gonçalves M. ou J. Gonçalves. Na seção “Galeria Poética” apareciam Ribeiro da Silva, Artur Fenelon, Landelino Câmara, Leovigildo Samuel, Henrique de Azevedo, Ovídio Filho, J. Duarte Filho, Oliveira Júnior e Claudino dos Santos.

Após a edição de 20 de abril, o vespertino deixou de circular, premido pela má situação financeira, só voltando a 15 de maio, impresso noutra tipografia, à rua de São Francisco (atual Siqueira Campos), nº 2 - F, onde igualmente foi instalada a redação, admitindo como cobrador Pedro Ivo Cavalcanti.

Daí por diante não pôde mais a **Gazeta de Noticias** sair diariamente; imprimia-se ora duas, ora três vêzes por semana, apresentando aspecto material pouco lisonjeiro. Os colaboradores desapareceram, dando lugar, apenas, ao estreante Mariano de Medeiros. Prosseguiu, entretanto, bem desenvolvida, a parte noticiosa, a par de maior vulto de anúncios.

Que a situação da fôlha não era das melhores prova-o a nota a seguir, inserta na edição de 3 de julho: “A muitos de nossos assinantes declaramos que temos resolvido suspender-lhes o nosso jornal. É verdade que temos andado mal, como dizem, porém é certo que têm pèssimamente procedido conosco. Bem vêem...”

Três dias após, a **Gazeta** adotou a colocação de anúncios na primeira página, passando a matéria redacional a ser iniciada na segunda. Não conseguiu, contudo, manter-se por muito tempo, encerrando sua existência no mês de agosto de 1883. O último número da coleção manuseada foi o 108, ano II, do dia 16 (1) (**Bib. Pub. Est.**).

(1) Segundo Alfredo de Carvalho (“Anais”), a **Gazeta de Noticias** chegou a atingir o nº 113, datado de 25 de agosto.

1883

FOLHA DO NORTE — Surgiu no dia 19 de abril de 1883, em formato acima de médio, com quatro páginas a seis colunas de composição. Redatores — José Izidoro Martins Júnior, Francisco Carneiro Rodrigues Campelo e Francisco Faelante da Câmara, sendo os dois primeiros também diretores-proprietários. “Escritório da redação” e tipografia à rua das Laranjeiras (onde hoje se localiza a Avenida Dantas Barreto) nº 18. Assinatura trimestral — 4\$000, acrescidos de \$500 para fora da capital. Anúncios a 40 réis por linha e 20 réis nas repetições, obedecendo a ajuste prévio os contratos por mês ou “Solicitadas”.

O primeiro número, anunciando tiragem de cinco mil exemplares, foi distribuído gratuitamente. Abriu o texto um “Pequeno Almanak”, de mais de uma coluna, seguido do artigo de fundo, em que se lia:

“A **Folha do Norte** vem, resolutamente, assentar barraca no meio do pobre jornalismo pernambucano. A imprensa da terra que abra caminho para deixar passar a companheira que chega. Aí vai ela. Como todos os moços, traz na cabeça a grinalda faiscante das ilusões e traz o coração virgem de impurezas. O público estenda-lhe os braços e afague-a. Contudo que êsse afago não tenha por fim prostituir-lhe a brancura imaculada dos intuitos, buscando fazer dela, ou ver nela, um balcão onde se bata a moeda da desvergonha. Infelizmente, já não são poucos, no país, os jornais que se têm feito mercados, as consciências de escritores que se têm transformado em tavernas”.

Após ligeira digressão em tôrno dos fundamentos do jornalismo, adiantou o editorialista: “A **Folha do Norte** (1) não é, nem será, órgão de partido, de grupo, de **cotterie** alguma. Não vem à luz para defender esta ou aquela idéia exclusiva, êste ou aquêlê interêsse designado. Não tem compromisso com tais e tais corporações ou tais e tais indivíduos; nem pretende fazer propaganda de um certo número de idéias, assentadas de antemão. É um jornal livre, que pretende dizer a verdade sôbre os fatos de ordem pública, e ser justo. É uma fô-

(1) No estudo “Um Século de Vida Literária em Pernambuco”, inserto no “Livro do Nordeste”, edição do **Diário de Pernambuco**, 1925, o escritor França Pereira aludiu à **Folha do Norte**, “onde a fina flor dos jovens intelectuais principiava a ensaiar os altos vôos do pensamento, que no futuro seriam vôos de soberbos condores no Direito, nas Letras, na Crítica e na Filosofia”.

lha independente que aspira, principalmente, a quebrar o molde enferrujado em que, até hoje, se tem fundido a maioria dos jornais da província. Queremos tentar — nós, os seus diretores, — a emprêsa difícil de dar ao público de nossa terra alguma coisa de esquisito, de nôvo, que o interesse e lhe agrade. Junte-se a isto o propósito que temos de morrer antes do que descermos a mercadejar a nossa dignidade de moços e a dignidade que a imprensa deve guardar, — e ter-se-á o nosso programa, as promessas únicas que faz a **Folha do Norte**.

“Não somos, é preciso declará-lo, um cartel de desafio, uma luva febril atirada ao lado sul do Império. Não trazemos em nossa bagagem o estandarte, aliás fúlgido, das idéias separatistas. Não. Mas o que é certo, a êsse respeito, é que gemeremos com o Norte tôdas as suas misérias e desenganos, e que, se algum dia, partir da outra banda um grito de ataque ou uma brutalidade qualquer, estaremos do lado dos ofendidos”.

Disse, ainda, antes de concluir: “Outra afirmação que a **Folha do Norte** julga necessário fazer é: — em sua oficina não terá entrada essa coisa nojenta, torpe, a que dão aí o expressivo nome de **testa de ferro**. Julga a existência dêsse produto da teratologia jornalística incompatível com a existência de jornalistas moralizados”. (2).

Na abertura da segunda página, mencionava-se a seguinte lista de colaboradores: Tobias Barreto de Meneses, Antônio de Sousa Pinto, Artur Orlando da Silva, Feliciano de Azevedo, Alfredo Falcão, João Bandeira, José Higino Duarte Pereira, Clóvis Bevilacqua, Pereira Simões, Clodoaldo de Frei-

(2) Mais de vinte anos depois (setembro de 1904), numa apreciação sôbre Martins Júnior, intitulada “O Jornalista” e divulgada pela revista **A Cultura Acadêmica**, escrevia Faclante da Câmara, referindo-se à **Folha do Norte**:

“Discutia política de um ponto de vista superior, sem preocupações rasteiras de campanário; discreitava com sisudez sôbre a escravidão e as finanças; punha o ferro em brasa nas chagas vivas da Monarquia; denunciava o **analfabetismo** e o **laissez faire** das classes diretoras da sociedade brasileira; mas abria válvulas de respiração aos competentes de tôdas as procedências, e ria, com o bom riso da saúde, de tudo o que era cômico. Desde as tragédias até as pantomimas do govêrno, tudo passava pelo crisol da sua crítica”.

Noutro tópico: “Os moldes velhos do jornalismo foram completamente alterados naquele jornal. Era o tempo em que o **Diário** não admitiria, por interesse algum do mundo, que os garotos o andassem apregoando pelas ruas; e quem o quisesse comprar teria de ir ao seu escritório buscá-lo, respeitosa e, a 320 réis o número.

A **Folha do Norte** anunciou-se um jornal barato, para tôdas as classes, a 40 réis, como um prato de sabor predileto a todos os paladares, oferecendo aos seus leitores o maior número de informações úteis, ao invés do **Diário**, que era o órgão do govêrno e o informante exclusivo das classes abastadas, em cujo grêmio era recebido de chapéu na mão”.

tas, Metódio Maranhão, Tomaz Gomes, Pedro Melo, Virgílio Brígido, Gumercindo Bessa e Alcedo Marrocos.

Com uma tiragem proclamada de 2.500 exemplares, o bem feito diário, empreendida a sua jornada, inseria editoriais sôbre a política geral ou local, focalizando o abolicionismo ou assuntos econômicos, além de noticiário conciso e seções como "Uma tolice por dia", "À luz da rampa" (teatro), "Indiscrições" (registro social) e a "Coluna dos Versos", vindo do primeiro número, em rodapé, a novela "Adelaide", de Virgílio Brígido. Outro rodapé, na segunda página, continha trabalhos literários ou não dos mencionados colaboradores, nem todos. Das quatro páginas, duas armazenavam anúncios.

Foram cobradores da empresa, no Recife, Joaquim Leopoldo da Silva, Manuel Barbosa e Belmiro Moraes, incumbência atribuída, no interior do Estado, aos agentes do Correio, de acôrdo com o Regulamento dos Correios do Império.

Sem imiscuir-se em política partidária, a **Folha do Norte** polemizou, entretanto, com **O Tempo**, diário conservador que alimentava idéias reacionárias a respeito do abolicionismo.

Deixou, a partir de 24 de setembro, de ser matutino para circular às 16 horas. Encheu de anúncios a primeira e a quarta páginas, passando a matéria redacional para as do centro. Entrou a vender-se, nas ruas e em lugares fixos, a 40 réis o exemplar. Depois, baixou o preço do trimestre para 3\$000 e 3\$500, dentro e fora da cidade, respectivamente, oferecendo prêmios aos assinantes.

A página principal da edição de 13 de novembro foi dedicada ao diretor-redator Martins Júnior, que recebera o gráu de bacharel, como homenagem dos seus companheiros de trabalho.

Tendo encerrado o ano o número de 22 de novembro, anunciou que ia entrar em conserto o motor a gás que movia a sua máquina de impressão.

Ao reaparecer, no dia 10 de janeiro de 1884, escreveu a redação: "... somos abertamente, desassombradamente, republicanos e abolicionistas: republicanos em face do problema político que o Brasil, em bem do seu futuro, vai se vendo obrigado a resolver; abolicionistas em frente do problema social que, representado na escravidão, se antelha à pátria desde muito, pedindo uma solução rápida. Entretanto, a **Folha do Norte** não é: nem um jornal de exclusiva propaganda abolicionista; nem uma fôlha de pura doutrinação republicana".

Mais adiante, prometia: "Na sua besogne, na sua rude tarefa dêste ano, a **Folha do Norte** vai encarar mais de perto

o Comércio e a Indústria nacionais, diríamos melhor — provinciais. E não só a Indústria manufatureira e o Comércio, mas também a Lavoura — êsse departamento especial da Indústria agrícola”.

A matéria principal voltou, então, para a primeira página. Esta e a segunda foram dedicadas, a 25 de março, “Ao Ceará — Homenagem da **Folha do Norte** pela sua libertação total”, contendo artigos e poemas alusivos, assinados por Martins Júnior, Faelante da Câmara, Alfredo Falcão, Artur Orlando, J. Gonçalves Júnior, Teotônio Freire e outros (3).

Permutou, a 4 de abril, o título, de letras góticas, por um menor, inexpressivo. E prosseguiu na sua trajetória, defendendo a abolição da escravatura e criticando as “incoerências” e “dubiedades” d’**O Tempo**, até que encerrou a circulação a 30 de agosto de 1884.

Em artigo assinado, escreveu Martins Júnior, a propósito: “Esta edição de hoje é a última da **Folha do Norte**. Com o presente número retiro da circulação jornalística êste que, durante 16 meses, monopolizou quase tôdas as minhas energias físicas e morais. E fazendo isso, prescindindo de expor ao público os motivos que determinaram o desaparecimento da **Folha**”.

Noutro tópico, frisou: “Só desejo acentuar bem o seguinte: — Que a **Folha do Norte**, desde que apareceu até hoje, foi um jornal honesto e franco. Não pescou nunca em águas turvas, e é por ainda hoje não o querer fazer, que morre; que êste jornal sustentou sempre, conscientemente e por conta própria, as doutrinas republicanas e abolicionistas; que foi emancipado e do mundo tinha uma concepção anti-teológica e anti-metafísica; que não foi órgão de partido ou de grupo algum; que viveu exclusivamente dos seus recursos e dos sacrifícios dos seus fundadores; que, finalmente, desaparece da imprensa levando inteiras e mais arraigadas, se é possível, as suas opiniões, as suas idéias, as suas crenças filosófico-sociais”.

Podiam rejubilar-se — acrescentava — os inimigos das suas idéias”; o “jornalismo beato e sério”; os conservadores

(3) Tudo o que a imprensa pernambucana publicou, na faustosa data, a respeito da emancipação da escravatura no território cearense, foi enfeitado em livro, que tomou o título “Pernambuco ao Ceará” e o sub-título “O dia 25 de março de 1884”. Constituiu um “histórico das festas celebradas em Pernambuco por ocasião da redenção da província do Ceará”, tudo coordenado pelo historiador Francisco Augusto Pereira da Costa, tarefa da qual o incumbira a Comissão Central Emancipadora do Recife. Edição da Tip. Central, 330 págs., Recife 1884.

e os liberais; os escravocratas e os negreiros, “êsses estourem em grossas gargalhadas matutas”, concluindo: “Continuarei a lutar, embora em outro terreno”.

Várias notas, de meia coluna, com diferentes títulos, foram espalhadas na primeira e na segunda página, cada uma subscrita pela tríade: Martins Júnior, Carlos Falcão e Faelante da Câmara. Numa delas — “Os escravocratas” — lia-se: “Negros, pequenos, cretinos, os escravizadas!... Não se convencem que está prestes a soar a hora fatal. Querem ser sérios quando são atrasados e egoistas; querem topetar com as nuvens quando têm instintos carnívoros de hiena, rugidos cavos de chacais, garras de abutres esfomeados”.

Afirmaram os três, noutra nota, que a **Folha do Norte** caiu nobremente: “O seu desaparecimento não é um crime nem uma vergonha, é antes um dever profundíssimo. Morre como nasceu, alegre e impoluta! Os corvos da difamação, os negreiros, os leiloeiros da pátria podem farejar o seu cadáver, podem amolar as garras e o bico adunco, que não hão de encontrar pasto para as suas consciências sujas. Pobre gente!”

A propósito do pleito eleitoral em expectativa, escreveram, sob o título “A próxima eleição”: “... embora todos êsses aparatos, essas **espanholadas** que nós todos sabemos o que valem, o partido abolicionista terá maioria na Câmara, porque a idéia venceu, o grito estertorante do cativo alarmou o Império todo!”

Nem todos os nomes mencionados no princípio foram realmente colaboradores do vespertino. Outros, porém, fizeram-se presentes, inclusive os poetas Leovigildo Samuel, José Carlos Júnior, Gonçalves Crespo, Anísio de Abreu, Carlos Pôrto Carreiro e Higino Cunha. Ocupou a gerência, por algum tempo, Domingos Carneiro. E, já no fim, Carlos Falcão substituiu Francisco Campelo no corpo redacional.

Publicaram-se, ao todo, 393 edições (**Pib. Pub. Est.**).

O REBATE — Órgão das **Idéias Republicanas** — Apareceu na arena da imprensa a 1.º de maio de 1883, tendo como proprietário e redator principal Fortunato Pinheiro e encarregado das atividades comerciais Manuel Abrahão de C. Benjamin. Impresso na Tip. Mercantil, à rua das Trincheiras (onde existe a avenida Dantas Barreto) n.º 50, apresentou-se em formato de 32 X 22, com quatro páginas a duas colunas largas de composição, para publicar-se semanalmente (1).

(1) **O Rebate** está figurando neste volume porque veio a ter uma fase de circulação diária.

Abaixo do título, a divisa: “Ódio aos tiranos. Defesa do povo”. Um aviso: “**O Rebate** acha-se à venda no escritório da redação, à rua Barão do Triunfo (atual do Brum) n.º 84, 2.º andar, e na Charutaria do nosso amigo o sr. Pereira, no Beco Largo n.º 1, a 40 réis o exemplar”. Assinava-se a 2\$000 por trimestre.

“No meio dessa corrupção geral que lavra por tôda a sociedade brasileira, dessa torrente de desagregação moral dos partidos monárquicos que abriram no país um caos de profundo abismo, de espanto e de terror”, vinha **O Rebate** “pugnar pelos princípios republicanos e demonstrar ao povo o seu verdadeiro caminho na senda social”.

Em prosseguimento, rezava o artigo de apresentação: “Este estado de coisas não pode e nem deve continuar. Um povo que se deixa suicidar por suas próprias mãos é indigno de viver no meio das nações livres”.

“Tremam e temam-se os tiranos de todos os partidos, havemos de arrancar-lhes as máscaras e apresentá-las ao povo nas praças públicas. Acautelem-se os bandidos, os ladrões e os salteadores dos cofres públicos e sugadores do suor do povo, que, com o pêlo em brasa, havemos de expô-los às iras da população que sofre o jugo dêsse tiranos malvados. Em defesa do fraco contra o forte, do oprimido contra o opressor, sempre estará em sua frente **O Rebate**, que nunca se descuidará de pugnar pela sua nobre missão. É este o seu programa, fazendo um apêlo a todos os brasileiros em prol da causa que tomamos na imprensa”.

Seguiu-se a publicação normalmente, abrindo colunas ao movimento emancipador da escravatura, cada edição repleta de comentários sobre a política geral e local, batendo-se contra a centralização do poder, pugnando “pela liberdade, igualdade e fraternidade” e terminando com “Diversas notícias” e “A pedidos”, em prosa e verso, assinados mediante pseudônimos. Não deixou, também, de inserir poesias, quase sempre patrióticas, da autoria de Rangel Sobrinho, Mandu Neves, **Católé**, Ricardo Guimarães, Dias Barroso, Virgílio Barcelar Caneca, Canuto Ramos, Quintino Malta, Gaspar A. dos Reis, Juvenal Filho, Ribeiro da Silva e **Voltaire Júnior**.

A edição de 14 de julho foi dedicada à República Francesa. A partir da seguinte, de n.º 13, o periódico circulou bisemanalmente.

Prometendo defender a causa republicana, Fortunato Pinheiro candidatou-se a deputado pelo 1.º Distrito, apelando para o eleitorado através das colunas do seu jornal, a partir do n.º 25, de 15 de setembro. No mês imediato, atacava a

polícia que lhe proibira discursar em comícios, devido à sua linguagem por demais exaltada. E, no n.º 36, de 24 de outubro, agradecia, em artigo assinado, aos sete eleitores que lhe sufragaram o nome.

O jornal combateu, após, o jôgo de azar imperante na cidade, o que deu lugar a uma agressão ao proprietário e redator principal, fato noticiado na edição de 14 de novembro. No mês de dezembro, cujo último número do ano, o 53º, foi datado de 22, a redação pedia o pagamento das assinaturas atrasadas, em vista das “grandes dificuldades” com que lutava para sustentar a publicação.

Circulou a 5 de janeiro a primeira edição de 1884, quando duplicou de formato (três colunas largas), passando a sair seis vezes por mês. E iniciou o folhetim “Um drama de amor”, de Xavier de Montépin. Subiu para 200 réis o preço do exemplar.

O **Rebate** prosseguiu, com sua linguagem candente, adjetivação exagerada, pregando a implantação da república e criticando os desacertos do regime monárquico. Chamava aos ocupantes do poder “malditos liberais”, “patriotas de barriga”, “súcia de bandalhos”, “comendador sem vergonha”... Focalizava as “ruínas paixões” do líder José Mariano, o qual, no princípio, merecera encômios da redação.

O n.º 17, de 25 de março, foi dedicado “à província do Ceará, pela sua emancipação geral”, exibindo palavras de saudação, na primeira página, encimadas pelas datas: 1817, 1824 e 25 de março de 1884. Nas três outras viam-se trabalhos, sobre o evento, de Martins Júnior, Claudino dos Santos, Rangel Sobrinho e Claudino de Melo.

Em continuação, ocupava-se a folha dos desmandos nas repartições públicas, sempre mantendo regular noticiário, sem anúncios.

A 5 de maio (n.º 25), substituía-se a linha designativa do programa pela seguinte: “Órgão Republicano Federativo”, conservada a divisa inicial, elevando para 3\$000 a assinatura trimestral.

Na edição mencionada, sob o título “Guerra à Monarquia”, divulgou o mote a seguir, que foi glosado sucessivamente:

“Do Fortunato **O Rebate**
É do povo o evangelho”.

A 14 de julho ocorreu edição especial em apoteose ao feito de 1789, vendo-se na primeira página um soneto em honra

aos revolucionários franceses e, nas seguintes, prosa e verso alusivos, com a assinatura de Fortunato, Ricardo Guimarães, Rangel Sobrinho, Araújo Saldanha e Antônio Coelho Pinheiro.

Não media palavras, o ardente periódico, para vituperar o erro, quer político, quer social, quer moral, assim como não tinham medida os elogios aos amigos e correligionários do redator principal. Em meados do ano, voltava a tecer comentários favoráveis a José Mariano, enquanto deblaterava “contra o candidato escravocrata Ambrósio Machado.”

A 10 de setembro, abriu a primeira página um aviso, segundo o qual o poeta Ricardo Guimarães fôra despedido da redação, advertindo aos assinantes que nada pagassem a êle, mas só ao funcionário do escritório ou ao cobrador Belmiro Cadaval. A edição do dia 28, em tipos grandes, prestou “homenagem ao imortal Rio Branco, inspirado autor da lei de 28-9-1871”, e “aos insignes abolicionistas defensores da liberdade”.

Ocupou-se, no dia seguinte, da dissolução de um comício, espaldeiramento do povo, agressão e prisão de Fortunato Pinheiro, quando êste, discursando, exprobrava violências anteriores da polícia. Criticou o autor do atentado, subdelegado Alcides Barata, chamando-o “beleguim ordinário e safado”, “o ladrão mais cínico que já temos conhecido” e outros epítetos de tal jaez. A prisão durou pouco, devido à influência dos líderes políticos José Maria e José Mariano.

Escreveu a 5 de outubro: “A nossa sociedade ressentia-se de um jornal livre; criamos **O Rebate** e uma guerra surda tem-se movido pelos patrões, fidalgos e potentados, com o sinistro fim de derrubá-lo. Miseráveis, não conseguirão o seu intento! Por tôda parte surgem muitos nossos admiradores, por tôda parte surgem adesões, e a nossa propaganda é ativa e sem parar.”

Nesse fim de ano, o periódico fêz a propaganda da candidatura de Joaquim Nabuco à deputação e polemizou com **O Tempo**.

Além das advertências anteriores, a edição de 15 de novembro pediu aos assinantes em atraso que pagassem seus débitos; porque, de modo contrário, seriam colocados “na lista dos velhacos e safados”, adiantando: “Quem não paga a mesquinha assinatura de uma gazeta, não paga a ninguém e é caloteiro de profissão; por conseguinte, fogo nêles”.

Terminou o ano o n.º 70, de 20 de dezembro, iniciando nova numeração em 1885.

Circulando ininterruptamente, **O Rebate** dedicou o seu n.º

33, datado de 7 de junho, “Ao dr. Joaquim Nabuco, chefe dos abolicionistas brasileiros — Ao eleitorado do 5.º distrito — Ao dia 7 de junho de 1885”, tudo isto na primeira página, circulada de vinhetas, achando-se as restantes repletas de artigos e notas sôbre a eleição de Nabuco para o Parlamento, cinco dos quais assinados por Fortunato Pinheiro; vários sonetos e outras poesias de Gomes de Albuquerque e um acróstico por Ulisses Rangel.

Ao circular o n.º 69, de 15 de dezembro, já a fôlha se imprimia na rua das Flôres n.º 24, 1.º andar, começando a admitir alguns anúncios.

No ano seguinte, passou a circular diàriamente (2), tornando-se “Órgão Abolicionista e Republicano”. O preço da assinatura trimestral foi elevado para 4\$000 e o do número avulso reduzido para \$60, enquanto a tipografia, própria, se instalava à rua das Laranjeiras (que também cedeu lugar à avenida Dantas Barreto), n.º 18. Por outro lado, em vêz de três colunas largas, modificou-as para quatro normais.

Na edição de 29 de setembro de 1886 (ano IV, n.º 152), provávelmente última da fase diária, dizia um tópico, sob o título “Continua o ataque à imprensa”: “Ontem o audacioso capanga do sr. dr. chefe de polícia, Joaquim Maximiliano Pestana, rasgou, em diversas ruas, nas mãos dos nossos vendedores, para mais de cem jornais. É o recurso dos canalhas. A nossa edição é de 2.000 jornais; não nos fazem falta os que o maricas Pestana rompeu. Triste celebridade!”

Era, naturalmente, uma consequência da linguagem solta, dos insultos dirigidos às autoridades públicas, do desrespeito à honra alheia, em que era fértil Fortunato Pinheiro, redator único do desbocado jornal.

O n.º 156, de 13 de novembro, apresentou o formato reduzido à metade, transferido o escritório da redação para a rua de São Jorge n.º 72, 3.º andar, voltando a assinatura trimestral a 3\$000, mas elevado o preço do número avulso para \$160.

Declarou a redação haver sido divulgado três dias antes (10 de novembro) um boletim “analizando a infâmia do malvado e perverso Inácio Joaquim de Sousa Leão”, que mandara quebrar-lhe a tipografia, “por não exprimir ela bajulação e nem tão pouco aquiescência aos seus maus atos”. Chamou-o “salteador de profissão”, “energúmeno asqueroso”, “pústula”

(2) Não foi possível, devido à pobreza das coleções, averiguar a data em que começou a publicação diária. A Biblioteca Pública do Estado só possui coleções completas correspondentes aos anos de 1883 e 1884. Daí por diante, são fragmentárias.

e quejandos adjetivos. Tratava-se do primeiro vice-presidente da província, em exercício, cuja administração, precisamente na data mencionada, foi transferida ao presidente Pedro Vicente de Azevedo.

Prosseguindo o comentário, frisou que não era possível continuar, depois de tantos desmandos, “depois do assalto à nossa tipografia, após o espancamento de que foi vítima o nosso amigo principal redator d’este jornal e do processo contra êle forjado pelo mísero capacho do sr. Chefe de Polícia, o efeminado subdelegado Zeca”.

Noutra nota redacional, aduziu: “Estamos resolvidos a fazer tôda junção lícita com o Partido Liberal, a fim de ajudá-lo na queda dessa nefasta situação”, acentuando: “êsses guabirus são uns assassinos e uns verdadeiros miseráveis”, “um bando de sicários”.

No Expediente, explicava-se que o formato era menor porque a direção não pudera adquirir uma máquina capaz de dar conta da missão a que se impôs”. Fechando a edição: A redação não aceita coisa alguma que venha acobertada com o anonimato, porque essa arma é a dos covardes e que só atacam de emboscada; salvo se deixarem o seu nome nesta mesma redação. Gratuitamente, só aceita o que fôr de interesse público”.

Nada obstante as circunstâncias e a declaração em contrário, continuou, bissemanalmente, vindo a anunciar a 8 de dezembro — n.º 163 — que aumentaria de formato no mês seguinte, a fim de “satisfazer as necessidades públicas”.

Entretanto, os assinantes não correspondiam à expectativa. Pedia-lhes a direção d’O **Rebate** que aquêles em atraso pagassem logo, frisando: “Nós trabalhamos e temos um pessoal de 14 pessoas nas nossas oficinas, e tôdas trabalham para ganhar a vida. Depois, compramos papel, tinta, potassa, azeite, etc., e tudo isso não vem de graça”.

Na edição em aprêço ocorria a 77ª inserção, em folhetim, do romance “O matuto”, de Franklin Távora.

Não há vestígio de qualquer edição de 1887 (3).

O n.º. 7, ano VI, de 25 de fevereiro de 1888, apresentou-se em formato grande, de cinco colunas, iniciando, a par da matéria de rotina, o folhetim “A Neve (novela microscópica)”.

Circulando semanalmente, a edição de 19 de maio homenageou a abolição da escravatura, “data gigante, esplêndida

(3) Nêsse ano apareceu o semanário **Anti-Rebate**, que circulou de julho a novembro, especializado em polemizar com Fortunato Pinheiro (Ver “Imprensa Periódica”, Vol. VI).

e gloriosa”, divulgando uma “saudação ao patriótico gabinete de 10 de março” e outras palavras candentes, entusiásticas, na primeira página, completando-a, em rodapé, o poema “Vozes d’África”, de Castro Alves. A segunda — encimada pela manchete “Viva a imprensa livre”, seguida dos títulos dos diários da capital — e a terceira inseriram artigos e poemas sôbre o feito de 13 de maio, vendo-se na quarta um quadro de honra dos que concorreram para a efetivação do desiderato.

O n.º 27, de 14 de julho (era, então, “Órgão da Federação Pernambucana”), dedicou a primeira página à data “célebre e gloriosa da revolução francesa”, com dizeres em caracteres fortes, significando “um preito de honra da redação d’**O Rebate**”.

Com o “escritório da redação” localizado à rua do Oriente n.º 4, tinha aumentado para 320 réis o número avulso, mantendo, porém, o preço da assinatura trimestral. As três páginas restantes da edição em aprêço, sem anúncios, apresentaram-se repletas de matéria redacional, artigos assinados, poesias e Variedades.

Dos três trabalhos firmados pelo redator Fortunato Pinheiro, um trazia o título “Porque não sou republicano nesta terra”, no qual historiou sua longa atuação política, suas aspirações a prol da causa que abraçara, as decepções e traições que sofrera, concluindo: “Com essa gente não me acompanho e os republicanos daqui de nada valem. São conservadores com capas de republicanos. Tenho-me definido”.

Nenhuma outra edição foi encontrada, desde a referida (14-7-1888), até meados de 1889, o que deixa dúvidas sôbre a normalidade da circulação, nêsse período, do barulhento jornal.

Finalmente, existem fragmentos da edição de 6 de julho, sendo possível constatar que a primeira página homenageava a memória de Tobias Barreto.

Ainda saiu **O Rebate** a 24 de agosto, outra vez feito “Órgão Republicano”, encerrando sua existência com a edição de 10 de novembro de 1889 (4) **Bib. Pub. Est.** (5).

(4) **O Rebate** foi substituído, três dias depois, pelo periódico **A Federação**.

(5) Do acêrvo do Arquivo Público Estadual constam números esparsos do jornal estudado.

1885

JORNAL DA TARDE — Propriedade de José Higino Duarte Pereira, divulgou o primeiro número a 22 de maio de 1885, no formato de 45 X 30, quatro páginas de cinco colunas, tendo a tipografia e “escritório da redação” instalados à rua das Laranjeiras (hoje inexistente) n.º 18. Cobrava 3\$000 por trimestre, acrescidos de 500 réis para o interior e províncias, vendendo-se o número avulso a 40 réis. “As publicações — dizia — serão inseridas na seção “Tribuna do Povo”. Esta tribuna é franca a todos que se apresentarem competentemente legalizados. Não aceitamos testas de ferro nem anúncios de escravos fugidos”.

Do artigo de apresentação, constava: “... esta fôlha se destina a advogar, antes de tudo, o bem e interêsse gerais, analisando os atos governativos e pedindo reformas, atos legislativos e executivos que venham melhorar o atual estado de coisas, na parte que respeita à economia e finanças da província”.

Outros tópicos: “Não somos políticos, nem representamos, na imprensa, partido algum. Isto, porém, não quer dizer que deixaremos de ter idéias, apreciações, conceitos e críticas para os acontecimentos a que, no país e na província, der lugar êsse jôgo de interêsse e conveniências em que se resumem todos os atos do poder público, entre nós”.

“O **Jornal da Tarde** se esforçará por ser uma fôlha largamente noticiosa, e cheia, sobretudo, de informações interessantes ao comércio, à indústria e à agricultura da província”.

Concluiu dizendo que, se merecesse o favor público, ofereceria, ao findar o primeiro mês, regalias e vantagens que nenhuma outra fôlha já oferecera. Uma delas: médico e advogado, encarregados de responder às perguntas jurídicas e sôbre Medicina feitas pelos assinantes.

Servido de uma página e meia de anúncios, o **Jornal da Tarde**, circulando todos os dias úteis, inseria substanciosos editoriais, sobretudo pró-abolição da escravatura; noticiário, variedades, serviço telegráfico (copiado dos diários da véspera), folhetim, iniciado com “As infâmias do confissionário”, por F. de Geodeufire; as seções “Para rir”, de **Tableau**; “Dizia-se ontem, em surdina”, por **Chic-Chic**, e charadas, além de uma parte literária, em prosa e verso, na qual apareciam nomes como os de Ciridião Durval, Faelante da Câmara, Artur Fenelon, Valdevino Vanderlei, Afonso Olin-

dense, Luís Guimarães Júnior e Alves Mendes. Sobre questões sociais escrevia Abel Garcia, um dos redatores.

Tendo feito a apologia da candidatura de Joaquim Nabuco à deputação geral, o **Jornal** dedicou duas edições à vitória eleitoral do famoso homem público, a primeira a 8 de junho, em homenagem “ao eleitorado independente do Quinto Distrito, aos abolicionistas sinceros e ao país”, e a segunda, no dia 18, “ao Wilberforce brasileiro — dr. J. A. Nabuco de Araújo”, ambas tendo a primeira página em letras garrafais e o texto repleto de saudações, em prosa e verso, assinadas por Fernando de Castro, Figueira-Lima, Enéas Cavalcanti, Martins Júnior, Guenes Júnior, Alfredo Falcão, Tito Lívio, Domingos Sousa Leão, Felix Cândido, Ciridião Durval (1), Claudino dos Santos e vários outros intelectuais. Além disso, a redação levou a efeito festividades comemorativas do triunfo de Nabuco, com embandeiramento, passeata cívica, discursos, música e foguetes (2).

Não deixou o bem feito órgão de indispor-se com um colega — **O Tempo**, que vivia “da desgraça alheia... com anúncio de escravo fugido”. Era “a página negra da imprensa pernambucana”.

Apesar da boa disposição com que se iniciara, apresentando aspecto material agradável e redigido com apuro, o **Jornal da Tarde**, ao que tudo indica, não conseguiu impor-se ao favor público, vindo a terminar sua existência com o número 27, datado de 27 de junho (**Bib. Pub. Est.**).

1888

GAZETA DA TARDE — Veio à luz no dia 15 de setembro de 1833, sob a direção e propriedade de Abdísio de Vasconcelos, confeccionada na Tipografia do Comércio, à rua do Im-

(1) Uma quadra solta, do poeta Ciridião Durval:

“Sempre vence a Razão, o Justo, o Verdadeiro!...
— Glória ao **Quinto Distrito!** e glória a Pernambuco!!
Parabens, parabens ao Povo Brasileiro!
Cante a Pátria adorada hosanas a NABUCO!!!!”

(2) Narrou o **Jornal da Tarde** que um professor primário, do bairro de São José, indignado com as manifestações de regozijo pela vitória de Joaquim Nabuco, deu para castigar seus alunos com palmatoadas a torto e a direito, em sinal de represália. Assim é que, quando ouvia o troar de um foguete, dizia:

— Solta foguete, diabo! dá cá a mão, menino!

perador n.º 43. Abrindo a primeira página, só de anúncios, lia-se o Expediente a seguir:

“Fôlha noticiosa, impressa com excelente material americano, em maquina Marinoni. Assina-se a 1\$000 por mês para a capital e 1\$200 para o interior e províncias. Colaboração assídua dos mais abalisados escritores em finanças e literatura. Um módico abatimento nos seus anúncios. A redação reserva para si o direito de apreciar os “comunicados”, a fim de publicá-los ou deixar de fazê-lo. Os autógrafos remetidos não serão devolvidos. A redação não tem a mínima solidariedade com os artigos insertos nas “Colunas Públicas”. Tôda a correspondência deve ser endereçada à rua do Imperador n.º 43, onde está uma pessoa encarregada e com plenos poderes para tudo o que disser respeito à fôlha. Tiragem: 2.000 exemplares”.

Do artigo programa, abrindo a segunda página, constava: “A nossa divisa é analisar fatos com tôda a imparcialidade que nos caracteriza, sem jamais ofendermos individualidades. Como o mineiro audaz que desce até o fundo das minas em busca de algum tesouro, nós descemos com o escalpelo da análise até encontrarmos a verdade dos fatos, nua e sublime. Sem nos cair na viseira, havemos de sustentar a causa dos fracos e dos pequenos.

“Este jornal não tem compromissos que o façam calar; é muito moço para perverter-se com as imundícies convencionais. Longe de nós a ferrenha discussão da política de aldeia. Quando o Estado tratar de questões de alta transcendência, à medida de nossas fôrças iremos informando o público do que se passar entre os que nos regem. Somos essencialmente democratas”.

O número de estréia, com título em bela letra gótica, apresentou-se em formato de 38 x 26. Aberta a fôlha, o centro era constituído de página única, deitada.

Da segunda edição em diante, porém, saiu a **Gazeta** com quatro páginas uniformes, obedecendo ao formato de 53 X 34, a cinco colunas de composição e excessivas margens em branco. Além do Expediente, conservado na primeira por algum tempo, as páginas externas foram dedicadas a anúncios, ficando a matéria redacional restrita às do centro.

Inseria editoriais, noticiário ligeiro, correspondência de outros Estados e do estrangeiro, a crônica social “Au jour le jour”, assinada por **Buraotinh**; “Carnet mondain”, por **Petit Galant**; um pouco de humorismo, telegramas copiados dos jornais matutinos, folhetim e a seção “Artes e Letras”, da qual foram colaboradores João de Deus do Rêgo, J. Gon-

calves Junior (ou **Gregório Junior**), Alfredo Falcão, Gonçalves Crespo, José Izidoro Martins Júnior, Wencesláu de Queiroz, Ângelo Tourinho e outros.

A partir de novembro, a emprêsa adotou uma tabela especial de anúncios, na seguinte base: 40 réis por linha, baixando até 20 réis da segunda publicação em diante; para os assinantes: 20 réis ou mediante convênio. Tratava-se com o empregado do escritório Hermógenes Camargo, que, um ano depois, era substituído por Aníbal Furtado. Êste, por sua vez, só durou até julho de 1890, entrando Luís Viana, o qual permaneceu até 16 de março de 1892, data em que foi substituído por Manuel A. Pinto Barbosa. De substituição em substituição, ainda ocuparam o cargo, anos a fora, Armindo Lisboa, Manuel Buarque e Artur Vautier.

Terminando 1888, a **Gazeta** divulgou, a 31 de dezembro, o artigo "O movimento republicano", em que dizia não ter programa político, mas não estava isenta de tomar parte nas questões político-sociais de interêsse para a comunidade brasileira. Aludiu, a seguir, à "evolução acelerada" da idéia republicana, acreditando na sua vitória. Entretanto, havia dúvida de que os nossos costumes políticos iriam "contrastar-se com a índole essencial da República", dando lugar a lutas para a sua consolidação. Concluiu dizendo da necessidade de evangelizar o povo brasileiro, para que fôsse pouco a pouco desprendendo os olhos do brilho da Monarquia.

Iniciando 1889, a emprêsa ofereceu o prêmio de um relógio de prata ou uma coleção de Júlio Verne, ricamente encadernada, a quem apresentasse no escritório, até o fim do semestre, recibo superior a 100\$000 de publicações feitas na **Gazeta da Tarde**.

Começaram a 19 de janeiro as "Sabatinas", em rodapé, assinadas por **B. de M.**, iniciais de um dos dois redatores: João Batista de Medeiros ou Bianor de Medeiros? Ernesto de Vasconcelos e Artúnio Vieira pertenciam também à redação.

A primeira página da edição de 23 de fevereiro foi dedicada, com saudações em prosa e verso, à colaboração espanhola poetisa Encarnacion Canelas y Cruz, que completara "mais uma primavera", assim terminando a nota principal da redação: "Enviando-lhe um ramilhete singelo das rosas puras da nossa admiração, auguramos-lhe uma primavera eterna de felicidades".

A 13 de maio, a primeira página, cercada de vinhetas, encimada com o emblema da Monarquia, homenageou, em tipos fortes, o primeiro aniversário da extinção da escravatura, saudando "a pátria livre".

Comentando, com isenção de ânimo, os acontecimentos do dia-a-dia, fôssem políticos, econômicos ou sociais, a fôlha manteve, durante o ano, sua neutralidade, admitindo novos colaboradores literários, tais como: Afonso Olindense, Carlos Coelho, S. Cunha Lobo, H. Eugênio Antunes, Laura da Fonseca, Sigismundo Teixeira, Júlio Pires, Luís Guimarães Júnior, Spencer Neto, Medeiros e Albuquerque, J. R. S. Duarte, Plácido de Abreu, Pedro de Assis (tipógrafo), Gervásio Fioravanti, Teotônio Freire e França Pereira, enquanto F. Filho fazia comentários políticos, sob o título "Trocós miúdos", e João Paiva escrevia "Pela Semana", aos sábados, abordando assuntos gerais.

Instaurado o regime republicano, a **Gazeta da Tarde**, dêle adepta, abriu subscrição, a 25 de novembro, para ocorrer, como modesta ajuda, ao pagamento da dívida externa do Brasil.

A partir de 29 de janeiro de 1890, o engenheiro Nascimento Feitosa Filho iniciou uma série de artigos intitulados "Ponte Buarque de Macedo", que êle começara a construir, fazendo críticas ao engenheiro continuador da obra. Prosseguiu escrevendo a série "Conservação do pôrto do Recife" e, depois, artigos esparsos. Criaram-se, nesse ano, as seções "De fôlha a fôlha", comentário ligeiro sôbre o que escreviam os outros diários, e "Au tour de tour", crônica assinada por Artúnio Vieira, sendo outros colaboradores João Barreto de Meneses, Ribeiro da Silva, Geraldo de Barros, Victor Júnior, Amâncio da Cunha, **Gregório Neto** (pseudônimo de José de Castro); Oswaldo Machado (poesias), José Henrique de Sá Leitão, José de Lima, Clóvis Bevilaqua, Faria Neves Sobrinho, Felício Buarque, Gaspar Guimarães, Olímpio Galvão e Pedro Botelho, que divulgava atraentes comentários, quase sempre políticos, dosados de humor e sátira. Como no ano anterior, a edição de 13 de maio de 1890 homenageou a redenção dos escravos, enchendo as duas primeiras páginas de matéria alusiva. Em julho do mesmo ano aumentava-se para 1\$300 o preço da assinatura mensal.

Leónidas e Sá, que se mantivera, em setembro, em polêmica com Prado Sampaio, êste pelas colunas do **Jornal do Recife**, sôbre a personalidade de "Rudolf von Ihering como filósofo", assumiu a direção da **Gazeta** a 1 de outubro, passando Abdísio de Vasconcelos a figurar unicamente como proprietário, continuando aquêle a assinar artigos literários, até 26 de fevereiro do ano seguinte, quando, após tão curto período, deixou o cargo.

Ao anunciar a entrada de 1891 “entre risos e festas”, divulgou a fôlha, em sua edição de 2 de janeiro: “As publicações particulares subirão um pouquinho de preço, naturalmente, visto como começa a ser aumentado de hoje o salário dos empregados de nossas oficinas. O público conhece a mensagem que a distinta Associação Tipográfica dirigiu-nos e que nós prometemos cumprir a sua primeira parte — aumento de salário”. Em conclusão: “O serviço maiormente remunerado será trabalhado com mais pontualidade, mais gôsto, mais arte e mais nitidez”. “A vantagem será do público, que pagará melhor e será mais bem servido” (1).

A *Gazeta da Tarde* exultou, a 19 de janeiro, em artigo de fundo, com o fato de ter sido banido, na Constituição a entrar em vigor, o anonimato, declarando: “...entre nós vai começar o período da responsabilidade, da legalidade. O anonimato desapareceu, e temos esperança de que, com êle, desaparecerão a linguagem pouco decente e todos os modos de insultos à moral, à sociedade e à personalidade”.

Nesse ano surgiam as “Farpas”, por **Gil Braz**; versos de **Tomé Gibson**, e a 23 de junho começava a inserção do romance de **Artúnio Vieira**, em rodapé, “Sua majestade, o Vício”, dois anos após divulgado em livro.

Modificara-se a orientação da *Gazeta da Tarde*, que condenou, em editorial de 12 de junho, a nomeação do Barão de Lucena e do Desembargador Correia da Silva para governador e vice-governador, respectivamente, da província. Seis dias depois, manifestava-se contra a Constituição estadual, acentuando: “Ontem consumou-se o enorme sacrifício da pátria pernambucana”. “Pernambuco passou ao regime da legalidade, segundo a roda oficial; passou ao domínio de direito daqueles que tripudiam sôbre o quase cadáver do Leão do Norte! “Começou o reinado dos que têm, agora, destruído a nossa pátria.”

Logo após, a 1 de julho, o artigo “Vingança pequenina” lamentava a transferência do major Emídio Dantas Barreto, do 2º. Batalhão, estacionado no Recife, para o 35º., no Piauí, pura “perseguição política dos mandões”, só porque o referido oficial do Exército era amigo de Martins Júnior, acrescentando: “Esta é que é a sua grande falta, êste é que é o seu grande crime”.

Mais oito dias e Pedro Botelho, que adotara a seção “Por

(1) Apesar do que ficou dito, a majoração do preço das publicações só se efetivou quinze meses depois.

brincadeira”, criticava, com doses de ridículo, a medida do chefe de Polícia, que proibia “aos vendedores de jornais apre-goarem as notícias que os jornais trazem”.

Confirmando a mudança de orientação, lançou o ves-pertino, na edição de 23 de julho, incisivo editorial, para de-clarar-se francamente oposicionista, pertencendo, por isto, à “imprensa séria de Pernambuco”.

“Nunca defendeu administrações más; nunca endeusou govêrno algum”; sempre “livre nas suas apreciações”, mante-ve-se neutro até “a queda do Partido Republicano, pela as-censão ao poder do sr. Henrique de Lucena”, o que lhe cau-sou profundo desgosto, logo transformado em franca oposi-ção, inclusive “ao seu preposto Correia da Silva, como gover-nador desta infeliz terra”. “Abandonamos, pois, a neutrali-dade em que até então vivíamos, para, conscientemente, com-bater de viseira descoberta, sem tergiversações nem subterfú-gios, esta situação política. Combater êste govêrno de com-padres é ser duas vêzes benemérito da pátria; é uma glória, nós queremos-la, e nós reclamamo-la”.

Ao mesmo tempo, atacava o govêrno do marechal Deodo-ro e a “farsa republicana”, assim continuando até a ocorrên-cia do golpe de Estado que dissolveu o Congresso nacional.

“Foi um crime” — escreveu a **Gazeta**, a 5 de novembro; mas, já no dia 7 divulgava a nota a seguir: “Em face do ma-nifesto do General Deodoro, que se acha no domínio do povo, pela publicação feita nos jornais da manhã; e mesmo em obe-diência a motivos íntimos que nos fazem respeitar a nova si-tuação política do Brasil, temos resolvido, como acertado e prudente, não nos ocuparmos, presentemente, com a políti-ca, porque compreendemos que não há glória em um sacri-fício que não aproveita à comunidade. As nossas convições, porém, permanecem inalteráveis, mesmo na nova posição que tomamos, até que a face geral das coisas, mudando, como promete o General em seu manifesto, anuncie uma verda-deira aurora de felicidades para a nossa cara pátria, digna por certo de todos os melhoramentos”.

Verificado o contra-golpe do General Floriano Peixoto, comentou o vespertino, a 25 de novembro:

“O céu da pátria, que ameaçava borrasca, começa a sere-nar; fogem, céleres, as nuvens chumbadas; surgem raios de luz novos e frescos; a cúpola retoma o azul puro dos céus tro-picais”.

Depois, a 19 de dezembro, saudava a Junta Governativa de Pernambuco, à qual cumpria “estabelecer o regime da li-berdade, da ordem e do progresso.”

Nesse ano, a **Gazeta** adotara a seção "Recados", em que dava ciência aos plúmbeos do recebimento de suas produções literárias (2), criticando-as para efeito de publicação ou "cesta".

Já a 8 de julho tinha abandonado suas funções o repórter Manuel T. de Araújo Saldanha. Novos colaboradores vinham divulgando trabalhos literários, como Martins Sobrinho, Carmen Freire (Baronesa de Mamanguape), Manuel Arão, **D. Geofre Tenório** (pseudônimo de Paulo de Arruda), Plácido Serrano, Eurico Vitruvius, **Cordélia Silva** (como se ocultava, em boas crônicas, Júlio Pires Ferreira) e outros. A 22 de janeiro de 1892 iniciava Artúrio Vieira a divulgação do seu segundo romance: "Tempestade de um lar".

Tendo assumido posição de defesa do governo estadual, a **Gazeta** entrara em choque com os jornais oposicionistas, especialmente o **Estado de Pernambuco**, os quais não mediam palavras ao criticar a administração da Junta. E esta empreendeu drásticas providências contra o que considerava abuso da liberdade de imprensa. Então, a **Gazeta**, antes militante da oposição, achava, em sua edição de 23 de fevereiro, que já vinha tardando "uma medida que cortasse a licença de que se possuiu uma parte da imprensa pernambucana". Fêz o editorialista uma demonstração de sua atitude anterior, no tocante à política partidária, quando passara da neutralidade para a oposição, frisando:

"...fomos levados às barras da polícia, tentaram amordaçar-nos, e depois assassinaram-nos, pelo simples fato de, usando da liberdade de imprensa, fazermos oposição franca, leal, de viseira descoberta, ao governo". Enquanto isto ocorria, "a imprensa dèsses maus pernambucanos estava muda, quieta". Depois, mudaram-se as posições e os jornais inimigos do governo chegaram ao "ponto de insultar pessoalmente a primeira autoridade policial do Estado; e o resultado já o público conhece!"

Concluiu: "Quando um dia a oposição fôr governo, se nós procedermos como ela vem procedendo, mande erigir em ca-

(2) A Manuel Arão, nome que se projetaria admiravelmente, foi mandado o seguinte "Recado", na **Gazeta** de 9-10-1891: "Verificamos que o trabalho de que nos falou foi recebido e publicado na edição de 30 do mês passado. Foi agora recebido o seu nôvo trabalho, que está muito lindo".

No ano em referência, Manuel Arão ainda se encontrava na sua terra de nascimento, Afogados da Ingazeira, onde redigia, desde 1890, o jornalzinho manuscrito **A Patria**.

da esquina uma forca, e que o cadáver de cada um de nós seja o incremento às liberdades públicas”.

A propósito do preço do exemplar, que era de 40 réis desde o primeiro número, divulgou a *Gazeta*, a 30 de março, a nota a seguir: “Levados pela alta que tem atingido a todos os gêneros, e agora especialmente o papel destinado à impressão, o qual está custando mais de 50 % do preço que até bem pouco tinha no mercado, somos obrigados a levantar, de hoje em diante, o preço de nossa fôlha para 60 réis, pois só assim poderemos fazer face às despesas”.

Pedia boa acolhida e desculpa aos leitores e, noutra nota, convidava os devedores a saldarem seus débitos até o dia 31, sob pena de a empresa agir judicialmente. Ao mesmo tempo organizava a seguinte tabela de assinaturas: Para a cidade: ano — 14\$000; semestre — 7\$500; trimestre — 4\$000; para o interior: 16\$000, 8\$500 e 4\$500, respectivamente.

Ao iniciar-se o mês de maio era a vez dos anúncios, cuja tabela foi majorada mediante convenção com os demais vespertinos, “em face do aumento obtido pelos tipógrafos e da alta excessiva do material de impressão”, na seguinte base por linha: Solicitadas — \$150; anúncios — \$080 para os assinantes e \$120 para os não assinantes; editais e reclamações — \$100; avisos (indicações úteis) — \$200; memoriais e leilões — \$250. As repetições custavam a metade do preço quando entre elas não mediasse espaço superior a dez dias, e não se aceitavam contratos de anúncios inferiores a um trimestre.

Instalado desde abril o novo Governo do Estado — o primeiro sob regime constitucional — vinha a fôlha mantendo posição de expectativa. E a 4 de junho escreveu: “...nossa atitude não é de franca oposição à administração do sr. dr. Barbosa Lima; absolutamente não. Apoiamo-lo no que tem ela de honesto, de moralizador, de republicano”; “...censuraremos todos os atos que nos parecerem maus”.

Entretanto, treze dias após iniciava-se a série de artigos intitulados “Le roi s’amuse”, criticando atos da administração estadual; e, no dia 20, um artigo, assinado por C. A. (Cleodon de Aquino, um dos redatores), focalizou distates e erros cometidos pelo chefe do governo, ao mesmo tempo que aplaudia a atitude do Partido Republicano.

No mês seguinte, a *Gazeta da Tarde* tomava novo rumo, passando à propriedade de “uma Associação”, constituída de membros do Partido Republicano Histórico, assumindo Martins Júnior sua orientação política. No artigo de apresentação dessa nova fase (16 de julho), lia-se, entre outras considerações:

“Fôlha popular, fôlha eminentemente democrática, o nosso jornal vai continuar a ser um órgão de imprensa destinado a servir ao povo, advogando-lhe os interesses e doutrinando-o quanto possível, a fim de que êle possa bem compreender os seus altos direitos e nobres deveres. A obra encetada pelos fundadores desta fôlha há de ser levada por diante com esforço e dedicação. Mais acentuadamente política, talvez, do que tem sido até hoje, nem por isso a **Gazeta** deixará de ser um jornal como o quiseram e fizeram os seus primitivos proprietários e redatores: variado, alegre e largamente noticioso”.

Tendo Barbosa Lima rompido com o chefe do P. R. H., o vespertino tomou, segundo Alfredo de Carvalho (3), “o caráter de franca e veemente oposição à sua administração”, com o que veio a sofrer vexames e dificuldades.

A 2 de janeiro de 1893, publicava a **Gazeta** uma nota, com a assinatura dos então redatores Argemiro Arôxa, Cleodon de Aquino, Manuel Araújo, Virgílio de Sá Pereira e Fernando Barroca, na qual se dizia continuar a mesma a sua orientação política, esforçando-se por ser cada vez mais noticiosa, e prometia aumentar o formato, para isto tendo feito “aquisição de mais abundantes fontes do seu material”, de modo a tornar-se “uma fôlha tão completa quanto possível”.

Adotando desbragada linguagem no campo da oposição sistemática ao governador do Estado, a edição do dia 4 chamou-o “degenerado, para quem são poucas tôdas as maldições do povo pernambucano”.

Prosseguindo a campanha nesse diapasão, não tardou o primeiro ato de represália. Assim é que, a 30 de janeiro o novo redator Eurico Vitrúvio foi agredido, às 22 1/2 horas, na rua Barão de São Borja, por um grupo constituído do ajudante de ordens do governador, do seu oficial de gabinete e do subdelegado de Santo Amaro, respectivamente, José Otoni Ribeiro Franco, Artur Machado Freire Pereira da Silva e capitão Austriclinio Pais Barreto (4), acompanhados de quatro praças de cavalaria. O agredido, que recebeu diversas cacetadas, apresentando larga brecha no crâneo, contusões e equi-

(3) “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”. São extraídos dessa obra os poucos dados referentes ao segundo semestre de 1892 da **Gazeta da Tarde**, do qual não existe nenhum exemplar na coleção da Biblioteca Pública do Estado, aliás a única lacuna.

(4) Segundo o **Diário de Pernambuco**, que publicara os competentes atos do governo do Estado, os três funcionários participantes da agressão foram demitidos.

moses pelo corpo, correu, para não ser morto, a refugiar-se numa residência familiar.

Em artigo a respeito, a fôlha responsabilizou “o indivíduo de nome Alexandre José Barbosa Lima, mísero, miserrimo governador de Pernambuco”, acrescentando: “Esta redação, saiba-o Barbosa Lima, saibam-no todos os capangas fardados ou sem farda de sua política, continuará a flagelar, impiedosa, atrevida e b̃arbaramente, essa administração perniciososa, indigna, infame, personificada no degenerado psíquico, no louco moral que, em palácio, prostitui a República e a pátria”.

Tais conceitos, evidentemente desprimorosos, foram emitidos após o registo de que os agressores haviam declarado que, “se a **Gazeta** dissesse qualquer coisa sôbre o ominoso atentado, seriam os seus redatores assassinados” e inutilizada a tipografia.

O vespertino vinha sendo impresso em oficinas próprias, instaladas no Pátio do Carmo nº 28, tendo como administrador Júlio Hancem (5).

Seções haviam sido criadas após a nova orientação, tôdas de natureza política, tais como “Conversa”, por **Fulano de Tal**; “As vêzes . . .”, a cargo de **Procópio Tapajós**, e “Musa microscópica”, de **Juca**. Albino Meira entrou a escrever veementes artigos a propósito da propalada pretensão de Barbosa Lima de dissolver o Congresso estadual, concitando o Legislativo a instaurar processo contra o governador e afastá-lo das funções, por haver dissolvido, indêbitamente, os Conselhos Municipais.

Sucediam-se artigos redacionais de ataque ao govêrno, em polêmica com o **Diário de Pernambuco** e **A Provincia**, sendo especialmente visados os líderes José Maria de Albuquerque Melo e José Mariano Carneiro da Cunha, além de Meneses Drumond, Manuel Arão e outros líderes ou satélites políticos. Enquanto isto, Fernando Barroca iniciara, a 16 de janeiro, a divulgação, em folhetim, do seu romance “A vitimada”, e M. A. (Manuel Araújo) produzia a crônica “Aos sábados”.

(5) Artista gráfico dos mais conceituados da época, Júlio Hancem faleceu a 26 de julho de 1893, merecendo longos necrológios de tôda a imprensa diária do Recife. Precisamente dois meses depois, a União Tipográfica Pernambucana publicou uma poliantéia em homenagem ao extinto, cujo nome lhe servia de título (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. VI).

Intensificando-se boatos de que a fôlha ia suspender sua circulação, o gerente Graciliano Martins divulgou uma nota, em que afirmava: "Sòmente sendo pela gente do sr. Barbosa Lima empastelada a tipografia, suspenderá a **Gazeta** a sua publicação e isto mesmo temporariamente" (6).

Nas Ineditoriais da edição de 1 de fevereiro de 1893, o jornalista Artúnio Vieira, transferido, como professor primário, da capital para o interior, e, após, demitido "a bem da moral pública", escreveu longa catilinária contra Barbosa Lima, em que havia o seguinte: "Proponho, em nome da humanidade, que o submetam a uma camisa de força e levem-no à Tamarineira".

Durante o mês de março, a **Gazeta** desferiu ataques contra o famoso republicano Aníbal Falcão. E a 7 de abril abriu a primeira coluna da segunda página um "anúncio fúnebre", em tipo 10 negrito, entre fios de tarja e uma cruz, sob o título "Aniversário lúgubre", com o seguinte texto:

"Faz hoje um ano que Judas foi eleito Governador de Pernambuco. Assassínatos, roubos, depredações, traições, infâmias, ilegalidades, cobardias, arbitrariedades, viuvez, orfandade, cadáveres não vingados, crimes não punidos, misé-rias sem nome — eis o que produziu êsse ano de vergonha e opróbrio para a República e de indignação para a Pátria Pernambucana condenada fatalmente à bancarrota inevitável. A figueira, porém, está próxima".

Grande espaço dedicou, em maio, à suspensão do Governador Barbosa Lima de suas funções, decretada pelo Congresso estadual, mas... não cumprida.

No princípio do mês seguinte, deixavam a redação os jornalistas Virgílio de Sá Pereira, Eurico Vitruvius, Cleodon Fonseca e Manuel Araújo, sendo substituídos por José de Amorim e Osvaldo Machado.

Durante os dias 9, 10 e 11 de junho não circulou a **Gazeta**, que fôra suspensa por ordem do Questor policial Júlio

(6) A Coluna do Partido Republicano, do **Jornal do Recife**, divulgou, a 10-2-1893, o seguinte officio, dirigido pelo governador ao Questor policial: "Havendo a redação da **Gazeta da Tarde** dado curso ao boato, que insidiosamente se vai alimentando, de estar iminente uma agressão material às oficinas daquele periódico, e conquanto as averiguações a que haveis procedido provem ser de todo improcedentes tais apreensões, recomendo-vos que continueis a manter nas imediações do edificio em que estão instaladas aquelas oficinas uma guarda permanente que, aí se conservando dia e noite, possa burlar o plano, que está manifesto por parte dos agentes de uma indigna politicagem, de mandar empastelar a tipografia do citado jornal, a fim de chamar sôbre êste govêrno a odiosidade e a geral condenação com que a opinião sensata soi estigmatizar tais atentados".

de Melo Filho, sob a acusação de injuriar, “cotidianamente, as autoridades superiores do Estado, pregando a revolução à mão armada”, de acôrdo com o § 3.º, art. 3.º da lei n.º 14, de novembro de 1891, que conferia o “direito de fiscalização sôbre a imprensa, litografias, publicação, estampas, cartazes, manifestações e outros meios de publicidade quando tenham por fim, perturbar a ordem pública, excitar ódio e paixões populares”.

Reaparecendo no dia 12, continuaram as críticas ao governo. Quatro dias após, lia-se: “Coube ao sr. Melo a glória imarcessível de **ser o primeiro**, neste Estado, a usar de indevidas atribuições policiais para intimar uma fôlha a cessar sua publicação, intimando também o respectivo corpo tipográfico a dispersar-se!” (7).

No dia 15 de setembro de 1893 aumentou para 100 réis o preço do exemplar do vespertino e êste, pouco a pouco, foi reduzindo a campanha anti-governamental, até cessar completamente a partir de 9 de novembro, quando o editorialista se ocupava com os acontecimentos do sul do país, apoiando a causa da legalidade na revolta da esquadra chefiada por Custódio de Melo, tendo Martins Júnior divulgado, a respeito, longo manifesto.

Voltaram a publicar-se, com mais frequência, sonetos e poemas, em que se sobressaiam Teotônio Freire, França Pereira, Miguel Barros, Sousa Pinto, Gervásio Fioravanti, Generino dos Santos, Ribeiro da Silva, Luís Rosa, Celso Vieira, João de Deus do Rêgo, René de Vincy, Demóstenes de Olinda e Virgílio de Sá Pereira. Êste último entrou, novamente, para o corpo redacional a 3 de março de 1894, em substituição a Fernando Barroca, e ocupava a administração das oficinas Antônio Bernardo.

Em junho do referido ano, a **Gazeta** travava polêmica com o **Commercio de Pernambuco**, a propósito de ética jornalística (8). Tendo denunciado, sob o título “Enormíssimo

(7) O Governador Barbosa Lima, por ato assinado a 16-6-1893, considerando que a lei n.º 14 carecia de regulamentação, que “melhor especifique os casos e determine a forma de intervenção dos poderes públicos nos assuntos por ela compreendidos”, e que uma fiscalização, “exercida por forma extrema e vaga”, poderia “tornar-se arbitrária e atentatória da liberdade de imprensa”, nomeou uma comissão para apresentar “um projeto de regulamentação da lei de Questura”.

(8) Levada a polêmica para o lado jocoso, a **Gazeta da Tarde**, em sua edição de 25-6-1894, divulgou, sob o título “Ao dr. Pereira Júnior” (o diretor do **Commercio de Pernambuco**), o seguinte mote a concurso, com o prêmio de 200 réis ao glosador colocado em primeiro lugar:

“Quem tem a sorte mesquinha
Não pode julgar a minha”.

escândalo”, a injusta demissão do promotor público de Tacaratu, a edição de 25 do referido mês foi em parte rasgada, por policiais, sendo presos alguns gazeteiros. Reativou-se, assim, a campanha contra o Governador Barbosa Lima e, após a edição de 28 de julho, a fôlha ficou suspensa, devido à prisão de alguns redatores e à ameaça de empastelamento, tendo sido colocados nas imediações do prédio da tipografia dezenas de policiais e capangas do govêrno.

Reapareceu a 8 de agôsto — 1894 — continuando as seções de sátira política “Casca de Nozes”, de **Rui**; “Uma por dia” e “Pedacinhos”, de **Minimus**. Todos os movimentos do orientador, Martins Júnior, eram divulgados, bem como os seus discursos parlamentares, além de artigos em sua defesa contra ataques do **Diario de Pernambuco**. A 9 de outubro a **Gazeta** mudava a letra gótica do título, passando a adotar caracteres negros, altos, ocupando tôda a largura da página.

Enquanto isto, mantinha-se a campanha contra a administração estadual e não tinham trégua as ameaças de represália, partidas de elementos situacionistas (9), ameaças cuja execução logo mais tinha curso.

Aconteceu que a seção humorística “Uma por dia”, do vespertino, estampou, na edição de 28 de novembro, uma quadra sem assinatura (10), na qual os círculos oficiais descobriram “alusões insultuosas” à família do Governador do Estado. Atribuída a autoria dos versos ao redator-chefe Argemiro Arôxa, foi êste prêso e conduzido ao palácio da atual praça da República onde, insultado e injuriado pelo próprio Barbosa Lima (11), se viu obrigado a engolir, em forma de pílula, o

(9) Como prenúncio da borrasca, o **Diario de Pernambuco** (edição de 8 de novembro de 1894) publicara, nas “Solicitações”, o bilhete a seguir: “Srs. redatores da **Gazeta da Tarde**: Intimo-os para que botem as línguas no sacco e escrevam em linguagem menos ofensiva os seus artigos, sob pena de fazê-los calar eternamente — **Casério Santos**, anarquista”.

(10) Foi a seguinte a quadra incriminada:

“Mesmo de um privado gabinete
ser-se **oficial** é grande cousa;
em não sendo, meu Deus, tão boas **canjas**
como o Guimaraães, gozar quem ousa?”

(11) Insinuou, dias depois, o **Commercio de Pernambuco** que Argemiro Arôxa chegou a ser esmurrado pelo governador.

O que houve, realmente, foi o seguinte, conforme o auto de perguntas a que a vítima foi submetida perante o Juizo do 2.º Distrito Municipal, no dia 30 de novembro: Chamando-o de patife e canalha, Barbosa Lima ordenou a Argemiro que lesse os versos. Feita a leitura, o governador machucou o exemplar da **Gazeta** e disse-lhe: — “Engula, canalha!” Protestou o jornalista, declarando que aquilo era uma violência indigna da primeira autoridade de um Estado. S. Exa. tirou o revólver do bolso e, rasgando o pedaço do jornal em que estavam impressos os quatro maus decassílabos, gritou para a equipe que o cercava: — “A postos!”. Imediatamente, atiraram-se a êle, Argemiro, os doutores Júlio de Melo e Pedro Pernam-

pedaço de papel em que se achava impresso o **insulto** (12). Ainda por cima, prenderam-no, no quartel da cavalaria, até o dia seguinte, em cuja madrugada os “paus mandados” do governo empastelaram a tipografia do jornal, que ficou privado de circular (13).

Mais de um mês decorrido, precisamente a 7 de janeiro de 1895, reapareceu o vibrante jornal (14), continuando a hostilizar o já então denominado “regime da pílula” (15).

buco, o capitão Raimundo Magno e algumas praças armadas, segurando-lhe os braços e o pescoço. Enquanto isto, Barbosa Lima, apontando o revólver, colocou-lhe na boca a bola de papel, dizendo: — “Engula, senão, morre, seu canalha! Não diga uma palavra!”. Feito o que, o ajudante de ordens atirou-lhe em cima um copo de água. Terminada a cena, ordenou o chefe do governo pernambucano: — “Conduza êste miserável para o quartel de cavalaria”. Lá foi colocado, numa sala onde não havia cama nem cadeira; lá ainda foi insultado pelo capitão Raimundo e lá passou tôda a noite...

(12) “Decorridos três decênios, um dia, na Câmara, um deputado, em tom amistoso, disse-lhe:

— Mas, Barbosa, você fazer o Arôxa engulir aquelas pílulas de jornal...

— Que quer você? Eu era uma criança — 27 anos!” (João Lima, in “Figuras da República Velha”, página 62).

(13) No dia seguinte, escreveu **A Cidade**: “A uma hora da manhã eram presos o diretor das oficinas e um outro empregado da **Gazeta da Tarde**, espancados ambos e, sob ameaças de morte, intimados a fazer entrega da chave do prédio onde funciona aquêle nosso colega de imprensa. De posse da chave, invadiram o prédio, e começou o esbandalhamento da tipografia. A primeira vítima foi o relógio, que, à pranchada do sabre, susteve o seu movimento e ficou parado em uma hora e 35 minutos: foi quando começou a masorca. Depois... máquinas quebradas, caixetas emborcadas, cavaletes despedaçados, tudo por terra”.

Por sua vez, em comentário posterior, já a 30 de dezembro, escreveu o **Commercio de Pernambuco**, na sua seção “Imprensa”: “A polícia, por ordem do ditador, penetrou nas oficinas da **Gazeta da Tarde**, cortou a sabre e machadinha tudo quanto podia ser destruído a lâmina cortante de aço, quebrou o prelo, apunhalou o relógio e transportou para o leito do rio Capibaribe os tipos e as caixetas”.

Por consenso prévio, os jornais oposicionistas **A Província** e a **A Cidade**, os neutros **Novidades** e **Commercio de Pernambuco**, a **Revista Moderna** e a **Revista Contemporanea** suspenderam sua circulação por alguns dias, num preito de solidariedade ao órgão desacatado. Todos êles (os diários) e ainda o **Jornal do Recife** ocuparam-se do caso em seguidos editoriais, exprobrando, indignadamente, a ação do “ditador”.

(14) “Ressurgindo a **Gazeta da Tarde**, ergue-se o mais eloquente protesto contra a tirania e bem alto assinala-se que o despotismo não tem valor diante da imprensa” (**Commercio de Pernambuco**, 7-1-1895).

“Salve! Como a Fenix das suas próprias cinzas, surgiste dos destroços a que te reduziu a ditadura”; foi assim que **A Cidade** (9-1-1895) saudou a “denodada companheira da Imprensa Pernambucana”, em página inteira, circulada de vinhetas, empregando letras garrafas, para fechá-la com enérgico editorial de crítica ao governo “empastelador”.

(15) O “regime da pílula” teve seguidores em Fortaleza, no ano de 1904. Conta Gustavo Barroso (“Liceu do Ceará”, 2.º volume das “Memórias”) que Hermenegildo Firmeza escrevera no **Unitario**, da capital cearense, um artigo que a oficialidade da polícia local “julgou ofensivo aos

Logo na edição de estréia da nova fase, a fôlha divulgou violento artigo assinado pelos redatores Argemiro Arôxa, Osvaldo Machado, José de Amorim, Rino Júnior, Manuel Araújo e Homem de Siqueira, terminando com a seguinte advertência: "Saiba, portanto, o ditador que a **Gazeta** reaparece para continuar a ser o que já foi. Que a destruam os dominadores pela segunda, terceira, por quantas vêzes quiserem. Ela ressurgirá sempre, como hoje, para completar a obra em que trabalha, ardorosa e dedicadamente: a grandeza soberana e a pureza imaculada da República e o combate à tirania, em nome dos direitos do povo!"

Após o editorial, assinou Argemiro Arôxa uma Declaração Necessária", a destacar os seguintes tópicos: "A posteridade tem de conhecer a negra página da vida de um homem que, como administrador, calcou desde o direito e a justiça até as leis da hospitalidade, para, dentro de seu pátio, injuriar, violentar a um cidadão, constituindo-se, além de ditador, uma fera".

"Tudo quanto passei na noite de 28 de novembro do ano findo, dentro da sala do palácio, as palavras obscenas que me foram atiradas, as treze horas de prisão em quarto sem uma cadeira para me sentar, com sentinela à vista, como autor de um crime, não foram bastantes ainda para me fazerem ceder o meu pôsto. A terra de Pernambuco está sendo vilipendiada, os seus filhos estão sendo escarnecidos, por tôda parte os asseclas de uma feroz ditadura praticam com garbo o crime, e esta, por sua vez, dentro do seu pátio, lhes dá lições".

Adquirida a tipografia que pertenceu ao primeiro **Estado de Pernambuco**, a **Gazeta da Tarde** ficou instalada, com a redação, na Rua Duque de Caxias nº. 31, prosseguindo vida normal. Nova suspensão, de apenas cinco dias, veio a ocorrer após a edição de 2 de março, motivada pelos acontecimentos que culminaram com o assassinio de José Maria de Albuquerque Melo, diretor d'**A Província**.

A edição de 17 de junho apresentou sua página principal, a segunda, circulada de tarja, com o seguinte título, em letras garrafais: "17 de junho de 1895 — Governador do Estado: Capitão José Barbosa Lima — Morte da Constituição política de Pernambuco — Miséria, Luto, Dor". Abaixo dum

seus bríos". Uma tarde, diversos oficiais entraram, enfurecidos, no **Café Java**, onde se encontrava aquêl jornalista, arrastaram-no para a rua e, revólveres em punho, fizeram-no engulir, sob ameaças de morte, diversas "pílulas feitas com pedacinhos de seu artigo". Foram insufladores dessa ignomínia o tenente-coronel Carneiro da Cunha e o capitão Marcondes Ferraz.

emblema fúnebre, vinha o editorial "O festim de Baltazar", com alusões ao "fantasma ensanguentado de Pernambuco", ao "Judas", ao "cadáver da democracia", à "justiça comprada" e à "imprensa amordaçada, mas não morta".

Na última semana do mês, registou violências policiais contra a imprensa oposicionista, com exibição de força e fuga de jornalistas.

A 1 de julho, as páginas centrais da **Gazeta** apresentaram tarja entre colunas assim continuando até o dia 6, sendo a segunda dedicada ao falecimento de Floriano Peixoto. Além disso, a empresa expôs, na varanda, um retrato do extinto, coberto de crepe, e abriu, no escritório, um livro de condolências.

Terminada a fase de luto e sancionada, pelo governador do Estado, uma lei atentatória à liberdade de imprensa, que tomou o número 140 (16), escreveu o editorialista, no dia 8, "A mordaca", em que se lia: "Sob a ação da lei que tôda a imprensa julgou inconstitucional, por ocasião de sua elaboração, a mordaca que nos impuseram proíbe-nos de falar com a linguagem verdadeiramente reveladora dos nossos sentimentos, ante os desmandos, as arbitrariedades, as violências e as imoralidades que a todo o povo infelicitam. Coagidos pelo círculo estreito e apertado que essa lei draconiana nos decretou, o nosso pensamento não pode ser manifestado com a liberdade que nos garantiram as Constituições da União e do Estado. Sentimos a indignação inerente aos bons patriotas, mas o cárcere, a multa e o fechamento de nossas oficinas são ameaças terríveis contra nós".

Após longa série de conceitos a propósito das restrições impostas à palavra escrita, assim concluiu: "Mantendo, entretanto, as mesmas crenças políticas e continuando a sentir do mesmo modo pela pátria, nós usaremos da mesma linguagem patriótica, sem ofender ao pudor das famílias e sem descer às baixas retaliações individuais, na defesa dos sacra-

(16) A propósito da lei n.º 140, que mereceu acres censuras da imprensa carioca, escreveu, dias depois, a **Cidade do Rio**, entre outras contundentes apóstrofes:

"Nada escapa à fúria inquisitorial do ditador (Barbosa Lima): o livro como o folheto, êste como o jornal, tudo fica à mercê dos promotores e juizes do governador. Ontem, S. Exa. obrigava um jornalista a engolir um retalho de jornal, servindo-se da força policial para coagi-lo; agora é a imprensa inteira que êle obriga a entalar-se com a rôlha monumental do seu decreto". Findou apelando para o presidente da República: "Aquela monstruosidade de Pernambuco deve ser riscada da coleção de leis brasileiras". "O positivismo não matará a liberdade de imprensa no Brasil; o que êle pode fazer, o ridículo amigo urso, é nos arrastar à anarquia".

tíssimos direitos de todos os cidadãos e da terra em cuja superfície fomos avigorados pelo calor e imponência do sol que nos aquece. A mordaza nos deixará, enfim, mugir; e tanto basta para que possamos, em linguagem elevada e digna, anatematizar os filhos espúrios da gigantesca pátria pernambucana”.

De acôrdo com a lei em aprêço, passou a figurar no Expediente o nome dos principais redatores, que eram Argemiro Alves Arôxa e Euclides Bernardo Quinteiro, uma vez que Osvaldo Machado já se havia afastado.

A 12 de julho foi agredido, alta noite, o cobrador da empresa, Armindo Lisbôa. Nas edições de 18 e 19, num furo sensacional, tôda a segunda página foi ocupada por um retrato a craion (desenho de Bolgié) de D. Joaquina de Jesus, “descobridora do assassino Angelo Ferreira de Assunção, esquarterador da infeliz Maria Joaquina”, crime dos maiores da época, do qual a *Gazeta* fêz a mais completa cobertura.

Augusto de Carvalho Aranha, a partir de outubro, tornou-se o mais assíduo colaborador do vespertino, divulgando trabalhos em prosa e verso, enquanto Virgílio de Sá Pereira, já residindo no Rio de Janeiro, de lá enviou, a começar de 26 de novembro, a série de artigos “Política de Pernambuco”. Foram outros colaboradores: Ismael (Silva), Carlos Pôrto Carreiro, Gaspar Guimarães, Narciso Flores, com o rodapé “Notas da tarde”; Paulo de Alencar, Paulo de Arruda, Zalina Rolin, João de Deus do Rêgo, Gonçalves Crespo, Ribeiro da Silva, Elvira Gama, Olímpio Galvão, Honório Monteiro e Eustáquio Pereira (Faneca).

Ao começar 1896, edição de 4 de janeiro, a *Gazeta*, sob o título “Mentira”, escrevia: “A palavra do sr. Barbosa Lima não tem mais nenhuma cotação na praça da moralidade. Quem faltou ao cumprimento de tôdas as promessas que contraiu ao assumir o governo legal dêste Estado, reduziu a zero o valor do seu caráter”.

Continuou nesse diapasão, para contestar os termos de um telegrama do “déspota que tem semblante de jesuita”, a respeito das eleições realizadas a 7 de dezembro, para governador do Estado, assim concluindo: “Hoje há em Pernambuco um verdugo que, prestes a imergir-se na obscuridade seu nenhum valimento, exclama: — “Verdade, eu te sacrifiquei para salvar o meu cadáver político”.

A propósito da substituição do Governador Barbosa Lima, fêz a *Gazeta*, de 6 de abril, um retrospecto dos atos por S. Exa. praticados, frisando, a certa altura: “O que fica, pois, dessa caudilhagem que amanhã vai terminar?”

Resta sòmente um Tesouro sem dinheiro, um funcionalismo sem nada que fazer, três corpos de polícia desnecessários e indisciplinados, a magistratura de trocas, empregados aposentados que acumulam vencimentos, impostos exagerados, a dor, o luto e o pranto pelas vidas sacrificadas e pelas desgraças que se fizeram” (17).

No dia seguinte, ligeira nota dava as boas vindas ao nôvo Governador, Joaquim Correia de Araújo, de quem esperava “quatro anos de paz, de respeito às leis e aos direitos individuais, de progresso refletido e de economia sábia e produtora”.

Algum tempo antes, vinha o vespertino mantendo polêmica com **A Cidade**, que passara a apoiar a situação dominante e veio a ter, após, o próprio ex-governador Barbosa Lima como redator.

Já figurando Alfredo Vaz no corpo redacional, a fôlha encerrou as atividades do ano a 29 de dezembro, para reaparecer a 4 de janeiro de 1897, modificada. Embora mantendo idêntico formato, adotou páginas de seis colunas em vez de cinco, anunciando “o mais completo repositório de informações”, com aparelho telefônico na redação e “orientado sempre pelo ideal republicano”.

Continuava na gerência, vindo de vários anos, Graciliano Martins. A partir do dia 8, lia-se no Expediente: “**A Gazeta** é a fôlha da tarde que maior circulação tem em Pernambuco”. A seção diária “Monólogo”, de crônicas políticas, assinadas por Lucas (Argemiro Arôxa), passou a ser inserta aos sábados, lendo-se, ainda, produções de Antônio Bandeira, José Coelho, Fernando Griz e Eufrosina Mendes Martins.

Nêsse ano voltou Eurico Vitrúvio ao corpo redacional, no qual foi igualmente admitido Trajano Chacon, e no ano seguinte, em janeiro e abril, respectivamente, dêle saíam Gervásio Fioravanti e Alfredo Vaz.

Começou, em setembro, a propaganda, pelas colunas da **Gazeta**, da candidatura Lauro Sodré à Presidência da República, em forma, não só de artigos redacionais, mas de anúncios em grandes caracteres, no alto da primeira página, o que ocorria pela primeira vez na imprensa local. E, no der-

(17) No estudo intitulado “Martins Júnior jornalista”, escreveu Faciante da Câmara (**A Cultura Acadêmica**, 22-9-1904), ao referir-se à **Gazeta da Tarde**: “São de sua lavra, nêsse órgão vespertino, os artigos contra o governador Barbosa Lima, publicados depois em folhetos, bem como uns outros em defesa de sua coerência quando acusado por um seu ex-correligionário”.

radeiro mês, entrava o jornal a atacar a administração de Correia de Araújo, ao mesmo tempo em que entrava em polêmica progressiva com o **Estado de Pernambuco** e criticava a presidência de Prudente de Morais.

A 8 de outubro — 1897 — a **Gazeta** promovia grande passeata, pelas ruas da cidade, em comemoração à vitória das forças legais que combatiam em Canudos, dando cobertura, em edições sucessivas, até o mês seguinte, ao regresso do 14º. Batalhão de Infantaria e do general Artur Oscar, com as respectivas homenagens.

Duas páginas da edição de 24 de novembro, repletas de saudações assinadas, foram dedicadas ao aniversário natalício do líder Martins Júnior, o qual, mais de um ano depois, a partir de 9 de janeiro de 1899 (primeira edição do ano) teve, pela primeira vez, o nome colocado abaixo do cabeçalho, na qualidade de diretor político.

Prosseguiram as críticas ao governo estadual e à chefia política do Conselheiro Rosa e Silva, estabelecendo-se polêmica com o **Jornal do Recife**.

Lucas passou a escrever “Dois dedos de prosa” e vinham publicando poesias Antônio Batista Pereira, Venceslau de Queiroz, Henrique Soido, Manuel Duarte, Luís Guimarães Júnior, Raimundo Correia, Aristeu de Andrade, B. Lopes, José Oiticica, Segundo Wanderley, Cardoso Júnior, Augusto de Oliveira e José Xavier Coelho, que entrou para o corpo redacional (18).

As “Cartas de Alagoas”, do correspondente em Maceió, deram lugar a um processo do governo do vizinho Estado contra a **Gazeta da Tarde**, cuja primeira audiência se verificou a 7 de abril de 1899, motivada a denúncia pela divulgação de críticas administrativas. O gerente, Graciliano Martins, assumiu a responsabilidade da publicação incriminada, tudo terminando com o arquivamento dos autos.

A 29 de novembro, Argemiro Arôxa afastava-se da redação, segundo carta a ela dirigida, em consequência de haver abandonado a carreira política (19).

(18) O poeta Xavier Coelho era tipógrafo do **Jornal do Recife**, que o demitiu porque ele entrou para o corpo redacional da **Gazeta da Tarde**. Esse mesmo poeta veio a editar, em junho de 1901, os “Rebentos”, que foi, segundo o **Estado de Pernambuco**, o primeiro livro publicado no século XX, em Pernambuco.

(19) A **Gazeta da Tarde** lamentou o fato, declarando, porém, que Argemiro Arôxa deixara o corpo redacional por não ter sido incluído na chapa da Concentração Republicana, de candidatos à deputação estadual.

No primeiro número de 1900, a 3 de janeiro, escreveu-se que a **Gazeta** deixou de circular na véspera (o que aconteceu, igualmente, com os demais órgãos da oposição), devido ao aparato policial que envolvera a cidade, em consequência do incêndio do Mercado do Derby. Também deixou de sair entre os dias 11 e 15, devido a consertos na máquina impressora. A 23, deixava Trajano Chacon o corpo redacional. A 27, João Fernandes iniciava a seção "Sabatina", destinada a comentar assuntos da semana, castigando "aos que erram", quando preciso, "como manda a Santa Madre Igreja". No mês de março surgiram as "Chalaças", de Pio, e, depois, os sonetos humorísticos de **Pio Piparote** (pseudônimo de Artur Benício de Araújo Lima); prosa e verso de **Lulu Pilintra** (travesti de Eurico Vitrúvio); "A Granel", crônica de M. D. (Manuel Duarte), nôvo redator, o qual adotaria ainda o pseudônimo de **Silvio Murat** nas "Vespertinas". Outra seção de sátiras políticas denominou-se "Motejos", assinada por **Manduca**, sendo novos colaboradores Targino Filho, Paulino de Brito, Alfredo de Castro, Alípio Meneses, Antônio Valença e José Horácio.

Sucederam-se, nesse ano, pequenas seções de humorismo e sátira, em prosa e verso, sob pseudônimos diversos, a saber: **Seneca, Ladislau, Jack, Demo, Saltos, Nero Netuno, Terêncio, C. Caturrita, Li-Fu, Pop, Garoto, Giz, Nepomuceno, Tônico, Zé Traça, Esteves, Sem e Lulu Peralvilho**. E era admitido, como auxiliar de redação, o estudante Laiete Lemos, aí iniciando sua vida de imprensa.

Não deixou mais a **Gazeta** de criticar a política estadual, em constante polêmica com o **Jornal do Recife**. Em novembro, o professor Adelino Filho divulgou uma série de artigos sobre violências praticadas pelo prefeito de Olinda.

Num balanço feito a 2 de janeiro de 1901, dos atos da administração estadual, durante o ano transato, escreveu a **Gazeta da Tarde**: "...prova-se, com a força dos algarismos e a verdade indestrutível das cifras, que o ativo de benefícios legados ao Estado, pelos detentores do poder público, representa apenas um zero, enquanto que o passivo contra o povo representa enorme soma de calamidades, de extorsões e vexames de tôda ordem, e que a atual administração foi completamente estéril, improfícua e danosa". Seguiu-se uma relação dos "fatos".

Nêsse ano surgiram mais colaboradores, como Firmino de Figueiredo, Cleómenes Filho, **Tito Clero**, com a série política "Carta sem sêlo"; Bruno Barbosa; **Temistocles**, com "Cobras e lagartos"; **Múcio**, autor das "Alfinetadas", José

Júlio, o das “Vespas”; **Tabaré**, versejando os “Motejos”; **Wan, Ulisses**, etc. **Laiete Lemos** entrou a usar, em prosa e verso, o pseudônimo de **Paulo Paraguassu**. **Manuel Duarte** escreveu “As quintas”. A 11 de julho começava o folhetim “Quo vadis”, de **Henryck Sienkiewicz**.

Sempre atacando a política de **Rosa e Silva**, no décimo artigo da série “Ligeiras considerações” (16 de outubro), frisava o editorialista: “A orientação ruinosa que o adesismo caricato imprimiu aos negócios políticos do Estado de Pernambuco está levando êste infeliz pedaço de terra brasileira ao completo aniquilamento, à completa miséria”, acentuando: “A Constituição tem sido despedaçada em seus princípios salutares”.

A edição de 23 de novembro consagrou a primeira página ao aniversário natalício de **Martins Júnior**, vendo-se o respectivo retrato, ao centro, num bico-de-pena de **A. do Amaral**. Escreveram sobre a data: **Pereira Júnior, Galdino de Barros, Manuel Duarte** (poesia), **João de Deus, Severo de Barros, Almeida Braga, Martins Soares**, etc. (Então secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio, **Martins Júnior** viera ao Recife para receber as homenagens programadas).

Circulou a **Gazeta da Tarde** até 31 de dezembro de 1901, quando saiu o n.º 293. Entrava em férias, para voltar à circulação “quinze dias depois”. Não voltou jamais.

A partir dos últimos dois anos, o diretor político **Martins Júnior** era substituído, durante suas ausências, pelo redator **Eurico Vitrúvio**. Permaneceu na gerência, todo o tempo, **Graciliano Martins**, sendo administrador das oficinas **Antônio Bernardo (Bib. Pub. Est.)**.

A CIDADE DO RECIFE — Diário da Tarde — Formato acima de médio, com quatro páginas a cinco colunas de composição, saiu a lume no dia 1 de outubro de 1888, com redação à rua **Barão da Vitória** (atual rua Nova) n.º 14, sendo impresso na **Tipografia Clássica**, de **S. F. dos Santos**, instalada à rua do **Bom Jesus** n.º 55 — Redator-chefe — **Manuel Clementino de Oliveira Escorel**; gerente — **Belmiro Ferreira da Fonseca Cadaval**. Constavam do Expediente a tiragem de 3.500 exemplares e o preço de 3\$000 e 4\$000 por assinatura semestral, respectivamente, na capital e “no interior e províncias”.

Apresentou-se o bem feito jornal “com a abnegação dos batalhadores da fé”, nutrindo a esperança “de chegar ao término da carreira que encetou, ou sucumbir em meio, com a consciência tranquila, porém, de que não se chafurdou no

lamaçal imundo dos ataques pessoais, e de que não fêz da clava poderosa de que se armou o pelourinho de reputações alheias”.

Findou o articulista declarando que discutiria tôdas as questões que se suscitassem, “com a calma e imparcialidade necessárias”, sem atenção a que estivesse “sòmente e sòmente desfraldada, aqui ou ali, qualquer das bandeiras dos partidos constitucionais”.

O primeiro número inseriu apreciável matéria, incluindo “Revista do Império”, “Govêrno do Bispado”, folhetim, transcrições, vasto noticiário, encerrando a terceira página o “Salão de jóias”, servido de sonetos de Auto Pereira e Múcio Teixeira. Na quarta, só anúncios (**Bib. Pub. Est.**).

Não obstante haver sido encontrado comprovante, apenas, da edição de estréia, único também mencionado por Alfredo de Carvalho (1), o periódico ilustrado **Lanterna Magica**, de 10 de outubro, registou, na seção “Vista d’olhos”, ter recebido “alguns números, os primeiros unicamente, d’A Cidade do Recife”. E, no dia 30, aludia ao “desaparecimento do simpático jornal dos srs. Escorel e Castro”, acrescentando que êle “não podia viver muito, pois desde o nascer que trazia em si o germe do aniquilamento”.

Embora nada adiantassem outros diários da época, em tôrno da diminuta existência do contemporâneo, há na **Gazeta da Tarde** do dia 22, duas referências à **Cidade do Recife**: uma em editorial e a outra na seção “Favos e Travos”, de **Mefistófeles**. No dia seguinte, o mesmo diário noticiava: “**Cidade do Recife** — Consta-nos que suspendeu a sua publicação”.

1889

JORNAL DO POVO — Publicação à Tarde — Começou a existir no dia 14 de janeiro de 1889, em formato médio, com quatro páginas de quatro colunas. Corpo redacional oculto, aparecia, apenas, no cabeçalho, o nome do correspondente no Rio de Janeiro: Luís de França e Silva. Consta do expediente: Assinaturas para a capital: trimestre — 2\$500; mês — 1\$000; interior e províncias: trimestre — 4\$000, depois reduzido para 3\$000; número avulso — 40 réis.

(1) “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”.

“Anúncios e publicações pelo que se convencionar. As publicações de interesse particular que forem aceitas nas agências poderão ser devolvidas aos seus autores se a redação não julgar conveniente dar-lhes publicidade”.

Lia-se no editorial de apresentação: “Queríamos apresentar um programa; porém eles já têm caído tanto em descrédito que julgamos acertado não fazê-lo, nada prometermos, e deixar que o nosso procedimento fale mais alto do que quantas promessas”.

Mais adiante, frisava o articulista: “O que prometemos apenas é apreciarmos os fatos com a mais rigorosa sinceridade e não descermos, por conveniência alguma, na apreciação deles, a atacar individualidades na esfera particular, nem consentirmos que, em qualquer de nossas seções elas o sejam. É este o compromisso que, por ora, contraímos para com todos”. Concluiu saudando a grande e a pequena imprensa pernambucana.

Circulando com certa irregularidade, inseria quase duas páginas de anúncios, a par de matéria boa e variada, inclusive a seção “Bisbilhotices”, por **Garochinho**, e uma parte comercial, sendo principal colaborador Felelon Borba. No dia 29 de março aumentou um pouco o formato.

A edição de 13 de maio foi totalmente dedicada ao primeiro aniversário da abolição da escravatura, tendo a primeira página circulada de vinhetas e, em cima, o escudo do Brasil, pequenos quadros com as datas 7-11-1831, 24-9-1850, 29-9-1871 e 13-5-1888 e respectivos significados. Ao centro, em tipos maiores, a dedicatória: “Ao povo — A reconstrução da nacionalidade brasileira — Aos obscuros trabalhadores da libertação da pátria”. As páginas internas apresentavam, a respeito da data, trabalhos, em prosa e verso, da autoria de Júlio Falcão, Honório Silva, Maria Amélia de Queiroz, Solidônio Leite, José de Castro Silva, Mário Chaves, etc., vindo na quarta e última, sem mais outra matéria, um poema patriótico de Claudino dos Santos.

O **Jornal do Povo** circulou até o número 144, datado de 20 de julho (Bib. Pub. Est.) (1).

O **FARINHEIRO** — **Publicação de ocasião** — Diário minúsculo, de 22 centímetros de altura por duas colunas de composição, com apenas quatro páginas, apareceu no dia 8 de abril de 1889, rezando no cabeçalho: “Propriedade de uma Associação — Redação de diversos”.

(1) Coleção desfalcada.

O artigo de apresentação combateu o monopólio da farinha de mandioca, dizendo estar alerta contra “os exploradores da miséria pública”, pronto “para arrancar a máscara dos tartufos”. E acentuou: “O Farinheiro procurará dizer a verdade ao povo, defender os seus interesses nesta questão de suma importância”.

Ao editorial seguiu-se farta versalhada sobre o monopólio da farinha, terminando a edição o artigo “Farinha na Paraíba”, por Zeb.

Assim, nesse diapasão, prosseguiu a vida, não tanto normal, do especializado diário mirim, cujo número 11, último, circulou a 24 de abril (1), quase todo de encômios a Araújo Gois, que deixara a função de presidente da província, concluindo a edição com os “Chistes”, versos humorísticos assinados por Pereira Carneiro (Bib. Pub. Est.).

O NORTE — Matutino de excelente feição material, nitidamente impresso e bem redigido, servido de oficinas próprias, situadas, junto à redação, no Cais 22 de Novembro (atual avenida Martins de Barros) ns. 58-60, começou a circular a 1.º de junho de 1889, sob a direção de Luís Ferreira Maciel Pinheiro e José Izidoro Martins Júnior. Sob o título, de um lado, trazia a divisa: “Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei — Com a sanção penal do art. 180 do Código Criminal” (Constituição, art. 179, nº 1). Do outro lado, igualmente em tipo miúdo: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar” (Constituição, art. 179, nº 4). Expediente: “Assinaturas: Na capital, se forem pagas adiantadamente no escritório, à razão de 12\$000 por ano. Idem, sendo o pagamento obtido mediante cobrança, à razão de 14\$000 por ano. Venda avulsa: na mão dos vendedores e nas agências — 60 réis”.

Em seguida, declarava um “Aviso aos Mutuantes” que as apólices emitidas para a fundação da **Gazeta do Recife** (título antes escolhido) seriam substituídas por outras com o nome de **O Norte**.

Constou do artigo-programa: “Esta fôlha não vem cons-

(1) Alfredo de Carvalho, registara, nos “Anais”, como último, o n.º 8, de 20 de abril; mas Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”, transferiu a referida data para 29...

tituir-se órgão oficial de um partido político, o que absolutamente não significa que possa em caso algum defender interesses políticos diversos daqueles a que se acham definitivamente vinculados, pela mais sincera adesão, os seus proprietários e diretores. E menos poderá ser órgão de classe alguma. Procurará defender os interesses morais e industriais da sociedade, sem preferência que não seja determinada pela justiça da causa; e dada qualquer competência de interesses legítimos, o seu esforço será em favor do fraco contra o forte, do povo pelas suas garantias legais contra a autoridade do poder pelo poder.

“Porá todo o seu empenho em auxiliar a restauração dos direitos individuais garantidos pela Constituição do Império e confiscados de fato por avisos do governo, portarias, editais e ordens verbais da policia.

“Tôda reforma que puder ter a eficácia de elevar o nível da moralidade pública, generalizar a instrução do povo e descentralizar a administração local, reduzindo a competência do poder público central, sòmente, aos negócios de interesse geral e tornando individual e imediata a responsabilidade dos seus funcionários, terá a adesão e cooperação, embora nulas, desta fôlha.

“No propósito que estamos de defender mais diretamente os interesses das classes artísticas, agrícolas, comerciais e em geral das indústrias lícitas, não nos achamos todavia obrigados, jamais, a defendê-las a todo transe em qualquer caso e sem exame — tanto pelo direito como pela iniquidade.

“Também não temos em vista advogar na imprensa a separação dos dois lados do Brasil; e antes defenderá esta fôlha a integridade do território nacional. Mas, por mais unidos que se achem o norte e o sul do vasto império, por mais identificados que possam estar quanto a interesses gerais da nação, é todavia evidente que interesses administrativos e industriais acentuam cada vez mais uma divergência profunda, que não pode mais ser iludida nem disfarçada e a que seria perigoso desatender, por bem mesmo da unidade política. O Norte, pois, tendo em vista a grandeza da pátria íntegra e forte e a federação dos estados do Brasil, propugnará pelos interesses industriais e administrativos dêste lado do país.

“Se nada conseguir na grande batalha da imprensa livre, ao lado de tantos e valorosos combatentes, entenderemos que é tarde demais para a reação salutar em que pretendíamos ter parte, ou muito cedo ainda para a iniciação de uma

era nova. Entenderemos que é forçoso esperar que a dissolução se complete e que depois de purificada a atmosfera pelo fogo de uma grande incêndio... possa começar a regeneração da pátria”.

Servido de noticiário, alguns telegramas próprios, editoriais, correspondência do país e do estrangeiro, folhetim e parte comercial (duas páginas de anúncios), a fôlha contou mais com a seção “Ao redor dos fatos”, destinada a “procurar a nota quase surda dos fatos, buscando nêles a face mais inesperada e por isso mesmo mais interessante”. Teve uma única seção de versos satírico-humorísticos, “Lira Maligna”, assinada, a princípio, por **Gavroche**, depois **Licínio**, **Kri-Kri** e finalmente, **Oscar** (pseudônimo de Teotônio Freire). “Assuntos particulares” constituía-se de artiguetes assinados pelos leitores. “Pela vizinhança”, a cargo de **Robert-Macaire**, comentava o que diziam os outros jornais. Veio, também, a “Leitura do Domingo”, com transcrições e raros versos de Júlio Pires, Manuel Cavalcanti de Melo Filho, Zalina Rolin, Teófilo Dias, Martins Júnior, Fernando Caldeira, Campos Pôrto e Henrique Martins, enquanto as “Ineditoriais” continham assuntos de redação, tais como charadas, quadras e alguma anedota. Já a partir de agosto surgiu **Paul Janin** (pseudônimo de Alfredo Falcão) escrevendo a “Croniqueta”.

A edição de 19 de junho deu grande destaque à chegada do grande propagandista republicano Silva Jardim, a cujas atividades políticas em Pernambuco foi dada a competente cobertura.

Circulando normalmente, o jornal deixou de aparecer no dia 23, mas, para que os leitores não tivessem prejuízo, foram indenizados com uma edição extra, a 29, segunda-feira, dia em que não circulava devido ao descanso dominical.

Em artigo de 2 de julho, sob o título “Maré montante”, estranhou o **Norte** que o movimento republicano, crescente e pujante em todo o país, prometedora e já alentado nesta província, não tenha sido ainda objeto de um estudo — simpático ou não — por parte da imprensa pernambucana. Entretanto, êsse movimento se alarga e se impõe; e a agitação que êle produz tem alguma coisa da profundez solene que se nota na voz subterrânea dos terremotos”.

Telegramas, a seguir, do interior do Estado, davam conta do entusiasmo com que fôra recebido Silva Jardim (1).

(1) Escrevendo sobre Martins Júnior (**A Cultura Acadêmica**, 22-9-1904), Teotônio Freire aludiu a **O Norte**, ressaltando:

“... neste pósto de combate, não regateou esforços no duelo tremendo

No mês seguinte, **Robert-Macaire** repelia ataques d'A **Província**, censurando-lhe o fato de haver substituído "a discussão pelo insulto e pela calúnia".

A propósito das eleições para deputados gerais, de 31 de agosto, a que não dera importância o Partido Conservador, que "já simbolizou a disciplina, a coesão e a intransigência partidárias", partido que se suicidou (artigo de 1.º de setembro), escreveu **O Norte**, no dia 4, que a votação de 451 sufrágios, obtida pelo Partido Republicano, foi "verdadeiramente extraordinária", uma vez que o mesmo partido tinha apenas oito meses de existência. E concluiu: "451 votos republicanos são 451 consciências honestas e revoltadas que bradam contra o odioso regime de privilégio, de opressão e de irresponsabilidade sob que vivemos".

Além da propaganda republicana, com a transcrição, inclusive, de artigos de Ruy Barbosa, o matutino vinha criticando atos do governo provincial, principalmente no tocante a desmandos policiais. A 15 de setembro a redação iniciou uma série de artigos intitulados "O caso Crispim", assim resumido: Antônio Crispim, homem do povo, fôra prêso sem nota de culpa, recolhido à Casa de Detenção, coagido a assentar praça no 14.º R. I. e embarcar para Fernando de Noronha. Houve **meetings** a respeito, organizando-se mesmo um movimento de opinião em tôrno da violência, com ações policiais, motins e até o assassinio de um dos manifestantes. A edição do dia 20 chegou a atingir dez mil exemplares, tal a repercussão do caso, que levou Martins Júnior a polemizar, em artigos assinados, com José Maria, d'A **Província**.

A edição de 10 de novembro dedicou a primeira página, tôda circulada de tarja, ao falecimento de Maciel Pinheiro, ocorrido na véspera, como "homenagem da fôlha que êle fundou e engrandeceu pelo seu talento". A segunda página trouxe o necrológio, seguido de palavras de saudade e culto à memória do extinto.

Dada a edição do dia 12, n.º. 133, ainda dedicada à memória de Maciel Monteiro, resolveu Martins Júnior suspender o jornal, a fim de consultar os mutuantes da empresa quanto à possibilidade ou não de continuar a publicação.

De 18 a 30 de novembro, **O Norte** circulou dez vêzes, em forma de Boletim, com duas páginas, uma só impressa, o pri-

e decisivo travado com as oligarquias partidárias de Pernambuco. Ameaçado na sua vida, na expectativa de lhe ser destruída a tipografia durante a estada de Silva Jardim nesta cidade, êle sempre foi o abnegado de todos os instantes, doutrinando pelo escrito, convencendo pela palavra".

meiro dos quais divulgou a comunicação de haver sido proclamada a República, assinada pelo diretório republicano do Estado. Todos os demais boletins foram, igualmente, dedicados ao acontecimento, inserindo editoriais, saudações, telegramas e noticiário das homenagens prestadas aos líderes da causa.

Não saiu mais **O Norte**, cujos únicos redatores auxiliares, desde sua fundação, foram Manuel Rodrigueus de Sousa Viana, Antônio Guimarães e Henrique Martins, sendo colaboradores especiais João de Oliveira e Alfredo Falcão e cobrador de assinaturas Tomaz Marinho (**Bib. Pub. e Arq. Pub. Est.**).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Vespertino de Sabino Pinho, tendo como diretor João Batista de Medeiros e redatores Artur de Albuquerque, J. B. de Albuquerque Sales, Claudino dos Santos e Samuel Martins, surgiu no dia 3 de junho de 1889, com tipografia, escritório e redação à rua das Flôres nº. 3. Formato acima de médio, quatro páginas de cinco colunas, marcava o preço de 1\$000 por assinatura mensal, acrescidos de \$200 para fora da capital. Número avulso — \$040. Anúncios e publicações — mediante ajuste.

“Mais um combatente na liça. Mais um campeão no vasto terreno da imprensa” — declarava o editorial de apresentação, aduzindo, noutro tópico: “Nêle ou nas suas colunas o povo dessa província, qualquer que seja a sua classe, verá ressurgir, com tôda sinceridade, a magnitude de seus lamentos e a expressão fidedigna de suas exigências bem entendidas; ficará a par de todos os atos do govêrno, até onde deverá chegar a sua voz; ao mesmo tempo terá conhecimento de tudo que melhor possa interessar o seu espírito, com a maior franqueza, com a mais louvável isenção de ânimo e com o mais vigoroso cunho de verdade”. Seria jornal “sério e independente”.

Uma nota à parte explicava que, “para facilitar aos leitores”, a direção resolvera adotar o sistema dos mais modernos jornais europeus: “colocando a primeira página do lado aberto da fôlha, as outras seguem-se-lhe da mesma maneira, como se fizéssemos do modo geralmente usado; a terceira e a quarta páginas ficam no interior do jornal, de sorte que o leitor não terá o trabalho de abrí-lo ou desdobrá-lo para encontrar a segunda, basta voltar a fôlha”. Em resumo: a primeira página ficava no lugar da quarta, localizando-se a segunda no lugar da primeira.

O diário inovador inseriu, na edição de estréia, variada

matéria redacional, interessantes seções, tais como “Rabiscadas”, por **Piperlin**, e “Espiritologia”, por **Zwinglio**; folhetim e artigos, sendo as páginas centrais de anúncios.

Só foi possível encontrar dois números do **Diário de Notícias**: o 1.º e o 16.º, que saiu a 21 de junho (1*). Neste se noticiava a posse do presidente da província, Augusto de Sousa Leão, em substituição ao Barão de Sousa Leão (Inácio Joaquim de ...) cujo governo mereceu encômios da redação. O jornal mostrava-se bastante noticioso e variado, dêle se havendo afastado, a 18 de junho, o redator Claudino dos Santos (**Bib. Pub. Est.**).

A EPOCHA — Órgão do Partido Conservador — Saiu a lume no dia 8 de agosto de 1889, tendo como redatores João Barbalho Uchoa Cavalcanti, José Soriano de Sousa, Felício Buarque de Macedo e outros (1). Formato pouco acima do médio (50 X 32), a cinco colunas de composição e quatro páginas, apresentou lisonjeiro aspecto material, título em letras góticas, de exíguas dimensões. Redação e oficinas à rua Primeiro de Março n.º 10. Tabela de assinaturas: anual — para a capital — 10\$000; para fora — 12\$000; semestral — 6\$000 e 7\$000, respectivamente.

Diário matutino, seu artigo-programa fez a apologia do regime instaurado em 1824, que consagrou o sistema representativo, do que resultou a necessidade de dois partidos políticos antagônicos. Recriminou o gabinete de 10 de março e defendeu o Partido Conservador, “escorreito de tôda eiva que o possa inquinare e poluir”, frisando:

“A má orientação, a inconveniente direção de um partido, não é um fato que somente entenda com a economia e vida íntima dêle; é também um perigo público: e é ato de civismo e de patriótico empenho procurar arredá-lo e tratar de sanar suas consequências danosas enquanto é tempo disso. Eis o nosso propósito surgindo na imprensa política do país”. Por fim, chamava à luta aquêles que desejassem “ver

(1*) Alfredo de Carvalho registara, nos “Anais”, o n.º 5, de 7 de junho, como tendo sido o último publicado, sendo-lhe copiado o erro por Sebastião Galvão, no “Dicionário”.

(1) Segundo Alfredo de Carvalho (obra citada), **A Epocha** era propriedade de Francisco do Rêgo Barros de Lacerda e tinha, também, como redatores, José Joaquim de Oliveira Fonseca, Inácio de Barros Barreto Júnior, Pedro Celso e Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti. Foi possível verificar, entretanto, pelo menos quanto ao último, que não pertenceu, absolutamente, ao corpo redacional.

regenerado e restituído a seu antigo prestígio o grande e patriótico Partido Conservador”.

Ao editorial seguiu-se um “Aviso”, em que se liam instruções aos assinantes da fôlha residentes no interior: “Os que não têm correspondentes, e residem em lugares onde há agência do correio, podem remeter por intermédio dela, em vales postais, a importância das assinaturas, mediante a despesa de 200 réis, sendo 100 réis de percentagem e 100 réis do porte da carta”.

Terminava o longo “Aviso”, que se publicou diàriamente, até fins de setembro, com as seguintes recomendações: “Consultas e informações podem ser pedidas pelos assinantes acerca de assuntos de legislação eleitoral e administrativa e serão dadas gratuitamente, havendo entre os membros da redação pessoas competentes para êste serviço, de muita utilidade para aquêles a quem não são familiares os negócios dessa natureza. Admitem-se gratuitamente correspondências de interesse geral e local, remetidas por qualquer assinante, que não contenham ataques a personalidades e não se apartem do nosso programa. Nas mesmas condições aceitam-se notícias e informações vindas de qualquer localidade, bastando serem-nos remetidos simples apontamentos, a que se dará a forma e redação convenientes”.

Logo no primeiro número, **A Epocha** divulgou uma proclamação do chefe conservador Paulino José de Sousa e um artigo redacional atacando o **Diario de Pernambuco**, que defendia o chefe conservador rival, conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. A chefia do Partido Conservador tornou-se, por algum tempo, pomo de discórdia entre os dois jornais, cada um a impugnar o nome apoiado pelo outro, participando igualmente, da polêmica, em menor escala, **A Província**, defensora da facção de João Alfredo.

De rotina, **A Epocha** manteve o “Correio das Musas”, apresentando poemas e sonetos, cada dia, de autores diferentes; a seção de variedades “Utile Dulci”; “Para distrair”, “Andam dizendo...”; ligeiro noticiário, inclusive a Seção Sportiva”; “Comércio”, folhetim, a “Seção Livre” e anúncios, êstes só ocupando uma página e pouco. Surgiam, às vêzes, artigos sôbre Jurisprudência, assinados por Oliveira Fonseca. Divulgava, também, atos oficiais. C. Filho inaugurou, a 4 de outubro, as “Notas Diárias”, destinadas a analisar os acontecimentos do cotidiano — sem “ofender, pessoalmente, qualquer vulto que, por acaso, nêles tome parte” — e a protestar contra os desmandos do govêrno.

A partir de 22 de novembro o matutino adotou nôvo

cabeçalho, com o título em enormes caracteres negros, de seis centímetros de altura, passando a ser apenas “órgão conservador”.

Foi bem recebida pela fôlha a alteração política verificada, no país, com a ascensão da República. A 23 de novembro escrevia o articulista, após uma série de considerações a respeito do nôvo regime: “A nossa posição está, pois, definida. Obedeceremos com lealdade ao govêrno provisório, auxiliando-o do modo que fôr possível, para que se mantenha a paz e a integridade da nossa grande pátria. Não aconselharemos coisa diversa aos nossos amigos, sejam quais forem as suas opiniões políticas e idéias religiosas”. Como órgão conservador — concluiu — não mudava de intuitos por ter mudado a forma política do Estado.

Logo mais, a 3 de dezembro, salientava que os atos do govêrno provisório de Pernambuco, exercido pelo coronel José Cerqueira de Aguiar Lima, estavam merecendo “geral aplauso”. Igual apoio mereceu, a seguir, o govêrno do Marechal José Semeão de Oliveira.

A edição de 20 do referido mês homenageou, com tarja em tôdas as páginas, sendo a primeira de honra, a memória do conselheiro Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, falecido na véspera.

Terminou o ano o n.º 104, de 31 de dezembro, começando 1890 com numeração inicial, a 2 de janeiro. Prosseguiu, ora diária, ora trissemanalmente, mas foi suspenso após a edição de 20 de março, ressurgindo cinco dias depois, impresso em oficinas próprias, situadas no Cais 22 de novembro (atual avenida Martins de Barros) ns. 58 e 60, com mais quatro centímetros de estatura, a seis colunas de composição e nôvo título no cabeçalho, mais adequado do que os anteriores, trazendo abaixo: “Brasil — 7 de setembro de 1822 — Órgão Republicano Conservador — Brasil — 15 de novembro de 1889”.

Melhorada a feição gráfica, mediante boa tipagem, iniciou a nova fase a divulgação de um projeto de Constituição para o Estado de Pernambuco, de autoria do professor José Soriano de Sousa.

No mês de maio voltou a fôlha a criticar o conselheiro João Alfredo, mantendo, porém, neutralidade no tocante à política estadual. Não faltaram, até o fim, substanciosos editoriais, em que eram abordados aspectos da vida brasileira em geral e pernambucana em particular.

Vinham sendo divulgados artigos de França Pereira e versos de João Ribeiro. Criou-se, em junho, a seção “Revis-

tinha”, firmada por **Oscar**, pseudônimo de Teotônio Freire, que também escrevia prosa assinando-se **Nemo**.

Não obstante tão saudável aparência, o matutino teve vida curta, desaparecendo com o n.º 176, de 13 de setembro (2) de 1890 (**Bib. Pub., Inst. Arqueol. e Bib. Fac. Dir.-UFP**).

JORNAL DO COMMERCIO — Órgão do Comércio e da Lavoura — Circulou a 20 de agosto de 1889, como diário vespertino, sob a direção de Batista de Medeiros. Abriu a matéria da primeira página uma carta ao leitor, pedindo-lhe assinatura, cuja tabela era a seguinte: ano — 12\$000; semestre 6\$000; trimestre — 3\$000.

Após solicitar a colaboração das “pessoas habilitadas”, salientou o artigo-programa que o **Jornal** pugnaria pelo bem público em geral e do comércio e da lavoura em particular, frisando: “Não deixaremos de parte a política, porque assim não cumprimos o nosso dever; partidários, porém, é o que não seremos jamais”.

Do mesmo formato do extinto **Diário de Notícias**, impresso na mesma tipografia, sem apresentar corpo redacional, a fôlha inseriu comentário econômico, boa parte comercial, desenvolvido noticiário, a seção “Altos e baixos”, folhetim, uma “Exposição Literária”, com versos de Eduardo Eugênio, e quase duas páginas de anúncios.

Ao que tudo indica, ficou no primeiro número (**Bib. Pub. Est.**).

A FEDERAÇÃO — Diário vespertino, surgiu a 13 de novembro de 1889, em substituição a **O Rebate**, adotando o formato de 37 X 26, com quatro páginas de três colunas. Redatores: Fortunato Pinheiro, Fernando Barroca, Eurico Vitrúvio e Alberto Dias. Número avulso — 40 réis. Redação, escritório e oficinas no Patio do Carmo n.º 28.

“Dedicada exclusivamente aos interesses desta nobre causa, que há de ser o futuro da pátria brasileira”, defenderia, segundo o editorial de apresentação, a “federação das províncias”, assunto igualmente ventilado em artigo assinado por Fortunato Pinheiro.

O folhetim “Paulo de Kock”, vindo d’**O Rebate**, continuou, em sua 51.^a inserção, no novo órgão, em estreito rodapé.

(2) Enganou-se Alfredo de Carvalho, quando registou, nos “Anais”, “18 de setembro” como tendo sido a data do último número, assim seguido por Sebastião Galvão, no “Dicionário”.

Além disso e dos editoriais, a matéria constituia-se de noticiário e ligeiras notas satíricas, sem anúncios.

O quarto número, datado de 16 de novembro, além de “colaboradores diversos”, só trazia, no cabeçalho, o nome de Fortunato Pinheiro, proprietário e redator principal. Apresentou editoriais e telegramas (copiados d’A **Província**) sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro, que implantaram a república, derrubando o regime monárquico (1*).

A fôlha continuaria trabalhando pela “federação republicana das províncias”. Todavia, não foram encontradas outras edições (2*) (**Bib. Pub. Est.**).

1890

A PATRIA — Jornal Político, Crítico e Noticioso — Publicação semanal (1), iniciou-se a 11 de janeiro de 1890, em formato médio, com quatro páginas de quatro colunas, toda a composição em tipo corpo 12. Propriedade e redação principal de Fortunato Pinheiro, tendo escritório, redação e oficinas próprias instaladas no Pátio do Carmo n.º 28. Assinatura trimestral — 3\$000; número avulso — 300 réis.

Apresentou-se com extenso editorial, assim começado: “Aceitai, leitor, caro assinante, o nosso jornal e tereis ocasião de apreciardes a mudança completa de nossos escritos (2). Há tempos passados, o **ferro em brasa, o escalpelo perfurante** contra os homens viciados; depois, a linguagem sincera e enérgica da verdade em prol da república que balbuciamos

(1*) Com o sub-título “Boletim da Última Hora”, **A Federação** divulgou, sem data, um prospecto, no formato do jornal, o qual, além de divulgar os acontecimentos da metrópole e a proclamação do Marechal Deodoro da Fonseca, anunciava (o que foi um rebatido falso) Martins Júnior “no governo provisório do Partido Republicano”. Esse Boletim, colocado em moldura, encontra-se no saguão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

(2*) **O Tribuno**, outro órgão de Fortunato Pinheiro, em edição de 8-12-1889, divulgou a seguinte nota: “Amanhã, a redação d’A **Federação** faz uma conferência em Paudalho, pelas 5 horas da tarde, a fim de tratar da dívida pública”.

(1) Nada obstante haver principiado como semanário, **A Patria** figura neste volume porque, durante algum tempo, teve circulação diária.

(2) Fortunato Pinheiro aludia aos jornais anteriores: **O Rebate** e **A Federação**, especialmente o primeiro, no qual adotara, muitas vezes, linguagem de pasquim. Entretanto, apesar da promessa, o jornalista manteve, no novo “patriótico” jornal, o mesmo comportamento.

no berço, logo que as ilusões de crianças povoaram as nossas crenças. Hoje, que tudo é progresso e que se absolve a liberdade de imprensa, só nos resta a crítica severa e nada mais". Acentuou: "**A Patria** é tôda crítica e empregará o ridículo contra os maus feitos de quem quer que seja".

Ao editorial seguiram-se outros comentários, criticando a torto e a direito, inclusive sob o título "Que mamarote!", acusando Frei Julião, da comunidade de São Bento, de estar metendo na barriga o produto dos milagres de N. S. do Monte, em Olinda. Num dêles, adiantou: "Quem não gostar de nossas críticas que ande muito devagarinho, senão será pior"...

Para atrair leitores, dizia um aviso que quem pagasse a assinatura anual adiantadamente receberia "um lindo prêmio". Além do noticiário, **A Patria** apresentava telegramas (fabricados na redação), ligeiras transcrições e a seção "Coisas para rir", sem nenhum anúncio. O n.º 19, de 13 de maio, foi quase que inteiramente dedicado ao "grande dia da pátria", a primeira página circulada, vinheta de anjo soprando trombeta e a nomenclatura da "vanguarda do abolicionismo pernambucano".

Publicado normalmente, meses depois cresceu o formato, passando a páginas de cinco colunas, com a quarta repleta de anúncios. Um aviso, abrindo a edição de 10 de julho, declarava: "Esta redação tem resolvido que dora em diante não publicará nada gratuitamente, porque a imprensa precisa de meios para se aguentar. Não há jornal nenhum do mundo que publique grátis correspondências, artigos, comunicados e anúncios sem a menor retribuição. Seremos módicos, porém nada publicamos grátis".

Voltara-se, então, o desabusado articulista contra Martins Júnior, chamando-o "o lázaro político que já fede em vida". Desde o mês de março divulgava o folhetim "Cora, a filha de Agar", drama abolicionista de Ribeiro da Silva. A edição de 14 de julho foi totalmente dedicada aos "sinceros republicanos franceses", figurando na primeira página o anjo da trombeta, um sonêto e nomes de heróis. A 5 de agosto, focalizou a data natalícia de Deodoro da Fonseca, em papel especial, vindo na primeira página um retrato, a craion, do homenageado (trabalho da Litografia Miranda), ao que se seguiram duas páginas com a respectiva biografia comentada, trazendo a última saudações escritas por Marcelino dos Santos, Manuel do Sacramento e Rangel Sobrinho e uma louvação de Fortunato Pinheiro "à invicta guarnição militar do Estado de Pernambuco".

No mês em referência, precisamente no dia 10, à noite, elementos não identificados “emporcalharam, com pixe, uma das portas da redação d’**A Patria** (3).

No ano de 1891, desiludido da realização dos objetivos da República, Fortunato Pinheiro transformou o seu jornal em “órgão do Partido Monarquista”, com publicação diária a partir do n.º 19, de 1 de abril, tendo o formato reduzido para menos de metade, apenas 31 centímetros de altitude, três colunas de composição, mas empregando tipo corpo 8. Conservou o preço da assinatura trimestral, estabelecendo anuidade de 12\$000 e semestre de 6\$000.

Lia-se no editorial respectivo: “Em cumprimento à nossa palavra, atiramo-nos hoje na luta da imprensa diária, tendo por armas a palavra escrita em prol do bem geral da pátria, sacrificada pelos pérfidos e ingratos da revolta de 15 de novembro de 1891 (4).

“O nosso programa, todos já sabem, é trabalhar para o regime decaído e que não está longe êsse dia, por acreditarmos ser impossível a república salvar a nossa pátria. Essa convicção gerou-se em nosso espírito depois de vinte e tantos anos de serviço à causa republicana, o que nos custou um passado de sacrifícios e martírios, com os fatos, provas exuberantes, e que diante delas calam-se todos que estão bem intencionados. Tenham fé os brasileiros que essa forma de governo não tardará a cair por terra, diante da soberania da opinião pública”.

“Uma imprensa diária nesta terra é coisa mui difícil de se vencer; nós trataremos de escalar as muralhas que se antepõem diante de nós, tendo por bússola a causa pública”. “A nossa divisa será — vencer ou morrer”.

Não houve trégua no programa de críticas ásperas d’**A Patria**, que no entanto, transformou em louvaminhas os ataques antes desferidos contra os líderes políticos José Maria e José Mariano. Às vêzes, dois ou três comentários tinham a assinatura de Fortunato Pinheiro e o estilo lhe denunciava a autoria dos que não eram assinados e dos firmados por “A redação d’**A Patria**”.

O n.º 52, de 11 de maio, foi exclusivamente dedicado “ao

(3) Noticiando a ocorrência, comentou o **Jornal do Recife**, em sua “Gazetilha” de 12-8-1890: “É êste um procedimento selvagem, cujo autor deve ser severamente punido, se fôr descoberto, como pretende a policia, que, consta-nos, emprega meios para isto!”

(4) Erro de revisão, simplesmente. O articulista referia-se à data da proclamação da República.

feliz regresso do dr. José Mariano C. da Cunha à terra natal de seu nascimento”, isto em tipos fortes na primeira página, encimada pela vinheta do anjo tocador de trombeta, arrematando com a louvação: “A redação d’A **Patria** curva os joelhos diante do herói da liberdade”, enquanto as três páginas restantes traziam comentários redacionais e poesias, também alusivas, de Rangel Sobrinho e Ricardo Guimarães.

Era comum o chamamento de assinantes relapsos a saldarem seus débitos à emprêsa. No n.º 93, de 11 de julho de 1891, convidava-se, pelo nome, certo comendador “a pagar 21\$000 de assinaturas” que devia à redação, com a seguinte advertência: “Tome vergonha! Não seja mesquinho! Quem quer fazer figura bole com a bolsa”, afora outros epítetos contra a moral do ilustre devedor.

Especializando-se em edições especiais, Fortunato Pinheiro lançou mais uma no dia 10 de agosto, sendo já **A Patria** “órgão da Liberdade”. Teve a primeira página circulada de linhas tremidas, lendo-se ao centro, em caracteres fortes, sem faltar o anjo da trombeta: “Mais uma gentil primavera — Ao ilustre colega dr. Francisco de Medeiros, proprietário e redator-chefe do **Estado de Pernambuco** — Dedicamos hoje o seu jornal ao Benemérito Pernambucano, pelo seu feliz aniversário natalício — A redação d’A **Patria**”. Ocupou toda a segunda página o panegírico do homenageado.

No terceiro ano (5) ocorria nova alteração, tornando-se “órgão dos oprimidos”, de circulação bissemanal. E um Aviso, já no n.º 10, de 26 de fevereiro de 1892, explicava, melancolicamente: “Em consequência de constantes ataques da gente do governo contra a imprensa da oposição, tomamos a deliberação de fechar as nossas oficinas de trabalho, saindo esta gazeta de uma outra tipografia, bondosamente oferecida pelo seu proprietário. Será nosso escritório à rua de São Jorge n.º 6, 1.º andar, d’ora por diante”.

Noutra nota assinada, adiantou Fortunato Pinheiro que fôra agredido por dois subdelegados de polícia e sua tipografia empastelada, denunciando que, com a Junta Governativa, “desapareceram tôdas as garantias da sociedade”. O fato ocorreu, segundo Júlio Pires Ferreira (6), às 14 horas do dia 12 de fevereiro.

Na edição em aprêço fazia-se referência a novos calotes

(5) Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, só aludira ao número de estréia d’A **Pátria**.

(6) **Almanach de Pernambuco**, edição de 1901.

passados à redação por assinantes que não cumpriam o dever de pagar suas dívidas. E parou aí, não havendo indícios de haver prosseguido a publicação (7) (**Bib. Pub. Est. e Arq. Pub. Est.**) (8).

ESTADO DE PERNAMBUCO — Órgão defensor do regime republicano implantado no país, entrou em circulação, feito vespertino, a 1.º de julho de 1890, formato acima de médio, com quatro páginas a seis colunas de composição. Diretor — Alfredo Falcão; redator principal — Gonçalves Maia, funcionando a redação e oficinas na rua do Imperador n.º 45. Tabela de assinaturas: ano — 12\$000; semestre — 6\$000; trimestre — 3\$000; para fora da cidade: 13\$000, 7\$000 e 3\$500, respectivamente. Inserção gratuita de “anúncios de amas e criados”. Proclamava dispor de correspondentes nos outros Estados, em Portugal e nos Estados Unidos. A partir do n.º 2, as páginas externas eram ocupadas com reclames comerciais.

Constava do artigo-programa: “Este jornal apresenta-se ao público pernambucano calma e desassombadamente, para, na altura de suas forças, auxiliar, tanto quanto possível, o governo da República, mas sem subserviência e sem a dutilidade repugnante dos turiferários de todos os matizes, elementos perturbadores na obra coletiva da Pátria Brasileira, que desejamos represente, no seio da livre América, o papel honroso a que tem direito pelos antecedentes históricos que conquistou no batalhar constante pela democracia.

“Não temos compromissos de espécie alguma, a não ser os que resultam do **Manifesto** de 1888, cujas doutrinas vigorosas e honestas constituem o nosso programa político, programa que sustentaremos com tôdas as forças, apesar dos

(7) Em artigo nas “Publicações a pedido”, do **Diário de Pernambuco**, 12 de julho de 1892, Fortunato Pinheiro fez longa narrativa de sua odisséia no jornalismo, dizendo haver retirado da circulação **A Patria** “por motivos bastante poderosos”. Acentuou:

“Entre para a imprensa com alguns bens e saio dela completamente arruinado, deixando apenas a honradez do meu nome puro, limpo e immaculado. Estou pobre, repito, a ponto de vender a minha oficina tipográfica, que com tanto gosto montei, porque os meus amigos, por quem me sacrifiquei, abandonaram-me completamente, tendo em vista deixarem-me na miséria”.

Concluiu oferecendo o endereço de um comerciante amigo, a quem podiam os credores pedir a devolução das assinaturas pagas adiantadamente e a quem podiam pagar suas dívidas os assinantes relapsos.

(8) A Biblioteca Pública não possui coleção d'**A Patria**, mas apenas números esparsos, o mesmo ocorrendo quanto ao Arquivo Público Estadual. Também existem raros comprovantes na Biblioteca Nacional.

ataques indiretos dos que pretendem empolgar o movimento de 15 de novembro, reduzindo esta província, a primeira do Norte, a simples feitoria posta ao serviço de individualidades incompetentes, sem orientação, gastas pelo egoísmo e pelos vícios de origem, sem a fibra muscular do patriotismo a pulsar compassada, altiva e boa, por uma idéia, um princípio, uma aspiração sadia”.

Depois de outros tópicos, assegurou o articulista: “Havemos de dar caça aos inimigos da República, onde quer que eles se acomodem, pouco importa, doutrinando o Povo, sem adulá-lo; fazendo confrontos, apontando fatos, descendo à análise circunspecta, à luz do dia e com a lógica das cifras. Seremos, antes de tudo, coerentes. O que fôr justo terá o nosso apoio; o que fôr desonesto, a nossa condenação. É preciso que quem ler-nos compreenda o que vai de sincero no jornalista”. Finalmente: “Zelaremos pelos direitos do comércio, da agricultura e do proletariado”.

Logo na edição de 7 de julho, informou uma nota solta: “Tendo nós pregado um cartaz anunciando os assuntos do nosso número de hoje, fomos intimados pelo delegado de polícia a retirar o cartaz. Fizemo-lo porque somos republicanos e os bons republicanos obedecem à autoridade policial. O que faremos é protestar”.

Em artigo de fundo, na mesma data, dizia: “A República será êsse ressurgimento ignóbil de frações podres e aniquiladas, e levantadas hoje sob uma orientação exclusivista **quand meme**, em detrimento de caracteres honestíssimos ou ainda de influências irresistíveis?” “A República será o que está sendo a Intendência Municipal do Recife, o desmanchamento de tôdas as teorias sôbre administrações locais?”

Ainda na primeira quinzena, anunciou, abrindo a página principal: “Candidato do Partido Republicano Histórico à senatória, apresentado pelo **Estado de Pernambuco**: Marechal José Semeão de Oliveira”.

Em meio aos artigos redacionais e à coluna política “Ecos”, de G. M. (Gonçalves Maia), o jornal inseria noticiário mais ou menos bem desenvolvido; folhetim; a crônica “Meias... tintas”, com a assinatura Raul N.; “De grão em grão”, por Pedro Joaquim Velez Botelho; “Nos bastidores”, a cargo de **Paul Janin** (pseudônimo de Alfredo Falcão); as “Chispas”, de **Mefistófeles**; “Êles”, feita de extratos comentados dos jornais do dia, etc.

A edição de 16 de agosto apresentou tôda a primeira página circulada de vinhetas, lendo-se ao centro, em caracteres vistosos: “Homenagem do **Estado de Pernambuco** ao

ilustre cidadão dr. Aníbal Falcão, pelo seu regresso ao Recife”. No editorial da segunda página escreveu Alfredo Falcão que todo o ideal do recém-chegado visava “à formação definitiva da pátria nova, sem se deixar fascinar pelos sentimentos inferiores da vaidade”.

Noutro artigo da redação, sôbre a personalidade extraordinária de Aníbal Falcão, dizia-se que êle “rescindiou um contrato vantajoso, que era o seu único meio de subsistência, para não ouvir, na Assembléia Provincial, os doestos da Monarquia contra a agitação republicana”.

No mês em referência, iniciou campanha contra as publicações anônimas. Rebatendo, na edição do dia 27, censuras, a propósito, formuladas pelo cronista **Nemo**, d'**A Época**, frisou: “...ou trata-se de um fato justo e o jornalista pode e deve representar os interêsses ofendidos de quem se queixa, ou trata-se de uma questão pessoal e, sejamos francos, é revoltante bater-se de viseira baixa”.

A partir do terceiro mês, adotou um segundo cabeçalho, na segunda página, dêle constando o nome do fundador: Argemiro Falcão.

Alfredo Falcão, sempre assinando editoriais, escreveu, a 13 de setembro, que sentia “bastante repugnância” em entreter polémica com Felício Buarque, redator d'**A Época**.

Defendeu a política do Barão de Lucena, então Governador do Estado, contra as investidas do **Jornal do Recife**. No mês seguinte, apoiou o sucessor daquele, Desembargador Correia da Silva.

Após o n.º 97, de 25 de outubro, verifica-se, na coleção manuseada, a inexistência das duas edições seguintes, para continuar com o n.º 100, de 20 de novembro, evidenciada, assim, uma lacuna de três semanas na circulação.

Informou o referido n.º 100 o afastamento de Alfredo Falcão e Gonçalves Maia, que já não redigia o “Eco” desde 25 de setembro. A direção ficou a cargo de Gaspar de Drummond, Henrique Milet e Francisco José de Medeiros, êste último encarregado da gerência. Permaneceu no cabeçalho o nome do fundador, falecido a 26 de outubro (1).

Criaram-se novas seções, em substituição, a saber: “Ciências, Artes e Letras”, dirigida por João Batista Regueira Costa, que divulgava poesias suas e de Gaspar Regueira

(1) Na seção “Os sete dias”, do periódico **A Semana**, edição de 4-11-1890, F. B. (Fernando Barroca), comentando o falecimento de Argemiro Falcão, escreveu que êste, “sabendo-se mortalmente doente, havia, por suas próprias mãos, construído o féretro que lhe acolheria o corpo”.

Costa, **Gregório Júnior** (pseudônimo de João Gregório Gonçalves), autor das “Frutas do Norte”; Leovigildo Maranhão, Gonçalves de Lima, Joaquim das Costa Ribeiro e outros; “Ciências, Economia, Finanças e Indústrias”, sob a direção de Henrique Augusto Milet, e “Jurisprudência”, série de artigos de Francisco J. de Medeiros.

No ano seguinte — 1891 — começando pela edição de 5 de janeiro, operou-se verdadeira revolução no aspecto do vespertino: a página de frente ficou sendo a segunda, seguindo-se-lhe a terceira com pequeno cabeçalho, a quarta e, por fim, a primeira, no lugar da última, com o cabeçalho e a matéria principal, esta continuando na segunda, enquanto as duas centrais eram destinadas a anúncios.

Entrando em luta aberta com os jornais da oposição, o **Estado de Pernambuco** passou a atacar a **Gazeta da Tarde**, assim como a **Era Nova**, que vomitava, “ainda, todo o fel do seu ódio sobre o venerando túmulo do General Benjamin Constant” (edição de 30 de janeiro) e vivia “especulando simplesmente com a religião” (edição de 11 de março); por isso que não merecia o “conceito de jornal sério e desapassionado”. Dizia depois (14 de março) que “o despeito e a raiva, a insensatez e a falta de critério” do **Jornal do Recife** e da **Era Nova** constituíam “um sintoma de decadência do jornalismo entre nós”.

“Cobras e Lagartos”, por Alcides Leger, e “Coisas Alegres” foram novas seções criadas. A direção política foi desfalcada, a 15 de abril, de Henrique Milet, seguido, a 1 de agosto, de Gaspar de Drumond, êste em caráter temporário. Logo mais (1 de outubro), era dispensado da reportagem Manuel Saldanha, também encarregado do serviço de cobrança. Despedira-se, igualmente, João Batista Regueira Costa, com sua seção, passando a serem divulgados poemas soltos de Demóstenes de Olinda, José Pedro Júnior, Júlio Belo, Ribeiro da Silva e outros.

O jornal dedicou página inteira, circulada de vinhetas, às datas natalícias do generalíssimo Deodoro da Fonseca; do chefe da redação Francisco José de Medeiros e de Gaspar de Drumond, respectivamente, a 5 e 11 de agosto e 9 de outubro.

Edição especial foi consagrada, no mês referido — dia 7 — à memória do músico Alfredo Lopes da Gama e às senhoras da sociedade pernambucana, que promoveram a realização de um concerto em benefício da família do extinto, deixada em situação econômica das mais precárias. Com a primeira página toda em caracteres bem vivos, significando a homenagem do vespertino, a segunda e a terceira apresentaram 31

trabalhos (de pequena dimensão) em prosa e verso, assinados por intelectuais de relêvo, todos versando sôbre o acontecimento. Além disso, o **Estado** ainda concorreu com o produto de sua vendagem avulsa de uma semana.

O mês de dezembro assinalou graves acontecimentos políticos, ficando a cidade do Recife em pé de guerra quando da derrubada do Barão de Contendas (Antônio Epaminondas de Barros Correia) da governança da província, que exercia na qualidade de presidente da Câmara, interinamente, sendo substituído, no dia 18, por uma Junta Governativa nomeada pelo ditador Floriano Peixoto. Em consequência, deixou o matutino de circular entre os dias 19 e 22, só reaparecendo porque a referida Junta divulgou uma nota oficial, assegurando liberdade à imprensa e prometendo efetivas providências para que nenhum vexame sofressem as emprêsas tipográficas.

Tendo voltado à atividade jornalística, Gaspar de Drumond estabeleceu polêmica, a partir de fevereiro de 1892, com o **Jornal do Recife**, a propósito da agressão de que êle fôra vítima, no dia 11, por três indivíduos (2), motivada por supostas alusões desprimorosas à família de um dêes. Gonçalves Maia também reassumiu o "batente", entrando a redigir a crônica diária "Em revista". Criou-se, por outro lado, a seção "Bon Jour", de critica e sátira política.

Transformara-se o **Estado de Pernambuco** em órgão oposicionista, desferindo sucessivos ataques à administração da Junta, sobretudo através de artigos assinados por Gaspar de Drumond, inclusive usando o pseudônimo **Senador**. Reprovava o terror dominante, enumerando violências. A política federal, sob o guante do Marechal Floriano Peixoto, não deixou, igualmente, de ser invetivada, a exemplo do que escrevera Gaspar, na edição de 5 de março: "A rêde das irregularidades está estendida, do sul ao norte, por tôda a vasta extensão da República brasileira". "Tudo está perturbado, comprometido, anarquizado".

José Mariano Carneiro da Cunha foi homenageado na edição de 10 de março, ao ensejo de um dos seus regressos ao

(2) O principal agressor, José da Costa d'Albuquerque Melo, cunhado do dr. José Vicente, membro da Junta Governativa, publicou, no dia seguinte, a declaração abaixo, pelas colunas do **Diário de Pernambuco**:

"Ao público — Declaro que, tendo encontrado, ontem, o dr. Gaspar de Drumond, na rua Barão da Vitória (atual rua Nova), e sendo êle um dos principais redatores do **Estado de Pernambuco**, pedi-lhe uma explicação sôbre uma passagem ofensiva da honra de pessoa de minha família, publicada no mesmo jornal; e, como êle não m'a desse, castiguei-o como pedia o seu audacioso procedimento. Que me julguem os homens de bem".

Recife, sendo dedicada tôda a primeira página ao “chefe da democracia do norte”, além de artigos laudatórios.

Ainda nêsse mês, lia-se na edição do dia 15 que a emprêsa se via obrigada a aumentar para 60 réis o preço do número avulso, em face da “grande carestia dos materiais necessários para a impressão de jornais”.

Após demorado período de enfermidade, voltou a divulgar artigos assinados o segundo diretor político Francisco José de Medeiros, também desferindo ataques à ditadura. Ocorreram sensacionais artigos de Jaques Ouriques e Pardal Mallet, transcritos d’**O Combate**, do Rio de Janeiro, aparecendo, igualmente, a seção satírica “De chapéu na mão”.

Alguns dias depois da posse de Alexandre José Barbosa Lima no Govêrno do Estado (5 de abril), deixou Gaspar Drumond as funções de diretor político do jornal, que logo assumiu posição de expectativa, a princípio, para depois dar franco apoio ao nôvo administrador, pelos “alevantados serviços” que êle vinha prestando. Ainda surgiram dois novos colaboradores: Natalício Camboim e Augusto Aristeu.

Recaindo da doença que o prostrara meses antes, veio a falecer, a 19 de junho, o jornalista Francisco José de Medeiros, ao qual o **Estado de Pernambuco** dedicou edição especial no dia 24, tôda a primeira página tarjada, lendo-se ao centro, em grandes caracteres:

“Sôbre o túmulo do dr. Francisco José de Medeiros, redator-chefe desta fôlha, hoje, 7º dia do seu falecimento, derramam sentidas lágrimas os seus operários e companheiros de redação — 1892”.

Mais alguns dias e o jornal encerrou sua existência com a edição de 30 de junho. Circularam, ao todo, 552 edições (**Bib. Pub. Est.**).

ERA NOVA (1) — Órgão do Partido Católico em Pernambuco — Surgiu a 14 de julho de 1890, em formato grande, com quatro páginas a cinco boas colunas de composição. Lia-se no Expediente: “Enquanto não fôr possível estabelecer regularmente a publicação da **Nova Era**, não se fixará preço de assinatura. A redação distribuirá regularmente os primeiros números, esperando que as pessoas que quiserem coadjuvar a idéia não se recusarão a considerá-los princípio de assinatura. Como não se trata, porém, de uma emprêsa, senão

(1) O primeiro número saiu com o título **Nova Era**.

de uma verdadeira obra do bem, a redação ficará sumamente grata às pessoas que lhe remeterem quaisquer quantias como auxílio, quantias que darão direito aos meses de assinatura correspondentes à sua importância. É muito provável que, no princípio, não haja a desejável regularidade no serviço”.

A redação foi estabelecida à rua Gervásio Pires n.º 31 (depois, na da Aurora, n.º 19), e o escritório à rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 48, no mesmo prédio da tipografia de Francisco Pedro Boulitreau, onde se imprimia. Direção do Monsenhor Augusto Franklin Moreira da Silva.

Constava do editorial de apresentação: “Primeiramente, trabalhar por todos os meios para introduzir nos nossos costumes, nas nossas leis, na constituição política da pátria, durante o período de reorganização que atravessamos, os sãos e puros princípios do catolicismo, únicos capazes de formar nacionalidades grandes e fortes”.

Afirmando que a religião e Deus foram banidos da terra de Santa Cruz “por um govêrno que decide dos seus destinos, prescindindo de sua opinião, como se as nações se fizessem para os governos e não os governos para as nações”, acentuou o articulista:

“A pregação desta cruzada será a segunda missão do Partido Católico. O Brasil tinha chegado a um grau de decomposição em que um país transforma-se ou se aniquila. A revolução de 15 de novembro foi acolhida por todos nós como o início dessa transformação que impedia o aniquilamento. E a esperança nasceu em todos os corações. Em breve, porém, surgiram a inquietação e o receio, com os primeiros atos do Govêrno Provisório separando a Igreja do Estado e decretando o casamento civil obrigatório. Mas a confiança não desapareceu inteiramente!

Dáí — acentuou — a idéia da organização de um grande partido, que arregimentasse tôdas as fôrças, que acordasse tôdas as consciências adormecidas”.

Mais adiante, dizia: “Os católicos continuam a querer e a confiar na República, mas nada podem esperar do atual govêrno. A esperança que lhes resta é o Congresso, que deve conhecer do seu ato. É preciso, pois, apelar para êle; é preciso que todos nos unamos, para que só mereçam a honra de representar-nos cidadãos capazes de interpretar lealmente os sentimentos cristãos do povo brasileiro”.

A primeira edição divulgou um manifesto partidário, dirigido “aos católicos do Estado de Pernambuco”, ocupando

mais de uma página, e, a seguir, uma declaração, segundo a qual o vice-governador Manuel Gomes de Matos solicitara exoneração do cargo, “por manifesta incompatibilidade” entre suas crenças religiosas e a Constituição promulgada pelo governo provisório, a Constituição Republicana.

No segundo número começou a anunciada publicação do folhetim “A sexta-feira de Pedro Bernardo”, autoria de Pedro Noel.

Circulando ora uma, ora duas vezes por semana (2), apresentava bom noticiário, transcrições (incluindo artigos de Carlos Laet), principalmente do órgão católico carioca **O Brasil**; colaboração local, assinada com os pseudônimos **Nereu**, **Menalcas**, **De Caprivi**, etc.; atos oficiais da Igreja Católica e notas informativas das paróquias.

A 11 de agosto, **Era Nova** deu a público uma circular do Governador do Bispado, recomendando ao clero aconselhasse aos paroquianos preferência, nas eleições para o Congresso federal, a candidatos cuja crença católica fôsse “segura e firme”. Na mesma edição, aludindo à subserviência de Pernambuco ao Sul, quanto à indicação de candidatos oficiais, dizia o editorial: “O Leão do Norte, tão cheio de patriotismo e tão zeloso, em outras épocas, de sua dignidade, está inteiramente abatido”.

Seguiu-se a publicação da chapa católica para senadores e deputados, com a respectiva propaganda, através de sucessivos editoriais, em que se criticava, ao mesmo tempo, a chapa oficial, não sem travar polêmica, algumas vezes, com os jornais que davam apoio ao governo do Estado, como **A Província e o Estado de Pernambuco**.

Decorridas as eleições, **Era Nova** justificou, a 19 de setembro, a pequena votação dada aos candidatos católicos, dizendo que a missão estava apenas encetada; o trabalho feito “já foi grande, relativamente, mas insignificante diante do que resta a fazer”. Disse mais, na edição de 23: “Não houve eleições no dia 15 do corrente; representou-se, sim, uma comédia vergonhosa”, adiantando que haviam sido eleitos todos os candidatos do governo, em todos os Estados. Iniciou o registo de informações do interior com os escândalos ocorridos na primeira eleição sob o regime republicano, criticando, por fim, a “traição” do Vigário Tejo, de Taquaritinga, que apoiara a chapa do governo contra o Partido Católico.

(2) **Era Nova** figura neste volume porque veio a publicar-se diariamente, embora já no último ano de sua existência.

Depois, já a 30 de dezembro, voltava à carga: "...é tempo de tocar a reunir e aparelhar para o segundo encontro que se apróxima, com a eleição do Congresso Constituinte do Estado".

Desde 13 de outubro o periódico havia organizado a seguinte tabela de assinaturas: ano — 10\$000; semestre 5\$000; para o Interior: 12\$000 e 6\$000, respectivamente, vendendo-se o exemplar a 40 réis. Pedro Acioli de Gouveia Lins era o encarregado de relações com os assinantes. Terminou o ano com o n.º 30, de 30 de dezembro.

No n.º 1 de 1891, datado de 5 de janeiro, **Era Nova** apresentou longo editorial em tórno dos acontecimentos do ano transato, em que foram derrubadas as instituições monárquicas, acentuando: "Erro fatal para a pátria foi êste da ditadura. Meia dúzia de ateus, mas ateus por conveniência, porque era preciso sê-lo, para não sentir o agulhão da consciência, não duvidaram dividir a nação no momento o mais crítico de sua história e quando mais convinha que todos os brasileiros se unissem. Como consequência dêsse ato despótico, veio a amancebia obrigatória, o concubinato com o nome de casamento civil".

Tendo feito referências à lei que separou a Igreja do Estado e ao "impôsto de mão morta", frisou o articulista: "Dois homens fatais à República, os generais Ruy Barbosa e Benjamin Constant, um dominado do ódio do ateu, o outro do positivismo", "...são os causadores de todos os males que, durante o ano que acaba de terminar, tanto inquietaram a nação brasileira".

Prosseguiu, afirmando haver a ditadura criado "um Congresso eleito por um regulamento eleitoral que mostra bem o que é o govêrno da fraude e da violência eleitoral".

Após tudo isso, disse que "a ditadura, que deseja prolongar a sua existência, não consente que a imprensa aprecie os seus atos e os torne públicos". E exclamou: "Como foi ingrato o ano de 1890!", assim concluindo: "Antevemos que o nôvo ano não nos trará a paz de que gozamos durante meio século de Monarquia. Nuvens grossas se amontoam no horizonte da pátria. Quem sabe se, depois da ditadura que nos oprime, não teremos a luta fratricida e o pior dos govêrnos, o govêrno da anarquia! Que Deus, banido pelo govêrno, proteja e perdoe ao Brasil".

Continuou, pelo tempo adiante, em artigos e transcrições, a mais acerba crítica aos atos do govêrno provisório. Bateu-se, por outro lado, de janeiro a março, com a **Gazeta da Tarde** e o **Estado de Pernambuco**, que criticaram o govêrno do Bis-

pado por haver proibido solenidades religiosas em memória de Benjamin Constant, recém-falecido.

Uma circular do Partido Católico conclamou os fiéis a votarem nos nomes que indicaria às eleições parlamentares estaduais, “para evitar o completo naufrágio dos princípios morais e religiosos, banidos pelo atual govêrno”.

Tornando conhecida a chapa católica, o jornal fêz-lhe a propaganda, que foi, afinal, tornada vã, porque ocorreu, a 7 de março de 1891, o mesmo “escândalo” do pleito anterior, conforme escreveu três dias depois, sob o título “Consumou-se o ridículo”, condenando o Barão de Lucena, “inaugurador aqui dessas farsas republicanas a que se convencionou dar o nome de eleição”. Inseriu, mais, sucessivas notas e protestos em tôrno da fraude eleitoral verificada no interior do Estado.

Enquanto isto, eram divulgados trabalhos de literatura assinados por Manuel Curvelo (de Mendonça), a par dos artigos políticos ou religiosos, êstes últimos quase sempre assinados por Aristides Castelo Branco e pelos vigários Cunha Pedrosa e João Marques. O caso da realização do casamento civil antes do religioso deu lugar a numerosos artigos e notas do Clero, terminando por merecer encômios do periódico o Aviso do govêrno, segundo o qual não podiam ser proibidas as cerimônias religiosas precedendo o ato civil.

A pena inflamada do editorialista escreveu a 4 de junho: “O sr. Desembargador Lucena continua em seus planos de apossar-se dos bens das ordens religiosas e das propriedades da Igreja”. Na edição do dia 30: “Há completa anarquia no país, e em tôdas as partes se observa a falta de orientação e completa confusão”.

Sem deixar de combater o govêrno de Correia da Silva, prosseguiu a jornada do órgão católico, que, no decorrer de 1891, circulava duas vêzes por semana, até 21 de setembro, quando regularizou sua situação como hebdomadário.

Verificado o golpe de Estado do Marechal Deodoro da Fonseca, que dissolveu o Congresso, “rasgando a Constituição de fevereiro de 1891” e tornando-se ditador, Era Nova resolveu suspender, com o n.º. 85, de 16 de novembro, sua publicação. Fazia-o, segundo o artigo “Aos nossos amigos”, tendo em vista a anormalidade da época, em que foram suspensas as garantias constitucionais, faltando, por conseguinte, “liberdade para enunciação do pensamento”. Adiantou o signatário dêsse artigo, monsenhor Augusto Franklin, que alguns diretores de jornais tinham sido chamados à Secretaria da Polícia e intimados a mudar de linguagem, o que também lhe acontecera duas vêzes. Diante do que, o semanário só volta-

ria a lume no momento em que a nação entrasse “no regime da legalidade”.

Reatou-se a circulação, todavia, a 13 de fevereiro de 1892, em grande parte dedicado o n.º 1 à chegada ao Recife do Bispo João Esberard, o qual, já na edição de 5 de março, dirigiu longo “Apêlo em favor da imprensa católica”. Começava, então, a publicar-se a crônica semanal “Carnet”, com a assinatura de J.: “Simples notas, registro de datas e fatos que se vão desenrolando no meio social em que vivemos preocupados e tristes...” Pouco tempo depois, J. transformava-se em **João Luís**, que não era outro senão o professor Landelino Câmara.

Extinto o Partido a cuja orientação obedecia, **Era Nova** tornou-se, na sua volta, apenas, “Órgão Católico”, o que, porém, só figurou nos dois primeiros números do ano. Entretanto, não houve qualquer alteração no programa traçado desde o início. Logo a 12 de março, um editorial ocupava-se da “desorganização social produzida pelo ateísmo” e, noutro, do dia 21, concluía: “. . .acompanhamos os clamores que se fazem ouvir, em todo o Brasil, contra os erros republicanos, que tão de perto afetam aos pobres”.

Grande espaço era dedicado a encíclicas, pastorais, atos oficiais do Bispado e noticiário especializado, inclusive internacional. Manuel Arão veio a escrever artigos na seção “A pedido” e, em meados do ano, M. Teixeira Lemos divulgou uma série de apreciações sôbre “O positivismo e os positivistas”. Liam-se, também, poesias, inclusive de F. G. Castelão, havia um folhetim e criara-se a seção “Passa-Tempo”, não sem deixar de aparecerem algumas colunas de anúncios. A colaboração mais assídua foi a do Padre João Marques.

Na edição de 27 de agosto — 1892 — longo editorial criticava e repelia o projeto de lei de Saldanha Marinho, apresentado ao Senado, que extinguiu as corporações religiosas existentes no Brasil e mandava incorporar, definitiva e imediatamente, os seus bens ao domínio do Estado.

Na data em aprêço transferia-se a redação, com o escritório, para a rua da Imperatriz n.º 11, 2.º andar, e, a partir do n.º 23, de 14 de setembro, o jornal voltava a circular bissemanalmente. Depois, a 18 de novembro, dava sua primeira edição de seis páginas, três das quais ocupadas com a exposição “Sôbre a liberdade e independência do Pontífice romano”. Terminou o ano com o n.º 54, datado de 24 de dezembro.

O n.º 1, ano IV, entrou em circulação a 20 de janeiro de 1893, passando a ser impresso no Atelier Miranda, à rua Pa-

dre Nóbrega ns. 18 e 22, reinstalada a redação na rua da Imperatriz n.º. 63, 2.º andar.

Ainda sob a direção do Monsenhor Augusto Franklin, **Era Nova** circulou com regularidade, tendo aumentado o preço da vendagem avulsa, a 21 de setembro, para 100 réis, devido à falta de dinheiro mais miúdo na cidade. Fêz oposição ao governo estadual exercido por Alexandre José Barbosa Lima, e, sobrevindo o estado de sítio, decretado pelo governo central, em consequência da revolta da Armada, divulgou uma nota, na edição de 20 de novembro, segundo a qual nada podia dizer sobre os últimos acontecimentos do país, uma vez que faltava a "liberdade para a manifestação do pensamento."

Lia-se na edição de 4 de janeiro de 1894: "Este periódico vive do auxílio que lhe prestam os bons brasileiros e católicos, e as despesas com a sua publicação são grandes. Pedimos a todos que se interessam pela boa imprensa que nos auxiliem, e aos católicos particularmente se dirige o nosso apêlo".

Nesse ano, ausentando-se, por motivo de saúde, o diretor efetivo, substituiu-o, durante seis meses, o professor Landelino Câmara.

Não teve solução de continuidade a vexatória situação financeira do jornal, que, a 21 de dezembro de 1895, em artigo de despedida do ano, dizia ter sido quase impossível manter-se, sobretudo porque a maior parte dos assinantes recusava pagar; outros pensavam que a assinatura era gratuita, e ainda outros pretendiam ligar o período em curso ao anterior, de órgão de um partido que desapareceu e com o qual nada tinha que ver a redação.

Durante 1896, além dos artigos de colaboração do Cônego J. Castro, Padre Veloso, Padre Constantino Gomes de Matos e Carlos de Laet, êste em transcrições do **Commercio de São Paulo**, escreveu Frei Celestino Pedavoli uma série de artigos contra o Protestantismo. Já em novembro do ano transato, escrevera o Cônego João Machado de Melo diversos artigos "sobre a falsidade das Bíblias protestantes", em polémica com o ministro evangélico W. E. Entzminger, aparecido nas colunas do **Jornal do Recife**, os quais foram, logo, enfeitados em livro, sob o título "Bíblias falsas ou defesa de Sete Livros da Bíblia", 98 páginas, edição do Panteon das Artes, de Nogueira Irmãos.

Dois anos após, era a luta contra a Maçonaria, a polémica com o **Jornal do Recife**, que tinha por trás Carneiro Villela; era a transferência da redação e escritório para o n.º. 17, 1.º andar, da mesma rua. A 4 de junho de 1898, em substi-

tuição ao “Carnet”, mantido ininterruptamente, apareciam as “Prosas”, em rodapé da primeira página, com a assinatura de **Júlio Cesar** (outro pseudônimo de Landelino Câmara), que dizia tratar-se de uma “**seção prosaica**, singela e inocente, democrática e despreziosa”; jamais foi interrompida enquanto viveu o periódico. Eram divulgados, então e a seguir, poemas do mesmo Landelino Câmara, que ainda assinaria, a 31 de dezembro de 1900, a matéria “Homenagem da **Era Nova** a Cristo Redentor”, ocupando toda a primeira página, circulada de vinhetas.

O órgão católico manteve, sempre, posição de revolta contra os governos republicanos, a exemplo do editorial de saudação ao Ano Novo, na primeira edição de 1900 (12 de janeiro), em que escreveu o articulista:

“O que se vê é o desvário a campear nas esferas governamentais; é a falta de critério e de escrúpulos naqueles que se arvoram em diretores políticos; é a vingança pequenina e torpe por parte daqueles que deviam dar exemplos de moralidade e cordura; é a paixão partidária a cegar até os detentores do poder público!”

“A lei continua a ser um simples ornato institucional; cada qual a torce à mercê de seus interesses”.

“O poder público procura impor-se pelo terror, alarmando as populações, esmagando as liberdades públicas”.

Permanecendo as dificuldades financeiras, **Era Nova** viu-se na contingência de encerrar as suas atividades, o que fez com a edição de 20 de julho de 1901, na qual, Monsenhor Franklin, em longo artigo de despedida, declarou não poder continuar em circulação o semanário devido à impossibilidade de conseguir recursos financeiros. Aos apelos que fizera, não correspondeu o contingente prestado, de tão insignificante. Não tinha, portanto, outra alternativa senão parar, até que fôsse possível regularizar a situação econômica.

Por sua vez, na última de suas “Prosas”, firmando-a com o próprio nome, declarou Landelino Câmara: “Que pena tenho eu de vê-las extintas, ainda tão novas, por culpa toda dêsses assinantes que não pagam o jornal!” (3).

Além de outros colaboradores, antes mencionados, desta-

(3) No mesmo artigo, narrou Landelino Câmara que, certa vez, em amistosa conversação, dissera o Bispo D. João Esberard ao Monsenhor Franklin:

— “Vigário, vende a última cadeira de tua casa, mas sustenta a **Era Nova!**”....

caram-se Manuel Buarque, Olímpio Bonald (poesias), Alfredo Gaspar e Paulino de Brito, poeta amazonense.

Mais alguns meses, **Era Nova** reapareceu, como diário, no dia 8 de janeiro de 1902, tendo como redatores Monseñhor Augusto Franklin Moreira da Silva, também fundador e proprietário; Alcedo Marrocos e Landelino Câmara; com escritório, redação e oficinas situados no Cais da Regeneração (atual avenida Martins de Barros) n.º 28, adotando a seguinte tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; para o interior: ano — 27\$000; semestre — 14\$000.

Em seu artigo-programa, dizia a fôlha vespertina que os governos, após o advento da República, se achavam “divorciados da opinião pública”; que reinavam “a prepotência e os crimes dos seus detentores”, só restando “aos oprimidos o apêlo platônico à publicidade das gazetas”, enquanto pelo menos não despertavam “as energias da alma popular”, fazendo “a miséria explodir e alastrar-se a revolução”, que já era prevista. Daí “porque — acentuou o articulista — como bons brasileiros e bons católicos”, promoviam seus redatores o reaparecimento da **Era Nova**, que “vem pedir modestíssimo lugar entre os que não sacrificam ao êxito, e preferem, às apostasias faustosas, à farta ceva orçamentária ou às comodidades e gloriolas do poder, o sonho de uma pátria grande e feliz como a conhecemos em outros tempos”.

Apresentava-se, pois, na arena, como “campeão da religião e da política”, reagindo contra as calamidades que envolviam o país em completa ruína, assim concluindo: “Católicos, reclamamos, pois, a religião em tôda a sua pureza, restaurada em suas prerrogativas e seus direitos, reconhecida como religião oficial, desoprimida de institutos civis que ferem o dogma e a doutrina; brasileiros, reivindicamos a liberdade de outrora, almejamos os perdidos prestígio e prosperidade nacionais”.

Formato grande, páginas a seis colunas de doze cíceros, adotou o padrão diário de quatro páginas, mais de metade constituída de anúncios. Sob o título “Reclamações”, começou uma seção especial para receber a colaboração do povo, que poderia denunciar “qualquer abuso nocivo ao bem público”, inclusive “nos serviços a cargo do govêrno”. Principiou, igualmente, a divulgar a novela “O Invejado”, autoria de Afonso Celso. E João Luís restabeleceu o “Carnet”, explicando, em meio a longa estirada de apresentação:

“Eu não pretendo nada mais do que comentar os fatos que se forem realizando nêsse período de suprema agonia; não com apóstrofes ponteadas de indignação; não com aquê-

le látego que, um dia, o Patrocínio agitou contra os republicanos de São Paulo, e, no dizer dêle, devia produzir **gilvazes regeneradores**; mas com um pouco de riso, porque todos os fatos dêsse regime têm o seu lado cômico”.

Como bom porta-voz da Monarquia, **Era Nova** inseriu, ainda no primeiro número, substancioso comentário sôbre o falecimento de Pedro II, “um dos mais belos vultos da humanidade”, frisando que “a sua morte trouxe o desabamento de grande parte do edifício nacional”.

Jornal bastante noticioso, veio a divulgar, a par de editoriais e sueltos, algumas notas “Para rir”. E teve excelentes colaboradores, como Gaspar Uchoa, Américo Werneck, com a série de longos artigos anti-republicanistas “Ecos da Multidão”, enviados de Águas Virtuosas; Carlos de Laet e Cândido de Oliveira, em transcrições d’**O Combate**, do Rio de Janeiro. No mês de março, criou a seção “Ecos e Boatos”, assinada por **Vox Populi**.

A 7 de abril apresentou o editorial “Escala de infortúnios”, em que se liam, entre outras apóstrofes: A “situação econômica (de Pernambuco) causa verdadeira dor”; o “Tesouro assemelha-se ao cofre de um negociante falido”; “os serviços públicos acham-se paralisados”; “o comércio, a indústria e a lavoura, em situação apavoradora, submetidos a tributos pesadíssimos”; e, “além da miséria e da fome”, havia o “alarma da peste negra”.

Em sucessivos comentários, focalizou, sobretudo, a situação federal, onde dizia reinar o “regime da bambochata”, em plena desmoralização da República”.

Noutro de seus fulminantes artigos, a 7 de julho, comentava: “. . . toca ao maior extremo o desespero do povo”, acentuando que o funcionalismo era pago com apólices depreciadas e que o Governador Gonçalves Ferreira, “síndico de casa falida”, praticava a política de esbanjamentos.

Já no último mês, surgiram as crônicas intituladas “Parolas”, de Clemente Aires, e, como compensação à matéria política e a religiosa, que também não era descurada, embora em menor dose, o vespertino inseria poesias de autores diferentes.

Voltando as dificuldades financeiras, **Era Nova** não pôde prosseguir, vindo a encerrar sua jornada com o n.º 168, de 2 de agosto de 1902 (4).

(4) Alfredo de Carvalho registara, nos “Anais”, a data de 5 de agosto, no que foi seguido por Sebastião Galvão (“Dicionário”), mas êste trocou o ano pelo de 1892.

Francisco Nogueira de Sousa, proprietário da oficina onde se imprimia o vespertino, foi um dos redatores, até 6 de março, quando faleceu, tendo Antônio de Sá servido na parte financeira (Bib. Pub. Est. (5)).

1892

JORNAL DO COMMERCIO — Diário apolítico, de agradável feição material, nítida impressão e formato de 52 X 35, a cinco colunas de 12 cíceros e quatro páginas, iniciou sua circulação a 2 de março de 1892, confeccionado em oficinas próprias, instaladas, mais o escritório e a redação, à Praça da Concordia (atual Joaquim Nabuco) n.º 5. Redatores: Clóvis Bevilacqua, Adolfo Cirne, Lourenço Cavalcanti e Machado Dias. Tabela de assinaturas: para a cidade: ano 16\$000; semestre — 8\$000; trimestre 4\$000; para o interior: 18\$000, 9\$000 e 4\$500, respectivamente. Vendia-se a 60 réis o número avulso.

O artigo principal, à guisa de programa, prometia: “1.º — completa e absoluta lealdade na exposição de nossos pensamentos, dizendo ao povo somente a verdade, ou pelo menos o que julgamos tal; 2.º. — a repugnância a tudo que referir-se a questões de política local, na qual não queremos nem devemos envolver-nos, mesmo porque não temos nem pretendemos ter ligação alguma com qualquer dos grupos que hoje se dizem politicamente organizados no Estado. Em resumo, não somos políticos”.

Entretanto, não renunciava o “direito que assiste a todo cidadão de conhecer e estudar os negócios políticos do país e emitir sobre eles sua opinião. A alienação desse direito, por qualquer órgão da imprensa, importa, nas atuais condições, em verdadeiro crime de leso-patriotismo, em que não devemos incorrer”.

Outro objetivo mais direto, consubstanciado no próprio título, era “a defesa dos interesses do comércio”, o mesmo que dizer: “pugnar pelos direitos do povo, pelo progresso material e moral do país”.

Ao editorial seguiu-se “A lição dos fatos”, início de uma série de artigos assinados por C. B., vindo após a “Política

(5) A coleção da Biblioteca Pública do Estado acha-se desfalcada dos comprovantes referentes ao período de 1892, tendo sido possível consultá-los no arquivo do Bispado de Pesqueira.

geral”, outra série, em que A. C. procuraria “esteriotipar, fielmente, o nosso estado político e econômico, estudar-lhe as causas produtoras e, pelo menos, despertar a atenção dos competentes sôbre a aplicação dos meios conducentes a uma melhor situação”. Ainda começando na primeira página, lia-se longa crônica sob o título “Em vários tons”, assinada, também, por C. B., cujo programa rezava: “Literatura, política, administração, as mil faces da vida comum aqui terão ingresso, trazendo, com suas peculiaridades, os cambiantes necessários para dissimular a monotonia das narrativas”.

A primeira página trouxe, mais, um folhetim. Na segunda, apareciam “Ciências e Letras”, começando pelo artigo “Espiritismo e Psiquiatria”, de César Lombroso, traduzido por A. Filho; “Notas históricas”, por F. A. Pereira da Costa; e finalmente, a “Parte Noticiosa”, bastante deficiente, seguida, na terceira, da “Revista Comercial” e de anúncios, êstes, inclusive, ocupando tôda a quarta página.

A partir do segundo número, começou uma seção de Literatura, em verso e prosa, nela se destacando Costa Neto, João Cabral, Artur Lemos, Antônio Sales, Anísio de Azeiteiro, Fernando de Castro, Virgílio Varzea, Eurico Vitrúvio, Domingos de S. Leão de Barros Rêgo, etc.

Veio, depois, a “Seção Alegre”, para amenizar as digressões sôbre alta política e ciências. Na edição de 22 de março estreou a “Parte Oficial”, constante de atos e despachos do governo do Estado. Divulgava telegramas extraídos dos diários da véspera.

Já no mês de março, o **Jornal do Commercio** melhorou o noticiário, extinguindo, pouco a pouco, as prolixas seções dos primeiros dias e os artigos científicos; sem faltar, porém, o editorial, em tôrno de assuntos os mais variados, assim como transcrições literárias e o folhetim.

Foi breve, todavia, a vida do matutino, que chegou ao fim já sem o concurso do redator Machado Dias, achando-se ausente Clóvis Bevilacqua. O último número divulgado foi o de 15 de maio, tendo circulado, ao todo, 58 edições (**Bib. Pub. Est.**).

COMMERCIO DE PERNAMBUCO — Matutino de grande formato, seis colunas de composição, começou a publicar-se no dia 21 (1) de março de 1892, sendo propriedade da “Em-

(1) Não no dia 22, como registou Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, nem no dia 12, conforme consta do “Dicionário” de Sebastião Galvão.

prêsa Jornalística do Brasil”, pertencente a Antônio Minervino de Moura Soares. Diretor-redator-chefe — Antônio Gomes Pereira Júnior; secretário — Corbiniano de Aquino Fonseca, funcionando a redação na rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 69. Escritório e oficinas no Cais da Regeneração (atual avenida Martins de Barros) n.º 60. Assinatura trimestral — 4\$000, acrescidos de \$800 para fora da cidade. Preço do exemplar — 60 réis.

A edição de estréia saiu com seis páginas, a primeira das quais contendo um Índice Alfabético do Comércio, Indústria, Artes e Profissões; quatro outras repletas de anúncios e somente uma — a segunda — dedicada à matéria redacional, incluindo informações comerciais.

Surgiu o **Commercio de Pernambuco**, consoante o artigo de apresentação, “inspirado nos verdadeiros princípios do jornalismo livre e independente”, lendo-se mais adiante: “Interpretar com fidelidade o pensamento do comércio; indicar as suas necessidades, defender os seus interesses menosprezados pelos representantes do poder público, quaisquer que êles sejam, ou se trate de ofensa aos direitos de tôda a coletividade, ou de uma parte dos que exercitam o comércio; exigir as práticas adaptáveis à sua evolução progressiva, no regime da mais completa e imperturbável liberdade, no domínio da situação garantidora da máxima felicidade nacional, constitui, em largos traços, a divisa do **Commercio de Pernambuco**, traduz os desejos sinceros que lhe deram a existência e a força que impele ao futuro. Lutaremos na imprensa sob os influxos dessa legenda honrosíssima que envolve a defesa dos direitos e interesses de tôdas as classes ativas e preponderantes da sociedade e constitutivas do povo e da pátria”.

Depois de fazer a apologia do comércio, como “grande propulsor da prosperidade dos povos”, acentuou o articulista: “Completamente neutro entre os partidos, o órgão da imprensa que hoje enceta a sua vida jornalística não se inscreve nas filciras de nenhum dêles. É neutro e a sua neutralidade absoluta será mantida como um compromisso de honra!” Entretanto, não se furtaria à “livre crítica dos atos do governo” e, por outro lado, esforçar-se-ia para que a soberania nacional viesse “a ser uma realidade no Brasil”.

Continuou com quatro páginas, a primeira ocupada pelo “Índice Alfabético” durante alguns dias, sendo depois dedicada exclusivamente a anúncios, em igualdade com a quarta, enquanto a parte principal se transferia para a segunda, tomando, às vêzes, duas ou três colunas da terceira.

Além do editorial, focalizando problemas nacionais ou

regionais, de natureza política ou econômica, seguiam-se: artigo assinado, poesia, comentários sobre finanças, noticiário geral, batido, e o folhetim, iniciado com o romance "Daqui a cem anos", de Eduardo Bellamy. A Agência Havas fornecia serviço telegráfico de pequeno porte.

Foram primeiros colaboradores intelectuais, em prosa: Ângelo do Amaral; Euclides Fonseca, na especialidade musical; Rodrigues de Carvalho, Luís Lobo, J. Lucas da Câmara e outros; em versos: Demóstenes de Olinda, Augusto Aristeu, João Barreto de Meneses, Corina de Alencar, Celso Vieira, Dias Barroso e Epaminondas de Albuquerque, a que se seguiram, alternadamente, meses a fora, Luís Guimarães Júnior, Gaspar Guimarães, Pinto de Abreu, Faria Neves Sobrinho (inclusive assinando "Cartas Literárias"), França Pereira, João Diniz, Carlos Mariz, Teotônio Freire, Gomes Leal, etc. Começou a 4 de maio a seção "Bocejos", em quadras de sete sílabas, a cargo de **Mercurio**.

Após os primeiros meses, a Empresa Jornalística passou à propriedade de Luís Cavalcanti de Albuquerque Brito, tendo sido o redator-secretário substituído por Antônio Minerino de Moura Filho. Administrador das oficinas: Eugênio Mendonça.

Adotando sempre linguagem serena e doutrinária, o editorialista escreveu, sob o título "Imprensa", vinte comentários, entre os meses de agosto e setembro, contestando "insinuações malévolas" d'**A Republica**.

Com a mesma epígrafe, foram divulgados mais 25 comentários, a partir de 18 de fevereiro de 1893, em defesa de acusações formuladas por **A Provincia**, que também lhe fizera restrições à neutralidade política.

Em artigo comemorativo do primeiro aniversário, (21 de março), lia-se: "Propagando a verdadeira doutrina em qualquer das múltiplas ramificações em que se reparte a ciência; encorajando a atividade para vencer pelo trabalho todos os problemas de que depende a felicidade individual e social, indispensáveis ao desenvolvimento da riqueza particular e pública; impulsionando as classes inteligentes e preponderantes, incumbidas de travar com heroísmo incomparável as lutas nobilitantes que apressam as conquistas pacíficas do progresso; reprimindo os desvios dos poderes públicos representantes da soberania do povo na organização do Estado, indicando-lhes o verdadeiro norte, guiando-os e aconselhando-os lealmente; defendendo as vítimas da prepotência dos agentes da autoridade, salvaguardando todos os direitos e todas as legítimas conveniências da sociedade, todas as aspirações,

obedecendo em tudo as prescrições da verdade e da justiça e a uma intuição predominante, especialmente benéfica, o **Commercio de Pernambuco** respeitou o seu programa e honrou a imprensa, tornando-se digno dela (2).

“Até hoje, não nodoaram as suas páginas palavras nem aceções mesmo ligeiramente indecentes; nem deslustraram as suas colunas as manifestações condenáveis do despeito, da inveja, da inverdade, da injúria, calúnia ou injustiça, nem as pretensões do partidarismo que tudo desvirtua e perverte”.

A ditadura militar, em que o país se achou mergulhado, mereceu do matutino longa série de editoriais, vasados em linguagem enérgica, a exemplo do de 1 de agôsto de 1893, que aludiu àquêle período “repleto de violências, de perseguições de tôda ordem, na quase totalidade dos Estados, onde impera a vontade prepotente dos indivíduos que governam”, onde “a lei só existe para ser escarnecida e conculcada”.

Aludindo aos “tiranos que se armaram à custa do suor do povo, para satisfazerem à veleidade de se fazerem temidos”, acentuou o articulista: “Verdadeiros criminosos para a democracia republicana, êles esforçaram-se tenazmente a fim de afrontar e comprometer os seus sublimes princípios. Fizeram da República um govêrno odioso e repugnante para o povo e uma especulação útil e vantajosa para si”.

Mais adiante: “Negro espaço de tempo em que tôdas as misérias se urdiram para deprimir o crédito, para macular a alma santa da pátria e mergulhá-la nos abismos insondáveis da agonia. Horrorosa provação foi esta em que a fôrça da espada se impôs à magnanimidade de um povo heróico e vilmente explorado”.

Concluiu com uma exaltação a Minas Gerais, que “salvou a causa da democracia e constituiu-se o único estado do Brasil em que a República se tornou o govêrno do povo pelo povo, o regime por excelência da ordem e do progresso”.

Não circulou no período de 2 a 11 de agôsto. Reaparecendo, criticou, mêses a fora, a ditadura, “causa genitora de todos os males” (edição de 1 de dezembro), entre os quais ajuntou a revolta da esquadra.

Em data de 29 de setembro, o preço do exemplar aumentou para 100 réis. Já custava 80 réis desde 1º de janeiro, quando a assinatura trimestral também subira para 5\$000, con-

(2) Durante a gestão de Pereira Júnior, o **Commercio de Pernambuco** manteve um princípio de ética, segundo o qual seus repórteres não davam à publicidade nenhum caso de suicídio.

tando-se mais \$800 para fora da cidade. À época, começaram a aparecer estudos históricos de F. A. Pereira da Costa.

Ocorrendo a suspensão d'**A Província** e violências policiais contra os respectivos redatores, o **Commercio de Pernambuco** ergueu "solene e altivo" protesto, na edição de 15 de novembro de 1893, através da coluna intitulada "Imprensa", terminando por fazer um apêlo a todos os jornais da capital, no sentido de suspenderem a circulação, em sinal de solidariedade, enquanto não fôsse "respeitada a liberdade de imprensa".

Concretizando o protesto, o matutino cerrou suas portas, o que valeu algumas horas de prisão ao redator-chefe Pereira Júnior. Conduzido à presença do questor Júlio de Melo Filho, êste fêz-lhe ver a inconveniência de sua atitude, não o demovendo, entretanto, da resolução tomada. Embora com único apoio da **Gazeta do Recife**, jornal neutro, o **Commercio** manteve-se suspenso, só voltando a circular no dia 24, por instâncias do General Leite de Castro, comandante das forças federais em Pernambuco.

Prosseguindo, na referida data, as considerações da seção "Imprensa", "a mais respeitável e grandiosa das instituições", acentuou o articulista: "...não há caso algum que justifique o atentado à existência do jornal, seja qual fôr o seu desvio, assim como não há hipótese que determine o ataque à soberania".

Sob a mesma epígrafe, numerados, continuaram, meses seguidos, entrando pelo ano seguinte, os comentários em tôrno da imprensa, com carradas de doutrinação no tocante aos direitos, deveres e ética do jornal e do jornalista. No 58º. artigo dessa terceira série, inserto na edição de 8 de fevereiro de 1894, lia-se, a propósito:

"Não há muito tempo, o nosso colega e redator-chefe foi intimado a comparecer em juízo, a requerimento de membros da diretoria da importante Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, a fim de exhibir o autógrafo relativo à publicação autorizada por individualidades pertencentes à mesma classe que aquela sociedade representa. O artigo não continha expressões indignas da imprensa, mas a diretoria julgou-se com o direito de responsabilizar êste órgão da imprensa ou os autores, cujos nomes não foram publicados".

"Resolveu o nosso colega e redator-chefe não atender à intimação e deixar de comparecer em juízo, recusando-se à apresentação do autógrafo, para que a responsabilidade recaísse exclusivamente sôbre a sua pessoa. Em vez de fugir à responsabilidade, procurando fazer com que ela recaísse sô-

bre os autores da publicação ineditorial, preferiu tornar, desde logo, bem patente que existe no **Commercio de Pernambuco** a perfeita responsabilidade redatorial efetivada perante o direito e a justiça, estendendo-se à seção ineditorial”.

Depois disso, o jornal entrou a divulgar, continuamente, com a assinatura do seu diretor, a seguinte nota solta: “Com a responsabilidade da direção redacional em tôdas as seções editoriais e ineditoriais”.

O articulista de “Imprensa”, dando curso às suas idéias doutrinárias, entremeadas de recriminações, voltava-se, no princípio de junho, contra “as ofensas levianas” da **Gazeta da Tarde** (3), que arremessara sôbre o **Commercio** “insinuações verdadeiramente disparatadas”, no tocante à sua atitude de absoluta reprovação à revolta da esquadra brasileira. Condenou, na edição do dia 30, “mais um deplorável desvio do jornalismo desorientado”; aludindo àquele órgão.

Tendo abordado todos os aspectos da vida jornalística, com seus prós e contras, focalizando e censurando as ameaças e perseguições aos periodistas (4) e aos jornais da oposição, a série “Imprensa” concluiu com o n.º 200 (duzentos comentários!), a 9 de agosto, frisando que a imprensa “paira sôbre tudo quanto se acha instituído no seio da humanidade, porque tôdas as aspirações e destinos se refundem com a mais fulgurante harmonia no seu ideal”.

A emprêsa criou uma edição vespertina, que, estreada a 30 de junho, teve poucos dias de vida (ver pág. 353).

Voltou a manifestar-se a coluna “Imprensa”, com dez comentários, a partir de 16 de outubro, reprovando o fato de o redator-chefe do matutino ter sido chamado ao palácio do governo, para dar explicações, porque divulgara, com antecipação, que o governo iria proibir as festas públicas projetadas

(3) Na sua edição de 8 de junho de 1894, escreveu a **Gazeta da Tarde**, enfadada com “tão monótona doutrinação”:

“Devemos pôr ponto final nas palavras que temos trocado com o **Commercio**, pois já de nós se apodera o medo de que o contemporâneo, exausto do assunto, segure na manilla que involuntariamente lhe estendemos e **realeje** a paciência popular tão cansada com os seus **cento e cinquenta e um** artigos sôbre imprensa”. Frisou, a seguir, que “muito pudor nem sempre é denunciante de virtude”, pouco valendo as suas “pureza de imprensa”, “missão sublime da imprensa”, “princípios santos da imprensa”...

(4) Porque escrevera dois artigos, na parte ineditorial do **Commercio de Pernambuco**, demonstrando a “mediocridade política” de Cupertino Coelho Cintra diante do grande vulto de Martins Júnior no Congresso Nacional, foi o jornalista M. J. Soares Guimarães, a 29 de julho, arrancado do lar e custodiado na Casa de Detenção, pelo espaço de quatro dias.

para o dia da chegada do Rio de Janeiro do líder político José Mariano, de volta da prisão.

Havia, também, fora o artigo de fundo, que tratava de assuntos os mais diversos, a seção “Marca”, destinada a verberar “as manifestações repugnantes do jornalismo”. Muitas vezes foi “marcado” o **Jornal do Recife** e, a partir de 27 de outubro, grandes “marcações” atingiram o **Diário de Pernambuco**, “desnaturado órgão de corrupção”, a propósito do espaldeiramento do povo pela polícia, travando-se, a respeito, dura polêmica.

A coluna “Imprensa” reapareceu, com outra série de comentários, a 20 de dezembro, condenando a destruição da **Gazeta da Tarde**, pela polícia, e enaltecendo Floriano Peixoto, “que deixou o poder sem jamais ter consentido na destruição de um só jornal em todo o país”. No dia seguinte declarava o articulista: “Iniciando o seu plano de perseguições, o ditador chamou redatores à sua presença, prendeu-os, suspendeu jornais, mas não pôde destruir um só até 15 de novembro !”

Nôvo preço de assinaturas estabelecido a partir de 1895: trimestre — 5\$500; para fora da cidade — 6\$000.

A seção “Imprensa” extinguiu-se com o comentário de 8 de janeiro de 1895, todo êle dedicado ao reaparecimento da **Gazeta da Tarde**, com palavras de extrema simpatia ao colega e de acres censuras ao “governo inimigo da liberdade”. Prosseguiu, contudo, a “Marca”, que empreendeu dura campanha contra o vespertino **O Estado**, ao qual chamou, na edição do dia 15, “órgão do jornalismo pornográfico”, travando-se aze-da contenda entre os dois diários, a propósito da política estadual, o que durou vários meses.

Diante do assassinio de José Maria de Albuquerque Melo, diretor d’**A Provincia**, deixou o **Commercio** de circular de 5 a 9 de março, retornando no dia 10, quando verberou o atentado, cuja responsabilidade atribuiu ao governador Barbosa Lima.

Comemorando a data do aniversário de sua fundação, a 21 de março, a fôlha passou a ser impressa em papel róseo, “uma côr — segundo foi publicado — que proporciona melhor acomodação à vista”. Cêrca de um ano depois, voltava ao papel comum.

Em editorial de 28 de junho (1895), lia-se: “O govêrno que desorganiza e infelicita o Estado tem chegado a conse-

quências ruinsas"! E, novamente sob o título "Imprensa", anunciou que "o governo despótico resolveu exercer novas perseguições", citando, a propósito, o caso de os jornais oposicionistas haverem deixado de circular, algumas vezes, devido a ameaças e "falta de garantias de espécie alguma, sob a iminência de todos os perigos".

Ainda em julho continuavam as ameaças à imprensa, por parte do governo, assunto principal do **Commercio**, nem sempre atingido por elas. Mas a situação melhorou no mês seguinte, passando os editorialistas a ocupar-se de assuntos gerais, noticiando acontecimentos regionais e internacionais, tendo admitido, em dezembro, A. Lorette, como correspondente, em Paris, para anúncios. Vinha saindo a crônica literária "Aos domingos", ora sem assinatura, ora assinada por Francisco Augusto Pereira da Costa Filho.

Emprestando, sempre, à Imprensa o melhor lugar entre tôdas as instituições do mundo, o **Commercio de Pernambuco**, em longo artigo sôbre o Ano Nôvo, na edição de 1 de janeiro de 1896, assim se manifestou, em meio a longa série de considerações e augúrios:

"Reflete a imprensa essa benéfica irradiação que o primeiro dia da era nova projeta na humanidade. Consubstanciação das suas energias, das suas grandezas e sublimidades, a imprensa, nos seus anelos de incomparável pureza e bondade, estremece pela sorte do homem, da família, da sociedade e da pátria".

Já Correia de Araújo no governo do Estado, assumiu a propriedade da fôlha, a 20 de maio, Antônio Américo Carneiro Pereira, nôvo dirigente da "Emprêsa Jornalística do Brasil". Nesse mês e durante julho foram desferidas mais dezenove "marcas" contra o **Jornal do Recife**.

Em princípio de agôsto, a direção ofereceu um prêmio de 20\$000 ao autor de pequeno conto original que fôsse "digno da imprensa, escrito perfeitamente de acôrdô com o programa do **Commercio de Pernambuco**", a juízo da redação. Concorreram vários plunitivos, sendo premiado e publicado o conto "Os emigrantes", de França Pereira.

Na qualidade de redator especializado, Euclides Fonseca vinha escrevendo seguidas crônicas musicais. E desde o princípio do ano, aparecia, diàriamente, uma nota redacional sob o título "Açúcar", em defesa dêsse produto, campanha que continuou até o fim do ano seguinte, além da seção "A Lavoura".

A "Marca" do dia 8 de dezembro dizia que o **Commercio** estava sendo objeto de perseguição, no Fôro, "pela inversão

acentuada das formalidades processuais para atender-se a inconfessáveis interesses". Pretendia-se que o jornal deixasse o prédio onde se achava instalado havia cinco anos, sem a mínima indenização de bemfeitorias no valor de alguns contos de réis. Ocorreram "marcas" contra o desembargador Joaquim da Costa Ribeiro e outros juizes do Tribunal de Justiça, cuja maioria votou favoravelmente ao despejo. Assim é que, dada a edição do dia 27, sob protesto "por perdas e danos" contra "a ação iníqua", transferiu-se a empresa para a rua Duque de Caxias n.º 33, onde ficaram instaladas a redação e oficinas.

Ressurgiu o matutino a 10 de janeiro de 1897, tendo a assinatura trimestral majorada para 6\$000 "in loco" e 7\$000 fora da cidade, sem mais alterações. A partir de fevereiro, iniciou Pereira da Costa Filho a crônica diária "Casos e Coisas", abordando temas os mais diferentes, inclusive internacionais e Literatura. Estêve a seu cargo, igualmente, a "Crítica Teatral".

A "Marca" de 19 de maio, em tipo 12, negrito, denunciava, sensacionalmente, que "os deputados do Congresso do Estado apresentaram um projeto aumentando o número e elevando de 20\$000 para 30\$000 os subsídios diários, quando deviam renunciá-los".

Numerosos editoriais foram dedicados à guerra de Canudos, até a vitória da legalidade, conseguida em outubro, pelo General Artur Oscar, que mereceu grandes encômios do articulista e retrato com alegoria na primeira página.

Durante os meses de agosto e setembro, travou-se sério debate com **A Província**, principalmente com o respectivo redator-chefe, Artur Orlando, tendo Pereira Júnior ressaltado serviços que prestara, nas "crises mais angustiosas" da existência daquele jornal, que o vinha atacando, sem motivo aparente, com "depravação de linguagem".

Na edição de 16 de dezembro veio a criar-se a seção "Por alto", "um pouco de fantasia", destinada a amenizar o prosaísmo da nossa vida burguesa, salpicada, aqui e ali, de politicagem pequenina e ridícula". Começada por **Orestes**, teve a assinatura, alternadamente, de **Pylades**, pseudônimos, respectivamente, de Olimpio Galvão e Celso Vieira. O segundo dos cronistas, ao apresentar-se, no segundo dia, escrevera: "**Orestes** fêz um aceno à fôrça de meu braço, um apêlo ao vigor do meu espírito para combates da idéia", concluindo: "Aqui estou, leitores, aqui estou e vos aperto a mão com a franqueza e a lealdade próprias do maior amigo de **Orestes**".

Crônicas leves, do melhor sabor literário, não passaram, contudo, dos primeiros meses do ano seguinte.

Nôvo redator foi admitido a 19, ainda de dezembro: Francisco Nogueira de Sousa. E pela primeira vez, na edição de 25, o **Commercio de Pernambuco** exibiu alegoria de Natal, que ocupou toda a página de frente, em homenagem ao nascimento de Cristo. O mesmo foi feito nas edições de Ano Nôvo e de 6 de janeiro de 1898, em honra dos Reis Magos, êste último desenho assinado por G. F. Barbosa, possivelmente o autor dos dois anteriores, dada a semelhança do traço a crayon, todos de grande efeito. A 3 de fevereiro ocorreu uma edição especial, dedicada às solenidades da aposição da placa comemorativa, na Praça da Soledade, da morte de Nunes Machado, o mártir da Revolução Praieira de 1848-49.

As "Marcas" voltaram-se, novamente, contra o **Jornal do Recife**, que não tinha, conforme a de 6 de março, "o procedimento correto do **Diario de Pernambuco**".

A 21 do referido mês, grande alegoria, desenho de Eduardo Fonseca, na primeira página, assinalou o 6º. aniversário do órgão, ladeada de motivos de jornal, tendo ao centro retratos dos redatores principais: Pereira Júnior, Celso Vieira, Adelino Costa e Olimpio Galvão. Na segunda página distribuíam-se cinco diferentes comentários sôbre a data, um dos quais dizia que o **Commercio de Pernambuco** era o reduto onde se acastelava "a imprensa contra as perversões de toda natureza", adiantando que a travessia fôra "muitas vêzes procelosa, raras vêzes serena, pelo revôlto mar da publicidade".

Logo mais, por motivo de somenos, era afastado o poeta Celso Vieira, assim "marcado" na edição de 27 de março: "mais um Judas expulso desta redação".

Três dias após, o primeiro editorial considerava finda a direção redacional atuante desde a fundação da fôlha, agradecendo os serviços prestados por vários confrades, entre êles Aires de Albuquerque Gama e Machado Dias.

Ligeiramente suspenso, reapareceu o **Commercio de Pernambuco** no dia 5 de abril, "inteiramente refundido e unicamente inspirado nos princípios que regem a imprensa livre e digna". "Despido de ódios", apresentava como bandeira o "ramo de oliveira, símbolo da paz e da concórdia, êsses dois fatores poderosíssimos da grande obra da imprensa". Sem ligações político-partidárias, reservava-se, todavia, o direito de "acompanhar de perto os acontecimentos políticos, estudando-os, discutindo-os, comentando-os, sempre dentro dos limites" traçados, "na defesa sagrada dos direitos e interesses do

povo e da pátria”. Dedicar-se-ia, especialmente, ao comércio e à lavoura, fomentando-lhes o progresso, salientando as suas necessidades e, enfim, impulsionando-os. Proporcionaria aos leitores matéria variada, pondo-os “ao corrente do movimento e do progresso do mundo civilizado”. Para isto, a par de competente corpo redacional, escolhera excelentes colaboradores e ativos correspondentes telegráficos.

Assinada por T. F. (Teotônio Freire), surgiu, nesse primeiro número da nova fase, a crônica “De alto a baixo”, uma “seção endiabrada, que, à feição da figura satânica da cate-dral, rirá constantemente da sociedade, pelo que ela tiver de risível e de tolo. Será um riso entre sério e jocosos, agora ritus de lábio em agonia, depois sorriso indulgente, outras vèzes gargalhada franca de prazer, ou nervosa, de dor e desalento”. “Nada de pesados estirões, nem de dogmatismos enfatuados; frase leve e concisa como um aforisma de Hipócrates”.

Dizia ainda T. F.: “Haverá, sobretudo, a necessidade de satisfazer a todos, desde o negociante ali da esquina, que desejará que os seus vinhos sejam anunciados, de sorte a pensar-se no Chypre espumoso e opalino, que serviam as escravas das hetairas nos banquetes gregos, até a senhorita Z., que suspirará de desgosto e morderá a polpa do lábio, em raiva surda, se não se falar em sua belíssima *toilette* veludo granada, com arrepanhos de ramos de lilaz, ou de cetim creme enfeitado a rosas vermelhas, com que se tiver apresentado num dos aristocráticos bailes do Internacional”. Em conclusão: “Mas de entre a pilheria que casquina e a ironia que freme, procurarei salvar sempre da onda do tempo, que passa veloz, aquilo que trouxe o sêlo de duradouro, de bom, de civilizador, de utilitário, tendo como lema para esta seção, despretensiosamente escrita, sem cuidados em labores da forma, nem torturas do estilo, a significativa divisa de Saint-Beuve — a Verdade”.

Outra seção de crônicas intitulou-se “Vespas”, cujo autor, C. V., ou seja, Celso Vieira, que, na nova fase, voltara ao corpo redacional, declarava serem “inofensivas”, adiantando: “Senhores: torna-se imprescindível uma fuzilaria violenta, uma campanha incessante, no livro, no panfleto, no jornal, contra os males, os vícios e os ridículos da época. Dardos, azagaias, setas, farpas e chuços, tudo serve, tudo convém. Retesai o arco e despedi a flecha” (5).

(5) Numa de suas “Vespas”, escreveu Celso Vieira, a 27 de abril: “... a leitura gratuita de uma fôlha, que um vizinho condescendente empresta, é o aflitivo mal de tôdas as emprêsas jornalísticas, mal sem cura e sem alívio. Cada publicação diária possui, na média, vinte leitores em

Uma terceira seção, mas de versos de sete sílabas, apresentou-se na primeira página, sob o título "Variações", a cargo de **Yetim** (pseudônimo de Teotônio Freire). Pereira da Costa Filho iniciou a série de artigos "Mais uma guerra", continuando, logo mais, com as "Notas do dia". Seguiram-se, na segunda página, notas e anedotas ou versinhos intitulados "De tôda parte". Depois, as "Notícias", em matéria batida, e as "Solicitadas", começando os anúncios na terceira página, em cujo rodapé vinha a seção "Comércio", não faltando, igualmente, o folhetim, com romance da atualidade, como acontecia desde o primeiro número.

Tendo como diretor-proprietário Francisco Nogueira de Sousa, o corpo redacional ficou assim constituído: Alcedo Marrocos, Teotônio Freire, Celso Vieira e Pereira da Costa Filho, depois entrando José Henrique e, mais tarde, Miguel Barros. Ocupou a gerência José Gitirana.

Tornou-se o matutino quase que exclusivamente literário, salvantes o indefectível artigo de fundo e o noticiário. Não faltavam a prosa e o verso dos redatores, secundados por outros poetas, como França Pereira, B. Lopes, Costa Neto, Alfredo de Castro, Aristeu de Andrade, Cruz e Sousa, Raimundo Correia, Faria Neves Sobrinho, Manuel Viotti, Alfredo Duarte, Domingos Magarinos e Olavo Bilac.

A partir de 23 de maio, passou a circular ininterruptamente, sem excluir as segundas-feiras e os dias seguintes aos feriados e santificados, prática que só durou até 6 de setembro, quando os tipógrafos e revisores se levantaram, exigindo o restabelecimento da folga nos dias consagrados ao descanso, a exemplo do que ocorria nos outros jornais.

No segundo semestre de 1898 ocorreram algumas modificações, afastando-se o gerente e Celso Vieira, cuja seção "Vespas" já não aparecia desde junho. A 2 de setembro suspendeu-se, novamente, a publicação, para voltar quatro dias depois, completamente refundida em sua parte gráfica, adotando tipagem nova. Em nota redacional, declarava:

"Dentro da órbita de seu programa, o nosso jornal será um operário humilde, mas perseverante na obra difícil e

cada assinante ou comprador. Entre nós, o fato assume caráter epidêmico". E acentuou:

"Ordinariamente, corre-se à esquina, à loja do cabeleireiro ou do perfumista, assinantes do **Commercio**, por exemplo, e aí devora-se a rica maionese dos telegramas, sorve-se o vinho oloroso do "Alto a Baixo", mordisca-se o pomo rubicundo e virgem da estrofe inédita, engole-se o noticiário, com a maior ligeireza e sem o menor escrupulo".

patriótica de regeneração dêste querido pedaço do solo brasileiro tão digno de melhor sorte”.

Não se alterou a direção, mas foi retirada do Expediente a nominata dos redatores. Perduravam, entretanto, a seção de Teotônio Freire e os artigos de Pereira da Costa Filho, sendo então revisores M. Cavalcanti e Pedro Celestino. Apresentou a seguinte tabela de assinaturas: na cidade: semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; fora da cidade: ano — 25\$000; semestre — 14\$000; depois, 13\$000.

Tornou-se o órgão quase que somente noticioso, sem excluir os Atos Oficiais, posta de lado a colaboração literária, que ficou restrita aos domingos, quando apareciam versos, ora de Afonso Guimarães, ora de Fontoura Xavier ora de Carlos Dias Fernandes, Gonçalves Crespo, Miguel Barros, Alcedo Marrocos, Teotônio Freire, França Pereira, Paulo de Arruda, Edwiges de Sá Pereira e outros.

No ano seguinte, após a edição de 28 de março de 1889, o **Commercio de Pernambuco** suspendeu a circulação, para, novamente, mudar de prédio, o que fêz, estabelecendo-se, com redação e oficinas, à rua 15 de Novembro (atual do Imperador), n.º 43. E voltou à luz no dia 5 de abril. Criaram-se novas seções aos domingos, como “A la diable”, por T. F.; “Dardos”, de Miguel Barros, e “Faulhas”, por S., aparecendo poemas em italiano, de F. Marotti, e versos humorísticos de **Fanfreluche**. Vieram, após, as crônicas de **Falex** e as de **João Braz** (“Reparos”).

Tendo Correia de Araújo renunciado o governo do Estado, seu substituto, o senador Sigismundo Gonçalves, não mereceu as boas graças do matutino, que passou a criticar-lhe os deslises, mantendo polêmica, em consequência, com o **Jornal do Recife**, que o refutava através da “Coluna Republicana”, isto desde o meado do ano, com ligeiras interrupções.

Na edição de 4 de janeiro de 1900, primeira do ano, quando a fôlha se apresentou em formato máximo, páginas de sete colunas, veemente editorial condenou as provocações policiais verificadas desde as vésperas do pleito parlamentar de 31 de dezembro, que cumularam com os acontecimentos do dia 1, por ocasião do incêndio do Mercado Coelho Cintra, do Derby, quando foi prêso e humilhado o Coronel Delmiro Gouveia. Tamanho fôra o aparato policial que os jornais oposicionistas não puderam circular no dia 3.

Prosseguindo a pendenga com o órgão de propriedade do governador, iniciou Alcedo Marrocos, a 9 de fevereiro, uma série de artigos assinados, de grande efeito, repelindo censuras a propósito de sua conceituação sôbre governos socialis-

tas, em que incluíra a administração de Pernambuco, o último dos quais, datado de 21, desafiava Sigismundo Gonçalves, como autor identificado dos artigos do **Jornal do Recife**, a apor-lhes a assinatura, após o que colocaria sua vida privada à disposição dêle, para que a retalhasse, contanto que lhe concedesse a mesma faculdade. Aí, porém, terminou a discussão.

No dia seguinte, um editorial referia-se ao “governicho desabusado do nosso Estado”, não havendo mais trégua, pelo tempo afora, na campanha anti-governista.

Apareceram poetas na primeira página, tais como Demóstenes de Olinda, Carlos Pôrto Carreiro, Augusto de Oliveira, Gaspar Uchoa, etc. O corpo redacional alterara-se, em parte, permanecendo Alcedo Marrocos e Teotônio Freire, ao lado dos novos: Laurino de Albuquerque e Francisco Alexandrino.

Sob o título “Carnaval de palanque”, a edição de 25 de fevereiro encheu duas páginas totais de piadas, versos satíricos e trepações políticas, ilustrando-as com bonecos carnavalescos.

Em artigo intitulado “Cinco de abril”, comemorativo do segundo aniversário da nova fase, escreveu a redação, após salientar que sôbre o jornal se abateu o guante de ferro que pesava sôbre os pernambucanos:

“Contra a nossa audácia, de rebeldia aos mandões da terra, levantou-se todo o poderio dos **grandes** situacionistas para tornar mais pesado e dorido o longo caminho dêsse Calvário da imprensa. Não se passa um só dia sem que tenhamos uma nova agrura, um nôvo espinho a acrescentar às dificuldades que nos antolham, como se os nossos inimigos, que são os mesmos da prosperidade da pátria, julgassem possíveis obstáculos que se antepusessem à nossa Convicção, barreiras que limitassem a nossa Fé!”

Antes de findar, todavia, o mês de abril, verificada a sucessão governamental, cessou a campanha política.

Tomou rumo diferente a existência do **Commercio de Pernambuco**, desaparecendo de suas colunas, pouco a pouco, a matéria mais interessante e aumentando a quantidade de anúncios. Ainda circulou vários meses, sem mais atrações, até que, a 30 de dezembro de 1900, saíu o n.º 292, sua última edição (**Bib. Pub. Est.**).

A REPÚBLICA — Órgão Político, Literário e Noticioso — Publicou-se o primeiro número no dia 2 de junho de 1892, obedecendo ao formato do **Jornal do Commercio** extinto e impresso na mesma tipografia, que mudou, porém, de proprie-

tários, sendo idêntica a tabela de assinaturas, vendido o número avulso a 60 réis. Redator principal — Alfredo Falcão. Ao contrário da fôlha substituída, a primeira página d'**A Republica**, que se tornou diário da tarde, apareceu repleta de anúncios, assim como a quarta, ficando a matéria redacional nas do centro.

O artigo de apresentação, calcado no lema republicano, após aconselhar “religiosa observância de todos os salutaros preceitos de nossa lei constitucional”, assim concluiu: Não vimos pregar os princípios republicanos, desde que já estão eles proclamados e reconhecidos pela lei escrita. Vimos, porém, combater pela efetividade desses princípios, pela vigorosa aplicação das leis que os adotaram. Assim, todos os governos sinceros na observância dessas leis terão o nosso mais completo apoio; do mesmo modo que não daremos quartel a quem quer que pretender, consciente ou inconscientemente, desacreditar o sistema que nos rege. O respeito à lei do país e a verdadeira orientação republicana que nela se baseia — eis o programa d'**A Republica**”.

Iniciando a “Parte Noticiosa”, lia-se, num breve comentário, que o vespertino se empenharia em colocar os leitores “a par de tôdas as ocorrências cotidianas e em condições de se acharem bem orientados sôbre os sucessos mais importantes” que se fôssem verificando. E acentuou: “Apesar da franca atitude política da nossa fôlha, nos comprometemos a imprimir o caráter de maior imparcialidade às notícias e informações inseridas nesta seção”.

Dois dias após, a redação dirigiu um “apêlo à imprensa”, cuja “falta de patriotismo” alimentava o ódio, achando-se dividida “em dois campos diversos: — os jornais do grupo que governa, justificando os desatinos dos seus amigos, e os da oposição blaterando contra os que exaurem os cofres públicos e deixando antever aos correligionários a esperança de exaurirem-no muito mais”. Findou conclamando a imprensa de Pernambuco, em geral, a apoiar “a administração moralizada” de Alexandre José Barbosa Lima.

Circulando regularmente, o bem arranjado diário divulgava boa matéria, constituída de editoriais assinados pelo redator principal; noticiário variado; telegramas (extraídos dos matutinos); o comentário “Notas avulsas”; “Passa-Tempo”, a cargo de Carrasco Pernambucano, e, a começar do dia 8, o “Carnet de Modas”, por Cordélia (pseudônimo de Júlio Pires Ferreira), que se inseria duas vezes por semana e tratava de “coqueteria feminina, detalhando de visu tudo quanto as nossas elegantes entenderem vestir para se apresentarem nos

bailes, nos teatros e nas ruas". Outras seções surgiram depois, como a "Crônica alegre", os versos "Primas e bordões", de **Violino**, e, por fim, "Mosquitos", de sátiras políticas, assinadas por **Janin** (travesti de Alfredo Falcão). A 26 de junho entrou a divulgar atos oficiais.

A Republica apoiou o governo de Alexandre José Barbosa Lima, defendendo-o, sobretudo, de acusações do **Jornal do Recife**, com o qual manteve prolongada polêmica, inclusive no campo da política federal (1*). Mas, por outro lado, não deixou de dedicar algumas colunas à Literatura, transcrevendo contos de escritores célebres e divulgando poesias de autores locais, como Demóstenes de Olinda, Domingos S. Leão de Barros Rêgo, Teotônio Freire, Epaminondas de Albuquerque, José Lima, Carlos Mariz, Pinto de Abreu, Elias Viana, Severino B. da Silva e João Diniz, além de artigos de França Júnior e França Pereira e trabalhos sobre Medicina, pelo dr. Carneiro da Cunha.

A 24 e 27 de setembro, veio a publicar longos artigos de Aníbal Falcão, conclamando o eleitorado a que apoiasse a política do governo estadual nas eleições em expectativa.

Jornal bem redigido, com certo bafejo oficial, não pôde, todavia, prolongar sua existência, que se extinguiu com o n.º 110. de 15 de outubro (**Bib. Pub. Est.**).

GAZETA DO RECIFE — Vespertino de lisonjeira feição gráfica, formato grande, quatro páginas de seis colunas, surgiu na arena da imprensa a 1.º de agosto de 1892 (1), apresentando bela vinheta sobre o título, êste em letra gótica, colocado em primeiro plano do desenho o emblema republicano.

Com redação, escritório e tipografia situados à rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 43, cobrava 3\$000 por assinatura semestral, acrescidos de 1\$000 para fora de cidade, custando \$060 o número avulso. Linha de publicidade — \$060; de anúncios — \$040; repetições — \$020. O expediente acrescentava: "Só se recebem cartas franqueadas".

"Esta fôlha — lia-se no artigo-programa — é uma publicação diária de informações úteis, leitura escolhida, notícias e anúncios, onde o público encontrará em resumo, feito

(1*) Em comentário de 15-10-1892, afirmou **A Republica** que o **Jornal do Recife** era monarquista, republicano e neutro, acrescentando: "Monarquista quando escreve o snr. Marrocos. Republicano quando exhibe-se o snr. Martins. E neutro quando comparece o snr. Sigismundo.

(1) Das edições correspondentes a 1892, só foi possível encontrar a de estréia e o n.º 15, de 18 de agosto.

com imparcialidade, o que de mais importante suceder **urbe et orbe**. Encetando esta publicação, temos em vista manter no jornalismo da nossa cidade uma fôlha completamente imparcial, sem compromissos nem ligações de espécie alguma, onde todos poderão inserir sem restrições os seus escritos, quaisquer que sejam suas opiniões políticas ou religiosas, mas concebidos aquêles em linguagem moderada, decente, sem injúrias pessoais e com a responsabilidade do escritor. Também com esta publicação temos igualmente em vista oferecer ao negociante e ao industrial a vantagem de poderem anunciar os produtos de sua indústria ou comércio por uma retribuição comodíssima”.

Adotou o sistema de anúncios na primeira página (continuados na quarta), com um rodapé intitulado “Variedades”. Abria a segunda o “Almanack”, seguido de “Efemérides”; “Instrução popular”; editorial; noticiário; a seção “Sob as gambiarras”; poesias de J. B. Regueira Costa e José de Vasconcelos; “Humorismo”, por **Zequinha**; “Enciclopedia”; “Recreações cotidianas”, etc., prosseguindo a matéria na terceira página. Dias depois, iniciava-se, ocupando igual espaço, ao pé das duas últimas páginas, em tôda a largura, um romance, seis páginas em cada número, três de cada lado, em ponto de recortar, dobrar e encadernar.

A publicação continuou regularmente, pelo menos até 23 de agôsto (2).

O n.º 1, ano II, circulou a 2 de janeiro de 1893 (3), com editorial de saudação ao Ano Nôvo, que iria marcar, para a **Gazeta do Recife**, o segundo da sua existência na imprensa pernambucana”. E prosseguiu, ininterruptamente, mantendo as mesmas características das edições do ano transato e o mesmo programa de órgão absolutamente apolítico. Colaboração, em prosa e verso, de Horácio Honório, **Gregório Júnior** (pseudônimo de João Gregório Gonçalves), Almeida Cunha (um dos redatores), F. G. Castelão, Demóstenes de Olinda, Gil de Assis e **Zero** (pseudônimo de Barbosa Viana). Divulgava, igualmente, telegramas (extraídos dos órgãos matuti-

(2) Na sua seção noticiosa, escreveu o **Diario de Pernambuco** de 24 de agôsto: “**A Gazeta do Recife** iniciou, ontem, um melhoramento notável na imprensa jornalística, não só do Estado como de tôda a República, publicando, hábilmente tipografada, uma polca escrita e composta pelo nosso inteligente colega Artúnio Vieira”.

(3) Alfredo de Carvalho não fez qualquer referência às edições da **Gazeta do Recife** de 1892. E, errôneamente, registou que a fase iniciada a 2 de janeiro de 1893 tinha ligação com o periódico de nome idêntico que existiu no ano de 1883 (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. VII).

nos). “Dias felizes” era o título das notícias de aniversário natalício. Não faltaram seções humorísticas, sobretudo as “Recreações cotidianas”, em versos, vindas da edição de estréia.

A partir de 30 de maio, G. M. (Gonçalves Maia) escreveu a crônica “Uma nota por dia”, mas foi rareando no terceiro mês, até encerrá-la com a de 15 de setembro. Nessa data, “em vista da falta absoluta de trôco, o preço do exemplar subiu para 100 réis.

Em artigo de condenação às polêmicas e ao anonimato, prática essa que se anunciava prestes a ser abolida pelos jornais da capital, dizia a **Gazeta do Recife**, na sua edição de 24 de outubro:

“As polêmicas entretidas na imprensa, para desabafos, para extravasamento de bilis e excitações nervosas, devem ser abolidas; não podem continuar a ser inseridas em fôlhas que entram no lar doméstico com fins altamente nobres. Ao público legente não interessa conhecer fatos da vida privada de um cavalheiro qualquer. Os negócios de família, os interesses prejudicados, os agravos à honra devem ser discutidos por meios enérgicos, entre os contendores prejudicados, nos tribunais ou pelas armas, queremos admitir, e nunca pela imprensa, criada para desempenhar missão muito mais altruística”. Concluiu fazendo um apêlo “aos colegas e à digna classe tipográfica”, contra tal espécie de jornalismo.

Só na edição de 30 de outubro começou a figurar no cabeçalho: Fundador — José de Vasconcelos; editor — Artur de Melo; êste último tornou-se, depois, proprietário e redator.

Nova feição foi dada ao vespertino a partir de 9 de dezembro, quando se transferiu a matéria redacional para a primeira página, o que durou pouco, pois voltou à forma primitiva a 22 de janeiro de 1894.

No período de 15 a 21 de dezembro, a **Gazeta** deixou de circular, como gesto de solidariedade com **A Província**, que fôra suspensa, arbitrariamente, por ordem do governo federal. Publicaram-se, durante o ano, até 30 de dezembro, 288 edições.

Logo ao iniciar-se 1894, foi modificada a tabela de assinaturas, que ficou assim organizada: ano — 15\$000; semestre — 8\$000; trimestre — 4\$500. Pelo Correio, êsses preços eram majorados, respectivamente, para 17\$000, 9\$000 e 5\$000. As “Solicitações” e “Indicações” subiram para \$100 por linha, cobrando-se \$060 pela de anúncios.

Surgiu, à época, nôvo colaborador, em prosa quase diária — Ismael; e os poetas, menos José de Vasconcelos, tiveram

substitutos, como, entre outros, Manuel Arão, Honório Monteiro e Augusto Aristeu, também feito redator.

Órgão independente, jamais se imiscuindo nos problemas da política partidária, a **Gazeta do Recife** não deixou, todavia, de sofrer vexames. A 23 de fevereiro, cerca de uma hora antes de sair a edição do dia, foi detido, quando em sua banca de trabalho, o redator Gaspar de Meneses, sendo pôsto em prisão incomunicável, enquanto o editor Artur de Melo era intimado a fechar o edifício e suspender a circulação do jornal, tudo sob pretexto de “uma diligência”. Sucedeu que, em suas colunas, fôra publicado, um dia antes, nas “Solicitações”, o artigo “Partido Autonomista”, com apelos ao eleitorado e assinado por José Maria de Albuquerque Melo, que, estando foragido, o mandara do “Ôco do Mundo”, e a Polícia queria “apalpar” o original, a fim de ver se lhe descobria a procedência. No dia seguinte, voltou a normalidade, sem que houvesse durado a prisão mais do que algumas horas.

A 16 de abril o funcionário do escritório Ernesto de Vasconcelos foi substituído por Euzébio Alves da Costa. Em maio, a fôlha começou a publicar alguns telegramas próprios, enviados do Rio de Janeiro, por correspondente especial; e a 1.º de junho, em virtude de consertos na máquina impressora, teve que adotar formato tabloide, só com quatro páginas, as duas primeiras de matéria redacional e as últimas de anúncios. A empresa anunciava haver encomendado, no exterior, grande remessa de material tipográfico, a fim de dar, também, uma edição matutina, o que não se concretizou. Ocupava a administração das oficinas Alfredo Gomes.

Três quinzenas após, precisamente a 16 de agosto, voltou a **Gazeta** ao tamanho anterior e à feição inicial, mês em que empreendeu sua primeira e veemente campanha jornalística, tendo como objetivo o jôgo de azar nos clubes, que vinha pervertendo a mocidade, campanha que resultou em ameaças aos redatores.

Mais algum tempo, e o vespertino encerrou sua existência com o n.º 226, de 10 de outubro de 1894. Foi um dos seus redatores, também, Júlio Falcão (**Bib. Pub. Est.**).

A TARDE — Tendo como redator-principal Artúrio Vieira, com escritório e redação à rua do Imperador n.º 75, impresso na Tipografia Miranda, situada à rua Padre Nóbrega ns. 18 e 22, surgiu êsse diário a 1.º de dezembro de 1892, em formato grande, quatro páginas e tiragem inicial de 800 exemplares. Obedecia ao **slogan** “Tudo pela pátria!” A primeira página abriu com o Expediente, apresentando a seguin-

te tabela de preços: assinatura mensal — 1\$000; trimestre (para o interior ou Estados) — 4\$000, mediante pagamento adiantado; número avulso — 60 réis. Publicações de interesse particular: linha — 40 réis; anúncios, por centímetro: mês — 300 réis; quinze dias — 200 réis; uma vez — 80 réis; repetições, pela metade, assuntos, êsses, que eram tratados, no escritório, com Alfredo Alves. Constava, igualmente, a oferta de prêmios ao gazeteiro que vendesse mais exemplares cada mês. Além disso, a primeira página continha anúncios, mas reservou o rodapé para o folhetim, a princípio assinado por Paulo de Arruda, outro redator, ao qual se juntou, no quinto número, Ribeiro da Silva.

O editorial de apresentação, abrindo a segunda página, sob a epígrafe “Ao povo”, dizia, inicialmente: “**A Tarde** propõe-se a dizer a verdade inteira, sem reбуçar, guardando só as conveniências que a moral manda guardar, e não descendo jamais ao triste recurso do desenfreamento de linguagem em falta de argumentação sólida, inamovível”.

Defenderia os interesses do povo, estudando as necessidades públicas, esforçando-se “pelo bem e pelo progresso”. Concluiu: “O marinheiro ousado, no século das conquistas, atirava-se aos mares incógnitos em busca de novos países, em busca de fortuna; **A Tarde** é como o marinheiro ousado: atira-se ao revólto mar da publicidade, procurando êsse eldorado: o bem da pátria, a felicidade do povo”.

A seção “Revistinha”, encabeçando o noticiário, adiantou que a fôlha se propunha “a recriar, instruir e ser útil, por todos os meios, ao público”. Seguiu-se a agenda das seções, a saber: “Sob as gambiarras”; “Livros e...”; “Luz ao povo”; “Escrínio” (sonetos); “Ecos”; “Arena” (charadas) e “Mala-posta” (crônica), ambas da autoria de **Parlante**; “Gracôlas”, por **Zequinha**, assessorado por **Nero** e **Paulo Robles**; “Carnet” e “Salve”, esta última compreendendo o registo de aniversários natalícios. Anúncios encerravam a terceira página e enchiam totalmente a quarta, nelas se abrigando, também, paginado em forma de livro, para recortar e encadernar, o romance “Sua majestade, o Vicio”, de Artúlio Vieira.

Sob o título “**Vivre au grand jour**”, iniciou **A Tarde**, com as seguintes palavras, o seu editorial de 7 de dezembro: “Não fazemos da política o nosso fim exclusivo, mas de quando em quando, por desfastio, mergulharemos um pouco no lodo da politicagem de nossa terra, a ver se, no fundo, onde tudo quanto pesa, por uma lei natural, sedimenta-se, encontramos alguma pérola”. E aludiu à instabilidade da política bra-

sileira, “especialmente pernambucana”, esta “sôbre a cratera dum vulcão prestes a explodir”.

Depois, no dia 15, focalizava o pleito eleitoral a ferir-se no Estado, para a escolha de três senadores e um deputado federais, dizendo que o govêrno, “desonestamente”, forçicava chapas, imprimindo nelas o candidato de **seu peito**”.

Publicando-se regularmente, menos aos domingos, **A Tarde** completou 24 edições a 31 de dezembro, quando desejou “aos leitores, aos amigos, aos colaboradores”, “paz, felicidade, sorrisos”.

Circulou a 2 de janeiro de 1893 o n.º 1, ano II, continuando o mesmo programa politico-literário. Extinguiu, todavia, o rodapé da primeira página. Colaboravam no “Escrínio” os poetas Mário Silva, Manuel Arão, Paulo de Arruda, Ernesto de Paula Santos, Celso Vieira, Jovino Marques, Alfredo de Castro, Sérgio Leitão, **Cordélia Silva** (pseudônimo de Júlio Pires Ferreira), Ribeiro da Silva, Martins Júnior, Cleodon de Aquino, José Lima e Ovídio Filho. Na seção “Luz ao povo”, escreveu Olímpio de A. Galvão a série “Movimento literário do Recife em 1892”.

Enquanto isto, iniciava azêdas críticas à administração de Barbosa Lima, ao prefeito municipal e ao chefe de Polícia. Este proibiu a representação da comédia “Os rabichos”, programada pela Companhia Coimbra, no Teatro Santa Isabel; seu autor — Artúnio Vieira — escreveu largamente, a respeito, condenando a atitude do censor policial, ao mesmo tempo que divulgava n’**A Tarde**, a partir de 12 de janeiro, a peça impugnada. Outro assunto que mereceu vários artigos assinados pelo redator principal foi a reforma do Instituto Benjamin Constant, cujos organizadores — dizia êle — “não entendiam bem do riscado”.

Pioravam, em consequência, as péssimas relações entre o govêrno de Barbosa Lima e **A Tarde**, tanto que o jornalista e teatrólogo Artúnio Vieira, professor primário, foi sumariamente removido para uma cadeira distante da capital.

Depois de haver noticiado violências contra redatores de outros jornais oposicionistas, escrevia o bravo órgão, em seu n.º 25, de 31 de janeiro: “Talvez, quem sabe, a última palavra dêste artigo seja escrita com o nosso próprio sangue; talvez que, em dado ponto dêle, tenhamos de fazer reticência, ai! e uma reticência eterna como a imortalidade, fria como um cadáver”.

O artigo terminou, todavia, escrito com a própria tinta do tinteiro. A êle seguiu-se outro, sob o título “Ataque à Imprensa”, um de cujos tópicos frisava: “A imprensa, em todos

os países a cuja frente não esteja uma horda de bárbaros, goza das maiores regalias possíveis, mas, entre nós, tolhem-lhe a liberdade quando diz as grandes verdades, isto é, quando não bajula servilmente”.

Depois, vinha uma Declaração, assinada pelos redatores Artúnio Vieira, Paulo de Arruda e Ribeiro da Silva, na qual se lia: “Temos ciência de que, no **alto conselho** dos inimigos da pátria, foi ontem elaborado o projeto de extinção d’**A Tarde** por meio de latrocínio. Já ontem, alguns dos nossos operários recusaram-se a trabalhar por instinto de conservação; hoje essa recusa redobra, em vista do que já está no espírito público”.

“Se **A Tarde** funcionasse em oficinas próprias, teríamos gosto em continuar sua publicação, até que no-las arrasassem; mas assim não acontece; as oficinas são propriedade dum honrado artista e por isso um homem que outro bem não possui que este, e é nosso dever evitar o completo aniquilamento dessas mesmas oficinas” (1).

Após acentuar que o vespertino suspendia “sua publicação até que uma imprensa independente possa existir em Pernambuco”, concluiu: “Um dia, que não vem longe, **A Tarde** ressurgirá, para seguir, impassível, sua trajetória; salvo se... antes disso, seus redatores houverem caído como Ricardo Guimarães” (2).

Nada obstante tão incisiva atitude, o vespertino desapareceu, com a edição de 31 de janeiro de 1893, definitivamente (3). Deixou de concluir-se, dessa maneira, a publicação do romance “Sua majestade, o Vício”, já na página 184 (4), e da comédia “Os rabichos” (**Arq. Pub. Est.**).

ESTADO PERNAMBUCANO — Órgão Literário, Noticioso e Crítico — Aparecido a 13 de dezembro de 1892, em

(1) A propósito, escreveu o **Commercio de Pernambuco** de 1-2-1893: “Quer nos parecer que **A Tarde**, impressionada com o ultraje à imprensa, cometido na pessoa do redator da **Gazeta da Tarde**, julgou-se em perigo”.

(2) Poeta português radicado em Pernambuco, foi êle assassinado em praça pública, no Recife, poucos anos antes, quando doutrinava as suas idéias republicanas.

(3) Mero engano a referência a uma edição d’**A Tarde**, de 22-2-1893, feita por Sebastião de Vasconcelos Galvão, à página 74, vol. III, do seu “Dicionário”.

(4) “Sua majestade, o Vício”, que já tinha sido divulgado (1891) em rodapé da **Gazeta da Tarde**, transformou-se em livro em 1893.

formato grande, situadas a redação e oficinas na Praça da Concórdia (atual Joaquim Nabuco) n.º 5, apresentou a primeira e a quarta páginas repletas de anúncios, colocada a matéria principal nas do centro. Anunciava-se o número avulso a 60 réis e a mensalidade a 1\$500, acrescidos de \$300 para o interior do Estado.

Segundo o artigo-programa, pugnaria “pelo interesse comum, deixando postergados os vis insultos políticos”; ocupar-se-ia de “política geral, mas sem ferir individualmente a ninguém”. Procurava inspirar-se nas idéias de Nunes Machado, Castro Alves, Maciel Pinheiro, “tipos perfeitos de acrisolado patriotismo e amor extremo pela liberdade”, concluindo:

“Somos pressurosos em declarar que somos muitos, porque estamos com o povo; que somos ricos, porque nossos haveres são o coração do povo; somos livres, porque vivemos pelas auras santas da liberdade que dimanam do espírito do povo. É dêle, portanto, que esperamos todo concurso”.

Composta em tipos corpo 10 e 12, a edição de estréia mostrou-se bastante variada, incluindo “Ciências e Letras”, seção iniciada por Gomes de Matos (1); versos de Francisco Lobo da Costa; bom noticiário e as seções “Crítica”, “Conselho útil”, “Ditos e Galhofas” e “Avisos” (Bib. Pub. Est.).

Apesar de muito bem apresentado, o **Estado Pernambucano** teve vida brevíssima, não passando do n.º 3, datado de 16 de dezembro (2).

1894

O **COMMERCIO** — Edição da tarde do **Commercio de Pernambuco**, entrou em circulação no dia 30 de junho (1*) de

(1) Mencionado, pelo **Jornal do Recife**, como redator do **Estado Pernambucano**, Joaquim Gomes de Matos escreveu ao primeiro (edição de 15 de dezembro), desmentindo a notícia. Fica, portanto, igualmente, desfeito o equívoco, no mesmo sentido, cometido por Alfredo de Carvalho, nos “Anais”. Foi impossível identificar o corpo redacional do efêmero diário.

(2) Não há, nas Bibliotecas, comprovantes dos ns. 2 e 3. A propósito, registou **A Tarde**, de 19 de dezembro, na seção “Revistinha”: “**Estado Pernambucano** — Faleceu no sábado, de bestialogia. Três dias de existência”.

Esse tão curto prazo foi confirmado por Olímpio Galvão, na mesma **A Tarde**, edição de 17 de janeiro de 1893, ao descrever o “Movimento literário do Recife em 1892”. Alfredo de Carvalho (obra citada) mencionara, por engano, quatro números publicados.

(1*) Alfredo de Carvalho (obra citada) e Sebastião Galvão (obra citada) registarem **O Commercio** como existente “em agôsto”.

1894, em formato de 46 X 32, com quatro páginas, sendo a primeira de anúncios. Nas do centro vinha a matéria redacional, abrindo com editorial, seguido de sueltos, noticiário, telegramas extraídos “do jornal mais antigo desta capital”, colaboração literária única de J. Lucas da Câmara, etc. A quarta dedicava-se também a anúncios e outras publicações pagas. Preço do exemplar — 100 réis.

A iniciativa, fato inédito na vida da imprensa pernambucana, não surtiu resultados, segundo tudo faz crer. Daí porque o vespertino teve curtíssima duração. Foi possível avistar as edições de 2 a 10 de julho, de números 662 a 669, estes idênticos aos das edições correspondentes do órgão-matriz no seu ano III (**Bib. Pub. Est.**).

O último foi publicado a 12 de julho, conforme referência da edição matutina.

NOVIDADES — Diário Noticioso da Tarde — Surgiu no dia 7 de agosto de 1894, obedecendo ao formato de 50 x 33, com quatro páginas a cinco colunas de composição. Redator-chefe — Fernando Barroca; redator-secretário — Paulo da Silveira. Redação e oficinas à rua das Laranjeiras (onde hoje se localiza a avenida Dantas Barreto) n.º 21. Tabela de assinaturas: trimestre — 4\$000; mês — 1\$500; para fora do Recife: semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Saindo fora do comum, como já o fizera antes outro diário, o **Novidades** adotou a esquisitice de aparecer com a quarta página de frente e a terceira de fundo, ficando a primeira e a segunda no centro, nestas duas localizada a matéria redacional.

Lia-se no artigo de apresentação: “Ao repasto comum da Imprensa, vem espontaneamente associar-se o **Novidades**, pedindo o seu quinhão de glórias, se as há, exigindo a partilha de revezes que porventura lhe couberem”.

Vasado embora em os mais modernos moldes da arte de Guttenberg”, vinha à rua “modestamente, sem alamares ofuscantes, nem trompas entontecedoras, visando apenas o apoio do público brasileiro bem intencionado”.

Noutro tópic: “Insubmissamente e sem condições de qualquer natureza que o prendam ou solicitem, o **Novidades** aceita e reconhece a colaboração de todos os matizes e partidos na marcha e gestão dos negócios do Estado, exigindo, apenas, daqueles que forem chamados a exercer os cargos públicos, o respeito à Justiça e a obediência às leis”.

O curioso jornal divulgou, logo a partir do primeiro

número, o romance de Alphonse Karr, "Clotilde", traduzido por Pedro dos Reys, em rodapé da primeira página. A matéria geral constava de editoriais, noticiário, informações úteis, notas diversas, humorismo e telegramas, tudo seguido, sem título ou com títulos quase imperceptíveis. Uma vez por semana apareciam crônicas ou poesias de Olímpio Galvão, Lélío Júnior e raros outros colaboradores.

No segundo mês empenharam-se Fernando Barroca e **Dominó Preto** em polêmica com Pereira Júnior, redator-chefe do **Commercio de Pernambuco**, a propósito da objurgatória dêste último, de que o **Novidades** aviltava a imprensa de Pernambuco.

Num gesto de solidariedade com a **Gazeta da Tarde**, cujas oficinas tinham sido empasteladas, o vespertino suspendeu sua circulação no dia 29 de novembro, só reaparecendo a 12 de dezembro.

Ao iniciar-se 1895, aumentou alguns centímetros na estatutura, continuando sua "trilha de órgão de opinião imparcial e moralizado". No expediente já não figurava o cargo de redator-secretário, depois preenchido com o nome de Luís Gomes, o qual também o exerceu por pouco tempo.

Devido à escassez de moeda divisionária, distribuía-se a fôlha, avulsamente, a partir de março, em troca de cupões da Companhia Ferrocarril.

Além de fazer a propaganda de sua candidatura a deputado estadual, o redator-chefe Barroca praticou tôdas as modalidades de Literatura, em prosa e verso, inclusive, desde a edição de 29 de julho, o romance "A vitimada", de costumes pernambucanos. Usava, também, o pseudônimo **Fanderno**.

Por ocasião do transcurso — 7 de agosto — do seu aniversário, o diário inseriu, nas três primeiras colunas da primeira página, numerosas saudações, em poucas linhas, assinadas por nomes em evidência nas letras indígenas.

Mesmo sem fazer campanha política, não deixou de criticar atos do governo estadual, trocando palavras bem ásperas com o **Diario de Pernambuco**, que o defendia.

Até 31 de dezembro de 1895, publicaram-se 386 números do **Novidades**, que sempre manteve a esdrúxula feição inicial, com a quarta página no lugar da primeira, ficando o cabeçalho colocado em página central.

Segundo Alfredo de Carvalho (1), o vespertino circulou

(1) "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908".

até meados de 1896, o que não foi possível constatar (**Bib. Pub. Est.**).

A **CIDADE** — Diário vespertino, saiu à luz do publicismo, festivamente (1), no dia 5 de novembro de 1894, tendo como redator-chefe Virgílio de Sá Pereira, redatores auxiliares Euclides Quinteiro, França Pereira e Eurico Vitruvius, e gerente Soares Guimarães. Apresentou-se em grande formato de sete colunas, distribuído aos preços de \$100 por exemplar e 5\$000 por trimestre, acrescidas de 1\$000 as assinaturas para fora da cidade. Redação, gerência e oficinas: rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 43.

O artigo-programa, com que abriu a primeira página, pedia “um lugar sob o sol do jornalismo indígena”, dizendo a seguir: “Antes de quaisquer outras considerações, a lealdade nos impele à declaração seguinte: **A Cidade** será um jornal político, o que importa dizer — **A Cidade** será mais um defensor voluntário e gratuito da República, ideal pelo qual se bateram os seus redatores sob o regime passado e pelo qual se baterão no regime vigente, sempre que a ambição, a má-fé ou a ignorância tentar confundí-lo com ditaduras ignóbeis ou com miserandas satrapias incompatíveis com o brio nacional. Do título que adotamos não infira-se que este jornal nasceu para dar satisfação a pequeninas questões de campanário, de mero interesse local, que tão profundamente viciam a ação dos diretores políticos, cujo olhar deve abranger horizontes mais largos e cair sobre os homens e as coisas de cimos mais alterosos”.

Mais adiante, acentuou o editorialista: “Para cumprirmos a missão que gostosamente nos impusemos, com fidelidade e sobranceira, bem sabemos nós que obstáculos amontoarão em nosso caminho os interesses subalternos da política desorientada e anárquica; enfrentá-los-emos com fé”. E depois: “Com a consciência da pureza dos intuitos que nos animam desopressa de sombras, calmas, sem cota de malhas, sem broquéis, sem couraças outras que o nosso amor pela pátria e a nossa fé na República, é que nos resolvemos a pedir um lugar nas fileiras dos que combatem. Aos governados saberemos aconselhar respeito às autoridades legalmente constituídas; a estas pediremos somente — lei e jus-

(1) O aparecimento d'**A Cidade** foi solenizado com um almôço no Hotel Londres, durante o qual foram levantados nada menos de quinze brindes, e um jantar oferecido ao corpo gráfico.

tiça. Para a execução do nosso programa, o Amor será melhor auxiliar do que o Ódio e tanto quanto em nossas fôrças couber, procuraremos unir e não desatar, estreitar e não desunir os laços que prendem não sòmente os Estados entre si como também uns aos outros ligam os homens”.

Com quatro páginas, mais de metade de anúncios e “Solicitações”, **A Cidade** mostrava-se, nada obstante, bem servida de matéria redacional, incluindo seções assinadas, sem faltar o clássico folhetim, iniciado com o romance “O conde de Camors”, de Octávio Feuillet, precedido de juízo crítico do tradutor Pinheiro Chagas.

Não ostentava títulos, senão em uma coluna, tipo corpo 10, o que tornava monótona a paginação, mas constituía uma característica da época. Dentre as seções, destacavam-se: “Raspas de unhas...”, crônica de **Gabino**; “Gangorra”, humorismo em prosa ou verso, por **Paf**; “Chispas”, prosa ligeira, de **Basilio**, e “Narcóticos”, por **Pif**. Virgílio de Sá Pereira assinava “Livros e Autores”, e às vèzes liam-se artigos literários de Clóvis Bevilaqua. As notícias de aniversário natalício eram registadas sob o título “Prolfaças”, e **Seu Coisa** escrevia “Turf do Recife”.

O vespertino começou criticando o govêrno federal, exercido por Prudente de Moraes, passando, logo após, a atacar a administração de Alexandre José Barbosa Lima, no Estado. As consequências dessa atitude não se fizeram esperar, tanto que, na edição de 22, ainda de novembro, dizia uma nota: “... quem não obedece à orientação oficial e tem a audácia de criticar atos do govêrno ou dos seus funcionários subalternos, resigna-se a sofrer as maiores violências”. E denunciou que o questor policial Júlio de Melo Filho, ao encontrar-se, na ponte Santa Isabel, com um distribuidor d'**A Cidade**, o espancou com o guarda-chuva.

Deixou de circular entre as datas de 30 de novembro e 11 de dezembro em sinal de protesto contra o “bárbaro atentado que destruiu a **Gazeta da Tarde** e feriu o seu redator-chefe”, reaparecendo com veemente artigo de condenação.

Sem temer ameaças, **A Cidade** continuou sua campanha de ataques sistemáticos ao govêrno. Em compensação, divulgava, quase diariamente, produções poéticas assinadas pelos valores da época, tais como: Demóstenes de Olinda, Gonçalves Crespo, França Pereira, Eurico Vitróvio, que era também o humorista **Lulu Pelintra**; Paulo de Arruda, Machado Dias, Pedro Botelho, **Raul Bio**, Carlos Mariz, Augusto de Carvalho Aranha, Joaquim Freire, Olímpio Galvão, Teotônio Freire, Homem de Siqueira, José Henrique de Sá Leitão, **Gregório**

Júnior, ou seja, João Gregório Gonçalves; Temístocles Machado e Domingos Magarinos de Sousa Leão, o mesmo **Yoyô Boêmio** da “Ópera Cômica” e, depois, do rodapé “Cá por baixo”.

Em janeiro de 1895, Lúcio de Azevedo ou L. A. assinava as crônicas “Na brecha” e “Teatro de feira”, especializadas em ridicularizar os intelectuais do Grêmio Tobias Barreto. No dia 9 do referido mês ocorreu uma edição de seis páginas, a primeira das quais, circulada, saudava, em grandes caracteres, o reaparecimento da **Gazeta da Tarde**, “denodada companheira da imprensa pernambucana”, lendo-se, em baixo, vibrante editorial, sob o título “O direito de pé”.

Passados os primeiros três meses, retirava-se Virgílio de Sá Pereira, sendo substituído na chefia da redação, a 7 de fevereiro, por Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti. Essa mudança não alterou a posição do jornal, que profligou, com a maior veemência, o assassinio de José Maria de Albuquerque Melo, diretor d'**A Provincia**, tendo deixado de circular a 5 de março, dia seguinte ao do atentado, em sinal de protesto. Divulgou, todavia, um boletim sobre o acontecimento.

A edição de 13 de abril foi apreendida e rasgada, com ameaças de morte ao redator-chefe, o mesmo sucedendo a 26 de junho, incluindo o espancamento de gazeteiros por policiais disfarçados. Dessa vez ficou o vespertino suspenso, por falta absoluta de garantias — os redatores perseguidos, alguns foragidos, a casa residencial do chefe da redação vigiada durante o dia e cercada à noite, — só voltando a circular no dia 2 de julho, a primeira página circulada de tarja, assim permanecendo pelo espaço de uma semana, por motivo do falecimento do Marechal Floriano Peixoto.

Na mesma data, e por dias seguidos, ocupando metade da segunda página, divulgou o gerente Soares Guimarães, com sua assinatura, sensacional balancete, intitulado “Escriturando para o futuro”, ou seja, uma conta-corrente entre a “ditadura do Estado” e o signatário, por “prejuízos morais e materiais” causados a **A Cidade**, os quais foram enumerados no “deve”, restando ao autor grande saldo no “haver”, a ser descontado no futuro.

Com o afastamento de Homem de Siqueira (2), nova modificação sofreu o corpo redacional, a 9 de julho, nêle

(2) Comentando a retirada do redator-chefe d'**A Cidade**, escreveu a **Gazeta da Tarde**, na sua edição de 9-7-1895: “Os motivos não foram outros senão as perseguições de que o tornaram vítima e as dificuldades em que se encontraria para escrever amordaçado”.

passando a figurar, no cabeçalho, os nomes de Osvaldo Machado (admitido no mês anterior), como redator-secretário; Domingos Magarinos de Sousa Leão e Juvêncio Mariz.

Intensificando-se, porém, a pressão policial, exercida de várias maneiras, a folha suspendeu a circulação, novamente, cinco dias depois (3).

Reapareceu a 7 de setembro, tendo como diretor Soares Guimarães, mantidos os redatores, menos Juvêncio Mariz. Assumiu a gerência Emilio Guimarães. Em longo artigo assinado, o novo diretor exprobrou a atitude do governo estadual, que deflagrara uma “tempestade horrorosa de insultos, de cacete, de faca de ponta, de sabre e de revólver”, frisando que “**A Cidade** interrompeu a sua publicação por força da execução desses desatinos e de novas ameaças feitas pelos delegados gratuitos do sr. Barbosa Lima em exibição pelas ruas as mais públicas e ao sol do meio dia”.

Noutro editorial, intitulado “A postos”, lia-se: “Hoje como ontem, nos bateremos, sem tréguas, sem desfalecimentos, pela dignificação da República neste pedaço da livre América; de modo que **A Cidade** continuará a ser um baluarte da liberdade e do patriotismo; embora muita vez sintamos a espada do arbítrio cair, célere como o raio, sobre nossas cabeças”.

“Em nossas colunas — acentuou — o gemido das vítimas, o grito dos oprimidos, as imprecações dos perseguidos encontrarão, sempre e sempre, ecos simpáticos. A nossa pena, forjada do aço das nossas convicções, estará sempre ao lado dos que têm sede de Justiça, acusando e criticando todos os atos arbitrários, quaisquer que sejam os seus autores”.

A 14 do referido mês, sob o título “Gravíssimo”, dizia a redação: “Parece que o **simoun** do despotismo, com a aproximação do pleito de 30 de setembro, sopra ameaçadoramente”. Citou ameaças ao jornalista Pereira Júnior, diretor do **Commercio de Pernambuco**, declarando que a polícia procurava desacatá-lo, ofendê-lo fisicamente”, para concluir, após outras considerações: “A imprensa, desenganem-se os homens do poder, é um sacerdócio e, quando tombar um lutador, quando for trucidado um jornalista, levita da honra

(3) Verificada a nova suspensão, o **Commercio de Pernambuco**, de 16-7-1895, concitou os redatores d'**A Cidade** a fazerem-na voltar à circulação quanto antes, mesmo que se expusessem a sucumbir. E concluiu: “É uma glória morrer pela imprensa, que é a concentração sublime das legítimas aspirações da humanidade”.

e do patriotismo, terá logo um substituto, que continuará a evangelizar a massa popular”.

Na nova fase, aumentou, consideravelmente, a quantidade de reclames comerciais, sendo destinada, apenas, a primeira página à matéria redacional, nela aparecendo, ainda, a seção “Pequenos anúncios”.

As eleições de setembro deram lugar à intensificação dos ataques ao Governador Barbosa Lima, acusado como incentivador da fraude. A 5 de outubro foi o diretor do vespertino agredido e espancado por oficiais de polícia disfarçados. Dois dias após, Osvaldo Machado e Domingos Magarinos deixavam a redação, permanecendo Soares Guimarães sòzinho, no cabeçalho, como diretor e redator-chefe.

A edição de 5 de novembro assinalou o primeiro aniversário da fôlha, que apareceu com retrato do diretor na primeira página. Foram impressos alguns exemplares em fino papel róseo, as letras douradas.

Em virtude de diversos reparos nas oficinas, não circulou a 31 de dezembro de 1895 e nos primeiros seis dias de 1896. Na edição de 20 de janeiro dizia o editorial “A postos, republicanos!” que a “hidra da monarquia” ousava “renascer neste grandioso pedaço da terra americana”, aconselhando: “É tempo, ainda, de salvar a República; sejamos todos soldados da pátria”.

Cinco dias após, voltava-se o articulista contra o governador do Estado, em termos mais virulentos do que nunca, assim iniciando o editorial “Não tardará”: “A hora da regeneração pernambucana não tardará a soar fortemente, para honra e felicidade desta terra, tão ludibriada ultimamente pela política insidiosa do sr. Alexandre Barbosa, o mais frio despota dêstes últimos tempos. É a 7 de abril de 96 que o execrando govêrno da tirania, que se iniciou pela falsidade e pela traição, tende a cair na vala comum, coberto de maldições e gargalhadas sinistras”.

A par da campanha política, cada vez mais azêda, e nada obstante a restrição de espaço, voltou a poesia às colunas d’**A Cidade**, surgindo novos vates no proscênio, a salientar: Miguel Barros, Celso Vieira, Ciridião Durval, Luis Guimarães Júnior, Adolfo de Araújo, Almeida Júnior, Augusto Aristeu, Julieta d’Aguilar e Fernando Leal.

Nova modificação veio a ocorrer a 13 de março do referido ano, mudando completamente a orientação do jornal, que se transferiu para o campo situacionista. Afastado Soares Guimarães, surgiram no cabeçalho, como redatores, Tei-

xeira de Sá, Cornélio da Fonseca, Afonso Costa, Raul Cintra e Medeiros e Albuquerque, lendo-se no editorial de reapresentação:

“... o nosso programa evolverá da significação histórica que a denominação do nosso jornal **A Cidade** manifesta segundo os múltiplos aspectos resumidos nos vocábulos — política republicana — civismo — civilização —, largamente exemplificados nas suas acepções essenciais pelos memoráveis episódios da história de Pernambuco”.

Constava ainda: prestigiar a autoridade; não dar “quartel aos arruaceiros e turbulentos”; pugnar “pela liberdade em tôdas as manifestações da atividade humana”; ficar “ao lado de tôdas as igrejas e todos os credos religiosos contra quem quer que, povo ou govêrno, os pretenda perseguir e impedir de funcionar livremente” e, finalmente, contribuir “para a propaganda da República”.

Alterou-se a tabela de assinaturas, passando a serem cobrados 13\$000 por semestre, na capital, e 15\$000 “fora de portas”, e melhorou o serviço telegráfico, que era quase inexistente. A administração estadual passou a receber elogios, sendo dedicada tôda a primeira página da edição do dia 23, mais um editorial na segunda, ao aniversário natalício de Barbosa Lima, “pernambucano ilustre entre os mais ilustres”, cujo govêrno constituía “brilhante página da história de Pernambuco”.

Por outro lado, cessaram as hostilidades contra o **Diário de Pernambuco**, sobrevivendo polêmicas com o **Jornal do Recife**, inclusive a propósito da criação da Escola de Engenharia; com **A Província**, sôbre a posição do Barão de Lucena no Partido Autonomista, e com a **Gazeta da Tarde**, que atacava o govêrno. Foram novos colaboradores: Guilherme Dias, que depois se tornou assíduo correspondente na Europa; **Cherubin de la Ronda**, escrevendo crônicas políticas, e Manfredo Fernandes. Terminado o seu período de govêrno em abril, começou Barbosa Lima a assinar artigos, em polémica com o “belicoso major” José Izidoro Martins Júnior (êste pela **Gazeta da Tarde**), chamando-o, entre outros epítetos, “enfatuado e presunçoso poeta” e “o deputado de Muribeca”.

Sob o nôvo govêrno, **A Cidade** tornou-se órgão oficial da Prefeitura do Recife e, a 30 de junho, a primeira página, circulada de tarja, prestou homenagem ao primeiro aniversário da morte de Floriano Peixoto.

Outra polémica alimentou o vespertino com **A Província**, a que chamava “órgão deletério”, desferindo rijos ata-

ques ao seu redator e líder político José Mariano, que fôra derrotado no pleito para deputado, em disputa com o ex-governador.

Em 1897, o próprio Barbosa Lima passou a figurar no corpo redacional, seguido de Cintra Lima, saindo depois Cornélio Fonseca, Medeiros e Albuquerque e Teixeira de Sá. Mais poetas surgiram: Gonçalves Crespo, Cruz e Sousa, Eduardo Machado, Artur Bahia e Silva Ramos.

Já em meados do ano, a fôlha entrou a criticar a nova administração, exercida por Joaquim Correia de Araújo. Entretanto, seus editoriais focalizavam assuntos gerais, quer no âmbito federal, quer no estadual, quer no municipal, continuando, em sueltos, os ataques pessoais a José Mariano e Martins Júnior, tornados como que assunto para as faltas de assunto.

No ano seguinte, edição de 27 de junho, o vespertino deu guarida a sucinta nota, encimada por uma caveira, segundo a qual a Faculdade de Direito do Recife, "penalizada com o extemporâneo falecimento do **Estado de Pernambuco**", convidava o povo para assistir à missa de sufrágio (4).

A partir do mês de julho — 1898 — **A Cidade** iniciou campanha contra a administração do município, embora permanecendo, até o fim, seu órgão oficial. Era prefeito Bianor de Medeiros.

Ocorreu a 5 de outubro a última reforma do corpo diretivo do jornal, dêle se tornando único proprietário Alexandre José Barbosa Lima. Assumiu o cargo de diretor-gerente Afonso Lúcio de Albuquerque Melo, em substituição a Manuel Gonçalves Ferreira Costa.

Uma semana depois, passou a encher-se a primeira página exclusivamente de anúncios, o que só foi feito até o dia 20. Finalmente, a 8 de novembro diminuiu alguns centímetros o formato da fôlha, mas dedicava, em compensação, quase duas páginas à matéria redacional, bem variada.

A tiragem, que começara com dois mil exemplares, subiu, em 1897, para três mil, voltando, por fim, à quantidade original. Em meados de 1898 foi adotado, também, o regime de assinatura anual, a 26\$000, mais 4\$000 para fora da capital.

Saiu a 31 de dezembro a última edição de 1898, n.º 288.

Terminou aí o conteúdo das coleções encadernadas da

(4) O **Estado de Pernambuco**, que caíra no desagrado da classe acadêmica, achava-se apenas suspenso, e a "missa" não se celebrou devido à interferência suasória da autoridade policial.

Biblioteca Pública do Estado. Mas a publicação prosseguiu, encontrando-se números esparsos na seção de interditos ao manuseio. A 20 de fevereiro de 1899, por exemplo, ocorreu uma edição especial, em papel couché, dedicada à chegada do vaso de guerra português "Adamastor" ao pôrto do Recife, tôda a primeira página em litogravura, incluídos no desenho o cabeçalho, retratos do navio e do seu comandante e os dizeres "Homenagem ao povo português". As páginas centrais foram exclusivamente ocupadas pelo noticiário e artigos sôbre o empolgante acontecimento.

Por outro lado, foi possível apurar que **A Cidade** teve sua circulação suspensa a 27 de março, para mudança do prédio, reaparecendo no dia 3 de abril (5).

O último encontrado foi o n.º 75, ano VI, de 29 de abril de 1899 (6), figurando no cabeçalho, unicamente, o nome do gerente. Inseriu artigos assinados por Soares dos Santos e Manuel Arão, afora a matéria de rotina.

Não há indícios de ter continuado a publicação (**Bib. Pub. Est.**).

1895

O ESTADO — Diário da tarde, de orientação situacionista, apareceu no dia 8 de janeiro de 1895 (1), em formato de 54 x 35, com quatro páginas de cinco colunas, tendo como redator-proprietário Celso Florentino Henriques de Sousa e redatores Bianor de Medeiros, Afonso Costa e Santos Moreira. Vendendo o exemplar a 100 réis, apresentou a seguinte tabela de assinaturas: semestre — 9\$000; trimestre — 5\$000; para fora da cidade: ano — 18\$000; semestre —

(5) Informação colhida no **Commercio de Pernambuco**, edições de 28 de março e 5 de abril de 1899.

(6) Embora fazendo-o interrogativamente, Alfredo de Carvalho registou, nos "Anais", que o n.º 55, de 12 de abril de 1898, tinha sido o derradeiro da existência d'**A Cidade**. Já Sebastião Galvão, no seu "Dicionário", errando diferentemente, foi mais além, dando como edição final a de 12 de novembro do referido ano.

(1) No dia seguinte, o epigramista **Juca**, d'**A Cidade**, opositorista, assim "saudou" a nova fôlha, em quadra sôlta, encimada pela vinheta dum anjinho tocando clarim:

"Proclamo o aparecimento
Do órgão da ditadura.
Já sondei-lhe a fibratura:
Só asneira e aviltamento".

10\$000. Redação e oficinas: rua das Laranjeiras (hoje inexistente) n.º 23.

O artigo-programa, assinado por todo o corpo redacional, dizia, inicialmente: “Surgindo na arena jornalística, **O Estado** vem ocupar um modesto pósto entre os que se batem pelo desenvolvimento das idéias vasadas nos moldes da democracia moderna. Filiado ao Partido Republicano Federal, procurará manter-se na defesa da política larga que tem por princípio a garantia dos direitos cívicos, por base a ordem e por fim o engrandecimento da pátria, na altura dos órgãos da imprensa dignos de nossa civilização. Como partidário, prestará decidido concurso ao princípio da autoridade, do qual dimana a mais segura garantia da tranquilidade pública”.

Depois de outros tópicos, concluiu o editorialista: “. . . como imprensa, doutrinando o povo, formando e guiando a opinião, espera manter-se na altura desse poderoso elemento de civilização e dedicar todos os seus esforços à defesa dos interesses sociais e políticos da União Brasileira. Prestando franco apoio à política inaugurada em 15 de novembro, pelo advento do primeiro governo civil da Nação, e aplaudindo a política enérgica e moralizadora do benemérito governo do Estado, o nôvo órgão da imprensa pernambucana estará também ao lado das classes conservadoras na defesa de seus interesses políticos, por isso que daí é que promanam os princípios e as garantias de ordem tão necessárias ao desenvolvimento social e material de Pernambuco”.

Tendo as páginas externas tomadas por anúncios, a matéria redacional localizava-se nas do centro, ainda duas colunas dedicadas a matéria paga. Além do artigo de fundo e poucos telegramas, inseria as seções “Em revista”; “Coisas . . . d’A Rua” (2) e “Para distrair”; ligeiríssimo noticiário; algumas notas curiosas sob o título “Silforama”; indicações, avisos, editais e folhetim, que começou com a novela de José de Alencar “Encarnação”. Havia, também, uns sonetos satíricos, em sete sílabas, com a epígrafe “Doses fracionadas” ou “Dosemetria”, assinados por **Lacuzzon e Dr. Burggraeve**.

Não só os editoriais, mas também o conteúdo das seções, seja em prosa, seja em verso, girava tudo ao redor da política, tecendo pesados ataques aos jornais oposicionistas

(2) “A rua” — título da nota política diária, d’A **Provincia**, assinada por G. M.

e seus mais destacados redatores, como Gonçalves Maia, Faelante da Câmara, Pereira Júnior, Martins Júnior, José Mariano e Soares Guimarães, ao passo que endeusava o Presidente Prudente de Moraes, o Governador Barbosa Lima e demais elementos da situação dominante.

Num artigo de coluna e meia, **O Estado** fez, na sua edição de 21 de janeiro, o panegírico do “nome glorioso do atual presidente da Câmara federal”, escrevendo, a certa altura: “Não podemos traçar o perfil do retrato do Exm^o Sr. Dr. Rosa e Silva, porque não nos julgamos bons fotógrafos para semelhante empresa. O que êle vale, di-lo a consciência do povo; o que êle tem feito, dí-lo a sanção autêntica do país pelos seus órgãos imediatos”.

A propósito do assassinio de José Maria de Albuquerque Melo, assim concluiu o editorial de 5 de março, à parte ligeira notícia sôbre o falecimento: “Oxalá que o fato de ontem, que todo deploramos, convide à reflexão os políticos exaltados, os espíritos inquietos a dominarem as paixões partidárias que tantas vezes arrastam à prática de atos prejudiciais com grave detrimento da paz, do progresso, da civilização da pátria, cujos interesses só podem ser servidos à sombra da lei, que deve ser o nosso roteiro na travessia que fazemos em busca do sublime **desideratum** de bem servir à República”.

Nas edições de 12 e 14 do referido mês, o vespertino divulgou artigos assinados por Francisco de Assis Rosa e Silva, em resposta a Gonçalves Maia, que o acusara, através d'**A Provincia**, de responsabilidade, junto ao Governador Barbosa Lima, no atentado que vitimou José Maria.

Outras diferentes seções foram ainda criadas, em substituição às anteriores, tais como “Cavacos”, por **Demócrito**, e “Sabatina”, por **Frei Satanaz**, ambas de ataques aos políticos da oposição, através da ironia, da sátira e do ridículo, assim como as quadras sôltas de **Pantagruel** (3).

A partir de 17 de abril, retirado o nome de Afonso Costa, foram acrescentados ao corpo redacional os de Paulo da Silveira, Aprígio Garcia e Júlio Antero. Rodolfo Garcia figurava como redator-auxiliar.

(3) Tendo **A Cidade** terminado uma notícia de aniversário fazendo votos para que datas iguais se repetissem “até a eternidade dos séculos”, pespegou-lhe **Pantagruel**, a 3 de abril, a seguinte quadra-epigrama:

“Hosanas! a humanidade
Tudo leva de vencida:
— Já descobriu **A Cidade**
O elixir da eterna vida...”

Sem mais alterações, prosseguiu a fôlha a sua rota, até que, de 28 de agosto por diante, passou a colocar a matéria redacional na primeira página, destinadas as três últimas à parte ineditorial e anúncios. Criou-se a epígrafe "Mosaicos", sob a qual se divulgava um soneto por dia, de autores diferentes, entre eles Honório Carrilho, Júlio Brandão, Damasceno Vieira, Gonçalves Crespo, Zalina Rolin, Lindolfo Gomes, Ulisses Sarmiento e Joaquim de Araújo.

Cada vez mais reduzido o espaço de que dispunha, mantendo, ininterruptamente, o folhetim, **O Estado** só apresentava, nos últimos meses do ano, o infalível ineditorial, raras notícias e notas políticas sucintas, de ataque aos órgãos da imprensa chamada inimiga do governo, sobretudo o **Commercio de Pernambuco**, a cujas "Marcas" opunha as "Contra-Marcas". Em setembro, o articulista visava, também, ao **Novidades** e às suas "árias de doestos e falsidades contra o glorioso Partido Republicano Federal de Pernambuco".

A 16 de novembro retirava-se do cabeçalho o nome de Bianor de Medeiros, por ter de assumir o cargo de prefeito do Recife, na sua qualidade de sub-prefeito. Fimou o ano com o n.º 285, de 31 de dezembro (**Bib. Pub. Est.**).

O n.º 1, ano II, saiu a 2 de janeiro de 1896, quando uma nota ligeira augurava "paz e felicidade para a República e para a família brasileira". Começou então o folhetim "A filha do deputado", por Georges Ohnet, seguindo-se-lhe "Uma ladra" e, por fim, "Lise Fleuron", ambos do referido autor, o último dos quais atingiu 53 rodapés, sem chegar a concluir-se.

Não ocorreram modificações no programa d'**O Estado**, que jamais deu trégua aos políticos da oposição, sobretudo ao Partido Autonomista, travando contínuo debate com **A Provincia** e outros diários. Uma página, apenas, para toda a matéria redacional, sem faltarem os "Tratos à bola", seção do **Dr. Pick**.

A começar de março, o vespertino fez a propaganda da candidatura do Conselheiro Rosa e Silva ao Senado Federal. Depois, terminado o mandato do Governador Barbosa Lima, passou a apoiar a gestão do Conselheiro Correia de Araújo.

Prosseguiu a existência d'**O Estado** até o n.º 148, de 4 de julho de 1896 (4). Suspendia-se a publicação — declarou

(4) Na relação dos "Anais", de Alfredo de Carvalho, figura **O Estado** como tendo existido, apenas, até 31 de dezembro de 1895, que é, justamente, a parte encontrada na Biblioteca Pública do Estado. Foi o que registou, igualmente, o "Dicionário" de Sebastião Galvão.

uma nota — porque as oficinas precisavam de reparos, “impossíveis de ser efetuados” com o serviço tipográfico normal. Voltaria oportunamente, para dar seu “desinteressado contingente em prol da causa nacional, concretizada nas idéias do grandioso Partido Republicano Federal”, de que se constituiria “modesto apóstolo na imprensa pernambucana”. Não voltou (**Bib. do Inst. Arqueol.**).

1897

ESTADO DE PERNAMBUCO — Órgão ligado à situação política dominante, entrou em circulação no dia 4 de agosto de 1897, em formato grande, com quatro páginas a cinco colunas de 16 cíceros, impresso em oficinas próprias, situadas, juntamente com a redação, na rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 75. Corpo redacional: Celso Florentino Henriques de Sousa, Antônio J. de Almeida Pernambuco, Aprígio C. de Amorim Garcia, Rodolfo Garcia, Elpídio de A. e L. Figueiredo, J. J. de Faria Neves Sobrinho, Júlio A. de Melo Furtado, M. Caldas Barreto, Manuel dos Santos Moreira e Paulo A. da Silveira. Tabela de assinaturas: ano — 20\$000; semestre — 10\$000; trimestre — 6\$000, esta última parcela só para a capital.

Publicação matutina, lia-se, inicialmente, no artigo-programa: “Satisfazendo os estilos da imprensa, o **Estado de Pernambuco** vem manifestar ao público os princípios e normas que o guiarão na jornada que ora inicia no campo do jornalismo; e o faz com a maior simplicidade, sem se preocupar com a elegância da forma, com a beleza das frases, mas fortalecido pela convicção da causa que defende. Confiada, como se sabe, a sua redação a cidadãos filiados ao Partido Republicano Federal, os intuítos do nôvo órgão da imprensa pernambucana não podem ser diversos dos da agremiação política debaixo de cuja bandeira militam seus redatores. Assim, o quanto estiver ao seu alcance, pugnará pela manutenção da Constituição de 24 de fevereiro e do regime nela adotado, e pelo desenvolvimento das teses constitucionais dentro dos moldes democráticos”.

Após outras considerações em tórno da política a defender, concluiu: “Refletindo-se na suprema direção do país, o govêrno do Estado merece os aplausos dos bons pernambucanos e o nôvo representante da imprensa local estará pronto a coadjuvar a sua administração, que assenta nas mais

seguras bases da justiça e da honestidade. Sempre ao lado das classes conservadoras e decidido na defesa de tôdas as liberdades e garantias constitucionais, contribuirá com o seu parco contingente para o bem estar e para a felicidade da pátria e especialmente para o desenvolvimento social e material de Pernambuco”.

Seguiu-se a meta do nôvo diário, localizada a matéria redacional na primeira e parte da segunda página e o restante de anúncios. Destacavam-se as seções: “Coisas e casos” e “Cócegas”, esta a cargo de **Tic**, em prosa e verso, respectivamente, ambas tratando de política; “Página Azul”, de sonetos, onde se alternavam Paulo de Arruda, Luís Guimarães Júnior (que morreu cego, em Lisboa, a 17 de maio de 1898), Fernando Barroca, Luís Rosa, Raimundo Correia e outros; “A política dos Estados”; “Boatos”, com a assinatura de **Lulu Botelho**; “Tipos e Caretas”, por **Etc & Tal**; e “Política”, constituída de comentários de **Lincoln**.

No mês de setembro, começou a divulgar telegramas do correspondente especial no Rio de Janeiro; e Lélío Júnior iniciava, no dia 12, o rodapé “Aos domingos”, “mais visando desopilar a burguesia pacata do indigesto repasto dos editoriais políticos, do que mesmo uma doutrinação magistral sôbre artes, ciências e literatura”.

Desde o aparecimento, o jornal, através de editoriais e notas diversas, ocupava-se a fundo em defender a política dominante e atacar a oposição. Ainda em setembro, a 19, apresentou uma inovação na imprensa da época, introduzindo na sua segunda página, ao alto das três primeiras colunas, cêrca de vinte centímetros de altura, o jornalzinho humorístico **A Troça**, que trazia abaixo do título o conceito “**Honny soit qui mal y pense**” e, no Expediente, a indicação: “**A Troça** é órgão de maior circulação dentro do **Estado de Pernambuco**. Publica-se aos domingos. É filho-família e mora em casa de seu pai. Não usa telefone”. O filhote teve, no entanto, vida efêmera, não chegando a dez edições dominicais. O rodapé de Lélío Júnior durou mais, sendo suprimido aos seis meses de vigência.

A partir de janeiro de 1898, mês em que saíram do cabeçalho os nomes componentes do corpo redacional, iniciou campanha a prol das candidaturas Campos Sales e Rosa e Silva à Presidência e Vice-Presidência de República, o último dos quais, uma vez eleito, mereceu página de honra, a 13 de março, com retrato a craion, em três colunas, da autoria de Rodolfo Lima, e longo editorial laudatório.

Vinha publicando poesias de Damasceno Vieira, Fre-

derico Vilar, V. Ferreira, Teodoro Figueiroa, Honório Carriho, Fernando Barroca, Nóbrega Júnior e Modesto Vital. Este criou, em abril, a "Musa Traquina", enquanto **Lulu Botelho** iniciava a crônica humorística "Chá de garfo", muito depois substituída por "Posta restante".

Na segunda quinzena de julho ocorreu grave incidente entre o **Estado de Pernambuco** e acadêmicos de Direito, os quais, interpretando mal um comentário desprezioso de **Lulu Botelho**, do dia 17, levaram a efeito, a 21 e 22, demonstrações hostis, rasgando exemplares do jornal, aos gritos de "Fora o **Estado!**" e enterrando-o simbolicamente (1), numa barrica, em praça pública, sob ameaças de apedrejamento da redação, o que foi evitado porque os tipógrafos, por sua vez saíram a campo, enfrentando a turba, munidos de paus de vassoura, componedores e outros instrumentos de trabalho, o que levou o **Jornal do Recife** a dizer que o pessoal gráfico estava "armado da cabeça aos pés".

Nas edições de 31 do mês em aprêço e seguintes, a fôlha divulgou, sob o título "Memória", assinada por Francisco Augusto Pereira da Costa, uma "justificativa do direito de propriedade que assiste à Municipalidade do Recife" sobre o edifício em que funcionava "o Fórum da capital do Estado, apresentada ao Instituto Arqueológico".

"Nosso aniversário" foi o título do editorial comemorativo da edição de 4 de agosto. Dizia: "Não foram poucos os espinhos e as urzes que ouriçaram-se em nossa jornada. Considerável foi o número de contrariedades e amarguras que formaram a nossa partilha de jornalistas".

"Nem por isso, entretanto, — acentuou — as nossas forças se brandearam". Cumpria o dever de manifestar sua gratidão ao "intemerato chefe dr. José Marcelino da Rosa e Silva" e "ao generoso público pernambucano".

Prosseguiu, sem quebra do padrão político de hostilidade intensiva às fações oposicionistas, assim atingindo o ano de 1899. Novas seções de caráter político apareciam, de substituição em substituição ora crônica, ora epigrama, ora notas ligeiras, tais como: "A nota", a cargo de **XX**; "Vespas", depois "Novena", assinadas por **Tenório**; "Simplicidade", de **Simplicio**; "Cochichos", depois "Notas esparsas", por **Calixto**;

(1) Fora outros jornais, **A Província**, de 29 de julho de 1898, noticiou que estudantes de Direito haviam anunciado, para a véspera, uma missa de sétimo dia, por alma do **Estado de Pernambuco**, o que deixou de efetivar-se por interferência amigável da polícia, havendo, apenas, passeata e discursos inflamados.

“Setas”, de **X**; “Bric-a-brac”, por **Settalia**; “Perfis a gis”, a cargo de **Pastor**; “Conversas de rua”, de **Alfredo Capuz**; “Musa Traquina”, que voltou redigida por **Gil Phanor**, e, finalmente, as “Retas e curvas”, de **A. & A.**, alternando com **J. F.**

Atingido o último ano do século, mantinha o mesmo programa de encômios ao governo e ataques à oposição, especialmente aos jornalistas José Mariano, Martins Júnior, Baltazar Pereira, Gonçalves Maia, Trajano Chacon e Pereira Júnior e aos diários **A Província**, **Jornal Pequeno** (2), **Gazeta da Tarde**, **A Concentração** e **Commercio de Pernambuco**, todos eles voltados contra a administração do Governador Sigismundo Antônio Gonçalves, que deixou o palácio do Campo das Princesas no dia 7 de abril, entregando o poder a Antônio Gonçalves Ferreira, igualmente envolvido na crítica da mencionada imprensa.

A par de algumas seções novas, extintas outras, publicou, entre agosto e setembro de 1900, o poema épico-burlesco “Saturneida”, em série, de Virgílio Neto.

Sem mais alterações, admitindo raros trabalhos de caráter literário, aos domingos, e algumas poesias de Juvêncio de Aguiar, o matutino chegou ao fim de sua existência a 21 de junho (3) de 1901. Escreveu a redação, a propósito:

“Precisando esta fôlha de uma completa reforma em seu material tipográfico, reforma que se nos afigura agora inadiável, somos forçados a suspender sua publicação, pelo tempo que para tal fôr necessário. Oportunamente, fa-la-emos reaparecer sob feição moderna, para de nôvo ocupar, no jornalismo pernambucano, o pôsto modesto mas honroso que por ora deixa vago”.

Não voltou jamais. Em quatro anos incompletos, circularam 1144 edições do **Estado de Pernambuco (Bib. Pub. Est.)**.

1898

PEQUENO JORNAL — Diário vespertino, surgiu no dia 1 de julho de 1898, em formato de 51 X 36, com quatro páginas de cinco colunas. Tendo como proprietário Luís Pe-

(2) O virulento diário, aludindo aos confrades do **Jornal Pequeno**, na edição de 11 de janeiro de 1900, chamou-os de “bandidos do jornaleco pequenino”.

(3) Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, registou 30 de junho, mas Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”, avançou o êrro para 30... de julho.

reira de Oliveira Faria (1), a direção estava confiada a Herílio de Sousa, Paulo de Arruda e Júlio Falcão, embora não figurasse nenhum nome no expediente. Tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; para fora da cidade, respectivamente: 27\$000, 13\$500 e 7\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Constava do artigo de apresentação: “O jornal é o livro de cada dia em que o povo se instrui, com que se recreia, de que faz o órgão de suas aspirações lícitas e por onde lança barreiras à prepotência das autoridades. E livro dêstes, em que não há senão benefícios para a sociedade, que se alastrem por todos os cantos; penetrem em todos os lares; se antepõem a todos os olhos e conquistem tôdas as consciências. Nunca são demais. O **Pequeno Jornal**, com especialidade, visa doutrinar o povo em todos os ensinamentos úteis do espírito moderno; despertar-lhe os nobres estímulos para os empreendimentos da iniciativa particular; provocar-lhe as energias para o fortalecimento da solidariedade dos interesses; reanimar-lhe as forças para a resistência ao ataque e ao esbulho dos seus direitos; servir de intérprete de suas necessidades, de suas queixas e de suas justas indignações perante os dominadores do dia.

“As classes laboriosas: a agricultura, as indústrias, o comércio, e ainda mais os artistas, os operários, os mais humildes representantes das mais ínfimas profissões terão no **Pequeno Jornal** o melhor amigo e o maior defensor de suas vidas, de suas honras, de suas propriedades e de suas prerrogativas. Ele não tem conveniências políticas que atender, como não tem pretensões oficiais que ajeitar, nem finalmente considerações de pessoas que inquerir quando estiverem em jôgo as grandes questões que importam no bem estar da comunhão”.

Abrindo a seção “Várias”, vinha a nota a seguir: “Aos ilustres colegas de imprensa o **Pequeno Jornal** apresenta-se, hoje, com tôda a cortesia. Sem casaca e luva de pelica, em todo caso com o costume nôvo dos dias solenes, ergue o reposteiro e penetra no vasto **atelier** da imprensa com um certo desassombro. A segurança de sua correção dá-lhe êsse desembaraço, e leva-o a confessar sem rodeios que saberá manter-se na linha da etiqueta, quer se trate de questões sérias ou de um simples e polido cumprimento, como faz êle agora daqui, desta seção aos seus distintos colegas”.

A propósito de certas insinuações do **Estado de Pernam-**

(1) Luís Faria era o arrendatário e gerente do **Jornal do Recife**.

buco, que o crismara como “filho do **Jornal do Recife**”, por imprimir-se nas oficinas dêste último, o vespertino lançou, logo a 4 de julho, o artigo “Viver às claras”, dizendo, a certa altura: “**O Pequeno Jornal**, saibam todos quantos êste escrito virem ou dêle tiverem notícia, nada tem, nem quanto à propriedade, nem quanto à economia, nem quanto à orientação, com o **Jornal do Recife** ou com outro qualquer jornal”.

Contendo duas páginas de anúncios, nas duas dedicadas à matéria redacional inseria bem elaborados artigos de fundo, ligeiro serviço telegráfico, as seções “Letras”, “Teatros e Salões”, “Ciências”, “Poesia”, “Humorismo”, “Conselho”, “Mosaicos”, “Porta-Cartões”, que era o registo social, “Indicações úteis”, noticiário do Exterior, tudo em pequenas doses, e o folhetim “A ilha dos cisnes”, por D. Manuel Fernandez y Gonzalez. Outras seções vieram depois, tais como: “Os jornais da manhã”; “Piadas”, por **Diavolino**, e “**Cócegas**”, de **Dudu Peralta** (pseudônimo de Durval de Brito).

Quase diariamente, divulgava-se um artigo de colaboração, com a assinatura de nomes em evidência, a saber: Carlos Pôrto Carreiro, Paulo de Arruda, Teotônio Freire, Viana de Carvalho, Júlio Pires Ferreira, Miguel Barros, Alfredo de Castro, Soriano de Albuquerque, Bianor de Oliveira, Artur Bahia, Gervásio Fioravanti, Aristeu de Andrade, Lessa Júnior, Artur Orlando, Plácido de Almeida, Malaquias da Rocha e Xavier Coelho, além de transcrições eventuais.

Assim ultrapassou o ano o bem feito diário, atingindo 1899 normalmente. Uma nota de 11 de fevereiro declarava que Hersílio de Sousa já não era redator. Nessa função, entre outros auxiliares, atuou Gaspar de Meneses.

Jatando-se de ser “o jornal de maior circulação à tarde, no Norte do Brasil”, viveu plácida existência, a cavaleiro do partidismo político, comentando os acontecimentos imparcialmente, até que, no dia 25 de maio, se insurgiu contra a Coluna Republicana do **Jornal do Recife**, que estava “pregando uma teoria errada, perigosa”, no tocante às apólices do Estado, que vinham substituindo o papel moeda. O governo federal proibira essa substituição e a Coluna aconselhava a desobediência. Daí, a censura do **Pequeno Jornal**.

Seguiu-se uma série de editoriais sôbre o tema “Impostos inconstitucionais”, ao mesmo tempo que Eugênio Samico subscrevia artigos de análise à inovação dos “impostos de consumo cobrados em sêlo”. A 8 de junho, porém, salientava o editorialista que tudo quanto fôra dito resultava em pura perda, tempo perdido, pois “a União precisa de dinhei-

ro”; “o povo nasceu para ser **besta** e quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita”.

Combateu, igualmente, o orçamento estadual, que tramitava no Congresso, classificando-o de Monstro e apelando para o veto do Governador Sigismundo Gonçalves.

Decorrido o primeiro ano de lides, escreveu o editoralista, a 1 de julho, substancioso editorial, dêle constando o tópico abaixo: “Tendo nascido com todos os dentes, e tendo começado mesmo desde logo a morder na pele dos maus, dos ridículos e dos hipócritas, êle encontrou, todavia, **couros** tão duros que houve receios, mais uma vez, de que se lhe partissem as armas na luta. Felizmente, escapou, por milagre, a êsse desastre. E agora, mais avigorado, mais ladino e bem disposto do que dantes, entra com êle no segundo ciclo de sua idade, batendo palmas de contente por ter, tão nôvo embora, merecido já tantos aplausos, feito tantos amigos e conquistado tantos louros do generoso povo de sua terra, de cujo seio êle emergiu, em cuja graça êle quer viver e crescer, e por cuja sorte êle faz votos de morrer, abraçado à sua **bandeira** de verdade e justiça”.

Prosseguiu o programa neutral, comentando com independência e apontando os atos menos avisados, sobretudo da administração municipal, e a nova seção “Bicharia” dava palpites para o “jôgo do bicho”, ilustrando-os com pequenas vinhetas.

Eis senão quando, de maneira insólita e inesperada, viu-se o **Pequeno Jornal** obrigado a deixar a oficina onde era impresso. Divulgou, a propósito, na edição de 20 de julho de 1899, a seguinte nota, lacônica e melancólica, abrindo a seção “Várias”: “Circunstâncias especiais obrigam o proprietário dêste fôlha, tão querida do público, a suspender hoje a sua publicação”. (2)

Convidava, a seguir, os assinantes que houvessem pago adiantado, bem como as pessoas que tinham pago anúncios, a reclamarem o devido reembolso (**Bib. Pub. Est. e Arq. Pub. Est.**).

(2) A rapidez da ordem de despejo não deu tempo à publicação do editorial de despedida do **Pequeno Jornal**, que foi divulgado, depois, pelo **Jornal Pequeno**. Dizia êle, a certa altura:

“Circunstâncias especiais criaram à roda do seu proprietário uma situação tal que a solução única foi esta: a suspensão da fôlha...”

Morre, porém, abraçado à sua bandeira, que não profanou, que não deixou rasgar nem cair em poder do inimigo.

“E a **velha guarda**, que tinha feito nêle o seu reduto, donde diàriamente combatia pela republicanização da república, pela execução fiel dos

1899

1899

JORNAL PEQUENO — Vespertino que viria a tornar-se o mais antigo em circulação no Norte do Brasil (1), o primeiro número circulou a 24 de julho de 1899, em formato acima de médio — 51x36 — com quatro páginas de cinco colunas. Diretores — Hersílio de Sousa, Júlio Falcão e Paulo de Arruda. Assinatura anual — 12\$000; para fora da cidade — 13\$500; preço do exemplar — \$100. Impresso na Tipografia Miranda, à rua Duque de Caxias n.º 37, aí também funcionava, provisoriamente, a redação e administração.

No artigo inicial, escreveu o editorialista: "...apresentamo-nos hoje, ao público, no firme propósito de continuar a missão interrompida, no dia 20 último, pelo **Pequeno Jornal**, de honrosa e inesquecível memória, que nesse dia foi obrigado a suspender a sua publicação". Surpreendido com a ordem de despejo das oficinas do **Jornal do Recife**, onde era impresso, "não lhe consentiram nem ao menos o derradeiro editorial em que se despedia dos amigos". Entretanto,

princípios democráticos, pelo império majestoso e imaculado da lei, não podendo mais acomodar-se nesse leito de Procusto em que para êle se constituíram as oficinas do **Jornal do Recife**, onde era impresso, a **velha guarda** que, embora correndo o risco de morrer também como o **Pequeno Jornal**, não se rende nunca, enquanto lhe restar um alento de existência, a **velha guarda** vai levantar lá fora outra fortaleza donde lhe seja dado continuar a sua nobilíssima tarefa em prol da coletividade.

"Questão, talvez, de poucos dias apenas de interrupção, tempo indispensável para assentarem-se os alicerces da nova construção e aí colocarem-se as novas baterias, e surgirá outra vez na arena, ainda que sob outro título, a mesma alma do **Pequeno Jornal**, com a mesma redação, com a mesma orientação, com a mesma independência e até com as mesmas **piadas**, as mesmas **notas** e os mesmos **chopps**".

Lamentando o acontecido, escreveu **A Provincia**, no dia seguinte: "Quanto ao motivo da suspensão, sabemos que foi um **ultimatum** do sr. Desembargador Sigismundo ao sr. Luís Faria: ou modifica a orientação, isto é, ou deixa de censurar o govêrno no **Pequeno Jornal**; ou mata-o; ou nunca mais lhe será renovado o arrendamento do **Jornal do Recife**".

No mesmo diapasão, acentuou a **Gazeta da Tarde**: "As razões são de ordem particular, mas a elas não é estranho o dedo anarquizador do sr. Sigismundo".

Por sua vez, o órgão situacionista **Estado de Pernambuco**, após uma notícia de quatro linhas, disse: "A terra lhe seja pesada, para... não exalar mau cheiro".

(1) Cinquenta e seis anos depois do seu aparecimento, o **Jornal Pequeno** adotou, por algum tempo, o seguinte "slogan", abaixo do título: "o vespertino mais antigo da América Latina". Entretanto, "El Periodismo — Teoria e Prática" (direção de Nicolas Gonzalez Ruiz — Barcelona, 1953), regista, entre os jornais fundados em 1895, "el diario de la tarde **Le Nouvelliste**, periódico gráfico que ostenta el decanato de la prensa de Haiti"...

“não estamos mais enterrados (2), porque fizemos a nossa ressurreição quase ao terceiro dia, como Cristo”.

Transformado, assim, de **Pequeno Jornal em Jornal Pequeno**, manteve o mesmo corpo redacional, “as mesmas convicções e o mesmo porte”, mas não obediente ao mesmo proprietário. (3)

Sem alteração, pròpriamente, da matéria de rotina, escreveu o autor das “Piadas”, empregando o subtítulo “Segue o bonde”: “**Diavolino** não é preguiçoso, mas aborrece as grandes distâncias; saindo do **Pequeno Jornal**, entrou logo no **Jornal Pequeno**, que era mesmo paredes meias”. Seguiram-se os versos satírico-humorísticos de costume. Foi nova aquisição o folhetim de Carneiro Vilela, “A Gandaia”, novela de costumes regionais. Duas páginas eram de anúncios.

No dia seguinte, registrando a receptividade do vespertino no seio da população, frisou o articulista que sua orientação e seu programa não seriam modificados, permanecendo alheio aos interesses partidários, “defendendo os direitos das classes laboriosas do Estado contra as usurpações do poder”. Mais adiante, aduziu:

“A verdade, na hora presente, está em que a política, nomeadamente de Pernambuco, vai seguindo caminho muito errado. Aos erros econômicos, a que os homens do governo se entregam sem atenção aos fatos, arrastando a agricultura, as indústrias e o comércio a uma situação penosíssima, da qual só podem provir fatalmente a ruína dos abastados, a miséria do Tesouro e o desespero da população desprovida de fortuna, acrescem a ameaça, a chacota e o insulto dos jornais oficiais, sistema nunca visto de grangear simpatias”.

No terceiro número, focalizou a norma de conduta que se traçara o Governador Sigismundo Gonçalves, acentuando: “Desde aquêl malfadado orçamento, dizíamos, até a sua última imposição de morte ao **Pequeno Jornal**, S. Ex.^a vai se comprometendo numa série de atos que nem a capricho poderiam ser melhor escolhidos para impeli-lo ao mais completo desconceito”.

(2) Alusão a uma sátira do diário situacionista **Estado de Pernambuco**.

(3) Pelo **Jornal do Recife**, de 30-7-1899, declarou seu gerente, Luís Pereira de Oliveira Faria, que nada tinha o **Jornal Pequeno** com o **Pequeno Jornal**, cujo título era de sua exclusiva propriedade, “podendo os prejudicados com a suspensão do **Pequeno Jornal** receber sua indenização do declarante”.

Proseguiu o vespertino, abordando, cada dia, temas diferentes, nos seus editoriais, tais como: Agricultura, Porto do Recife, Impostos Interestaduais, Carne Verde, Negócios municipais, etc., aqui e ali criticando a administração do Estado e, às vezes, atacando a “Coluna Republicana” do **Jornal do Recife**.

Adotou a seção “Letras”, contando com a colaboração de Soriano de Albuquerque, Aristeu de Andrade, Artur de Miranda, Alberto Falcão, Sérgio Leitão, Ferreira do Monte e outros, afora os pseudônimos de **Pardal Moreno**, **Felix do Sinai**, **Rosa Silvestre** e **Loscardioc**. Sob o título geral “Pocsias”, apareciam, revezando-se, Fiusa de Pontes, Costa Neto, Aurea Pires, **Gregório Júnior** (como se ocultava João Gregório Gonçalves), Frota Pessoa, Paulo de Arruda, Alfredo de Castro, Alfredo Maia, B. Lopes, Antônio Sales, Jaime Guimarães, Teotônio Freire, José Henrique, Alcides Baltar, Luis Rosa, Celso Vieira, Raimundo Correia, Orlando Teixeira e Luis Guimarães Júnior, chegando a ocorrer, no mês de setembro, às segundas-feiras, um rodapé só de poesias.

A 16 de outubro instalava-se, nas três colunas centrais do alto da segunda página, **O Pequenito**, “órgão de reclames do **Jornal Pequeno**”, em cinco colunas estreitíssimas. Alegando que “a alma do negócio não é o segrêdo, como se pensava antigamente”, mas “o anúncio e a reclame”, alimentava o objetivo de servir de cicerone aos leitores, para as suas compras. Apresentou anúncios em forma de literatura miniatural, tendo como títulos os mesmos das seções comuns do jornal, tudo bem redigido, não faltando, até, um folhetim — “A Jandaia”, em minúsculo rodapé. Pretendia aparecer mensalmente, mas não passou do n.º 1, ano I (4).

Novas seções surgiram, já no mês de novembro, a saber: “Rabiscos”, a cargo de **Scarron**, e “Chispas”, por **Salvus**, ambas de comentários políticos, além das “Notas de música”, em versos, por **Offenbach**, e outras que se iam sucedendo.

A última edição de 1899 — 30 de dezembro, n.º 130 — apresentou bem elaborado editorial, assim começado: “Anual, chegamos ao fim do ano. E que fim de ano!... Um fim de ano que, além de ser fim de mês, é também fim de semana, é fim de século — coisa que nunca tínhamos visto e nem jamais tornaremos a ver — e que bem pode ser ainda um fim de mundo, por ser amanhã dia de eleição e estar o

(4) O número único d’**O Pequenito** foi editado, também, separadamente.

governo decidido a ganhá-la, custe o que custar!..." (5)

Logo a 3 de janeiro (primeira edição de 1900), iniciou o vespertino candente campanha contra a Companhia do Beberibe, cuja água fornecida à população dizia conter chumbo, achando-se envenenada, secundados os editoriais por uma série de artigos de Gaspar Peres, a que se seguiram outros colaboradores, a salientar A. Pereira Simões, o qual adotou o título "As águas do Recife em 1900".

Rebatendo afirmativas do Governador Sigismundo Gonçalves, feitas através do **Jornal do Recife**, a propósito de favores alegados por S. Ex^a, escreveu Hersílio de Sousa enérgico artigo, na edição de 15 de fevereiro, apostrofando: "Atualmente, posso retorquir a S. Ex^a. que, altivez e dignidade, eu, plebeu, eu, paupérrimo, eu, simples juiz de Direito em disponibilidade e advogado, eu conto em maior dose do que S. Ex^a."

Noutro artigo, mais longo, refutando novas insinuações, acentuou o jornalista, cinco dias depois: "Fecho esta com uma lição de cavalheirismo, de fidalguia de sentimentos, de generosidade, para que S. Ex^a. seja obrigado a olhar sempre para mim, por qualquer lado que seja, de baixo para cima".

Noutra nota, à parte, na mesma edição, afirmou Hersílio de Sousa: "Na qualidade de morto que é atualmente, o sr. Desembargador Sigismundo Gonçalves só consegue é empestar a atmosfera da cidade com a decomposição do seu cadáver".

No mês seguinte, conforme carta datada de 31, Hersílio de Sousa afastava-se do **Jornal Pequeno**, alegando "incômodos de saúde e afazeres de sua profissão de advogado". Foram, então, admitidos Tomé Gibson e Domingos Magarinos de Sousa Leão, passando o jornal a ser "propriedade de uma empresa", esta constituída dos dois novos redatores e dos antigos Júlio Falcão e Paulo de Arruda (6), logo diminuindo o preço da assinatura semestral: 10\$000 e 12\$000, respectivamente, para a cidade e para fora.

Aludindo à nova direção, dizia o articulista, a 2 de abril:

(5) Não findou o mundo, felizmente, quando da eleição, mas, no dia seguinte, bem que houve séria ameaça, com o incêndio do mercado do Derby, prisões e grande aparato policial.

(6) O jornalista Paulo de Arruda, também poeta do melhor quilate, faleceu pouco depois, a 8 de maio de 1900, contando 23 anos de idade. Teve ligeira atuação no **Jornal Pequeno**, devido à grave moléstia que lhe corroía os pulmões.

“Republicana por consciência e por coração, abjura tôda a influência de partido; não fará côro com a grita apaixonada dos oposicionistas ao govêrno nem tão pouco deixará passar em silêncio os atos do poder carecedores de censura. Não se quedará diante das violências da autoridade; e, tendo o amor por princípio e a ordem por base, empenhar-se-á na luta pela consolidação da estrutura política e social, com as garantias que lhe facultam o Dever e a Lei. Sem ânimo de vinditas e sem cálculo de garantir interêsses nas desgraçadas flutuações partidárias, saberá clamar contra a decretação de leis vexatórias e empregar os meios eficazes na defesa dos direitos postergados, mas com tôda a decência da frase, com todo o respeito à moral e não com a insolência e a injúria que viciam e corroem o âmago mesmo do jornalismo e profanam o santuário da nossa teologia republicana”.

Na edição do dia 9, um editorial aludia à posse do Governador Gonçalves Ferreira: “A administração de S. Ex^a. pode ser vantajosa a Pernambuco, desde que S. Ex^a. modele pela lei e pela equidade a sua conduta, fechando aos interêsses políticos as portas do Tesouro e harmonizando o comércio com o govêrno”. Frisou: “As classes conservadoras estão contra a política dominante, pelas imposições ilegais, pelo exagêro dos impostos, pelo desrespeito ao pacto constitucional e pelo desprezo às queixas dos que reclamam a garantia dos direitos”, concluindo:

“Seja liberal e cordato; contenha as bajonetas da política; aplique bem as rendas; melhore a instrução primária; não ouça as exigências da politicagem que tudo corrompe, e S. Ex^a. terá as bênçãos da população da terra em que nasceu”.

Sob a nova direção, o **Jornal Pequeno** admitiu a colaboração de Baltazar Pereira, que empreendeu as “Cartas sem resposta”, usando o pseudônimo **Elias Borges**; Gonçalves Maia, com o rodapé “Crônica do sábado”; **Pedro de Abel** (travesti de Júlio Falcão), com o das quartas-feiras, enquanto **D. M.** assinava o das segundas, além de outros; **Marcial**, autor da crônica política “Coisas da rua”, depois substituído por **Zip**, como se ocultava o futuro desembargador Antônio da Silva Guimarães; **Juvêncio**, o das “Notas do dia”, em versos satírico-humorísticos; **H.**, que assinava “De relance”, e **Fáber**, responsável pelo comentário “A lápis”.

A edição de 12 de junho dedicou tôda a primeira página ao falecimento do famoso republicano Aníbal Falcão, ocorrido seis dias antes, estampando retrato do extinto e artigos

especiais de Tomé Gibson, Antônio de Sousa Pinto, Domingos Magarinos, Baltazar Pereira, A. Pereira Simões, Fred Ramos, Eurico Vitruvius, Hersílio de Sousa e Gaspar de Meneses.

Depois de ter concluído o mandato governamental, não deixou Sigismundo Gonçalves, proprietário e redator eventual do **Jornal do Recife**, de ser atacado pelo **Jornal Pequeno**, ao que também não cessava de revidar, em polêmica constante. A 21 de junho, respondendo aos ataques que lhe eram dirigidos, assim terminou Tomé Gibson um artigo ligeiro: "Deixe-me em paz, dr. Sigismundo; cuide de sua vida. Eu não estou para perder tempo com quem não tem em que se ocupar. O sr. é um homem velho e precisa dar-se a respeito. Eu tenho, fique certo, piedade dos seus cabelos brancos e tenho compaixão das suas mazelas".

Ainda nesse mês, J. H. (José Henrique de Sá Leitão) passou a assinar o rodapé das quartas-feiras, enquanto Gonçalves Maia enviava, do Rio de Janeiro, "Pequenas crônicas" diárias. Vieram, a seguir, as "Fagulhas", crônica política, de Chico; as "Troças", em versos, de Lulu Pelintra (pseudônimo de Eurico Vitruvius) ou Mário Júnior, continuando as "Cenas de revista", constituídas de anedotas, por Aristóphanes. Foram outros colaboradores: Alfredo Falcão, João Lemos, Alberto Falcão, Mício Teixeira, Venceslau de Queiroz, Zalina Rolin, etc. Já em novembro criava-se a interessante seção de versos satíricos "Tiro ao alvo", de Felix (pseudônimo do Tenente Vital Sobrinho).

Em consequência da divulgação de notícias veiculadas em torno da existência de uma casa de jogatina desenfreada, para o que o **Pequeno** chamava a atenção da polícia, o banqueiro Liberato de Matos veio a agredir Tomé Gibson, a 25 de setembro — 1900 — quando este entrava na casa comercial da firma Machado & Pereira. Por pouco não foi o jornalista atingido pelo punhal do agressor.

Como novidade da época, já um mês antes estreada por **A Província**, o vespertino divulgou, a 3 de dezembro, uma prova dos ensaios de clichê em zincografia a que se vinha dedicando o artista Conceição, representada pela cena, tirada ao natural, de uma criança sentada. Seguir-se-iam outros, até o aperfeiçoamento.

Voltando com sua colaboração, além de firmar crônicas diferentes, em dias indeterminados, Carneiro Vilela escreveu, especialmente, para o **Jornal Pequeno**, o romance "Drama íntimo", cuja publicação foi estreada, em rodapé, a 16 de dezembro.

Mantendo neutralidade política, aqui e acolá salpicada de críticas a certos elementos das administrações estadual e municipal, viu o diário da tarde completarem-se as 291 edições do ano, para prosseguir em 1901, no mesmo ritmo, as seções de vez em quando substituídas, curtos editoriais, noticiário miúdo e abundante cota de anúncios, que chegavam, certas ocasiões, a ultrapassar duas páginas.

Sob o título "Política de Pernambuco", iniciaram-se, então, as "Cartas de Tertuliano". A 12 de março começavam as crônicas parlamentares "Congressalhadas", de **A & Z** ou **Z & A**, como as assinava Carneiro Vilela. Ainda em março apareceu L. S. L. firmando artigos sob a epígrafe "Os meus tempos e os costumes de hoje", depois substituídos pela crônica "Coisas da rua". Vieram no dia 15 de abril as "Notas avulsas", de **Legran**, destinadas a "amolar a paciência dos amáveis leitores". José Henrique passou a enviar crônicas ligeiras "Do Rio".

Ausente por algum tempo, voltou **Elias Borges**, assinando "Palavras ôcas" e logo mais ressuscitando as "Cartas sem resposta". Carneiro Vilela também assinava crônicas ligeiras, de meio palmo, subordinadas a diferentes títulos; e **Marcial** trouxe "Pontos de vista", de feição política, ao passo que se liam poemas em prosa de Raul Pompéia.

A partir de 24 de maio de 1901 passou a figurar no cabeçalho: "Propriedade de Tomé Gibson & Falcão". Duas edições foram dadas no dia 30, por motivo da chegada ao Recife do nôvo arcebispo D. Luis de Brito, exibindo artístico retrato no centro da primeira página, executado por E. Fonseca.

A 14 de junho, o vespertino repelia o **Diario de Pernambuco**, que escrevera — asseverou — "contra a imprensa que não se curva de rastros aos pés dos que distribuem empregos e têm às suas ordens a caixa do Erário público", frisando: "O dr. Artur Orlando e o seu companheiro dr. Artur de Albuquerque se esquecem do dia de ontem e fazem hoje das colunas do jornal que redigem tribuna de ameaças contra os colegas que censuram o poder".

Divulgou, a partir de 16 de julho, uma série de notas sob o título "Breve notícia sôbre o movimento positivista em Pernambuco", da autoria de João Alves de Lira Andrade, continuando a dar guarida, posteriormente, ao assunto, sobretudo através de transcrições.

A par da "Crônica fluminense", de Urbano Duarte, e da colaboração em versos, no rodapé, às quintas-feiras, com a assinatura de N. T. C., criavam-se novas seções, tais

como “Coisas quentes”, em versos, de **Getúlio**, e “Na brecha”, crônica de R. S., enquanto **Legran** encurtava o título do seu comentário para “Notas”, e Carneiro Vilela, que iniciara, em julho, os “Reparos”, estreava novo rodapé, a 3 de setembro: o romance “Quadros da vida”, especialmente escrito para o **Pequeno**. Continuou, por outro lado, “O Dia”, quase sempre abrindo a primeira coluna da primeira página, constituída de nomes de santos e efemérides históricas, seção que permaneceu até o fim do ano seguinte, assim como ligeiro serviço telegráfico, os “Ditos” de homens célebres e noticiário. Era redator-secretário, desde 2 de agosto, Alberto Falcão.

Registrando a 26 de setembro — 1901 — o aniversário natalício do “honrado governador” Gonçalves Ferreira, escreveu o vespertino, ao felicitá-lo: “Por princípio, somos absolutamente adversários do partido de S. Ex^a., como também, pelo mesmo motivo, não temos ligações com o partido oposicionista do Estado”.

A primeira página da edição de 11 de outubro foi dedicada à comediante Lucila Simões, estampando clichê e artigos assinados em sua honra. Surgiu, no mês seguinte, um colaborador curioso: o Capitão Basilides Getúlio, cujos comentários, sob a epígrafe geral “Em férias”, era encimado pelo clichê do autor, de uma coluna, em cuja legenda permanente, por êle igualmente assinada, doze linhas de composição recuada, terminava dizendo que, para evitar dúvidas futuras, seus artigos só saíam sob o retrato. (7)

Vinham sendo inseridos sonetos de João Vanderlei, Domício Rangel (do corpo redacional), Carlos Coelho, B. Lopes, Alves de Sousa e outros, continuando os versos humorísticos de **Gregório Júnior**, o mesmo **Brício** das “Notas” (epígrafe deixada por **Legran**).

Iniciado 1902, o **Jornal Pequeno** divulgou uma nota, a 15 de janeiro, na qual dizia que os recibos da empresa passavam a ser rubricados pelo diretor Tomé Gibson, até que viesse novo empregado para o escritório, porque o encarregado desse serviço, Manuel Buarque de Macedo, “pelas manifestações provadas de sua competência”, passara ao cargo de noticiarista.

A 24 do mês em referência falecia Júlio César Falcão, um dos fundadores do vespertino, tendo êste tomado luto

(7) Escrevendo sobre as comemorações do Natal, a 24 de dezembro, assim concluiu o Capitão Getúlio o seu artigo: “... festejemos o nascimento de Jesus — o mártir do Golgota, que não era mau rapaz”...

por oito dias. A 27, o redator Alberto Falcão, que também tinha parte na empresa, dela se retirava, negociando sua cota (em benefício da viúva do tio), com Tomé Gibson, que se tornou proprietário único, condição que veio a prevalecer a partir de 15 de fevereiro, como ficou expresso abaixo do cabeçalho.

No dia 12 do mencionado mês, foram dadas duas edições, excepcionalmente, sendo a segunda dedicada ao falecimento de **Gregório Júnior**. (8)

De substituição em substituição, o **Pequeno** vinha apresentando novas seções, a saber: "De palanque", por L.; "Tipos da época"; "Instantâneos", por **Flosculo** (outro travesti de Eurico Vitruvius); "Comentários", depois "Monólogos", por **Legran**; "Nos bastidores"; "Reboliços políticos", por Carneiro Vilela; "Retas e curvas", de **Fra Diavolo**, etc. Voltou Alfredo Falcão a assinar crônicas. Em março, surgia novo folhetim: "A guerra anglo-boer". E em abril apareciam as "Notas de um maluco" e a "Musa vadia", por **Amaro**.

A 4 de março a fôlha homenageou a memória de José Maria de Albuquerque Melo, com clichê em três colunas, na primeira página. Na mesma edição respondeu Tomé Gibson ao repto do prefeito de Olinda, Antônio Gonçalves Ferreira Júnior (Tonico Ferreira), a propósito de acusações feitas à respectiva administração.

Cinco dias após, escrevia a redação, sob o título "Calamidade": "Já não bastam a peste que nos flagela e a emissão de 40 mil apólices com que o governo do Estado vai aumentar a nossa miséria. Dizem que o Congresso pernambucano cogita agora de aumentar 10% na taxa dos impostos". Depois de algumas considerações, arrematou: "Perante tudo isso, vale a pena dar-se um viva entusiástico à administração do dr. Gonçalves Ferreira e à política do Conselheiro Rosa e Silva".

Assolava, no Recife, a peste bubônica, dando-lhe o jornal intensa cobertura, noticiando e comentando o alastramento do mal, o que degenerou em polêmica entre Tomé Gibson e o professor Otávio de Freitas, êste pelas colunas d'A **Provincia**. Artigo de Barbosa Viana, a respeito, terminou com um apêlo aos clínicos da capital, "em nome da ciência, da pátria e da humanidade", para que coadjuvas-

(8) De nacionalidade portuguesa, João Gregório Gonçalves veio para o Brasil aos três anos de idade. Já adulto e no comércio, naturalizou-se. Poeta humorista de nomeada, foi membro da Academia Pernambucana de Letras, que lhe editou um livro póstumo.

sem a fim de extinguir a peste. Por sua vez, o capitão Basíliques criou a seção “Durante a peste”, ora em prosa, ora em verso, trazendo, abaixo do clichê, a legenda: “Como sabem os leitores, só compareço à imprensa no lítico, isto é, com retrato”. D. Luis de Brito lançou uma pastoral, publicada no vespertino, a 5 de maio, a respeito da epidemia.

Enquanto isto, não cessava a apresentação de novas seções de humorismo e crítica, quer em prosa, quer em verso, tais como: “Graçolas”, por **Legran**; “Simplicidades”, por **Zero** (pseudônimo de Barbosa Viana); “Na Krause”, e “Chasqueando”, por **Mangrullo**. Após a inserção d’“O evangelho da República e seus apóstolos”, em rodapés assinados por Cosme de Sales, iniciaram-se, a 3 de junho, as “Memórias contemporâneas — Homens e coisas da República”, por **Um político aposentado**. Depois, vieram: “Minha janela”, por **Bento**; “Grandes e pequenos” (opiniões alheias); “Carteira de um repórter”, por **Arbuq.**; “Alma trocista”, de **Mandu Lavado**, e outras. Cândido de Figueiredo divulgava lições de Filologia, sob o título “Estrangeirismos”.

Desde 4 de agosto, passou a fôlha a ser impressa em oficinas próprias, instaladas à rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 37, conjuntamente ao escritório e redação, utilizando, por algum tempo, papel assetinado.

Editorial de 9 de setembro — ainda 1902 — proporcionou o relato da intimação, feita três dias antes, pelo chefe de polícia Gonçalves de Melo, para o comparecimento de Tomé Gibson à sua repartição, sob o pretexto de que o **Jornal Pequeno** veiculara o boato de achar-se a situação política do Estado “prestes a cair”.

O diretor do órgão, cheio de fibra, declarou, em artigo assinado, que “tal atentado à imprensa não seria sancionado” mediante sua “obediência franca ao convite policial”. E só compareceu no dia seguinte, depois de um apêlo dos jornalistas Manuel Caitano e Baltazar Pereira, diretores d’**A Província**, que o acompanharam.

Sem quebrar o ritmo da campanha que vinha desenvolvendo contra o governo de Gonçalves Ferreira, o editorialista aludiu, no dia 10, à política reinante, de ódios e perseguições”, acentuando: “Aconselhado pela irreflexão de uns e pela insensatez de outros, S. Sx^a. entrega-se à vontade do seu filho, que é hoje o dono da situação, e as misérrias se sucedem, amesquinhando os nossos foros de povo civilizado e afrontando a lei”. Assim concluiu:

“Agora, quer saber S. Ex^a. o sr. Gonçalves Ferreira uma coisa? Nada é eterno em política e amanhã S. Ex^a. pode

estar de baixo e há de gritar, se porventura lhe cercearem a liberdade de cidadão: **Hodie mihi cras tibi**. O partido de S. Ex^a. há de cair pelo desespero da fome entre os próprios correligionários”.

Apareceu, a 23 de setembro, **Evaristo da Veiga** (9), divulgando uma série de “Cartas políticas”, que tiveram muita repercussão, sobretudo dirigidas ao Conselheiro Governador do Estado, cuja “sanha de arrôxo à imprensa” condenou candentemente. A 3 de dezembro, começava **Garoto** as “Garotices”, em versos, prometendo uma “infinidade de troças e piadas dirigidas à baixa ou alta sociedade e sem distinção de classes”, seção que durou alguns meses.

Na primeira edição de 1903 — 2 de janeiro, sob o título “Expliquemo-nos”, lia-se: “O **Jornal Pequeno** batalha para que surjam, dentre o povo, homens dignos de nos dirigir pela sua capacidade cívica e pelo seu amor à República. Desconfia do elemento que quer chefiar os descontentes, e isto porque não se deixa enlevar por cantos de sereias, contritos ardidosamente”.

Depois de outros conceitos em torno da política estadual, concluiu o articulista com a seguinte definição de atitude do jornal: “Pelo seu muito amor à República, não apoia o domínio do Conselheiro Rosa e Silva e, pelo mesmo motivo, censura a tal coligação oposicionista, pela multiplicidade dos instintos egoístas que a ela presidem”.

Achava-se em curso a questão da Companhia de Alcool, tendo o vespertino tomado partido contra o respectivo diretor, José Rufino Bezerra Cavalcanti. Foi o bastante para que este último agredisse Tomé Gibson, à entrada do Clube Internacional, no dia 10 de janeiro, vibrando-lhe forte bengalada na cabeça, a ponto de correr sangue. O agredido reagiu com seu guarda-chuva, quebrando-se, em consequência, “a bengala e a antibengala”, após o que entraram os dois em corpo-a-corpo (10). Seguiram-se artigos de polêmica com o **Jornal do Recife**.

Na edição do dia 26, declarava um tópico do editorial “Os oposicionistas”: “O Barão de Lucena se atira impiedosamente”.

(9) O grande jornalista Evaristo da Veiga, falecido a 12 de maio de 1837, tornava-se pseudônimo 65 anos depois, sem que fôsse possível identificá-lo.

(10) Em artigo no **Jornal Pequeno**, dois dias após, assim arrematou Tomé Gibson a narrativa do fato: “...a intervenção, por palavras de censura, do dr. Lourenço de Sá, pôs termo à luta corporal e o criminoso ignóbil pôs-se em fuga, sem a gravata, que lhe arranquei do colarinho”.

samente contra o dr. José Mariano, ferindo mortalmente a reputação de homem público do chefe democrata e a represália não se fará esperar. Temos, em véspera de eleição, os dois homens, que se haviam unido para dar batalha ao Conselheiro Rosa e Silva e que fizeram as melhores promessas republicanas ao povo, jogando as cabeças pelas colunas dos jornais e trocando injúrias. As pretensões desarrazoadas e a desmedida vaidade foram a causa dêsse efeito que está escandalizando os oposicionistas de Pernambuco". Frisou: "Hoje a luta é mais acesa entre os oposicionistas do que contra o govêrno e com isto quem vai lucrando é só e só o Conselheiro Rosa e Silva".

A fôlha vinha apresentando noticiário restrito, quase três páginas repletas de anúncios e publicações "por conta alheia", variando a matéria ligeira entre os pseudônimos de **Zampa**, **Zé Ortiga**, **Gil Boêmio** (Antônio Lima) e **Garoto**. Divulgava-se o rodapé "Nos bastidores da política" e, de vez em quando, reaparecia **Tertuliano** com suas cartas reveladoras de segredos do "Olimpo da política".

Boa cobertura obteve a famosa Questão do Acre, através da divulgação de notícias, comentários e artigos assinados, o que perdurou alguns meses. Enquanto isto, continuavam os ataques ao **Diário de Pernambuco** e ao **Jornal do Recife**, não sistematicamente, mas sempre que se apresentava a devida oportunidade.

Logo mais, o órgão recuperou sua segunda página em proveito do noticiário. E apareceram novos colaboradores, inclusive Bastos Tigre, com sonetos ou poesias outras, igualmente subscritos com o pseudônimo **D. Xiquote** (11), cheios de sátira contra a política dominante e seus principais defensores, fazendo carga, especialmente, sobre o poeta Faria Neves Sobrinho. Assinavam versos humorísticos, também, **Abel Prazer**, **Casusa Magro**, êste com a seção "Na maciota"..." (12); **Sanço Pancha** e **Risus**, que produzia "Retalhos da mesma peça" (em prosa) e, depois, "Episódios". Liam-se versos de Carlos Pôrto Carreiro e prosa de Silvio Romero e Cintra Luís. A 17 de junho iniciava-se o rodapé "História da política de Pernambuco", transcrição de "Um estadista do Império", de Joaquim Nabuco. A primeira página da

(11) Foi no **Jornal Pequeno** que teve sua iniciação literária o renomado humorista brasileiro Manuel de Bastos Tigre, nascido pernambucano.

(12) A mesma epígrafe da seção humorística, em versos, de **Lulu Sena** (Joaquim José de Faria Neves Sobrinho), no **Diário de Pernambuco**. A assinatura **Casusa Magro** era uma sátira à magreza do poeta.

edição de 30 do referido mês foi dedicada à memória do Marechal Floriano Peixoto, cujo retrato figurou em meio a artística alegoria.

Melhorou, no mês de julho, a parte editorial, com artigos redacionais mais extensos, tratando de temas variados, inclusive as depauperadas finanças do governo e o descontrolo da política estadual. **João Cláudio** (como se assinava João Rodrigues Carneiro Campelo) entrou a escrever ligeiras crônicas de fundo histórico, e criou-se um Suplemento tablóide de quatro páginas de matéria geral, dedicado pequeno rodapé a historietas, em versos, assinadas pelo... **Barão de Paranapiacaba**. Mas a inovação não passou do segundo mês: tendo começado com a edição de 30 de junho de 1903, terminou com a de 31 de agosto. "Regras de civilidade" abriam a primeira coluna da primeira página. As seções de versos humorísticos ficaram reduzidas à assinatura de A. ou R.

A 24 do mês em referência, escrevia o **Jornal Pequeno**: "É triste e desolador o quadro que se desenrola a todos quantos, analisando as condições atuais de nosso Estado, comparam-nas às de épocas não muito remotas, verificando-se o abatimento do outrora tão altivo Leão do Norte". E adiantava: "O dr. Gonçalves Ferreira limita-se a conservar o que achou pronto, e como tudo o que estava pronto não é direito, S. Ex^a. tem por vêzes necessidade de agir e neste caso, em vez de repará-lo, agrava o mal".

Anunciada a queima de Bíblias, por incitamento da campanha de Frei Celestino de Pedavoli, n'**A Província**, contra o protestantismo, Sinfrônio de Magalhães e João Barreto de Meneses divulgaram artigo conjunto, a 25 de setembro, no **Jornal Pequeno**, de protesto contra o pretendido insulto às autoridades da República, concitando a mocidade estudantil e a sociedade pernambucana a impedirem "pela força, se necessário fôr, êsse atentado indigno, que marcará a vergonha e o desprestígio de uma raça".

Seguiram-se outros artigos, ora firmados pelo primeiro dos referidos escritores, ora pelo segundo, até que, a 22 de outubro, a direção do vespertino divulgou uma nota, explicando haver-lhes solicitado que poupassem ao **Jornal** o desgosto de publicar em suas colunas outro artigo recebido com assinatura dupla, onde descambavam para o "terreno puramente pessoal", contra **A Província** e seu principal redator Baltazar Pereira, que justificavam a atitude dos católicos exaltados. Continuando a campanha através do **Jornal do Recife**, cada vez mais agressiva, veio a terminar com

a mediação pessoal de Abel Silva, conforme artigo que êste inseriu no **Pequeno** de 28 de dezembro.

A partir de 2 de janeiro de 1904, modificou-se o formato do vespertino, que passou a páginas de seis colunas, em vez de cinco, apresentando tipagem nova e melhor aspecto material. A tabela de assinaturas rezava: ano — 20\$000; semestre — 10\$000; para fora da capital: ano — 24\$000; semestre — 12\$000. Variando sempre a matéria, passou a divulgar a seção de versos satíricos “As segundas...”, em rodapé, assinada por **João José**, e outras, porém rareando. Abel Silva tornara-se redator-secretário.

A fôlha empreendeu campanha contra o “jôgo do bicho”, imperante na cidade, sofrendo ameaças, porisso, do poderoso “concessionário da fraude”.

A 15 de fevereiro, primeiro dia do Carnaval de 1904, foi Tomé Gibson, mais uma vez, agredido. Abertas as portas do escritório da emprêsa, à noite, para receber a visita dos clubes e blocos, lá penetraram os irmãos Caitano e Raimundo Faria Neves, armados a punhal e seguidos de capangas, ameaçando os empregados. A aproximação de Tomé, foi êste atacado, empenhando-se em corpo-a-corpo com um dos agressores e tomando-lhe a arma, enquanto amigos, que tinham acorrido ao local, repeliam os demais. Elementos vinculados à administração estadual, pretendiam vingar-se de acusações do diretor do **Jornal Pequeno** (edição de 2-12-1903), segundo as quais o poeta, jornalista e deputado Faria Neves Sobrinho, irmão dêles, ter-se-ia apoderado de livros pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública, mandando-os vender numa livraria. O fato deu lugar a novas manifestações contra a imprensa governista, que, com o silêncio, apoiara a agressão ao confrade.

Gonçalves Maia reativou sua colaboração, havia muito suspensa, escrevendo, a partir de abril, a crônica “Aos sábados”, em rodapé. Depois, viria Justino Alves, com “As quintas”. Vicente Ferrer escreveu, em maio, uma série de artigos históricos, seguindo-se outros, de natureza política, de Martim Francisco, Cândido de Oliveira, Carlos d’Ávila, Artur de Azevedo, Afonso Celso, Carlos de Laet, Alfredo Varela e Andrade Figueira, os três últimos em defesa da república positivista, transcritos da imprensa carioca. Por outro lado, reapareciam os sonetos humorísticos de **D. Xiquete** e transcreviam-se, em rodapé, “Regras de civilidade”.

No mês de outubro, a fôlha fêz cobertura completa do falecimento, no Rio de Janeiro, até o entêrro, no Recife, de

Martins Júnior, inserindo amplo noticiário telegráfico e local e literatura alusiva.

Começaram em novembro as "Palestras de esquina", por V. Tendo estreado a 2 de setembro, prosseguia a mofina "Uma por dia", sem assinatura, constituída de uma quadra satírica que terminava, invariavelmente, com o verso: "Só tu, Seneca, não sais", secundada, meses depois, pelo soneto, quase diário, intitulado "Senecadas", com a assinatura de **Olavo**, tendo por chave o mesmo verso (13). Retornando à quadra, seu desconhecido autor produziu-a, diariamente, até 25 de abril do ano seguinte.

A fôlha ocupou-se, detidamente, através de comentários e notícias telegráficas, da revolta de 14 de novembro de 1904, na Escola Militar do Rio de Janeiro, chefiada por Lauro Sodré, de protesto contra o que este chamou "a inconstitucional, arbitrária, iníqua e vergonhosa lei da vacinação obrigatória (14). O editorialista combatia Rodrigues Alves, sob cujo governo dizia achar-se desvirtuada a República, elogiando a ação de Lauro Sodré, que lutou, recebeu ferimento e foi prêso.

Sufocada a revolta, foi atribuída ao **Jornal Pequeno** a qualidade de "incendiário" e fomentador de motins no Recife, onde, realmente, ocorreram comícios de protesto contra a lei da vacinação e, portanto, contra o governo da União.

O grande colaborador Carneiro Vilela ressurgiu, em rodapé, com o romance histórico "Os filhos do Governador", cuja publicação teve início na edição de 19 de dezembro, para continuar nos dois anos seguintes, nem sempre diariamente, só terminando em 1907, quando começou, a 16 de janeiro, o romance de costumes regionais "Misérias do Recife", do mesmo autor.

Em janeiro de 1905 teve início a colaboração do alferes José da Penha, com a série de artigos "A imprensa e os militares", sendo outros colaboradores esporádicos Orris Soares, Mário Melo (sonetos), Fábuis de Oliveira, **Felício Terra** (transcrições), Carlos Mariz, etc. A 12 de maio, a

(13) Referia-se ao diretor do Tesouro, João Guimarães, que tinha a alcunha de **João Seneca** e era acusado, pela imprensa da oposição, de desmandos administrativos, sem que o governo se resolvesse a destituí-lo do cargo, a não ser muito tempo depois. O **Correio do Recife** já vinha utilizando idêntico mote, o que fêz até a demissão do funcionário satirizado.

(14) Sob o título "A questão da vacina", o major-médico Bagueira de Melo escreveu um livro, que o **Jornal Pequeno** transcreveu, em suas colunas, em 1905, com inserções diárias, de 16 de setembro até 30 de novembro.

primeira página, comemorando a abolição da escravatura, foi toda ocupada por desenho de **Til** (Osvaldo de Almeida), entremeando-o o título "Salve 13 de Maio", retratos da Princesa Isabel e dos líderes da campanha abolicionista e, ao fundo, a palavra Liberdade surgindo dentre raios de sol. Na edição seguinte — dia 15 — ocupou toda a primeira página, tipo corpo 6, o trabalho de Carneiro Vilela "O Clube do Cupim — Ligeiros apontamentos para a história da abolição em Pernambuco". Outra matéria de suma importância, inserida nas edições de 22 a 24, foi a "Denúncia contra o Presidente da República, apresentada pelo Conselheiro Cândido de Oliveira, último ministro da Justiça da Monarquia". **Ignotus** (pseudônimo também de Barbosa Viana), vinha escrevendo sobre Finanças, e **D. Xiquete** reapareceu mais uma vez, apresentando-se sempre em curtas temporadas.

Quase diariamente o matutino divulgava **charges** de crítica de costumes, na primeira página. A 8 de julho noticiava a libertação do alferes José da Penha, prêso, no Recife, desde a revolta de novembro de 1904, por ter apoiado Lauro Sodré através de artigos na imprensa, e, mesmo absolvido havia quatro meses, unanimemente, pelo Conselho de Guerra, permanecia detido. Da prisão escrevera êle vários comentários para o **Jornal Pequeno**, inclusive, em abril, a série "Pró-Pátria — Lauro Sodré" e, em maio, outra, sob a epígrafe "Anistia". Essa colaboração prosseguiu, esporadicamente, a salientar, em agosto, os artigos intitulados "Abaixo os predestinados".

Nesse último mês, a partir do dia 5, iniciou Carlos Vidigal um rodapé, aos sábados, em versos; vieram as "Tigelinhas", por **D.**, e **Ignotus** passou a escrever as "Coisas simples". Já então a fôlha estampava amplas reportagens, até com fotografias, sobre acontecimentos sensacionais da cidade, principalmente policiais. De vez em quando ocorria uma edição extraordinária.

Grande destaque mereceu, a 5 de setembro de 1905, a libertação de Lauro Sodré, mediante anistia, figurando, nas quatro colunas centrais da primeira página, expressiva alegoria "Ao mais digno", da autoria de **Til**, lendo-se, abaixo, uma proclamação do grande republicano e, aos lados, editorial alusivo. Outra homenagem prestou o **Jornal Pequeno** a Lauro Sodré, a 17 de outubro, data do seu aniversário natalício, e, de 21 a 27 de novembro, divulgou longo "Manifesto à nação", assinado por êle.

Em terceira edição, no dia 8, também de novembro, noticiava, em primeira mão, o levante ocorrido na Fortaleza

de Santa Cruz, do Rio, ao passo que, no dia 27, registava a chegada de José Mariano, lamentando o comentarista que o antigo líder político só viesse ao Recife, nos últimos anos, em vésperas de eleição, permanecendo silencioso, no Rio de Janeiro, onde residia, sem bater-se, pela imprensa carioca, contra as “misérias da situação de Pernambuco” e “as extorsões da política situacionista, dia a dia aumentadas, sôbre as nossas já depauperadas classes conservadoras”.

Iniciado 1906, vieram as “Anotações” diárias de **Timon**, (outro pseudônimo de Carneiro Vilela) (15), continuando a divulgação de artigos de Carlos Laet e Figueira de Melo e a transcrição de Variedades, além dos “Humorismos”, jamais interrompidos.

A 25 de fevereiro, noticiava o suicídio do professor de direito Tito Rosas, ao que foi arrastado pelo escândalo judiciário criado em torno de uma herança, o que ocasionou amplo debate, no qual se envolveram Paulino de Azevedo Andrade, o professor Henrique Milet e Tolentino de Campos, através de cartas ao **Jornal Pequeno**, dez delas escritas pelo último e dezessete pelo penúltimo, sempre longas, o que durou até junho, mês em que, a partir do dia 13, assinou Caitano de Andrade uma série de extensos artigos, intitulados “Nossa mentira democrática”.

Foram novos colaboradores: Tenente João Pinheiro; **Domingos de Páscoa** (pseudônimo de Moreira Cardoso), (versos satíricos); **Eurico** (“Às pressas”); **Catule** (“Cartas de um Estudante”, procedentes de Nazaré-da-Mata); **Mário Grangeiro** (Mário Melo) e **Grangeirinho** (Manuel Monteiro), autores de sonetos humorísticos; **Achula**, já em novembro, firmando versos, também humorísticos, sob o título “Gazetilha”, e ainda outra aparição de **D. Xiquote** (16). A 23 de junho dêse ano falecia **Pedro Pacheco**, administrador das oficinas gráficas, que mereceu encomiástico necrológico.

A época, o vespertino vinha divulgando entrevistas com 11 figuras de projeção, intitulando-as, simplesmente, “Interview”. Artigo redacional de 18 de outubro reprovou a queima de Bíblias “falsas” por Frei Celestino, em seus excessos de missionário, à porta da igreja-matriz de Caruaru.

(15) Durante quase um ano saíram as “Anotações”, depois recortadas, coladas e transformadas em livro, formando dois volumes, que foram oferecidos pelo Autor ao Gabinete Português de Leitura.

(16) Muitos dos sonetos e poematos de **D. Xiquote** (Bastos Tigre), publicados no **Jornal Pequeno**, estão incluídos nos seus livros de versos humorísticos “Bolhas de Sabão” (1919), “Moinhos de Vento” e outros.

Tendo começado com o formato de 51 x 36, aumentou o **Jornal Pequeno** a 2 de janeiro de 1907, para 57 x 41 e, a 3 de junho do mesmo ano, para 60 x 43, “a fim de melhor atender ao serviço público e mais espaço oferecer aos anúncios que o procuram”. Este último formato não sofreu mais alteração.

Principiado 1907, ocorreu, no dia 7 de janeiro, uma agressão de falsos estudantes, no Café Alcalá, ao redator Florentino do Rego Barros e, no dia seguinte, o redator Manuel Buarque repelia os valentões, à rua do Crespo (atual 1.º de Março), episódio que terminou uma semana depois, quando amigos do “acadêmico” Fernando Guaná, um dos dois agressores — cujas façanhas tinham sido acerbamente criticadas pelo **Jornal Pequeno** — procuraram o respectivo diretor, para o acerto de um duelo, a fim de “lavar-se de acusações” no campo da honra. Ao mesmo tempo que Tomé Gibson repelia a proposta inexequível, elementos da polícia, já prevenida, compareciam à redação, desfazendo a farsa.

Como acontecia cada ano, o Carnaval teve boa cobertura, nas edições de 9 e 11 de fevereiro, com alegorias na primeira página, longos versos de sátira e o respectivo noticiário.

Ocupando-se raramente de política, não sem arremeter, de quando em quando, contra o Conselheiro Rosa e Silva e seu porta-voz, o **Diário de Pernambuco**, o vespertino deu mais ênfase à parte informativa, introduzindo, inclusive, noticiário regular do desporto hípico e grandes reportagens policiais. Saíam versos de **Leovigildo** ou de **Gil Vaz** (“Recados”), raros artigos de João Barreto de Menezes e transcrições da imprensa carioca.

A edição de 12 de julho anunciou a derrota, nas eleições municipais de 1907, do grupo oposicionista Barão de Lucena — José Mariano, afirmando que o eleitorado estava descrente dessa dupla política — que ainda dois anos atrás se digladiava pela imprensa, preferindo deixar mesmo no poder a gente rosista. E concluiu: “O dr. José Mariano que volte para o seu cartório, no Rio, e durma sôbre os louros merecidamente colhidos na campanha abolicionista”.

Sempre que discordava da atuação política do Barão de Lucena, era o **Pequeno** alvo de censuras de outro vespertino, o **Correio do Recife** (ver “Diários do Recife”, vol. III), travando-se, entre os dois, polêmicas acidentais.

Saudando o ano nôvo, escreveu a redação, já no fim de um editorial de duas colunas: “Tu sabes, 1908, que o **Jornal Pequeno** ama imenso esta terra que o viu nascer, lutar, e

onde êle tem alimentado sempre as mais doces esperanças. Sabes que o **Jornal Pequeno** ama a natureza, a família, a pátria e a humanidade e por isso quer viver. Quer viver para ver êste grande Brasil levantar-se e crescer aos olhos do mundo, para assistir aos seus progressos na ciência e na civilização. Faz, pois, querido Ano Nôvo, para não seres o último do **Jornal Pequeno** e nós te prometemos desde já uma brilhante apoteose, em prosa e verso, com vinhetas e iluminuras **et reliqua** para o dia 31 de dezembro vindouro, quando exalares o último, mas satisfeito suspiro de um ano que morre contente com a sua consciência”.

Ao iniciar-se o esperançoso ano, o jornal era redigido, tendo sempre na chefia Tomé Gibson, por Maturino Monclar, Osvaldo Chateaubriand e Manuel Buarque, redatores; Euclides de Carvalho, auxiliar da redação; Florentino do Rêgo Barros e Guilherme de Araújo, repórteres, o último dos quais desde 1904. A seção comercial estava a cargo de Antônio Valentim da Silva. Ocorriam ilustrações, frequentemente, da autoria de **Guapy** e **Til**, pseudônimos de Herculano de Albuquerque e de Osvaldo de Almeida, êste dirigindo também a seção carnavalesca, aí feito **Pierrot**. A 2 de janeiro verificava-se a primeira edição de oito páginas, exibindo expressiva alegoria de Benevenuto Teles, em homenagem ao Ano Novo.

Passo a passo, procurava a fôlha ampliar e melhorar suas seções. No período de 1908-1910, salientavam-se as seguintes: “Efemérides do dia”; “Galeria Infantil Pernambucana”; “Jóias literárias”; “Urbe et Orbe”, por **Ulsérius**; “Croquets”, de versos satírico-humorísticos, a cargo de **J. Bororó**; “Humorismo”; “Cartas Enigmáticas”; “Desenhos”, com sonetos-perfis dos bacharelados de 1908, por **Sérvio**; “Cavacos”, crônica de **Jota**, etc. Transcreviam-se artigos da imprensa carioca, assinados por Carlos de Laet, **Carmen Dolores** (travesti de Emília Moncorvo Bandeira de Melo), Júlia Lopes de Almeida, Artur de Azevedo, Alexandre José Barbosa Lima e Afonso Celso, além dos locais Renato Falante, Carlos Dias Fernandes, Carlos Pôrto Carreiro e Antônio Carneiro Leão. Três páginas continham a matéria geral, sobretudo noticiário e telegramas do país, tudo entremeadado de pequenos anúncios, êstes igualmente na última página.

Na edição de 24 de julho de 1908, iniciou um inquérito popular sôbre a carestia de vida, que servisse “de válvula aos sofrimentos do povo, mostrando e demonstrando as suas verdadeiras necessidades — pelo menos as mais palpitantes,

as mais momentâneas — a fim de que, orientado sôbre êle, possa o govêrno tomar medidas que lhe lembrem a sua sabedoria e a sua caridade”.

A 29 de setembro começava o folhetim “Os cangaceiros”, romance de costumes sertanejos, de Jaime Aroldo, escrito especialmente para o **Jornal Pequeno**, após uma viagem de observações pela região visada. Em outubro vinha a colaboração do engenheiro Eduardo de Moraes, que se ocupava do pôrto do Recife.

14 de dezembro: o nôvo redator Adelmar Tavares, que assinava o comentário esporádico “Esparsos”, iniciou uma série de crônicas elegantes, às segundas-feiras, sob o título “Seção Chic”, usando o pseudônimo **Nalde**, depois **N.**, o que se prolongou pelo espaço de aproximadamente um ano (17).

Em dezembro, já Carlos Dias Fernandes no seu corpo redacional, bradou o **Pequeno** contra o “trust” da carne verde, campanha que degenerou em azêda polêmica com o **Pernambuco** (ver “Diários do Recife”, vol. III), a cujo diretor, Henrique Milet, acusava como “patrono **manqué**” dos marchantes. Ante o revide insultuoso do contendor, o diário de Tomé Gibson abriu a primeira coluna da primeira página de sua edição do dia 22 com a seguinte nota, em tipo 12: “O sr. dr. Henrique Milet é um desclassificado, na mais estrita e sisuda acepção do vocábulo. Comprovar o seu demérito é estereotipar, desnecessariamente, o que está na consciência pública desta cidade. Não podemos perder o nosso tempo precioso com emprêsas estêreis. A sua linguagem não se ajusta aos escrúpulos morais desta fôlha, que se consagra aos interêsses do povo. Pode continuar impunemente a sua decomposição. Legamo-la às moscas e nada mais”.

Em princípios de 1909 viu-se Tomé Gibson acusado de crime de calúnia e injúria, perante a Justiça, pela Companhia de Seguros Sul América, devido à transcrição de artigos da imprensa do Rio e São Paulo contra a atuação da mesma. Em longo editorial de defesa, o **Jornal Pequeno**, de 23 de março, denunciou haver sido sua direção abordada, por um emissário da emprêsa mencionada, com propostas de subôrno, que foram enêrgicamente repelidas. Logo mais

(17) Na “Seção Chic”, edição antecipada do “Society” de hoje, o Autor descrevia as reuniões elegantes do Recife e o **footing** das retretas de Olinda, com anotação de nomes e vestidos, bengalas e coletes, no que era auxiliado por Noêmia Tavares.

(dia 27), num julgamento sensacional, foi o jornalista abso-vido pelo Tribunal do Juri, havendo festa de regozijo, com bandas de música diante da redação, discursos e Champanha.

A par da matéria variada que enchia as colunas do apreciado órgão, salientava-se, à época, a crônica semanal de **Balzac Júnior**, em rodapé, sob o curioso título "Cá por baixo durante oito dias". A 3 de agosto comparecia, novamente, Carneiro Vilela ao rodapé, com seu último e famoso romance "A emparedada da rua Nova", um dos mais extensos folhetins do autor. A primeira das oito páginas da edição de 9 de setembro foi dedicada ao Tiro Pernambucano, inserindo artigos assinados pelo instrutor, tenente Bento Gonçalves, e por Mário Melo, com os respectivos clichês, este último ("a alma do Tiro Pernambucano", segundo o general dr. Belarmino de Mendonça) também fardado, chapéu de campanha, faixa a tiracolo, empunhando a bandeira nacional, e mais dois clichês de quatro colunas exibindo flagrantes de um combate simulado com os atradores do Ginásio Pernambucano. Ainda no referido ano criavam-se as seções "Registando", crônica de **Marcelo** (pseudônimo de Mário Sete), e "Pastilhas", notas e versos humorísticos de **Ambrósio** (tenente Manuel Carlos Vital Sobrinho), que continuaram até 1912.

A 3 de janeiro de 1910, saiu o vespertino, pela primeira vez, com 16 páginas, ostentando vistosa ilustração de Ano Novo, na primeira, e artigo de fundo, no qual dizia o comentarista: "Sem compromissos com qualquer dos partidos políticos desta terra, sem ligações com o govêrno, sem preferências por um ou outro dos grupos oposicionistas, guiamo-nos pelo amor à justiça, pela dedicação à causa pública, visando o bem e confiando na vida. Por ser sincero em suas críticas, verdadeiro em suas doutrinas, justo nas suas apreciações, procurando refrear os desvios daqueles que porfiam em eclipsar méritos de homens públicos que, pelos seus inestimáveis serviços, devem ser respeitados e queridos, o **Jornal Pequeno** já tem sido grosseiramente atacado. A injustiça dos nossos apaixonados censores jamais arrefecerá, temos fé, o nosso ânimo, e os favores públicos ao **Jornal Pequeno** continuarão num crescendo admirável, o que é um sinal do acêrto da nossa existência". Na mesma data, Elísio de Carvalho ocupou toda uma página com a "Crônica de família — os Cavalcanti".

Boa edição especial foi a de 18 de abril de 1910, com

oito páginas, seis das quais destinadas à chegada ao Recife dos despojos de Joaquim Nabuco.

Números de oito páginas vinham saindo aos sábados, com bastante literatura, instantâneos fotográficos e variedades. Nessas edições apareciam trabalhos, em prosa o verso, de Edwiges de Sá Pereira, Maturino Monclar, Mota Filho, Olímpio Galvão, Odilon Nestor, Maria R. Carvalho, Ademar Tavares, João Batista Regueira Costa, João Barreto de Meneses, Miranda de Azevedo, João Eustáquio Pereira (Faneca), José Campelo, José Vicente Meira de Vasconcelos, Laiete Lemos, Benedito Lopes, A. Bandeira de Melo (18), Júlia Lopes de Almeida; R. C., com os "Analetos Pernambucanos", etc. Eram colaboradores das edições comuns Manuel Buarque, João Vargas, Carlos de Laet (transcrições), Antônio Carneiro Leão, **João das Ruas**, com as "Palestras"; Meneses Dória, o das "Cartas Paulistanas"; L. C. Silva, Cláudio Alamares (?), procedente de Palmares; Renato Faalante, Oliveira Lima, **Raul Pimpolho** (pseudônimo de Armando Oliveira), Olímpio Fernandes, Leovigildo Samuel, **D. Xiquete**, Afonso Taborda, tenentes José da Penha e J. Pinheiro; Mário Sete, que se ocupava de assuntos gerais, sob o título "Cinema", e Carlos Dias Fernandes. Foi uma fase áurea do vespertino. Mário Melo assinava contos, sonetos, reminiscências, "Estudos filológicos", crônicas de viagem (segundo semestre de 1910) e impressões semanais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Com o advento das edições de oito páginas, o **Pequeno** passou a fornecer largo espaço de sua primeira página à inserção de clichês de originais de músicas da atualidade. Nas datas cívicas ou religiosas, figuravam clichês alusivos, ilustrando reportagens, dados biográficos e panegíricos. Os períodos carnavalescos passaram, igualmente, a merecer vultoso espaço prévio, com noticiário dos maus completos, crônicas e versos humorísticos, **charges** e expressivas alegorias até o chamado "domingo gordo", seção sempre dirigida por

(18) Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que depois viria a adotar a assinatura, hoje internacionalmente conhecida, de Assis Chateaubriand, divulgou longo estudo de rebate às "Zeverissimações Ineptas da Crítica", de Sílvio Romero, aos sábados, no período de 26 de novembro de 1910 a 21 de janeiro de 1911, deixando (edição de 14-1) "bem patentes as contradições, os erros palmares, as afirmativas em falso e as objeções desencontradas que gafam o trabalho infeliz do sr. Romero".

Segundo Brito Broca ("A Vida Literária no Brasil — 1900", pág. 203), o estudo em aprêço, constituindo "a parte principal", foi incluído, com outros artigos "em favor de José Veríssimo", num livro sob o título "A morte da polidez", "edição, sem data, de alguns amigos".

Oswaldo de Almeida, a quem se atribuiu a criação da palavra **frêvo** (19) para designar a dança característica do carnaval pernambucano.

A 23 de junho de 1911, o vespertino, dando curso ao seu programa de ampla divulgação dos mais significativos acontecimentos nacionais e internacionais, dedicou três páginas, sobejamente ilustradas, à coroação dos imperadores britânicos Jorge V — Rainha Mary. No segundo semestre do ano, José Simões Coelho escreveu uma série de artigos sob a epígrafe “O que penso”.

Depois de anos de ausência do Recife, Gonçalves Maia voltou com sua colaboração ao **Jornal Pequeno**, criando, a 14 de dezembro, a seção diária de comentários “A Nota”, espécie de espelho do seu “modo de ver pessoal”.

Abordando temas generalizados, inclusive política, “A Nota” teve curso ininterrupto, mesmo quando das viagens do autor, vindo as crônicas, ora “do Rio” (maio de 1912), ora “de bordo do Araguaia” (setembro), ora de Paris, de Bagni de Montecatini, de Roma e, novamente, de Paris (até dezembro); ainda do Rio, em setembro de 1913, continuando as locais, até 26 de março de 1915, quando cessaram.

Entrando a colaborar no **Pequeno**, escrevia Artur Orlando, em 1912, a crônica diária “Recife nôvo”, e o médico Otávio de Freitas publicava “Em viagem”.

No dia 1 de fevereiro, declarando tratar-se de “um serviço à nossa literatura e aos seus leitores”, iniciou a divulgação, em folhetim, de “Acidentes de guerra”, romance baseado na guerra de Canudos, de autoria do General Dantas Barreto, que se havia empossado, dois meses antes, no Governo de Pernambuco. No referido fevereiro, a 19, começou Oliveira Lima uma série de artigos, sob o título “Coisas estrangeiras”. Logo mais, a 25 de abril, estreava o folhetim “Um vulto italiano”, romance de Cleto Campelo. Fêz parte do corpo redacional, então, o acadêmico Amador Cisneiros.

Com tiragem declarada de 6.000 exemplares, o **Jornal Pequeno** era o diário “mais lido da cidade”. Em janeiro de 1913 apareceu com aspecto nôvo, utilizando tipos recém-adquiridos, nitidamente impresso. Inseria boas reportagens, entrevistas, notas religiosas, sueltos (nada de extensos editoriais), correspondência da Europa, pequenas seções de va-

(19) Eustórgio Vanderlei, na crônica “O homem que inventou o frêvo”, inserta no anuário **Presente de Natal**, edição de 1954. Confirmada, assim, a opinião de Samuel Campelo, expandida em 1938, no **Anuário do Carnaval Pernambucano**.

riedades, e divulgava, esporádicos ou não, artigos assinados por Pedro Soares, Eustórgio Vanderlei, Ulisses Sampaio, Carlos do Pinhal, Bandeira Filho, Mário Sete, Fernando de Sá, Padre Heliodoro Pires, Mário Melo e Assis Chateaubriand. Este último, que dominava, sobretudo, a reportagem, promovia entrevistas com personalidades nos navios de passageiros em trânsito pelo pôrto do Recife.

Foi na qualidade de repórter que Assis Chateaubriand efetuou, no dia 10 de junho de 1913, o seu primeiro vôo, fazendo-o num pequeno avião — o “Bleriot” — trazido ao Recife para exibições do aviador francês Lucien Deneau. Além de pormenorizada notícia a respeito, ocupando mais de duas colunas, o vespertino abriu a primeira página da edição seguinte com o artigo “A minha impressão de um vôo de aeroplano”, assinado pelo jornalista voador, e Gonçalves Maia dedicou-lhe “A Nota” do dia.

Tendo passado por nova e substancial transformação, inclusive transferindo a redação, escritório e oficinas para melhor prédio, no n.º 41 da mesma rua do Imperador, o **Jornal Pequeno** modificou o formato, a 10 de janeiro de 1914, substituídas as seis colunas largas de suas páginas por sete normais (20), sendo impresso em máquina rotoplana “Duplex Press”, a terceira instalada no Recife (21).

Referindo-se à nova impressora, escreveu Gonçalves Maia no dia em que começou a funcionar oficialmente: “. . . um mimo da indústria moderna, onde o papel sem fim entra como um rio cristalino e serpenteado por entre os mil atalhos da ferragem complicada, sai pronto, impresso, cortado, dobrado, contado, emaçado, perfeito. Certamente aumentaram a despesa e o trabalho, mas simplificou a vida do leitor. Ele pouco se importa com o trabalho que possamos ter. O que ele quer é que não aumentem o preço, lhe dêem o que ler à tarde, leitura variada, como um **menu** de um bom restaurante, simples, leve, limpo, boa impressão, bom papel, dobradinho e fácil de se ler. É o **Jornal Pequeno**”.

Nessa ocasião foi aumentado o preço das assinaturas anual e semestral para 28\$000 e 14\$000, respectivamente. A parte desportiva veio a ter maior vulto, com predominân-

(20) “Estreou, igualmente, ótimos caracteres tipográficos, apresentando um número de oito páginas de invejável aspecto material, variada e apreciabilíssima leitura” — escrevera **A Província**.

(21) A primeira “Duplex” chegada ao Recife foi a d’**A Província**, inaugurada a 8 de outubro de 1912, e a segunda a do **Diário de Pernambuco**, que começou a rodar no dia 1 de janeiro de 1914.

cia do noticiário sôbre hipismo. Criou-se a seção "Para as crianças", ilustrada, aos sábados, assim como os "Assuntos de guerra". Firmou-se o vespertino nas oito páginas diárias, inserindo matéria sempre variada, a salientar as "Fábulas em prosa", por Baltazar Pereira; "Consultório gramatical", pelo professor Júlio Pires; "Vida feminina", "Coisas úteis" e "Pela cozinha". Terminado o folhetim "O romance de um caçador", de Louis Noir, foi iniciada, em rodapé, a 4 de setembro de 1914, a divulgação do "Rocambolé", famoso romance do Visconde Ponson du Terrail, o qual, pela sua extensão indefinida, tornou célebre o **Jornal Pequeno**.

Em março de 1915 entrava para o corpo redacional Oscar Pereira, como repórter, lá encontrando, entre outros, Bibi Tavares e Osvaldo Chateaubriand, os dois últimos algum tempo depois retirados para o sul do país, Osvaldo Aníbal de Almeida, Guilherme de Araújo e Maturino Monclar, que faleceu dois anos após, repentinamente, na própria redação, debruçado à mesa de trabalho (22). Eram colaboradores: Otávio de Freitas, Eduardo de Valois, Padre João Augusto, Benedito Costa (também com o pseudônimo de **Paulo de Gardênia**), **Lúcio**, etc.

Os irmãos Medeiros — Renato e Romeu — que, desde algum tempo, vinham trabalhando ao lado da direção, o primeiro como redator e o segundo como gerente, foram considerados, a 3 de novembro de 1915, sócios da empresa, passando a constar do cabeçalho: Propriedade de T. Gibson & Cia. Nêsse fim de ano, Assis Chateaubriand (23) deixava o corpo redacional definitivamente, encerrando, então, suas atividades como jornalista assalariado em Pernambuco.

Com a assinatura **X** publicou-se, em 1916, uma série de substanciosos artigos sob o título "O nôvo orçamento e a situação econômica de Pernambuco". **Felix** (Vital Sobrinho) escrevia "A Glosa"; Mário Sete, "Mosaicos"; Eduardo de Moraes, "Coisas diversas", e Aníbal Fernandes o "Fio de Ariadne", de crônicas ecléticas, lendo-se, ainda, raros artigos de Edgar Altino, sôbre Medicina; J. A. Marques, Virgílio Maurício, o pintor famoso, e, eventualmente, de Assis Chateaubriand. Enormes clichês apareciam na primeira

(22) Nas mesmas condições, quase 40 anos depois, veio a falecer, no dia 14 de fevereiro de 1955, outro redator do vespertino: Everardo Fonseca de Vasconcelos.

(23) Durante o período de novembro de 1913 a fevereiro de 1915, Assis era, ao mesmo tempo, redator-secretário d'O Estado de Pernambuco.

página, principalmente de episódios da guerra européia, e ocorriam caricaturas dos ilustradores **Crayon** (Abelardo Maia), **Wald** (Valdemar Costa) ou **Yoyô** (Manuel Caitano Filho).

Na edição de 23 de dezembro, dedicada a primeira página ao Natal, augurava a redação: “Que entre risos francos, alegria jovial e felicidades mil, corra para todos a festa do Natal, quando tôda a humanidade, num único gesto belíssimo de solidariedade, suspende as lutas, sopita os ódios, evita os maus sentimentos, para homenagear o dia em que o Filho de Deus veio trazer à terra a paz de que os homens tanto necessitavam, como agora sucede, com a cruenta carnificina dos povos europeus. E que, entre os gozos incontáveis que as noites de Natal trazem aos nossos leitores e amigos, nenhum se esqueça de fazer votos sinceros para que a paz volte a pairar sôbre o mundo”.

Em fins de 1917, o **Pequeno**, que se tornara órgão quase oficioso do governo de Manuel Borba, travou forte polêmica com o **Jornal do Recife**, fazendo-o, igualmente, em julho de 1918.

Devido à dificuldade de receber papel, em consequência das restrições que a guerra impusera à navegação, a fôlha passou a sair com quatro páginas desde 29 de maio de 1918, com períodos alternados de seis e de oito. Mais colaboradores: **Ramiro Ernesto** (pseudônimo de Nestor Moreira Reis), autor, por algum tempo, da crônica social intitulada “Boa Viagem”; Gaspar Guimarães, Antônio Luís C. A. de Barros Barreto, Dioclécio D. Duarte, Luís Cedro, José Mariano Filho, Tenente-Coronel Tito Vilalobos, Eduardo de Lima Castro, Pedro Soares, com os “Bilhetinhos”, do Rio, Renato de Alencar, assinando a série “Traições da língua portuguesa”, José Simões Coelho; **Matusalém**, o das “Notas de um velho”; **Melcagro**, com epitáfios dos “Bacharelados de 1918”; Leovigildo Júnior, João Monteiro, Aluizio Marques e José de Sá, um dos redatores principais, ao lado de Alfredo Vauthier. Em 1919 entrava Carlos Rios para o corpo redacional, na qualidade de cronista desportivo, cargo no qual demorou pouco tempo.

A partir da edição de 26 de abril de 1920, espaçadamente, ocorreu uma série de 21 artigos do líder católico Barreto Campelo, sob o título “Contraditas a um resumo de Emílio Bossi”, em polêmica com Joaquim Pimenta, êste no **Jornal do Commercio** (ver “Diários do Recife”, vol. III), sôbre “A questão social e o catolicismo”, onde analisava as con-

ferências pronunciadas, em tôrno dêsse tema, pelo deão José Pereira Alves, na Igreja de Santo Antônio.

Nova tabela de assinaturas vigorou a 18 de janeiro de 1922, assim organizada: Interior: ano — 24\$000, semestre — 12\$000; Exterior: 48\$000 e 25\$000, respectivamente. No fim do referido ano estabilizou-se o padrão de seis páginas.

Mário Melo passou a fornecer colaboração diária em 1924, e Ademar Tavares enviava, do Rio de Janeiro, a crônica “Gente sonhadora”, focalizando aspectos da vida literária da metrópole. Iniciado o ano seguinte, lia-se no cabeçalho: “Órgão Independente e Noticioso”.

Participaram (ou participavam) do corpo redacional: Oscar Pereira, que se havia despedido a 26 de março de 1920, para voltar pouco tempo depois, assumindo a secretaria; Osório Borba, que entrou em 1917 e foi, em 1921, o cronista **Y** da seção “Olinda Chic”, das segundas-feiras (24); Mário Magalhães, Vicente do Rêgo Monteiro, Leduar de Assis Rocha, Galvão Raposo, Joaquim de Carvalho, Samuel Campelo, Guilherme de Araújo, Oscar Melo e Demócrito Silveira, que foi revisor. Américo Magalhães fizera, certo tempo, a reportagem do desporto futebolesco. Alcino Leitão serviu na reportagem em 1926.

Além do destaque dado ao hipismo, matéria sempre redigida pelo gerente Romeu Medeiros, técnico no assunto, o **Pequeno** tinha a primasia do noticiário do pôrto — movimento de navios — a cargo de Renato Medeiros. Em 1926 apareciam versos de Gois Filho; o comentário “Assuntos urbanos”, por G. G.; “Peregrinação a Assis”, cartas de Neto Campelo; artigos de Fernando de Sá e “Dois dedos de prosa”, aos sábados, com a assinatura **All Right**. De abril a junho eram divulgadas crônicas de viagem de Mário Melo, que fôra aos Estados Unidos representar o **Jornal** no I Congresso Panamericano de Jornalistas, realizado em Washington.

1927 e 1928 levaram às colunas do popular diário diferentes nomes, tais como: Araújo Filho, Amélia Rodrigues, Caldas Bivar, L. C. Cardoso Aires, Mauricéa Filho, Fernando Baltazar de Mendonça e Costa Monteiro, criando-se seções

(24) Segundo escreveria, depois, Oscar Pereira, nas suas “Memórias de um Jornalista Provinciano”, Osório Borba, já em princípios de 1923 também redator do panfleto **Dom Casmurro**, que combatia a administração estadual, era mal visto pelos amigos do governador Sérgio Loreto, os quais chegaram a procurar Tomé Gibson, “exigindo-lhe a demissão sumária” daquele jornalista do cargo de redator do **Jornal Pequeno**. O diretor do vespertino revoltara-se. Nada tinha a ver com a vida particular do seu amigo Osório, senhor de suas atitudes. Não cedeu uma linha.

substitutivas e transcrevendo-se um conto diário. Mário Sete continuava a divulgar crônicas leves e atraentes, abordando fatos pitorescos e sociais da cidade. E o professor Mota e Albuquerque aparecia com o travesti **João do Prado**, sem assiduidade.

Catorze anos depois de iniciado, foi sustada a inserção do folhetim "Rocamble", que já vinha saindo esporadicamente, quando sobrava espaço, sem interessar mais a ninguém. Ficou na 5729.^a publicação, feita a 9 de junho de 1928.

No dia seguinte — 10 de julho — perdia a fôlha seu esteio máximo, com o falecimento do velho Tomé Gibson. Várias edições foram dedicadas ao extinto, lendo-se no artigo principal do dia 11:

"Jornalista, Tomé Gibson o foi e dos mais completos. Escrevia brilhantemente. As questões políticas e sociais, as mais sérias, as mais transcendentais, êle as feria com uma propriedade única e, sobretudo, do que êle tanta questão fazia, num estilo eskorreito.

"Detentor de uma cultura variada e disciplinada, haurida na sua biblioteca, uma das mais ricas do Estado (25), não lhe eram estranhos os assuntos que se agitavam no cenário político-social-econômico do mundo civilizado. Não só o artigo de fundo, de combate ou de doutrina, êle traçava com elevação, com brilho. O comentário ligeiro, a notícia elegante saiam, com a mesma facilidade, de sua pena autorizada (26).

"A sua vocação jornalística era a mais completa que já conhecemos. Trabalhava com o ardor, o entusiasmo, o devotamento, não de um chefe, de um diretor de jornal, mas dos que se vão iniciando, ainda para vencer, na vida de imprensa. Fundou o **Jornal Pequeno** (27) e, não sem óbices, sem entraves, sem barreiras, conduziu-o à fase de triunfo, de conceito, de brilho que hoje desfruta esta fôlha.

"Mas era que nêle residia a alma do **Jornal Pequeno**. Da primeira à última página estavam os traços de sua pa-

(25) A biblioteca de Tomé Gibson, já consideravelmente desfalcada, foi doada, em 1954, à Associação da Imprensa de Pernambuco.

(26) Não somente isto. "Ao tempo de estudante, Tomé Gibson fêz-se poeta. Publicou um livro de versos", segundo **A Serra**, de Timbaúba, edição de 11-7-1928. Sonetos com a assinatura do extinto podem ser encontrados nas coleções de 1891 da **Gazeta da Tarde**, noutros jornais e em revistas do fim do século.

(27) Aí enganou-se o articulista, como deve ter visto o leitor no início desta bibliografia.

sagem, ensinando, consertando, melhorando, aperfeiçoando. Para os seus auxiliares tinha extremos de pai. Aconselhava-os para as honestas vitórias jornalísticas, amparava-os com carinho”.

A propósito, escreveu Assis Chateaubriand (28): “Tomé Gibson não gostava da doutrina no jornal. O que o feria, sobretudo, numa página impressa, era a informação, a reportagem. Fazia o **Jornal Pequeno** com o máximo de repórteres e o mínimo de articulistas. Trabalhei ao seu lado, no verdor de sua carreira, quando êle chegava às 7 horas da manhã, ao gabinete, organizava os serviços da edição cotidiana, mandava atacar os fatos que se lhe afiguravam os acontecimentos do dia, e se punha, de colete aberto, à espera dos repórteres, examinando a safra de notícias que cada um traria. Colocava o **pince-nez** nos olhos, via as notas, uma por uma, espiolhava as mais interessantes e mandava, por êles, organizar o noticiário.

“Nervoso, apressado, punha-se a passear pela sala, a dar ordens aos noticiaristas e repórteres, urgindo pela maior rapidez das notas de cada um. A todo instante tirava do bolso o relógio e nos mostrava a ampulheta do tempo monotonamente correndo. Entre 11 horas da manhã e 1 1/2 da tarde ninguém tinha tempo, na redação, para sequer contar até cinco. Ali estava o diretor, que a cada momento fugia da paginação (Tomé Gibson não dava a quem quer que fôsse essa tarefa), para reclamar, ora que o tempo voltava, ora que a oficina estava sem originais, como, outras vezes, que não podia fechar as páginas porque não havia composição acabada. E dava ordens, febril, agitado, não admitindo réplicas de ninguém, porque — dizia — o tempo era o justo para que só êle pudesse falar. Passada, entretanto, aquela borrasca, que patrão esplêndido, afetivo!

“Fazia questão de descrever, de narrar, mas se lhe sucedia ter que comentar, o comentário que lhe saía da pena era o menos ferino e o mais tolerante. A palmatória, como o florete, não eram as suas armas. Considerava o gênero humano tão imperfeito, que a crítica, se deveria exercê-la, fazia-a de rosário na mão, para perdoar ao seu semelhante a falta pela qual ia chamá-lo a contas”.

Resumindo o necrológio de Tomé Gibson, escreveu o semanário **A Gazeta**: “Não aceitava, para o **Pequeno**, matéria contra a doutrina e os interesses do catolicismo”, ao que

(28) Transcrição d'O **Jornal**, do Rio de Janeiro.

aduziu o arcebispo Sebastião Leme": "Quase não temos necessidade de um diário católico no Recife, pois já o possuímos, e muito bem feito, no **Jornal Pequeno**".

Justificando, dias depois, um voto de pesar, na Câmara Federal, dizia Amauri de Medeiros: "Quem quiser acompanhar a vida política e social de Pernambuco, nos últimos 28 anos, não terá senão que correr os olhos pelas coleções do **Jornal Pequeno**, porque aí encontrará relatado, dia a dia, tudo quanto ocorreu, desde as simples reportagens policiais até os assuntos que mais preocuparam a opinião pública, sem malícias nem paixões".

Na seção que vinha mantendo no vespertino enlutado, salientou B. M., a 20 de julho: "O **Pequeno** é o aperitivo do jantar; é o jornal moderno onde o leitor encontra o que ler sem cansar — tudo leve e tudo ligeiro".

Assegurou Adelmar Tavares, finalmente, na Academia Brasileira de Letras, ao pronunciar o necrológio de Tomé Gibson: "Uma das penas mais brilhantes do Brasil".

Prosseguiu a vida do jornal sem solução de continuidade, inserindo boas reportagens policiais, com "o retrato da vítima" (29), a cargo de Guilherme de Araújo; bem desenvolvida seção desportiva, de Chaves Martins, auxiliado por Luís Clericuzzi; a crônica "Por vêzes", de Xisto; os versos satíricos "Flechas", de S; produções, literárias ou não, de Raul Monteiro, Sílvio Rabelo, padre Batista Cabral, Mário Melo, Brito Macedo, Medeiros Brito, Desembargador Gaspar Guimarães, Eustáquio Pereira (Faneca), Antônio Dias, etc., além da matéria costumeira, inclusive comentários redacionais ligeiros, de um palmo, redigidos pelo redator-secretário.

A 4 de outubro de 1930, o **Jornal Pequeno** suspendeu sua circulação, em consequência do movimento revolucionário irrompido naquele dia, porque teve as oficinas gráficas depredadas por elementos exaltados — nada obstante haver mantido posição política neutral durante o período preparatório da revolução — sendo prêso e sofrendo vexames Renato Medeiros, um dos seus diretores.

Reapareceu no dia 1 de dezembro, com tipagem nova, composto em máquinas Linotipo, sob a direção e gerência de Romeu Medeiros, apresentando o seguinte programa: "Alheado, por inteiro, de competições político-partidárias, analisando, com serenidade e elevação de propósitos, os atos

(29) O "retrato da vítima", era, à época, um dos pregões característicos do **Jornal Pequeno**, que usavam, cotidianamente, os gazeteiros, pelo fato de a fôlha ilustrar, sempre, o seu noticiário policial.

públicos, aplandindo com discreção os bem orientados e procurando oferecer, com serenidade, o nosso contingente à orientação daqueles que porventura não atinjam de pronto ao seu objetivo, o **Jornal Pequeno** manterá a sua feição de órgão industrial, comercial e noticioso”.

“Tendo vivido do povo e querendo continuar a fazê-lo”, declarou emprestar sua “modesta cooperação a tudo que venha abrir novos e claros horizontes à grandeza do Brasil. Voltamos, pois, à luta com a vontade imperiosa de acertar, agindo, com desinterêsse, pela prosperidade de Pernambuco e da República”.

O preço da assinatura anual passou a ser o seguinte: Brasil — 30\$000; Exterior — 50\$000. Logo mais, a 23 de março de 1931, essa tabela foi aumentada para 50\$000 e 100\$000, respectivamente. Enquanto isto, o número avulso subiu para \$200, de acôrdo com os outros vespertinos, em face da situação ocasionada pela queda do câmbio, que tornara “quase proibitiva a importação de papel”. A empresa viu-se no dilema de elevar o preço ou suspender a circulação, preferindo a primeira hipótese.

Irrompendo, em julho de 1932, a revolução constitucio-nalista de São Paulo, o **Pequeno** dedicou-lhe grande espaço, vistosos títulos, dando edições extraordinárias logo no comêço, inclusive no dia 17, pela primeira vez em dia de domingo.

A 7 de novembro de 1934, resolveu Mário Melo adotar a seguinte epígrafe nos seus artigos diários: “Ontem, hoje e amanhã”. Alegava o jornalista que às vêzes era mais difícil botar o título do que escrever a matéria; daí, para facilitar, a idéia de um único, fixo. A seção foi localizada ao pé da primeira página, à esquerda.

Mário Sete redigia, então, “Coisas de outrora”, e Sotero de Sousa publicava “As Quintas”, sendo outros colaboradores Fernando Pio dos Santos, Rodrigues de Carvalho, Romualdo Pimentel, Oton Fialho de Oliveira, Cônego Melo Lula, Godofredo Freire, Sócrates Times de Carvalho, Valdemar de Oliveira, J. H. de Sá Leitão e, sempre, Eduardo de Moraes, com as “Coisas Diversas”. Paulo Cavalcanti colaborou, algures usando o pseudônimo **Carlos Cordeiro Filho**.

Jau Pires Ferreira, os irmãos Noely e Derlópidas Correia de Melo, Bento Magalhães Neto e Edgar Medeiros eram novos elementos do corpo redacional, os dois últimos no setor hipico da seção desportiva, na qual veio a colaborar, depois, Gilliat Hanois Falbo. Na revisão: Vicente Noblat e Euclides Ferreira.

“Órgão genuinamente republicano”, o **Pequeno**, em nota

de 15 de julho de 1935, declarou apoiar as medidas do govêrno contra “os surtos de propaganda extremista que irromperam, últimamente, em todo o país”, orientando-se “pela manutenção da República, forma de govêrno em que se encontrará solução para tôdas as questões sociais, podendo fazer a grandeza da pátria e a felicidade de todos os brasileiros, desde que não falte boa vontade aos governantes”.

No ano seguinte, exatamente a 25 de setembro, Andrade Bezerra empreendeu uma série de artigos sôbre o descanso dominical e a reforma da lei estadual n.º 97, sob o título “Junta Arquidiocesana de Ação Católica”.

O preço do exemplar subiu para \$300 a 1 de janeiro de 1938.

Esporadicamente, Guilherme de Araújo vinha divulgando, com assinatura, “Notas e fatos”, e, em 1939, o Cônego Melo Lula criou a seção “Meu Palpite”. Já então órgão oficial do Jockey Clube de Pernambuco, passou a dar mais destaque à seção desportiva em geral e ao momento político.

Sem mais alteração transcorreu a vida do **Jornal Pequeno**, até que, a 14 de junho de 1945, a empresa Renato & Medeiros (30) foi transferida a Antônio Barros de Carvalho, que ficou respondendo pela direção, como intermediário. Processada a escritura definitiva, constituiu-se, a 16 de agosto, em sociedade anônima, sob a razão “Jornal Pequeno Ltda.”, dirigida pelo seguinte grupo político: Antônio da Costa Azevedo, Joaquim Bandeira, Nehemias Gueiros, João Cleofas e Alde Sampaio.

Ocorreram modificações nos aspectos gráfico e intelectual, guardada, porém, “tanto quanto possível, a feição tradicional que remonta aos dias de Tomé Gibson”.

Apesar da indicação “Independente e Noticioso”, que permaneceu no cabeçalho, o vespertino dedicou-se à campanha das Oposições Coligadas em Pernambuco (31), em favor

(30) “Renato e Romeu, ambos tão parecidos que às vêzes se confundiam, um mais preocupado com a redação, outro mais interessado na gerência e no noticiário desportivo, sobretudo do turf, que sempre foi um esporte muito apreciado no Recife”, escrevera **Antônio Ricardo** (Aníbal Fernandes), em “A Nota”, de 24-7-1949. Da mesma coluna, no dia seguinte: “Renato reservava adjetivos especiais para certas pessoas, instituições e firmas importantes. Um cargueiro do Mala era sempre **alentado**, e a firma Pereira Carneiro era sempre **poderosa**; o dr. Arnóbio Marques era **humanitário clínico** e D. Leme era o **bispo da Eucaristia**”.

(31) Saudando o **Jornal Pequeno**, como “nôvo combatente da causa democrática”, escreveu **Z** (Aníbal Fernandes) na seção “Coisas da cidade”

das candidaturas à Constituinte e do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Assumiu a função de redator-responsável Gilberto Osório de Andrade, e Eugênio Coimbra Júnior a de redator-secretário, em substituição a Oscar Pereira, que completara trinta anos de "batente" (32), sendo indenizado pela empresa (33). Ocupou a gerência Caio de Sousa Leão, mantendo-se à frente do Caixa (desde 1931) Osório de Alencar. Não sofreu alteração o restante corpo redacional, apenas acrescido do jornalista Geraldo Seabra.

Em desacôrdo com a mudança de orientação do tradicional vespertino, Mário Melo retirou sua colaboração diária, escrevendo a 13 de junho a última crônica da seção "Ontem, hoje e amanhã" (34).

Sob a nova ordem, o **Pequeno** tomou caminho diferente (35), inserindo artigos políticos de Osório Borba, Diocleciano Pereira Lima e Melquíades Montenegro, a par de longos editoriais e as seções "Um dia atrás do outro", "A careta do

do **Diário de Pernambuco**, a 15-6-1945: "Já hoje não estamos sózinhos na imprensa de Pernambuco, no combate que vimos travando para que o mundo das quatro liberdades surja também para nós.

(32) Na seção "Devagar e sempre", na **Folha da Manhã**, dizia Silvino Lopes, a 11-9-1949, quando Oscar Pereira, doente, vivia seus últimos dias, pois veio a falecer uma semana depois: "Durante muitos anos, trabalhou o Oscar no **Jornal Pequeno**, ao lado dos irmãos Medeiros. Era quem dirigia a redação, traduzindo telegramas, fazendo notícias, registrando o dia santificado, sem esquecer a efígie do santo que devia ornar a notícia. Madrugava na redação. As vezes, chegava se arrastando, amparado numa bengala, pois tinha contra êle um tremendo reumatismo. Cozinhava o jornal em dois tempos e de nôvo voltava à casa, fazendo, porém, pequenas paradas nos bares, onde declamava os dois versos de Da Costa e Silva:

"Alcool para esquecer os tormentos da vida
E para cavar, sabe Deus, um tormento maior".

(33) Encerrando a sua vida jornalística, Oscar Pereira escreveu e deu à publicidade, no mesmo ano, um livro de 104 páginas, em formato de bôlso, sob o título "Memórias de um Jornalista Provinciano".

(34) O famoso jornalista transportou sua seção para a **Folha da Manhã**, edição vespertina, não sem lamentar o transtôrno, dizendo, na primeira crônica ali publicada (16-6-1945), que, "há 40 anos, desde o tempo de acadêmico, fazia parte da família espiritual do **Jornal Pequeno**".

(35) "Vendendo o **Jornal Pequeno**, os irmãos Medeiros extinguiram uma tradição das mais interessantes na imprensa de Pernambuco. Porque o **Jornal Pequeno** deixou de ser o único órgão de feição conservadora no Estado, servindo a gregos e troianos, com um programa próprio, para transformar-se, embora brilhantemente dirigido, num órgão político, de combate, de agressividade. Os meus dois antigos chefes e amigos não deveriam desfazer-se de tão belo patrimônio. Se o fizeram, deram a uns a impressão de que se julgaram incapazes de levar avante a empresa, e a outros de que a oferta de mil e trezentos contos de réis (um milhão e trezentos mil cruzeiros) foi muito tentadora" — Oscar Pereira (obra citada).

dia”, “Diz o leitor” e as quadras satíricas “Pau sêco” e “Por conta alheia”, assinadas por **João Queremista** (pseudônimo de Austro Costa) e **Escoteiro**. O mesmo local onde outrora aparecia a crônica diária “A Nota”, de Gonçalves Maia, foi ocupado, com idêntica epígrafe, por **Antônio Ricardo** (tra-vesti de Aníbal Fernandes), que entrou firme na campanha Brigadeirista, desancando a política do PSD, a Ditadura e a Interventoria, servindo-se do chiste e do ridículo. A última página era dedicada ao noticiário desportivo e outras seções. Altamiro Cunha iniciou, a 13 de agosto, a crônica “A Esquina”, abrindo o noticiário social, e Oscar Melo revivia “Fatos antigos do Recife”. De música ocupava-se Gastão de Holanda. “Boatos & Indiscreções” era uma seção de **Jones de la Faiete**. Colaboração variada, de Nelson Chaves, João Caminha Sampaio, Júlio Belo, Andrade Bezerra, Cônego Eustáquio de Queiroz, etc. Serviço telegráfico internacional da United Press, Reuters e Press Parga. A tabela de assinaturas foi também alterada, passando a ser a seguinte: ano — Cr \$120; semestre — Cr \$60; para o Exterior: Cr \$200 e Cr \$120, respectivamente.

O comentarista da seção “O que há e o que se diz” fez, a 28 de agosto, apreciações referentes a uma ordem do dia do comando da Sétima Região Militar, o que foi considerado ofensivo “à dignidade militar” e “às forças armadas”, resultando na publicação de uma portaria da Secretaria da Segurança Pública, a qual determinava a apuração da responsabilidade da autoria do tópico. Pediu-se a exibição dos originais, numa visita fora de expediente à redação, e tiveram que comparecer à Polícia os redatores principais. Entretanto, Osório Borba declarou-se responsável pelo comentário, demonstrando, no seu depoimento, a improcedência da acusação de injúria às forças armadas. Nada obstante, esteve sob a ameaça de denúncia perante o Tribunal de Segurança Nacional. Iniciado o processo, pelo delegado Fernando Cascão, não chegou a ser concluído.

O vespertino entrou em polêmica com a **Folha da Manhã** (ver “Diários do Recife”, vol. III), na defesa dos seus pontos de vista políticos, desferindo fortes ataques ao Ministro Agamenon Magalhães e ao Presidente Getúlio Vargas, enquanto fazia a propaganda da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

Além de imensos editoriais e sucessivos sueltos, a campanha teve a coadjuvação de **João-da-Rua-Nova** (antigo pseudônimo de Austro Costa), autor de poemas de exalta-

ção ao patriotismo e à heroicidade do candidato oposicionista ao Catete.

Por ocasião da chegada ao Recife do Brigadeiro, a 10 de novembro, em propaganda eleitoral, o **Pequeno** saiu com doze páginas, em dois cadernos, e ainda deu uma edição extraordinária, às 20 horas. A 1 de dezembro, dia das eleições, a primeira página ostentou clichês de todos os candidatos coligacionistas ao Executivo e ao Legislativo federais.

Derrotada a Coligação de Partidos, passou o vespertino a desenvolver outra campanha, esta vitoriosa: a do abono de Natal ao funcionalismo público do Estado. A edição de 24 de dezembro teve doze páginas, algumas de Literatura.

Em janeiro de 1946, precisamente no dia 10, começou a interessante seção "Bota de 7 léguas", assinada por **O Grande Polegar**, pseudônimo de Silvino Lopes, que se tornou, depois, redator-secretário do **Pequeno**. Outro elemento nôvo na redação foi Carlos Luís de Andrade.

Criou-se a seção "Microfones e bastidores", por J. R., e o Cônego Eustáquio de Queiroz escreveu uma série de artigos intitulados "Combate ao comunismo". Outros colaboradores: Paulino de Andrade, Esdras Farias, Tomaz Seixas, Padre Públio Calado, Eustáquio Duarte, J. Cardoso Aires Filho, **Lúcio Breves**; Carlos de Lacerda (crônicas parlamentares do Rio, reproduzidas com exclusividade), **copy rights** da Press Parga: Maurício de Medeiros, Rafael Correia de Oliveira, Vitor do Espírito Santo, etc.

A alta sempre crescente dos materiais, agravada pela falta de transporte para o papel linha d'água, deu lugar a nôvo aumento (11 de março de 1946) do preço do número avulso, que passou a ser vendido a Cr \$0,40. No dia 24 do mês seguinte alterava-se, igualmente, o custo da assinatura: para o Brasil, ano — Cr \$140; semestre — Cr \$80. Em maio elevava-se, ainda, o preço do exemplar para Cr \$0,50 e, a 2 de setembro, para Cr \$0,60.

Suspensa desde dezembro, foi restabelecida, a 15 de maio de 1946, a interessante seção política "O que há e o que se diz", ilustrada com caricaturas de Armando Santos. Outra matéria curiosa, de sensação nos círculos políticos, foram as crônicas "Do Rio", assinadas por **João Galafoice** (pseudônimo do então deputado Costa Pôrto), enquanto "A Nota" continuava a fustigar os pessedistas, em linguagem contundente de crítica e ironia, dosada de magnífica verve.

Com duas edições de doze páginas, a 24 e 25 de julho do mencionado ano, comemorou-se, pela primeira vez, o aniversário do **Jornal Pequeno**. Num balanço de atividades, no

tocante à última fase, escreveu Melquiades Montenegro: “Batemo-nos pelas causas mais nobres, quer no campo político, quer social, quer humanitário: A gratificação de Natal dos servidores do Estado e dos comerciários, em geral. O aumento do funcionalismo público. A campanha contra a exploração dos açambarcadores. A fiscalização sobre os gêneros alimentícios. A defesa dos oposicionistas, ameaçados de esmagamento pelo rôlo compressor do **queremismo** redivo. A luta aberta e arriscada contra o “voltaremos” e o comunismo. A decisão retilínea e inabalável de vencer as últimas resistências de Agamenon Magalhães, levando-o à vala comum do aniquilamento político”.

Zilde de Enock Maranhão começou, nessa época, a escrever a “Crônica do Interior”, e Augusto Rodrigues Filho divulgava expressivas **charges**.

Nova campanha política encetou a fôlha, a partir de dezembro, tendo como objetivo a propaganda da candidatura Neto Campelo Júnior ao govêrno do Estado, contra a do situacionista Barbosa Lima Sobrinho.

Suspensa durante a campanha eleitoral anterior, a crônica de Altamiro Cunha, “A Esquina”, foi restabelecida, por alguns meses, sendo publicada a última a 2 de junho de 1947.

Sucederam-se seções, tais como: “Diga o que quiser”, “Os casos dolorosos da cidade”, “Reportagem do dia” e “Uma sugestão para você”, surgindo, ao mesmo tempo, novos colaboradores, a saber: Arnóbio Graça, Vicente Gil, Coronel Vilaronga Fontenele, Manuel Maria de Crasto, Berguedof Elliot, Airon Rios, Alde Sampaio, Manuel Diegues Júnior, José Lins do Rêgo, Francisco Julião, Leonel Borba, Romeu Negromonte, ainda Mário Sete, Fernando Tasso de Sousa, Ivaldo Coutinho, Carlos Pimentel e outros.

Na edição de aniversário, de 18 páginas (a maior já verificada), a 24 de julho de 1948 (seguiram-se mais duas edições comemorativas, de 12 páginas, a 26 e 27), escreveu o articulista: “Circulando no Recife há 49 anos, o **Jornal Pequeno** é o mais antigo vespertino de Pernambuco e de todo o norte do Brasil, faltando averiguar se não o será, também, de tôda a imprensa do país, o que tem grandes visos de probabilidade.

“Em sua história mais recente, o **Jornal Pequeno** ligou-se honrosamente à campanha da restauração democrática no Brasil, tendo formado cedo ao lado daqueles órgãos da imprensa do país que lideraram, nos diferentes Estados da Federação, o movimento cívico e político tendente a eliminar a torva experiência autoritária do Estado Nôvo, para

ensejar a recuperação dos nossos melhores destinos democráticos”.

Sôbre a data escreveram Mário Sete (36) e Leduar de Assis Rocha, sendo do artigo dêste último os tópicos seguintes: “Mesmo depois da revolução de 30, o **Jornal Pequeno**, que sofreu o seu quinhão de dissabores, não se desmandou nos doestos que as máguas justificavam; tratou de ajudar a alvorada da nova ordem prometida ao Brasil, com patriotismo e civismo, esquecendo o passado e olhando para o futuro desta grande pátria”. “Formando jornalistas, dando oportunidade aos novos que se iniciavam, estimulando vidas que ingressavam nas competições do mundo, o **Pequeno** foi de uma largueza incomparável, espalhando, sem medidas, a alma generosa dos seus diretores. A palavra amiga, o adjetivo sensibilizador, a acolhida franca, o desejo eterno de servir, tudo isso, que alevanta e enobrece o coração humano, era marcante nas colunas do jornal dos irmãos Medeiros”.

Nêsse ano, depois de divulgar uma série de artigos assinados, Josimar Moreira de Melo entrou para o corpo redacional do vespertino. Silvino Lopes, além da seção diária, vinha escrevendo, aos sábados, a “Galeria Literária”. Ocorriam reportagens de Guerra de Holanda (Augusto), Valdemir Maia Leite, Gasparino da Mata, Édson Régis, Édison Nery da Fonseca, Romão Sampaio e José M. Dias da Silva.

Em fevereiro de 1949 iniciava-se a divulgação da “Mesa Redonda”, constituída de crônicas políticas assinadas por **Dalembert Júnior**. Crônicas de rádio vinham sendo escritas por Luís Maranhão Filho, Nilson de Oliveira e Paulo Ricardo.

Nova alteração na tabela de assinaturas verificou-se a 21 de março, passando a serem cobrados Cr \$160 pela anualidade e Cr \$90 pelo semestre, enquanto o número avulso subia para 80 centavos. Modificou-se a paginação, transferida a seção desportiva para a última página, sendo as três últimas colunas da terceira reservadas a pequenos comentários, nos quais não deixava de ser alvo de críticas a

(36) O escritor Mário Sete, que começou a colaborar no **Jornal Pequeno** em 1909, teve ocasião de evocar as reuniões costumeiras na redação do simpático órgão, tôdas as manhãs dos dias úteis, ao tempo do diretor Tomé Gibson. Eram habituais, com pequenas variantes, naquelas palestras, o próprio Mário Sete, Chateaubriand de Melo (pai de Assis Chateaubriand), o engenheiro Eduardo de Moraes, o médico Otávio de Freitas, o jornalista Gonçalves Maia, o banqueiro Manuel Medeiros, o filólogo Júlio Pires, o tenente Vital Sobrinho, o colecionador de jornais Santana Araújo e o vigário João Augusto.

Mário Sete faleceu a 25 de março de 1950.

administração do Governador Barbosa Lima Sobrinho, sobretudo no tocante ao velho problema do jôgo, proibido mas sempre consentido, o que, além de reportagens locais, mereceu uma série de ataques de Carlos Lacerda, em artigos no **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro, transcritos com grande destaque.

A 11 de abril tinha início a série “Do diário de um revolucionário de 30”, assinada pelo **Reservista do 333**; e a 13 de maio nascia a seção “De camarote”, na primeira coluna da terceira página, em que Josimar Moreira de Melo se ocupava de tudo e de todos. Na edição de 4 de julho, Dias da Silva divulgou interessante reportagem retrospectiva, sob o título “Como se fazia jornal há 50 anos”, dela constando o excerto abaixo:

“Há 50 anos atrás o desembargador Sigismundo Gonçalves — bancando o Moraes Rêgo (37) daqueles tempos — exigia do proprietário do **Jornal do Recife** que deixasse de imprimir em suas oficinas um outro pequeno órgão de imprensa que como o de nossos dias (38), dizia certas coisas desagradáveis aos poderosos da época: deixava de circular o **Pequeno Jornal**, diante dos protestos de tôda a imprensa recifense”.

Foram colaboradores do vespertino, no biênio transato: Alvaro Palhano, Ranilson de Sá Barreto, Aristótelis Alves, Baltazar da Câmara, Paulo Travassos Sarinho, José Barradas de Crasto, Dalva Maranhão Schoettner (dos Estados Unidos), Alfredo Vieira, Agostinho A. dos Santos Silva, Nelson Firmo e Augusto Duque.

Em data de 24 de julho (1949), o **Pequeno** solenizou seu cinquentenário com uma edição de 18 páginas, em três cadernos, na qual foi homenageada a memória de Joaquim Nabuco, que, segundo o editorialista, “via, sobretudo, na imprensa, um indispensável recurso para a formação de um povo jovem como o nosso, sem grandes tradições e sem grandes correntes de opinião”. A página dedicada ao centenário do grande abolicionista incluiu o seu autógrafo, outros clichês, trechos de sua obra e substancioso artigo de Jordão Emerenciano.

No dia seguinte iniciava-se a divulgação de “O Recife

(37) Referia-se ao “interêsse do engenheiro Moraes Rêgo”, prefeito do Recife, junto ao deputado Agamenon Magalhães, presidente da **Empresa Folha da Manhã**, no sentido de conseguir fôsse sustada “a impressão do **O Debate** nas oficinas da Travessa da Madre de Deus”.

(38) **O Debate**, semanário independente, mas impetuoso na crítica à política administrativa municipal.

há 50 anos”, com o noticiário principal resumido das edições da referida época. Substituindo Josimar Moreira, iniciou Júlio Barbosa, a 5 de janeiro de 1950, a crônica diária “Rua da vida”, que dizia comportar tudo o que pudesse “ser comentado, ventilado, abordado, dissecado, revolido, mas sempre no interesse da maioria”, acrescentando: “Por aqui passarão os políticos, os apolíticos, os deistas, os agnósticos, os crentes e descrentes, honestos e desonestos; homens de bem e sacripantas; fatos sociais e políticos”.

Ao completar o primeiro aniversário da “Mesa Redonda”, o pseudônimo **Dalembert** Júnior foi substituído pelo nome do seu criador, Dias da Silva, que escreveu: “Durante todo esse período nem sempre sem acidentes e muitas vezes com uma repercussão que nos surpreendia, o subscritor desta seção revestiu-se de um certo e já previsto mistério, cujo sabor tinha sido o único motivo do seu aparecimento. Hoje, já não existe mais o mistério, tudo caiu na rotina, fugiu o sabor e, com êle, está visto, o motivo do seu aparecimento.

A 25 de março, **Antônio Ricardo** parou com as crônicas d’“A Nota”, dizendo que ia “embora para Passargada”, onde era “amigo do rei”, despedindo-se dos seus personagens (39). No mês seguinte, precisamente no dia 20, **O Grande Polegar** suspendia, igualmente, em definitivo, a “Bota de 7 Léguas”.

Começou, por essa época, nova campanha em prol da candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República.

A gerência, que vinha sendo exercida por Melquíades Montenegro, foi entregue, a 1 de junho, a J. Soares, justamente quando o jornal atravessava uma de suas piores crises financeiras.

Novos colaboradores surgiram, tais como José Gusmão de Andrade, J. A. Barreto Guimarães, Pereira Neto, com as “Notas a Vôo de pássaro”; João Calado Borba, “Notícias do Interior”; Enock Lopes Cavalcanti, Morse Lira, Anísio Filho, o das “Maravilhas”, aos sábados, em que bordava comentários sobre Literatura; Joel Silveira, Luiz do Nascimento, etc. Por longo tempo, Viriato Rodrigues fez a crô-

(39) Os “personagens” do satírico **Antônio Ricardo** eram os maiores do situacionismo, por êle mencionados através dos apelidos abaixo: Barbosa Lima Sobrinho — **Beletrista Cintra Lima**, o “frio, cético e distante”; Agamenon Magalhães — **O Chefão**; Gercino Malagueta de Pontes — **Riso Bêsta**; Antônio Tôrres Galvão — **Pescoço de sola** ou **Pescoção**; Antônio Novais Filho — **Calabar**; Ulisses Lins — **Vate do Sepulcro**; Luís Antônio de Barros Barreto — **Dr. Cospe-Cospe**; Paulo Germano Magalhães — **Jujuba**; Etelvino Lins — **O tigre de Alagoa de Baixo**; Osvaldo Lima — **Mofófô**; Osvaldo Lima Filho — **Mofófô Júnior**, etc.

nica "Album Elegante". A seção "Cinema e Teatro" tinha como cronistas J. B. e Jaime Souto, enquanto J. escrevia sobre "Rádio". Armando Cunha e Antônio Luís de Barros forneciam reportagens. Zilde Maranhão fizera crônica social e reportagens, inclusive da Conferência Açucareira de Araxá, passando, em fins de 1950, à "Crônica das Sextas-Feiras".

Reforçando a nova campanha político-eleitoral, Gilberto Osório de Andrade, responsável pela redação dos artigos de fundo, instalou, a 10 de setembro, a seção "Duas palavras". No dia seguinte, Gilberto Freyre entrava em luta franca com o agamenonismo, estreando a série de artigos intitulados "Linha de fogo". No mesmo sentido, publicava violentos artigos **Paul Flermont** (pseudônimo de Murilo Costa). De quando em vez apareciam poemas verrinosos de Manuei Bandeira contra Agamenon Magalhães, ilustrados com as caricaturas "China gordo" e "China magro", da autoria de Gilberto Freyre e Vitor Moreira. Dias houve, durante a campanha, em que o **Pequeno** circulou também como matutino.

Novamente derrotada politicamente, a fôlha voltou à velha rotina. A 4 de maio de 1951 alterou-se a tabela de assinaturas, que ficou sendo a seguinte: ano — Cr \$200; semestre — Cr \$100. O número avulso subiu para Cr \$1.

A "Mesa redonda" disse "Até a volta" no dia 28 de junho, e cessaram a 21 de agosto as "Duas palavras", ocupando-lhe o lugar Dagoberto Fernandes Pires, com o título "Ver, Ouvir e Contar". Paulo Matos divulgava "Algumas palavras". Apareciam reportagens de Cisneiros de Carvalho, Ângelo d'Agostini e José do Patrocínio Oliveira, êste último também autor de crônicas literárias, usando o pseudônimo **Alcindo Guanabara**; artigos de R. Magalhães Júnior (transcritos da imprensa carioca), Paulo Matoso, Marcelino Neto, Luís Rocha, etc.

Sem que fôsse suspensa a circulação, nova fase do **Jornal Pequeno** teve início a 18 de março de 1952, dirigindo-o Ranilson de Sá Barreto. Dizia o editorial de apresentação: "... começa êste nôvo período justamente em uma hora das mais graves da história do país, avassalado por uma terrível crise econômica, política, moral e social. Principalmente em nosso Estado, onde parece que tudo gira em tórno do Campo das Princesas, transformado, por obra e graça da acomodação a que muitos se submetem, em um como que centro de estranho e ridículo sistema planetário".

"Um por um, todos os erros serão denunciados — e apontados à opinião pública os nomes dos responsáveis. Sem atingir a pessoa de quem quer que seja, respeitando a digni-

dade alheia, não cederemos, todavia, uma polegada na luta que se reclama”.

Nessa fase houve ligeiras modificações na feição material do já velho órgão. Quanto à parte intelectual, assumiu a secretaria Geraldo Seabra, sendo admitidos, como redatores, Everardo de Vasconcelos, Múcio Borges da Fonseca, Paulo Antunes, Mauro Almeida e Ângelo d'Agostini, êste encarregado da seção “Cinema — Teatro — Rádio”, sendo redatores ou cooperadores da página desportiva: Laudenor Pereira, Nelson de Castro e Silva, Rildo Uchoa, Jorge Costa, Stélio Gonçalves, Gilson Correia e Luís Gonzaga.

Apareceram outras seções, outros colaboradores, ocorrendo reportagens sensacionais de Clodomir de Moraes, Afonso Ligório e Homero Paiva, inclusive a série dêste último: “Eu controlei o telefone de Mussolini”; reportagens políticas de **L. H. da Silveira** (pseudônimo de Costa Pôrto); “Cortes e recortes”, de Alberto Campelo; histórias em quadrinhos; artigos de Nelson Firmo, Otávio L. de Moraes, Otoniel Marinho Espinola, Sotero de Sousa, Elsa Cardoso, Oliveira Litrento e outros.

A 27 de maio foi substituído o clichê do título, incluindo-se-lhe abaixo o slogan “A verdade nua e crua”, e a 28 de outubro a empresa transformava-se em “Gráfica Editora do Recife S. A.”, sob a mesma direção individual.

Prosseguiu, em 1953, o programa de jornal movimentado e variado, de manchetes sensacionais e a inovação, já vinda do ano anterior, de chamar a matéria, da primeira para as páginas centrais, com uma letra forte, em lugar da repetição da epígrafe. De janeiro a fevereiro, divulgou, com exclusividade em Pernambuco, uma série de 31 artigos de Elianor Roosevelt, sob o título “Roosevelt, o homem e o estadista”. Outra grande série, lançada após, foi “A morte vem do Kremlin”, por Alexandre Barmini. Na página de Desportos — a última — nasceram duas seções de crônicas: “Dentro e fora do ring”, de **Joe Sopapo**, e “Na seara hípica”, de **Charrua**.

O comentarista político, revoltado com certos processos, escreveu, a 20 de março, entre outras considerações: “O que desperta reação, porque encerra, envolve aspectos ignominiosos e indefensáveis, é êste processo de estabelecer o suborno como arma de catequese, a distribuição de empregos como meio de conseguir adeptos, fazendo do dinheiro a argumentação final”. Acentuou que a “política brasileira, de modo geral, oferece sinais evidentes de deturpação e desvirtuamento”.

O aniversário do vespertino, a 24 de agosto de 1953, não mereceu mais do que a edição de rotina. O editorial assim concluiu: “Decorridos 54 anos de sacrifícios e canseiras, quando estamos no limiar de uma nova etapa de nossa vida, registemos êste fato bem expressivo no jornalismo da terra: o **Pequeno**, em 1953, como em 1899, em 911, 15 e na década de 20 a 30 e nos anos que se seguiram, é o mesmo jornal integrado na vida partidária estadual e nacional, o mesmo órgão de opinião que levou Tomé Gibson ao Pretório e cuja voz a revolução de 30 pretendeu abafar pelo saque e pela depredação, inclusive ateando fogo à residência do nosso saudoso e boníssimo diretor Renato de Medeiros, cujo nome, como o de seu irmão Romeu, recordamos, nêsse instante, com reverente saudade, o do primeiro, e o do segundo com respeito e gratidão.

“Já se vê, por aí, que temos bons exemplos a seguir e que não nos intimidam as ameaças dos cézares de papelão que pretendem, pelos mais variados processos, desde o insulto à infâmia, desde a calúnia ao ranger de dentes, fazer-nos parar em meio ao caminho que estamos percorrendo e que teve a desbravá-lo tão nobres e esplêndidas figuras do jornalismo pernambucano”.

Na mesma data Everardo de Vasconcelos publicou uma nota explicativa da ausência definitiva de sua seção “Murallas de Jericó”, onde abordava diferentes assuntos, desde março do ano anterior, em linguagem repleta de gíria, espécie de carta-aberta dirigida à “nossa amisade” Fulano ou Beltrano. É que o redator-secretário sugerira ao companheiro usar linguagem correta. Ficou o “Muro das lamentações”, em que figuravam queixas e reclamações dos leitores.

Outros repórteres vieram à tona, como Romildo Maia Leite, Adalberto Duque e Geraldo Tavares. Ao pé das duas primeiras colunas da terceira página firmou-se “A pequena reportagem”, matéria circulada, com a divulgação de acontecimentos-relâmpago. Alberto Campelo passou a escrever “Canto de página”; Antônio Albino Pinheiro criou o “Baú de turco”, de pouca duração; Armiragi Breckenfeld assinava “Notas de meu caderno”; Sylvanus e Evelyn Duvall eram responsáveis por “Problemas de família”; D. Nobre fazia comentários radiofônicos e Augusto Duque continuava a comentar os acontecimentos da atualidade.

A partir de 19 de agosto desenvolveu-se mais a parte editorial, passando “O momento político” a ocupar as duas primeiras colunas da terceira página, ficando as duas últimas destinadas a outros comentários.

Logo mais, a 27, a emprêsa iniciou um movimento de subscrição para aumento de capital, visando a “conseguir recursos necessários ao alargamento de suas atividades industriais e jornalísticas”.

“Não sendo órgãos de classe, nem de partidos, nem de fações” (40), a subscrição fazia-se entre o povo, dado “o intuito de apresentar jornais de fundo eminentemente popular”. Foram lançadas 4.800 ações, de Cr \$500, a fim de que o capital subisse de Cr \$3.600.000 para Cr \$6.000.000.

Luís Cisneiros, que vinha divulgando artigos esparsos, passou a assinar, desde 28 de novembro, a crônica diária “Rondó político”. Divulgavam-se artigos políticos de J. E. de Macedo Soares, transcritos do **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro.

Ao iniciar-se 1954, além do secretário, participavam do corpo redacional: Jorge Abrantes, comentarista; Enildo de Sá Barreto, Ângelo d’Agostini, Oscar Melo, Ronildo Maia Leite, Afonso Ligório, Luís Carlos Lopes, Rildo Uchoa e Gilton Pessoa, os três últimos do setor desportivo. Revisores: Vicente Noblat, Landulfo Medeiros e, depois, Ivanildo de Sá Barreto e Sílvio Pessoa. A gerência continuava a cargo de J. Soares, exercendo a chefia das oficinas Albérico Pena.

No mês de fevereiro começou João Domingos da Fonseca a escrever “Eu penso assim”, declarando, a princípio: “Aqui se falará sôbre economia, finanças, direito, literatura, política, fatos diversos, sôbre tudo. Um tanto pela rama. E sairá, apenas, o que eu penso”. A primeira página da edição do dia 6 dedicou grande espaço ao município de Joaquim Nabuco, que, ao celebrar sua emancipação, na véspera, aclamara o **Jornal Pequeno** como “defensor intransigente das idéias do povo” da localidade, e o jornalista Afonso Ligório como “cidadão de Joaquim Nabuco”, por ter feito a campanha emancipacionista.

A 9 de março voltou **Antônio Ricardo** com a crônica “A Nota”, dizendo que “o mais conveniente, nesta época de surpresas desconcertantes”, era mesmo “escrever com a pena da galhofa”. Todavia, não foi além do dia 26. No mês seguinte entrou o **Pequeno** a circular acompanhado, aos sábados, da revista **Singra**, editada no Rio de Janeiro, com divulgação em vários Estados, como suplemento de jornais.

Salientavam-se, no vespertino, as crônicas de Otoniel

(40) Editava, também, **O Dia** (ver “Diários do Recife”, vol. III).

Marinho Espinola, o comentário político de H. Tupinambá e artigos de Pedro Dantas, êstes transcritos do **Diário Carioca**, do Rio. Ocorriam reportagens assinadas por Mozart Ribas, enquanto **Lirio Lago** (pseudônimo de Rui Barbosa de Lima) escrevia crônica mundana.

Circulou, às 16 horas de 13 de agosto, uma edição extraordinária com a seguinte manchete: “Quem fizer comício hoje perderá a eleição”, seguida da reportagem de Afonso Ligório: “O diabo anda solto na face da terra”. Noutro local noticiava-se o suicídio do industrial Armindo Moura.

Encetada nova campanha para a sucessão governamental, o **Pequeno** defendeu, ardorosamente, a candidatura do General Cordeiro de Farias, que viria a ser eleito nas urnas.

A partir de 16 de setembro, forçado pelo “alto custo das matérias primas utilizadas na confecção do jornal e o constante aumento de salários”, o vespertino, em consequência de convênio com o **Diário da Noite** (ver “Diários do Recife”, vol. III), elevou o preço da vendagem avulsa para Cr \$1,50, sem alteração no preço da anuidade.

Na última edição do ano — n.º 298, ano 55, de 31 de dezembro de 1954 — lia-se, devidamente destacada, a nota a seguir: “No dia de hoje, quando se encerram as atividades de 1954, queremos agradecer a todos aquêles, comerciantes, industriais, colaboradores e leitores a valiosa cooperação dispensada a êste vespertino, no decorrer de mais essa etapa que conseguimos vencer, graças ao concurso, repitamos, que de todos êles recebemos. Do mesmo modo, a direção do **Jornal Pequeno** externa, de público, os seus agradecimentos ao pessoal gráfico, redacional e da gerência, pelo inestimável concurso que nos deu nos setores das suas atividades e sem o qual não teríamos encerrado de modo tão auspicioso o seu 55º ano de circulação”.

O velho órgão, que era distribuído ao meio dia, mantinha-se sob a direção de Ranilson de Sá Barreto (41) (**Bib. Pub. Est. e da Fac. Dir. UFP**) (42).

A CONCENTRAÇÃO — Diário matutino, de feição política oposicionista, saiu a lume no dia 23 de setembro de 1899, em formato grande de sete colunas e agradável aspecto gráfico.

(41) Continuou a publicação em 1955, para terminar — ano 60.º — a 24 de fevereiro de 1958.

(42) A coleção da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco acha-se desfalcada do primeiro ano, só começando em julho de 1901.

Redatores — Faelante da Câmara, Antônio de Sousa Pinto, Adelino Filho, Artur Orlando, Tito Rosas, Luís de Andrade, Artur de Albuquerque e Gervásio Fioravanti; gerente — Manuel dos Santos Pimentel; administrador das oficinas — José Xavier Coelho. Com redação, escritório e tipografia situados no Cais da Regeneração (atual Avenida Martins de Barros) n.º 32, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; para fora da capital: 28\$000, 14\$000 e 7\$000, respectivamente. Preço do exemplar — 100 réis.

Em longo artigo de apresentação, o editorialista focalizou o regime político do país, em geral, e a administração estadual, em particular, dizendo a certa altura: “O sol que coroou de luz os cimos legendários dos montes Guararapes, que armou um toldo de ouro por cima do pequeno local em que foi fuzilado Caneca, o sol que deu reflexos de pedras preciosas às paredes nuas das masmorras em que apodreceram os nossos heróis, não chegou ainda ao seu zênite. O que nós estamos vendo é apenas um sinal de luto da pátria que se supõe viúva dos seus ideais”.

Frisou que as causas do desequilíbrio econômico de Pernambuco eram “as sangrias nerônicas no Tesouro, para servir aos amigos o vinho que tonifica a dedicação partidária”. E concluiu: “**A Concentração** é mais uma tenda que se ergue para oferecer abrigo aos perseguidos, é uma tribuna ampla, donde se pode gritar para a rua: **aqui d’el rei**, contra o sabre da prepotência e as extorsões da camorra política que se assenhoreou dos cargos públicos em Pernambuco”.

Ainda no primeiro número, logo em seguida ao editorial, divulgou um memorial dirigido “ao Estado de Pernambuco” e “aos nossos conterrâneos”, assinado por José Mariano, Coelho Cintra e Martins Júnior, denunciando a “crise excepcional em que se debate a pátria pernambucana, avassalada por uma oligarquia que a paixão partidária obseca”, de modo a tornar-se o governo “um órgão de profundas perturbações na evolução econômica das suas forças vivas”.

O memorial concitava “a organização de todos os elementos políticos que se proponham a lutar com energia pela reivindicação da verdade democrática”, concluindo por delegar poderes ao Barão de Contendas, a João Ribeiro de Brito e Antônio Carlos Ferreira da Silva, para promoverem e dirigirem a Concentração Republicana.

Apesar de conter duas páginas de anúncios, o matuti-

no comportava bastante matéria nas duas outras, a saber: incisivos artigos redacionais, serviço telegráfico, folhetim, seções satíricas, noticiário sôlto, sem título, entremeado de foguetes de propaganda comercial, e alguma literatura, seção da qual era encarregado Antônio de Sousa Pinto, inserindo versos de sua lavra e de outros nomes em evidência, tais como Carlos Pôrto Carreiro, Teotônio Freire, Generino dos Santos, Carlos Lira Filho, Xavier Coelho, **Gregório Júnior** (pseudônimo de João Gregório Gonçalves), Mendes Martins, Júlio de Medeiros, Gaspar Uchoa, Aristeu de Andrade, e outros. Pedro Botelho assinava verso e prosa, enquanto Raul Azêdo divulgava artigos de natureza científica e, por fim, de crítica administrativa.

A **Concentração** fêz rígida oposição à chefia política do Conselheiro Rosa e Silva e ao govêrno de Sigismundo Gonçalves, entrando em polêmica com a "Coluna Republicana" do **Jornal do Recife**, tudo, porém, em linguagem circumspecta e comedida. O corpo redacional só constou do Expediente até 14 de novembro.

As eleições de 7 e 31 de dezembro, para Governador do Estado e para o Congresso, ocuparam grande espaço do jornal, desde a propaganda até a apuração dos votos, em meio a críticas acerbas ao situacionismo, acusando-o de fraude e subôrno.

Até 31 de dezembro foram publicadas 82 edições, para começar 1900 com a de 4 de janeiro — número 1, ano II — não tendo circulado na véspera devido ao exacerbamento de paixões ocasionado pelo incêndio do Mercado do Derby e consequente prisão de Delmiro Gouveia, o que deu margem a enérgicos editoriais de combate aos excessos de policiamento.

Divulgou longa relação de livros, para distribuição a quem pagasse nova assinatura adiantadamente. A 12 de janeiro iniciava-se a crônica diária "No grave", com a assinatura de **Ulisses**, que, só no dia seguinte, explicou: "O meu fito, nesta seção, não é fazer preleções sôbre degenerescência físico-psíquica; nem venho fazer o diagnóstico do grande mal que, neste momento, ataca, de um modo cruel, a raça latina". Comentaria, sem pretensões, assuntos do cotidiano.

Ainda nesse mês, desde o dia 24, Rodolfo Araújo divulgou uma série de artigos sôbre o assassinio, em condições misteriosas, da senhora Rita Vanderlei, proprietária da Usina Estreliana. No mês seguinte, as edições de 25 e 27 dedicaram bom espaço da primeira página ao Carnaval. Sempre criticando a atuação de Rosa e Silva e, depois, a adminis-

tração do nôvo governador Gonçalves Ferreira, dedicando, porém, mais espaço à propaganda comercial, o matutino prosseguiu sua existência, já politicamente descoroçoado.

No mês de agôsto surgiu, nas colunas d'**A Concentração**, o nome de Manuel Duarte, nôvo redator, assinando sonetos, a "Crônica" dominical e a seção satírica "Matutinas", na qual usava o pseudônimo **Sílvio Murat**.

Foram outros colaboradores da Seção Literária: Paulo de Arruda, Zeferino Brasil, José Henrique, Natividade Lima, **Pio Piparote** (pseudônimo de Artur Benício de Araújo Lima), **Juca Timbiraçu** (Júlio Medeiros), Manuel Tabor, Mário Júnior, Virgílio Várzea, **Lulu Pelintra** (Eurico Vitrúvio), Nilo Câmara, José Lima, Carvalho Araújo, João Barreto de Menezes, França Pereira, Eugênio de Sá Pereira, Ribeiro da Silva, etc.

Já descuidado e mal impresso, os anúncios invadindo até a primeira página, copiando telegramas de outros jornais, sem nenhuma vibração, o órgão da malfadada Concentração Republicana vivia precariamente, sem deixar, porém, de atacar a política rosista.

Não foi além da edição de 8 de novembro de 1900, que tomou o número 249 (1) (**Bib. Pub. Est. e da Fac. Dir. - UFP**).

O ANNUNCIADOR COMMERCIAL — Jornal especializado, de publicação diária, surgiu no dia 3 (1*) de outubro de 1899, em formato grande, de sete colunas, com quatro páginas. Proprietários — Bressan & Bettini, sendo o trabalho material da tipografia de Tondela, Cockles & Cia., situada à rua do Imperador ns. 46 e 48, aí também instalado o escritório-redação.

De agradável aspecto, o título em semi-círculo, trazia abaixo dêle, além das informações acima, o seguinte: Órgão para todos — Em tôda parte". A apresentação, sob o título "Expediente", abrindo a segunda página, dizia: "... a idéia corresponde ao fim a que se propõe e o seu nome traduz tudo

(1) Não 240, como está nos "Anais", de Alfredo de Carvalho.

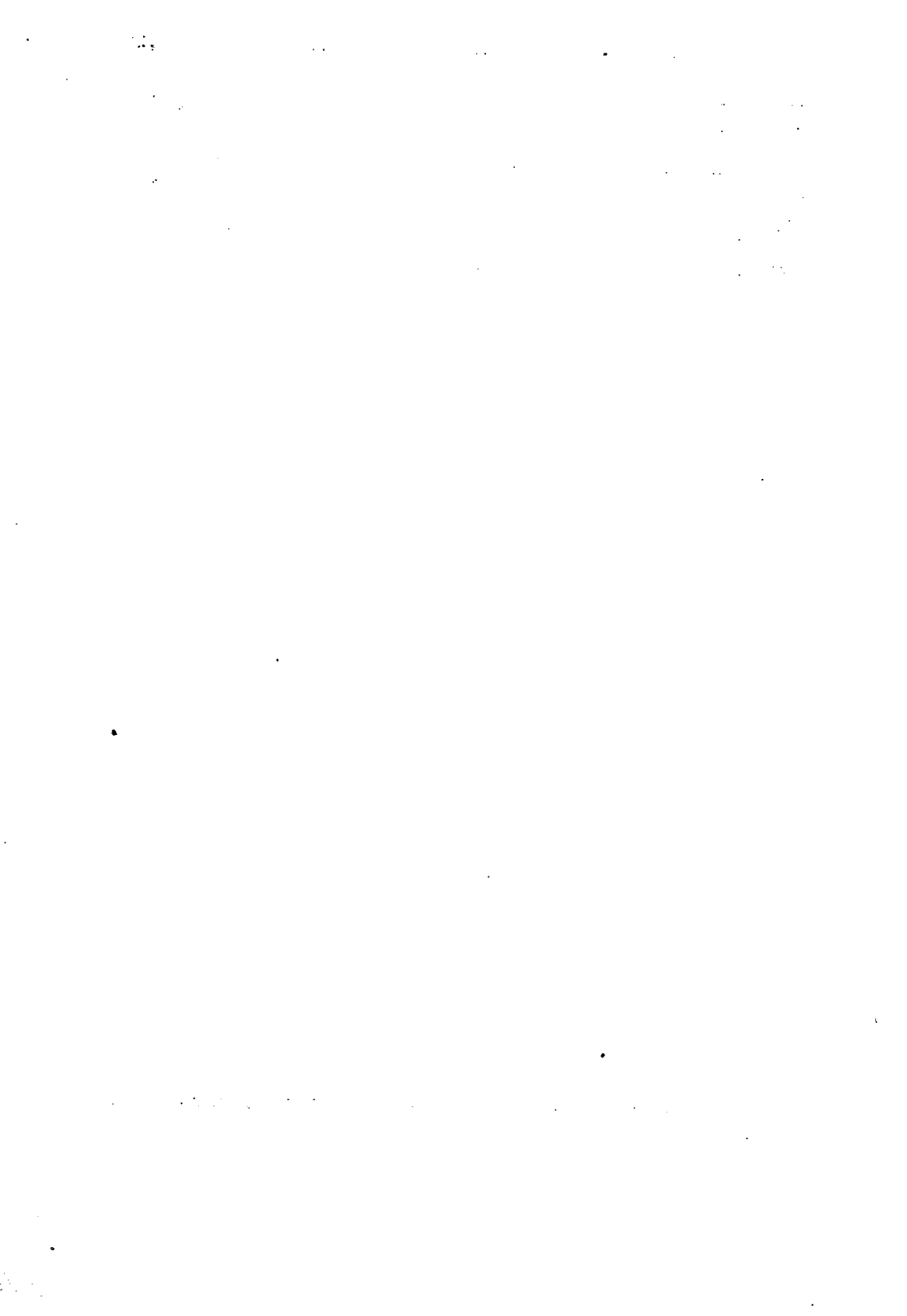
(1*) Não no dia 1, como consta do registo feito no "Dicionário", de Sebastião Galvão.

isso”; daí, a desnecessidade de programa para a fôlha, que se tornaria “acessível aos anunciantes pela modicidade de preços”.

As páginas, uniformemente arranjadas de anúncios, destinavam a coluna do centro a notas curiosas e humorismo.

Afora a edição de estréia, existem comprovantes de mais duas, datadas de 5 e 7 de outubro (2) (Bib. Pub. Est.).

(2) Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, só mencionou a existência do primeiro número.



ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abrantes (dos Santos), Jorge — 416.
Abreu, Anísio (Auto) de — 271, 331.
Abreu, Casimiro de — 97, 161.
Abreu, Gumercindo de — 226.
Abreu, (Francisco) Pinto de — 333, 346.
Abreu, Plácido de — 282.
A. Filho — 331.
Agostini, Ângelo d' — 413, 416.
Agra, Manuel Gonçalves — 81.
Aguiar, general Cerqueira de — 119.
Aguiar, João José Ferreira de — 27.
Aguiar, João Juvêncio Ferreira de — 252, 370.
Aguiar, José Bento de — 39, 40.
Aguilar, Julieta d' — 360.
Aires, Clemente — 329.
Aires, J. Cardoso — 408.
Aires, (Luís) Cardoso — 150, 400.
Alamares, Cláudio, — 395.
Albergária, Sá d' — 210.
Albuquerque, Antônio C. de — 136.
Albuquerque, Cândido Autran da Mata e — 82.
Albuquerque, Demétrio de — 127, 175.
Albuquerque, Demócrito Cavalcanti de — 111, 246, 247, 248.
Albuquerque, Domingos — 222.
Albuquerque, Eduardo de — 207.
Albuquerque, Epaminondas (Lins) de — 127, 245, 333, 346.
Albuquerque, Etelvino Lins de — 135, 412.
Albuquerque, Fernando de Sá e — 141, 397, 400.
Albuquerque Filho, João Feliciano da Mota e — 395, 401.
Albuquerque, Francisco de Paula Cavalcanti de — 31.
Albuquerque, Gomes — 275.
Albuquerque, Herculano de — 126, 392.
Albuquerque, Jaime de — 157.
Albuquerque, João Pessoa Cavalcanti de — 153.
Albuquerque, (Joaquim José de Campos da Costa) Medeiros e — 119, 231, 282, 361, 362.
Albuquerque, (José) Filemon de — 136, 143, 144, 147, 148, 150, 154, 157.
Albuquerque, Júlio C. — 136.
Albuquerque, Laurino de — 344.
Albuquerque, Lídio Mariano de — 246.
Albuquerque, Lourenço de Sá e — 114, 194 197.
Albuquerque, Mateus de — 140, 214, 216, 217.
Albuquerque, Maturino Monclar Cavalcanti de — 392, 395, 398.
Albuquerque (Melo), Artur (Henrique) de — 191, 205, 213, 217, 218, 306, 380, 418.

- Albuquerque, Pedro Autran da Mata e — 73, 85, 90, 92, 96.
 Albuquerque (visconde de Camaragibe) Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de — 35, 39, 52, 89, 183.
 Albuquerque, Rodolfo de — 252.
 Albuquerque, Sebastião de — 229.
 Albuquerque, Soriano de — 210, 372, 376.
 Albuquerque, Teófilo de — 134, 215.
 Albuquerque, Ulisses Lins de — 412.
 Alcântara, Agripino de — 228.
 Alcântara, Nelson de — 159.
 Alcino, Romualdo — 141.
 Alcoforado Júnior — 246.
 Alecrim, Otacílio — 230.
 Alencar, Armando — 153.
 Alencar, Corina de — 333.
 Alencar, José de — 346.
 Alencar, Osório de — 406.
 Alencar, Paulo de — 295.
 Alencar, Renato de — 236, 399.
 Almeida, Cipriano José Barata de — 51.
 Almeida, Filinto de — 249.
 Almeida, Francisco Augusto de — 108.
 Almeida, José Américo de — 229, 232.
 Almeida, Júlia Lopes de — 392, 395.
 Almeida Júnior — 360.
 Almeida Júnior, Cussy de — 148.
 Almeida, Leonardo Franco de — 146, 246, 249.
 Almeida, Mamede Lins de — 166.
 Almeida, Mauro — 414.
 Almeida, Miguel — 137.
 Almeida, Osvaldo (Anibal) de — 132, 133, 142, 146, 217, 389, 392, 396, 398.
 Almeida, Plácido de — 372.
 Almeida, Rufino Augusto de — 167.
 Almeida, Tomaz Xavier Garcia de — 18, 36, 52, 53.
 Altavila, Jaime d' — 229.
 Altino, Edgar — 398.
 Álvares, N. — 96.
 Alves, Alfredo — 350.
 Alves, (Antônio de) Castro — 100, 238, 277, 353.
 Alves, Aristótelis — 411.
 Alves, conselheiro Francisco de Paula Rodrigues — 388.
 Alves, D. José Pereira — 400.
 Alves, (José de) Brito — 141, 142, 143.
 Alves, Justino — 387.
 Alves, (Manuel) Enéas (de Sousa) — 142.
 Alves, Pedro Alexandrino — 55, 57.
 Amado, Gilberto — 137.
 Amaral, Ângelo do — 333.
 Amaral, Benjamin Gurgel — 259.
 Amaral, Crispim do — 215.
 Amaral Filho, Leônidas do — 143.
 Amaral, Getúlio — 217.
 Amaral, José Maria do — 124, 134.
 Amaral, Leônidas do — 148, 150.
 Amaral, tenente Rubens do — 159.

- Amorim, Gomes de — 118.
Amorim, Gumercindo de — 157.
Amorim, José de — 289, 293.
Amorim, Miguel de — 182.
Amorim, Valdemar de — 149.
Andrada e Silva, José Bonifácio de — 189.
Andrada, Martim Francisco Ribeiro de — 387.
Andrade, (Manuel) Aristeu (Goulart) de — 129, 297, 342, 372, 376, 419.
Andrade, Braz Florentino Pais de — 227.
Andrade, Caitano de Almeida — 212, 390.
Andrade, Carlos Luis de — 408.
Andrade, Francisco Brederode de — 82.
Andrade, Francisco de Carvalho Pais de — 24.
Andrade, Geraldo de — 227, 230, 232.
Andrade, Gilberto Osório de — 406, 413.
Andrade, João Alves de Lira — 380.
Andrade), Joaquim Inojosa (de — 148, 149.
Andrade, Joaquim Correia de Oliveira — 194.
Andrade, José Gusmão de — 412.
Andrade, Luis de — 418.
Andrade, Manuel de Carvalho Pais de — 28, 164.
Andrade, Paulino de — 408.
Andrade, Paulino de Azevedo — 390.
Andrade, Vitoriano de — 252.
Anísio Filho — 412.
Anjos, José dos — 68.
Anjos, José Rodrigues dos — 224.
Antunes, H. Eugênio — 282.
Antunes, Paulo — 414.
Aquino, Cleodon de — 221, 286, 287, 351.
Aquino, Tomaz (Ferreira) de — 148.
Aranha, Augusto A. de Carvalho — 204, 295, 357.
Araripe Júnior, Tristão de Alencar — 103, 126
Araújo, Abdénago de — 157.
Araújo, Adolfo — 360.
Araújo, Antônio Correia de — 227.
Araújo, Carvalho — 420.
Araújo Filho, (Joaquim de) — 135, 141, 217, 221, 229, 400.
Araújo, Guilherme (Barreto) de — 392, 398, 400, 403, 405.
Araújo, Joaquim — 366.
Araújo, Joaquim José Correia de — 209, 296, 297, 338, 343, 362, 366
Araújo Jorge, J. G. de — 159.
Araújo, Luís Carlos — 182.
Araújo, Manuel Alves de — 120, 193, 287, 288, 289, 293.
Araújo, Manuel José de Santana — 410
Araújo, Milton Correia de — 145
Araújo, Odilon Vidal de — 158.
Araújo, Otoniel de — 214.
Araújo, Severino Correia de — 149, 227
Arôcha, Argemiro — 253, 287, 291, 292, 293, 295, 296, 297.
Aroldo, Jaime — 393.
Aroucha, Manuel — 232.
Arruda, Bertoldo de — 153.
Arruda, Paulo (Gonçalves) de — 128, 129, 130, 285, 295, 345, 350, 351,
352, 357, 368, 371, 372, 374, 376, 377, 420.
Assis, Gil de — 347.

- Assis, Pedro de — 282.
 Assunção, Angelo Ferreira de — 295.
 Assunção, (Francisco) Pereira de — 153, 157.
 Augusto, dr. João — 111.
 Augusto, Ivo — 234.
 Augusto, Mariano — 185, 255.
 Augusto, padre João — 398, 410.
 Austregésilo, José — 182.
Autran Júnior, Henrique — 97.
 Ávila, Carlos d' — 387.
 Azêdo, Raul — 133, 212, 213, 217, 221, 225, 227, 419.
 Azevedo, Antônio da Costa — 405.
 Azevedo, Artur de — 135, 387, 392.
 Azevedo, Feliciano de — 268.
 Azevedo, Francisco Antônio Cezário de — 78, 92, 97.
 Azevedo, Henrique — 266.
 Azevedo, José Soares de — 96, 97.
 Azevedo, José Vitorino da Silva — 166.
 Azevedo, Lúcio de — 358.
 Azevedo, (Manuel Duarte) Moreira de — 97.
 Azevedo, Manuel Mendes da Cunha — 56, 57, 58.
 Azevedo, Miranda de — 395.
 Azevedo, Pedro Vicente de — 189, 276.
 Azevedo, Rodolfo — 227.
 Azevedo, Severino de — 97.
 Azevedo Sobrinho, Alvares de — 195.
 Bahia, Artur — 131, 132, 136, 362, 372.
 Balsemeda, Joaquim Maria — 97.
 Baltar, Alcides — 376.
 Bandeira, Antônio — 296.
 Bandeira, Antônio Herculano de Sousa — 169.
 Bandeira, Antônio Inácio de Tórres — 185.
 Bandeira, Antônio Rangel de Sousa — 169.
 Bandeira, Antônio Rangel de Tórres — 12, 96, 97, 163, 169, 238.
 Bandeira, Irmãos — 150.
 Bandeira, João Carneiro de Sousa — 268.
 Bandeira, Joaquim — 405.
 Bandeira, Manuel — 231, 233.
 Bandeira (o pintor), Manuel — 231, 233.
 Bandeira, Oscar — 142.
 Barata, Alcides — 274.
 Barbosa, Artur Alves — 141, 147, 229.
 Barbosa, Bruno — 298.
 Barbosa, G. F. — 340.
 Barbosa, João de Freitas — 72, 86.
 Barbosa, João de Sousa — 185.
 Barbosa, José de Freitas — 169.
 Barbosa, Júlio — 412.
 Barbosa, Manuel A. Pinto — 269, 281.
 Barbosa, Milcíades — 157.
 Barbosa, Ruy — 219, 305, 323.
 Barbosa, Severino Alves — 141, 151.
 Barcelos, José — 234.
 Barmini, Alexandre — 414.
 Barreto, Antônio Luís C. A. de Barros — 399, 413.
 Barreto, Austricínio Pais — 287.

- Barreto, Enildo de Sá — 416.
Barreto, Fernando de Castro Pais — 113, 124, 188, 279, 331.
Barreto, Francisco Xavier Pais — 45, 46.
Barreto, general Emídio Dantas — 140, 141, 142, 143, 144, 146, 224, 225, 226, 230, 283, 396.
Barreto, Inácio de Barros — 107.
Barreto, Ivanildo de Sá — 416.
Barreto, João Francisco Pais — 185.
Barreto, José Diniz — 264.
Barreto Júnior, Inácio de Barros — 307.
Barreto, Luís Antônio de Barros — 412.
Barreto, Luís do Rêgo — 111.
Barreto, Martinho Garcês Caldas — 138.
Barreto, M. Caldas — 367.
Barreto, padre Francisco Ferreira — 12, 17, 18, 19, 20, 30.
Barreto, Ranilson de Sá — 411, 413, 417.
Barreto, Toscano — 140.
Barreto, Viriato Tavares de Melo — 103.
Barroca, Fernando — 126, 287, 288, 290, 310, 317, 354, 355, 368, 369.
Barros, Antônio de — 143.
Barros, Carísio Crumêncio do Rêgo — 126, 128.
Barros, Eudes — 147, 232, 234.
Barros, F. de Araújo — 97.
Barros Filho, José de — 232.
Barros Filho, Teófilo de — 157.
Barros, Florentino do Rêgo — 391, 392.
Barros (barão, conde da Boa Vista), Francisco do Rêgo — 35, 36, 38, 51, 52, 72, 81, 89.
Barros, Geraldo de — 282.
Barros, J. Júlio de — 96.
Barros, Joaquim Cavalcanti Leal de — 143, 214.
Barros, José de — 230.
Barros, José Joaquim do Rêgo — 173.
Barros, Luís Correia de Queiroz — 252.
Barros, (Manuel de) Sousa — 235.
Barros, Manuel Inácio do Rêgo — 82.
Barros, Miguel — 124, 129, 215, 290, 342, 343, 360, 372.
Barros, Pedro Rêgo — 148.
Barros, Sebastião do Rêgo — 39.
Barros, Severo de — 141, 220, 227, 299.
Barros (barão de Nazaré), Silvino Gonçalves de — 208.
Barroso, Antônio Dias — 214, 272, 333.
Barroso (João do Norte), Gustavo — 141, 292.
Barroso, José Liberato — 111, 163, 248.
Basto, M. — 96.
Bastos, Antônio José Mendes — 238.
Batista, Francisco de Paula — 12, 68, 163.
Batista, Taurino — 145, 146, 147, 149.
Beiral, Mário I. — 221, 222.
Belfort, José Joaquim Tavares — 169.
Bellamy, Eduardo — 333.
Belmonte, Eugênio do Couto — 96.
Belo, Aires de Albuquerque — 198.
Belo, Higino — 210.
Belo, José Maria — 231, 232, 234.
Belo, Júlio (Celso de Albuquerque) — 212, 231, 233, 318, 407.

- Benjamin, Manuel Abrahão de C. — 271.
 Berna, Everino — 148.
 Bernardo, Antônio — 290, 299.
 Bessa, Gumercindo de Araújo — 269.
 Bettini, Bressan & — 420.
 Bevilaqua, Amélia de Freitas — 157.
 Bevilaqua, Clóvis — 157, 193, 252, 255, 268, 282, 330, 331, 357.
 Bezerra, Amaro — 209, 217.
 Bezerra, (Antônio Vicente de) Andrade — 407.
 Bezerra, Ildefonso — 153.
 Bilac, Olavo — 127, 342.
 Birra, Emilio — 223.
 Bittencourt, Epifânio — 97.
 Bivar, Caldas — 400.
 Blank, Juanita — 232.
 Bolitreau, Francisco Pedro — 204, 321.
 Borba, Fenelon — 301.
 Borba, João Calado — 412.
 Borba, (José) Osório (de Moraes) — 145, 222, 227, 400, 406, 407.
 Borba, Lauro — 153.
 Borba, Leonel — 409.
 Borba, Manuel Antônio Pereira — 146, 151, 194, 224, 225, 226, 399.
 Borges, Henrique — 114.
 Botelho, Pedro Joaquim Velez — 129, 282, 283, 316, 357, 419.
 Braga, Ernani — 232.
 Braga, (Gentil Homem de) Almeida — 96, 112, 299.
 Braga, Guilherme — 192.
 Braga, L. Silva — 236.
 Braga, Pedreira — 172.
 Braga, Teófilo — 120.
 Branco, Aristides Castelo — 324.
 Branco, Camilo Castelo — 103.
 Branco, E. Castelo — 147.
 Brandão, Francisco Carlos — 35.
 Brandão, Júlio — 366.
 Brandão, Pedro 153, 157.
 Brandão, Francisco de Carvalho Soares — 182.
 Brasil, Agrício — 227.
 Brasil, Ávio — 157.
 Brasil, Zeferino — 112, 420.
 Breckenfeld, Armiragi — 415.
 Brígido, Virgílio — 210, 269.
 Brito, Durval de — 372.
 Brito, d. Luís Raimundo da Silva — 380, 383.
 Brito, Floriano Correia de — 12, 72, 80, 169.
 Brito, general Antero José Ferreira de — 19.
 Brito, João de — 185.
 Brito, João Ribeiro de — 418.
 Brito, Joaquim Marcelino de — 36, 52.
 Brito, Luís Cavalcanti de Albuquerque — 333.
 Brito, Luís Correia de — 141.
 Brito, (José de) Medeiros — 403.
 Brito, Paulino de Almeida — 298, 328.
 Brito, Silva — 22.
 Broca, Brito — 395.
 Burlamaqui, Fernando — 230.

- Cabral, Francisco — 137.
Cabral, João — 331.
Cabral, cônego Batista — 403.
Cadaval, Belmiro Ferreira da Fonseca — 274, 299.
Caitano, João — 94.
Calado, padre Publio — 408.
Calander, Miguel — 157.
Calazans, Pedro de — 88, 96, 97.
Caldas Júnior — 122.
Caldas, Teresinha — 153.
Caldeira, Fernando — 304.
Calheiros, Agrício Salgado — 157.
Câmara, Baltazar da — 411.
Câmara (Barão dos Palmares), Bernardo José da — 86, 90, 186.
Câmara, J. Lucas da — 333, 354.
Câmara, (João) Laudelino (Dornelas) — 12, 266, 325, 326, 327, 328, 329.
Câmara, José Francisco de Arruda — 81, 82.
Câmara, José Paulino — 102.
Câmara, Nilo (Dornellas) — 420
Camargo, Adalberto — 143, 145, 148.
Camargo, Hermógenes — 281.
Caminha, Antônio Manuel dos Santos — 42, 43.
Campelo, Alberto — 414, 415.
Campelo, (Francisco) Barreto (Rodrigues) — 399.
Campelo, Francisco Carneiro Rodrigues — 267, 271.
Campelo, Gaspar (Cavalcanti) Peres — 377.
Campelo, (João Cláudio), João Rodrigues Carneiro — 135, 386.
Campelo, José (Carneiro Rodrigues) — 220, 395.
Campelo Júnior, (Manuel) Neto (Carneiro) — 409.
Campelo, (Manuel) Neto (Carneiro) — 400.
Campelo, (Manuel) Turiano (dos Reis) — 12, 136.
Campelo, Samuel (Rodrigues Carneiro) — 228, 396, 400.
Campora, frei Angelo de — 153.
Campos, Alfredo — 142, 195.
Campos), Manuel Arão (de Oliveira — 131, 132, 133, 141, 195, 285, 288, 325, 349, 351, 363.
Campos, monsenhor Joaquim Pinto de — 12, 68, 83, 85, 86, 88, 92, 103, 108.
Campos, Tolentino de — 390.
Campos, Umberto de — 147.
Canabarro, Modesto Francisco das Chagas — 94.
Cândido, Airola Barra — 142.
Cândido, Antônio — 261.
Cândido, Felix — 279.
Cândido, João — 221.
Candi, Manuel Filipe da Fonseca — 27.
Caneca, frei Joaquim do Amor Divino — 12, 51, 52, 63, 64, 418.
Caneca, Januário Alexandrino Rabelo — 63.
Caneca, Virgílio Bacelar — 272.
Cardoso, Clodomir — 214.
Cardoso, Elsa — 414.
Cardoso, (José Maria) Moreira — 218, 390.
Cardoso Júnior — 131, 297.
Cardoso Júnior, Pedro Lopes — 149, 150, 153, 154, 155, 156.
Carioca, Joaquim Luís de Melo — 57.
Carlos Júnior, José — 249, 271.

- Carneiro, Aristides — 157.
 Carneiro, Domingos — 271.
 Carneiro Júnior, Francisco Dias — 96, 97.
 Carneiro, Pereira — 302.
 Carneiro, Umberto — 232, 233.
 Carneiro, (Carlos da Costa Ferreira) Pôrto — 134, 210, 216, 271, 295,
 344, 372, 385, 392, 419.
 Carrilho, Honório — 207, 366, 369.
 Carvalho, A. J. Zacarias de — 89.
 Carvalho, Alfredo (Álvares) de — 11, 21, 26, 30, 32, 54, 59, 60, 94,
 102, 130, 134, 135, 137, 138, 140, 165, 168, 219, 240, 241, 252, 254, 258,
 264, 266, 287, 300, 302, 307, 310, 314, 329, 331, 347, 353 355, 363, 366,
 370, 420, 421.
 Carvalho, Alfredo do Carmo — 155.
 Carvalho, Antônio Alves de Sousa — 93.
 Carvalho, Antônio de Barros — 232, 405.
 Carvalho, (Antônio Fernandes da) Silveira — 185, 214, 218, 220.
 Carvalho, Antônio Francisco Cordeiro de — 68.
 Carvalho, Cisneiros de — 413.
 Carvalho, Eduardo de — 118, 169, 182, 209.
 Carvalho, Elísio de — 394.
 Carvalho, Euclides — 392.
 Carvalho, Inocêncio Seráfico de Assis — 82, 87, 111, 163, 174.
 Carvalho, Joaquim — 400.
 Carvalho, Joaquim Cândido da Silveira — 189.
 Carvalho, Joaquim Elviro de Moraes — 82.
 Carvalho, José Nicolau Tolentino de — 205, 207.
 Carvalho Júnior — 129.
 Carvalho, Maria Amália Vaz de — 120, 127.
 Carvalho, Maria R. — 395.
 Carvalho, Rodrigues de — 333, 404.
 Carvalho, Sócrates Times de — 404.
 Carvalho, Viana de — 372.
 Cascão, Fernando — 407.
 Cascudo, Luís da Câmara — 156.
 Castelão, F. G. — 325, 347.
 Castelar, Emílio — 238.
 Castro, Alfredo de — 298, 342, 351, 372, 376.
 Castro, Antônio de — 129.
 Castro, cônego J. — 326.
 Castro, Eduardo de Lima — 149, 228, 397.
 Castro, general Leitão de — 201, 335.
 Castro (frei Miguelinho), padre Miguel Joaquim de Almeida — 172.
 Cavalcanti, Adelmair Tavares (da Silva — 218, 393, 395, 400, 403.
 Cavalcanti, Álvaro Barbalho Uchoa — 307, 309.
 Cavalcanti, Ambrósio Machado da Cunha — 121, 125, 194, 196, 246,
 260, 274.
 Cavalcanti, Antônio de Siqueira — 174.
 Cavalcanti, Augusto — 122.
 Cavalcanti, Carlos de Lima — 152, 230.
 Cavalcanti, Carmencita Ramos — 145, 157, 223.
 Cavalcanti, Dário — 246.
 Cavalcanti, Demóstenes de Olinda (de Almeida — 122, 203, 290,
 318, 333, 344, 346, 347, 357.
 Cavalcanti, Diogo Velho — 170
 Cavalcanti, Enéas — 279.

- Cavalcanti, Enock Lopes — 412.
Cavalcanti, Fernando de Lima — 230.
Cavalcanti Filho, Álvaro Barbalho Uchoa — 264.
Cavalcanti, Irmãos Lima — 234.
Cavalcanti, João — 249.
Cavalcanti, João Barbalho Uchoa — 264, 307.
Cavalcanti, João Francisco Coelho — 210.
Cavalcanti, J. M. Alves — 87.
Cavalcanti, Joaquim Cisneiros — 214.
Cavalcanti, Joaquim Homem de Siqueira — 293, 357, 358.
Cavalcanti, José Emílio Cisneiros — 218.
Cavalcanti, José Euclides (Bezerra) — 143.
Cavalcanti, José Rufino Bezerra — 135, 226, 228, 384.
Cavalcanti, M. — 343.
Cavalcanti, Paulo (de Figueiredo) — 404.
Cavalcanti, Pedro Celso Uchoa — 132, 264, 307.
Cavalcanti, Pedro Ivo — 266.
Cavalcanti Sobrinho, Bento Américo — 220.
Cavalcanti, Uriel de Holanda (Lacerda) — 218.
Cavalcanti, Vicente Cisneiros — 195.
Cedro, Luís — 399.
Celestino, Pedro — 343.
Celso, (conde) Afonso — 129, 387, 392.
Celso, Hercílio — 228, 229, 230.
Celso Júnior, F. de C. Afonso — 248, 328.
Cerqueira, (Antônio Apolinário) Tenório de — 145.
Cerquinho, Isaac Alfredo Vaz — 214.
César, Armando — 132.
César, Durval — 157.
César, Eliseu — 122.
César, Juvênio Aurélio da Cunha — 204.
C. Filho — 308.
Chacon. Trajano (Carneiro de Holanda) — 222, 296, 298, 370.
Chagas, Heloisa — 153.
Chagas, (Paulo) Pinheiro — 107, 120, 357.
Chaves. Eurico (de Castro) — 132.
Chaves, João Rodrigues — 251.
Chaves, Mário — 301.
Chaves, Moisés Florivaldo — 142, 148.
Chaves, Nelson — 407.
Chateaubriand (Bandeira de Melo), (Francisco de) Assis — 144, 395, 397, 398, 401, 410.
Chateaubriand, Osvaldo — 392, 398.
Cintra, Cupertino Coelho — 336, 418.
Cirne, Adolfo (Tácio da Costa) — 330, 331.
Cisneiros, Amador — 396.
Cisneiros, Luís — 416.
Cleómenes Filho — 298.
Clericuzzi, Luís — 403.
Cockles & Cia., Tondela — 420.
Codeceira, Frederico — 141, 222.
Codeceira, José Domingues — 124, 131.
Coelho, Carlos — 112, 182, 381.
Coelho, José Simões — 396, 399.
Coelho, José Xavier — 129, 214, 296, 297, 372, 418, 419.

- Coelho, J. Ramos — 112.
Coelho, padre — 31.
Coimbra, Estácio de Albuquerque — 130, 135, 144, 152, 230, 234.
Coimbra, João — 97.
Colaço, Filipe Néri — 12, 79, 159, 160.
Conceição — 379.
Constant, general Benjamin — 318, 323, 324.
Cordeiro, padre João Barbosa — 12.
Correia (barão de contendas), Antônio Epaminondas de Barros —
111, 123, 196, 248, 319, 418.
Correia, Barbosa — 141, 221.
Correia, Francisco — 137.
Correia, Gilson — 414.
Correia Lima — 134.
Correia, Manuel Nunes — 206.
Correia, Raimundo — 112, 122, 191, 261, 297, 342, 368, 376.
Correia, Ventura — 153, 212.
Côrte Real, João Batista Pinheiro — 177, 178, 238.
Costa, Adelino — 340.
Costa, Afonso — 153, 232, 361, 363.
Costa (Austriclínio Ferreira Quirino), Austro — 147, 149, 407..
Costa, Benedito — 398.
Costa, Carlos Augusto Pereira da — 135.
Costa, Cleto Campelo da — 396.
Costa, d. Antônio de Macedo — 100.
Costa, Eusébio Alves da — 349.
Costa, Fernandes da — 145.
Costa Filho, Cleto Campelo da — 149, 153.
Costa Filho, Francisco Augusto Pereira da — 130, 136, 338, 339, 342.
343.
Costa, Francisco Augusto Pereira da — 107, 129, 130, 132, 134, 135, 137,
229, 238, 270, 331, 335, 369.
Costa, Francisco Lobo da — 353.
Costa, Gaspar Uchoa Regueira — 144, 240, 255, 317, 318, 329, 344, 419.
Costa, João Batista Regueira — 129, 132, 141, 167, 222, 261, 317, 318.
347, 395.
Costa, Jorge — 414.
Costa, José Nicolau Regueira — 12, 35, 72.
Costa Júnior, Conselheiro José Fernandes da — 188.
Costa) Júnior, Leovigildo (Samuel da Silva — 132, 143, 150, 391, 395.
399.
Costa), Leovigildo Samuel (da Silva — 252, 255, 266, 271.
Costa, Manuel Gonçalves Ferreira — 362.
Costa, Murilo (Pernambucano da) — 150, 413.
Costa Neto, José da Silva — 128, 331, 342, 376.
Costa, Ramiro — 113.
Costa, Valdemar — 399.
Coutinho, Ermiro — 111.
Coutinho, Evaldo — 232, 409.
Coutinho, J. M. Silva — 192.
Couto, Ribeiro — 231.
Couto, Ribeiro do — 148, 159.
Crasto, Manuel Maria de — 409.
Crespo, (Antônio Cândido) Gonçalves — 118, 124, 195, 249, 261, 271,
281, 295, 343, 357, 362, 366.

- Crispim, Antônio — 305.
Cruz, Encarnacion Canelas y — 281.
Cruz, Raimundo — 227, 230, 234.
Cunha, Altamiro — 153, 407, 409.
Cunha, Amâncio da — 282.
Cunha, Ambrósio Leitão da — 90, 162.
Cunha, Aníbal F. — 167.
Cunha, Antônio de Siqueira Carneiro da — 104, 118, 192, 212, 346.
Cunha, Armando — 413.
Cunha, Durval — 218.
Cunha, Hersílio Pereira da — 214.
Cunha, Higino — 271.
Cunha, João Diniz Ribeiro da — 165, 333, 346.
Cunha, (José Antônio de) Almeida — 102, 107, 127, 212, 264, 347.
Cunha, José Henrique Carneiro da — 149, 228
Cunha, José Mariano Carneiro da — 12, 105, 113, 120, 121, 123, 174,
177, 182, 188, 189, 191, 192, 194, 197, 200, 203, 204, 205, 207, 208, 210,
211, 217, 222, 232, 236, 245, 248, 250, 260, 273, 274, 288, 313, 314, 319,
337, 362, 365, 370, 385, 390, 418.
Cunha, Lourenço Bezerra da — 191.
Cunha, Manuel Clementino Carneiro da — 184.
Cunha, Olegário Mariano Carneiro da — 144.
Cunha, tenente-coronel Carneiro da — 293.
Cuniberti, Gemma — 266.
D'Able, Pedro — 132, 133, 213.
D'Alva, Oscar — 131.
Damaso, Manuel Pinto — 127.
Dantas, Manuel — 230.
Dantas, ministro Rodolfo de Sousa — 260.
Dante — 255.
Delfino, Luís — 190.
Deneau, Lucien — 397.
Dias, Alberto — 310.
Dias, Antônio — 153, 227, 403.
Dias da Silva, José Maria — 410, 411, 412.
Dias, Guilherme — 361.
Dias, José Carlos — 157.
Dias, (Luís) Machado — 129, 149, 330, 331, 340, 357.
Dias, Teófilo — 340.
Diegues Júnior, (Manuel Baltazar Pereira) — 409.
Diniz, Nobre — 143.
Domingues, Aurélio — 227, 229.
Domingues, Otávio — 157.
Dores, Clemência das — 175.
Dória, Franklin Américo de Meneses — 97, 260, 395.
Douette, padre — 125.
Dourado, Belarmino — 238, 249.
Dourado, Maria Isabel — 151.
Doyle, Conan — 219.
Drumond, Antônio de Vasconcelos Meneses de — 169, 288.
Drumond, Gaspar de Meneses Vasconcelos de — 205, 207, 317, 318, 319,
320.
Duarte, Alfredo Odilon — 342.
Duarte, Dioclécio Dantas — 399.
Duarte Filho, João Francisco — 266.
Duarte, José Eustáquio — 230, 232, 233, 234, 408.

- Duarte, J. R. S. — 238, 282.
 Duarte, Manuel (Gomes) — 134, 214 216, 218, 220, 297, 298, 299, 420.
 Duarte, padre Francisco Peixoto — 18.
 Duarte, tenente Antônio Francisco — 102.
 Duarte, Urbano — 380.
 Duperron, N. — 189.
 Duque, Adalberto — 415.
 Duque, Augusto — 411, 415.
 Durval, Ciridião — 112, 185, 278, 279, 360.
 Duvall, Evelyn — 415.
 Duvall, Sylvanus — 415.
 Eleutério, Paulo — 157.
 Elliot, Berguedof — 153, 157, 409.
 Embirassu, Efrem Esdras Eustáquio — 214.
 Emerenciano, (Severino) Jordão — 135.
 Emídio, João — 148.
 Enault, Luís — 243.
 Entzminger, W. E. — 128, 326.
 Esberard, d. João — 327.
 Escada, Barão de — 260.
 Escorel, Manuel Clementino de Oliveira — 299.
 Escrich, Henrique Perez — 253, 262.
 Espínola, Otoniel Marinho — 414, 416, 417.
 Espírito Santo, Vitor do — 408.
 Estelita, José — 141, 142, 232.
 Esteves, Antônio Elesbão — 250.
 Esteves, Manuel Joaquim Ferreira — 250.
 Eugenio, Eduardo, 310.
 Eutrópico, frei — 172.
 Fagundes, Osvaldo Botelho — 230, 234.
 Falbo, Gilliat Tanois — 404.
 Falcão, Alberto — 376, 379, 381, 382.
 Falcão, Alfredo — 129, 268, 270, 279, 281, 304, 306, 315, 316, 317, 345, 346, 382.
 Falcão, Aníbal — 12, 266, 289, 317, 346, 378.
 Falcão, Argemiro — 317.
 Falcão, Carlos — 266, 270.
 Falcão), Henrique Soido (de Barros — 297.
 Falcão, Ildefonso — 150.
 Falcão, João Marinho — 172.
 Falcão, Joaquim de Arruda — 150.
 Falcão, Júlio César — 265, 301, 349, 371, 377, 378, 379, 380, 381.
 Faria, Alves de — 131.
 Faria, Antônio — 158.
 Faria, Aprígio — 144, 147, 148, 150, 154, 155, 156.
 Faria, deão Joaquim Francisco de — 82, 105, 177.
 Faria, Filipe de Figueiroa — 189.
 Faria, Francisco — 151.
 Faria, Luis Pereira de Oliveira — 123, 130, 136, 137, 142, 143, 144, 150, 152, 154, 156, 370, 371, 374, 375.
 Faria, Manuel Duarte de — 108.
 Faria, Pedro — 148.
 Farias, Esdras (Leonam Alves de) — 148, 149, 150, 158, 227, 230, 408.
 Farias, gneral Cordeiro de — 417.
 Farias, Oscar Montenegro de — 141, 142, 143, 149.
 Fasanaro, Antônio (Spinosa) — 149.

- Fasanaro, José — 150.
Feio, João — 219.
Feitosa, (Antônio Vicente do) Nascimento — 12, 43, 68, 69, 72, 77, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 92, 163.
Feitosa Filho, Antônio Vicente do Nascimento — 282.
Fenelon, Artur — 266, 278.
Fenelon Júnior, 252.
Fernandes, Alexandre — 122.
Fernandes, Aníbal (Gonçalves) — 205, 231, 232, 233, 398, 405, 407, 412, 416.
Fernandes, Carlos Dias — 138, 139, 140, 149, 343, 392, 393, 395.
Fernandes, João — 298.
Fernandes, José — 232.
Fernandes, Manfredo — 361.
Fernandes, Olímpio — 218, 395.
Fernandes, Sílvio — 142.
Ferraz, Alfredo Vaz (de Oliveira) — 296.
Ferraz, capitão Marcondes — 293.
Ferraz, Domingos de Sampaio — 215.
Ferreira, Abelardo — 148.
Ferreira, Antônio Gonçalves — 132, 210, 212, 213, 246, 329, 370, 377, 381, 382, 383, 384, 386.
Ferreira, Ascenso (Carneiro Gonçalves) — 159.
Ferreira, Cândido — 136.
Ferreira), Eduardo de Moraes (Gomes — 142, 153, 220, 230, 393, 398, 404, 410.
Ferreira, Euclides — 404.
Ferreira), Gervásio Fioravanti (Pires — 124, 134, 282, 290, 296, 372, 418.
Ferreira, Gervásio Pires — 195.
Ferreira); João Fioravanti (Pires — 146.
Ferreira, Jau Pires — 404.
Ferreira, Júlio Pires — 227, 282, 285, 304, 314, 345, 351, 372, 398, 410.
Ferreira Júnior, Antônio Gonçalves — 212, 382.
Ferreira, M. Carlos de S. — 112, 222.
Ferreira, Samuel Lins — 136, 140.
Ferreira, V. — 369.
Ferreira, Vilela — 96, 163.
Feuillet, Otávio — 357.
F. Filho — 282.
Figueira, Andrade — 387.
Figueira, Lima — 279.
Figueiredo, Antônio Pedro de — 12, 73, 164.
Figueiredo, Cândido de — 383.
Figueiredo, Elpídio de (Abreu e Lima) — 130, 367.
Figueiredo, Firmino Cândido de — 124, 298.
Figueiredo, José Antônio de — 44, 68, 182.
Figueiredo, José Bento da Cunha e — 80, 81, 82, 84.
Figueiredo Júnior, José Bento da Cunha e — 12.
Figueiredo, Naasson de — 222.
Figueiroa, Teodoro — 369.
Filgueira, Salomão (Augusto de Vasconcelos) — 232.
Filgueiras Sobrinho, F. A. — 97.
Firmeza, Hermenegildo — 292.
Fiuza, José Martins — 136.
Fonseca), Anibal Freire (da — 215.

- Fonseca, Antônio Borges da — 12, 18, 21, 38, 41, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 89, 161, 172.
- Fonseca, Benjamin — 222.
- Fonseca, Cleodon — 289.
- Fonseca, Corbiniano de Aquino — 332.
- Fonseca, Edson Néri — 410.
- Fonseca, Eduardo — 213, 340.
- Fonseca, Euclides — 333, 338.
- Fonseca, João Domingos da — 416.
- Fonseca, Joaquim de Aquino — 68, 83.
- Fonseca, José Joaquim de Oliveira — 105, 112, 117, 307, 308.
- Fonseca, José Tiago da — 125, 126.
- Fonseca, Justiniano Antônio da — 25.
- Fonseca, Laura da — 282.
- Fonseca, marechal Manuel Deodoro da — 194, 198, 284, 311, 312, 318, 324.
- Fonseca, Múcio Borges da — 414.
- Fonseca, Vidal da — 147.
- Fonte, Antônio da — 157.
- Fontenele, coronel Raimundo Vilaronga — 153, 409.
- Fontes, Hermes — 153.
- Fraga, Bráulio — 142.
- França, Estêvão Benedito de — 69.
- França Júnior (Joaquim José de) — 113, 192, 346.
- França, Serafim — 143.
- Franco, Luís — 217.
- Franco, José Otoni Ribeiro — 220, 287.
- Freire, Adelino Antônio de Luna — 186, 245, 257, 260.
- Freire, Antônio — 232, 233, 234.
- Freire (baronesa de Mamanguape), Carmen — 285.
- Freire, Ernesto — 167.
- Freire, Ezequiel — 240.
- Freire, F. — 134.
- Freire, Adelino Antônio de Luna — 298, 418.
- Freire, Godofredo — 404.
- Freire, Joaquim — 357.
- Freire, Júlio de Luna — 188.
- Freire, Luís — 232.
- Freire, (Manuel) Teotônio — 124, 129, 137, 138, 140, 142, 212, 213, 216, 217, 270, 282, 290, 304, 310, 333, 341, 342, 343, 344, 346, 357, 372, 376, 419.
- Freire, Sílvio — 122.
- Freitas, Almeida — 97.
- Freitas, Clodoaldo de — 268.
- Freitas, João de — 103.
- Freitas, José Manuel de — 112, 249.
- Freitas, (José) Otávio de — 131, 132, 217, 382, 396, 398, 410.
- Freyre, Gilberto — 231, 232, 233, 234, 413.
- Furtado, Júlio Aníbal de Melo — 281, 367.
- Furtado), Júlio Antero (de Meneses — 365.
- Gaioso, Armando (Taborda de Sousa) — 142.
- Galeno, Juvenal — 97.
- Galhardo, J. — 239.
- Galhardo, Luís — 213.
- Galvão, Antônio Tôrres — 412.
- Galvão, José Francisco da Fonseca — 143.
- Galvão, Mário Vilarim de Vasconcelos — 222.

- Galvão, Olímpio (Eusébio de Arroxelas) — 131, 209, 214, 222, 282, 295, 339, 340, 351, 353, 355, 357, 395.
- Galvão, Roderick Vilarim de Vasconcelos — 222.
- Galvão, Rodolfo — 129.
- Galvão, Sebastião de Vasconcelos — 11, 21, 32, 168, 200, 241, 252, 264, 302, 307, 310, 329, 352, 363, 366, 370, 421.
- Gama, Aires de Albuquerque — 262, 340.
- Gama, Alfredo de Albuquerque — 131.
- Gama, Alfredo Lopes da — 318.
- Gama, Antônio Pinto Chichorro da — 38, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 62, 67.
- Gama (visconde de Goiana), Bernardo José da — 54, 57.
- Gama, Elvira — 295.
- Gama, José Bernardo Fernandes da — 25, 26.
- Gama, padre Miguel do Sacramento Lopes — 12, 18, 20, 21, 24, 25, 27, 31, 39, 67, 70, 72.
- Gantois, Artur — 142, 147, 148.
- Garcia, Abel — 279.
- Garcia, Aprígio (C. de Amorim) — 365, 367.
- Garcia, Rodolfo (Augusto de Amorim) — 79, 133, 365, 367.
- Garcia, Ursula — 214.
- Garibaldi, Sady — 149.
- Gaspar, Alfredo — 328.
- Geodeufire, F. de — 278.
- Getúlio, Capitão Basilides — 381, 383.
- Gibson, Tomé (Joaquim de Barros) — 122, 126, 128, 129, 283, 377, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 387, 391, 392, 393, 398, 400, 401, 402, 403, 405, 410, 415.
- Gil, Vicente — 409.
- Girão, Pedro Pope — 157, 232.
- Gitirana, José — 342.
- Gneist, Rodolfo — 192.
- Gois Filho, José Cavalcanti de — 400.
- Gois, Inocêncio M. de Araújo — 302.
- Gomes, Alfredo — 349.
- Gomes, Augusto — 264.
- Gomes, brigadeiro Eduardo — 406, 407, 408, 412.
- Gomes, (Antônio) Carlos — 252, 253.
- Gomes, Eustáquio Pimentel — 149.
- Gomes, Lindolfo — 366.
- Gomes, Luís — 355.
- Gomes, Tomaz — 269.
- Gomes, Vicente Ferreira — 57, 58, 82.
- Gonçalves, Carlos — 140.
- Gonçalves, Domingos — 130, 134, 135.
- Gonçalves, Ismael — 238.
- Gonçalves (Gregório Júnior), João Gregório — 127, 790, 191, 192, 207, 213, 270, 280, 281, 318, 347, 357, 358, 376, 381, 382, 419.
- Gonçalves, Sigismundo Antônio — 12, 111, 115, 118, 119, 121, 123, 125, 130, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 188, 204, 210, 212, 216, 246, 247, 343, 344, 346, 370, 373, 374, 375, 377, 379, 411, 419.
- Gonçalves, Stélio — 414.
- Gonçalves, tenente José Bento Tomaz — 394.
- Gonzaga, Luís — 414.
- Gonzalez, Manuel Fernandez y — 237, 372.
- Gouveia, Delmiro — 130, 210, 211, 343, 419.
- Gouveia(Renato Evaristo da Cruz — 157, 158.

- Graça, Arnóbio — 409.
 Granvile, Gil — 150.
 Griz, Fernando — 142, 204, 296.
 Guaná, Fernando — 391.
 Guanabara, Alcindo — 190.
 Guanabara, Cristiano — 222.
 Guedes, (Joaquim) Pelino (da Costa) — 182.
 Guedes, Paulo — 153.
 Guedes, dr. Pessoa — 157, 158.
 Gueiros, Nehemias — 232, 405.
 Guerra, João — 145, 234.
 Guimarães, Afonso — 343.
 Guimarães, Antônio (da Silva) — 306, 378.
 Guimarães, Aprígio (Justiniano da Silva) — 12, 79, 85, 95, 96, 97, 106, 103, 169, 174, 182, 183.
 Guimarães, Batista — 167.
 Guimarães, C. A. Moreira — 157.
 Guimarães, desembargador Gaspar — 282, 295, 333, 399, 403.
 Guimarães, Domingos — 167.
 Guimarães, Emílio — 359.
 Guimarães, (José Antônio) Barreto — 412.
 Guimarães, Jaime — 376.
 Guimarães, João — 388.
 Guimarães, (Joaquim de Albuquerque) Barros — 246.
 Guimarães, Joaquim Pereira da Silva — 130.
 Guimarães Júnior, Luís (Caitano Pereira) — 112, 124, 167, 190, 204, 248, 261, 279, 282, 297, 333, 360, 368, 376.
 Guimarães, (M. J.) Soares — 336, 356, 358, 359, 360, 365.
 Guimarães, Pedro Artur — 126.
 Guimarães, Racine — 153.
 Guimarães, Ricardo Ribeiro — 272, 274, 314, 352.
 Gustavo, Paulo — 157.
 Hancem, Júlio Guilherme — 282.
 Hartman, Nicomedes Spencer — 148.
 Hasslocher, Germano — 221.
 Henriques, João Joaquim de Freitas — 246.
 Holanda, Clóvis de — 221.
 Holanda, Gastão de — 407.
 Holanda, (Augusto Pessoa) Guerra de — 410.
 Horácio, Honório — 347.
 Horácio, José — 298.
 Ihering, Rudolf Von — 282.
 Isabel, princesa — 261, 264, 389.
 Itapissuma, barão de — 112.
 Jansen, Letácio — 230.
 Jaques, Joaquim Mendes Ouriques — 196, 320.
 Jarbas, Luís — 143.
 Jardim, Luís — 231, 232.
 Jersey, Antônio Maria O' Connel — 47.
 Jesus), Álvaro Palhano (de — 411.
 Júlio, José — 298, 299.
 Junqueiro, Guerra — 122.
 Juvenal Filho — 272.
 Karr, Alphonse — 355.
 Lacerda, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque — 102, 245.
 Lacerda, Augusto — 248.

- Lacerda, Carlos de — 408, 411.
Lacerda, Eduardo de Barros Falcão de — 171.
Lacerda, Francisco do Rêgo Barros de — 307.
Ladevèse, Angeline — 149.
Laet, Carlos (Maximiniano Pimenta de) — 322, 326, 329, 387, 390, 392, 395.
Lafaiete, conselheiro — 249.
Lago Júnior, João Pereira — 175.
Landim, padre José — 223.
Lambert, Luís — 164.
Leal), Ambiré Kanimura (de Lima — 156.
Leal, (Antônio) Gomes — 167, 333.
Leal, Cromwell (de Lima) — 158.
Leal, Fernando — 360.
Leal, José Cândido — 227.
Leal, Júlio César — 129, 241.
Leal Júnior, José Mendes da Silva — 62.
Leão, Antônio Carneiro — 218, 232, 392, 395.
Leão, Augusto de Sousa — 251, 307.
Leão, Caio de Sousa — 406.
Leão, Domingos de Sousa — 102, 279.
Leão), Domingos Magarinos (de Sousa — 258, 342, 358, 359, 360, 377, 378.
Leão, Eurico de Sousa — 230.
Leão), Francisco Magarinos (de Sousa — 111.
Leão (marquês do Paraná), Honório Hermeto Carneiro — 45, 47, 66, 82.
Leão, Inácio Joaquim de Sousa — 189, 275, 307.
Leão (barão de Vila Bela), Luís Filipe de Sousa — 163, 165, 169, 177, 184, 186, 191, 194, 257.
Leão, Minervino Augusto de Sousa — 174.
Leão, Múcio — 232.
Leão, Osiris Carneiro — 232.
Leger, Alcides — 318.
Leitão, Alcino — 400.
Leitão, José Henrique de Sá — 129, 212, 221, 282, 342, 357, 376, 379, 380, 404, 420.
Leitão, Sérgio — 351, 376.
Leite, (Alfredo) Craveiro (da Costa) — 232.
Leite, Joaquim do Prado Sampaio — 119.
Leite, (Luís dos) Santos — 153.
Leite, Ronildo Maia — 415, 416.
Leite (Seve-Leite), Severino Alves do Amaral — 153, 229.
Leite, Solidônio Ático — 301.
Leite, Valdemir Maia — 410.
Lélio Júnior — 355, 368.
Lelis, Arnaldo — 146.
Leme, d. Sebastião — 401, 405.
Lemos, (Duarte), Laiete (Edgar Poggi de) — 136, 144, 298, 299, 395.
Lemos, Francisco Farias — 175.
Lemos, Mariano (Barbosa de) — 153.
Lemos, M. Teixeira de — 325.
Lemos, Artur (de Sousa) — 331.
Lemos, João — 379.
Lemos, Pedro — 120.
Lenine — 151.
Leon, Ulisses Ponce de — 114.
Lessa Júnior, Joaquim dos Santos — 124, 372.

- Ligório, Afonso — 414, 416, 417.
 Lima, Agripino Tirso de Nogueira — 153.
 Lima, (Alexandre José) Barbosa — 124, 125, 126, 139, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 221, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 320, 326, 345, 346, 351, 357, 359, 360, 361, 362, 365, 366, 392.
 Lima, Alfredo — 252.
 Lima, Aníbal — 140.
 Lima, Antônio — 385.
 Lima (*Pio Piparote*), Artur Benicio de Araújo — 298, 420.
 Lima, Augusto de — 112.
 Lima, coronel José Cerqueira Aguiar — 309.
 Lima, Diocleciano Pereira — 406.
 Lima e Silva (duque de Caxias), Luís Alves de — 184.
 Lima, Filadelfo A. Ferreira — 66, 68.
 Lima Filho, Osvaldo (Cavalcanti da Costa) — 412.
 Lima, Flora de Oliveira — 208.
 Lima, Francisco Cornélio da Fonseca — 361, 362.
 Lima, (Francisco) Faelante da Câmara — 12, 113, 135, 188, 191, 194, 198, 205, 206, 207, 214, 217, 218, 219, 267, 268, 269, 271, 278, 296, 365, 418.
 Lima, Franklin de Vasconcelos — 114.
 Lima, general José Inácio de Abreu e — 36, 42, 43, 45, 62, 83, 103.
 Lima, Gonçalves de — 318.
 Lima, João Jalma de Andrade — 157.
 Lima, João — 292.
 Lima, João Paulo Barbosa — 146.
 Lima, Jorge de — 229, 231.
 Lima, José — 124, 282, 346, 351.
 Lima, José Antônio de Faria Abreu e — 47.
 Lima, José de Barros — 133, 141, 214, 218.
 Lima (Padre Roma), José Inácio Ribeiro de Abreu e — 40.
 Lima, Leonardo Augusto Ferreira — 87.
 Lima, (Luís Gomes do) Rêgo — 148.
 Lima, (Manuel de) Oliveira — 113, 117, 123, 141, 395, 396.
 Lima, Natividade — 420.
 Lima, Osvaldo (Cavalcanti da Costa) — 145, 152, 412.
 Lima, padre Luís Inácio de Andrade — 49, 50, 51.
 Lima (visconde de Olinda), Pedro de Araújo — 39, 170.
 Lima, Plínio de — 167, 249.
 Lima, Raul Cintra — 361, 362.
 Lima), Renato Faelante (da Câmara — 220, 392, 395.
 Lima, Rodolfo — 368.
 Lima, Rui Barbosa de — 417.
 Lima Sobrinho, (Alexandre José) Barbosa — 146, 147, 148, 150, 232, 409, 411, 412.
 Lindoso, Artur Cristo — 218.
 Linhares, Mário — 144, 222.
 Lins, Mário — 232.
 Lins, Pedro Acioli de Gouveia — 323.
 Lins, Samuel — 216.
 Lins, Sebastião Antônio Acioli — 82.
 Lira, Filho, Carlos (Benigno Pereira de) — 132, 144, 419.
 Lira, João Alves Pereira de — 206.
 Lira, Morse — 412.
 Lisboa, Armindo — 281, 295.

- Lisboa Oscar — 143.
Lisboa, Reis — 153, 157.
Litrento, Oliveira — 414.
Lívio, Tito — 279.
Lobato, Gervásio — 113,, 195.
Lobato, (Manuel Tolentino da) Silva — 144, 214, 218.
Lobo, Alfredo — 227.
Lobo, Francisco Leopoldino de Gusmão — 12.
Lobo, Luís — 333.
Lobo, S. Cunha — 282.
Loiola, Inácio Bento de — 12, 47, 64, 65, 80.
Loio, José da Silva — 252.
Lombroso, César — 134, 331.
Lopes, Aristarco — 248.
Lopes, B. — 112, 127, 249, 297, 342, 376, 381.
Lopes, Benedito — 395.
Lopes, Cassiano — 191.
Lopes Filho, Clodoaldo — 138.
Lopes, Helvécio — 232.
Lopes, Ildefonso — 147.
Lopes, Luís Carlos — 416.
Lopes Neto, Filipe — 12, 35, 36, 40, 41, 43, 45, 70, 71, 72, 77, 80, 81.
Lopes Neto, Joaquim Spencer — 119, 222, 282.
Lopes, Olavo — 157.
Lopes, Tomaz — 134.
Loreto, Galdino de Barros — 299.
Loreto, Sérgio Teixeira Lins de Barros — 149, 151, 218, 228, 229, 400
Lorette, A. — 338.
Lourenço, João — 143.
Lucca, G. — 219.
Lucena (barão de...), Henrique Pereira de — 18, 105, 121, 139, 175,
176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 194, 198, 283, 284, 317, 324, 361, 384,
391.
Luís, Cintra — 385.
Lula, cônego Melo — 404, 405.
Luna, Ivo — 142.
Luna, padre Lino do Monte Carmelo — 103.
Luz, Carlos — 122.
Luz), João Ezequiel (de Oliveira — 158, 201.
Luz, Manuel Gonçalves da — 145.
Macedo, Albino Buarque de — 143.
Macedo, Brito — 229, 403.
Macedo, conselheiro Manuel Buarque de — 105, 111, 175, 258, 260.
Macedo, Erasmo de — 225.
Macedo, José Felício Buarque de — 122, 282, 307, 317.
Macedo, Manuel Buarque de — 127, 281, 328, 381, 391, 392, 395.
Macedo Soares, José Eduardo de — 416.
Macedo, Sérgio Teixeira de — 83.
Machado, C. A. — 103.
Machado, Eduardo — 362.
Machado, (Joaquim) Nunes — 12, 35, 36, 41, 43, 58, 70, 72, 340, 353.
Machado, Julino — 213.
Machado, Júlio César — 240.
Machado, Maximiano Lopes — 12, 72, 76, 77, 82, 165, 174, 182, 188, 259.
Machado, Raul — 149.
Machado, Temístocles — 129, 358.

- Maciel, Francisco de Assis Oliveira — 186.
 Maciel, José Joaquim de Oliveira — 25.
 Magalhães, Agamenon (Sérgio de Godoi) — 135, 229, 407, 408, 411, 412, 413.
 Magalhães, Américo — 400.
 Magalhães, Celso — 112.
 Magalhães Júnior, Raimundo — 413.
 Magalhães, Mário — 400.
 Magalhães, Miguel — 218, 226.
 Magalhães Neto, Bento — 404.
 Magalhães, Olímpio de — 150.
 Magalhães, Sílvio Pinto — 97.
 Magalhães, Sinfrônio — 214, 386.
 Magalhães, Valentim — 248.
 Magnard, Francisco — 100.
 Magno, Raimundo — 292.
 Maia, Abelardo — 223, 399.
 Maia, Alfredo — 211, 376.
 Maia, Arlindo — 159.
 Maia, Bruno (da Silva) — 194.
 Maia, Carlos Leite — 155, 156.
 Maia, Dionísio Gonçalves — 212.
 Maia, (José) Gonçalves — 12, 125, 148, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 224, 226, 229, 266, 315, 317, 319, 348, 365, 370, 378, 379, 383, 387, 396, 397, 407.
 Maia, Leopoldo — 135.
 Maia, Tércio Rosado — 230.
 Mallet, (João Carlos) Pardal (de Medeiros) — 320.
 Malheiro, Fernando (Ferreira Pinto) — 227.
 Malheiros, Perdígão — 261.
 Malta Filho (Paulo do Couto Malta), Paulo — 232.
 Malta, Quintino — 272.
 Maranhão Filho, Luís — 410.
 Maranhão (Barros Vulcão), João de Barros Falcão de Albuquerque, — 60, 93, 94.
 Maranhão, Leovigildo — 318.
 Maranhão, Metódio (Romano de Albuquerque) — 229, 269.
 Maranhão (Schoettner), Dalva — 411.
 Maranhão, Timoleão de Albuquerque — 188.
 Maranhão, Zilde de Enock — 409, 413.
 Marcelino Neto — 413.
 Maria, padre Júlio — 213.
 Mariano Filho, José — 39, 99.
 Marinho, Joaquim Saldanha — 105, 106, 108, 109, 176, 177, 185, 325.
 Marinho, Tomaz — 306.
 Marinho, Vicente Ferreira — 50.
 Mário Júnior — 420.
 Mariz, Juvêncio Carlos — 122, 229, 333, 346, 357, 359, 388.
 Marotti, Francisco — 343.
 Marques, Aluísio — 399.
 Marques, Arnóbio — 405.
 Marques, J. A. — 398.
 Marques, Jovino — 351.
 Marques Júnior, (José) — 157.
 Marques, padre João — 324, 325.

- Marrocos, (Francisco) Alcedo (da Silva) — 126, 128, 131, 269, 328, 342, 343, 344, 346.
- Marroquim, Adalberto — 218.
- Martins, (Antônio) Chaves — 230, 403.
- Martins, (Antônio) Mendes — 131, 141, 191, 209, 216, 218, 220, 419
- Martins, Domingos José — 173.
- Martins, Eliseu — 182, 188.
- Martins, Eufrosina Mendes — 296.
- Martins, G. — 112.
- Martins, Graciliano — 289, 296, 297, 299.
- Martins, Helvidio — 129.
- Martins, Henrique — 304, 306.
- Martins, João Luis Soares — 78, 299.
- Martins Júnior, (José Izidoro) — 12, 113, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 193, 194, 195, 196, 198, 210, 215, 216, 218, 253, 254, 255, 266, 267, 263, 269, 270, 271, 273, 279, 281, 283, 286, 290, 291, 296, 297, 299, 302, 304, 305, 311, 312, 336, 346, 351, 362, 365, 370, 388, 418.
- Martins, Samuel — 190, 264, 306.
- Martins Sobrinho — 285.
- Martins, Ventureli — 157.
- Mascelo, padre Leonardo — 138, 142.
- Mata, Gasparino (Buarque) da — 410.
- Mateus, Miguel — 158, 159.
- Matos, Adalberto de — 153.
- Matos, Joaquim Gomes de — 353.
- Matos, Liberato de — 379.
- Matos, Manuel Gomes de — 190, 322.
- Matos, padre Constantino Gomes de — 326.
- Matos, Paulo — 413.
- Matoso, Paulo — 413.
- Mauricéia Filho — 400.
- Maurício, Virgílio — 398.
- Mayrink, Clínio — 140.
- Medeiros, Abaeté de — 153, 232.
- Medeiros, Amauri de — 403.
- Medeiros, Bianor (Gadault Fonseca) de — 122, 131, 148, 281, 362, 363, 366.
- Medeiros, cônego Francisco Rochael Pereira de Brito — 47, 165.
- Medeiros, Edgar — 404.
- Medeiros, Francisco José da Costa — 58.
- Medeiros, Francisco José de — 314, 317, 318, 320.
- Medeiros, João Batista de — 281, 306, 310.
- Medeiros, Júlio — 419, 420.
- Medeiros, Landulfo — 148, 416.
- Medeiros, Manuel Inácio do Rêgo — 87, 89.
- Medeiros, Manuel — 410.
- Medeiros, Mariano Augusto de — 266.
- Medeiros, Maurício de — 408.
- Medeiros, Renato — 398, 400, 403, 405, 406, 415.
- Medeiros, Romeu — 398, 400, 403, 405, 406, 415.
- Medeiros, S. — 157.
- Meira (Ceciliano Célio Meira de Oliveira Melo), Célio — 156.
- Melo, Afonso de Albuquerque — 44 45, 47, 60, 75, 77, 103, 112, 171, 178.
- Melo, Afonso Lúcio de Albuquerque — 362.
- Melo, Alfredo Bezerra de — 214.
- Melo, almirante Custódio José de — 200, 290.

- Melo, Amaro de Albuquerque — 154.
 Melo, Américo — 230.
 Melo, Antônio Epaminondas de — 169, 174, 182, 186, 259.
 Melo, Antônio Joaquim de — 12, 92, 97.
 Melo, Antônio Machado Chaves — 34.
 Melo, Artur de — 348, 349.
 Melo, Bagueira de — 388.
 Melo, Claudino de — 273.
 Melo, Clóvis (Carneiro do Rêgo) — 182.
 Melo, cônego João Machado de — 326.
 Melo, Derlópidas Correia de — 404.
 Melo, Diniz Perilo de Albuquerque — 221, 223, 224, 226, 230, 231, 234.
 Melo (Carmen Dolores), Emília Moncorvo Bandeira de — 392.
 Melo, Feliciano Calíope Monteiro de — 196.
 Melo, Felix Peixoto de Brito e — 36, 41, 43, 45, 167.
 Melo, Figueira de — 390.
 Melo Filho, José Bandeira de — 397.
 Melo Filho, José Maria de Albuquerque — 223.
 Melo) Filho, Manuel Caitano (de Albuquerque — 399.
 Melo Filho, Manuel Cavalcanti de — 126, 129, 304.
 Melo, Francisco Alexandrino de Albuquerque — 191, 208, 344.
 Melo, Herculano Bandeira de — 220.
 Melo, J. de Lucena e — 227.
 Melo, (Jerônimo Martiniano) Figueira de — 12, 39, 43, 45, 46, 47, 49, 68, 70, 72.
 Melo, João Medeiros de — 128.
 Melo, João Nepomuceno de — 21, 23, 26.
 Melo, Joaquim Guenes da Silva e, — 89, 111, 164.
 Melo, José Cisneiros de Albuquerque — 201, 204.
 Melo, José da Costa d'Albuquerque — 319.
 Melo, José Maria Carneiro de Albuquerque — 212.
 Melo, José Maria de Albuquerque — 12, 114, 123, 124, 171, 188, 191, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 208, 211, 212, 214, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 231, 234, 236, 249, 254, 256, 274, 288, 293, 305, 313, 337, 349, 358, 365, 382.
 Melo, Josimar Moreira de — 410, 411, 412.
 Melo, Júlio de — 289, 290, 291, 335, 357.
 Melo Júnior, Joaquim Guenes da Silva e — 279.
 Melo, Lourenço Bezerra Vieira de — 194.
 Melo), Manuel Caitano (de Albuquerque — 12, 114, 188, 190, 191, 198, 205, 211, 212, 214, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 333.
 Melo, Mário (Carneiro do Rêgo) — 119, 144, 182, 208, 215, 220, 222, 229, 388, 390, 393, 395, 397, 400, 403, 404, 406.
 Melo, Monteiro de — 153.
 Melo Morais Filho, (Alexandre José de) — 110, 261.
 Melo), Nestor Diógenes (da Silva e — 141, 143, 153.
 Melo, neto, José Antônio Gonçalves de — 232.
 Melo, Noely Correia de — 157, 404.
 Melo, Oscar (Felix de) — 227, 233, 234, 400, 407, 416.
 Melo, Oton Linch Bezerra de — 232.
 Melo, Pedro — 269.
 Melo, Renato Vieira de — 232.
 Melo, senador Joaquim de Paula Sousa e, — 61.
 Melo), Ulisses Pernambucano (de — 232.
 Melo, Urbano Sabino Pessoa de — 12, 36, 41, 58, 79.
 Mendes, Alves — 279.

- Mendes, Durval — 222.
Mendes, Luís — 135, 140, 141, 147, 148.
Mendonça, Antônio de — 252.
Mendonça, Eugênio — 333.
Mendonça, Fernando — 143.
Mendonça, Fernando Baltazar de — 153, 400.
Mendonça, general Belarmino de — 394.
Mendonça, Gentil — 158.
Mendonça, José Luís de — 173.
Mendonça, Lúcio de — 112.
Mendonça, Manuel Curvelo de — 324.
Mendonça padre João Capistrano de — 12.
Meneses, Alípio — 298.
Meneses, Francisco Barreto de — 126.
Meneses, Gaspar de — 128, 349, 372, 379.
Meneses, João Barreto de — 118, 124, 134, 146, 193, 195, 209, 214, 225, 230, 282, 333, 386, 391, 395, 420.
Meneses, José Raimundo da Costa — 58.
Meneses, Tobias Barreto de — 104, 110, 117, 118, 166, 169, 184, 192, 261, 268, 277, 358.
Milano, Nicolino — 218.
Milet, Henrique (Augusto) — 107, 110.
Milet (Júnior), Henrique (Augusto) — 118, 317, 318, 390, 393.
Mindelo, José — 150.
Miranda, Artur — 376.
Miranda, Bentes de — 147.
Miranda, (Antônio) Guedes de — 229.
Miranda, (Raimundo) Pontes de 203, 232.
Moncorvo, Sílvia — 153.
Montalvão, Justino de — 137.
Monte, Antônio — 172.
Monte Ferreira do — 376.
Monte Sobrinho (Francisco do) — 142, 222.
Monteiro, (Antônio Peregrino) Maciel — 12, 46.
Monteiro, Francisco José Cordeiro — 86.
Monteiro, Honório — 238, 255, 295, 349.
Monteiro, J. G. — 111.
Monteiro, (João Ferreira da) Costa — 137, 146, 148, 230, 399, 400.
Monteiro, Lindolfo — 227.
Monteiro, Manuel — 390.
Monteiro, Mauro — 157, 158.
Monteiro, Raul — 141, 146, 227, 403.
Monteiro, Vicente do Rêgo — 400.
Montenegro, Emídio — 119.
Montenegro, Estêvão de Albuquerque Melo (ver Estêvão Benedito de França).
Montenegro, Melquiades (de Albuquerque) — 406, 408, 412.
Montenegro, Olívio (Bezerra) — 60, 231, 233.
Montepin, Xavier de — 273.
Morais, Belmiro — 269.
Morais, Carlos de — 249.
Morais, Clodomir de — 414.
Morais, João Pedro de Carvalho — 184.
Morais, José Mariz de — 157.
Morais Neto (Pedro Dantas), Prudente de — 232, 417.
Morais, Otávio L. de — 235, 414.

- Morais, (José), Prudente de — 297, 357, 365.
Moreira, J. B. Matos — 242.
Moreira, Jerônimo de Rangel — 219, 222.
Moreira, Joaquim José — 26.
Moreira, (Manuel dos) Santos — 132, 213, 363, 367.
Moreira, Pérsio — 221.
Moreira, Teopompo — 158.
Moreira, Vitor — 413.
Mota, João — 234.
Mota, Leonardo — 157.
Mota, padre Vicente Pires da — 62.
Moura, Armindo — 417.
Moura, Eloi — 138.
Moura, Francisco Amintas de Carvalho — 165, 174, 182.
Moura, J. R. — 97.
Muhlert, Carlos Eduardo — 43.
Muniz, (Manuel) Artur — 134, 137, 220.
Murat, Luís — 119.
Nabuco (de Araújo), Joaquim (Aurélio Barreto) — 113, 114, 118,
126, 191, 232, 249, 250, 251, 264, 274, 275, 279, 385, 395, 411, 416.
Nabuco de Araújo (Júnior), José Tomaz — 12, 29, 39, 45, 83, 92, 173.
Nascimento), Bartolomeu Anacleto (do — 157, 232, 233.
Nascimento, Luiz do — 156, 157, 412.
Naßsau, João Maurício de — 130.
Navarro) Neto, Antônio (Cipriano de Moraes — 157.
Nazaré, Agripino — 215.
Negromonte, Romeu — 409.
Neves, Caitano de Faria — 387.
Neves, Mandu — 372.
Neves Neto, Ascendino — 157.
Neves, Raimundo de Faria — 387.
Neves, Rodovalho — 153, 221, 223.
Neves Sobrinho, (Joaquim José de) Faria — 126, 216, 229, 282, 333,
342, 367, 385, 387.
Neves Sobrinho, (José Maria das) — 157.
Nigro, Salvador — 229.
Noblat, Vicente (de Matos) — 157, 404, 416.
Nobre, Almeida — 182.
Nobre, D. — 415.
Nóbrega Júnior — 369.
Noel, Pedro — 322.
Nogueira, Antônio — 264.
Nogueira Irmãos — 327.
Noir, Louis — 398.
Novais Filho, Antônio — 412.
Novais, F. X. de — 161.
N., Raul — 316.
Nunes, (Luís) Cerquinho — 229.
Ohnet, Georges — 366.
Oiticica, José — 297.
Oliveira, Alberto de — 120, 192, 249.
Oliveira, Álvaro de — 157.
Oliveira, Antônio Estêvão de — 182.
Oliveira, Armando — 141, 142, 143, 144, 395.
Oliveira, Augusto de — 133, 134, 297, 344.
Oliveira, Batista de — 157, 261.

- Oliveira, Bianor de — 210, 372.
Oliveira, Brasília Augusto Machado de — 217.
Oliveira, Cleofas Nilo de — 155, 158, 230.
Oliveira, conselheiro Cândido Luís Maria de — 329, 387, 389.
Oliveira, d. frei Vital Maria Gonçalves de — 104, 105, 106, 107, 108, 109, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184.
Oliveira, Edgar de — 228.
Oliveira e Silva (Francisco de) — 141, 144, 145, 192, 225, 230.
Oliveira, Fábio — 388.
Oliveira, João Alfredo Correia de — 118, 122, 183, 242, 246, 308, 309.
Oliveira, João Cleofas de — 156, 405.
Oliveira, João de — 306.
Oliveira, Joaquim de — 227, 230, 235.
Oliveira, José Apolinário de — 136, 137.
Oliveira, José Bernardo de — 157.
Oliveira, José do Patrocínio — 413.
Oliveira, José Felix de — 148.
Oliveira, (José Manuel) Cardoso de — 114.
Oliveira, José Maria da Silva — 137.
Oliveira, J. S. Nunes de — 102.
Oliveira Júnior — 266.
Oliveira, Leônidas de — 212, 214, 224, 227.
Oliveira, Luis Estêvão de — 209.
Oliveira, (Manuel) Moraes de — 149.
Oliveira, marechal José Semeão de — 120, 309, 316.
Oliveira), Mário Pessoa (de — 232.
Oliveira), Nelson Firmo (de — 143, 236, 411, 414.
Oliveira, Oton Fialho de — 404.
Oliveira, Rafael Correia de — 145, 408.
Oliveira, Rodrigo de — 137.
Oliveira, Romualdo Alves de — 12, 77, 83.
Oliveira, Temístocles de — 214.
Oliveira, Valdemar de — 157, 235, 404.
Oliveira, Vitor de — 49, 73.
Ortigão, Ramalho — 119.
Oscar, general Artur — 297, 339.
Osório (marquês do Herval), Manuel Luís — 185, 255.
Ortiz, Lopo — 172.
Otoni, Teófilo Benedito — 169.
Otoni, Cristiano — 169.
Ouro Preto, Visconde de — 119.
Pacheco, Pedro — 390.
Padilha, padre José Marinho Falcão — 12.
Paiva, Homero — 414.
Paiva, João — 282.
Paiva, Licurgo José Xavier de — 102.
Paiva, Tancredo de Barros — 132.
Paiva, Valdemar — 230.
Palácio, Pedro — 175.
Palha, Francisco — 112.
Palhares, Vitoriano (José Marinho) — 97, 103, 167, 248.
Palma, P. — 182.
Palmeira, João — 221.
Palmeirim, Luís Augusto X. de — 66.
Papança, Macedo — 112.
Paraiso, Raimundo — 240.

- Paranhos (visconde do Rio Branco), José Maria da Silva — 180, 182, 184, 246, 261, 263, 274.
- Passo, Manuel Rodrigues do — 78.
- Passos, João Gualberto dos — 89.
- Patrícia, Sílvia — 153.
- Patrocínio, José do — 329.
- Paula, Francisco Julião de — 409.
- Passos, (Carlos Augusto) Guimarães — 211.
- Pedavoli, frei Celestino de — 134, 213, 215, 218, 326, 386, 390.
- Pedro I — 19, 20, 28, 31.
- Pedro II — 28, 55, 57, 329.
- Pedro Júnior, José — 195, 318.
- Pedrosa, cônego Alfredo Xavier — 157.
- Pedrosa), Olímpio Bonald (da Cunha — 114, 222, 264, 328.
- Pedrosa, padre Francisco Raimundo da Cunha — 324.
- Pedroso, Arnaldo — 145.
- Peixoto, Ascânio — 134.
- Peixoto, Filomeno — 191.
- Peixoto, Jarbas — 153.
- Peixoto, marechal Floriano — 195, 200, 284, 294, 319, 337, 358, 361, 386.
- Peletan, M. Eugênio — 172.
- Pena, Afonso — 218.
- Pena, Albérico — 416.
- Pena, Herculano Ferreira — 39, 40, 60.
- Penante, José — 144.
- Peregrino, Adalberto — 215.
- Pereira, Antônio Américo Carneiro — 338.
- Pereira, Antônio Batista — 297.
- Pereira, Auto — 300.
- Pereira, Baltazar (Martins de Albuquerque) — 12, 197, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 219, 221, 370, 378, 379, 380, 383, 386, 398.
- Pereira, Caio — 234, 235.
- Pereira, dr. Cosme de Sá — 111.
- Pereira, Edwiges de Sá — 211, 220, 343, 395.
- Pereira, Eugênio de Sá — 133, 215, 420.
- Pereira (Faneca), João Eustáquio — 130, 147, 153, 225, 232, 295, 395, 403.
- Pereira, Felisberto dos Santos — 145.
- Pereira, Francisco Maria Sodré — 248.
- Pereira, Fredovinda de Sá — 149.
- Pereira), José Higino (Duarte — 102, 106, 107, 118, 192, 194, 268, 278.
- Pereira, J. Times — 142.
- Pereira Júnior, Antônio Gomes — 191, 219, 290, 299, 332, 334, 335, 339, 340, 355, 359, 365, 370.
- Pereira, Laudenor — 414.
- Pereira, Luís Carlos de Araújo — 85.
- Pereira, (Luís de) França — 129, 207, 211, 267, 282, 290, 309, 333, 338, 342, 343, 346, 356, 357, 420.
- Pereira Neto — 412.
- Pereira, Nicolau Martins — 172.
- Pereira (da Silva), Oscar — 398, 400, 405, 406.
- Pereira, Paulo — 190.
- Pereira, Paulo (de Tarso) França — 157.
- Pereira, Silvino Lopes — 142, 156, 214, 406, 408, 410, 412.
- Pereira, Tomaz Francisco — 45, 46.
- Pereira Virgílio Augusto de Sá — 287, 289, 290, 295, 356, 357, 358.

- Periquito, Luís — 159.
Pernambucano, Jarbas — 232.
Pernambucano — José F. — 227.
Pernambuco, Antônio José de Almeida — 367.
Pernambuco, Belisário — 185, 238, 255.
Pernambuco, Miguel — 252.
Pernambuco, Pedro — 291, 292.
Pessoa, Abílio — 222.
Pessoa, Amaro — 185.
Pessoa, Epitácio — 149.
Pessoa, Frota — 376.
Pessoa, Gilton — 416.
Pessoa, Manuel Pereira Camelo — 67.
Pessoa, Sílvio — 416.
Pestana, Joaquim Maximiniano — 275.
Pimenta, Joaquim — 138, 140, 153, 228, 399.
Pimentel, Alberto — 118, 129.
Pimentel, Antônio — 143.
Pimentel, Carlos — 409.
Pimentel, general — 202.
Pimentel, Graciliano — 97.
Pimentel, Manuel dos Santos — 418.
Pimentel, Manuel Zeferino — 53.
Pimentel, Romualdo — 404.
Pimentel, Sancho de Barros — 250.
Pinhal, Carlos do — 397.
Pinheiro, Antônio Albino — 415.
Pinheiro, Antônio Coelho — 274.
Pinheiro, Fortunato — 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 310, 311, 312, 313, 314, 315.
Pinheiro, Francisco Maciel — 232.
Pinheiro, Hermeto — 213.
Pinheiro, José — 142.
Pinheiro, José Pereira de Araújo — 97.
Pinheiro, (Luís Ferreira) Maciel — 112, 190, 192, 193, 264, 302, 305, 353.
Pinheiro, Manuel Pereira de Moraes — 87, 96, 97, 99, 107, 163.
Pinheiro, Manuel Rodrigues — 60, 61, 74.
Pinheiro, tenente João — 390, 395.
Pinho, Nelson de Oliveira Sabino — 410.
Pinho, Sabino (Olegário Ludgero) — 65, 66, 67, 306.
Pinto, Antônio de Sousa — 121, 167, 248, 268, 290, 379, 418.
Pinto, Arnaldo — 143.
Pinto, Estêvão — 232.
Pinto Júnior, João José — 157.
Pinto, Mário Coelho — 153.
Pinto, Miguel Cândido de Medeiros — 88.
Pires, Francisco José Fernandes — 153, 159.
Pires, Aurea — 376.
Pires, Dagoberto Fernandes — 413.
Pires, padre Helidoro — 223, 397.
Pitanga, Antônio — 113, 167.
Pompéia, Raul (d'Ávila) — 119, 380.
Pompeu, João B. — 129.
Pontes, Gercino Malagueta de — 412.
Pontes, Antônio Fiuza de — 129, 210, 376.
Portela, Felix Fernandes — 107.

- Portela, Joaquim Pires Machado — 86.
 Portela, Manuel do Nascimento Machado — 113, 170, 191, 242, 251.
 Pôrto, Campos — 304.
 Pôrto, (José Antônio da) Costa — 408, 414.
 Queiroz, Eça de — 127, 255.
 Queiroz, cônego Eustáquio de — 407, 408.
 Queiroz, João Pessoa de — 149.
 Queiroz, José Clarindo de — 198.
 Queiroz, Maria Amélia de — 301.
 Queiroz, Venceslau de — 119, 281, 297, 379.
 Quintas, Amaro Soares — 79.
 Quinteiro, Euclides Bernardo — 295, 356.
 Quintilino, M. — 167.
 Rabelo, Sílvio (de Lira) — 229, 232, 233, 403.
 Ractclif, João Guilherme — 73.
 Ramos, Canuto — 272.
 Ramos, Estêvão — 227.
 Ramos, Fred — 379.
 Ramos, José Ildefonso de Sousa — 72.
 Ramos, José Xavier Faustino — 25.
 Ramos, José da Silva — 362.
 Rangel, Dinamérico Augusto do Rêgo — 220.
 Rangel, Dinamérico S. — 222.
 Rangel, Domício (do Rêgo) — 134, 210, 214, 381.
 Rangel Sobrinho, José Francisco do Rêgo — 114, 272, 273, 274, 312, 314.
 Rangel, Ulisses — 275.
 Raposo, Edgar Galvão — 400.
 Raul, o caricaturista — 230.
 Raulica, padre Ventura de — 83, 85, 86.
 Rebelo Júnior, Carlos — 249.
 Régis, Edson — 410.
 Rêgo, Castro — 193.
 Rêgo, Domingos de Sousa Leão de Barros — 331, 346.
 Rêgo, Jacinto Pereira do — 174.
 Rêgo, João de Deus do — 122, 192, 280, 290, 295, 299.
 Rêgo, Joaquim Pedro Barreto de Melo — 242, 246, 247.
 Rêgo, José Lins do — 148.
 Rêgo Júnior, (José Maria da) Costa — 149, 221.
 Rêgo Júnior, (Manuel César de) Moraes — 411.
 Rêgo, Luís Cezário do — 87.
 Reis, Antônio Simões dos — 210.
 Reis, Beroaldo Soares dos — 56, 57, 59.
 Reis, Gaspar A. dos — 272.
 Reis, Joaquim Francisco de Sousa — 264.
 Reis, Luís dos — 248.
 Reis, Nestor Moreira — 399.
 Rey, Pedro dos — 355.
 Ribas, Anselmo — 134.
 Ribas, Mozart — 417.
 Ribeiro, (Antônio das) Chagas — 148, 158.
 Ribeiro), Antônio Inácio (de Barros — 229.
 Ribeiro, (Antônio José da) Costa — 89, 163, 174.
 Ribeiro), Augusto Aristeu (de Sousa — 193, 203, 230, 320, 333, 349, 360.
 Ribeiro, Cândido Acauã — 134.
 Ribeiro, Euniciano — 198, 214.
 Ribeiro Filho, Costa — 127.

- Ribeiro, Francisco Antônio — 49, 73, 80, 90.
Ribeiro, Hamilton — 157, 230.
Ribeiro, Iveta — 153.
Ribeiro, João Praxedes — 140, 153, 309.
Ribeiro, Joaquim da Costa — 318, 339.
Ribeiro, Manuel — 148, 149, 157, 159.
Ribeiro), Odilon Nestor (de Barros — 122, 214, 232, 395.
Ribeiro, Sousa — 97.
Ricardo, Paulo — 410.
Rino Júnior — 293.
Rios, Airon — 409.
Rios, Carlos (Lutgardes da Silva) — 399.
Rocha, Erasmo — 227.
Rocha, Francisca Izidora Gonçalves da — 167, 182, 216.
Rocha, Francisco de Assis Pereira da — 170.
Rocha, J. Dias da — 112.
Rocha, Leduar de Assis — 27, 32, 33, 34, 40, 42, 150, 230, 400, 410.
Rocha, Luís — 413.
Rocha, Malaquias Gonçalves da — 169, 372.
Rocha, Oscar Brandão da — 218.
Rodgers, James, Heide — 172.
Rodrigues, A. Marques — 66.
Rodrigues, Amélia — 400.
Rodrigues, Augusto — 149.
Rodrigues Filho, Augusto — 409.
Rodrigues, Mário (Leite) — 134, 137, 138, 140.
Rodrigues, Viriato — 412.
Rolin, Zalina — 126, 295, 304, 366, 379.
Roma, João Inácio Ribeiro — 35.
Roma, Luís Inácio Ribeiro — 32, 34, 40, 44.
Roma, Umbelina — 40, 46, 49, 65, 74.
Romero (Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos) Silvio — 104, 113,
127, 166, 184, 255, 385, 395.
Roosevelt, Eleanor — 414.
Rosa), Francisco Otaviano (de Almeida — 112, 172.
Rosa, Luís — 290, 368, 376.
Rosas, Tito (Passos de Almeida) — 418.
Ruiz, Nicolas Gonzalez — 374.
Sá, Artur de — 232.
Sá, Augusto de — 119.
Saboia, Climério — 238.
Sacramento, Elpídio — 153.
Sacramento, Manuel do — 312.
Sá, Estêvão de — 191, 198.
Sá, Franco de — 92.
Sá, João Batista de — 12, 19, 32, 34, 35, 51.
Sá, José (Bezerra Cavalcanti) de — 151, 222, 399.
Sá, Lafaiete de — 130.
Saldanha, Horácio — 222, 227.
Saldanha, José — 222.
Saldanha, José da Natividade — 58.
Saldanha, Manuel T. de Araújo — 274, 285, 318.
Sá, Leônidas e — 122, 126, 282.
Sales, Antônio de — 130, 157, 331, 376.
Sales, Apolônio de — 232.
Sales, Cosme de — 383.

- Sales, Francisco de Paula — 163.
 Sales, João Batista de Albuquerque — 306.
 Sales, José Roberto da Cunha — 97, 110.
 Sales, (Manuel Ferraz de) Campos — 368.
 Sales, Paula — 182.
 Salgado, Belmiro — 103.
 Samico, Eugênio — 372.
 Sampaio, Alde Feijó — 405.
 Sampaio, Bittencourt — 112.
 Sampaio, João Caminha — 407.
 Sampaio, Mavíael do Prado — 142, 146, 147, 233, 282.
 Sampaio, Romão — 410.
 Sampaio, Ulisses — 397.
 Sand, George — 170.
 Sandeau, Jules — 257.
 Santiago, Jaime de — 157.
 Santos, Adolfo (Generino Rodrigues dos) — 112, 134, 211, 216, 248, 419.
 Santos, Armando — 408.
 Santos, Armínio (Coriolano) Tavares (dos — 182.
 290, 301, 306, 307.
 Santos, dr. Castro — 97.
 Santos, Ernesto de Paula — 131, 209, 214, 220, 351.
 Santos, Fernando Pio dos — 404.
 Santos, Jaime (Pacheco da Silva) — 45, 234.
 Santos Júnior, Miguel Domingues dos — 137.
 Santos, Leopoldo Luis dos — 157.
 Santos, Manuel Tomaz dos — 27.
 Santos, Marcelino dos — 312.
 Santos, S. F. dos — 299.
 Santos, Soares dos — 363.
 Saraiva, conselheiro José Antônio — 245, 258, 259, 260.
 Sarinho, Paulo Travassos — 411.
 Sarmento, José Joaquim de Moraes — 163, 169.
 Sarmento, Ulisses — 366.
 Sá, Stênio de — 153.
 Sá, Teixeira de — 360, 361, 362.
 Seabra, Geraldo — 406, 414.
 Seabra, J. (José) J. (Joaquim) — 112, 193.
 Seabra, brigadeiro Antônio Correia — 52.
 Seixas, Misael — 211.
 Seixas, Tomaz — 408.
 Sena, Joaquim — 158.
 Serpa, Joaquim Jerônimo — 27.
 Serrano, Jonatas — 221.
 Serrano, Plácido — 285.
 Sete, Mário (Rodrigues) — 159, 229, 235, 394, 395, 397, 398, 401, 404,
 409, 410.
 Sete, Francisco Rodrigues — 34.
 Seve, Franklin (de Magalhães) — 142, 146, 147.
 Sienkiewicz, Henryck — 299.
 Silva, Abel — 387.
 Silva, Abílio José Tavares da — 165.
 Silva, Agostinho A. dos Santos — 411.
 Silva, Agripino da — 223, 230.
 Silva, Antônio Carlos Ferreira da — 190, 418.

- Silva, Antônio Ciríaco dos Santos — 158.
Silva, Antônio Galdino A. da — 147.
Silva, Antônio Ribeiro da Costa e — 246.
Silva, Antônio Valentim da — 392.
Silva, Artur Machado Freire Pereira da — 287.
Silva), Artur Orlando (da — 12, 118, 131, 198, 203, 205, 207, 208, 213, 217, 268, 269, 339, 372, 380, 396, 418.
Silva, (Augusto) Lins e — 141.
Silva, Avelino José Fernandes da — 126.
Silva, B. da — 96.
Silva), Cândido Marinho (da — 232.
Silva, Cícero Odon Peregrino da — 171.
Silva, conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da — 189, 261.
Silva, da Costa e — 219, 406.
Silva, desembargador José Antônio Correia da — 121, 130, 194, 196, 283, 284, 317, 324.
Silva) Filho, Ovidio (Ferreira da — 255, 266, 351.
Silva, (Francisco de Assis) Rosa e — 134, 140, 209, 210, 211, 213, 216, 217, 220, 246, 252, 297, 299, 365, 366, 368, 382, 384, 385, 391, 419.
Silva, Honório — 265, 301.
Silva, Isidro Francisco de Paula Mesquita e — 36, 52.
Silva, Ismael — 295.
Silva Jardim, (Antônio da) — 304, 305.
Silva, João Cândido Gomes da — 167.
Silva, Joaquim Leopoldo da — 269.
Silva, J. F. de Azevedo e — 110.
Silva, José Borges da — 153.
Silva, (José Cavalcanti) Ribeiro da — 122, 126, 252, 255, 266, 272, 282, 290, 295, 312, 318, 350, 351, 352, 420.
Silva, José de Castro e — 282, 301.
Silva, José de Moraes e — 161.
Silva, José Marcelino da — 369.
Silva), José Moreira Alves (da — 246, 252.
Silva), Josué Leite (da — 230.
Silva, L. C. — 395.
Silva, Luís de França e — 300.
Silva, Manuel Barbosa da — 27.
Silva, Manuel Cícero Peregrino da — 182.
Silva, Manuel do Nascimento Castro e — 254.
Silva, Mário — 351.
Silva, Mateus e — 142.
Silva, monsenhor Augusto Franklin Moreira da — 321, 324, 325, 326, 327, 328.
Silva, Nelson de Castro e — 414.
Silva, Néri da — 206.
Silva, Odilon — 136.
Silva), Osvaldo Machado (Freire Pereira da — 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 155, 158, 159, 216, 282, 289, 293, 295, 359, 360.
Silva, Paulo André Dias da — 157.
Silva, Severino B. da — 345.
Silveira, Alberto Pôrto (Rodrigues) da — 141.
Silveira, Alfredo Pôrto da — 143.
Silveira, Demócrito Ramos da — 400.
Silveira, Joel — 412.
Silveira, Paulo A. da — 354, 365, 367.

- Silveira, Pedro Ivo Veloso da — 46, 73.
 Silvestre, Armando — 126.
 Simões, Adolfo (Pereira) — 218.
 Simões, (Antônio) Pereira — 268, 377, 379.
 Simões, Lucila — 381.
 Simões, (Luís) Demétrio (Dias) — 188, 198, 205, 206, 207, 259.
 Simões, Paulo Pereira — 136.
 Sininbu, João Lins Vieira Cansanção de (visconde de...) — 185, 244, 245, 257.
 Siqueira, José Antônio de — 137.
 Siqueira, Nóbrega de — 157, 158.
 Soares, Antônio Minervino de Moura — 332.
 Soares Filho, Antônio Minervino de Moura — 333.
 Soares, J. 412, 416.
 Soares, J. E. — 161.
 Soares, Orris (Eugênio) — 388.
 Soares, Pedro — 397, 399.
 Sodré, Lauro — 296, 388, 389.
 Soido, Francisco — 130.
 Soriano, A. — 157.
 Sousa, Adolfo Luís de — 121, 190, 191.
 Sousa), Afonso Olindense (Ribeiro de — 113, 236, 246, 261, 278, 282.
 Sousa, Agostinho Bezerra Cavalcanti e — 172.
 Sousa, Alves de — 381.
 Sousa, Apio de — 153.
 Sousa, Braz Florentino Henriques de — 12, 79, 96.
 Sousa, Celso Florentino Henriques de — 363, 367.
 Sousa, Cruz e — 342, 362.
 Sousa, d. João de — 238.
 Sousa, Eloi (Castriciano) de — 157.
 Sousa), Esmaragdo de Freitas (e — 140.
 Sousa, Eusébio de — 141.
 Sousa, Fernando Tasso de — 409.
 Sousa Filho, José Néri Alves de — 143.
 Sousa, Francisco Nogueira de — 330, 340, 342.
 Sousa, Francisco Pereira de — 148.
 Sousa, Hersílio (Lupércio) de — 122, 127, 153, 371, 372, 374, 377, 379.
 Sousa, João Fernandes de — 46.
 Sousa, João Silveira de — 101, 169.
 Sousa, José Irineu de — 143.
 Sousa, José Néri Alves de — 137.
 Sousa, José Soriano de — 12, 307, 309.
 Sousa, (José) Sotero de — 404, 414.
 Sousa, Paulo de — 227.
 Sousa, Paulino José de — 308.
 Sousa, Regueira de — 209.
 Sousa, Stanislau de — 158.
 Sousa, Tarquínio de — 252.
 Sousa), tenente José da Penha (Alves de — 388, 389, 395.
 Souto, Jaime — 413.
 Sterlin, Joseph — 222.
 Stone, Edmundo — 107.
 Sucupira, Luís — 157.
 Tabor, Manuel — 420.
 Tabora, Afonso (Augusto de Brito) — 395.
 Targino Filho — 298.

- Tarso, Paulo de — 222.
Taunay, Alfredo d'Escragnoje — 243.
Taurino, padre Jonas — 219.
Tavares, Bibi — 398.
Tavares, Geraldo — 415.
Tavares, Jerônimo Vilela de Castro — 12, 36, 41, 43, 45, 70, 71, 79, 84, 85, 88.
Tavares, Joaquim Vilela de Castro — 12, 18.
Tavares, monsenhor Francisco Muniz — 77.
Tavares, Nilo — 158.
Tavares, Noêmia — 393.
Tavares, Umberto — 143.
Távora, Antônio — 264.
Távora, (João) Franklin (da Silveira) — 12, 106, 111, 165, 169, 262, 276.
Teixeira, Guedes — 215.
Teixeira, João Francisco — 87, 91.
Teixeira, Manuel de Sousa — 37, 53.
Teixeira, Pantaleão — 175.
Teixeira, Múcio — 248, 300, 379.
Teixeira, Orlando — 376.
Teixeira, Sigismundo — 282.
Tejo, Vigário — 322.
Teles, Benevenuto — 392.
Tenório, Manuel — 157.
Terra (conselheiro Nuno de Andrade), *Felício* — 135.
Terrail, visconde Ponson du — 103, 298.
Tigre, (Manuel) Bastos (D. Xiquot/) — 385, 387, 389, 390, 395.
Tondela Júnior, (Francisco) — 148, 221, 222.
Torreão, Danilo Lobo — 232, 234.
Tôrres, Francisco Gonçalves — 113, 248.
Tôrres, João — 227.
Tôrres, Monteiro — 150.
Tosta, Manuel Vieira — 42.
Tourinho, Ângelo — 281.
Tupinambá, H. — 417.
Uchoa, Ida Souto — 157.
Uchoa, Rildo — 414, 416.
Vale, Cunha — 195.
Valença, Antônio — 298.
Valente, Romualdo — 153.
Valois, Eduardo de — 398.
Vanderlei, Amaro — 151.
Vanderlei, Eustórgio — 148, 150, 151, 153, 155, 215, 396, 397.
Vanderlei, João — 381.
Vanderlei (barão de Cotegipe), João Maurício — 187, 188, 191, 245, 251.
Vanderlei, Maria José — 147.
Vanderlei, Rita — 419.
Vanderlei, (Manuel) Segundo — 297.
Vanderlei, Valdevino — 278.
Vanderlei, Vicente Ferrer de Barros — 387.
Varejão, Lucilo — 148.
Varela, Alfredo — 387.
Varela, Fagundes — 97, 110, 238.
Varela, Tibúrcio — 110.
Vargas, Getúlio Dornelas — 153, 407.
Vargas, João — 395.

- Várzea, Virgílio — 207, 331, 420.
 Vasconcelos, Abdísio de — 279, 282.
 Vasconcelos, Albino Gonçalves Meira de — 121, 123, 126, 180, 194, 207, 213, 288.
 Vasconcelos, Antônio Joaquim de — 102.
 Vasconcelos, Antônio Pepes Barreto de — 255.
 Vasconcelos, Antônio Vitruvius Pinto Bandeira e Acioli — 96.
 Vasconcelos, Bernardino de — 110.
 Vasconcelos, Ernesto de — 281, 349.
 Vasconcelos, Everardo Fonseca de — 398, 414, 415.
 Vasconcelos, F. Moreira de — 112, 209.
 Vasconcelos (Francino Cismontano), Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli — 185, 238.
 Vasconcelos, Inácio de Barros Acioli de — 185.
 Vasconcelos, José de — 12, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 105, 112, 115, 117, 127, 143, 203, 204, 347, 348.
 Vasconcelos, José Leandro de Godoi — 136, 163.
 Vasconcelos, José Vicente Meira de — 125, 196, 319, 395.
 Vasconcelos), Natalício Camboim (de M. — 320.
 Vasconcelos, Sanelva (Ramos) de — 59, 157, 158.
 Vasconcelos, Zacarias de Gois e — 185.
 Vauthier, Alfredo — 130, 136, 137, 399.
 Vauthier, Artur — 281.
 Vaz, Joaquim Batista da Silva — 265.
 Vaz, Taumaturgo — 124.
 Veiga, Evaristo (Ferreira) da — 384.
 Veiga Júnior — 147.
 Veloso, José — 134.
 Veloso, padre — 326.
 Veríssimo, José — 395.
 Verne, Júlio — 281.
 Viana, (Antônio Joaquim) Barbosa — 347, 382, 383, 389.
 Viana, (Augusto) Fernandes — 157.
 Viana, Elias — 346.
 Viana, Hélio — 59, 74.
 Viana, Hermógenes — 146.
 Viana, Luís — 281.
 Viana, Manuel Marques — 30.
 Viana, Manuel Parente — 222.
 Viana, Manuel Rodrigues de Sousa — 306.
 Viana, Ulisses (Machado Pereira) — 12, 111, 115, 118, 121, 123, 167, 174, 182, 188, 194, 195, 196, 258.
 Vidal, Ademar — 232.
 Vidigal, Carlos — 389.
 Vieira, Alfredo — 411.
 Vieira, Artúnio — 281, 282, 283, 285, 289, 347, 350, 351, 352.
 Vieira, Celso — 129, 209, 211, 213, 214, 290, 333, 339, 340, 341, 342, 351, 360, 376.
 Vieira, Damasceno — 112, 131, 366, 368.
 Vilalobos, coronel — 399.
 Vilar, Frederico — 215, 218, 221, 368, 369.
 Vilela, (Joaquim Maria) Carneiro — 12, 129, 136, 192, 193, 195, 199, 203, 211, 212, 217, 219, 236, 237, 238, 239, 326, 375, 379, 380, 381, 382, 388, 389, 390, 393, 394.
 Vilela Júnior, general — 155.
 Vincy, René da — 290.

- Vinhais, João — 158.
Viotti, Manuel — 342.
Virgílio Neto — 370.
Vital, Modesto — 369.
Vital Sobrinho, tenente Manuel Carlos — 379, 394, 398, 410.
Vitor Júnior — 282.
Vitorino, Eduardo — 158.
Vitrúvio, Eurico — 126, 285, 287, 288, 289, 296, 298, 299, 310, 331, 356,
357, 379, 382, 420.
Voltaire Júnior — 272.
Wells, H. G. — 213.
Werneck, Américo — 329.
Xavier, Adauto — 150.
Xavier, A. Fontoura — 110, 132, 217, 343.
Xavier, Francisco Antônio — 57, 58, 59.
Xavier, Inácio Firmo — 103.
Xavier, Rafael (da Silva) — 231, 234, 235.
Zaluar, Antônio Emílio — 97.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY

RESEARCH REPORT
NO. 1000

BY
J. H. GOLDSTEIN

AND
R. F. STEIN

DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5712 SOUTH DIVISION STREET
CHICAGO, ILLINOIS

RECEIVED
MAY 15 1963

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILLINOIS

PRINTED IN THE UNITED STATES OF AMERICA

ÍNDICE ALFABÉTICO

“Algumas palavras”	11
Annunciador Commercial (O)	420
Annunciante (O)	63
Cidade (A)	356
Cidade do Recife (A)	299
Commercial (O)	65
Commercio (O)	353
Commercio de Pernambuco	331
Concentração (A)	417
Constitucional (O)	161
Correio da Noite	254
Correio da Tarde	239
Correio Pernambucano	166
Cruzeiro (O)	17
Democracia (A)	258
Despertador Commercial do Norte (O)	93
Diario da Administração Publica de Pernambuco	23
Diario de Noticias	306
Diario do Governo	23
X Diario do Povo	64
Diario do Recife	159
Diario dos Pobres	21
Diario Liberal (O)	173
> Diario Novo	32
Epoca (A)	307
Era Nova	320
Estado (O)	363
Estado de Pernambuco — 1890	315
Estado de Pernambuco — 1897	367
Estado Pernambucano	352
Farinheiro (O)	301
Farol do Norte	241
Federação (A)	310
Folha do Norte	267
Gazeta da Tarde	279

Gazeta de Noticias	265
Gazeta do Recife	346
Gazeta Universal	30
Imprensa (A)	67
Jornal da Tarde — 1875	236
Jornal da Tarde — 1885	278
Jornal de Annuncios	170
Jornal do Commercio — 1889	310
Jornal do Commercio — 1892	330
Jornal do Povo	300
Jornal do Recife	94
Jornal Pequeno	374
Liberal (O)	168
Liberal Pernambucano (O)	78
Liberdade (A)	256
Nazareno (O)	49
Norte (O)	302
Novidades	354
Opinião (A)	252
Paiz (O)	91
Patria (A)	311
Pequeno Jornal	370
Progressista (O)	163
Provincia (A)	174
Quotidiana Fidedigna (A)	26
Rebate (O)	271
Republica (A)	344
Revolução de novembro (A)	73
Seis de Março (O)	171
Tarde (A)	349
Tempo (O)	242
Tribuna (A)	260

LIVROS CONSULTADOS

- AMADO, GILBERTO — “Minha formação no Recife” — Editora José Olímpio — Rio, 1955.
- BARROSO, GUSTAVO — “Memórias” (Vol. II: “Liceu do Ceará”) — Rio
- BROCA, BRITO — “A vida literária no Brasil” (Vol. III) — Editora José Olímpio — Rio, 1960.
- CAITANO, MANUEL — “Um século de jornalismo em Pernambuco”, no “Livro do Nordeste” — Tip. **Diário de Pernambuco** — Recife, 1925.
- CAMARA, FRANCISCO FAELANTE DA — “O Jornalista”, na revista **A Cultura Acadêmica** — Imprensa Industrial — Recife, 1904.
- CARVALHO, ALFREDO DE — “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908” — Tip. **Jornal do Recife**, 1908.
- CARVALHO, JOAQUIM CANDIDO DA SILVEIRA — “José Mariano ou A vítima gloriosa” — Tip. Mercantil — Recife, 1886.
- COSTA, FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA — “Anais Pernambucanos” — Imprensa Oficial — Recife, 1951-1965.
- DUPERRON, N. — “Versos a José Mariano” — Recife, 1886.
- FERNANDES, ANÍBAL — “Estudos Pernambucanos” — Imprensa Oficial — Recife, 1956.
- FERREIRA, JÚLIO PIRES — **Almanach de Pernambuco** — Tip. Tondela, Cockles & Cia. — Recife, 1901.
- FREIRE, TEOTÔNIO — “Cartas e Crônicas” — Tip. **A Província** — Recife, 1903.
- GALVÃO, SEBASTIAO DE VASCONCELOS — “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco” — Imprensa Nacional — Rio, 1921.
- JUSTUS — “Na defensiva” — Tip. M. Figueiroa de Faria & Filhos — Recife, 1895.
- LIMA, JOÃO — “Figuras da República Velha”.
- LIMA SOBRINHO, BARBOSA — “O problema da Imprensa” — Editora Alvaro Pinto — Rio, 1923.
- MAIA, GONÇALVES — “Horas de prisão” — Imprensa Industrial — Recife, 1923.
- MANIFESTO ACADÊMICO — “Ao País” — Tip. Apolo — Recife, 1886.
- MELO, ANTÔNIO JOAQUIM DE — “Obras Religiosas e Profanas do Vigário Francisco Ferreira Barreto” — Tip. Mercantil — Recife, 1874.
- MELO, JOSÉ MARIA DE ALBUQUERQUE — “Aos meus concidadãos” — Recife, 1894.
- MELO, MARIO CARNEIRO DO RÊGO — “A imprensa pernambucana em 1918” — Recife, 1918.
-
- “Aspectos da História” — Edição Livraria Mozart — Recife, 1930.
- MENESES, TOBIAS BARRETO DE — “Obras completas” (Vol. II: “Polêmicas”) — Edição do Estado de Sergipe — Pongetti & Cia. — Rio, 1926.
- MONTENEGRO, OLÍVIO — “Um revolucionário da Praieira” — Imprensa Oficial — Recife, 1949.
-
- “Um escritor do século passado”, no **Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife** — Imprensa Oficial — Recife, 1951.

PAIVA, TANCREDO DE BARROS — "Acheegas a um Dicionário de Pseudônimos" — Editora J. Leite & Cia. — Rio, 1921.

PEREIRA, LUIZ DE FRANÇA — "Um século de vida jornalística em Pernambuco", no "Livro do Nordeste" — Recife, 1925.

PEREIRA, OSCAR — "Memórias de um jornalista provinciano" — Recife, 1945.

PERETTI, JOÃO — "O Movimento Praieiro" — Imprensa Oficial — Recife, 1950.

PREFEITURA MUNICIPAL — Arquivos — Imprensa Oficial — Recife, 1942-1944.

QUINTAS, AMARO — "Um intérprete da Revolução Praieira" — Imprensa Oficial — Recife, 1948.

ROCHA, LEDUAR DE ASSIS — "Figueiroa do Diário" — Editora O Cruzeiro, — Rio, 1946.

RODRIGUES, MÁRIO — "Meu Pernambuco" — Imprensa Industrial — Recife, 1931.

REIS, Antônio Simões dos — "Pseudônimos brasileiros" — Zélio Valverde — Rio, 1943.

ROMERO, SÍLVIO — "História da Literatura Brasileira" — Editora José Olímpio — Rio, 1949.

RUIZ, NICOLAS GONZALEZ — "El Periodismo, Teoria e Prática" — Editorial Nogueira, S. A. — Barcelona, Espanha, 1953.

SEGISMUNDO, FERNANDO — "História da Revolução Praieira" — Editora Vitória Ltda. — Rio, 1949.

VASCONCELOS, SANELVA DE — "Prelos & Jornais" — Tip. Diário da Manhã — Recife, 1939.

VIANA, HÉLIO — "Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812-1869" — Imprensa Nacional — Rio, 1945.

FONTES:

Biblioteca Pública do Estado

do Instituto Arqueológico
do Gabinete Português de Leitura
do DPHAN, seção de Pernambuco
da Faculdade de Direito da Universidade Federal
de Pernambuco
Nacional, do Estado da Guanabara.

Arquivo Público Estadual
da Associação Comercial de Pernambuco
do Bispado de Pesqueira.

Nascimento, Luiz do

História da imprensa de Pernambuco (1821-1954). Recife Arquivo Público, 1962—

v. 23 cm.

Vol. 2., edição da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.

Inclui bibliografia.

Conteúdo. — v. 1. Diário de Pernambuco. — v. 2. Diários do Recife — 1829-1900.

1. Imprensa — História — Pernambuco. I. 8º título.

655.1834 (C.D.D. 17. ed.)

655.1(813.4) (C.D.U.)

UFPe.

SD-Bc 63-901

Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária — Universidade Federal de Pernambuco — Rua do Hospício, 619, Recife — em junho de 1966, 20.º ano de fundação da U. F. P., sendo Reitor o Prof. Murilo Guimarães, diretor da I. U. o bel. Edmir Régis e assistentes técnicos os srs. Dilermando Pontual e Vicente Machado.

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

08.09.88

Fundação Joaquim Nabuco 

Biblioteca Central Blanche Knopf

Rua Dona Irmedes, 82 - Aflbuca
80.000 - Recife - Pernambuco - Brasil
Caixa Postal 1298
Telefone P.A.B.X. (081) 2684511
Telex 081 1180

Nascimento, Luis do

Historia da imprensa de Pernambu
buco: (1821-1954

07/N244h

v.2
(453/83)

Prove que sabe honrar os seus com-
promissos devolvendo com pontualidade este
livro à Biblioteca.

